

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
TESE DE DOUTORADO**

LORENA MADRUGA MONTEIRO

***RELIGIÃO, CULTURA E POLÍTICA: O APOSTOLADO LAICO DOS
JESUÍTAS NO RGS E OS ESPAÇOS SOCIAIS DE ATUAÇÃO.***

Orientador: Prof. Dr. Hégio Trindade

PORTO ALEGRE

2011

LORENA MADRUGA MONTEIRO

***RELIGIÃO, CULTURA E POLÍTICA: O APOSTOLADO LAICO DOS
JESUÍTAS NO RGS E OS ESPAÇOS SOCIAIS DE ATUAÇÃO.***

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor.

Aprovado em 02 / 08 /2011

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Helgio Trindade (Orientador)

Prof. Dr. Ernesto Seidl (UFS)

Prof. Dr. Fabiano Engelmann (UFRGS)

Prof. Dr. Norberto Dallabrida (UDESC)

CIP - Catalogação na Publicação

Madruga Monteiro, Lorena

Religião, cultura e política: O apostolado laico dos Jesuítas no RGS e os espaços sociais de atuação. / Lorena Madruga Monteiro. -- 2011. 363 f.

Orientador: Héliqio Trindade.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2011.

1. Apostolado laico dos jesuítas no RGS. 2. Companhia de Jesus no Brasil. 3. Tomismo no RGS. 4. Movimento católico no RGS. 5. Universidade. I. Trindade, Héliqio , orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AGRADECIMENTOS

É com satisfação que expresso meu agradecimento a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta tese. Institucionalmente agradeço à Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida, que possibilitou a dedicação integral à pesquisa; à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, sobretudo, pela formação recebida, e pelos incentivos à participação em Congressos, Seminários, Simpósios e estadas de pesquisa que proporcionaram o aperfeiçoamento deste trabalho e meu amadurecimento acadêmico.

À orientação do professor Héglio Trindade nestes quase dez anos - entre Graduação, Mestrado e Doutorado. Agradeço, sobretudo, a confiança depositada, os conhecimentos partilhados, a disponibilidade, a amizade, os livros, e por ter colocado a disposição o acervo de seu irmão Fernando Trindade e o banco de entrevistas do Núcleo de Estudos das Ciências Sociais na América Latina (CISOAL).

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, especialmente a professora Izabel Noll, pela ajuda, solidariedade, generosidade e incentivo, tanto nos momentos difíceis, quanto nos desafios da minha formação; à professora Mercedes Cánepa e ao professor Odaci Coradini pelos comentários e sugestões na banca de qualificação da tese que ajudaram a redefinir o objeto e o desenho da pesquisa. Também agradeço ao professor André Marengo pela supervisão do estágio docente que realizei junto à disciplina de Política Brasileira.

A todos que contribuíram e incentivaram a pesquisa por ora apresentada. Mesmo com eventuais esquecimentos, agradeço ao professor Luiz Osvaldo Leite, exemplo de generosidade intelectual, pela ajuda imprecindível nos últimos anos e pela leitura atenta da tese. Ao ex- deputado federal Daniel Biase Faraco (*In memoriam*) pelo envio de toda sua produção e documentação e pela entrevista concedida. Ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia José Sperb Sanseverino e ao jurista Galeno Vellinho de Lacerda pela disponibilidade e pelas entrevistas que clarificaram certos aspectos do grupo católico. Ao professor Norberto Dallabrida pelo diálogo estabelecido e pelo envio de suas publicações, ao

professor Ernesto Seidl, pela amizade e pelo constante incentivo ao trabalho, ao professor Gildo Marçal Brandão (*In Memoriam*) pelos comentários, no GT de pensamento Social da Anpocs e via e-mail, sobre o pensamento católico no Brasil que foram importantes para compreender o tema da pesquisa.

À Renildes Carli (Nenna) do Museu de Imagem e Som do Paraná, por ter concedido em Curitiba, e enviado posteriormente, a cópia audiovisual da entrevista do Pe. Gustavo Pereira Filho, e a Alice Laux pela sua transcrição e de outros documentos. Ao diretor do Instituto Histórico Geográfico do RGS (IHGRS), Gervácio Neves, por possibilitar a consulta ao acervo de Laudelino Medeiros em pesquisa anterior, cujos dados também foram importantes para esta. Da mesma forma agradeço aos arquivistas e bibliotecários do Centro de Documentação e da Biblioteca da Universidade de Caxias do Sul, assim como aos funcionários da Biblioteca Central da UFRGS, da PUCRS e da UNISINOS. Aos Jesuítas do Colégio Santo Inácio, no Rio de Janeiro, pela permissão às eventuais visitas ao acervo da Congregação Mariana.

As amigas que a Ciência Política me deu, parceiras de pesquisa, de trabalho, de artigos, de mesa de bar, de viagens, enfim, das coisas da vida, Joana Teresa Vaz de Moura, Priscila Riscado, Bianca Linhares e Rosana Campos. Sem vocês o trajeto perderia boa parte da seriedade, e também da diversão. Aos amigos de tempos e sempre presentes Michel Aguiar, Desirée Kuhn, Iaraí Strossi, Marisa Macagnam, pelo apoio incondicional ao longo dos anos. Agradeço também à Lilinha e Ana Flávia por todas acolhidas calorosas no Rio de Janeiro. Aos colegas Patrícia Cunha, Romério Kunrath, Bianca Linhares, Naiara Dall Molin, Elias Medeiros, Carine Leal, Márcia Medeiros, Manoel Passos, Maurício Carmona, Maurício Rebello, Simone Viscarra, Magda Pinto, Joveta José, César Figueiredo, Rodrigo Bordignon, pelo constante incentivo, e pelo esforço conjunto para a realização do Seminário de Ciência Política da UFRGS.

Aos meus pais, João e Cléia, por tudo.

RESUMO

Esta tese analisa as condições que possibilitaram o surgimento de um grupo que difundiu a doutrina e o pensamento da Igreja Católica durante o século XX no Estado do Rio Grande do Sul. A hipótese geral que norteou a pesquisa é de que os Jesuítas promoveram um processo, entre os grupos que formaram, por um lado, de uniformização escolar, via seus Ginásios Católicos, e, sobretudo, de identificação religiosa e intelectual através das atividades nas suas Congregações Marianas. Demonstra-se, com base em fontes variadas, que o fator homogeneizador do grupo não se encontra em seu perfil social, mas sim na uniformização escolar recebida, e, sobretudo, na formação religiosa e intelectual decorrente da ação educativa dos jesuítas estrangeiros nas Congregações Marianas. Desdobra-se desta constatação, o fato de que, num ambiente cultural marcado pela ausência de espaços acadêmicos, a formação filosófica proporcionada por estes jesuítas alemães baseada nas reinterpretações do Tomismo, pautou o substrato ideológico e a identidade intelectual do grupo. Esta formação intelectual internacionalizada determinou que, entre os membros do grupo, dado o padrão de recepção de pensamento católico, não se produzisse um sistema filosófico original. Com este tipo de formação a ação coletiva do grupo católico direcionou-se para os espaços sociais os quais pudessem impor sua identidade intelectual e a doutrina social da Igreja, como a articulação do movimento católico no Estado, a conquista das cátedras de Filosofia e de legislação trabalhista, por exemplo, na Universidade, e a construção da ordem política através inserção dos postulados católicos nas Constituintes.

Palavras-chave: Apostolado laico dos jesuítas, Companhia de Jesus, Congregação Mariana, Identidade intelectual, Tomismo, Movimento católico, Universidade, Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

This thesis analyzes the conditions that allowed the emergence of a group who diffused the doctrine and thinking of the Catholic Church during the twentieth century in the state of Rio Grande do Sul. The general hypothesis that guided the research is that the Jesuits promoted a process between the groups that formed on the one hand, standardization of scholar via their gymnasiums Catholics, and especially of religious and intellectual identity through the activities in their Marian Congregations. It is demonstrated, based on various sources, that the group factor homogenizing is not in their social profile, but in standardization scholar received, and especially in religious and intellectual formation resulting from activities educational of the Jesuits in the Marian Congregations. Unfolds this finding, the fact that in a cultural environment marked by the absence of academic spaces, the philosophical background provided by these Jesuits based on interpretations of Thomism, guided the substrate ideological and intellectual identity of the group. This training internationalized determined that, among the group members, given the pattern of reception of Catholic thought, did not produce an original philosophical system. With this type of formation the collective action of the Catholic group is moving on to the social spaces which could enforce its intellectual identity and the social doctrine of the Church as the articulation of the Catholic movement in the state, the conquest of the chairs of philosophy and labor laws, for example, at university, and the construction of political order through the insertion of the postulates Catholics in federal constituencies.

Keywords - Lay apostolate of the Jesuits, Society of Jesus, Marian Congregation, Intellectual Identity, Thomism, Catholic Movement, University, Rio Grande do Sul.

RESUMÉ

Cette thèse analyse les conditions qui ont conduit à l'émergence d'un groupe qui diffusent la doctrine et la pensée de l'Église catholique au XXe siècle dans l'État de Rio Grande do Sul. L'hypothèse générale qui a guidé la recherche est que les Jésuites la promotion d'un processus entre les groupes formant, de un côté d'uniformiser scolaire par leurs gymnases catholiques, et surtout de l'identité religieuse et intellectuelle à travers les activités dans leurs congrégations Mariannes. Il est démontré, sur la base de plusieurs sources, que le facteur d'homogénéisation du groupe n'est pas dans leur profil social, mais en uniforme scolaire a reçu, et en particulier dans la formation religieuse et intellectuelle résultat de l'action éducative des Jésuites étrangers dans les congrégations mariales. Se déroule cette constatation, le fait que dans un environnement culturel marqué par l'absence d'espaces universitaires, á formation philosophique fournies par ces jésuites, basées sur des interprétations du thomisme, déterminer le substrat idéologique et l'identité intellectuelle du groupe. Cette formation intellectuelle internationalisé déterminé que, parmi les membres du groupe, étant donné la tendance de la réception de la pensée catholique, ne créent pas un système philosophiques original. Avec ce type de formation l'action collective du groupe catholique a été orientée pour les espaces sociaux ils peuvent imposer leur identité intellectuelle, et la doctrine sociale de l'Eglise, comme l'articulation du mouvement catholique en l'état, la conquête des chaires de philosophie et des lois du travail' par exemple, l'Université, et la construction de l'ordre politique à travers l'insertion des postulats catholiques dans las constituants fédéral.

Mots- clés : Apostolat des laïcs des Jésuites, Compagnie de Jésus, Marian Congrégation, Identité Intellectuelle, Thomisme, Mouvement Catholique, Université, Rio Grande do Sul.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Ginásios católicos fundados por jesuítas (1860-1960): Missões e colonização.....	p.75
QUADRO 2: Carreiras dos egressos do Ginásio Nossa Senhora da Conceição (1870-1899).....	p.76
QUADRO 3: Matrículas do Ginásio Nossa Senhora da Conceição (1880-1890).....	p.77
QUADRO 4: Evolução das matrículas do Ginásio São Luiz Gonzaga.....	p.78
QUADRO 5: Evolução das matrículas e do corpo docente do Ginásio Catarinense (1906-1935).....	p.79
QUADRO 6: Ginásio Anchieta: Cursos e Matrículas (1903-1921).....	p.79
QUADRO 7: Programa dos cursos do Ginásio Anchieta (1921).....	p.82
QUADRO 8: Divisão do tempo no Ginásio Nossa Senhora da Conceição (<i>Ordem do dia para os internos</i>).....	p.83
QUADRO 9: Congregações Marianas no Brasil (1860-1930).....	p.87
QUADRO 10: Expansão das CCMM no Brasil (1870-1938).....	p.88
QUADRO 11: Década de nascimento dos membros do apostolado laico dos Jesuítas.....	p.91
QUADRO 12: Local de nascimento dos membros do apostolado laico dos jesuítas.....	p.94
QUADRO 13: Escolas Católicas no Rio Grande do Sul (1870-1910).....	p.99
QUADRO 14: Formação secundária dos membros do apostolado laico dos jesuítas.....	p.101
QUADRO 15: Evolução das matrículas Ginásio Anchieta e dos quadros docentes.....	p.103
QUADRO 16: Década de Ingresso na C.M.M “Mater Salvatoris”.....	p.109
QUADRO 17: Autores citados.....	p.118
QUADRO 18: Relação de Congregados Marianos <i>Mater Salvatoris</i> e dos sócios efetivos do Centro Católico de Acadêmicos (Março de 1933).....	p.159
QUADRO 19: Centros de Juventude católica filiados ao C.C.A (1930-1940).....	p.166
QUADRO 20: Escopo da organização da Ação Católica.....	p.171
QUADRO 21: Ação Católica da Arquidiocese – Juntas e diretoria (1938).....	p.189
QUADRO 22: Votação geral no Estado para a Assembleia Constituinte Nacional de 1934.....	p.211
QUADRO 23: Congregados Marianos: Candidatos e eleitos a partir das eleições de 1945.....	p.231
QUADRO 24: Professores nomeados catedráticos interinos para Faculdade de Filosofia (1949).	p.263

LISTA DE SIGLAS

ABRS - Ação Brasileira de renovação social
ADP - Aliança democrática popular
AF - Action Française
AI-5 – Ato Institucional nº 5
APC - Associação dos professores Católicos
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
AUC - Ação Universitária Católica
CCA - Centro Católico de Acadêmicos
CCMM - Congregação Mariana
CISOAL - Grupo de estudos sobre as Ciências Sociais na América Latina
CJC - Centros de Juventude Católica
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
FUG - Frente Única Gaúcha
IEPE - Instituto de pesquisas econômicas
JC - Juventude Católica
JEC - Juventude estudantil Católica
JOC - Juventude Operária Católica
JUC - Juventude Universitária Católica
LEC - Liga Eleitoral Católica
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MDP - Movimento democrático popular
MTR - Movimento Trabalhista Renovador
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PDC - Partido Democrata Cristão
PL - Partido Liberal
PRL - Partido Republicano Liberal
PRP - Partido de Representação Popular
PRR - Partido Republicano Riograndense
PSP - Partido Social Progressista
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PUC/RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RGS - Rio Grande do Sul
UDF - Universidade do Distrito Federal
UDN - União Democrática Nacional
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNB - Universidade de Brasília
UNISINOS - Universidade do Vale dos Sinos
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

RESUMO
ABSTRACT
RESUMÉ

LISTA DE QUADROS
LISTA DE SIGLAS

INTRODUÇÃO.....p.15

PARTE I. O CATOLICISMO “ROMANIZADO” E A COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL.....p.35

1. A RESTAURAÇÃO CATÓLICA, AS ORDENS RELIGIOSAS E OS LEIGOS.....p.35

1.1. A ROMANIZAÇÃO E OS NOVOS QUADROS ECLESIASTICOS.....p.36

1.2. A RESTAURAÇÃO CATÓLICA E O RECRUTAMENTO DA ELITE INTELLECTUAL.....p.42

1.3. AS ORDENS RELIGIOSAS E A FORMAÇÃO ESCOLAR DAS ELITES.....p.47

2. A INSERÇÃO TRANSNACIONAL DA COMPANHIA DE JESUS RESTAURADA: CONTEXTO INTERNACIONAL E OS EMPREENDIMENTOS NO BRASIL.....p.52

2.1. OS CAMINHOS CRUZADOS DA COMPANHIA DE JESUS: DA FUNDAÇÃO À RESTAURAÇÃO E O RETORNO AO BRASIL.....p.52

2.2. JESUÍTAS DA PROVÍNCIA ESPANHOLA: DA SUA EXPULSÃO DA ARGENTINA ÀS MISSÕES POPULARES E A CATEQUIZAÇÃO DOS ÍNDIOS NO RIO GRANDE DO SUL.....p.56

2.3. JESUÍTAS DA PROVÍNCIA ROMANA: DA SUA EXPULSÃO DA FRANÇA À FUNDAÇÃO DE EDUCANDÁRIOS CATÓLICOS NAS REGIÕES CENTRAIS DO BRASIL.....p.59

2.4. OS JESUÍTAS DE LÍNGUA ALEMÃ: DA SUA EXPULSÃO DA EUROPA À ASSISTÊNCIA RELIGIOSA, ECONÔMICA E ESCOLAR DOS IMIGRADOS DE ORIGEM TEUTA NO SUL DO BRASIL.....p.62

2.5. OS JESUÍTAS DA PROVÍNCIA PORTUGUESA: DA SUA EXPULSÃO DE PORTUGAL A FUNDAÇÃO DE EDUCANDÁRIOS CATÓLICOS NO NORDESTE BRASILEIRO.....p.71

PARTE II. O APOSTOLADO LAICO DA COMPANHIA DE JESUS NO RGS: IDENTIFICAÇÃO INTELLECTUAL E RECEPÇÃO DO PENSAMENTO CATÓLICO.....p.74

3. A FORMAÇÃO ESCOLAR E A IDENTIFICAÇÃO RELIGIOSA DO LAICATO DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL.....p.74

3.1. OS GINÁSIOS CATÓLICOS, O MÉTODO PEDAGÓGICO COMUM E A FORMAÇÃO RELIGIOSA.....p.75

3.1.1. A fundação e desenvolvimento dos educandários da Companhia de Jesus: Das zonas de imigração para a formação escolar e religiosa dos grupos urbanas.....	p.75
3.1.1.1. As Instituições escolares da Companhia de Jesus no sul do Brasil: Do projeto de colonização alemã à formação das “elites” urbanas.....	p.76
3.1.2. A “Ratio Studiorum” adaptada às diretrizes curriculares nacionais.....	p.80
3.1.3. Os jesuítas e a formação religiosa: As Congregações Marianas no Brasil.....	p. 86
4. O APOSTOLADO LAICO DOS JESUÍTAS NO RIO GRANDE DO SUL: PERFIL SOCIAL, ESCOLAR, RELIGIOSO E INTELECTUAL.....	p. 90
4.1. UMA NOVA GERAÇÃO? PERFIL DEMOGRÁFICO E SOCIAL.....	p.91
4.2. O MERCADO ESCOLAR NO RGS E A OPÇÃO PELAS INSTITUIÇÕES DA COMPANHIA DE JESUS.....	p. 99
4.3. IDENTIFICAÇÃO RELIGIOSA E INTELECTUAL: AS ATIVIDADES NAS CONGREGAÇÕES MARIANAS DOS GINÁSIOS CATÓLICOS.....	p.104
4.3.1. As práticas religiosas comuns: Os retiros, os exercícios espirituais e a ascese inaciana.....	p. 105
4.3.2. A centralidade da C.M.M Mater Salvatoris sob a direção do Pe. Werner e o impulso da “neo-escolástica” no Rio Grande do Sul.....	p.109
5. A RECEPÇÃO DA TRADIÇÃO TOMISTA PELO APOSTOLADO LAICO DOS JESUÍTAS NO RGS.....	p.115
5.1. “A LITERATURA DE CRISE” DA MODERNIDADE E A VALORIZAÇÃO DA CRISTANDADE MEDIEVAL.....	p.121
5.1.1. Nicolai Berdiaeff e a nova cristandade medieval.....	p.124
5.1.2. O existencialismo e o personalismo em Nicolai Berdiaeff.....	p.127
5.2. OS INTÉRPRETES DO TOMISMO E A NOVA CRISTANDADE.....	p.130
5.2.1. Jacques Maritain: Da Filosofia tomista à reflexão sobre a democracia.....	p.135
5.2.1.1. A recepção das ideias de Jacques Maritain pelo apostolado laico dos jesuítas.....	140
5.2.1.1.1. A leitura de Maritain: Do antimoderno ao projeto de nova cristandade.....	p.145
5.3. VERDADE RELIGIOSA, CONHECIMENTO E AÇÃO: OS FILÓSOFOS PRAGMÁTICOS ANTINTELECTUALISTAS.....	p.150
5.3.1. Imanência, transcendência e ação em Maurice Blondel.....	p.153
5.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PENSAMENTO CATÓLICO ANTERIOR AO CONCÍLIO DO VATICANO II.....	p.155
PARTE III. RELIGIÃO, POLÍTICA E CULTURA: O MOVIMENTO CATÓLICO E OS ESPAÇOS SOCIAIS DE ATUAÇÃO NO RGS.....	p.157
6. O TOMISMO MILITANTE: O MOVIMENTO CATÓLICO SOB A LIDERANÇA DO APOSTOLADO LAICO DOS JESUÍTAS NO RGS.....	p.157
6.1. O MOVIMENTO CATÓLICO SOB A ORGANIZAÇÃO DO APOSTOLADO LAICO DOS JESUÍTAS.....	p.157

6.1.1. Os Congregados Marianos <i>Matter Salvatoris</i> e o Centro Católico de Acadêmicos.....	p. 158
6.1.1.1. A organização dos católicos no C.C.A: “Um movimento de homens marcados”.....	p. 163
6.1.2. O Movimento de Juventude Católica organizada pelo CCA.....	p.165
6.1.2.1. Formação da Juventude: Vida espiritual, renúncia, disciplina e cooptação.....	p.170
6.1.3. Temas mobilizados: Da crise do mundo moderno à crítica ao individualismo liberal e ao comunismo.....	p.176
6.1.4. Os cruzados do século XX: O grupo na Ação Católica Oficial da Arquidiocese.....	p.184
7. O APOSTOLADO LAICO DOS JESUÍTAS E A ORDEM POLÍTICA.....	p.194
7.1. A LIGA ELEITORAL CATÓLICA E AS ELEIÇÕES PARA AS ASSÉMBLEIAS CONSTITUINTES.....	p.194
7.1.1. A Constituinte Nacional de 1934 e a participação dos Congregados Marianos.....	p.195
7.1.1.1. O contexto religioso e político do Rio Grande do Sul.....	p.197
7.1.1.1.1. A Liga Pró - Estado Leigo contra as reivindicações católicas.....	p.200
7.1.1.1.2. A Liga Eleitoral Católica e o espectro partidário do Rio Grande do Sul.....	p.205
7.1.1.1.2.1. A representação política dos candidatos apoiados pela LEC na Assembleia Nacional Constituinte.....	p.211
7.2. AS ELEIÇÕES DE 1945: DA DECEPÇÃO COM A LEC ÀS SUAS PRÓPRIAS CANDIDATURAS.....	p.214
7.2.1. A LEC, o grupo católico e a redemocratização de 1945: O contexto ideológico e político do RGS.....	p. 216
7.2.2. A representação política dos Congregados Marianos de 1945 em diante.....	p.219
8. O APOSTOLADO LAICO, A CONQUISTA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E A REPRODUÇÃO DO “PARADIGMA CONSERVADOR”.....	p.235
8.1. O MOVIMENTO CATÓLICO, AS LUTAS INTRABUROCÁTICAS E AS CÁTEDRAS UNIVERSITÁRIAS CONQUISTADAS.....	p. 238
8.1.1. A fundação da Universidade do RGS e as cátedras da Faculdade de Filosofia.....	p.242
8.1.2. A consolidação do projeto católico: O reitorado de Armando Câmara.....	p.247
8.2. AS CÁTEDRAS DE FILOSOFIA, AS ÁREAS DISCIPLINARES INCIPIENTES E A REPRODUÇÃO DO “PARADIGMA CONSERVADOR”.....	p.250
8.2.1. Armando Câmara e a cátedra de “Filosofia do Direito”.....	p.253
8.2.1.1. A Filosofia jurídica de Armando Câmara.....	p.255
8.2.1.2. O catedrático e seus assistentes.....	p.258
8.2.2. Ernani Maria Fiori e a Faculdade de Filosofia.....	p.263
8.2.2.1. A Filosofia de Ernani Maria Fiori da década de 1940 a de 1950.....	p. 265

8.2.2.2. Ernani Maria Fiori, a democratização da Universidade e o afastamento do grupo católico.....p. 268

8.2.3. Laudelino Teixeira de Medeiros e o desenvolvimento da Cátedra de Sociologia.....p. 272

8.2.3.1. A (in)definição da Sociologia: a docência nas primeiras iniciativas escolares.....p. 274

8.2.3.2. A Sociologia na Universidade: seu desenvolvimento na Faculdade de Economia e Administração.....p.276

8.2.3.3. A Cátedra de Sociologia na Faculdade de Filosofia e a formação de professores.....p.280

8.2.3.4. Considerações sobre o estatuto da Sociologia sob a orientação de Laudelino Medeiros.....p.283

CONCLUSÃO.....p.285

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....p.291

ANEXOS.....p.318

INTRODUÇÃO

Esta tese analisa a relação entre a formação intelectual, a composição social e a atuação de grupos sociais, com a propagação de certo tipo de pensamento social, cultural e político no espaço social. Buscou-se, de forma específica, compreender os condicionantes do surgimento e da reprodução de grupos católicos num meio social adverso as práticas religiosas, e os espaços sociais os quais a atuação destes grupos foi representativa. Com este objetivo investigou-se o laicato católico formado pelos Jesuítas em seus ginásios católicos, e, especialmente em suas Congregações Marianas, no Rio Grande do Sul durante o século XX.

A motivação inicial desta pesquisa residia em compreender como um Estado como o do Rio Grande do Sul, cuja formação histórica remete a uma concepção de sociedade, senão materialista, agnóstica em termos de práticas religiosas, e que, até, ao menos, a década de 1920, não possuía um espaço institucional de formação acadêmica, produziu “filósofos” de orientação intelectual e espiritual católica?

Esta questão, invariavelmente, levava a reflexão, por um lado, do papel da religião católica na formação histórica deste Estado, e por outro, da evolução das doutrinas e/ou ideologias que fundamentaram a ação de grupos sociais específicos no espaço político riograndense. Em relação ao primeiro ponto os estudos existentes

[...] fundamentados- em grande medida- em fontes oficiais- burocrático-administrativas- produzidas por representantes da política local ou pela hierarquia eclesiástica, têm defendido a falta de religiosidade no Rio Grande do Sul em função dos péssimos estados de culto público, da precariedade das igrejas e dos paramentos e despreparo dos padres; aspectos sempre associados ao descaso e ao abandono da igreja em relação aos seus fiéis na vigência do Regalismo e do Padroado. (TAVARES, 2008, p. 39).

Esta imagem do catolicismo tradicional ou “lusobrasileiro” no Rio Grande do Sul, que de certa forma, refletia a situação nacional da Igreja durante o regime de Padroado, refere-se a práticas autônomas das irmandades religiosas, as festas populares, a um clero despreparado religiosamente e questionável, exercendo, simultaneamente, a pregação religiosa, atividades na política imperial, além adeptos a filosofias e ideologias seculares. No sul do Brasil, o impacto deste tipo de catolicismo diferiu-se do das outras regiões nacionais. Dado o tipo de colonização efetuada neste Estado, baseada na grande propriedade rural para a criação extensiva da pecuária, vastos territórios não contavam com agentes religiosos para assistirem e reproduzirem as práticas católicas entre suas populações. Além disso, no tipo de

sociedade formada, habituada as guerras de fronteira, “o sentimento belicoso crescia quanto diminuía o religioso” (GOULART, 1978, p.55). Assim, pode-se considerar que nestas regiões o catolicismo tradicional de origem lusa foi praticamente inexistente¹.

Quanto ao segundo ponto - das doutrinas e/ou ideologias que fundamentaram a ação de grupos sociais específicos no espaço político riograndense-remete ao período de transição do Império para a República no Brasil. De um lado um grupo mais antigo, ligado às concepção liberais de Estado, e representante das regiões economicamente mais relevantes, como a da campanha gaúcha, de outro, um grupo mais novo, desvinculado das instituições políticas imperiais, divulgador das ideias republicanas.

Ambos os grupos refletiram, num primeiro momento, diante da crise do Brasil – Império, os debates nacionais em torno de temas como centralização/ descentralização decorrentes das difusão das ideias liberais, republicanas e federalistas no país. Em relação ao grupo de federalistas no Rio Grande do Sul, representado, a grosso modo, por expressões como a de Gaspar Silveira Martins, Wenceslau Escobar, Antônio Ferreira Prestes Guimarães, Francisco da Silva Tavares, dentre outros, sabe-se que se familiarizam com as concepções liberais, baseadas no jusnaturalismo, na Faculdade de Direito de Olinda, e, sobretudo, na de São Paulo². Outros, como Gumercindo Saraiva, Aparício Saraiva, Rafael Cabeda, que não freqüentaram a Faculdade de Direito de São Paulo, nem de Olinda, tomaram conhecimento destas ideias de forma autodidata e através de discussões políticas. Este grupo difundiu estas ideias no Rio Grande do Sul no periódico “A reforma” (1865) do Partido Liberal.

Se em relação a este grupo federalista existam poucos estudos sobre sua composição social e a rede de relações estabelecidas, assim como da forma que receberam e difundiram as ideias liberais neste período³, o mesmo não ocorre com o grupo republicano de

¹ Entretanto, como vêm demonstrando estudos recentes, como o de Mauro Dillmann Tavares (2008), e o de Fábio Kühn (2010), as Irmandades leigas tiveram um papel expressivo na expansão das devoções religiosas, do catolicismo popular, tanto no período colonial, quanto no Imperial, especialmente na atual região da grande Porto Alegre. Isto comprova, de certa forma, que as teses em relação à ausência do catolicismo no período em questão circunscreveram-se a dinâmica social na qual estavam inseridos os grupos economicamente dominantes, como aqueles da região da Campanha.

² Sobre a formação na Faculdade de Direito de São Paulo no período imperial ver especialmente ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

³ Sobre a elite política imperial e a rede de relações constituídas ver especialmente MOREIRA, Jonas. **Entre a Paróquia e a Corte. Uma análise da elite política do Rio Grande do Sul. (1868-1889)**. 2007. 279 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História. UFRGS. Sobre os fundamentos doutrinários desses grupos políticos, ver PEREIRA, Ledir. **O positivismo e o liberalismo como base doutrinária das**

orientação ideológica “positivista”⁴. Este grupo, também advindo das faculdades de Direito de Olinda, e de São Paulo, representavam os estratos econômicos médios do Estado (PINTO, 1998) que estavam numa situação de marginalização das oportunidades políticas durante o período imperial sob a égide do Partido Liberal.

Anteriormente, porém, à propaganda republicana deste grupo, as referências ao “positivismo”, mesmo que de forma esporádica, apareciam entre os oficiais da Escola Militar, especialmente entre os ex-alunos de Benjamin Constant no Rio de Janeiro. No espaço militar periódicos como “Revista Mensal” serviram para a divulgação destas ideias, em especial o positivismo “científico”. Entretanto, foi através da imprensa contestatória às instituições monárquicas, a exemplo do jornal acadêmico “A Evolução”, fundado por Júlio de Castilhos e Joaquim Francisco de Assis Brasil, enquanto estudavam em São Paulo, que a adesão deste grupo a este sistema filosófico foi difundida.

Paulo Pezat (2007) situa o final da década de 1850 até 1881 como o período das primeiras referências ao positivismo na imprensa e nos debates políticos no RGS. Com a fundação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) inaugurou-se a segunda fase, que se estende de 1882 a 1889, definida pela propaganda republicana mais intensa. De 1889-1903, com a implantação do regime republicano, e a elaboração da Constituição Estadual de 1891, consolidou-se o projeto político do PRR inspirado no “castilhismo” – a interpretação de Júlio de Castilhos do “positivismo”- marcando a terceira fase desta república autoritária. Já de 1914 a 1923, a hegemonia do PRR foi amplamente contestada, em especial pelos federalistas, estabelecendo a guerra civil de 1923. Com a pacificação da guerra, iniciou o período em que os traços do “positivismo”, ou melhor, do “castilhismo” foram sendo abandonados ou reformados.

Sem entrar em detalhes, as ideias positivistas forneceram o substrato para a ação político-partidária dos republicanos, e a hegemonia deste grupo no poder. Neste sentido, sua formação relaciona-se a um contexto específico-a crise do Brasil - Império- no qual uma série de doutrinas, ideologias debatidas entre os estudantes em associações fora das faculdades

facções políticas gaúchas na revolução federalista de 1893-1895 e entre maragatos e chimangos de 1923. 2006. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. UFRGS.

⁴ LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975; TRINDADE, Hélio. **Poder legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul (1891-1937)**. Porto Alegre: Sulina, 1980; BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergios. (Orgs). **RS: Cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

imperiais de São Paulo e Olinda forneceram as bases para a instauração da República. A continuidade do projeto republicano de orientação “positivista” dependeu da ação dos líderes republicanos, e assim, no caso do Rio Grande do Sul, assumiu o feitiço, dada à estrutura inicialmente imposta por Júlio de Castilhos, e mantida por Borges de Medeiros, de uma “República autoritária”.

Diante deste contexto como compreender o surgimento de um grupo que difundiu a doutrina e o pensamento da Igreja Católica num espaço social adverso as práticas religiosas, politicamente anticlerical e sob a influência ideológica de um sistema filosófico – o “positivismo” - que considera a religião uma etapa ultrapassada do progresso social? A resposta a esta questão, encontra-se, por um lado, no processo imigratório no Estado, e por outro, nas instituições educativas e religiosas implantadas pela Companhia de Jesus no RGS.

Em relação ao primeiro ponto a vinda de imigrantes europeus, em especial italianos e alemães, mudou o perfil do catolicismo no Estado. Nas regiões colonizadas por estes grupos as práticas religiosas estruturavam a vida comunitária. Entre os imigrantes italianos a maioria professava a fé católica, já entre os alemães dividiam-se entre católicos e protestantes. Dada esta configuração religiosa, na ausência de quadros eclesiásticos nacionais para atender a população imigrante, Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, desde os primórdios da República, buscou atrair padres católicos, de várias Ordens e congregações religiosas, as quais não podiam mais atuar em seus países de origem. Portanto, esta configuração constituiu a base logística da restauração católica no sul do Brasil (RAMBO, 2002, p. 292).

Por outro lado, dentre todas as Ordens religiosas que se fixaram no Rio Grande do Sul atribuí-se as iniciativas dos Jesuítas, seja nas regiões de imigração, ou nas urbanas, papel primordial na restauração, tanto das instituições católicas, quanto do discurso religioso no Estado após a instauração da República de orientação doutrinária “positivista”, como ilustra o escrito de Guilhermino César (2006, p.362):

O catolicismo, que em Minas e Bahia, por exemplo, opusera pesado dique à expansão do comitismo, pouco fez para obsta-lo no Rio Grande, por lhe faltarem duas condições essenciais: unanimidade do sentimento religioso da população, sabido que o protestantismo, a partir da entrada dos colonos alemães, conquistara boa porção do Estado, e um clero à altura dos debates, com ilustração e ímpeto. Ainda assim, se reação houve, no meio católico, às pretensões da religião da humanidade, veio ela dos jesuítas de Porto Alegre e São Leopoldo.

Desde que se estabeleceram no Rio Grande do Sul os Jesuítas criaram e/ou incentivaram uma série de empreendimentos educacionais, sociais e econômicos que impulsionaram o processo de colonização do Estado. Sem entrar em detalhes, dentre todas estas iniciativas a instalação de seus Ginásios católicos marcou esta dinâmica social periférica. Inicialmente estabeleceram no Estado o Ginásio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, e após administraram o Ginásio Anchieta em Porto Alegre.

Conforme Odaci Coradini (2003) a distinção deste empreendimento, o Ginásio Anchieta, dos Jesuítas em relação ao *catolicismo de Imigração* (ROCHE, 1969; RAMBO, 1995; DE BONI, 1996) foi à incorporação da capital do Estado, e, assim, “a principal novidade, além dos deslocamentos geográficos, está no público visado, que não se restringe mais aos seminários ou à educação formal no âmbito das colônias, mas volta-se especificamente para as elites estaduais concentradas na capital”, o que tem como consequência que os grupos formados no Anchieta são “social e etnicamente heterogêneos” em relação aos originários da colônia (CORADINI, 2003, p. 138). Portanto, a formação destes grupos não se refere às lutas de identidade étnica, nem de incorporação dos imigrantes ao Estado, mas sim a formação escolar de agrupamentos sociais economicamente e politicamente mais significativos, sejam de origem lusa, italiana, francesa, alemã, e os próprios brasileiros, etc.

Os estudos existentes sobre o surgimento e a formação do laicato católico no Rio Grande do Sul reiteram as estratégias dos jesuítas do Ginásio Anchieta em forjar uma “elite” intelectual em Porto Alegre. Fernando Trindade (1982) destacou, por exemplo, o nível da formação intelectual recebida, incentivando, inclusive, a competição escolar e o autodidatismo dos alunos. O efeito disto marcou as posições do “grupo católico” nas várias esferas em que atuaram através da reprodução de um pensamento cultural conservador, uma vez que “tratava-se de manter, apesar das atualizações, uma estrutura básica educacional” (TRINDADE, 1982, pág. 41).

Odaci Luíz Coradini (2003, 2007), por sua vez, coloca como característica fundamental do grupo católico formado pelos jesuítas o fato de terem atuado com uma concepção integral do social e da política que recusou fundamentos distintos nos vários domínios em que se apresentaram. Essa multidimensionalidade de esferas de atuação e essa unidade estreita de pensamento relacionam-se ao fato que a ascensão deste grupo católico no espaço social, não representa apenas um desdobramento dos investimentos educacionais

baseado no método pedagógico dos Jesuítas, mas uma continuidade de uma matriz básica definida como *Comunitarismo Orgânico*. Tal matriz “ao mesmo tempo que pode modificar sua pauta de temas de confronto em cada conjuntura histórica, também adquire modalidades distintas (**de ação**) conforme as esferas sociais que se apresenta.” (CORADINI, 2007, p. 431, grifo do autor).

Arthur César Isaia (1998, p. 117), por outro lado, destacou o papel das Congregações Marianas enquanto instrumento de restauração católica e de formação do laicato dos Jesuítas, pois “para enfrentar o avanço da laicização cultural entre as elites, os jesuítas do Colégio Anchieta intensificaram um programa educacional que, ultrapassando o terreno escolar propriamente dito, fosse capaz de oferecer uma alternativa de vida embasada em parâmetros diversos do ethos mental da camada tradicionalmente dominante no Estado”. Portanto, a Congregação Mariana foi à escola mais fértil do grupo católico (TRINDADE, 1982).

Esses estudos forneceram uma série de elementos, mesmo pontuais, para compreender esse grupo católico. A partir deles identifica-se sua formação escolar – os Ginásios dos Jesuítas-e sua filiação religiosa e filosófica adquirida nas Congregações Marianas. Além disso, estas análises situaram os espaços sociais em que a ação dos membros deste grupo foi representativa, como no movimento católico, na Universidade e nos processos constituintes de 1934 e de 1945. Também destacaram que suas concepções intelectuais apresentavam-se de forma integral, independente do espaço social em que atuaram.

Todavia, essas colocações mais gerais permitem apenas delinear as instituições que foram importantes na formação do grupo, o ambiente cultural e político do período e os espaços sociais em que se inseriram. Neste sentido, a concepção integral de di-visão de mundo que os integrava e os associava que se refletiu na organização e difusão do movimento católico, no desenvolvimento das cátedras universitárias que assumiram, na condução de suas ações políticas, pouco foi problematizado. Diante desta contatação colocam-se as seguintes questões: Qual foi o elemento homogeneizador deste grupo? Quais autores e ideias do pensamento católico receberam e reproduziram no movimento católico? Qual foi a configuração do movimento católico organizado por este grupo? Como inseriram estas ideias no espaço social? Este é o objetivo desta pesquisa: analisar o grupo formado pelos jesuítas, o pensamento católico que receberam e reproduziram e sua inserção em certos espaços sociais.

A hipótese geral que norteou esta pesquisa é de que os Jesuítas promoveram um processo, entre os grupos que formaram, por um lado, de uniformização⁵ escolar e social, via seus Ginásios Católicos, e, sobretudo, de identificação religiosa e intelectual através das atividades de suas Congregações Marianas. Quanto ao primeiro ponto - a normatização social e escolar - a análise, empreendida por Norberto Dallabrida (2001), sobre a formação escolar proporcionada pelo Ginásio Catarinense, durante a Primeira República, forneceu um modelo explicativo suficientemente abrangente que pode ser generalizado para o estudo de todos os outros Ginásios da Companhia de Jesus, respeitando as particularidades regionais.

O segundo ponto - o processo de identificação religiosa e intelectual entre os membros do grupo católico através das atividades das Congregações Marianas - é a hipótese analisada neste estudo, pois, acredita-se que as Congregações Marianas constituíram-se, para este grupo, como um espaço de identificação religiosa e intelectual numa sociedade capitalista cada vez mais diferenciada. Deste modo, esta identificação intelectual e religiosa promovida pelos retiros espirituais, pelas conferências, pelas orientações dos padres alemães nas Congregações Marianas produziu um laicato católico extremamente vinculado à doutrina intelectual e social da Igreja Católica.

Argumenta-se, nesta direção, que o fator homogeneizador do grupo não se encontra em seu perfil social, mas sim na uniformização escolar recebida, e, sobretudo, na formação religiosa e intelectual decorrente da ação educativa dos jesuítas estrangeiros nas Congregações Marianas. Desdobra-se desta constatação, o fato de que, num ambiente cultural marcado pela ausência de espaços acadêmicos, a formação filosófica proporcionada por estes jesuítas – sobretudo, alemães -baseada nas reinterpretações do Tomismo, pautou o substrato ideológico e a identidade intelectual do grupo. Esta formação intelectual internacionalizada determinou que, entre os membros do grupo, dado o padrão de recepção de pensamento católico, não se produzisse um sistema filosófico original. Assim como os debates nacionais do período não foram expostos por meio de sua produção intelectual, pois entre o grupo:

[...]deu-se um fenômeno interessante em razão dessa prematura educação europeia; como não precisavam sair de nosso meio para uma educação mais aprimorada, as lacunas culturais que progressivamente apareciam, eram supridas pelo autodidatismo. Isto supunha inegavelmente uma educação básica bem estruturada e suficientemente larga que poderia sustentar outros conhecimentos correlatos. O autodidatismo provocou também uma cultura regional que não se aculturou totalmente mas que, por outro lado, se satisfiz com sua educação básica, retardando já na década de 1940 um desenvolvimento pedagógico mais avançado como o que

⁵ No sentido de padronização, normatização.

se produziu em São Paulo no mesmo período, O efeito desse autodidatismo foi o aparecimento de um pensamento cultural conservador. (TRINDADE; 1982, p. 41)

Dado este tipo de formação a ação coletiva do grupo católico- que chamamos de apostolado laico dos jesuítas- direcionou-se para os espaços sociais os quais pudessem impor sua identidade intelectual e a doutrina social da Igreja, como a conquista das cátedras de Filosofia e de legislação trabalhista, por exemplo, na Universidade, e a construção da ordem política através inserção dos postulados católicos nas Constituintes. No entanto, para que isto acontecesse o grupo precisou lidar com as especificidades da dinâmica social e política do Rio Grande do Sul, como o anticlericalismo das instituições e dos grupos republicanos.

Portanto, a partir desses pressupostos que se analisa o laicato católico no Rio Grande do Sul. Embora esta tese não esgote o tema, acredita-se que o caminho escolhido torne compreensível e inteligível tanto o surgimento deste grupo num espaço social adverso, quanto o modo que o Neotomismo – enquanto síntese do pensamento católico no período - foi recepcionado e reproduzido pelo grupo, além, é claro, dos espaços sociais em que a ação deste grupo foi representativa durante o século XX.

As análises tradicionais sobre o pensamento católico e seus intérpretes mais representativos no Brasil inserem-se naquele ramo de estudos historiográfico até então indeterminado em seu objeto e que se ramificou em várias vertentes designado como História Intelectual⁶. Em sua maioria tais estudos sobre o movimento católico no Brasil ligam-se à História das Ideias, nas suas perspectivas americana e inglesa⁷, uma vez que privilegiaram o pensamento católico, ou seja, as ideias difundidas em livros, revistas desconectadas do contexto social em que foram produzidas. Mesmo àqueles estudos que não desconsideraram o contexto em que as ideias foram produzidas enfatizaram mais a constituição e reprodução do pensamento católico contra- revolucionário e antiliberal e/ ou a escola de pensamento que se afiliavam.

⁶ Para uma síntese da evolução desta área de pesquisa e suas indeterminações ver: DOSSE, François. **Le marché des idées. Histoire des intellectuels, histoire intellectuelle**. Paris: La découverte, 2003.

⁷ Exemplos do contextualismo lingüístico da Escola de Cambridge encontram-se nas obras de SKINNER, Quentin. *Meaning and understanding in the history of ideas*. In: SKINNER, Quentin. **Visions of politics**, Vol 1, Cambridge: University Press, 2002; POLOCK, John. **Linguagens do ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003; TUCK, Richard. *História do pensamento político*. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da História**. Novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

O panorama descrito por José Murilo de Carvalho (2006) no artigo *História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura* situa como a História das ideias foi abordada no Brasil, e serve, em algumas questões, para compreender os trabalhos sobre o movimento católico no Brasil. Os primeiros estudos sobre as ideias e o pensamento político no Brasil, influenciados pelos escritos de Lovejoy da escola Inglesa, analisavam as ideias dos autores ou os agrupavam em famílias intelectuais ligadas a certas correntes de pensamento, caracterizando tais autores como afiliados ao liberalismo, ao positivismo, ao socialismo, etc, ou então os agregando em outras categorias tais como conservadores ou autoritários.

Os resultados desse tipo de perspectiva historiográfica são bastante conhecidos, como as obras que tratam da História do pensamento político, jurídico, filosófico, sociológico, econômico, etc. No campo do pensamento católico isto é verificado, por um lado, nas obras de História da Filosofia ou das ideias filosóficas nas quais os intelectuais católicos figuram como representantes e divulgadores do Tomismo e do neotomismo⁸, e por outro naquelas que os relacionam a manutenção e reprodução do pensamento conservador no Brasil⁹.

Dentre esta literatura encontra-se pouca referência sobre a forma como estas ideias e/ou sistemas de pensamento foram incorporadas pelos grupos que a divulgaram. Portanto, identificar um movimento intelectual a partir das ideias propagadas, sem considerar o perfil do grupo que as recepcionaram, e mesmo o contexto histórico, perde-se o escopo analítico. Nesta direção, a análise destes grupos historicamente situados acaba sendo essencial.

Atualmente as análises de *História Intelectual* ou *História dos Intelectuais* apresentam outras perspectivas, tanto nas Ciências Sociais, quanto na História¹⁰. De um lado, aparece uma espécie de *Sociologia* ou *Cartografia* dos intelectuais influenciada pelos estudos sociológicos de Pierre Bourdieu e de seu grupo sobre o campo intelectual francês¹¹. Tal

⁸ Por exemplo: COSTA, João Cruz. **A filosofia no Brasil**. Porto Alegre: Liv. Da Globo, 1945; PAIM, Antônio. **História das ideias filosóficas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, 1967; CAMPOS, Fernando Arruda. **Tomismo no Brasil**. São Paulo: Paulus, 1998.

⁹ Por exemplo: BEIRED, José Luis. **Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina: 1914-1945**. São Paulo: Loyola, 1999; FAUSTO, Boris **O pensamento nacionalista autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

¹⁰ Conforme Helenice Rodrigues da Silva (2003) a *História Intelectual oscila, por um lado, entre uma Sociologia, uma História e até mesmo uma biografia dos intelectuais, e por outro, entre uma análise das obras e das ideias como, por exemplo, uma possível versão da História da Filosofia* (p. 16). Ver SILVA, Helenice Rodrigues da. A História Intelectual em questão. In: LOPES, Marcos Antônio (Org). **Grandes nomes da História intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

¹¹ Um dos exemplos de estudos nessa perspectiva é a obra de Christophe Charle a qual reconstitui o contexto cultural o qual emergiu a figura do intelectual francês no affaire Dreyfus através da análise das mudanças que ocorreram no campo intelectual com a expansão do ensino superior, que possibilitou o surgimento de novos

perspectiva privilegia fatores externos aos textos e obras em suas análises como o perfil dos grupos sociais, a constituição das redes sociais, as filiações e as gerações intelectuais relacionadas a um determinado estado e estrutura do campo intelectual, buscando desvendar os recursos, as lógicas, os interesses e as ações que moveram à trajetória e itinerário daqueles reconhecidos como intelectuais. E por outro, no campo historiográfico, manteve-se a perspectiva *internalista* de interpretação das obras, dos discursos intelectuais, mas com novos enfoques. Apresenta-se como uma *História política dos intelectuais* a qual considera como objeto de análise os manifestos, petições, discursos que mobilizaram os intelectuais para a atuação pública, a exemplo do trabalho de Jean-François Sirinelli sobre os debates e paixões intelectuais em torno do *Affaire Dreyfus*¹².

Segundo a primeira perspectiva de análise citada acima uma das formas de abordar o surgimento deste grupo católico é a abordagem das biografias. Uma biografia não se refere à história de vida, como o sentido comum entende, porque não existe uma seqüência lógica de acontecimentos na vida de uma pessoa, ou seja, as vidas não possuem um sentido teológico (BOURDIEU, 1996a; PASSERON, 1999). A biografia fornece os dados objetivados de dado indivíduo. Como cada indivíduo traz consigo incorporadas uma série de disposições socialmente construídas que os posicionam no mundo social, é possível, a partir dos dados biográficos, localizar trajetórias comuns que compartilham esses mesmos princípios geradores, ou seja, um *habitus* comum daqueles situados no mesmo grupo social (BOURDIEU, 1996b). Esse tipo de recurso teórico-metodológico permite, em relação aos estudos históricos sobre “elites” sociais e políticas, além da reconstrução das trajetórias, revelar a persistência de estruturas sociais de dominação em dado período, ou dar indícios de mudança social.

Assim, mesmo que essa teoria não possa ser tida como universal muitos dos seus pressupostos abrangem as problemáticas direcionadas aos estudos dos grupos dirigentes. Sendo assim, a partir do método prosopográfico, é possível descobrir as homogeneidades nos grupos que justifiquem as tomadas de posição semelhantes que irão refletir-se nas suas produções intelectuais. Deste modo, inicialmente, através da prosopografia, ou seja, na análise de dados biográficos, pretendem-se descobrir as homogeneidades entre os membros deste grupo católico que justifiquem as tomadas de posição semelhantes que se refletiram nas suas produções intelectuais (MICELI, 2001).

grupos com valores, origens sociais e formação universitária, distintos daqueles já estabelecidos. Ver: CHARLE, Christophe. **Naissance des intellectuels**. Paris: Minuit, 1990.

¹² SIRINELLI, Jean-François, **Intellectuels et passions françaises**. Paris: Fayard, 1990.

Entretanto, embora se leve em consideração este recurso metodológico na análise do grupo em questão, sua problemática teórica mais geral que se vincula ao estudo de grupos dirigentes¹³ distancia-se dos nossos objetivos aqui. Neste sentido, não se busca evidenciar as estruturas de dominação a partir da análise dos grupos economicamente, socialmente e politicamente mais relevantes em determinado campo social, mas sim compreender como esse grupo, de origens e perfis sociais distintos, agregou-se e tornou de uma causa comum. Claro que entre os membros do grupo encontram-se elementos que transitaram e fizeram parte de grupos dirigentes, seja no campo político, jurídico, burocrata, etc. Portanto, para esta pesquisa alguns dados biográficos apenas ajudam a entender os fatores que os aproximou.

Neste sentido, o caminho escolhido para compreender essa aproximação refere-se à categoria de identificação. Desde os primórdios da Sociologia do conhecimento, de Karl Mannheim a Norberto Elias, a questão do modo como os grupos se associam em torno de ações coletivas numa sociedade altamente diferenciada têm tido respostas distintas, dependendo do objeto analisado. Algumas delas referem-se ao processo de identificação. Mannheim ([1928], 1982), por exemplo, recorre ao conceito de “geração” para explicar o surgimento dos agrupamentos sociais. Norberto Elias (1994), por sua vez, formula o conceito de “configuração” que se refere tanto a grandes agrupamentos (Estado, nações, cidades, aldeia), quanto a pequenos (família, escola, tribo) para compreender e decodificar as identidades sociais dentro destes espaços de interações. Mais recentemente, em relação a estes autores, Charles Tilly (1993) utilizou-se da categoria de repertórios coletivos para explicar a ação de grupos sociais específicos¹⁴.

Nesta análise sobre a formação e atuação do laicato católico no Rio Grande do Sul considera-se que as atividades desenvolvidas nas Congregações Marianas dos Jesuítas, promoveram um processo de práticas comuns, valores compartilhados, saberes apreendidos, que produziu, entre os membros do grupo, uma identificação intelectual e religiosa que se revela, tanto nas suas produções intelectuais, quanto em suas ações coletivas. Neste sentido, através das atividades nas Congregações Marianas, os escolásticos jesuítas alemães procuraram, entre o grupo católico: “desenvolver um *esprit de corps* unificado e neutralizar os efeitos das diversas orientações que seus membros trazem consigo.” (MANNHEIM, 1986, p.

¹³ Para uma síntese de análises com esta problemática no Brasil ver especialmente CORADINI, Odaci (Org). **Estudos de grupos dirigentes no Brasil. Algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

¹⁴ No decorrer da análise, quando necessário, retomamos estas categorias para explicar o grupo em questão.

101). Portanto, estes empreendidos ativaram “o sentimento de solidariedade de grupo que repousa sobre a comunidade de esquemas de percepção, de apreciação, de pensamento e de ação o qual se funda sobre a convivência refletida de inconscientes bem orquestrados” (BOURDIEU, 1989, p. 111-112, *tradução nossa*).

No entanto, como coloca Pierre Bourdieu, o conteúdo difundido e as práticas incentivadas pelos agentes religiosos das Congregações Marianas dependeram das demandas do grupo de leigos, pois o “trabalho religioso realizado pelos agentes e porta vozes especializados, investidos de poder, institucional ou não, de responder através de um tipo determinado de prática ou de discursos a uma categoria particular de necessidades próprias a grupos sociais determinados” (BOURDIEU, 2004, p. 96). Portanto, a ênfase na dimensão intelectual, além da religiosa, foi determinada pelas carências do próprio meio social. Neste sentido, compreende-se, porque o movimento católico organizado pelos congregados marianos no sul do Brasil teve um caráter mais vinculado às questões intelectuais da Igreja, e o de Pernambuco, às questões da política estadual, inclusive, os congregados marianos de Recife participaram da interventoria de Agamedon Magalhães.

As fontes preliminares desta pesquisa foram levantadas na década de 1980 por Fernando Trindade quando este realizava sua pesquisa sobre a “geração católica”¹⁵. Naquela época Trindade preocupava-se em determinar a influência deste grupo católico na Universidade, e em especial na formação e no desenvolvimento da disciplina de Filosofia na UFRGS. Com esse objetivo fez achados importantes os quais publicou em três pequenos artigos, e a diversidade do material coletado indica que a pesquisa teria continuidade, inclusive ampliando a temática, mas infelizmente foi abortada na década de 1980, com o falecimento do seu autor.

As fontes mais específicas deixadas pelo autor consistem num compilado de reportagens do Jornal Correio do Povo, as quais contemplam as atividades do grupo católico durante o processo constituinte de 1933, sobretudo as atividades da Liga Eleitoral Católica frente a seus opositores, como a Liga Pró - Estado Leigo. Assim como se encontram fontes variadas e reportagens de diversos periódicos sobre a repercussão da polêmica do escritor Érico

¹⁵ Todo esse acervo está encontra-se no CISOAL sob os cuidados de Hégio Trindade, irmão de Fernando, a quem agradeço.

Veríssimo com o Pe. jesuíta Leonardo Fritzen na década de 1940. Ambos os materiais foram utilizados em seus artigos, especialmente naquele dedicado a influência deste grupo católico na formação da Faculdade de Filosofia da UFRGS, e naquele centrado no conteúdo da polêmica entre o escritor Érico Veríssimo e o Padre jesuíta e na descrição dos grupos solidários a um ou outro dos envolvidos¹⁶.

Dentre os dados mais gerais sobre esse grupo católico levantadas por Fernando Trindade e utilizadas em maior ou menor grau em seus trabalhos encontram-se artigos publicados em jornais laicos ou religiosos (*Correio do Povo*, *Diário de Notícias*, *Estrela do Sul*, *Nação*, *Jornal da Manhã*, entre outros); entrevistas e depoimentos transcritos realizados com ex-alunos do 1º curso de Filosofia, com diretores de unidades acadêmicas da Universidade, com participantes da Liga eleitoral católica, com membros da Associação dos professores católicos e membros das Congregações Marianas; exemplares dos periódicos ligados a esse grupo ou a hierarquia eclesiástica como a revista *Idade Nova* e a revista *Unitas* da Cúria Metropolitana, e, por fim, atas de presenças e listagens de membros da Congregação Mariana *Mater Salvatoris* e da Congregação Mariana *Auxilium Christianorum*. Além de alguns dados biográficos daqueles que exerceram posições de liderança entre os Congregados Marianos, além de fontes variadas das mais diversas naturezas.

Entre todo esse material recolhido por Fernando Trindade foram muito úteis para este trabalho os relatórios da composição da Congregação Mariana de Acadêmicos *Mater Salvatoris*; a relação de membros do Centro Católico de Acadêmicos, o documento de constituição da sociedade civil CMM dos formados *Auxilium Christianorum* e a relação de seus congregados, em 1937, assim como relação de seus membros em 1950.

A partir dessas listas dos membros das Congregações foi possível compor uma amostra significativa e um perfil desse grupo. Para isso, utilizaram-se fontes secundárias, como os dicionários e livros de memórias, objetivando colher informações biográficas dos membros do grupo católico, dada à impossibilidade de realizar entrevistas em profundidade com os membros mais representativos do laicato católico advindo das Congregações Marianas, uma vez que a maioria destes agentes já faleceu.

¹⁶ TRINDADE, Fernando. Uma contribuição à história da Faculdade de Filosofia da UFRGS. **Revista do IFCH/UFRGS**, Porto Alegre, n.10, 1982 e TRINDADE, Fernando. A polêmica entre Érico Veríssimo e o Pe. Leonardo Fritzen, SJ. **Revista do IFCH/ UFRGS**, Porto Alegre, n. 11/12, 1984.

Na impossibilidade de produzir estes dados a partir da realização de entrevistas em profundidade contou-se com os depoimentos e entrevistas existentes sobre temas mais pontuais realizadas por Fernando Trindade na década de 1980, com Ernani Maria Fiori, Laudelino Teixeira Medeiros, Francisco Machado Carrion, Francisco Casado Gomes, Eloy José da Rocha e Álvaro Magalhães; com as entrevistas realizadas por Hélió Trindade e que compõem o banco de dados do CISOAL (Grupos de pesquisa em Ciências Sociais da América Latina) com Francisco Machado Carrion, Aldo Obino, Arthur Morsh, Fernando Gay da Fonseca; e com entrevistas realizadas pela autora com José Sperb Sanseverino, Daniel Faraco e Galeno Velinho de Lacerda. Contou-se também com a entrevista com o padre Gustavo Pereira Filho realizada para o programa televisivo *Memória Paranaense* localizada no Museu de Imagem e Som do Estado do Paraná. Além, é claro, de uma série de publicações memorialistas, as quais também serviram como fontes complementares.

Em relação à análise da recepção do pensamento católico pelo grupo como um todo optou-se pelo exame da revista *Idade Nova* e da Revista *Estudos*. A primeira surgiu em 1934 dirigida pelo grupo orientado pelo Padre Werner Von Und Zur Mühlen do Centro Católico de Acadêmicos (CCA) e a maioria de seus exemplares encontra-se no acervo Fernando Trindade e na Cúria Metropolitana. A segunda surgiu ligada a Associação dos Professores Católicos sob a liderança de Armando Câmara e todos seus números localizam-se na biblioteca da Pontifícia Universidade Católica (PUC). Portanto, a partir da análise dessas revistas foi possível localizar os conteúdos difundidos e os autores considerados relevantes nas reflexões dos Congregados Marianos.

Tendo os nomes e as obras dos autores que mais influenciaram o grupo católico buscou-se, na Biblioteca Central da UFRGS, os exemplares. Destaca-se, neste sentido, que boa parte destes livros consultados pertenceu aos próprios membros do grupo católico. A localização destas obras na biblioteca da UFRGS deve-se ao fato que muitos dos membros do grupo em questão foram professores desta instituição e doaram parte de suas bibliotecas pessoais.

A despeito das dificuldades em retomar a pesquisa inconclusa de Fernando Trindade, algumas foram às vantagens. Nesse sentido, é importante destacar o avanço da literatura, em várias áreas disciplinares, sobre o modelo de Igreja implantado no Brasil, em relação aos grupos mobilizados por esse tipo de Igreja, e análises da atuação dos agentes eclesiásticos mais representativos. Portanto, atualmente a literatura sobre o tema é distinta daquela da

década de 1980, uma vez que se encontram uma série de dissertações, teses, artigos, escritos, que clarificam os mais variados aspectos e problemáticas dessa temática¹⁷.

Dinâmica que também se aplica a história da Igreja no Rio Grande do Sul, pois existe vasta literatura dedicada às características desse modelo Igreja, ao relacionamento com as populações imigrantes e com os governos republicanos, ao papel das Ordens religiosas, e sobre a atuação das lideranças eclesásticas, etc¹⁸. Mesmo que uma parte dessa produção possa ser considerada comprometida, uma vez que seus produtores também foram agentes da Igreja, toda essa literatura- comprometida ou não- trouxe elementos esclarecedores sobre a configuração da Igreja católica no Rio Grande do Sul.

Portanto, esta literatura é considerada, nesta pesquisa, fonte auxiliar, uma vez que indicam o papel e a atuação da Companhia de Jesus na implementação do modelo de Igreja católica romanizada no Sul do Brasil. Tomamos também as entrevistas com agentes estudiosos da temática como Luiz Osvaldo Leite, Frei Rovílio Costa e Luiz de Boni, que compõem o acervo do CISOAL, como fontes de informações qualificadas sobre o tema. Outra fonte importante em relação à atuação dos jesuítas da Companhia restaurada no Rio Grande do Sul foram às publicações da Editora da UNISINOS editadas por Pe. Arthur Rabuske S.J.

Além do avanço da literatura é importante destacar que, embora Fernando Trindade, naquela época, tenha coletado algumas produções intelectuais que se encontravam dispersas de Pe. Werner e Armando Câmara, entre outros, posteriormente coleções como *Os pensadores gaúchos* da Editora da Pontifícia Universidade Católica, pesquisaram as publicações de tais agentes e publicaram em edições separadas. Deste modo, obras como

¹⁷ Por exemplo: OLIVEIRA, Pedro A. **Religião e dominação de classes: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985; COMBLIM, José. Para uma tipologia do catolicismo no Brasil. *Revista Eclesiástica brasileira*. Petrópolis: Vozes, V.28, fac.1, p 46-73, 1978; AZZI, Riolando. **O episcopado no Brasil frente ao catolicismo popular**. Petrópolis: Vozes, 1977; ARAÚJO, José Carlos Souza. **Igreja Católica no Brasil. Um estudo de mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas, 1986; BENCOSTA, Marcus Levy. **Igreja e poder em São Paulo: Dom João Batista Côrrea Nery e a romanização do catolicismo brasileiro (1908-1920)**. 1999. Tese (doutorado em História). Departamento de História da FFLCH, USP; MORAES, Sibeli de. **O episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour (1878-1921)**. 2003. Dissertação (Mestrado História). PPG História UFMT; WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no século XIX: A reforma de Dom Antônio Joaquim Mello (1851-1861)**. São Paulo: Ática, 1987.

¹⁸ Por exemplo: DALLABRIDA, Norberto. 2001. **A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001; ISAIÁ, Arthur. 1998. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998; SEIDL, Ernesto. 2003. **A elite eclesástica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS. Tese (Doutorado em Ciência Política) Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS; SEIDL, Ernesto. Escola, religião e comunidade: elementos para compreensão do "catolicismo imigrante". *Pensamento Plural*, 2:77-104, 2008; SCHUPP, Ambrósio. 2004 [1912]. Missões dos jesuítas alemães no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Unisinos, 2004 [1912]; RAMBO, Arthur. Restauração católica no sul do Brasil. *História, Questões e Debates*, v. 36, p. 279-304, 2002.

Armando Câmara, organizada por Luiz Alberto de Boni; *Diálogos no Solar dos Câmara*, de Jacy de Souza Medonça; *Criteriologia*, de Frei Pacífico de Bellevaux, *Vade-Mécum filosófico*, de Gustavo Locher SJ e *Padre Werner Von Und Zur Mühlen: textos escolhidos*, organizado por Luis Alberto De Boni; constituem fontes importantes.

Portanto, acredita-se que a partir da sistematização dessas fontes possam-se trazer dados novos sobre a formação do laicato católico, a recepção e propagação do pensamento conservador e os espaços sociais em que atuaram no Rio Grande do Sul.

Esta tese divide-se em três partes. Na primeira, intitulada “O catolicismo Romanizado e a Companhia de Jesus no Brasil” analisou-se como o tema vêm sendo tratado na literatura especializada e qual foi a relação das Ordens religiosas com a implementação das estruturas do catolicismo “romanizado” no Brasil. Deste modo, **no primeiro capítulo** apresenta-se brevemente como o projeto de restauração católica, desenvolvido a partir do século XX no Brasil, vem sendo analisado e interpretado pela literatura especializada.. Mais do que apenas contextualizar a reação católica no Brasil, após a separação da Igreja do Estado, buscou-se situar o espaço dentro dessa literatura atribuído aos leigos e as Ordens religiosas no fomento do movimento católico. Nesta direção, demonstra-se que, embora apenas recentemente considerado na bibliografia disponível, as Ordens religiosas, especialmente a Companhia de Jesus, tiveram uma atuação proeminente na formação escolar, além dos quadros eclesiásticos, dos grupos relevantes no período republicano brasileiro.

A par destas considerações no **segundo capítulo** apresenta-se um breve panorama do regresso da Companhia de Jesus ao Brasil. Objetivou-se, através da análise do contexto internacional e nacional, compreender porque voltaram? Assim como delimitar que países tais missões representavam e de quais retornavam? Apesar das narrações históricas turbulentas sobre os Inacianos, cujo conteúdo revela mitos, conflitos, perseguições, dentro e fora da Igreja católica, buscou-se expor as condições que possibilitaram sua volta, e as especificidades entre as missões da Companhia com as regiões brasileiras para as quais foram designadas. Com este objetivo, demonstra-se que a relação inicial estabelecida, de certa forma bem sucedida, entre os empreendimentos dos Jesuítas com os grupos de imigração, tal como ocorreu no sul do Brasil, não consiste numa especificidade desta região, pelo contrário, tal relação reproduziu-se

também, com menos ou mais intensidade, nas outras localidades em que os jesuítas fixaram residência.

Para delimitar as condições internacionais e nacionais que possibilitaram que a Companhia de Jesus restabelecesse suas atividades no Brasil consideraram-se, como fontes essenciais, os relatos produzidos pelos inicianos – levando em conta que alguns destes comentaristas foram atores e relatores desse processo. Para completar as informações recolhidas contou-se com algumas análises biográficas disponíveis de alguns dos jesuítas que vieram ao país, a exemplo daquelas produzidas por Arthur Rabuske sobre o Pe. Werner Von Und Zur Mühlen e sobre o Pe. Gustavo Locher, e aquelas do Pe. Balduino Rambo e do Pe. Arthur Blasio Rambo sobre o Pe. J.E. Rick, e os próprios escritos de natureza biográfica do Pe. Max Von Lasserg, S.J, pois fornecem informações detalhadas em relação à ambientação religiosa e cultural dos países em que estes jesuítas percorreram. Em relação à missão portuguesa da Companhia de Jesus no nordeste, de 1911 a 1936, contou-se com os dados agregados por Pe. Ferdinand Azevedo¹⁹. Deste modo, na impossibilidade de agregar fontes confiáveis e neutras sobre o trajeto da Companhia de Jesus no Brasil optou-se, como descrito acima, pelos relatos produzidos pelos próprios agentes desta Ordem. Admitindo-se que esta opção acaba por reificar e consagrar a história oficial contadas por estes agentes religiosos, mesmo assim, na falta de dados originais, utilizou-se. Dado o caráter contextual do capítulo acredita-se que esta opção não influenciou os resultados da pesquisa em questão.

A segunda parte da tese dedica-se a analisar o apostolado laico dos jesuítas no Rio Grande do Sul e a recepção do pensamento católico. Entretanto, antes desta análise, **no terceiro capítulo** demonstra-se que a formação escolar e a identificação religiosa proporcionada pelas instituições educativas dos jesuítas não consistiu numa especificidade do Sul do Brasil. Esta dinâmica aplica-se também, em menor ou maior grau, as distintas missões da Companhia de Jesus estabelecidas no Brasil, que, através de seus ginásios católicos, buscaram formar escolarmente os grupos urbanos. Assim, demonstram-se as singularidades da implantação dos empreendimentos educativos da Companhia de Jesus restaurada no Brasil, como seu método pedagógico e a expansão do laicato militante formado em suas Congregações Marianas.

¹⁹ AZEVEDO, Pe. Ferdinand. **A missão portuguesa da Companhia de Jesus no nordeste (1911 a 1936)**. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches- FASA, 1986.

Dado este contexto mais amplo, analisou-se **no quarto capítulo** o grupo católico militante do Rio Grande do Sul. A partir de dados biográficos e depoimentos buscou-se compreender os fatores que possibilitaram que surgisse um laicato católico militante num contexto adverso a prática religiosa masculina. Nesta direção analisou-se o perfil demográfico, familiar, político deste grupo buscando suas similitudes e diferenças. Evidenciou-se, neste sentido, a despeito de suas características sociais heterogêneas, que o fator homogeneizador do grupo foi à formação escolar adquirida nos Ginásios dos Jesuítas, e, sobretudo, a formação religiosa e filosófica adquirida nas atividades das Congregações Marianas. Em relação às Congregações Marianas um aspecto peculiar deste grupo foi à formação intelectual recebida pelo escolástico jesuíta Werner Von Zun Mülhen. Num contexto social em que não existia nenhum espaço institucionalizado de formação filosófica coube a este agente religioso alemão difundir a tradição tomista e produzir uma identidade intelectual comum entre os membros deste grupo católico.

Com base na formação intelectual dos membros do grupo católico, destacada no item anterior, no **quinto capítulo** demonstra-se como a tradição tomista – que, naquela época, representava a síntese do pensamento católico- foi apreendida e recepcionada pelos membros do apostolado laico formado pelos jesuítas em suas Congregações Marianas. Deste modo, a partir das citações encontradas em seus escritos, apresentou-se, mesmo que de modo sucinto, os autores com os quais dialogavam. Destacou-se, neste sentido, a predileção do grupo católico por aqueles autores que, em algum momento, foram considerados referências intelectuais na formulação da doutrina da Igreja, especialmente nos Pontificados de Pio XI e Leão XIII. Portanto, tal predileção por esses autores sugere que o modelo de Igreja Romanizada e a formação intelectual e religiosa proporcionada pelos jesuítas influenciaram as escolhas intelectuais do grupo, além de revelarem, entre o grupo, uma identidade intelectual comum. Contou-se neste capítulo como fontes primordiais os artigos publicados nas revistas *Idade Nova* e *Estudos*. No entanto, alguns esclarecimentos devem ser feitos quanto às características destas revistas e o modelo de análise adotado.

Diferentemente da investigação empreendida por Cândido Moreira Rodrigues (2005) sobre as matrizes – filosóficas e/ ou políticas reproduzidas na revista *A Ordem* pelo grupo católico do Centro Dom Vital cuja pesquisa totalizou 552 artigos analisados, nosso objetivo foi bem mais modesto, devido às particularidades das revistas investigadas. Ao contrário da revista *A Ordem*, a revista *Idade Nova*, fundada em 1934, pelo grupo da Congregação

Mariana *Mater Salvatoris* e do Centro Católico de Acadêmicos (C.C.A), não teve como objetivo principal a publicação de artigos, uma vez que serviu de instrumento de divulgação dos estatutos e do desenvolvimento do incipiente movimento católico no Estado, liderado pelo mesmo grupo diretor da revista. Mesmo assim, conforme Biase Faraco – membro do grupo do C.C.A e das Congregações Marianas- em certo momento a produção de artigos tornou-se imperativa, como ilustra seu depoimento:

Foi depois de um retiro fechado de alguns membros do CCA que se operou essa mudança radical. (...) Já não se cogitava mais da elaboração dos estatutos que foram abolidos. Seriamos doravante dirigidos pelas normas da moral e do bom senso. Todos os associados do CCA seriam obrigados a apresentar mensalmente um artigo. (...) E a pena que não o cumprimento disso acarretaria a demissão de sócio do CCA, era alguma coisa semelhante ao despotismo. Retiraram-se muitos. A resolução permaneceu, porém, firme, como firme seriam doravante as ordens emanadas da direção. Daí por diante tudo serenou. Não houve mais dificuldades em cumprir o que era resolvido (FARACO, B; 1935, p. 1)

A partir deste momento encontram-se publicações variadas dos membros do C.C.A e das Congregações Marianas. No entanto, tais publicações apresentavam um espectro variado de temas, seja de conjuntura internacional, nacional e local, assim como questões mais pontuais da vida política ou religiosa do Rio Grande do Sul. Além de críticas cinematográficas, resenhas literárias e espaços dedicados à divulgação dos serviços profissionais dos membros do grupo. Portanto, embora reflexões de cunho estritamente filosóficos e intelectuais na Revista *Idade Nova* representem uma amostra pequena, a partir delas foi possível delinear, especialmente para a década de 1930, os autores utilizados para a crítica e/ou conciliação à modernidade.

Já a revista *Estudos*, ligada a Associação dos professores católicos do Rio Grande do Sul apresentou outra configuração. Fundada na década de 1940, por um dos líderes do grupo católico -Armando Câmara - incentivado por boa parte dos círculos católicos, se define como uma revista de Filosofia e Cultura, e deste modo, a publicação de artigos foi seu objetivo principal, seja na forma de conferências posteriormente registradas ou artigos confeccionados para sua divulgação. Neste sentido sua análise tornou-se imperativa, uma vez que boa parte do grupo o qual investigamos teve ao menos uma publicação nesta revista. Para ambas as revistas procedeu-se a análise do mesmo modo, destacando e descrevendo as ideias dos autores mais citados, as quais foram reproduzidas pelos membros do grupo católico. Demonstra-se, nesta direção, que não se produziu um pensamento original, mas sim se reproduziu o debate internacional católico do período anterior ao Concílio do Vaticano II.

Definido o perfil religioso e intelectual do grupo e tendo por base os autores os quais dialogavam do pensamento católico na terceira parte analisou-se os espaços sociais em que a ação deste grupo foi representativa, ou seja, a articulação do movimento católico no Estado, nos processos constituintes e, sobretudo, na Universidade. Assim, no **sexto capítulo**, expõem-se como estas ideias estruturaram o movimento católico organizado no Rio Grande do Sul. Demonstra-se, neste sentido, que tanto o debate intelectual católico do período marcou o movimento católico, quanto o tipo de formação religiosa proporcionada pelas Congregações Marianas. Além disto, embora os movimentos católicos de leigos em geral, especialmente os da década de 1930 a 1940, fossem coordenados a partir das lideranças eclesiais, destaca-se que o movimento no Rio Grande do Sul articulou-se a partir do grupo formado pelos jesuítas, nem sempre em consonância com as prerrogativas do Arcebispo Dom João Becker.

Após, no **sétimo e no oitavo capítulo** buscou-se pontuar os espaços sociais que a reflexão católica e a ação dos membros deste grupo católico foram representativas. Com este intuito, no **sétimo capítulo**, analisou-se como atuaram na esfera política e os resultados alcançados. Argumenta-se, em relação a este último ponto, que o contexto político e religioso regional de quando se inseriram no debate político, afetou, de certa forma, seus investimentos políticos posteriores. Entretanto, as eleições constituintes, seja a de 1935, ou a de 1945, no qual buscaram inserir os postulados católicos nas Constituições Nacionais, foram à forma de ingresso de algumas das lideranças deste grupo na carreira política.

No **oitavo capítulo** analisou-se o espaço social em que a ação deste grupo foi a mais representativa. Trata-se da conquista da Universidade pública, em especial de cátedras da Faculdade de Direito e, sobretudo, das da Faculdade de Filosofia. Embora, a princípio, a conquista do espaço universitário pareça não ter relação com o movimento católico, fez parte do projeto de restauração católica. Deste modo, demonstra-se que conquista das cátedras universitárias foi decorrente de lutas intraburocráticas para a aquisição de cargos, nas quais o substrato ideológico e as redes de relações pessoais, em especial aquelas construídas no meio católico, entre aqueles que frequentaram as Congregações Marianas, favoreceram o grupo em questão. Assim como buscaram reproduzir, em cátedras específicas, a reflexão católica, redefinindo, inclusive, o desenvolvimento de áreas disciplinares incipientes e tradicionais.

PARTE I: O CATOLICISMO “ROMANIZADO” E A COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL.

Nesta parte analisa-se inicialmente como a implantação da Igreja Romanizada durante o século XIX vem sendo trabalhada na literatura sobre o tema e o espaço dedicado, dentro desta problemática, as Ordens religiosas europeias, em especial a Companhia de Jesus, que ingressaram no Brasil neste período. Além disso, situa-se, dentro da literatura disponível, o papel atribuído aos leigos no processo de restauração católica no Brasil.

Após demonstra-se como a Companhia de Jesus regressou ao Brasil em fins do período imperial e meados do republicano. Nesta direção, expõem-se como suas diversas missões dividiram no território brasileiro e quais atividades desenvolveram. Acredita-se que esta descrição mais contextual torne inteligível, tanto o regresso da Companhia de Jesus ao Brasil, como o modo que se enquadra nos estudos dedicados a Igreja Católica no Brasil no período em questão.

1. A RESTAURAÇÃO CATÓLICA, AS ORDENS RELIGIOSAS E OS LEIGOS.

A produção intelectual –acadêmica ou não- sobre a restauração católica no Brasil é vasta e diversificada. Abrange desde estudos do ponto de vista eclesiástico, da História da religião católica no Brasil, até análises de cunho sociológico acerca das trajetórias dos principais representantes na esfera intelectual deste movimento ou em relação ao recrutamento e tipos de carreiras eclesiásticas. Existe ainda uma série de trabalhos, a partir de fontes historiográficas, dedicados à análise de relações históricas concretas, como a ligação da Igreja com o Estado Novo de Getúlio Vargas, especialmente em relação à esfera educacional.

Nosso objetivo, frente tal diversidade de temáticas, aportes e relações privilegiadas nas mais variadas áreas disciplinares as quais enfrentaram esta temática, é desenvolver historicamente o significado da restauração católica no Brasil e destacar o lugar e o papel dos leigos nesta literatura. Deste modo, ao situar os temas dominantes dentro dessa problemática buscou-se demonstrar certas relações que ainda carecem de análises mais detalhadas e sistematizadas como a atuação de certas Ordens religiosas no sentido de fomentar elites católicas que vieram a atuar de modo significativo nos movimentos católicos de leigos durante o século XX.

Primeiramente destaca-se a partir da bibliografia disponível e relevante, a romanização do catolicismo no Brasil através da formação e da atuação dos quadros eclesiásticos da Igreja Católica. Após situa-se a forma de recrutamento da elite intelectual e o significado da atuação destes intelectuais para o projeto de Restauração Católica e o papel privilegiado dessa relação nos estudos sobre o movimento católico no Brasil. Feito este balanço, demonstra-se como a atuação das Ordens religiosas tem sido contemplada na literatura especializada.

1.1. A ROMANIZAÇÃO E OS NOVOS QUADROS ECLESIASTICOS

Em torno dos processos instaurados com a Romanização e a reorganização institucional da Igreja que se situam a maioria dos estudos, independente da área disciplinar a qual se filiam, sobre a restauração católica no Brasil. Dentre as análises mais específicas destacam-se aquelas dedicadas ao exame do recrutamento, da formação e da atuação dos quadros eclesiásticos (MICELI, 1988; SEIDL, 2003; SERBIN; 1992; 2008); aquelas que analisam a relação das novas Dioceses com as oligarquias regionais, com destaque para a atuação de certos bispos reformadores (ISAIA, 1998; BENCOSTA, 1999), e, mais recentemente, aquelas centradas nos Ginásios católicos e na escolarização das elites (DALLABRIDA, 2001; LEONARDI, 2004; MANOEL, 1996; BARROS, 2006).

A Romanização do catolicismo refere-se à reorganização institucional da Igreja baseada nas determinações da Cúria Romana. Surgiu como desdobramento da orientação política ultramontana da Igreja, a qual se desenvolveu como reação ao mundo moderno. Reflete, portanto, um esforço de adaptação e reação da Igreja aos novos desafios advindos com a ascensão dos ideais iluministas, contidos no liberalismo, no racionalismo e no socialismo os quais questionavam e combatiam sua influência ideológica em várias esferas sociais. Frente a essa situação Pio IX denunciou os erros modernos –especialmente advindos com a ilustração- na encíclica *Qui Pluribus, Quanta Cura e Syllabus* e a Igreja optou por reforçar a doutrina tradicional católica e decretar a infalibilidade papal. Deste modo, a partir do Concílio do Vaticano (1869-1870) a política ultramontana fora hegemônica uma vez que reafirmaram - se os princípios disciplinadores da doutrina católica tridentina baseadas na Igreja universal. Como ilustra Ivan Aparecido Manoel (2008, p. 47):

Esse fortalecimento possibilitou ao grupo ultramontano executar um programa de ação composto de três tópicos básicos: 1) combater o pensamento moderno, em todos os lugares e em todos os momentos, com o intuito de recuperar para a Igreja o

monopólio da produção do saber, segundo os cânones do tomismo; 2) internamente, combater os adeptos de uma política descentralizadora com primazia do episcopado, impondo a concentração de poder institucional nas mãos do Papa e da Cúria Romana; 3) externamente, neutralizar a ingerência do poder temporal nos assuntos da Igreja.

Noutro aspecto, a Igreja católica reagiu – após sua separação do Estado com o fim do regime de Crisandade- contra a laicização do mundo social, dos serviços públicos, especialmente em relação ao sistema educacional. Nesta direção as soluções adotadas variaram desde o conflito direto com os regimes republicanos até certa adaptação à nova situação. Esse último aspecto – que interessa para a Igreja no Brasil- é conhecido como *autocompreensão* da Igreja, a qual, após sua separação do Estado, buscou gestar, unificar e expandir sua estrutura eclesiástica. Portanto, a formação e a atuação das lideranças eclesiásticas, nesse sentido, é o elemento fundamental para a compreensão da estrutura da restauração da Igreja católica no espaço social.

Este processo no Brasil traduziu-se, a partir da instauração da República e o fim do regime de Padroado entre Igreja e Estado, numa modernização conservadora da instituição religiosa. Assim, por um lado a Igreja liberou-se da sua oficialidade perante o Estado e teve liberdade para formar e nomear seu próprio clero seguindo as diretrizes de Roma, e por outro, defrontou-se com a liberdade religiosa promulgada pela Constituição republicana. Desse modo, a antiga relação de regalismo entre a Igreja e o Estado:

Dava lugar a um Estado não confessional, em que o nome de Deus era riscado dos atos públicos, o catolicismo nivelado às seitas protestantes minoritárias no mesmo regime de liberdade religiosa, os símbolos religiosos afastados de todos os edifícios públicos, o casamento civil instituído, as propriedades de *mão morta* ameaçadas de expropriação. Tudo isso configurava um regime liberal que tinha sido claramente condenado pelo magistério oficial da Igreja, particularmente pelo Syllabus de Pio IX. (MOURA, 2006, p. 351)

É neste sentido que o Clero da Igreja reagiu inicialmente através da Pastoral Coletiva de 19 de março de 1890 ressaltando a aprovação de alguns aspectos da nova ordem legal republicana e a reprovação a outros, especialmente o processo de laicização do Estado representado pela *Igreja Livre num Estado Livre*. Desta forma, frente à perda do seu monopólio em matéria religiosa a Igreja estrategicamente optou pela sua construção institucional e a expansão territorial, com a organização de novas Dioceses que investiram na formação e reprodução de quadros eclesiásticos e na formação da elite política através da expansão das escolas católicas (MICELI, 1988). Portanto, no processo de restauração católica

cada vez mais a Igreja afastou-se do catolicismo popular e direcionou-se ao Estado, através da formação das elites.

Esta direção se deu pela própria avaliação negativa do episcopado brasileiro sobre as práticas religiosas do catolicismo tradicional durante o período imperial. As críticas dos Bispos reformadores- como Dom Antônio Ferreira Viçoso, de Mariana; Dom Antônio Joaquim de Melo, de São Paulo; Dom Antônio de Macedo Costa, do Pará; e Dom Vital de Oliveira, de Olinda e Recife – referiam-se ao despreparo do clero luso e a sua dependência as determinações do gabinete imperial, a precarização dos seminários existentes, a falta de disciplinamento na devoção popular e a ignorância em matéria religiosa. Deste modo:

A romanização significou a afirmação de uma Igreja institucional e hierárquica que se estendeu sob todas as variações populares do catolicismo; a emergência reformista do episcopado para controlar a doutrina, a fé, as instituições e a educação do clero e do laicato, a dependência cada vez da Igreja brasileira, de padres estrangeiros, vindos da Europa, notadamente das congregações e ordens religiosas, para realizar a reforma do catolicismo tradicional luso-brasileiro para um catolicismo de caráter mais universalista. (SERPA, 2008, p. 84)

Portanto, a atuação da Igreja Católica foi normatizada através: 1) reestruturação do corpo eclesiástico, através da importação de ordens religiosas europeias; 2) expansão territorial do controle eclesiástico via multiplicação de Dioceses e Arquidioceses; 3) a criação de Seminários e educandários católicos; 4) o disciplinamento da devoção, da fé dos fieis através do papel central do sacerdote no controle das Irmandades leigas. Assim sendo, tal modernização abrangeu, com base num discurso unificado da Igreja – através de pastorais, documentos, orientações litúrgicas, decretos institucionais- sua organização interna e o disciplinamento dos clérigos, do laicato e da devoção popular.

A romanização foi conduzida, sobretudo, pelas Ordens religiosas europeias que assumiram a formação dos prelados nos novos Seminários, especialmente a Ordem dos Jesuítas e a dos Vicentinos (no Brasil conhecidos como Lazaristas). Conforme Miceli (1988) os seminários atuaram como colégios particulares, centros de atração e fomentadores de vocações religiosas tanto para indivíduos advindos da aristocracia imperial, quanto para aqueles ligados ao patriciado rural decadente ou de origem social mais humilde - que almejavam usufruir da carreira eclesiástica para reconversão social - além daqueles da extração mais baixa que buscavam a estrutura da igreja para adquirir formação escolar e deste modo, ascender socialmente. Este argumento é ratificado por Serbin (1992, p. 93):

Os seminários aburguesaram os jovens, garantindo-lhes uma vida confortável e uma carreira segura e interessante numa sociedade que dificilmente fornecia profissões fora a advocacia, a medicina e a política. Para os que não podiam pagar uma escola particular, o seminário era especialmente atrativo como modo de ascensão social. Lá o aluno recebia o melhor da formação clássica, considerada idônea na educação brasileira, e integrava-se a elite intelectual do país.

Este processo de *clericalização* da Igreja ou reprodução social do clero no Brasil teve como um de seus efeitos a restauração do espaço da Igreja na sociedade após sua separação do Estado. Além disso, o processo de *europização* da Igreja, através das constantes vindas de ordens religiosas do velho mundo, tornou o catolicismo brasileiro “mais erudito e, portanto, mais atrativo para os intelectuais e os setores médios urbanos” (SERBIN, 2008, p. 82). Neste sentido que se compreende as estreitas relações da Igreja com as oligarquias regionais as quais facilitaram a implantação de Dioceses, e a expansão do sistema de ensino católico. Miceli (1988, p. 67) caracteriza esse processo:

Ao brindar todos os Estados brasileiros com pelo menos uma Diocese, a Igreja passou a dispor de um sistema interno que se pautara pelas linhas de força que presidiram à montagem do pacto oligárquico [...] A política de estadualização foi implantada através de estratégias diferenciadas conforme o peso político e a contribuição econômica de cada unidade federativa para a manutenção do pacto oligárquico e, conseqüentemente, em função da margem de influência e prestígio já conquistado pela Igreja, do grau de receptividade à sua contribuição por parte dos círculos dirigentes locais e do potencial de mobilização dos católicos como grupos articulados de pressão a ponto de influir sobre as decisões governamentais suscetíveis de afetar as áreas vitais de interesse para a própria organização eclesiástica (MICELI, 1988: 67).

No bojo destas relações caracterizadas por Sérgio Miceli (1988) que se encontram aqueles estudos centrados na ligação de certas lideranças eclesiásticas com os projetos republicanos regionais, a exemplo dos trabalhos de Augustin Wernet e Marcus Levy Bencosta sobre os Bispos de São Paulo Dom Antônio Joaquim Mello e Dom João Batista Nery, respectivamente, a análise de Arthur César Isaia sobre o arcebispado de Dom João Becker, no Rio Grande do Sul, e a dissertação de Mestrado de Sibeli de Moraes sobre o episcopado de Dom Carlos D’Amour no Mato Grosso.

Dentro deste processo de “autocompreensão” da Igreja os movimentos de leigos passaram a ser mais dependentes dos líderes eclesiásticos, e, em alguns casos dos padres das ordens religiosas. Neste sentido, as lideranças eclesiásticas tiveram um papel fundamental tanto nos movimentos de demonstração de fé, de devoção, quanto na Ação Católica instituída na década de 1930. Se antes, no catolicismo popular, as irmandades religiosas, as confrarias agiam de forma autônoma à hierarquia católica, através do culto livre dos santos, das romarias, das procissões irradiadas a partir de suas capelas, casas e santuários; com a

romanização do catolicismo a Igreja “defendeu a ortodoxia, a autoridade clerical e o fim da autonomia leiga” (SERBIN, 2008, p. 81).

Neste sentido destacou-se a atuação do episcopado em relação à militância religiosa e cultural dos leigos. A cooptação e a formação do laicato através de inúmeras iniciativas ficaram ao encargo das lideranças eclesiais formadas dentro dos preceitos do catolicismo reformador, a exemplo da trajetória de Dom Sebastião Leme, como ilustra Alípio Casali (1995, p. 78):

Pode-se dizer que, nesse quadro global, as principais condições objetivas estavam dadas, para a implantação de um movimento restaurador da Igreja no Brasil, que passasse por uma articulação das Dioceses e das Ordens religiosas, essas cada vez mais numerosas e dóceis ao Papado. Faltava uma condição subjetiva: o aparecimento de uma liderança expressiva, carismática, capaz de catalisar essas forças vivas, porém desagregadas. Essa figura demorou quase três décadas para despontar. Chamava-se Sebastião Leme da Silveira Cintra.

Dom Sebastião Leme nasceu em 1882 e estudou no Seminário Episcopal de São Paulo. Em seguida, por indicação do Bispo arquidiocesano Dom Arcoverde terminou sua formação no Pontifício Colégio Pio Latino- Americano em Roma, e, após, na Pontifícia Universidade Gregoriana, ambos institutos sob a direção dos jesuítas durante o pontificado de Leão XIII. A partir de 1904 foi ordenado Sacerdote e durante os seis anos seguintes foi Coadjutor na Paróquia Santa Cecília; professor de Filosofia no Seminário; Co-fundador da Faculdade Eclesiástica de São Paulo; Diretor do Boletim Eclesiástico da Diocese, diretor espiritual do Colégio Diocesano; Diretor do Diário Católico “A gazeta do povo”; Cônego da Catedral; Presidente da Confederação das Associações Católicas; Pró- Vigário Geral da Arquidiocese. Em 1910 tornou-se bispo auxiliar de Dom Arcoverde no Rio de Janeiro e em 1911 é consagrado bispo por Roma, e em 1916 é nomeado Arcebispo de Olinda e Recife (CASALI, 1995).

Quando Dom Leme foi transferido para a Arquidiocese do Rio de Janeiro, em 1921, colocou em execução sua estratégia de restauração católica no Brasil, sendo marcos deste processo a instauração do Centro Dom Vital e a criação da revista “A Ordem”. Para tanto contou com a estratégia de cooptação das elites intelectuais, como destacamos adiante. Como comenta Kenneth Serbin (2008, p. 98) sobre a Igreja sob a liderança de Dom Leme:

Cresceu substancialmente o capital político da Igreja. A reorganização reforçou a ideologia da neocristandade, que ambicionava o monopólio religioso do catolicismo e um papel central para a Igreja na sociedade. A Igreja trabalhou para atingir esses objetivos atraindo o apoio do Estado e das classes média e alta. A

neocrisandade prosperou sob líderes como Dom Leme. Ele reafirmou a catolicidade do Brasil e defendeu a ordem social apoiando as autoridades, recristianizando as classes superiores seculares e mantendo uma postura conservadora e paternalista em relação aos pobres. Os líderes do Brasil repararam na crescente força da Igreja e a reconheceram como um baluarte da estabilidade social.

Neste sentido que se compreende a cooperação mútua firmada entre Getúlio Vargas e a Igreja Católica desde a revolução de 1930. Deste modo, “o pacto entre Vargas e a Igreja representou, na prática, o restabelecimento do catolicismo como religião oficial do Brasil.” (SERBIN, 2008, p. 100). Tal *concordata moral* entre o Estado e a Igreja, cuja atuação de Dom Leme foi expressiva e essencial, pontuou as conquistas dos grupos católicos liderados pelo Bispo, como a promulgação da Constituição de 1934 em nome de Deus, a proibição do divórcio, legislação trabalhista conforme os preceitos católicos, a educação religiosa nas escolas públicas, etc.

Na década de 1950, com a consolidação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) o espaço institucional da Igreja redefiniu-se, e assim, a hierarquia eclesiástica não necessitou mais dos intelectuais católicos leigos para a difusão de suas posições, dado que a CNBB passou a ser o órgão oficial dos postulados e das decisões da Igreja católica. Deste modo, a antiga relação entre a hierarquia eclesiástica e certos intelectuais leigos, a exemplo daquela estabelecida entre Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima com Dom Sebastião Leme, e mesmo aquela firmada entre Dom Hélder Câmara e Gustavo Corção, não figurou mais, a partir desta década, como uma estratégia da Igreja de restaurar, através dos intelectuais leigos, os espaços culturais (SALLES, 2010).

O que importa frisar é que, embora o projeto irradiado a partir de Dom Leme e do Centro Dom Vital tenha se reproduzido em outros Estados e cidades brasileiras, seja através da instauração de Centros similares ao Dom Vital (São João Del Rey, Juiz de Fora, Belo Horizonte, Recife, Campos, Niterói, Maceió e Bahia), seja através do laicato das Dioceses e dos movimentos de leigos ligados a certas Ordens religiosas (por exemplo, as Congregações Marianas coordenadas pelos jesuítas), a literatura sobre a restauração católica no Brasil centraliza-se na ação e nas instituições criadas por Dom Sebastião Leme (DIAS, 1995; MAYWARING, 2004; RODRIGUES, 2005, CASALI, 1995). Portanto, embora as Ordens religiosas tenham assumido um papel relevante no disciplinamento e na expansão dos movimentos dos leigos no processo de romanização do catolicismo e na restauração da Igreja

no Brasil, até então, de forma geral, tal relação foi pouco explorada, como se demonstra adiante.

1.2. A RESTAURAÇÃO CATÓLICA E O RECRUTAMENTO DA ELITE INTELECTUAL

Os estudos sobre a atuação dos leigos na restauração católica brasileira privilegiaram em suas análises as trajetórias dos intelectuais cooptados por Dom Leme no Centro Dom Vital e na revista a *Ordem*. Estes estudos situam-se, por um lado, na análise do pensamento conservador e autoritário reproduzido na revista *A ordem* e divulgado por Alceu Amoroso Lima e Jackson de Figueiredo (DIAS, 1995; RODRIGUES, 2005), e, por outro, através do itinerário de Alceu Amoroso Lima estes estudos buscaram apreender os condicionantes da mudança de perspectiva da intelectualidade católica em relação às instituições liberais (RODRIGUES, 2006; COSTA, 2006). Estes intelectuais, cooptados para o movimento católico por Dom Leme, inserem-se num novo tipo de militante católico: os convertidos e convertidores.

A partir da segunda metade do século XVIII com o fim do regime de Cristandade e a instauração do princípio de liberdade religiosa, a partir da Revolução Francesa, surgiu uma nova categoria de militante católico: o *convertido*. Se anteriormente tal definição não era significativa, uma vez que todos os indivíduos nasciam numa sociedade cristã e católica, e, assim, a identidade religiosa já estava definida, após a instauração dos princípios de liberdade individual e de igualdade social este conceito adquiriu sentido, pois o indivíduo poderia escolher se converter ao protestantismo, ao anticlericalismo, ao catolicismo, etc, sem sofrer algum tipo de constrangimento social, ao menos por parte do Estado, já que, independente da religião, todos tinham os mesmos direitos.

Deste modo, a figura do *convertido* emergiu como um desdobramento da laicização das instituições sociais, após a separação da Igreja do Estado, e como um uma adesão voluntária ao projeto de restauração católica, uma vez que “O surgimento das conversões dos intelectuais ao catolicismo fazia convergir modos de identificação diferenciados da linha católica, segundo o peso que recebiam o fator estético e emocional ou, então, a dimensão cultural e política da adesão”. (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 115). Neste sentido, a reação ao mundo moderno por parte dos intelectuais convertidos, especialmente na França, apresentou-se em vários domínios sociais liderada por indivíduos com trajetórias distintas, uma vez que a Restauração católica foi:

[...] primeiro entre as elites um fato intelectual, no que toca a Filosofia, de Maritain à Bergson, passando por Laberthonnière e Blondel, a Sociologia com Le Play, a teologia bíblica com Loisy, a história religiosa e eclesiástica com Mr. Duschesne e Padre Lagrange, a ciência com Pierre Duhem (...) Ela é também um fato social e político, de Albert de Mun à Marc Sangnier. Todos são homens extremamente diferentes por seu campo de atividades e suas tendências pessoais tem em comum o sentimento de uma discordância entre sua fé e os tempos que eles vivem, entre a ideia que eles fazem da sociedade e aquela que estava sob seus olhos” (JULLIARD, 1995, p. 07, *tradução nossa*).

Sem entrar em detalhes, convertidos como Henri Bergson, Léon Bloy, Charles Peguy e Jacques Maritain alimentaram a renovação teológica, filosófica e artística da Igreja. Se na França os intelectuais convertidos fizeram parte da renovação religiosa e intelectual do catolicismo²⁰ e da expansão dos movimentos de ação católica dentro e fora da Igreja (GUGELOT, 1998), no Brasil, a categoria de convertido é o elemento chave para a compreensão da restauração católica na esfera cultural, social e política. Tais intelectuais convertidos e cooptados para o movimento de restauração católica por Dom Leme – Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima- não tiveram anteriormente nenhuma relação com as estruturas implantadas pelo catolicismo romanizado, ou seja, não receberam uma socialização escolar e religiosa nos educandários católicos e muito menos freqüentaram seminários de formação eclesiástica. Mesmo assim suas trajetórias e suas produções intelectuais constituem um dos elementos fundamentais para apreender a restauração católica e a difusão do paradigma conservador no Brasil.

O jovem bacharel em Direito Jackson de Figueiredo converteu-se ao catolicismo em 1916, após curar-se da gripe espanhola, pela influência de Dom Sebastião Leme, naquele momento Arcebispo de Olinda e Recife. Deste modo, quando D. Leme foi transferido para a Arquidiocese do Rio de Janeiro, em 1921, começou a seu projeto de renovação católica através da fundação do Centro Dom Vital (1922), cooptou Jackson de Figueiredo como diretor dessa associação, como frisado anteriormente. No entanto, além de Dom Leme, Jackson de Figueiredo foi influenciado intelectualmente pelos argumentos do filósofo Farias Brito (1861-1917), que criticava o pensamento dominante à época, ou seja, a filosofia positiva (TRINDADE, H, 1979).

Embora Figueiredo, tivesse origem protestante, tendo estudado no colégio Americano, após sua conversão demonstrou-se um militante de posições radicalizadas, tendo,

²⁰ Sobre isso ver especialmente: SERRY, Hervé. *Literatura e catolicismo na França (1880-1914): contribuição a uma sociohistória da crença*. Tempo soc., Jun 2004, vol.16, no.1, p.129-152.

inclusive, cogitado a criação de um Partido Católico, desejo que foi desestimulado por Dom Sebastião Leme. A atuação intelectual e a afiliação teórica de Jackson de Figueiredo associam-se aquela corrente designada como “conservadorismo cristão” que geralmente foi definido como um pensamento “contra-revolucionário” cujas expressões mais conhecidas foram Joseph de Maistre, Louis de Bonald e Charles Maurras. Tal forma de expressão do projeto restaurador católico é definida por Mayeur (1972, p. 5. *Tradução nossa*) como um catolicismo intransigente, o qual:

Se funda sobre uma recusa da sociedade nascida do renascimento, da secularização do Estado, das ciências e do pensamento. J de Maistre, Bonald, o primeiro Lamennais, no tempo da restauração, Veuillof, Blanc de Saint- Bonnet, Donoso Cortés, depois da crise de 1848, são os representantes mais ilustres de uma tradição que segue sem solução de continuidade até o Maritain de “antimoderne”.

Constantemente referem-se a Jackson de Figueiredo como o principal divulgador do catolicismo intransigente no Brasil (VILLAÇA, 1977; DIAS, 1995). Dentre os traços marcantes de sua atuação estão à afirmação da disciplina, da ordem e da autoridade, e o ideal de recristianização social, além da recusa às instituições liberais como se apresentavam. Este posicionamento ele divulgou para Alceu Amoroso Lima, seu sucessor no Centro Dom Vital, durante os dez anos em que se corresponderam. Neste sentido, pode-se considerar que Figueiredo tenha influenciado a conversão de Amoroso, mas não consisti no único aspecto deste processo²¹. Medeiros Lima (2000, p. 52), no prefácio das memórias improvisadas de Alceu Amoroso Lima, ilustra as diferenças entre Figueiredo e seu sucessor no Centro Dom Vital:

Jackson de Figueiredo, um provinciano, foi sempre um ativista, um participante, primeiro como estudante rebelde de tendências anárquicas e, depois, no Rio, como jornalista e escritor polêmico, amando a boêmia, freqüentando cafés, nunca indo dormir antes do amanhecer. Já o mesmo não se pode dizer Alceu Amoroso Lima, de educação aristocratizante, elegante de modo e trato, freqüentando a melhor sociedade de seu tempo, privando desde cedo com algumas personalidades intelectuais mais em evidência na época, como um Afonso Arinos ou um Graça Aranha. Viajado, passado demorados períodos na Europa, é fortemente influenciado pelo pensamento francês.

Já Barreto Filho (1946, p. 12) que analisou a correspondência trocada entre Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima durante os dez anos que Alceu demorou a converter-se, coloca a diferença entre ambos em outros termos:

A sua discussão com Alceu Amoroso Lima, que marcou o início de uma correspondência quase diária, que se prolongou até sua morte, e que chegou a

²¹ Detalhes em LIMA, Alceu Amoroso. *Memórias improvisadas*. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2000.

algumas escaramuças pelas colunas do “O jornal” com a intervenção de Ronald de Carvalho, era, no fundo, a defrontação de duas concepções diferentes da personalidade: Uma que se despreocupava-se desse princípio espiritual do ser, e por isso podia pleitear uma estética objetiva, uma crítica dos produtos da inteligência e da sensibilidade como destacados de seu autor, e obedecendo a critérios de valor imparciais e indiferentes; outra inteiramente centrada na personalidade profunda, exigindo por conseguinte, dentro da estética, um reflexo do mundo moral, e considerando as obras como um prolongamento do homem. Essa concepção que Jacson encarnava, solicitava o espírito a se destacar da fascinação, da obra como coisa, para inclinar-se à sua contemplação como fenômeno humano, como sinal das almas, como expressão de sua riqueza, processo que integra a Arte como valor excepcional, no destino do homem.

A revista “A Ordem” que Jackson de Figueiredo fundou em 1921, com a colaboração de outros leigos convertidos, como Hamilton Nogueira, Perilo Gomes e Durval de Moraes, tornou-se, neste primeiro momento, instrumento de divulgação ideológica do incipiente movimento católico.

Alceu Amoroso Lima assumiu o *Centro Dom Vital* e a revista *A Ordem* em 1928, após a morte de Jackson de Figueiredo. Nesta empreitada teve, além do apoio de Dom Leme, a assistência do padre jesuíta Leonel Franca. S.J. Advindo de uma família aristocrata e laica Amoroso Lima entre as idas e vindas da França formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais. Numa destas viagens a Paris assistiu conferências nas locações da *Action Française* e os cursos de Henri Bergson na Sorbonne. Em 1928 se converteu e tomou tal atitude como um “compromisso militante”.

Deste modo, nos primeiros anos de conversão Amoroso seguiu os ditames e o radicalismo político de Figueiredo reproduzido à frente do Centro Dom Vital, mantendo, deste modo à direção anterior de cooptação de intelectuais e a missão de recristianizar o Brasil, além de manter a concepção de Igreja hierárquica. No entanto, o que os estudiosos de seu itinerário demonstram é que o Centro Dom Vital e a revista “A Ordem” sob sua direção orientaram-se para uma conciliação entre o catolicismo e a cultura brasileira, uma vez que os temas publicados na revista ou discutidos nos cursos do Centro Dom Vital passaram da afirmação da disciplina, da ordem e da autoridade aos temas das correntes neotomistas dispostas a dialogar com a modernidade (COSTA, 2006; DIAS, 1995).

Portanto, de acordo com Villaça (1977, p. 110) é nesse momento que começou a fase cultural do movimento católico. Essa fase foi marcada pela ampla formação intelectual do crítico literário Alceu Amoroso Lima, uma vez que suas obras abrangeram todos os setores da cultura. Desta maneira:

A ambição de Alceu Amoroso Lima, depois de convertido, parece que foi à de oferecer às novas gerações, às elites universitárias, uma ‘Suma’ contra gentes tropicais, uma série de introduções aos diferentes setores da cultura universitária”, com o objetivo de “renovar a nossa atmosfera cultural, impregnada de naturalismo, de relativismo, de cientificismo.

O Centro Dom Vital sob a direção de Alceu converteu-se num meio de conversão socialmente diferenciado, uma vez que agregou, além do grupo em torno do Instituto Católico de Estudos Superiores, universitários das mais variadas procedências na Associação dos universitários católicos com o objetivo de combater “à infiltração comunista nas faculdades”. Esta associação converte-se em Juventude Universitária católica (JUC) ou Ação Universitária Católica (AUC), que foi, conforme Salem (1982, p. 19) “a primeira tentativa da Igreja em cooptar, para o seu seio, as futuras elites dirigentes da nação, representadas pelos universitários”. Os universitários ao passarem pela AUC, onde estavam subordinados à hierarquia católica, além de “submissos à autoridade Diocesana” deveriam “aderir às determinações da Santa Fé e se comprometer com a disciplina associativa”, e após saírem da Universidade, já habituados com a disciplina e hierarquia da Igreja na AUC, poderiam associar-se ao Centro Dom Vital, e, portanto, fazerem parte da elite católica (DIAS, 1995, p. 99).

Amoroso Lima fica a frente do Centro Dom Vital até 1945. Anteriormente, porém, assume uma série de movimentos ligados à hierarquia eclesiástica da Igreja, como a Liga Eleitoral Católica em 1932, a Ação Católica Brasileira, em 1936, entre outros. A partir desse momento demonstra uma postura mais afinada com o humanismo integral, aproxima-se do ideal de Democracia Cristã e pelo comprometimento com as reformas sociais. Como comenta Maywaring (2004, p. 46):

De 1928 até o início da década de 1940, Alceu Amoroso Lima tornou-se figura de destaque do centro. Também íntimo colaborador do Cardeal Leme, Alceu Amoroso Lima, como D. Hélder Câmara, estava intimamente associado à Direita católica durante a década de 1930, mas se tornaria um dos líderes da reforma progressista da Igreja nas décadas que se seguiram. Durante os anos 30, Amoroso era líder leigo da Ação Católica e ajudou a formar a Liga Eleitoral Católica. Mais tarde, inspirado pelos teólogos franceses Jacques Maritain e Emmanuel Mounier, deixou para trás seu passado autoritário e tornou-se um dos principais expoentes da doutrina social da Igreja.

Esta mudança de perspectiva, sem entrar em detalhes, é entendida por alguns estudiosos sobre sua trajetória como uma ação mais livre do controle eclesiástico com a morte de Dom Leme, assim como pelo aprofundamento da obra de Jacques Maritain, pensador o qual Amoroso já tinha contato desde 1913 quando Maritain foi ligado à direita católica

francesa (RODRIGUES, 2006). Neste sentido, Garcia- Ruiz & Löwy (1997) destacam que Alceu Amoroso Lima foi o primeiro a introduzir na América Latina o pensamento de Jacques Maritain o que contribuiu para restaurar o pensamento católico brasileiro e latino- americano.

De todo modo, esses dois trajetos delineados até aqui – Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima- demonstram como a figura e a atuação do convertido foi importante para a renovação do catolicismo na esfera intelectual e no plano da ação. E é exatamente em torno desses trajetos e de seus ideais que se concentram a maioria dos estudos, como destacado. Não há dúvidas da importância que tiveram, e de que, através de suas trajetórias é possível apreender as mudanças e transformações do catolicismo no período em questão. No entanto, houve outros tipos de conversão e de movimentos no mesmo período, inclusive incentivados por Dom Leme, como as Congregações Marianas conectadas aos educandários católicos dos Jesuítas, que até o momento aparecem de forma periférica nos estudos sobre os grupos católicos.

1.3. AS ORDENS RELIGIOSAS E A FORMAÇÃO ESCOLAR DAS ELITES

Em torno da escolarização das elites nos educandários católicos durante o período republicano que se situam os trabalhos de Ivan Aparecido Manoel (1996), de Norberto Dallabrida (2001) e o de Paula Leonardi (2004), dentre outros. De modo geral, estas análises, tanto em relação à educação feminina quanto a masculina, destacam a formação escolar recebida nestes estabelecimentos pelas elites regionais como marca de distinção social. Como ratifica Riolando Azzi (2008, p.19):

Os estabelecimentos educativos, dirigidos pelos religiosos, transformaram-se em espaços privilegiados oferecidos á juventude, na transição da vida rural para a sociedade urbana. A instrução e a educação deviam servir não só como marca registrada das classes abastadas, mas, ao mesmo tempo, como sinal distintivo desse segmento populacional, estabelecendo-se pouco a pouco uma separação não só material, mas também cultural, em relação às camadas populares de camponeses e operários.

De modo geral, a Igreja ao controlar o sistema de ensino, através das Ordens europeias, pode, ao menos, controlar a difusão das ideias, uma vez que “o controle educacional lhe dava a oportunidade de, ao menos, depurar a matéria de ensino, evitando, o quanto possível, a divulgação de ideias contrárias as suas teses e dogmas” (MANOEL, 2008, p. 51). Além disso, o domínio do sistema escolar aproximou a Igreja do ideal de recristianizar à sociedade pela educação escolarizada.

Além dos seminários, como comentado anteriormente, as Ordens religiosas de várias procedências da Europa deixaram marcas profundas na formação escolar das elites e tiveram um papel expressivo na expansão do sistema de ensino católico. Dentre tais Ordens religiosas destacaram-se, além da atuação da Congregação das Irmãs de Chamberry da França na educação feminina paulista, na difusão do ensino católico: “Os lazaristas, os jesuítas e os beneditinos, sobretudo no atendimento aos filhos da antiga aristocracia, bem como os salesianos e os irmãos maristas, cujos colégios ofereciam instrução aos jovens pertencentes à classe burguesa em afirmação. (AZZI, 2008, p. 19). Como comenta João Pandiá Calógeras (1911, p. 31), em um ensaio sobre os jesuítas e o ensino:

Ordens puramente e exclusivamente contemplativas não se estabeleceram aqui. Numerosas foram as que se dedicaram a educação, especialmente no grau secundário. Os Trappistas criaram verdadeira escola agrícola em Tremembé. Os Beneditinos mantiveram cursos primários e secundários frequentadíssimos. Os Salesianos fundaram missões e especializaram-se no ensino profissional e no ensino secundário. Os Lazaristas, velhos hospedes do Brasil, conservavam suas antigas casas. Os Jesuítas continuaram em seus velhos colégios e instalaram novos sem o menor protesto.

Como recorda Calógeras (1911) muitas dessas Ordens religiosas já haviam estado no Brasil anteriormente ao período republicano. Dentre estas, embora se registre atividades na esfera educacional dos beneditinos, dos franciscanos e dos carmelitas no período colonial, sem sombra de dúvidas, a Companhia de Jesus foi a Ordem católica que deixou marcas profundas na formação histórica do Brasil. Por isso encontra-se uma série de estudos dedicados a analisar a atuação da Companhia de Jesus, em especial, sobre o sistema educacional implantado no Brasil durante o período colonial até sua supressão por Portugal em 1759.

Alguns estudos (AZEVEDO, 1996; SODRÉ, 1994; ROMANELLI, 1997) reiteram, em relação ao sistema escolar implantado durante o período colonial o caráter obscurantista, alienante do ensino ministrado nos estabelecimentos da Companhia de Jesus. A grosso modo, alienante porque, devido à natureza universalizante de seu ensino, não incorporava as especificidades da realidade colonial, e obscurantista, dado que não discutia e incluía as descobertas científicas europeias do período na formação escolar de seus alunos. Além disso, embora não fosse o objetivo inicial dos padres da Ordem, criticam o caráter elitista do ensino jesuíta, como argumenta Romanelli (1997, p. 35):

Os padres acabaram ministrando, em princípios, educação elementar para a população índia e branca em geral (salvo as mulheres), educação média para os homens da classe dominante, parte da qual continuou nos colégios preparando-se

para o ingresso na classe sacerdotal, e educação superior religiosa só para esta última.

A Companhia de Jesus fundou, neste período, do Pará à São Paulo cerca de 17 colégios e seminários, 25 residências, 36 missões e mais alguns seminários menores e escolas de alfabetização. O caráter elitista de suas atividades educativas deve-se ao método pedagógico da Ordem. Impossibilitados pelo governo português de fundar universidades na colônia os jesuítas adaptaram seu plano de estudos (*Ratio Studiorum*), ou seja, seu currículo que originalmente dividia-se em teológico, filosófico e humanista, ministrado em dois graus, inferior (ensino médio) e superior (universitário); acabou sendo ministrado no Brasil a partir de quatro ramos: elementar, humanidades, Artes (filosofia) e Teologia.

Sinteticamente, no grau elementar eram ministradas Letras e a doutrina católica, no de Artes e Filosofia lógica, físicas, matemática, ética e metafísica, e no de humanidade gramática, retórica e humanidades, e o teológico destinava a quem seguiria carreira religiosa. Luiz Carlos Villalta (2002, p. 175) pondera as especificidades do ensino jesuítico:

A pedagogia escolar jesuíta, de modo geral, possuía algumas características básicas. Além de envolver estudos e métodos de ensino assentados fundamentalmente na repetição e imitação dos textos clássicos, latinos e gregos; de ser prisioneira da orientação religiosa, contrapondo-se em parte, ao espírito científico nascente, caracterizava-se por voltar-se para a elite, constituindo-se um elemento de distinção desta mesma elite no interior da sociedade, um ornamento para as camadas superiores da sociedade. A pedagogia jesuíta, ademais, foi quase impermeável às especificidades da colônia: a incorporação do ensino do Tupinambá foi a única concessão que se fez a realidade americana. Essa rigidez, contudo, era um reflexo do ideal universalizante que impregnava o ensino jesuítico e subjazia à ênfase dada a língua latina, base de todos os estudos.

Ainda conforme Villalta (2002) não se deve levar a questão do obscurantismo do ensino jesuíta ao pé da letra, uma vez que foram tocados por alguns dos argumentos científicos em voga à época. De todo modo, outros avaliam a experiência educativa e os empreendimentos dos Jesuítas no período colonial como um elemento importante de unificação nacional, que findou com as reformas educacionais pombalinas realizadas após a expulsão da Ordem, como ratifica Albuquerque (1993, p. 18 *apud* OLIVEIRA, 2004, p. 946):

“A transmissão de uma educação homogênea – mesma língua, mesma religião, mesma visão de mundo, mesmo ideal de homem “culto”, ou seja, letrado e erudito – plasmando de norte a sul, uma identidade cultural; a catequeses como processos de aculturação, embora destrutiva, de filhos de colonos e órfãos, trazidos de Portugal, com meninos índios e mestiços, elidindo a distinção de raças e dissolvendo costumes não europeus; a contraposição da escola e da Igreja à autoridade patriarcal da casa-grande”

Portanto, embora apresentado de modo sumário, a literatura sobre a Companhia de Jesus concentra-se no período colonial, em especial sobre a formação escolar, além das questões referentes à catequização dos índios e as missões jesuíticas. No entanto, o período colonial apresentou uma conjuntura diferente do republicano para a Companhia de Jesus. Se no período colonial as atividades da Companhia recém fundada faziam parte do projeto de contra-reforma da Igreja, e da política colonizadora dos reis católicos de Portugal, a sua volta ao Brasil, no século XIX, apresentou outra configuração. No entanto, como se demonstra adiante, embora a Companhia de Jesus restaurada não tivesse relação com o projeto político dos republicanos, acabou, todavia, contribuindo, visto que os jesuítas formaram escolarmente boa parte dos grupos sociais relevantes no período republicano brasileiro.

Entretanto, apesar desta constatação, à exceção de uma série de trabalhos²² dedicados a analisar a formação escolar das elites republicanas no colégio catarinense da Companhia de Jesus em Santa Catarina, do estudo de Fernando Trindade (1982) sobre a elite católica formada pelos jesuítas de língua alemã no Rio Grande do Sul, as atividades da Companhia de Jesus restaurada no Brasil despertaram pouco interesse por parte dos historiadores, cientistas sociais, educadores, etc. Possivelmente, este desinteresse relacione-se com o fato que a Romanização e a formação das elites via as Ordens religiosas, não apenas a dos Jesuítas, caracterizaram-se apenas em alguns Estados da federação, uma vez que, conforme Kenneth Serbin (2008) as estratégias de romanização da Igreja- formação do clero, escolarização das elites, expansão territorial da Igreja- através das ordens religiosas estrangeiras avançaram e tiveram relevância em dinâmicas sociais específicas como no Estado de Minas Gerais, de São Paulo, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Kenneth Serbin (2008, p. 96-97) cita, por exemplo, que em Minas Gerais “viu-se uma mistura de romanização e religião setecentista baseada na cultura colonial”, cuja influencia dos padres estrangeiros vicentinos refletia-se inclusive na arquitetura local; no sul do Brasil, por sua vez, “os rituais católicos mesclavam-se especialmente com a cultura imigrante”, fato que impulsionou a atração das Ordens religiosas (em especial os Inacianos) e

²² Como os de: ASSIS, Rudinélio Renaldo. **Do público ao privado: o Ginásio Catarinense entre 1892 e 1905**. Monografia (História). Universidade do Estado de Santa Catarina, 2005, DALLABRIDA, Norberto. O Ginásio Catarinense e a (re)produção das elites. **Educação Unisinos**, São Leopoldo - RS, v. 8, n. 14, p. 205-222, 2004; DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República**. 1. ed. Florianópolis: Cidade Futura, 2001; DALLABRIDA, Norberto. Moldar a alma plástica da juventude: A Ratio Studiorum e a manufatura de sujeitos letrados e católicos. **Educação Unisinos**. São Leopoldo, V.5, n° 8, p. 133-150, jan/jun, 2001.

configurou tais Estados como “celeiro de vocações sacerdotais”. Já o nordeste, como destaca Serbin (2008), atraiu poucos padres estrangeiros, e dentre estes alguns se fixaram mais na zona costeira.

Portanto, as ordens religiosas europeias desempenharam um papel fundamental na condução da restauração católica e na reforma institucional da Igreja no Brasil. Dentre todas as que retornaram ao Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, a dos Jesuítas, além de resgatar seu projeto educativo, em termos distintos daqueles do período colonial, e contribuir para o desenvolvimento institucional da Igreja, teve como uma de suas especificidades a formação de um laicato católico que veio a influir, de modo significativo, na esfera intelectual. É exatamente esse aspecto que este trabalho dedica-se.

2. A INSERÇÃO TRANSNACIONAL DA COMPANHIA DE JESUS RESTAURADA: CONTEXTO INTERNACIONAL E OS EMPREENDIMENTOS NO BRASIL.

De onde vieram os jesuítas que ingressaram ao Brasil no século XIX e XX? Quais atividades buscaram desenvolver aqui? Estas são algumas das perguntas que se colocaram as fontes e as explicações disponíveis sobre esse vinda dos jesuítas a este país. A ideia é demonstrar, ainda que sumariamente, as variações entre as diversas missões e como se dividiram no território brasileiro. Para expor o regresso da Companhia de Jesus e o trajeto de suas missões em território brasileiro desenvolve-se o percurso anterior desta Ordem religiosa e suas características, para então descrever seu regresso ao Brasil.

2.1. OS CAMINHOS CRUZADOS DA COMPANHIA DE JESUS: DA SUA FUNDAÇÃO À RESTAURAÇÃO (EM 1814) E O RETORNO AO BRASIL

A Companhia de Jesus desde sua fundação em 1540, passando por sua supressão em 1773, e o seu retorno em 1814, foi considerada fiel às determinações da Cúria Romana em seu projeto de restauração católica (WRIGHT, 2006). Sabe-se que da sua fundação por Ignácio de Loyola e seu grupo e a sua aprovação pelo Papa João Paulo III em 1540²³ a Companhia de Jesus foi considerada o braço de Roma. Esta relação, como demonstrou Jonathan Wright (2006), coincidentemente ou não, encontra sua justificativa no fato da Ordem ter sido criada logo após a Reforma Protestante, e deste modo, tornou-se, para a Igreja Católica, um instrumento a favor da Contra-reforma.

Isto foi representado pelas suas atividades missionárias de conversão dos povos das Américas (do Canadá ao Brasil), da África e da Ásia, como determinado pelo Concílio de Trento de 1543, e, através do combate ao protestantismo, uma vez que os jesuítas por meio de suas missões “para a Inglaterra, Boêmia, França, Hungria, Alemanha e Polônia procuraram combater diretamente o inimigo protestante, tanto para ganhar almas de volta do luteranismo e do calvinismo, como para escorar a decisão daqueles católicos mais imediatamente em risco de se afastarem” (WRIGHT, 2006, p. 37).

Esta fidelidade à autoridade papal, neste primeiro momento, foi institucionalizada e confirmada pelas Constituições Jesuítas escritas por Inácio Loyola e adotadas pela Ordem a partir de 1554. Deste modo, mesmo quando os jesuítas atuavam como confidentes e

²³ Pela Bula "Regimini Militantis Ecclesiae". Sobre a identidade jesuítica expressa por Santo Inácio e seu grupo ver especialmente O'MALLEY, John W. **Os primeiros jesuítas**. São Leopoldo: Editora Unisinos: Florianópolis: Edusc, 2004 e GUILLERMOU, Alain. **Santo Inácio de Loyola e a Companhia de Jesus**. (Tradução de Maria da Glória Pereira Pinto Alcure). Rio de Janeiro: Editora Agir, 1973.

educadores dos reis e das cortes católicas, assim como sua atuação missionária e evangelizadora nos territórios coloniais dos países europeus, estavam submetidos a Roma, não ao poder das Monarquias Católicas. Portanto, a importância da Ordem dos jesuítas para Igreja Católica neste período – de 1540 a 1740 - é considerável, uma vez que a Companhia atuou como uma milícia católica contra a expansão do protestantismo, assim como disseminou e implantou o dogma católico estabelecido no Concílio de Trento entre os povos do Novo Mundo.

Além disso, formou quadros para a Companhia e para a Igreja Católica no seu Colégio Romano (que se tornou a Universidade Gregoriana) e através do seu poderoso sistema educacional formou gerações católicas. Portanto, tanto o processo missionário, quanto a expansão do seu projeto educativo fortaleceram a Ordem frente ao projeto católico emanado de Roma e aos próprios Impérios Católicos os quais atuava. Destacam-se, neste sentido, os empreendimentos educacionais que a Companhia desenvolveu, tanto nas colônias, como nos reinos, que se tornaram uma das suas marcas, embora a vocação educativa originalmente não fizesse parte dos objetivos da Companhia (LACOUTURE; 1993a). Nesta direção, a Companhia de Jesus fomentou uma rede de ensino nos diversos reinos e colônias em que atuou. Estes empreendimentos educacionais- ginásios e Universidades- espalharam-se por toda Europa, especialmente na Espanha, em Portugal, na Itália e na França e expandiu-se para os projetos coloniais destes países.

Esta empresa educativa multinacional dos Jesuítas manteve uma característica unificadora que foi seu método de estudos elaborado, a partir das Constituições de Santo Inácio, em 1599 - o *Ratio Studiorum*- que distinguiu e tornou seus educandários atraentes para fomentar a educação católica das novas gerações em tempos de reforma católica. Alain Guilhermou (1970, p. 28; *tradução nossa*) descreve, abaixo, o impacto no ensino francês do método de estudos dos Jesuítas baseado nas Constituições de Santo Inácio:

Pode-se dizer que o ensino prestado nos Liceus e colégios franceses nasceu diretamente dela. Mais ainda, foi a Companhia de Jesus e Santo Inácio a quem se deve a radical transformação pelo que os estudos secundários receberam na França o caráter moderno. Anteriormente estavam limitados a um humanismo estritamente literário, a Filosofia e as Ciências unicamente se ensinavam na Faculdade de Artes. Santo Inácio é quem toma a iniciativa de ensiná-las no colégio.

Naquele momento, destacava-se o caráter não – elitista desses empreendimentos educacionais, uma vez que a educação jesuíta era quase predominantemente gratuita e encontravam-se alunos de todo espectro social, a exceção de alguns poucos colégios.

(WRIGHT, 2006). Como confirmam as ponderações de Alain Guillermou (197, p. 55-56; *tradução nossa*) sobre a clientela dos colégios da Companhia de Jesus na França:

Uma pertinaz legenda pretende que os jesuítas não admitiam em seus colégios mais que jovens nobres, ricos, com poder de mando, para se obter, indiretamente, o controle das futuras elites e governar, através deles, os povos. A realidade foi muito diferente. Conforme os trabalhos dos historiadores e, sobretudo, dos estudos estatísticos do Padre De Dainville, que a porcentagem dos alunos dos jesuítas pertencentes a nobreza durante o século XVII, na França, somente ascende a um terço. O resto estava integrado, em proporção variável segundo as regiões, por filhos de artesões, de comerciantes, de lavradores, etc. Em Billom, por exemplo, mais de uma quarta parte dos alunos procediam do ambiente agrícola.

No entanto, as atividades dos Jesuítas não se desenvolveram sem conflitos. Por um lado, devido a sua obediência a Roma, não respondiam por seus atos aos Impérios para os quais participavam, contestando, inclusive, a política colonial dos reinos católicos, especialmente em relação ao tratamento dos povos indígenas. Por outro lado, dentro da Igreja sua estrutura e suas inovações eram constantemente revistas e contestadas pelos Papas, a exemplo da redução do mandato do Superior Geral da Companhia de vitalício para trienal e a exclusão da dispensa dos Jesuítas do ato de recitar o “Ofício Divino” coletivamente por Paulo IV, ato restaurado por Gregório XII.

Assim como a propagação dos ideais racionalistas do Iluminismo, as disputas doutrinárias teológicas dentro da Igreja, e o processo de centralização do poder político em torno dos déspotas esclarecidos dos Impérios católicos. A partir deste momento, expandiu-se o fenômeno do antijesuitismo, o qual tem sua origem na fundação da Ordem, tendo sido alimentado por mitos e críticas as práticas dos jesuítas, especialmente àquelas dos fundadores da Ordem (LACOUTURE, 1993a). O que importa destacar é que, frente a tantas adversidades, principalmente pelo processo de controle e de submissão do poder eclesiástico aos déspotas esclarecidos, a Companhia foi expulsa primeiramente de Portugal e de suas colônias em 1759, após da França (1763) e da Espanha (1767), até sua supressão pelo Papa Clemente XIV, em 1773, pela bula *Dominus ac Redemptor*. Todavia, é importante destacar que a supressão da Ordem não foi total²⁴, dado que os jesuítas mantiveram suas missões na China, no Oriente, na Índia, na Silésia e na Rússia, como descreve Alain Guillermou (1970, p. 73; *Tradução nossa*):

²⁴ Deve se destacar que com a Supressão da Ordem, muitos jesuítas regrouparam-se em associações seculares, como A Sociedade da Fé de Jesus, criada em 1795, a Sociedade dos adoradores de Jesus, do Pe. Francês Varín, dentre outras. Muitos jesuítas também permaneceram em suas atividades docentes em certos colégios.

É por isso que, examinando-se deste ponto de vista, o episódio da supressão, em 1773, ainda que seja interessante analisar suas causas, permanece como um incidente superficial. [...] Na China, por exemplo, os missionários jesuítas não se viram afetados pelo breve pontifício. Tão pouco na França estendeu o Edito do Parlamento a seus missionários do Oriente e da Índia. Na Silésia e na Rússia Branca, a Companhia de Jesus permanece com toda a oficialidade. Com efeito, como corresponde por princípio aos Bispos a função de transmitir aos jesuítas de suas Dioceses a ordem de supressão, e como nem o rei da Prússia, Frederico II, nem a Imperatriz da Rússia, Catarina II, autorizaram aos Bispos instalados em seus Estados a transmitir essa ordem, a Companhia de Jesus pode atuar livremente nestes dois países, em sua maioria herético um, cismático, outro. Pelo menos até 1785 na Prússia e até março de 1820 na Rússia.

A partir da restauração da Companhia de Jesus, em 1814, pelo Papa Pio VII através da encíclica *Sollicitudo omnium ecclesiarum*, os Jesuítas regressaram a muitos daqueles países os quais já haviam desenvolvido atividades missionárias e àqueles os quais haviam implantado um sistema educacional consistente, tanto na formação escolar da população em geral, quanto no preparo de seus próprios quadros religiosos. No entanto, o regresso da Companhia de Jesus foi marcado por avanços e recuos em seu projeto dependendo das relações entre o centro (Roma) e a periferia da Igreja Católica e a relação desta com as mudanças políticas em curso em cada país os quais os Jesuítas voltaram a restabelecer-se. Isto se refere aos conflitos abertos a partir do processo histórico de separação da Igreja do Estado e o fim dos regimes absolutistas, assim como pelo advento das luzes, que, especialmente na França, foi marcado pelos movimentos anticlericais (LACOUTURE, 1993b; WRIGT, 2006). Nas palavras de Alain Guillerrou (1970, p. 74; *tradução nossa*) a restauração das atividades dos jesuítas:

Não tardou em suscitar hostilidades contra, que durante certo tempo serão parecidas com aquelas que lhe haviam sido fatais uns quarenta anos antes. Na França, por exemplo, os galicanos continuaram denunciando seu caráter internacional e sua adesão incondicional à Roma. A oposição dos “filósofos” do século XVIII foi continuada por livres pensadores do XIX. De maneira geral os liberais e, posteriormente, os republicanos, viram na Companhia de Jesus o agrupamento religioso mais representativo das tendências retrógradas que eles atribuem a Igreja, o seu conservadorismo político, sua resistência ao progresso. De outra parte, como os jesuítas desde sua restauração haviam retomado sua atividade docente, seus adversários temiam a influência que podiam exercer sobre a juventude, e em particular, sobre as futuras classes dirigentes. O fechamento de seus colégios foi sempre a primeira medida hostil que afeta a Companhia de Jesus em período de crise.

Deste modo, durante o século XIX, após sua restauração, a Companhia de Jesus passou por altos e baixos em alguns países da América Latina e da Europa. Pode-se considerar que quando o poder estava com os liberais, os jesuítas eram dispersos, expulsos, e seus bens confiscados, já quando os conservadores dominavam se restabeleciam na defesa do trono e do altar. Neste sentido que se compreendem as constantes expulsões da Ordem nos

países em que ingressou e/ ou regressou como a Bélgica (1818), a Suíça (1848), a Rússia (1820), Portugal (1834, 1910), a Espanha (1820, 1835, 1868), a Itália (1859); Áustria (1848), a Colômbia e o Equador (1850, 1875), Alemanha (1872), Guatemala (1872), México (1873), França (1880, 1901), Costa Rica (1884).

Portanto, em linhas gerais, as constantes expulsões e perseguições aos Jesuítas têm relação com sua fidelidade à Igreja católica romana. Fidelidade à qual foi retomada no Concílio do Vaticano I, realizado pelo Papa Pio IX, em 1870, quando os jesuítas tiveram um papel importante no projeto de romanização da Igreja e na aprovação da infalibilidade papal. Foi com esse espírito romanizador, ultramontano, que regressaram ao Brasil.

2.2. JESUÍTAS DA PROVÍNCIA ESPANHOLA: DA SUA EXPULSÃO DA ARGENTINA ÀS MISSÕES POPULARES E A CATEQUIZAÇÃO DOS ÍNDIOS NO RIO GRANDE DO SUL.

Os primeiros jesuítas que chegaram ao Brasil após a restauração das atividades da Companhia de Jesus a partir de 1814 representavam à província espanhola. Impossibilitados de trabalhar na Argentina, com a expulsão da Ordem decretada por Rosas em 1842, seguiram para o Rio Grande do Sul, pois não podiam regressar a Espanha. Conforme Reinholdo Aloysio Ullmann S.J. (1989, p. 85) embora o ingresso na Argentina destes jesuítas tenha sido motivado pelo próprio convite do General Juan Manuel Rosas, o relacionamento posterior da Ordem com o “El Supremo” não foram amistosas, pois:

Os jesuítas sofreram desilusões com Rosas, porquanto ele queria que apoiassem seu partido- “Federación”- contra o Partido adversário- “unión”. Sequazes de Rosas começaram a hostilizar os jesuítas. Costumava o “El supremo” dizer: quem não é a favor de mim, é contra mim”. Não querendo, em absoluto, servir de instrumento político, o Pe. Bertugo fechou o colégio “San Ignacio”, dirigido pelos jesuítas, e os padres dispersaram-se pela capital. Isso ocorreu em 1841.

Com a expulsão dos jesuítas da Argentina em 1842 o Pe. Bertugo, superior da missão espanhola naquele país, juntamente com o irmão Saracco, seguiram para o Rio de Janeiro. Nesta cidade, apesar dos esforços do internúncio Apostólico Ambrósio Campodônico, o Bispo do Rio de Janeiro - Dom Manuel do Monte Rodrigues de Araújo- mostrou-se pouco disposto a aprovar as atividades destes dois jesuítas na capital do país. Em 1942, ingressou no Rio de Janeiro o Pe. José Sató, vindo de Buenos Aires, e o Pe. Bertugo seguiu para Montevidéu atender os jesuítas que se encontravam no Plata.

Pe. José Sató, juntamente com o Pe. João Coris, e o irmão Gabriel Fiol, que vieram da capital uruguaia, como não encontraram condições de trabalho apostólico no Rio de Janeiro, foram mandados para o sul do Brasil desenvolver a religião católica entre os grupos imigrados da Europa e entre os nativos pouco afeitos às práticas religiosas. Ambros Schupp, SJ (1912, 2004) em seu relato, destaca que, apesar do governo permitir que os colonos alemães tivessem seus curas de almas, tal permissão e eventual subsídio financeiro não se estendia a todos padres estrangeiros, o que acarretou uma série de dificuldades a essa missão dos jesuítas.

Além disso, Schupp (1912, 2004) e Jorge Lutterberg, SJ (1977) descrevem outras dificuldades que esta missão²⁵ deparou-se, em especial a questão do idioma, de um lado a compreensão da língua portuguesa, nas missões nas regiões lusas, e, por outro, o idioma alemão nas atividades desenvolvidas nas regiões coloniais. Por isso, intensificaram, num primeiro momento, suas atividades missionárias em Porto Alegre e no interior do Estado (Viamão, Pelotas, São Francisco de Paula, Santo Antônio da Patrulha, dentre outras) para aprender o português, e posteriormente, buscaram compreender a língua alemã para atender os grupos de imigração nas colônias teutas.

No decorrer destas atividades juntaram-se a esses jesuítas espanhóis o Pe. Mariano Bertugo, Superior da Companhia, que regressou ao Brasil, e o Pe. Manuel Martós. Naquele momento, conforme os comentadores jesuítas, a missão começou a fixar-se no sul do país, estabelecendo residência em Porto Alegre e em Florianópolis, com a casa dos Jesuítas do Desterro, fundada pelo Pe. Bertugo, em 1843. Instalados, esse grupo de jesuítas, além das atividades de cura e apostólicas realizadas, fundou, em 1844, um curso de Latim em Florianópolis, que pode ser considerado o primeiro colégio da Companhia restaurada no Brasil. No entanto,

Só alguns poucos anos de existência estavam reservados a esse colégio tão promissor, pois em 1853, quando os padres abriam um novo ano escolar com matrícula então expressiva de 75 alunos, principiou a alastrar-se pela cidade o pânico causado pela terrível febre amarela. O flagelo exigia vítimas diárias, pelo que o colégio teve de suspender suas aulas. Quatro padres e cinco alunos, sem falar de outros religiosos, foram sucessivamente arrebatados pela fúria da peste. Somente três dos padres conseguiram escapar. (LUTTERBECK, 1977, p. 28)

²⁵ Juntamente com os jesuítas citados no decorrer da missão vieram para o sul do Brasil o Pe. José Oriol Villá, Manuel Martós, Miguel Lopez, Pe. Manuel Cabeza, Júlio Solanellas, Bernardo Pares, Tiago Villarubia e Pe. Inácio Gurri.

Com o fechamento do colégio os jesuítas espanhóis abandonaram Santa Catarina, em 1855. Os Jesuítas da missão espanhola que permaneceram em Porto Alegre, por sua vez, também enfrentaram dificuldades, especialmente financeiras. Deste modo, a residência em Porto Alegre foi fechada, parte dos jesuítas seguiu para Montevideu e outros para Assunção. Sobre isto Lutterbeck (1977) relata que, embora o Barão de Caxias – o presidente da província do Rio Grande do Sul – tenha manifestado o desejo que a Companhia fundasse uma escola secundária em Porto Alegre, nada foi feito para que se concretizasse, mesmo com a volta de alguns destes religiosos.

Em relação a atividades nas colônias alemãs, neste primeiro momento, a falta de domínio do alemão consistiu num impedimento para os jesuítas espanhóis. Mesmo assim, a partir de 1844, investiram em atividades esparsas de confissão dos colonos e reproduziram alguns sermões em português, embora a maioria dos imigrantes alemães de São Leopoldo pouco compreendesse. Neste momento, a primeira leva de jesuítas alemães encontrava-se no sul do Brasil, e, enquanto os jesuítas de língua alemã dirigiam-se ao atendimento dos teutos-católicos, os espanhóis, a pedido do governo da província do Rio Grande do Sul, retomaram os trabalhos apostólicos entre os índios, retomando, em menor grau, os empreendimentos realizados nas missões jesuíticas do período colonial. No entanto:

Esta obra, tão auspiciosamente começada, acabou bem mais cedo do que teria se pensado. Em 1852, quando começou a luta contra a Companhia em Porto Alegre, as reduções dos índios não só foram a primeira vítima, senão também a ocasião principal dos ataques contra os jesuítas. A assembléia dos Deputados do Rio Grande do Sul publicou um decreto, ordenando que as aldeias passassem de imediato aos cuidados dos Padres Capuchinhos, vista a inconstitucionalidade da oferta a uma seita protestante, e que os jesuítas as abandonassem sem mais. [...] Passados, porém, apenas dois anos, a mesma assembléia revogou o decreto supra e tornou a pedir aos mesmos padres jesuítas espanhóis, que novamente mandassem missionários seus para os acampamentos de índios. Nesse ínterim, contudo, a maioria dos antigos missionários já se havia retirado do sul do país e se encontrava trabalhando em outros postos de apostolado nas republicas vizinhas (Lutterberg, 1977, p. 48)

A missão evangelizadora entre os índios do sul do Brasil e do Uruguai, conforme relato de Ullmann (1989), foi o principal motivo da vinda da missão espanhola ao Brasil. Objetivavam “1) Entrar no Paraguai, através do Brasil; 2) fundar uma missão no Brasil e reavivar os sete povos, à margem esquerda do Uruguai, no Rio Grande do Sul” (ULLMANN, 1989, p. 85). Entretanto, apesar de terem realizados missões entre os grupos indígenas no sul do Brasil, como por exemplo, as atividades do Pe. Inácio Gurri e João Córís entre os índios do Alto Uruguai, em 1848, as do Pe. Tiago Villarubia e de Julio Solanella entre os do Nonoai, e

as do Pe. Bernardo Pares entre os do Campo do Meio (RUBERT, 1998, p. 292); seguiram para a Argentina e para o Uruguai. Segundo relato de Ullmann (1989, p. 100) a missão espanhola retirou-se do sul do Brasil,

Devido às condições de trabalho mais favoráveis na Argentina e no Uruguai e devido a ingerências nefastas do governo de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, o Superior da missão foi chamado de volta aos países citados os padres jesuítas [...] Um dos motivos por que os jesuítas espanhóis não mais tiveram condições e liberdade de trabalhar foi a intromissão de terceiros nas missões entre os índios caingangues. Se as missões não tiveram o êxito desejado, a culpa não cabe, portanto, aos jesuítas. O próprio governo, por assim dizer, o reconheceu, querendo mais tarde, que voltassem a atuar entre os caingangues.

Portanto, devido às dificuldades expostas acima os jesuítas da Província Espanhola não reproduziram o projeto missionário que desenvolveram no processo de ocupação territorial do Rio Grande do Sul nos séculos XVI e XVII.

2.3. JESUÍTAS DA PROVÍNCIA ROMANA: DA SUA EXPULSÃO DA FRANÇA À FUNDAÇÃO DE EDUCANDÁRIOS CATÓLICOS NAS REGIÕES CENTRAIS DO BRASIL.

Com a dispersão dos jesuítas espanhóis do sul do Brasil, mesmo com a presença de um grupo significativo de jesuítas da missão alemã, Dom Sebastião Dias Laranjeira, Bispo do Rio Grande do Sul, solicitou ao Geral da Ordem Pe. João Beckx que enviasse jesuítas para dirigirem o Seminário, em 1860. Vieram, em fins de 1860, Pe. Carlos Missir, Pe. Rafael Túveri e o irmão Ghirardini, jesuítas da missão romana. (ULMANN, 1989). Em seguida chegou o Pe. José Repetti acompanhado de mais dois padres italianos. Deste modo, a missão jesuíta no Estado do Rio Grande do Sul passou da província espanhola para a romana, uma vez que os italianos assumiram o seminário, a assistência espiritual dos religiosos e o ministério do confessor, e os padres da missão alemã continuavam suas atividades junto aos grupos teutos-católicos. (LUTTERBECK, 1977).

Neste íterim, em 1863, no navio Guyenne, saído de Bourdeaux, França, encontravam-se dois jesuítas da missão romana- Pe. Jacques Razzini e Pe. Ermídio Pardocchi- que vinham ao sul do Brasil negociar a abertura de um colégio no Desterro, Santa Catarina. Nesta viagem, conheceram o escritor Pe. Anthelmo Goud, capelão do Colégio São José de Champéry, de Itu, que os incentivou a abrir um colégio naquela localidade. (LOCHER, 1914). Deste modo, antes de seguir para o sul Pe. Razzini conheceu a cidade de Itu, no Estado de São Paulo, e, em dezembro deste mesmo ano, mandou o Pe. Antônio Onorati, o Pe. Bartolomeu

Taddei, o irmão José Giommi e o irmão coadjutor Afonso D'Amieis, para fundarem o colégio de Itu.

Ainda em 1863, Pe. Jacques Razzini, Pe. Emídio Pardocchi e parte da missão romana do sul do Brasil foram negociar com a Assembleia legislativa de Santa Catarina, a criação de um colégio dos jesuítas. Em 1865, ambas as partes - o poder legislativo de Santa Catarina e os Jesuítas - acordaram a fundação de um colégio destinado a ministrar as matérias necessárias para o ingresso nas faculdades imperiais, tanto em regime de externato, como internato. Como o governo doou o terreno e comprometeu-se com a ajuda financeira para o desenvolvimento pedagógico do Colégio, este foi fundado em 1866, com o nome de *Santíssimo Salvador*. De acordo com Lutterbeck (1977) este educandário teve existência efêmera, de um lado em função da reação liberal e anticlerical dos grupos catarinenses divulgadas na imprensa, e, por outro lado porque se depararam com a concorrência de outros educandários, a partir da reabertura dos Liceus. Assim, com o fechamento deste Colégio, parte da missão romana seguiu para Nova Trento atender a aos imigrantes italianos recém-chegados, e outra se dirigiu para a fundação do Ginásio São Luis em Itu, São Paulo.

Entretanto, a instalação do ginásio São Luis demorou. Por um lado, não foi obtida a licença através do inspetor provincial de Instrução Pública, e por outro, tardaram a achar um local apropriado para estabelecer o ginásio. Em relação ao primeiro ponto, com ajuda de famílias influentes de Itu, em especial da de Antônio Augusto Guaianoz, conseguiram a autorização, desde que o Padre Brasileiro Jerônimo Pedroso de Barros, capelão, fosse designado Reitor do novo colégio. Em relação ao local do Ginásio inicialmente funcionou no convento da cidade. Desta forma, o ginásio foi inaugurado em 1867.

Devido a crescente demanda pelo colégio, necessitaram ampliar suas instalações. Receberam do Pe. José Galvão de Barros França uma chácara com um sobrado que pertenceu ao seu tio, o jesuíta José de Campos Lara, que o havia deixado como herança para a construção de um colégio futuro da Companhia de Jesus. Como relata o Pe. Locher (1914, p. 56):

O colégio em Itu teve uma origem singularmente providencial. O padre José de Campos Lara, Ituano e jovem jesuíta no tempo da expulsão, em 1759 acompanhará seus irmãos ao exílio. Vinte e cinco anos depois resolveu voltar da Itália para o torrão natal. No momento em que ia embarcar, um desconhecido entregou-lhe um pequeno painel de Nossa Senhora do Bom Conselho, ainda hoje o maior tesouro do colégio. Em honra da imagem edificou o ex-jesuíta em Itu uma capelinha, a cuja sombra fundou um Seminário menor. Depois de uma vida cheia de virtudes e

merecimentos veio a falecer em 1820. No seu testamento deixou a um sobrinho os terrenos em que se achava a capela, obrigando-o a entregá-los aos padres da companhia, quando voltassem, afim de neles construir um colégio.

Em 1872 o São Luis foi inaugurado nestas instalações. Destaca-se, que, neste mesmo período, os padres da missão romana abriram outra instituição escolar em Recife, O colégio *São Francisco Xavier*, mas, devido à questão religiosa, em 1873, como suas instalações foram saqueadas, assim como alguns religiosos foram feridos, além de outros terem sido exportados, o colégio foi fechado. (LOCHER, 1914).

Depois de mais de 20 anos localizado em Itu, e com uma clientela crescente, especialmente, após a inauguração da estrada de ferro, em 1873, com os surtos epidêmicos do final do século, em especial o da febre amarela de 1892, os jesuítas italianos venderam o prédio do colégio de Itu para o Exército e transferiram-se para São Paulo, para a Avenida paulista. Portanto, com a equiparação ao colégio Pedro II, alcançada em 1900, o Ginásio *São Luís* adquiriu prestígio na capital paulista, e agregou, além dos filhos de imigrantes europeus que foram para São Paulo em busca de melhores condições de vida, os filhos da burguesia paulistana (composta pelos grandes fazendeiros, negociantes), especialmente aquela da rua dos casarões, aonde se localizava o colégio dos jesuítas.

A tradição do colégio de Itu foi reproduzida pelos jesuítas da missão romana no Estado do Rio de Janeiro com a fundação do *Ginásio Anchieta*, de Nova Friburgo, em 1886, e do *Santo Inácio*, em 1903, no Rio de Janeiro, capital da República. Ambos, o primeiro funcionou como internato e o segundo como externato, agregaram “grande parte da mocidade do Rio de Janeiro e das regiões vizinhas” (LOCHER, 1914, p. 57). Destaca-se que sob a influência do Padre jesuíta italiano Bartholomeu Taddei, nesta região, sobressaiu-se, embora existissem Congregações Marianas nos Ginásios, as atividades do Apostolado da Oração e da Devoção do Coração de Jesus. Portanto, a missão romana concentrou suas atividades nos empreendimentos educativos da Companhia de Jesus. Com a fundação do Colégio *São Francisco Xavier*, em 1928, dedicado à colonização japonesa em São Paulo, iniciativa do jesuíta italiano Guido Del Toro, completava-se a Província Central do Brasil.

2.4. OS JESUÍTAS DE LÍNGUA ALEMÃ: DA SUA EXPULSÃO DA EUROPA À ASSISTÊNCIA RELIGIOSA, ECONÔMICA E ESCOLAR AOS IMIGRADOS DE ORIGEM TEUTA NO SUL DO BRASIL.

Os jesuítas de língua alemã que começaram a ingressar no país a partir de 1849 apresentam certas especificidades que devem ser consideradas quando se analisa os condicionantes do reingresso da Companhia de Jesus ao Brasil. Constantemente é aceito, em larga medida, seja em análises especializadas ou não, como a principal causa do regresso dos inicianos que desenvolveram atividades na província germânica, ou daqueles de origem alemã, ao Brasil, a expulsão da Companhia de Jesus da Alemanha pelo acirramento da política de *Kulturkampf* de Bismarck. No entanto, embora esta explicação seja válida, quando se referem ao impulso, a partir de 1872, que a missão alemã no sul do Brasil teve em termos de pessoal, o que não se discorda aqui, uma breve lida nas biografias daqueles jesuítas desta missão que desenvolveram atividades significativas, e mesmo uma simples olhada nas datas que chegaram sugerem outras questões.

Uma delas é que os primeiros jesuítas de língua alemã aportaram no sul do Brasil por volta de 1849, portanto, antes da política de laicização de Bismarck. Assim, o ingresso deles relacionou-se com dois fatores: 1) a expulsão da Companhia de Jesus da Suíça (1847) e da Áustria (1848); 2) e a intensificação do processo imigratório no Rio Grande do Sul, em especial dos grupos teutos, após a Revolução Farroupilha, o que fez com que, tanto os jesuítas espanhóis que se encontravam neste Estado, quanto o presidente da província pedissem aos superiores da Ordem, e a Roma, padres de língua alemã ou que compreendessem este idioma. (SCHUPP [1912] 2004, LUTTERBECK, 1977).

A expulsão dos jesuítas da Suíça e da Áustria ocorreu em função das revoluções liberais de 1848. O relato histórico do caso da Suíça descrito por Allain Guillerrou (1970, p. 86, *tradução nossa*) é ilustrativo do clima religioso e político daquela época:

Na Suíça, este afastamento da Companhia conheceu graves pesares. Havia no início do século se enfrentado os conservadores, partidários de um Estado federal apoiado pela massa camponesa e de tendência católica, com os radicais, que preferiam um Estado fortemente centralizado, apoiados pela burguesia urbana, comerciante e de opinião liberal. Os cantos católicos temiam que um governo central forte, passado para as mãos dos liberais, lhes impôs-se instituições comuns inspiradas em uma ideologia anti-religiosa. Por isso decidiram empreender uma política separatista e formaram- eram sete- uma espécie de união federal marginalizada: o *Sonderbund*. Lucerna era um local que estava à cabeça desse movimento. Seus habitantes creram ser útil, para acrescentar o vigor das forças católicas chamarem os Jesuítas, e lhes pediram que abrissem uma casa em sua cidade. A Companhia que já havia implantado em Vallais e Friburgo, primeiro recusou, temia irritar a opinião

protestante. No entanto, os católicos de Lucerna insistiram e os ofereceram fazer cargo, primeiro, em outubro de 1844, do seminário de sua faculdade de teologia. Os radicais iniciaram uma campanha contra os jesuítas, apresentando-os como perigosos para a paz do país e pedindo que fossem expulsos. Obtiveram em 1847 a maioria na esfera federal. O Sonderbund foi declarado ilegal e se ditou um decreto de expulsão contra os jesuítas.

Já Charles E. O'Neill (2001, p. 294-295), por sua vez, pondera no *Dicionário Histórico da Companhia de Jesus*, que apesar da sua expulsão da Província da Galícia, território austríaco na época, atualmente parte da Polônia, foi um período frutífero para os inicianos, porque intensificaram suas missões ultramar, conforme sua descrição abaixo:

28 padres e 26 irmãos trabalharam no território do Império Austríaco, 23 padres e tantos outros irmãos, nas fronteiras da atual Áustria como operários, párcos, diretores de exercícios, confessores e predicadores; e os irmãos ajudaram os padres em hospitais e outros ofícios. Com os padres alemães, começaram os austríacos a fazer missões populares pela Alemanha, aonde se destacou como predicador Joseph Klinkowiströn. Um campo inteiramente novo foi as missões de ultramar. Um cônego de Munich pediu jesuítas para os imigrantes alemães. Max Klinkowiströn e Alois Kranewitter se ofereceram. Salerion em 15 de agosto e três meses depois chegaram a Austrália. Sua primeira estação foi a fundação de Sevenhill, na Diocese de Adelaide, no sul. Após chegaram outros jesuítas austríacos. Outro imenso campo de missão para os austríacos foi a América do Norte.

Embora O'Neill (2001) só cite a migração dos jesuítas da província da Galícia para a América do Norte e para a Austrália, alguns desses jesuítas de língua alemã, desta província, a qual agregava membros da Companhia de Jesus advindos da Suíça, da Polônia, dentre outras nacionalidades, vieram para o sul do Brasil em 1849. Conforme a relato de Balduíno Rambo SJ (2004, p. 16):

A missão do sul do Brasil, hoje província autônoma, foi uma ramificação da província da Ordem da Alemanha. Seus primeiros começos recuam até o ano de 1842, quando os jesuítas espanhóis expulsos da Argentina viajavam pelo Rio Grande do Sul e entraram em contato com os alemães católicos fixados aí desde 1824. Como viviam no completo abandono religioso, os jesuítas espanhóis obtiveram do Pe. João Rothmann, geral da Ordem, o envio de dois jesuítas de fala alemã, Pe. João Sedlack e Pe. Agostinho Lipinski, pertencentes à província da Áustria. Tendo em vista o constante crescimento das necessidades dos assentamentos coloniais, a província alemã da Ordem assumiu o envio de reforços. Entre eles contavam-se, depois dos alemães, do Reich, os suíços ocupando o segundo lugar em número.”

Estes primeiros jesuítas de língua alemã – Pe. Agostinho Lipinsk (polonês), Pe. João Sedlack (tcheco) e o irmão Antônio Sonntag (silesiano) - intensificaram suas atividades nas colônias de São Leopoldo e Dois Irmãos. Após poucos anos “As paróquias de São José do Hortênsio e Dois Irmãos, fundadas em 1851 pelos padres Agostinho Lipinski e João Sedlack, contando com quatro mil católicos, haviam evoluído para 25 paróquias, duzentas capelas filiais e quarenta mil almas e 34 jesuítas atuando nelas” (RAMBO, 2004, p.18). Este

desenvolvimento deve-se a vinda, a partir de 1858, de nova leva de jesuítas de língua alemã, provenientes da Europa Central, como o Pe. Bonifácio Klüber, nomeado pároco de São Leopoldo, o Pe. Miguel Kellner e o irmão Ruhkamp, representantes da província da Alemanha. Assim como, da vinda do Pe. José Hagg, austríaco, do Pe. Bernardo Ehring, do Pe. Guilherme Doerlemann, e do Pe. João Gassner.

Portanto, este grupo, em sua maioria, desde 1858, concentrou suas atividades nas colônias de imigração alemã, especialmente em São Leopoldo, seja na Paróquia Nossa Senhora da Conceição, ou na residência dos Jesuítas, fundada na década de 1860. Mesmo com a expansão de seus empreendimentos, em especial a fundação de suas paróquias, Schupp ([1912] 2004) e Lutterbeck (1977) relatam que os religiosos enfrentaram muitas adversidades e oposições, especialmente na imprensa, uma vez que os grupos teutos em São Leopoldo e nas demais colônias alemãs dividiam-se entre católicos e protestantes, ao contrário das colônias italianas que a maioria dos imigrados possuía orientação religiosa católica.

Enquanto expandiam-se suas atividades, através da instalação de paróquias, capelas, pregações do evangelho, etc, em várias colônias do sul do país, estes jesuítas perceberam a necessidade de fundar escolas, as quais formariam, dentro dos preceitos religiosos católicos, os filhos dos imigrantes alemães (ULLMANN, 1989). Nesta direção, Lúcio Kreutz (1991, p. 17) destacou a conexão de certas características culturais de parte dos grupos imigrantes alemães com o projeto de restauração católica orientada pelos jesuítas. Por exemplo, a implantação de escolas elementares e paroquiais similares àquelas da região do rio Reno, em especial de Hunsrueck, região a qual advinham a maior parte dos teutos católicos. Além disso, esta região apresentava certas características que tem relação com o comportamento religioso dos imigrantes alemães, conforme Kreutz (1991, p. 17):

A partir de 1875, com o tratado de Viena, a região do Hunsrueck foi anexada à Prússia Renânia (...) a nível religioso poder-se-ia dizer que, no qual, a Prússia, com larga predominância de evangélicos se identificou com o espírito da Aufklarung (ilustração), sendo que o Hunsrueck foi terreno fértil para a Contra-reforma (...). A Prússia simbolizava a consciência política, o Hunsrueck o conservadorismo agrário, a Prússia o dinamismo industrial – em termos de Alemanha – o Hunsrueck o ritmo da natureza

Assim sendo, os jesuítas implantaram um amplo sistema escolar baseados em suas paróquias, traduzindo a tradição rural das regiões alemãs de origem dos imigrantes. Portanto, o professor paroquial foi um elemento indispensável ao processo de romanização e revitalização do catolicismo nas colônias teutas, uma vez que:

Formado na tradição disciplinar e teológica da Companhia de Jesus, presente na grande maioria das comunidades rurais da zona *alemã* e gozando de respeito e admiração junto à população, o professor paroquial – praticamente um sacerdote leigo atuante em todas as dimensões da vida comunitária- encarnou instrumento dos mais eficientes ao enquadramento moral e religioso dos teuto-brasileiros católicos. À medida que percebiam o potencial de sua dupla ação como professor e líder comunitário, os jesuítas trataram de investir numa capacitação que lhes fornecesse melhores recursos para levar a cabo à tarefa de ensinar e de liderar dentro de perspectivas pedagógicas e morais fundamentadas na filosofia cristã (SEIDL, 2008, p. 84)

Entre a escola paroquial e a escola secundária, destacou-se também, dentre os investimentos educacionais dos jesuítas, não mais nas colônias, mas na capital do Estado, as escolas complementares, como a Escola João José, o Ginásio Conceição em seu primeiro período, e a casa do Pe. Francisco Trappe (que se tornará o Ginásio Anchieta). Essas escolas foram concebidas para que “os homens do interior colonial participassem da vida política do país ou de que houvesse gente preparada, conhecedora do homem da colônia e disposta a defender seus interesses vitais” (LUTTERBECK, 1977, p. 99). Entretanto, com o intuito de evitar que a formação católica dos colonos fosse questionada e até dissipada no contato com grupos laicos no meio urbano durante a preparação escolar dos católicos teutos na capital do Estado em seus colégios complementares os jesuítas alemães instauraram um de seus instrumentos de restauração católica: As Congregações Marianas²⁶.

A partir da década de 1860, nova leva de jesuítas de língua alemã ingressou no Sul do Brasil. No entanto, algumas particularidades devem ser destacadas. Uma delas refere-se à necessidade da missão em agregar padres com formação escolástica. Isto se relaciona ao fato de que, como em 1867 os jesuítas já haviam fixado residência em São Leopoldo, necessitavam constituir, tanto seus próprios quadros para a Companhia, quanto formar escolarmente a população teuta católica e a urbana nos seus educandários católicos. Neste sentido, basta frisar que, de 1860 a 1910 fundaram, além do Ginásio *Nossa Senhora da Conceição* (1869), uma série de escolas paroquiais, escolas elementares, como a Escola *João José*, e secundárias, como o *Ginásio Anchieta* (1890), em Porto Alegre, o *Gonzaga* (1894), em Pelotas, o *Stela Maris* (1899), em Rio Grande, e o *Catarinense* (1905), em Florianópolis. A fundação desses ginásios foi marcada pela percepção destes jesuítas de que:

[...] os núcleos de imigrantes se consolidavam rapidamente. A dinâmica sinalizava também para um desenvolvimento qualitativo a curto prazo. A evolução de não poucos desses núcleos para centros urbanos com um comércio crescente, uma

²⁶ Conforme o relato de Schupp ([1912] 2004) essas Congregações Marianas para moços, fundadas a partir de 1896, destinadas aos filhos das colônias residentes na capital do Estado inicialmente foram dirigidas Pe. Alois Schuter e posteriormente pelo Pe. Fuhr.

indústria incipiente e dotada de um grande potencial de progresso, ocuparia, em uma ou duas gerações, o lugar das comunidades de colonos. Em segundo lugar, convenceram-se que no Rio Grande do Sul o poder político e a hegemonia econômica encontravam-se exclusivamente nas mãos dos estancieiros de origem lusa e açoriana. Dessa forma, não havia dúvida que os imigrantes continuariam à mercê e a à margem do poder econômico por mais algumas décadas. Enclausurar as comunidades dos colonos alemães em suas picadas equivaleria a condena-las à estagnação, à involução e ao insucesso. Mandava a lógica que se construíssem, o mais rapidamente possível, pontes capazes de superar a justaposição, no mesmo espaço geográfico e jurídico, de lusos, açorianos, alemães e mais tarde italianos, pontes capazes de permitir o encontro e a mútua aceitação. Somente assim se asseguraria, apesar das diferenças étnicas e culturais, a consciência de uma cidadania comum a serviço de uma mesma nação. E qual seria a via mais curta e mais eficiente? Para um jesuíta equivalia a perguntar o óbvio: a escola e a educação ajustadas as circunstâncias concretas do tempo. Ficava claro, de um lado, que era preciso criar e fazer funcionar uma instituição educacional capaz de formar lideranças econômicas, sociais, religiosas, e principalmente políticas. De outro lado, ficava claro também que as escolas comunitárias não tinham condições de assumir essa tarefa. Exigiam escolas de nível mais elevado e em condições de receber os filhos das oligarquias estancieiras e oferecer-lhes um nível de formação compatível com as tarefas que lhes cabia cumprir na sociedade regional e em muitos casos no cenário nacional e até internacional. A escola deveria acolher ao mesmo tempo também as primeiras gerações de líderes civis e religiosos surgidos entre os próprios imigrantes. (RAMBO, A. 2002, p. 8-9)

Outra foi que como a política de *Kulturkampf* de Bismarck expulsou os jesuítas da Alemanha, e assim, de 1870 a 1872, estes gradativamente deslocaram-se para Índia, para o Chile e para o Sul do Brasil, a missão alemã sofreu um incremento de pessoal, o que acarretou numa revisão de suas atividades, como relata Lutterberg (1977, p. 79):

[...] A cura das almas na colônia ia sempre crescendo e crescendo. Isto se deve em grande parte ao *Kulturkampf*, que importou numa verdadeira perseguição movida por Bismarck contra os jesuítas alemães, os quais tiveram de deixar o seu torrão natal e buscar nova pátria no desterro. Assim, novos reforços pastorais puderam vir para o Brasil, de modo especial para o serviço sacerdotal nas colônias teutas do Rio Grande, aumentando sensivelmente o número de operários evangélicos em plagas gaúchas. Ficou em pé, no entanto, a dificuldade jurídica desta situação perante a Ordem: considerada séria não por poucos Superiores maiores da Companhia. Pois, como foi dito, o instituto dos jesuítas não permitia um cura ordinária de almas, sustentada por mais tempo em regime paroquial.

Dentre os padres que vieram para o sul do Brasil e se notabilizaram como educadores e/ ou missionários, destacaram-se, dentre outros, o Pe. Gustavo Locher, o Pe. Teodoro Amistad, Pe. Max Von Lassberg e o Pe. Werner Von Und Zur Mühlen. Estes, embora pouco frisado nos escritos sobre os jesuítas da missão alemã, tiveram em comum a aquisição da formação jesuítica em tempos de *Kulturkampf*. Dito de outro modo, isto significa que, até chegarem ao sul do Brasil, percorreram países em comum, e em alguns casos fixaram-se nos mesmos estabelecimentos, enquanto adquiriam a formação da Companhia de Jesus. Portanto, não representam à leva de padres jesuítas que desenvolviam atividades na província alemã.

A formação destes jesuítas deu-se no contexto da política de laicização de Bismarck. A *Kulturkampf*, como foi designada, refere-se a um movimento de caráter nacionalista, anticlerical, liderado pelo chanceler do Império Alemão, em 1872. Até 1878, Bismarck publicou uma série de decretos e leis nos quais excluía gradativamente a Igreja Católica e a Companhia de Jesus da Alemanha. Esta política de laicização foi motivada contra o clericalismo romano, como destaca Jonathan Wright (2006, p. 231):

Quando o Império Alemão se estabeleceu em 1871 não faltavam alemães reais - por exemplo, liberais anticlericais, prussianos protestantes preocupados com a união com os Estados católicos do sul da Alemanha e um chanceler incomodado pela influência de grupos católicos na política alemã – dispostos a contribuir para tal tarefa: mesmo que suas contribuições não fossem assim tão idealistas. Muito aconteceu ao longo da *Kulturkampf* de Bismarck na década de 1870: a liberdade dos púlpitos católicos foi seriamente limitada, a contribuição católica para a educação alemão foi minada, o direito de um Bispo de livremente fazer nomeações eclesiásticas foi atacado, candidatos ao sacerdócio foram até mesmo obrigados a ser treinados apenas por aqueles seminários ou universidades reconhecidas pelo Estado.

Neste contexto a Companhia de Jesus restaurada não saiu ileso, visto que:

Denunciando os jesuítas como emissários de Roma, o Reichstag decretou leis em 4 de julho de 1872 que deixaram os jesuítas sob a supervisão de autoridades policiais. Logo, foi decidido que eles não tinham o direito de exercer qualquer serviço no Império Alemão - tanto na educação quanto nas questões espirituais-, e centenas de jesuítas não tiveram outra alternativa a não ser sair do país.” (WRIGHT, 2006, p 231)

Portanto, foi nesse período conturbado para a Companhia de Jesus na Alemanha que os jesuítas citados iniciaram sua formação na Ordem. Por exemplo, o Pe. Gustavo Locher, natural de Tettngang, Alemanha, e o Pe. Teodoro Amistad, sueco, que já haviam estudado juntos no ginásio Stela Matutina em Feldkrich, Áustria, durante esse período, de 1870 a 1872, realizaram seu noviciado em Gortheim, na Alemanha. Após, ambos partiram para a Holanda, em Wynadsrade cursar humanidades e retórica, assim como o Pe. Max Von Lassberg, que realizou seu noviciado na cidade holandesa de Exaeten, e o Pe. Werner e o Pe. João Evangelista Rick que obtiveram, muitos anos depois, sua aprovação para a vida religiosa, de 1890 a 1892, em Blyenbeck, na Holanda. Muitos outros jesuítas que cumpriram seu noviciado na Holanda, juntamente com o Pe. Werner, também acabaram desenvolvendo seu apostolado no sul do Brasil, como atesta as colocações de Arthur Rabuske (1999, p. 61):

Entre os noviços do ano de 1891 Werner pôde contar com diversos conterrâneos seus [...] Natural de Osnabrück e ex-aluno do Carolinum era João Batista Hafkemeyer um dos seus futuros colegas no Anchieta de Porto Alegre, RS. Outros nomes, que no Rio Grande do Sul se tornariam conhecidos, eram Agostinho Haaser, Júlio Pöther, João Batista Krey e João Davi Muller. E da mesma forma o

Pe. Bernardo Bolle, entrado na Ordem, quando já havia sido, em hora anterior, padre diocesano e ex-aluno da Germânico, em Roma. Dos demais padres residentes na Casa do Noviciado, releva ainda citarmos o Pe. Henrique Liese, S.J., que lá constava como “trabalhador apostólico”, era ótimo pregador, bem como de modo igual conferencista. Mais tarde ele demandaria o Sul brasileiro e, em São Leopoldo, RS, seria insigne professor de Exegese no Seminário Provincial, além de redator do suplemento dominical chamado *Sonntagstimmen*, do periódico *Deustches Volksblatt*, impresso em Porto Alegre, RS.

Logo, a Holanda foi a país de refúgio daqueles jesuítas expulsos da Alemanha por Bismarck, especialmente Wijnandsrde “um antigo castelo ou casa solar rural” oferecido aos jesuítas alemães expatriados pelo Barão Luovido Von Bonfart, em 1872 (RABUSKE, 1999). Neste castelo obtiveram sua formação literária e científica, em períodos distintos, Gustavo Locher, Werner Von Und Zur Mühlen, Teodoro Amistad e João Evangelista Rick, dentre outros. Alguns destes jesuítas mantiveram-se neste país para a obtenção de sua formação filosófica, como o Pe. Werner, o Pe. Locher e o Pe. Amistad, por exemplo.

Após encontram-se registros da atuação destes jesuítas como professores, ou seja, exercendo o período do magistério, na França, como o Pe. Gustavo Locher no colégio de Mongré, perto de Lyon, de 1878 a 1879, e o Pe. Werner no colégio São Miguel, em Bruxelas, Bélgica. Tais deslocamentos justificam-se, porque, após terem sido beneficiados com a Lei Falloux, a qual permitiu que a Igreja Católica, e conseqüentemente, a Companhia de Jesus, abrissem escolas primárias e secundárias, os grupos republicanos, extremamente anticlericais, exigiram a dispersão da Companhia de Jesus do território francês, em 1880. Contexto o qual descreve Jonathan Wright (2006, p. 234):

[...] Os primeiros anos da Terceira República mais uma vez testemunharam um crescimento jesuíta promissor na França – depois de 1871, 12 novos colégios foram estabelecidos – mas logo ministros incrivelmente hostis começaram a exercer o poder. Esforços católicos para reorganizar a República não foram suficientes e de maneira inevitável os jesuítas foram alvos de ataques. Em março de 1880, o Conselho de Deputados apresentou uma moção para dissolver a Companhia num prazo de três meses, e no final de junho a polícia estava desalojando jesuítas das 37 casas em toda a França e os enviando-os para a fronteira. Um fluxo constante desses exilados começou a retornar, mas um suposto envolvimento no caso Dreyfus (segundo alguns relatos, uma conspiração jesuítica) e os ministérios determinadamente anticlericais de Pierre Waldeck- Rousseu e Emile Combes fizeram com que a Companhia ficasse cada vez mais desacreditada. Em 1905, a educação jesuítica havia desaparecido da França e a Igreja Católica tinha sido completamente desestabilizada.

Desta forma, por um breve período a França foi o território aonde os jesuítas iniciavam-se no magistério. Já a presença dos jesuítas na Bélgica, embora conste que a Companhia tenha sido expulsa deste país em 1818, relaciona-se ao desenvolvimento de alguns colégios ligados a província belga. Após, para a realização dos estudos teológicos e mesmo

para sua ordenação sacerdotal, além da Holanda, como foi o caso do Pe. Werner, um país que os abrigou foi a Inglaterra, em especial a localidade de Ditton- Hall, próximo de Liverpool, como atesta a passagem do Pe. Gustavo Locher e do Pe. Teodoro Amistad, entre os anos 1880 a 1884. Desta localidade que partiram o Pe. Amistad, o Pe. Locher e o Pe. Von Lasserg, juntamente com aqueles jesuítas alocados na Holanda, em 1886, por determinação do Superior da Ordem, para o Sul do Brasil, conforme o depoimento do Pe. Max Von Lasserg, SJ ([1930] 2002, p. 34):

Despedi-me do belo e amado colégio “Stella Matutina” em Feldkirch, a quem devo que nunca estarei em condições de retribuir. Sem perder tempo seguimos para a Holanda e no dia 29 de julho embarcamos em Liverpool. Dez jesuítas: quatro sacerdotes, quatro escolásticos e dois irmãos partiram do porto. Oito dias mais tarde desembarcamos em Lisboa e pela derradeira vez visitamos uma Igreja na Europa, a igreja na qual foi batizado Santo Antônio. Depois navegamos de encontro ao Brasil

Outros, como o Pe Werner e o Pe. Rick, antes de desembarcarem no Brasil, realizaram sua terceira provação na Ordem em Portugal, no Colégio do Barro (Torres Vedras). O ingresso e permanência deles, e de outros jesuítas que possivelmente fizeram parte da missão alemã ao Brasil, em Portugal, ocorreu na primeira década do século XX, ou seja, naquele período que se estende de 1848 a 1909, o qual os jesuítas rearticulavam-se neste país, até sua expulsão em 1910, pelos republicanos. Cabe destacar que os inacianos exilados de Portugal a partir de 1910 foram aqueles que desenvolveram a missão portuguesa no nordeste brasileiro, como analisaremos adiante.

No entanto, estes jesuítas ligados à província germânica ingressaram no Brasil antes da expulsão da Companhia de Jesus de Portugal, em 1910. A princípio alguns fixaram residência na Ilha do Desterro, Florianópolis, aonde exerceram o magistério no *Ginásio Catarinense*, como o Pe. Gustavo Locher, que já se encontrava nesta localidade, e o Pe. Werner, enquanto outros seguiram para São Leopoldo, para o *Colégio Nossa Senhora da Conceição*, como o Pe. Rick, e o Pe. Amistad. Enquanto os dois primeiros notabilizaram-se pelas suas atividades escolares, intelectuais e religiosas, os outros, inclusive o Pe. José Von Lassberg, destacaram-se, dentre suas outras atividades, como missionários, “protótipos de patres colonorum por excelência”, como revela o depoimento de Arthur Bláusio Rambo (2004:10):

Estamos assim frente a três personagens quase diametralmente oposto e contudo representativos dos jesuítas que a Província Alemã da Ordem costumava enviar para a missão no sul do Brasil: o espírito conquistador de Johannes Rick, filho do tirou austríaco, o suíço meticuloso mas de espírito aberto ao seu tempo e dotado de

horizontes vastos Theodor Amstad e Max Von Lassberg, o pastor de almas por excelência e a encarnação do autêntico catolicismo bávaro.

Pe. José Von Lassberg consagrou-se pela sua atuação no atendimento aos imigrantes poloneses, Pe. Rick, além de seus interesses científicos, especialmente sobre fungos, destacou-se pela defesa e expansão da colonização teuta, assim como pela sua atuação no desenvolvimento do associativismo nas regiões de imigração alemã. Associativismo este que remete a trajetória de Pe. Amstad. Este, além de estender sua atuação missionária do Vale do Caí, para Dois Irmãos, São José do Hortêncio, São Leopoldo e Santa Cruz do Sul (LEITE, 2005), dedicou-se ao desenvolvimento econômico das regiões de imigração, através da expansão das caixas de créditos da União Popular.

Esta rede de organizações econômicas e sociais as quais esses jesuítas se envolveram impulsionaram o projeto de restauração católica. Dentre estas se destacam a associação dos professores teuto-católicos, a União popular (União dos agricultores), o Partido católico, a imprensa católica de língua alemã, entre outras. Tais empreendimentos, embora de natureza diversas, tiveram elementos comuns, conforme discorre Seidl (2008, p. 87) em relação à trajetória da *União popular*:

A tentativa de vincular leigos de posição social às instituições de maior abrangência foi parte da estratégia de ampliação do leque de influencia católica, cujo auge seria alcançado nas décadas seguintes. Dentre os casos mais significativos está a cooptação de pessoas em posição social de destaque- como jornalistas, políticos e médicos pertencentes a famílias dispendo de relações extensas e socialmente relevantes – para assumir postos de coordenação em associações e na imprensa, dessa forma conferindo prestígio e notoriedade a tais órgãos ao mesmo tempo que mobilizaram suas redes familiares e de amizade na adesão ao projeto católico, dando maior visibilidade e capacidade de penetração.

Todos esses investimentos associativos e comunitários, originados a partir de 1898, data do primeiro Congresso Católico, buscaram incluir os grupos teutos nas dinâmicas sociais e políticas do sul do Brasil. Deste modo, tais movimentos dirigidos pela Ordem dos Jesuítas referem-se “a incorporação de novos segmentos sociais não mais provenientes da campanha, mas das colônias” (CORADINI, 1998, p. 122) na transição do império para a República. A despeito da questão da valorização do sentimento de “germanidade” entre os grupos da região de imigração inculcada pelos Jesuítas que, de certo modo, dificultou sua incorporação ao Estado, o desenvolvimento econômico das regiões coloniais, baseado na pluricultura, respaldava o poder de barganha dos representantes teutos junto ao Estado.

Por outro lado, através dos seus Ginásios católicos buscaram aproximar-se do Estado, através da formação escolar e religiosa dos grupos de “elites”. Neste sentido, destacou-se a atuação do Pe. Werner, especialmente no *Ginásio Anchieta*, e do Pe. Locher, no *Stella Maris* e no *Catarinense*, além da do Pe. Rick no *Ginásio Nossa Senhora da Conceição*. A formação adquirida por estes jesuítas, e outros de trajetória similares, pautou a estrutura dessas instituições escolares. Assim, se antes a referência para as escolas paroquiais foram aquelas da região alemã do rio Reno, neste momento, o modelo impresso pautou-se pela estrutura e, sobretudo, pela disciplina dos ginásios alemães, como o *Stella Matutina*, de Feldkirch, Áustria, aonde muitos desses jesuítas haviam estudado.

Assim, do *Ginásio Nossa Senhora da Conceição*, de São Leopoldo, expandiram-se as atividades educativas dos jesuítas da província germânica, através da fundação do *Ginásio Anchieta* em 1890, de Porto Alegre, do *Gonzaga*, em 1894, de Pelotas, do *Stela Maris* em 1899, de Rio Grande, e do *Catarinense* (1905), de Florianópolis. Com estes educandários, a exceção do *Stella Maris* (Estrela do Mar), que, como os jesuítas alemães assumiram o *Catarinense*, em 1905, passou a ser dirigido pelos Maristas²⁷, a missão tornou-se Vice-Província, em 1925, declarada Província em 1927. Na década de 1950 a missão expandiu-se para o Paraná, e em 1957, foi fundado o *Ginásio Medianeira*, em Curitiba. Portanto, de modo geral, “o movimento apostólico desses jesuítas deu-se da periferia para o centro: do interior para as cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, tendo como ponto de partida principal a colônia de São Leopoldo” (LEITE, 2005, p. 16).

2.5. OS JESUÍTAS DA PROVÍNCIA PORTUGUESA: DA SUA EXPULSÃO DE PORTUGAL A FUNDAÇÃO DE EDUCANDÁRIOS CATÓLICOS NO NORDESTE BRASILEIRO.

A última missão a ingressar no Brasil neste período foi a Portuguesa. A opção pelo Brasil, entretanto, conforme descreveu Ferdinand Azevedo (1986) pautou-se por uma série de circunstâncias. Uma refere-se à expulsão dos jesuítas de Portugal pelo decreto republicano de 8 de outubro, num momento em que, desde o regresso a Portugal, em 1860, a província portuguesa consolidava-se com seus colégios em Campolide, e em São Fiel, e com suas missões em Macal, no Timor e na Zambísia (Moçambique). Outra foi que o Pe. Luiz Gonzaga Cabral, junto com o irmão Gomes Pereira, conseguiu fugir de Portugal para Madrid, e de lá

²⁷ O *Stella Maris* (Estrela do Mar) depois teve o nome de Sagrado Coração de Jesus e mais tarde, quando passou aos irmãos Marista, foi nomeado de São Francisco.

avaliavam e informavam as melhores alternativas para a província portuguesa da Companhia de Jesus. Neste mesmo ano Dom Jerônimo Tomé da Silva, Arcebispo de Salvador, e ex-aluno dos jesuítas no Pio- Latino Americano, pediu para o superior dos jesuítas da missão central da província romana, Pe. Justino de Lombardi, e para o Pe. Cabral, da missão portuguesa, jesuítas para desenvolver o catolicismo no nordeste brasileiro. Deste modo, inicialmente, Pe. Cabral enviou noventa e um jesuítas, cinquenta padres, trinta e nove irmãos e dois escolásticos para o Brasil.

Anteriormente a este período já haviam estado no Brasil alguns jesuítas da missão Portuguesa, como o irmão José Guterres, em 1873, que esteve no Colégio São Francisco Xavier, em Recife, até a dispersão dos jesuítas pela questão religiosa, o Pe. Bento Schettini, em 1879, que pregou na missão central da província romana da Companhia de Jesus em São Paulo e no Rio de Janeiro, e em 1906, o Pe. José Dias Silveiras passou um semestre na Bahia. Assim, mesmo que alguns dos jesuítas portugueses esporadicamente estabelecessem no Brasil, a vinda conjunta dos jesuítas expulsos de Portugal, significava, na avaliação do Pe. Cabral, frente à dispersão em que se encontravam um meio de manter a missão portuguesa coesa em torno de atividades educativas comuns.

Em torno destas atividades comuns a missão portuguesa dividir-se-ia pelo nordeste brasileiro, nos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará, Maranhão, Pará e Amazonas. Inicialmente, após serem proibidos de desembarcar no Brasil por decreto do Presidente da República Nilo Peçanha, conseguiram seguir para o Ginásio Santo Inácio no Rio de Janeiro por intermédio do jurista Cândido Mendes de Almeida Filho. Deste modo, depois desta curta estada no Rio de Janeiro seguiram para a Bahia. (AZEVEDO, 1986).

A Bahia foi o primeiro Estado que a missão portuguesa estabeleceu-se porque Dom Jerônimo da Silva, Arcebispo de Salvador, no seu pedido de Jesuítas para este Estado, manifestava a vontade abrir uma escola em Salvador. Todavia, nesta época, outras ordens religiosas, também incentivadas por Dom Jerônimo, administravam ginásios em Salvador, como os Maristas e os Salesianos. Isto fez com que os jesuítas demorassem a encontrar a localidade para seu Ginásio, mas, após um ano, em 1911, com a ajuda da Arquidiocese para a compra do terreno, fundaram o Ginásio *Antônio Vieira*, como externato.

Neste mesmo período, monsenhor Luis Pinto Bastos, pede que os jesuítas abram uma escola em Caetitê. As forças políticas locais desta cidade, as famílias Teixeira, Rodrigues Lima, e Tanajura, estavam em desacordo em relação à instalação da Escola Americana, fundada pelo prebisteriano Mac-Cauly, e apoiada politicamente e financeiramente pelo Coronel Cazzuzina, José Rodrigues Lima. Em torno desse embate político que a missão portuguesa da Companhia de Jesus foi chamada para fundar, em 1912, o Instituto *São Luis Gonzaga*, pelo grupo opositor do coronel. Entretanto, este Instituto teve vida efêmera, pois, com a fundação das Escolas Normais, não conseguiu manter-se.

Alguns dos jesuítas que estavam alocados no Instituto, entre 1912 a 1915, partiram em missão para o sertão baiano, para Carinha-nha, Palmas do Monte Alto, Cocos, Campestre, Gentio, Mamonas, Rio do Antônio, São João do Paraguassu, dentre outras localidades. Após seguiram para Recife, porque, Dom Luís Raimundo da Silva, Arcebispo de Olinda, havia oferecido um colégio aos jesuítas. Entretanto, ao chegarem em Recife, tomam conhecimento de que se tratava apenas da administração do Colégio Diocesano e não aceitaram. Quando Dom Sebastião Leme assumiu a arquidiocese insistiu para que os jesuítas inaugurassem um colégio no Recife, e assim, em terreno próprio o Ginásio Manuel da Nóbrega fora inaugurado em 1917.

Na década de 1920 a missão portuguesa fixou residência também no Maranhão, através da casa Nossa Senhora dos Remorsos, em São Luís, e em Fortaleza, aonde transformam a Capela São Luis Gonzaga em Cristo Rei, além da Escola Apostólica fundada em 1927, em Baturité, Ceará. Destaca-se também, em relação aos seus ginásios, tanto no de Recife, como no de Salvador as atividades das Congregações Marianas destinadas à mocidade acadêmica fomentadas pelos jesuítas e compostas por seus ex-alunos. Portanto, com a missão portuguesa as diversas províncias fixaram-se no Brasil e expandiram seus quadros através da formação, em seus Seminários, dos brasileiros²⁸.

²⁸ Para detalhes sobre a divisão territorial da Companhia de Jesus restaurada no Brasil e a expansão de suas instituições formativas e educacionais ver: BRESCIANI, SJ, Carlos. **Companhia de Jesus. 450 anos a serviço do povo brasileiro**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

PARTE II: O APOSTOLADO LAICO DA COMPANHIA DE JESUS NO RGS: IDENTIFICAÇÃO INTELECTUAL E RECEPÇÃO DO PENSAMENTO CATÓLICO.

Dada à divisão territorial da Companhia de Jesus, explicitada em capítulo anterior, nesta parte demonstra-se as especificidades da formação escolar e religiosa proporcionada pelas instituições educativas dos jesuítas no Brasil. Trata-se das práticas advindas de seu método pedagógico adaptado as diretrizes curriculares nacionais e da expansão do laicato religioso através da expansão das Congregações Marianas no Brasil.

Após, analisa-se o laicato católico formado pelos jesuítas no Rio Grande do Sul. Entre questões de natureza específica deste ambiente social revela-se que, além da formação escolar e religiosa proporcionadas pelos educandários da Companhia de Jesus, as discussões filosóficas impulsionadas pelos escolásticos alemães em suas Congregações Marianas produziu, entre os membros do grupo católico, uma identificação intelectual que ultrapassou os portões dos Ginásios que frequentaram, sendo reproduzida na maioria de suas manifestações impressas.

Dada esta constatação, por fim, com base nos artigos publicados pelos membros do grupo, buscou-se delimitar que tradição de pensamento foi esta que reproduziram. Com este intuito, expõem-se as ideias dos autores os quais dialogavam determinando, assim, a tradição intelectual que se filiavam.

3. A FORMAÇÃO ESCOLAR E A IDENTIFICAÇÃO RELIGIOSA DO LAICATO DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL

Neste capítulo demonstra-se que, para proporcionar a formação escolar e religiosa dos grupos urbanos, os Ginásios dos jesuítas, de modo geral, tiveram que adequar, por um lado, seu método pedagógico as diretrizes curriculares nacionais, e, por outro, instalar em seus ginásios instrumentos capazes de atrair os grupos que estavam formando para o catolicismo devoto e militante.

Com este objetivo expõem-se como as diversas missões dos jesuítas, em especial a alemã no sul do Brasil, buscaram alinhar-se, territorialmente, em torno dos grupos imigrados, para então, aproximar-se do Estado, através da formação escolar e religiosa das “elites” urbanas. Destacam-se, nesta direção, as características do método pedagógico da Ordem que

produziu sujeitos disciplinados. Assim como a instalação das Congregações Marianas em seus Ginásios Católicos permitiu que a Companhia de Jesus formasse seu próprio laicato.

3.1. OS GINÁSIOS CATÓLICOS, O MÉTODO PEDAGÓGICO COMUM E A FORMAÇÃO RELIGIOSA.

Neste item expõem-se brevemente os deslocamentos dos ginásios da Companhia de Jesus em território nacional, as características do seu método pedagógico adaptado às diretrizes nacionais e a expansão das congregações marianas, originadas nos ginásios dos jesuítas, no Brasil.

3.1.1. A fundação e desenvolvimento dos Ginásios da Companhia de Jesus: Das zonas de imigração para a formação escolar e religiosa dos grupos urbanos.

Como delineamos em capítulo anterior houve, entre as missões dos jesuítas que se fixaram no Brasil, a exceção da portuguesa no nordeste brasileiro, um movimento no sentido do interior dos Estados para os centros urbanos. Algumas circunstâncias exteriores determinaram este movimento, por exemplo, o surto de febre amarela no final do século XIX, que levou os jesuítas da missão romana a transferirem o Ginásio *São Luís* de Itu para São Paulo. No entanto, embora fatores externos tenham sido relevantes, de modo geral, o desenvolvimento das atividades das missões dos jesuítas deu-se do interior para os centros urbanos.

Se junta a esta dinâmica a correspondência entre a nacionalidade das missões dos jesuítas e a origem das populações das regiões em que se fixaram. Por exemplo, a missão romana estabeleceu-se em Itu no momento da crise do Brasil – Império, em que o esgotamento da produção açucareira e o fim do trabalho escravo, impulsionou a vinda de imigrantes italianos para o desenvolvimento do cultivo do café nesta região. Os jesuítas de língua alemã na região sul anteriormente já haviam repetido esta dinâmica quando se fixaram em São Leopoldo. Como ilustra o quadro abaixo:

Quadro I: Ginásios católicos fundados por jesuítas (1860-1960): Missões e colonização

Ginásio	Ano de fundação	Cidade/Estado	Colonização	Missão jesuíta
São Luiz	1867	Itu/ SP – São Paulo/ SP	Lusa/ Italiana	Italiana (Romana)
Nossa Senhora da Conceição	1870	São Leopoldo/ RS	Alemã	Alemã
Anchieta	1886	Nova Friburgo/ RJ	Suíça,	Italiana (Romana)

			alemã/Lusa/ Italiana e Síria	
Anchieta	1890	Porto Alegre/ RS	Lusa	Alemã
São Luiz Gonzaga	1894	Pelotas/ RS	Lusa	Alemã
Stela Maris/ Sagrado Coração de Jesus	1899	Rio Grande/ RS	Lusa	Alemã
Santo Inácio	1903	Rio de Janeiro/ RJ	Lusa	Italiana (Romana)
Catarinense	1905	Florianópolis/SC	Lusa	Alemã
Antônio Vieira	1911	Salvador/ BA	Lusa	Portuguesa
Nóbrega	1917	Recife/ PE	Lusa	Portuguesa
São Francisco Xavier	1934	São Paulo/ SP	Lusa/ Japonesa	Italiana/japonesa
Loyola	1943	Belo Horizonte/ MG	Lusa	
Nossa Senhora da Medianeira	1957	Curitiba/ PR	Lusa	Alemã

Fonte: Elaboração própria a partir dos sites dos Ginásios e de Locher (1914)

Todavia, como demonstra o quadro acima, se os primeiros empreendimentos educacionais dos jesuítas ligaram-se aos grupos de imigração, após direcionaram-se para a formação dos grupos urbanos através da instalação de seus educandários em Capitais significativas do território brasileiro. A dinâmica do sul do Brasil, representada pela evolução das matrículas nos ginásios dos jesuítas, é representativo desta mudança de clientela, por isso desenvolve-se abaixo.

3.1.1.1. As Instituições escolares da Companhia de Jesus no sul do Brasil: Do projeto de colonização alemã à formação das “elites” urbanas.

Os Jesuítas do Ginásio *Nossa Senhora da Conceição* de São Leopoldo buscaram formar as “elites” sociais e políticas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina instalando instituições nas principais cidades da época, ou seja, Rio Grande, Pelotas, Florianópolis com o *Ginásio Catarinense*, e Porto Alegre com o *Anchieta*. Se inicialmente o Ginásio *Nossa Senhora da Conceição* destinava-se, dentro do projeto de restauração católica, a formar os filhos dos colonos para o magistério ou o sacerdócio, a partir de 1878, com o sucesso dos seus alunos nos exames públicos passou a ser a instituição favorita das elites riograndenses e catarinenses, além de outras regiões do Brasil. Situação que se intensificou com a equiparação, em 1900, com o Colégio *Dom Pedro II*, sendo a primeira instituição escolar do Rio Grande do Sul a conseguir tal feito. Essa mudança de perspectiva é ilustrada na redução dos seus egressos que seguem a carreira religiosa, magistério e/ ou no Sacerdócio, conforme quadro abaixo:

Quadro 2: Carreiras dos egressos do Ginásio Nossa Senhora da Conceição (1870-1899)

Carreiras	1870-1879	1880-1889	1890-1899	Total
Professores	11	2	1	14
Sacerdotes	2	3	3	8

Religiosos	4	2	2	8
------------	---	---	---	---

Fonte: Elaborado a partir de LUTTERBECK, Pe. Jorge Alfredo (1977)

Até 1900 as matrículas do Ginásio *Conceição* foram incrementadas e no final do século XIX mais de 80% dos seus alunos adivinham de famílias lusas, deslocando o objetivo inicial da formação escolar dos filhos de imigrantes alemães para atender os filhos das “elites” estaduais concentradas na capital do Estado. Conforme quadro abaixo:

Quadro 3: Matrículas do Ginásio Nossa Senhora da Conceição (1880-1890)

Ano	Matrículas
1880	65
1881	85
1882	112
1883	117
1884	121
1885	166
1886	223
1887	213
1888	214
1889	223
1890	223

Fonte: Elaborado a partir de LUTTERBECK (1977) e SCHUPP (2004)

Portanto, estes empreendimentos educacionais, no Brasil, e no Rio Grande do Sul em particular, só se concretizaram porque os Jesuítas foram expulsos dos países em que atuavam, como se destacou em capítulo anterior. Deste modo, vieram religiosos da mais alta qualificação para o Sul do Brasil e criaram estabelecimentos fiéis aos princípios do método pedagógico *Ratio Studiorum* aplicado nos ginásios da Companhia de Jesus.

Mesmo assim, num primeiro momento, a escola enfrentou para se firmar o antijesuítismo do período, mas partir de 1878 o colégio firmou-se com o sucesso de seus alunos nos exames públicos em Porto Alegre, chamados de parcelados. Até o Ginásio *Conceição* virar Seminário, em 1913, e os jesuítas se dirigirem para a formação das “elites” estaduais concentradas na capital do Estado no Ginásio Anchieta, os governos republicanos foram benéficos à influência jesuítica no espaço social riograndense, seja através da isenção de impostos para o Colégio, ou na atração de demais missões jesuítas ao Estado (LEITE, 2004).

Em 1913, o Ginásio *Conceição* tornou-se Seminário para os candidatos ao sacerdócio, e o projeto de formação de “elites” dos Jesuítas foi concretizado no Ginásio *Anchieta* e no *Catarinense*, em Florianópolis. Porém, nesse meio tempo os Jesuítas também

investiram esforços em formarem suas instituições nas cidades do Rio Grande do Sul mais importantes à época, como Pelotas e Rio Grande.

O ginásio *São Luiz Gonzaga* foi à primeira escola com ensino primário e secundário de Pelotas. Foi fundado, em 1894, pelos padres Jesuítas Anselmo de Souza S.J e Gustavo Locher S.J. Embora as atividades dos jesuítas tivessem pouca receptividade na região da campanha “devido à forte presença da maçonaria e do espírito anticlerical” (AMARAL, 2006, p. 1), até 1926, ano em que se retiraram do Colégio e passaram sua administração para os Lassalistas, teve certa representatividade, como demonstra o quadro abaixo da evolução de suas matrículas:

**Quadro 4: Evolução das matrículas
Ginásio São Luiz Gonzaga (1895-1925)**

Ano	Matrículas
1895	62
1900	296
1910	349
1920	395
1925	508

Fonte: Elaborado a partir de AMARAL, Giane. (2006)

Como decorrência da 1^o Guerra mundial que impediu a vinda de novos elementos religiosos para a região sul por determinação Superior da Congregação jesuítica da Alemanha, os padres do Colégio Gonzaga foram dirigir o Seminário Diocesano de Santa Maria, com o objetivo de formar os novos quadros eclesiásticos, religiosos, para suprir a demanda, dada à proliferação, além das escolas, de Dioceses e Arquidioceses no Brasil.

Em Rio Grande a influência foi menor uma vez que os Jesuítas não chegaram a estruturar o colégio *Stela Maris* (depois Sagrado Coração de Jesus). Fundado em 1899, diante da pouca aceitação social, inclusive tendo seu prédio depredado pela União Operária, sua direção foi transferida para os irmãos Maristas, em 1913, e os Jesuítas dedicaram-se ao Colégio Catarinense em Florianópolis.

A administração do Colégio público Catarinense foi entregue para os Jesuítas alemães em 1905 e suas atividades foram iniciadas em 1906. Sua fundação foi marcada, de um lado, pelo fracasso das instituições anteriores e do próprio colégio público em firmarem o ensino secundário e equipararem-se ao Colégio Dom Pedro II do Rio de Janeiro (especialmente o Colégio Catarinense), e por outro por boa parte da elite política catarinense ter estudado no Ginásio Conceição de São Leopoldo. Deste modo, por iniciativa do

governador Vidal Ramos (1902-1905), antigo egresso do Ginásio Conceição, o colégio catarinense passou para a iniciativa privada – a Companhia de Jesus - mas recebendo subsídios do poder público. Norberto Dallabrida (2001, p. 52) em seu estudo sobre o Colégio Catarinense descreveu o impacto da sua fundação:

Em nível estadual o Ginásio Santa Catarina respondeu ao desejo de distinção social das elites burguesas, que procuravam se diferenciar do restante da população também por meio de símbolos, entre os quais a escola de nível secundário de seus filhos que daria acesso seguro aos cursos superiores.

No primeiro ano sob a direção dos jesuítas alemães o *Ginásio Catarinense* foi equiparado ao Dom Pedro II, e a partir desse momento a formação escolar baseada no método pedagógico jesuítico *Ratio Studiorum* foi cada vez mais procurada pelas “elites” catarinenses, conforme demonstra o quadro abaixo:

**Quadro 5: Evolução das matrículas e do corpo docente
Ginásio Catarinense (1906-1935)**

Ano	Alunos		Professores	
	Internos	Externos	Jesuítas	Leigos
1906	56	120	9	1
1910	75	150	16	2
1915	75	166	16	2
1920	92	238	15	4
1925	125	194	14	4
1930	125	245	17	5
1935	71	336	13	6

Fonte: Elaborado a partir de LUTTERBECK, Pe. Jorge Alfredo (1977)

O Ginásio *Anchieta* também seguiu um padrão similar ao Catarinense. Desde 1890 o Ginásio era conhecido como o Colégio dos Padres, criado pelo Pe. Trappe J.S, um órgão complementar da Igreja São José, e externato do *Ginásio Conceição*. Apenas em 1908 tornou-se independente quando chegou à matrícula de 418 alunos e conseguiu a equiparação, pelo governo federal, a excelência acadêmica do *Ginásio Nacional Pedro II*. Conforme demonstra quadro abaixo da evolução de matrículas:

Quadro 6: Ginásio Anchieta: Cursos e Matrículas (1903-1921)

Ano	Curso secundário	Curso Médio	Curso elementar	Total
1903	----	48	96	144
1904	----	56	154	210
1905	11	79	165	255
1906	35	126	166	327
1907	52	165	198	415
1908	82	154	182	418
1909	97	165	174	436
1910	120	165	172	457
1911	113	173	165	451

1912	160	168	135	445
1913	128	168	149	445
1914	108	141	146	395
1915	132	136	144	412
1916	148	151	164	463
1917	151	151	150	452
1918	174	167	145	486
1919	179	171	145	495
1920	131	172	196	499
1921	133	181	220	534
Total	1954	2737	3066	7757

Fonte: Elaborado a partir do relatório do Gymnasio Anchieta (1921)

Portanto, a evolução das matrículas e a crescente demanda pelas instituições escolares da Companhia de Jesus relacionaram-se, por um lado, com a equiparação ao Colégio Dom Pedro II, e por outro, pela aprovação dos grupos economicamente e socialmente relevantes a formação escolar proporcionada em seus educandários. Entretanto, tanto o método pedagógico dos jesuítas teve que ser adaptados as diretrizes nacionais, quanto o conteúdo de seu magistério, como se desenvolve abaixo.

3.1.2. A Ratio Studiorum adaptada às diretrizes curriculares nacionais

Ao fundarem seus Ginásios em território brasileiro os Jesuítas, independente da missão que fizeram parte, tiveram que adaptar seu ensino às diretrizes curriculares nacionais. Desde fins do Império o Colégio Dom Pedro II (que em 1890 passou a ser chamado de Ginásio Nacional) era considerado a instituição nacional padrão que todos os ginásios, públicos ou privados, deveriam buscar sua equiparação. Uma vez equiparados estes ginásios deveriam seguir o regulamento e o currículo do Ginásio Nacional, sendo fiscalizados por inspetores federais nomeados pelo governo central.

Quanto aos currículos e as diretrizes nacionais, como demonstra Solange Aparecida Zotti (2004), na transição do Império para a República, pouca mudança foi sentida nos objetivos do ensino secundário, que continuava a ser o ingresso das camadas mais abastadas e ilustradas no ensino superior, mas à concepção de ensino modificou-se. Se, as reformas curriculares ocorridas no Império privilegiavam a formação humanística, literária, as do período republicano pautavam-se pela inclusão do ensino científico. Assim, como “As reformas ocorridas no Brasil, a partir de 1870, foram influenciados pelas discussões que ocorriam na Europa, onde dois grupos defendiam propostas distintas para o ensino secundário: os defensores do ensino científico e os defensores da formação humanística”, a

partir da reforma de 1890 (Benjamin Constant) houve uma “conciliação do humanismo com um enciclopedismo inspirado no positivismo” (ZOTTI, 2004, p. 56).

Portanto, a partir de então as disciplinas de cunho científico figuravam no currículo oficial do Ginásio Nacional. Os Jesuítas tiveram que adaptar tanto seu método pedagógico, quanto os conteúdos que mais valorizavam para cumprir as diretrizes nacionais, porque seus Ginásios obtiveram a equiparação ao Dom Pedro II, em pouco tempo de funcionamento. Neste sentido, em relação à formação humanística, como demonstrou Norberto Dallabrida (1998, p. 112) os jesuítas ressignificaram “os conteúdos indicados nas ementas das “disciplinas saber” do eixo literário do Colégio Pedro II, dando-lhes a direção exigida pelo emergente catolicismo romanizado, no qual a Companhia de Jesus exercia liderança intelectual”.

Desta forma, nas disciplinas de línguas e de literatura enfatizavam os autores da época clássica, nas de História valorizavam a Idade Média. Isto é perceptível nas memórias do escritor Jorge Amado, que foi aluno do Ginásio Antônio Vieira de Salvador, publicadas no livro “O menino Grapiúna”, cujo trecho reproduz-se abaixo:

Aplaudido orador sacro, o padre Luiz Gonzaga Cabral era a grande estrela do colégio, a sociedade baiana vinha em peso ouvir seu sermão dominical. Brilhava também no Liceu Literário Português nas comemorações de datas lusitanas. Tendo adoecido o nosso professor de Português, Padre Faria, ele o substituiu. Seus métodos de ensino nada tinham de ortodoxos. Em lugar de fazer analisar os Lusíadas, tentando descobrir o sujeito oculto e dividir as orações, reduzindo o poema a complicado texto para as questões gramaticais, fazendo-nos odiar Camões, o padre Cabral para seu deleite e nosso encantamento, declamava para os alunos episódios da epopéia. Apesar do sotaque de além-mar, a força do verso nos tocava e possuía. Lia-nos igualmente a prosa de Garret, a de Herculano, cenas de Frei Luiz de Souza, trechos de “Lendas e Narrativas” Patriota, desejava sem dúvida nos fazer consciente da grandeza de Portugal, o Portugal das descobertas e dos clássicos. Obtinha bem mais que isso: Despertar nossa sensibilidade, retirando-nos do pólo da gramática portuguesa (cujas rígidas regras nada tinha haver com a língua falada pelo povo brasileiro), para a sedução da literatura, das palavras vivas e atuantes. As aulas de Português adquiriram outra dimensão. (AMADO, Jorge *apud* AZEVEDO, Ferdinand, 1986, p. 71-72)

De modo geral, os padres jesuítas dos ginásios católicos mantiveram as disciplinas do currículo oficial, mas ressignificaram seus conteúdos, tanto os saberes literários, “em que os conteúdos são mais moldáveis pela ideologia, mas também nos saberes matemáticos - científicos que procuravam contraporem-se as visões científicas – materialista” (DALLABRIDA, 1998, p. 127). Além disso, incluíram disciplinas no currículo oficial, que, mesmo em caráter facultativo, tiveram importância no tipo de formação proporcionada em suas instituições escolares, a exemplo da inclusão das disciplinas de religião, música,

ginástica, e nos ginásios coordenados pela missão germânica, à disciplina de alemão, como demonstra o programa dos cursos do Ginásio Anchieta, de Porto Alegre, na década de 1920:

Quadro 7: Programa dos cursos do Ginásio Anchieta (1921)

Elementar (primeiras letras- 3 anos)	Ginasial (5 anos)
Instrução religiosa	Instrução religiosa
Leitura	Português
Ortografia	Francês
Gramática	Inglês ou Alemão
Aritmética e geometria práticas	Latim
Geografia	Aritmética
Cronologia e história pátria	Álgebra
Noções de Ciências	Geometria e trigonometria
Caligrafia	Geografia
Desenho	Cosmografia
	História universal e do Brasil
	Física e química
	História natural
	Lógica
	Ginástica
	Psicologia
	História da Filosofia
	Desenho

Fonte: Elaborado a partir do relatório do Ginásio Anchieta (1921)

Em relação à disciplina de religião, que consta na maioria dos relatórios do Ginásio Anchieta, de modo geral, “[...] procurava proporcionar aos ginásianos dos padres jesuítas saberes católicos consistentes, que iam muito além dos rudimentos da catequese e da primeira eucaristia, tratando de oferecer aos alunos uma armadura teológica que pudessem habilitá-los para enfrentar os perigos filosóficos e ideológicos modernos.” (DALLABRIDA, 1998, p. 122). Inclusive, para legitimar a disciplina de religião, e relacioná-la ao debate científico, os padres jesuítas costumavam designar o mesmo professor da área de ciências para ministrar o ensino religioso.

Entretanto, os métodos da *Ratio Studiorum*, desde sua elaboração, vão muito além das disciplinas e dos conteúdos escolares. Eles pautavam-se por uma série de práticas que visavam produzir sujeitos disciplinados, competitivos e dóceis (DALLABRIDA, 1998). Para tanto, organizavam a estrutura física do ambiente escolar de modo que os padres jesuítas pudessem controlar de perto seus estudantes, estimular o incitamento e a emulação permanente, estabelecer a divisão do tempo e do espaço. Allain Guillerrou (1970, p. 29) sintetiza, em poucas linhas, a essência do *Ratio*:

A vida de um colégio jesuítico repousa sobre uma estrita disciplina. Vela por ela, de acordo com os padres dos alunos, o reitor, assistido por seus prefeitos de estudos, e representado, em cada classe, por um mestre principal. Os castigos perdem sua funcionalidade em um regime autoritário flexível: os castigos corporais- se trata de uma inovação- vão caminhando a um progressivo desuso. Em contra-partida, se estimula aos alunos no sentido da honra, que os excita a emulação em classe. (...). Outra inovação: os períodos de repouso, seja férias de longa duração, como certos recreios, sempre objeto de vigilantes cuidados.

A estrutura dos Ginásios jesuítas e as funções atribuídas a certos padres correspondiam a uma vigilância constante na vida dos estudantes, uma vez que “o olhar sobre todos e cada um dos alunos procurava ver todas as suas atitudes em todos os espaços do colégio, como as salas de aula e os pátios, bem como fora dele, nos diversos lugares da cidade” (DALLABRIDA, 2001, p. 186) Um antigo aluno dos primórdios do Ginásio *São Luís* de Itu, José Torres de Oliveira, lembrou a figura do mestre de disciplina, em depoimento sobre este educandário:” [...] o Padre José Giomini, Ministro ou Mestre de disciplina. Baixo, gordo, vermelho, ativíssimo. Tudo vigiava e a tudo superintendia: dormitórios, refeitórios, salões de estudo, recreios, despensa, cozinha. Era também o censor da correspondência [...]” (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1946, p. 408)

A disciplina era estimulada tanto nos estudos, quanto na vida privada dos estudantes. Especialmente os alunos que freqüentavam o ginásio em regime de internato tinham todo o seu dia organizado, controlado e acompanhado pelos prefeitos ou mestres de disciplina. O quadro abaixo sistematiza a divisão do tempo de um aluno interno do Ginásio *Nossa Senhora da Conceição*, de São Leopoldo:

Quadro 8: Divisão do tempo no Ginásio Nossa Senhora da Conceição (*Ordem do dia para os internos*)

Inverno	Verão	Atividade
05h30m	05h00m	Levantar
	05h30m	Estudar
06h00m	06h00m	Missa
06h30m	06h30m	Café, recreio
07h00m	07h00m	Estudo
08h00m	08h00m	Aula
10h00m	10h00m	Recreio
10h15m	10h15m	Aula
11h00m	11h00m	Almoço, recreio
12h30m	12h30m	Estudo
13h00m	13h00m	Estudo, aula particular
13h45m	13h45m	Recreio
14h00m	14h00m	Aula
16h00m	16h00m	Jantar, recreio
17h30m	17h30m	Estudo, aula particular
19h00m	19h00m	Chá
19h15m	19h15m	Estudo livre, leitura

20h00m

20h00m

Oração da noite, deitar

Fonte: Elaborado de ULMANN (1989, p. 200)

O resultado desta vigilância constante, aliado a um currículo maçante, agradava os professores, e aos pais dos alunos, como comenta o Pe. João Evangelista Rick (2004, p. 187), que foi professor do Ginásio Nossa Senhora da Conceição:

No tempo que lecionei matemática e história natural no Ginásio Nossa Senhora da Conceição a instituição estava equiparada aos ginásios do Estado, significa que os egressos podiam freqüentar universidades. O currículo durava seis anos e estava abarrotado com um monstruoso conteúdo didático. Só para as línguas: Português, latim, grego, francês, inglês e alemão, exigia-se mais conteúdo do que nos ginásios alemães em oito anos. A atividade como um todo era insalubre corporal e espiritualmente em todos os sentidos. Encontrei os alunos no seu conjunto aplicados e também inteligentes, alguns até prematuros. Obviamente não era possível atingir profundidade. Excetuando as revoluções que faziam parte da vida sul-americana e que repercutiam intermitente no andamento do internato, o comportamento dos alunos era tão bom como nos ginásios alemães... A disciplina germânica agradava aos pais, com certeza nem sempre aos alunos.

Outra característica do método pedagógico dos jesuítas foi o incitamento permanente e a emulação. Tratava-se de um constante estímulo, em sala de aula, a competição intelectual entre os alunos, no qual

Os professores jesuítas eram orientados a dividir as classes em decúrias adversárias, que tinha as suas hierarquias próprias, cujos oficiais eram escolhidos de dois em dois meses, mediante realização de prova específica. Para sustentar a estado de alerta permanente, os professores deveriam provocar competições intelectuais entre as decúrias ou entre os diversos indivíduos das decúrias, pois cada uma tinha o seu êmulo no grupo adversário. A emulação estava conjugada a um sistema individualizado de avaliação, classificação e premiação, que é um dos sinais visíveis da escolarização moderna. (DALLABRIDA, 2001, p. 147).

Os grupos vitoriosos destas competições eram premiados com pequenos mimos, ou de forma simbólica. O Pe Cândido Mendes, que foi duas vezes Superior da missão portuguesa no Brasil, em uma reflexão sobre o método pedagógico da Companhia recomendava a prática do incitamento, pois,

Essa emulação honesta, exposta na regra 3, dos professores das classes inferiores, que é grande encitamento para estudo e por isso se deve fomentar. A arte do professor deve estar em despertar, orientar e conservar tenso esse estímulo nos alunos para tirar dele todo proveito. Os meninos têm, pelo menos latente, esse sentimento de brio que os leva à conquista de vitórias. É vê-los nos jogos, onde brota espontâneo desde os primeiros anos depois do uso da razão. (MENDES *apud* AZEVEDO, Ferdinand, 1986, p. 257).

Como coloca Dallabrida (2001, p. 165) com a supressão dos antigos castigos corporais nos colégios jesuíticos “a emulação e a premiação foram ainda mais tonificadas e aperfeiçoadas”. O sistema de premiação individual, produto da emulação, que ocorria bimestralmente e anualmente, organizava-se do seguinte modo,

Havia duas categorias de prêmios: uma referia ao procedimento dos alunos e tinha como referência as quatro divisões do corpo discente. Assim, em cada divisão premiava-se o primeiro lugar – “o prêmio de honra”-, alguns próximos ao premiado e os dignos de menção honrosa. Os critérios de classificação de procedimentos era ligado as condutas dos discentes, como pontualidade, regularidade, obediência ao regimento, empenho pessoal. Nas duas divisões dos internos, havia também o prêmio de “ordem e limpeza”, em que , em que eram destacados o primeiro colocado e aqueles dignos de menção honrosa. A outra categoria levava em conta o desempenho intelectual dos alunos nas disciplinas –saber concedendo prêmios pelo aproveitamento. Em cada classe do curso ginásial, premiava-se os alunos no conjunto das matérias, destacando-o primeiro lugar – “prêmio de excelência”-, o segundo prêmio e alguns dignos de menção honrosa e, em cada disciplina, o primeiro colocado e também aqueles dignos de menção honrosa. (DALLABRIDA, 2001, p. 166)

Estas premiações ocorriam de forma pública, e, muitas vezes, com a presença de autoridades políticas, civis e religiosas, conforme consta nos relatórios do Ginásio Anchieta, e como descreveu Norbert Dallabrida para o caso do Ginásio Catarinense. Portanto, o sistema de emulação e premiação incentivava um processo de distinção entre os alunos. Cabe destacar também o incentivo a prática de jogos competitivos entre os grupos dicentes, ou contra outros colégios, a exemplo da prática do futebol, esforços estes que também eram recompensados de modo público.

Por outro lado, enquanto no ginásio os padres jesuítas incentivavam a escrita, os exercícios escritos, como forma de estímulo para o trabalho pessoal e silencioso, em detrimento das atividades orais como no medievo, estas eram retomadas nas atividades das Congregações Marianas. Deste modo, nas Congregações Marianas, através de várias práticas, em especial a prática da oratória, os jesuítas buscavam preparar as elites estaduais pra propagar o catolicismo no espaço social, como se analisa adiante.

Em relação ao método pedagógico dos jesuítas, dado a crescente procura por seus ginásios, especialmente entre 1900 até 1950, pode-se considerar que as várias missões de jesuítas que ingressaram no Brasil em fins do século XIX e inícios do século XX, formaram as elites urbanas do período republicano, através desta normatização escolar descrita acima.

3.1.3. Os jesuítas e o processo de identificação religiosa dos grupos urbanos: As Congregações Marianas no Brasil

A influência dos jesuítas no projeto de restauração católica no Brasil foi muito além da uniformização escolar dos grupos urbanos no período republicano. Refere-se a atividades devocionais como o Opostolado da oração e, especialmente, as Congregações Marianas dos seus ginásios católicos, como comprova o depoimento do desembargador Sabóia Lima, ex-alunos dos jesuítas, no qual afirma que “a influencia do catolicismo no Brasil sobre as elites intelectuais se fez principalmente por meio dos colégios dos jesuítas” (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO, 1946, p. 54).

Embora nem todas as Congregações Marianas tenham se originado dentro dos ginásios católicos, e nem todas pelos jesuítas, dado que algumas se originaram em Igrejas, Dioceses ou através de outras Ordens religiosas, foi através daquelas dos seus educandários que os jesuítas formaram e mobilizaram um laicato católico que buscou restaurar o catolicismo no espaço social brasileiro.

A primeira Congregação Mariana foi criada, em 1563, no Colégio Romano, na época sob o controle da Companhia de Jesus, em Roma, pelo sacerdote jesuíta Jean Leunis S.J. Fruto dos questionamentos surgidos a partir do Concílio de Trento (1545-1563) em relação à expansão da doutrina tridentina, a Congregação Mariana teve como objetivo agregar os melhores alunos para o exercício dos atos de piedade. Além disso, os jesuítas através das Congregações buscavam fomentar vocações entre os Congregados Marianos. Após essa primeira experiência associações com o mesmo objetivo espalharam-se nas Igrejas e Colégios dos Jesuítas. No entanto, mais que exercícios de piedade, os congregados deviam consagrar sua vida á Virgem Maria e combater o protestantismo, como Pedro Américo Maia (1992) descreve abaixo:

O caráter cavalheiresco desse ato gesto é enfatizado: não se trata de entrar na domesticidade da Virgem, mas fazer sua profissão de fé. Conforme o Concílio de Trento a Virgem aos poucos vai aparecendo como generalíssima dos exércitos contra os protestantes. O combate do cavaleiro de Maria em defesa de sua dama não vai sem a firme vontade de estabelecer a ordem. O cavaleiro cristão é um conquistador. É um **cruzado engajado** sob a bandeira da Virgem das Vitórias , ansiando ir plantá-la cada vez mais longe no país do inimigo. (MAIA, 1992, p. 32, **grifos nossos**).

Em 1587 a Congregação Mariana da Anunciação do Colégio Romano tornou-se *Prima Primária* através da Bula ‘*Omnipotentis Dei*’ do papa Gregório XIII e assim todas as

outras Congregações que existissem ou viessem a existir deveriam ser filiadas a ela e seguir seu modelo. Após, com Pio XII, através da Constituição Apostólica “*Bis Saecularii*”, as Congregações Marianas tornam-se patrimônio da Igreja Católica, não apenas da Ordem dos Jesuítas. Deste modo, quando a Companhia de Jesus foi suprimida, em 1773, as CCMM não extinguíram-se, apenas não eram mais coordenadas pelos Jesuítas.

Com o restabelecimento da Companhia de Jesus em 1814 foi restituído para os Jesuítas além do Colégio Romano, as Congregações Marianas por Leão XII. No entanto, apenas a partir de 1939, com Pio XI, as CCMM tornaram forma especial da Ação Católica, especialmente em relação ao apostolado dos leigos.

No Brasil a devoção a Nossa Senhora foi incentivada logo que a Companhia de Jesus começou a criar suas Igrejas durante a colonização portuguesa. A primeira CCMM foi criada no Colégio da Bahia em 1586. Em 1590 fundou-se a Congregação da Anunciação no Rio de Janeiro. No entanto, o grande impulso das CCMM no Brasil ocorreu após o ingresso da Companhia de Jesus restaurada a partir de 1870, como ilustra o quadro abaixo:

Quadro 9: Congregações Marianas no Brasil (1860- 1930)

Ano	Congregação Mariana	Vinculação	Publicação	Cidade
1870	Congregação Mariana	Colégio São Luís		Itu, SP
1884	Congregação Mariana dos Jovens	Igreja São José		Porto Alegre, RS
1894	“Mater Admirabilis”	Colégio Anchieta		Porto Alegre, RS
1897	Congregação Mariana	Igreja de São Gonzalo		São Paulo, SP
1908	Congregação Mariana	Seminário Provincial		São Leopoldo, RS
1909	Nossa Senhora do Desterro	Colégio Catarinense	“ O apostólogo”	Florianópolis, SC
1909	Nossa Senhora da Glória	Ginásio Anchieta		Porto Alegre, RS
1909	Congregação Mariana	Igreja de São João Batista da Lagoa		Rio de Janeiro, RJ
1910	São Vicente de Paula	Colégio de Petrópolis		Petrópolis, RJ
1910	Congregação Mariana	Colégio São Luís de Itu		Itu- São Paulo, SP
1911	“Mater Salvatoris”	Colégio Anchieta	“Ação Católica” “Idade Nova”	Porto Alegre, RS
1912	Congregação Mariana de Juiz de Fora	Academia de Comércio		Juiz de Fora, MG
1913	Nossa Senhora das Vitórias	Colégio Santo Inácio		Rio de Janeiro, RJ
1913	Santos Anjos	Colégio Anchieta		Nova Friburgo, RJ
1914	Nossa Senhora da Conceição e São Luís Gonzaga			Curitiba, PR
1915	Congregação Mariana	Asilo Arquiepiscopal Patrocínio		São José das três ilhas, MG
1916	Moços de Santos			Santos, SP
1917	São Luiz Gonzaga,	Seminário de Fortaleza		Fortaleza, CE
1917	Nossa Senhora das Vitórias e São Berchmans	Externato do Ginásio Santo Inácio		Rio de Janeiro, RJ

1917	Nossa Senhora da Anunciação			Petrópolis, RJ
1917	Nossa Senhora do Sagrado Coração	Colégio Vicente de Paula		Rio de Janeiro, RJ
1918	“Divinae Gratiae”	Ginásio de Santa Maria		Santa Maria, RJ
1920	Nossa Senhora de Lourdes			Belém, PA
1920	Nossa Senhora de Belém e Santo Ignácio			Belém, PA
1920	Nossa Senhora do Rosário e Santa Rosa de Lima, para operários			Belém, PA
1920	“Estrela do Mar”	Ginásio Stela Maris		Rio Grande, RS
1921	“Nossa Senhora da Conceição	Colégio Antônio Vieira		Salvador, BA
1921	Anunciação de Santos	Colégio noturno Santo Inácio		Santos, SP
1924	Mocidade Acadêmica	Colégio Manuel da Nóbrega	“Fronteira”	Recife, PE
1926	Legião de São Pedro	Paróquia Santa Cecília	“O legionário”	São Paulo, SP

Fonte: Elaborado a partir de MAIA, PE. Pedro Américo (1992); LUTTERBECK, PE. Jorge Alfredo SJ (1977).

Esses instrumentos de formação do laicato católico da Companhia de Jesus restaurada no Brasil foram implantados desde o início do século XX, portanto antes da famosa Carta episcopal de Dom Leme de 1916 a qual propunha “a formação de uma elite capaz de exercer influência na recristianização das elites” (CURY; 1986, p. 16) e assim pode-se considerar que “os jesuítas tornaram-se, no país, os maiores promotores do catolicismo romanizado, utilizando para isso o valioso instrumento das Congregações Marianas” (AZZI, 2008, p. 97). A centralidade do movimento marianista durante o período de restauração católica verifica-se pela expansão das Congregações Marianas no território brasileiro de 1870 até 1938, conforme quadro abaixo:

Quadro 10: Expansão das CCMM no Brasil (1870-1938)

Período	Nº de CCMM
1870- 1900	26
1900-1918	106
1918-1928	128
1928-1938	848

Fonte: Elaboração própria a partir de MAIA, PE. Pedro Américo (1992)

Embora as Congregações Marianas e outros movimentos, como a União de Moços Católicos, a princípio se definam pelo seu caráter devocional, inseriram-se nas estratégias da romanização e restauração católica no Brasil, uma vez que:

Uma das preocupações básicas na implantação do catolicismo militante era reverter a situação criada desde o início do processo de romanização, no qual a prática da fé católica passou a ser considerada uma característica das mulheres e das crianças. Havia o desejo de mostrar que também os homens compreendiam a importância da fé católica, comprometendo-se, até mesmo, a lutar por ela. A tarefa de arregimentar jovens e adultos para essas fileiras de combatentes da fé era feita através de agremiações marcadamente masculinas, como a União de Moços Católicos, a liga

Jesus, Maria, José, as Congregações Marianas e Ação Universitária Católica.
(AZZI, 2008, p. 110)

Os grupos das congregações Marianas destacaram-se através de atividades de demonstração da fé, de rituais de purificação individual, especialmente em retiros espirituais fechados, e de atividades sociais, por exemplo, o atendimento religioso e social aos pobres da favela Santa Marta, no Rio de Janeiro, realizado pelo padre jesuíta Veloso e os congregados do Colégio Santo Inácio. Estas atividades referem-se ao ideal de santificação que os Congregados Marianos almejavam como descreve Padre Dainese SJ na revista Estrela do Mar. Já outras atividades, como a participação organizada dos Congregados Marianos em certas interventorias regionais durante o Estado Novo, como aqueles advindos da CMM do Ginásio Vieira que ingressaram no governo de Agamedon Magalhães, em Pernambuco, como a mobilização na Liga Eleitoral Católica para as constituintes de 1933, e 1945, assim como as práticas anticomunistas exercidas, configuravam-se, enquanto uma militância católica organizada nos variados espaços sociais em que atuaram.

Neste sentido que se compreende tanto a expansão das Congregações Marianas, quanto seu papel central no desenvolvimento do movimento de restauração católica no Brasil, uma vez que, a partir de 1934, a Congregação Mariana da Coligação Católica Brasileira juntava as cinco instituições da Ação Católica no Brasil: o Centro Dom Vital, a Ação Universitária Católica, o Instituto de Estudos Superiores, a Associação de bibliotecas Católicas e a Confederação da Imprensa Católica. A partir de então todas essas instituições tiveram a rubrica da Congregação Mariana da Coligação Católica Brasileira.

Estes dados mais gerais são ilustrativos da importância que as Congregações Marianas tiveram no sentido de fomentar uma “elite” católica militante no Brasil, mas não exploram as características e especificidades destes grupos formados pelos jesuítas, em suas Congregações Marianas. É exatamente o aspecto que se dedica o próximo item, em relação ao laicato formado pelos jesuítas no Estado do Rio Grande do Sul.

4. O APOSTOLADO LAICO DOS JESUÍTAS NO RIO GRANDE DO SUL: PERFIL SOCIAL, ESCOLAR, RELIGIOSO E INTELECTUAL.

Quais características sociais o grupo católico compartilhou entre si? Que fatores explicam a adesão de seus membros ao catolicismo num contexto social e político adverso a prática masculina pública da religião? O que fez indivíduos heterogêneos, em termos de origens familiares, étnicas, políticas e religiosas militassem conjuntamente em torno da expansão do movimento católico no Estado? Estas são algumas das questões as quais se levou em consideração ao analisar os dados biográficos dos membros do apostolado laico dos jesuítas.

Levando em conta que a maioria destas biografias não está documentada ou então as informações sobre cada uma são dispersas, optou-se, para a análise quantitativa, pelos dados agregados em obras como “*Os Escritores do Rio-Grande do Sul*” de Ari Martins, “*Personalidades Rio-Grandenses*” de Dante Pianta, “*Nomes tutelares do ensino Rio-Grandense*” de Arthur Ferreira Filho, “*Notas de bibliografia Sul-Rio-Grandense*” de Pedro Villas-Boas, “*Dicionário político do Rio Grande do Sul*”, de Sérgio da Costa Franco, dentre outros²⁹, com quais foi possível, a partir das listas das Congregações Marianas, compor uma amostra de cerca de 70 biografias³⁰.

No entanto, como as informações contidas nessas biografias são padronizadas (local e ano de nascimento, formação escolar e universitária, trajeto profissional e/ ou político, pertencimento a instituições culturais, produção intelectual), e, como muitos casos estes dados apresentam-se incompletos, mesmo optando-se por utilizá-los, buscou-se em memórias, entrevistas, depoimentos de alguns membros do grupo católico, dados qualitativos que ilustrassem e demonstrassem seus pertencimentos sociais, familiares e políticos.

Demonstra-se, através destas fontes variadas, que as origens sociais e familiares dos membros do grupo católico tiveram pouca relação com a adesão religiosa e a militância no movimento católico deles. Neste sentido, aquelas análises as quais os colocam unicamente

²⁹ Como o “*Guia Histórico de Porto Alegre*” de Sérgio da Costa Franco e “*Construtores do Rio Grande*”, de Walter Spalding.

³⁰ Utilizamos as listas de nomes contidos nas memórias da Congregação Mariana “*Matter Salvatoris*” do ano de 1917 a 1936 para compor o universo deste grupo. Ao total, no intervalo de tempo consultado, participaram desta Congregação 340 indivíduos. Destes 340 selecionou-se 70 indivíduos os quais se encontrou dados biográficos, mesmo que alguns se apresentem incompletos. Deste modo, compôs-se uma amostra que representa 20% deste universo. .

como produto do “catolicismo de imigração” no Estado, embora expliquem a expansão das atividades dos Jesuítas no Estado, perdem seu valor heurístico. Assim como não se explica à ascensão deste grupo e sua adesão ao movimento católico como decorrente da experiência de estarem marginalizados das estruturas de poder no período, o que justificaria sua atuação nos meios intelectuais contra a ordem vigente como uma forma de atuação política, como foi o caso do grupo republicano de orientação “positivista” (ALONSO, 2002). O catolicismo do grupo, embora tenha se contrapondo em relação a outras tendências intelectuais, religiosas, políticas no espaço social riograndense, não se originou da situação que se encontravam os membros deste grupo, mas sim do processo de identificação religiosa e intelectual que as atividades das Congregações Marianas proporcionaram.

Para comprovar este pressuposto dividiu-se este item em três partes. Primeiro descreve-se o perfil social deste grupo. Após, analisa-se sua formação escolar, a opção pelas instituições educativas da Companhia de Jesus e seus desdobramentos. Por fim, destacam-se sua formação religiosa, as práticas das Congregações Marianas e a influência intelectual e religiosa exercida pelos diretores espirituais destas instituições, a exemplo da exercida pelo Pe. Werner Von Und Zur Mühlen.

4.1. UMA NOVA GERAÇÃO? PERFIL DEMOGRÁFICO E SOCIAL

Se considerássemos os membros deste grupo católico advindos dos educandários dos jesuítas e das congregações marianas como pertencentes a uma “geração”, como classificou Fernando Trindade (1982), as décadas de nascimento, associadas ao contexto social, político o qual estiveram inseridos permitiriam, em parte, classificá-los deste modo. No entanto, o conceito de “geração” refere-se àquelas pessoas, independentes se nascidas na mesma época, que processaram as mesmas experiências históricas concretas de forma similar (MANNHEIM, 1982). Em relação ao grupo católico em questão a experiência histórica concreta que vivenciaram refere-se ao domínio político dos republicanos de orientação “positivista”, como ilustra o quadro abaixo:

Quadro 11: Década de nascimento do apostolado laico dos Jesuítas

Casos/ Período	Nº
1860-1890	1
1891-1900	17
1901-1910	24

1911-1920	20
1921-1930	7
S/d	2
Total	70

A maioria do grupo nasceu entre 1891 a 1920, portanto, durante a ascensão e hegemonia política do Partido Republicano Riograndense (PRR). Aqueles que nasceram durante a década de 1890, por exemplo, tinham de 20 a 33 anos quando eclodiu a Revolução de 1923. Esta, espécie de continuação da Revolução Federalista de 1893, originou-se a partir da reação dos grupos oposicionistas, os *maragatos*, liderados por Joaquim Francisco de Assis Brasil, a hegemonia política do PRR, e de seu líder Borges de Medeiros. Especificadamente, a luta armada eclodiu após Borges de Medeiros ter se eleito, pela quinta vez consecutiva, Presidente do Estado, derrotando Assis Brasil, através de uma série de fraudes eleitorais. O conflito findou, com o recuo dos *Maragatos*, através do Acordo de *Pedras Altas*, no qual foi permitido que Borges de Medeiros finalizasse seu mandato, até 1928, mas sem a possibilidade de reeleição, assim como a proibição da indicação pelo Presidente do Estado dos intendentess municipais.

A hegemonia do PRR, desde Júlio de Castilhos, não foi conquistada sem conflitos, houve “duas guerras civis (1893 e 1923), atritos constantes, eleições tumultuadas, assassinatos, fraudes são os ingredientes desta história política.” (NOLL & TRINDADE, 2004, p. 52). Entretanto, diante deste quadro, os elementos mais velhos do grupo católico, aqueles que nasceram entre 1890 a 1900, como Raul Moreira da Silva (1891), Gaspar Dilermando Ochoa (1892), Humberto Della Meá (1896), Plácido Puccini (1896), Rinaldo Pereira da Câmara (1896), Ary de Abreu Lima (1897), Mário Goulart Reis (1898), Adroaldo Mesquita da Costa (1894), Radagásio Vieira Taborda (1899), Mário Bernd (1899), Armando Dias de Azevedo (1897), Armando Pereira da Câmara (1898), Amadeu Fagundes de Oliveira Freitas (1900), Bruno de Mendonça Lima (1895), dentre outros, não participaram da Revolução de 1923, e nem se se manifestaram, seja em periódicos, órgãos oficiais, sobre o conflito³¹. Possivelmente, na falta de dados relevantes, os membros deste grupo nascidos neste período, não tenham se envolvido e nem se posicionado sobre esta realidade histórica,

³¹ Ao menos nos acervos consultados e na documentação analisada não se encontrou referências significativas. Possivelmente, em alguma pesquisa futura sobre a dinâmica da vida acadêmica, nas diversas Faculdades isoladas, pode ser que encontre-se dados ilustrativos de como a Revolução de 1923 repercutiu entre os universitários da época.

porque, estavam, em sua maioria, cursando ou concluindo seus cursos universitários, seja na Faculdade Livre de Direito, na Faculdade de Medicina, ou na Escola de Engenharia.

A maior parte do grupo, entretanto, nasceu entre 1901 a 1920, como citado anteriormente. Para estes, e para o grupo anterior também, um marco histórico que vivenciaram conjuntamente, independente da idade em que se encontravam, foi a Revolução de 1930. Neste sentido, o grupo que em 1930 estava saindo do Ginásio, e ingressando no Ensino Superior, empolgou-se com a Revolução, conforme depoimento abaixo de Francisco Machado Carrion:

Nós aqui, moços, durante a Revolução de 1930 queríamos ir todos para a Revolução. O Britto chegou a ir.. Já estava em Florianópolis quando o pai foi buscá-lo. Ele disse: *eu tive mais medo do papai do que dos canhões*. O Dr. Júlio (de Souza Velho) passou uma descompostura em todos. Meu irmão conseguiu ir, eu não.³²

Entretanto, nem todos compartilhavam do mesmo entusiasmo, como comprova o depoimento de Arthur Morsh:

Depois na Revolução de 1930, estudando anatomia ali na Santa Casa no necrotério ...A gente só acompanhou a Revolução aqui, eu já estava meio acostumado, não vai sair em nada isso aí, então eu vou estudar, e vou lá no necrotério estudar, de teimoso. Quem se envolveu foi o pessoal da engenharia que foi para o quartel.³³

Portanto, a Revolução de 1930 não pode ser tomada como o evento o qual este grupo das congregações marianas vivenciou e posicionou-se de modo similar. Alguns poucos participaram do governo revolucionário como Ruben Machado da Rosa (1902) que foi chefe do Gabinete do Ministério da Fazenda (1930-31), e Adroaldo Mesquita da Costa (1902), nomeado membro do Conselho Consultivo do Estado do Rio Grande do Sul. Outros, neste período, estavam começavam sua carreira profissional, como Eloy José da Rocha (1907) nomeado Juiz municipal em São Francisco de Paula (1928-1930), e Armando Dias de Azevedo (1897) que iniciava sua carreira na Justiça Militar, como Promotor (1923-26), e após Auditor (1927-31). Além disso, a maioria exercia, simultaneamente à sua profissão, o magistério nos Ginásios Anchieta, Sévigné, Júlio de Castilhos, etc. Deste modo, no período da Revolução de 1930, os membros do grupo, alguns envolvidos em seus estudos universitários, outros investindo em suas incipientes carreiras profissionais, assim como em suas atividades

³² CARRION, Francisco. Machado. **Depoimento sobre a Ação Integralista Brasileira**. Entrevista concedida à Hélgio Casses Trindade. (Mimeo), 1969. P. 15.

³³ MORSH, Pe. Arthur. Entrevista concedida a Helgio Trindade. 13 de novembro de 2000.

docentes, não se posicionaram conjuntamente em relação à Revolução de 1930, embora alguns deles tenham demonstrado certo entusiasmo.

O surgimento deste grupo católico poderia estar relacionado com a mudança da estrutura socioeconômica do Estado. Desde 1890 “o Estado passava por um processo de mudança socioeconômica com um sensível crescimento populacional, maior no planalto serrano e bastante mais baixo na campanha e no litoral, com a redução da importância econômica da Campanha e sua indústria charqueadora de exportação e com a explosão da zona colonial – principalmente a alemã- responsável pela alteração do perfil produtor do Estado, passando da pecuária de abate para a policultura [...]” (NOLL & TRINDADE, 2004, p. 53). Assim, a partir desta época, novos segmentos sociais provenientes das regiões de imigração acenderam no espaço social, econômico e político riograndense (CORADINI, 2003). Segmentos sociais os quais se diferem substancialmente daqueles os quais impulsionaram a propaganda republicana e estruturaram o PRR no Estado em fins do período imperial, que representavam a elite econômica riograndense, mas que “eram em sua maioria provenientes da região norte do Estado, de ocupação recente e mais pobre que a da campanha” (PINTO, 1986, p. 10).

Entretanto, o grupo católico em questão não adivinha deste segmento social originado das regiões de imigração, nem representavam à antiga elite econômica do Estado da Campanha que sofria, naquele período, a decadência da indústria charqueadora³⁴, mas sim um grupo heterogêneo, em sua maioria de origem urbana, conforme demonstra o quadro abaixo com seus locais de nascimento:

Quadro 12: Local de nascimento dos membros do apostolado laico dos jesuítas

Local	Nº
Campos Novos/ SC	1
Dom Pedrito/ RS	2
Encruzilhada do Sul	1
Florianópolis/ SC	1
Rio de Janeiro/ RJ	1
Itaqui	1
Passo Fundo	2

³⁴ Sobre a crise da indústria charqueadora e a reorganização da Indústria da carne no RGS até o Pós-Guerra, ver especialmente PESAVENTO, Sandra. **República Velha Gaúcha. Charqueadas, frigoríficos, criadores**. Porto Alegre: Movimento/ IEL, 1980.

Porto Alegre	32
Santa Maria	1
Santo Ângelo	1
Santa Cruz do Sul	1
Santiago do Boqueirão	1
Caxias do Sul	1
Rio Grande	1
Ijuí	1
Osório	1
Taquara	1
São Leopoldo	2
Quarai	1
Taquari	1
Caçapava do Sul	1
Santana do Livramento	1
Jangada Pr	1
Brusque SC	1
Montenegro	1
Cachoeira do Sul	1
Bagé	1
Ivorá (Júlio de Castilhos)	1
Fora do Brasil	1
S/d	7
Total	70

Portanto, os elementos deste grupo, mesmo que a maioria tenha nascido na capital do Estado, representavam as “elites” estaduais concentradas em Porto Alegre. (CORADINI, 2003) Assim, mesmo com esse caráter urbano, este grupo mostrou-se heterogêneo, como indica a própria diversidade das profissões paternas, pois entre o grupo encontravam-se filhos de funcionários públicos (por exemplo, Armando Dias de Azevedo, Francisco Machado Carrion, Ciro Pestana), de militares (Armando Pereira da Câmara e Rinaldo Pereira da Câmara), de professores universitários (Heitor Cirne Lima, Ruy Cirne Lima), de juristas (Décio Martins Costa, Camilo Martins Costa), de ferroviários (Gustavo Pereira Filho, Laudelino Teixeira de Medeiros), de Alfaiates (Ernani Maria Fiori), comerciantes (Arthur Morsh), dentre outros ofícios profissionais.

Todavia, em algumas localidades os quais nasceram e realizaram sua socialização primária a prática masculina da religião católica era algo adverso no meio social, como na região da Campanha. O relato de Francisco Machado Carrion é ilustrativo dessa dinâmica:

Eu vinha de Bagé, onde homem que não brigava não era homem. O (Arthur) Morsh, de Passo Fundo, onde não se podia entrar em Igreja, porque não se admitia religião, nada. [...] A gente vinha dessas áreas do Rio Grande do Sul onde havia o mais forte, naquela mentalidade do caudilho. Quando guri vivia metido em cavalhadas, atoladouros, disposto a brigar com a polícia, com os contrabandistas. Em Passo Fundo foi a mesma coisa com o (Vitor de) Britto.³⁵

Por outro lado, aqueles poucos nascidos nas regiões de colonização alemã ou italiana vivenciavam a religião de outra forma. Nestas localidades as práticas religiosas estruturavam a vida familiar e comunitária dos imigrantes Italianos e Alemães. Quanto à confissão religiosa a maioria dos imigrantes italianos religiosos era católica, e os alemães dividiam-se entre católicos ou protestantes. De modo geral, as práticas religiosas foram os traços marcantes destas comunidades de imigrantes. (KREUTZ, 1991; SEIDL, 2008). Nasceram, por exemplo, nestas localidades, de imigração alemã ou italiana, ou de colonização mista, em que as práticas religiosas eram fatores culturais relevantes para a dinâmica social, alguns dos membros do grupo católico, como Antônio Bottini (Campos Novos, SC), Plácido Rasio Puccini (Ijuí), Dorival Silva Schmitt (São Leopoldo), Adroaldo Mesquita da Costa (Taquari), Arthur Fischer (Brusque, SC), Riograndino da Costa e Silva (Taquara), Eloy José da Rocha (São Leopoldo), Rui Rodrigo Brasileiro Azambuja (Santo Ângelo), dentre outros.

Todavia, a maioria dos membros do grupo católico descendentes de imigrantes, como indica seus próprios sobrenomes, nasceu na capital do Estado, Porto Alegre. Os imigrantes que se fixaram em Porto Alegre, tanto Italianos, quanto Alemães, dentre outras nacionalidades, especialmente a partir do século XIX, impulsionaram o crescimento econômico e urbano da cidade, pois instalaram estabelecimentos comerciais, indústrias familiares etc. Assim, por meio da religiosidade de seus pais, ou de uma ramificação da família, muitos dos membros do grupo católico vivenciaram as práticas do catolicismo, como ilustra o escrito de Ernani Maria Fiori (1941a, p.30):

Filho de imigrantes vindos de outras plagas peninsulares, que não as ibéricas, sou insuspeito para dizer a minha palavra nesse debate. Meus pais vieram de uma Pátria, que, por ser católica, tem o sentido do universal e do humano, sentido que eles souberam transfundir em minha alma, integrando-me numa outra nacionalidade que não a sua, mas que, como a sua, é também – graças a Portugal, fulgurante

³⁵ CARRION, F. M. **A Ação Integralista Brasileira**. Entrevista concedida à Hélió Casses Trindade. (Mimeo), 1969, p.15-16.

irradiação da mesma cultura cristã e do mesmo espírito latino. Educado como brasileiro pelos meus queridos pais, hoje me sinto tão patriota como qualquer outro patricio meu, para bem a vontade poder agradecer à providência o que é o meu Brasil: “herança americana da raça portuguesa.

Este foi o caso, por exemplo, além de Ernani Maria Fiori, de Valério Alberton, dos irmãos Daniel e Biase Agnesino Faraco (nascidos em Florianópolis, filhos de descendentes de italianos), Felicíssimo Difini, Ildo Rossi Meneghetti, Anor Butler Maciel, Egberto Guido Becker, Aldo Obino, dentre outros. Entretanto, a maioria dos elementos do grupo não foram descendentes de alemães e de italianos, como citado anteriormente, mas sim descendentes de lusitanos nascidos em Porto Alegre. Este foi o caso, por exemplo, de Armando Pereira da Câmara, Armando Dias de Azevedo, Décio Martins Costa, Álvaro Tavares de Souza, Francisco de Paula Casado Gomes, José Salgado Martins, Rubem Machado da Rosa, Ciro Pestana, dentre outros. Portanto, considerando o local de nascimento e a origem étnica este grupo apresentou-se heterogêneo, incorporando vários elementos distintos, mas sob a hegemonia daqueles urbanos de origem lusa.

As filiações políticas das famílias dos membros do grupo também refletem esta heterogeneidade. Encontram-se referências variadas, desde elementos advindos de famílias de tradição liberal, de filhos de políticos do PRR, até de indivíduos oriundos de famílias sem orientação e preferência política. Se houve relação entre as orientações políticas familiares com a posterior conversão dos membros do grupo ao catolicismo é de difícil mensuração. Por exemplo, Francisco Machado Carrion assim se manifestou em relação à falta de religiosidade em sua família: “Meu pai era positivista, de modo que a gente vem daquela mentalidade da republica³⁶”. Eloy José da Rocha, por exemplo³⁷, citou que seu pai, Dogello José da Rocha, foi maçom³⁷. Já Gustavo Pereira Filho enfatiza a ausência de vínculos religiosos em sua família e a ligação de seu pai com a Maçonaria:

Meu pai chamava-se Gustavo Henrique Pereira. Na mocidade trabalhou muito na imprensa, ferroviário por muitos anos, mas amante da cultura, sobretudo da cultura francesa, que ele conhecia muito bem, tinha uma enorme biblioteca. Ambos não eram religiosos, tinham uma fé, ele talvez não, porque estava no meio maçônico.³⁸

³⁶ CARRION, F. M. **A Ação Integralista Brasileira**. Entrevista concedida à Héglio Casses Trindade. (Mimeo), 1969, p.16.

³⁷ ROCHA, Eloy José. Depoimento concedido à Fernando Trindade em 20 de janeiro de 1981.

³⁸ PEREIRA FILHO, Pe. Gustavo. Entrevista concedida à José Wille. **Programa Televisivo Memória paranaense. A história de nosso Estado Contada pelas personalidades que fizeram parte**. Novembro de 2008. Transcrição Alice Laux. p. 1.

Outros, como Adroaldo Mesquita da Costa, Camilo de Almeida Martins Costa e Décio de Almeida Martins Costa vivenciaram a hegemonia política do PRR, pois seus pais foram vinculados a este Partido Político. Já as famílias de tradição liberal foram aquelas que, durante a República Velha, não mantiveram o status político e econômico que desfrutavam no período Imperial. Assim, a adesão familiar ao catolicismo, poderia, em parte, representar um modo de, por meio da legitimação religiosa, manter os privilégios simbólicos conquistados anteriormente³⁹. A história familiar de Laudelino Teixeira Medeiros é ilustrativa desta dinâmica:

Laudelino Medeiros nasceu em Dom Pedrito, em 1914. Descende de uma família de origem luso-brasileira com uma história intimamente ligada à do distrito de Herval e à defesa das instituições monárquicas. Nesta cidade, sua tataravó Maria Nunez Amaro da Silveira possuía a estância do Serro do Bahú (Cerro do Baú), que na época abrangia praticamente a metade do distrito, que pertencia à comarca de Jaguarão. Nesta estância viviam e desenvolveram-se as famílias Costa e Medeiros. A matriarca da família teve sete filhos, entre eles, o bisavô de Laudelino Medeiros, o Major José Ignácio Medeiros, veterano da Revolução Farroupilha tendo atuado no lado das forças imperiais de Chico Pedro. Seu bisavô casou-se com Maria Auta Pereira da Costa, irmã do Barão de Aceguá Astrogildo Pereira da Costa, destacado Brigadeiro que atuou na guerra do Paraguai, e que conforme consta, recebeu como recompensa pelos serviços prestados ao imperador, terras. Da união de José Ignácio e de Maria Auta nasceram três filhos, dentre eles Laudelino da Costa Medeiros, avô de Laudelino Medeiros. Foi justamente seu avô que escreveu a história das famílias Costa e Medeiros, em 1936, destinado aos seus descendentes. Nesse livro Costa Medeiros conta, que embora tenha ganhado uma boa herança da parte de sua mãe Maria Auta, como terras, escravos e gados, acabou perdendo tudo nos seus negócios. Os outros irmãos que receberam a herança, como sua irmã Adelina, administraram bem a herança, mas perderam tudo na revolução de 1893. Sem herança seu avô vai para Hulha Negra, até então Rio Negro, distrito de Bagé. Lá exerceu a atividade de Oficial de Registro Civil na Prefeitura, mas destacou-se pela sua atuação cultural na região tendo recebido homenagem póstuma com uma rua com seu nome no município de Hulha Negra. No entanto, conforme uma retificação de seu neto a uma homenagem na imprensa a seu avô, o funcionalismo público não consistiu em sua atividade principal, porque também era proprietário rural de porte médio, exercendo a agricultura. (MONTEIRO, 2006:70)

No entanto, embora estas considerações sejam interessantes para compreender este grupo, não explicam a adesão e a conversão de seus membros ao catolicismo. Mais que isso, não esclarece como um grupo tão heterogêneo, em termos de perfil social e familiar, agregou-se em torno das causas da Igreja Católica. A explicação, por um lado, encontra-se na opção tomada por estas famílias em escolarizarem seus filhos nas instituições da Companhia de Jesus, e por outro, pelo papel que as Congregações Marianas destes educandários tiveram no sentido de fornecer uma formação filosófica e religiosa consistente que marcou a posição

³⁹ Sobre a dominação simbólica ver especialmente BOURDIEU, Pierre. Uma interpretação da Teoria da religião de Max Weber. In: Bourdieu, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

conjunta dos membros do católico nos domínios sociais em que atuaram. Portanto, este foi o elemento homogeneizador do grupo.

4.2. O MERCADO ESCOLAR NO RIO GRANDE DO SUL E A OPÇÃO PELAS INSTITUIÇÕES DA COMPANHIA DE JESUS.

O mercado escolar do Rio Grande do Sul na transição do Império para a República era praticamente inexistente. Durante o período Imperial a educação pública não consistira em matéria de primeira importância, inclusive, a carência de professores só começou a ser suprimida em 1869, com a fundação da Escola Normal da Província, atualmente Instituto de Educação General Flores da Cunha. Situação que não afetou os grupos imigrados da Europa, tanto os das colônias alemãs, quanto os das italianas, que, assim que instalados, organizavam suas escolas particulares, de ensino primário. Entretanto, este tipo de ensino, ministrado no idioma de origem dos imigrantes, não tinha caráter oficial, nem reconhecimento público.

O impulso para a fundação de escolas secundárias, tanto nas regiões coloniais, quanto nas urbanas, foi dado com a vinda de diversas Ordens religiosas ao sul do Brasil. Desde a nomeação, em 1860, do Bispo Dom Sebastião Laranjeiras para a Diocese do Estado do Rio Grande do Sul, e especialmente no Episcopado de Cláudio Dom José Ponce de Leão, bispo reformador, a partir de 1890, várias congregações religiosas fixaram-se no Estado. A instauração das escolas católicas de nível secundário administradas por estas diversas congregações religiosas também foi impulsionada pela opção do governo republicano em se abster da formação secundária, só comprometendo-se com o ensino livre, laico das escolas primárias. Assim, a exceção do Ginásio Nossa Senhora da Conceição, fundado em 1870, e da escola feminina Nossa Senhora dos Anjos, fundada em 1881, que surgiram no fim do regime imperial, todas as outras escolas católicas das diversas Ordens religiosas que se instauraram no Estado surgiram no contexto republicano, como ilustra o quadro abaixo:

Quadro 13: Escolas Católicas no Rio Grande do Sul (1870-1910)

Colégio	Congregação	Ano	Local
Nossa Senhora Conceição	Jesuítas	1870	São Leopoldo
Nossa senhora dos Anjos	Franciscanas da Penitência	1881	Porto Alegre
Externato Senhora Conceição/ Colégio dos padres	Jesuítas	1890	Porto Alegre

São Luiz Gonzaga	Jesuítas/ Lassalistas	1894	Pelotas
Stela Maris	Jesuítas/ Maristas	1899	Rio Grande
Bom Conselho	Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã	1900	Porto Alegre
São José	Irmãs de João José	1903	Vacaria
Sévigné	Irmãs de São José	1904	Porto Alegre
Nossa senhora do Rosário	Maristas	1904	Porto Alegre
Leão XIII	Salesianos	1904	Bagé
Maria Auxiliadora	Salesianos	1904	Bagé
Sant'Ana	Maristas	1905	Santa Maria
Santa Maria	Maristas	1905	Santa Maria
Divino Coração	Bernardinias	1905	Alegrete
São Pedro	Maristas	1906	Passo Fundo
Sagrada Família	Franciscanas	1907	Porto Alegre
Anchieta	Jesuítas	1908	Porto Alegre
Nossa Senhora das Dores	Lassalistas	1908	Porto Alegre
La Salle	Lassalistas	1908	Canoas
Nossa Senhora Socorro	Irmãs de Santa Catarina	1909	São Gabriel
São José	Irmãs São José	1910	Pelotas

Fonte: Elaborado a partir de Lutterbeck (1977), Amaral (2008); Seidl (2008).

Neste período outras confissões religiosas também fundaram escolas secundárias no Estado, especificadamente em Porto Alegre, a exemplo do colégio Americano, dos Metodistas, fundado em 1885, e do Colégio Farroupilha, chamado na época de Escola Primeira da Comunidade Evangélica dos Alemães, fundado em 1886. Quanto ao ensino secundário promovido pelo Estado, em 1900, foi fundado o Ginásio Estadual Júlio de Castilhos, destinado, conforme a mentalidade pedagógica da “elite” política republicana de inspiração “positivista”, àqueles alunos que desejassem ingressar nos Institutos técnicos da Escola de Engenharia. Destaca-se, ainda, a fundação do Colégio Militar, que só a partir de 1912, tornou-se uma instituição de ensino médio, não sendo apenas uma instância exclusiva de formação de oficiais como outrora⁴⁰.

Importante instituição escolar laica neste período foi a Escola Brasileira. Esta escola, fundada em 1889, pelo professor Inácio Montanha, formou boa parte dos grupos republicanos,

⁴⁰ Sobre a trajetória da escola pública no Rio Grande do Sul ver: CORSETTI, Berenice. Modernidade e modernização no Rio Grande do Sul: A expansão da escola pública (1889-1930). **Educação Unisinos**, vol. 5, N.9, jul/dez, 2004, p. 39-59.

até, ao menos, a morte de seu fundador, em 1933⁴¹. Entretanto, esta escola, com a fundação do Ginásio Anchieta em Porto Alegre, acabou perdendo muito da sua clientela, como comenta Ullmann (1989, p. 220):

O renome do Anchieta já estava consagrado. Alguns deixavam outros estabelecimentos que estavam matriculados, para freqüentar as aulas dos padres. Famoso é o caso acontecido com a Escola Brasileira, a algumas centenas de metros do educandário dos jesuítas. Dirigia-a o Dr. Inácio Montanha. Embora de elevado conceito, o número de alunos que dali se bandeavam para o Anchieta era grande.

Diante deste quadro de opções educacionais das famílias que podiam investir na escolarização privada de seus filhos optaram pelas instituições educativas da Companhia de Jesus. Entre os membros do grupo católico a formação escolar nos educandários dos jesuítas, seja o Ginásio Nossa Senhora da Conceição, o Anchieta e/ ou o Catarinense de Florianópolis, isto foi à regra, não exceção, como confirma o quadro abaixo:

Quadro 14 : Formação secundária dos membros do apostolado laico dos jesuítas

Instituição	Nº
Ginásio Anchieta	36
Ginásio Nossa Senhora da Conceição	2
Ginásio Catarinense	1
Ginásio Estadual de Santa Maria	1
Ginásio Nossa Senhora do Rosário	2
Ginásio Júlio de Castilhos	5
Colégio Militar	1
Nossa Senhora Auxiliadora (Bagé)	1
S/d	21
Total	70

De modo geral, a opção pelas instituições educativas da Companhia de Jesus relacionava-se, por um lado, com a aprovação do método pedagógico dos jesuítas entre as elites riograndenses⁴², e, por outro, pelo fato destas instituições terem se equiparado ao

⁴¹ Conforme FILHO, Arthur Ferreira. **Nomes tutelares do ensino rio-grandense**. 2. Ed. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, Departamento de Assuntos culturais, SEC/RS, 1977, p. 109.

⁴² Aprovação entre os próprios pais dos membros do grupo, pois muitos deles freqüentaram, como o caso do pai de Arthur Morsh, e outros concluíram seus estudos no Ginásio Conceição de São Leopoldo. Conforme MORSH, Pe. Arthur. Entrevista concedida a Helgio Trindade. 13 de novembro de 2000.

Ginásio Dom Pedro II, logo após os primeiros anos de funcionamento, o que as tornava atrativas para aqueles que almejavam o ingresso no Ensino Superior. Em relação a este último ponto, a equiparação federal, outros Ginásios fundados no período demoraram a equipara-se, como, por exemplo, o Ginásio Nossa Senhora do Rosário, equiparado apenas em 1914, o Ginásio Bom Conselho, em 1928; o Ginásio Nossa Senhora das Dores, em 1937, dentre outros. Portanto, a rápida equiparação federal dos Ginásios da Companhia de Jesus definiu o crescimento de tais instituições.

Deve-se destacar que os irmãos maristas, antes de fundarem seu próprio educandário – o Ginásio Nossa Senhora do Rosário - atuaram como professores tanto no Ginásio Nossa Senhora da Conceição, quanto no Anchieta, além de outros educandários ligados aos Jesuítas. Dentre estes irmãos Maristas destacou-se a atuação do Pe. Weibert “religioso alemão em torno do qual se estabeleceu um grupo de estudantes seguindo o mesmo princípio dos outros círculos, ou seja, uma educação “rígida” e “precisa” que, ao mesmo tempo em que fornecia o conhecimento necessário ao ingresso nas carreiras superiores, enquadrava seus membros religiosamente e moralmente de forma muito competente aos olhos da Igreja.” (SEIDL, 2008, p. 97). Este foi o caso, por exemplo, em relação à formação escolar e religiosa do grupo católico, de Eloy José da Rocha, que além de ter frequentado às aulas do irmão Weibert, dedicou-se, durante a sua vida, ao desenvolvimento das instituições educacionais de ensino superior dos Irmãos Maristas⁴³.

Portanto, o Ginásio Anchieta, em que a maioria dos elementos do grupo católico adquiriu sua formação escolar, desde sua fundação agregou em suas classes escolares parcela significativa dos grupos que assumiram posições dirigentes a partir do período republicano. Além disso, muitos daqueles formados segundo o método pedagógico da Companhia de Jesus neste educandário católico, após concluírem seus estudos universitários, retornavam ao Ginásio na condição de docentes, como demonstra o quadro abaixo que relaciona a evolução das matrículas do Ginásio Anchieta e a incorporação de professores leigos na instituição educacional:

⁴³ Eloy José da Rocha foi professor do curso superior de Administração e Finanças dos irmãos Maristas, e junto com o Irmão Afonso, o irmão Estandilau, dentre outros, e seus colegas docentes Elpidio Ferreira Paes e Salomão Pires Abrahão, ajudou na fundação e no desenvolvimento da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, fundada em 1933, que foi a instituição pioneira da Pontifícia Universidade Católica dos Maristas no RGS. Sobre a história da PUCRS ver: FAUSTINO, João. CLEMENTE, Elvo. **História da PUCRS**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

Quadro 15: Evolução das matrículas Ginásio Anchieta e dos quadros docentes

Ano	Alunos		Professores	
	Diurnos	noturnos	Jesuítas	Leigos
1903	144			
1905	254			
1910	457			
1915	412			
1920	499		13	11
1925	593		14	10
1930	940	181	20	9
1935	945	405	17	18

Fonte: Elaborado a partir de LUTTERBECK, Pe. Jorge Alfredo (1977)

Esta incorporação de egressos do Ginásio Anchieta no corpo docente da instituição foi uma estratégia dos padres jesuítas em manter a mesma tradição escolar e religiosa da época da fundação de seus educandários⁴⁴. Dentre os leigos que foram docentes no Ginásio Anchieta destacam-se aqueles que participaram, durante toda sua trajetória de vida, das Congregações Marianas. Estes regressavam ao Anchieta seja como palestrantes eventuais e/ou como professores efetivos. Buscavam reproduzir a tradição escolar e religiosa para as novas gerações com a qual foram socializados pelos religiosos alemães.

O discurso como paraninfo da turma de 1935 de Luiz Leseigneur de Faria, que se notabilizou como professor deste educandário, além da sua atuação na Faculdade de Engenharia, é ilustrativo da continuidade do projeto de restauração católica dos jesuítas via a educação:

Escolhendo-me para vos paraninfar elegestes um dos que representa sem dúvida o fruto da educação dada por esse grande Ginásio e a vossa escolha significa a confirmação de que quiseste na minha pessoa concretizar vossa aprovação por todos os métodos e processos usados pelos jesuítas na instrução e na educação da mocidade; porque, anchietano na infância e na juventude, ligado a este ginásio por laços de amizade e religião no período de instrução superior, e anchietano na minha atividade atual não esposar nem admitir princípios que divirjam das verdades dogmáticas por eles pregadas e defendidas com intransigência e que indubitavelmente têm guiado e hão de guiar o meu espírito e o de todos aqueles antigos anchietanos, que ainda se mantêm no caminho da honra e do dever. (FARIA, 1935: 55).

⁴⁴ Em relação à utilização das trajetórias dos egressos do Ginásio Catarinense como meio construção, consolidação e reprodução do capital social da Instituição escolar ver especialmente DALLABRIDA, Norberto. A força da tradição: Ex-alunos do Colégio Catarinense em destaque e em rede. In: **História da Educação. Revista da Associação Sul-Rio-Grandense de História da Educação**. Pelotas, Volume 12, Número 26, Set/Dez, 2008. pp 141-164.

Ernani Maria Fiori, que também foi professor do Ginásio Anchieta, sintetiza as marcas que levaram da formação escolar e religiosa dos jesuítas e o que representava para os membros deste grupo:

Foi com essa visão otimista do mundo que nós, ex-aluno dos jesuítas, transpusemos os portões dos ginásios, quando eles se abriram, para nos deixaram, mais profundamente penetrar na vida. Eis porque, não tendo desesperado de Deus, ainda acreditamos no homem, na sua imensa capacidade de transformação, de luta, de sacrifício e espiritualidade. Não sabemos se fomos bastante fiel ao giz, rapidamente, a linha marcante do espírito inaciano através dos problemas mais angustianos do nosso mundo, desde a gênese dos males contemporâneos até a imprescindível ação renovadora do apostolado moderno. Fomos, em todo o caso, fiel a nós mesmo. Esse é o espírito inaciano que nós assimilamos, como discípulos dos jesuítas, e isto nós o somos desde que pisamos, pela primeira vez, no Ginásio Anchieta até os dias presentes. E sempre o seremos. (FIORI, 1940a, p. 53-54)

Portanto, dentro do mercado educacional restrito daquela época, as instituições escolares da Companhia de Jesus foram às preferidas, não apenas entre os membros do grupo católico. Isto se deve ao fato de que a equiparação nacional servia para aqueles que almejavam seguir carreiras superiores e também pela própria aprovação do ensino ministrado pelos jesuítas. Além disso, as instituições escolares da Companhia de Jesus produziram entre os grupos que formaram um processo de uniformização escolar que foi reproduzido de geração a geração, através da prática docente no Ginásio Anchieta de seus antigos egressos.

4.3. IDENTIFICAÇÃO RELIGIOSA E INTELLECTUAL: AS ATIVIDADES NAS CONGREGAÇÕES MARIANAS DOS GINÁSIOS CATÓLICOS.

Como já citado e que será analisada adiante a atuação do grupo ligado as Congregações Marianas dos Ginásios dos Jesuítas situou-se numa diversidade de esferas sociais, como a política, a religiosa e, especialmente a universitária. Todavia, o elemento unificador a todos os membros encontra-se nas práticas religiosas e na orientação intelectual comum. Estas práticas religiosas e orientações filosóficas comuns foram, inicialmente, realizadas e apreendidas a partir das atividades das Congregações Marianas dos educandários dos Jesuítas, em especial do Ginásio Anchieta. Deste modo, nestas Congregações Marianas

[...] se reduplicava e se aprofundava as metas do colégio Anchieta: o intelecto e a disciplina. Acrescentava-se mais uma: a dimensão espiritual que se centrava na prática dos sacramentos como a confissão e a comunhão. No fundo a dimensão espiritual propunha um processo de santificação. Como a escola não podia exigir a perfeição espiritual de todos, foi criada esta instituição de origem centenária, para desenvolver mais essa meta. Os jovens eram rigorosamente escolhidos por seus colegas marianos e apresentados ao diretor espiritual. Eles passavam por um período de provação, em que eram primeiro considerados aspirantes para depois passarem a condição de verdadeiro congregado. (...) Dentro de um espírito de combate, os congregados deviam proteger a Igreja contra seus inimigos. Isto

acrescentou a sua missão espiritual um caráter inquisicional que visava detectar inimigos. (TRINDADE, 1982, p. 31)

Feitas estas colocações, neste item, descreve-se que práticas religiosas foram estas, para após, a partir do desenvolvimento das Congregações Marianas originadas nos Ginásios dos Jesuítas no Rio Grande do Sul, analisar como a orientação filosófica e intelectual foi definida.

4.3.1. As práticas religiosas comuns: Os retiros, os exercícios espirituais e a ascese inaciana.

Os agentes religiosos das Congregações Marianas dos ginásios dos jesuítas proporcionaram aos membros do grupo em questão um modelo diferenciado de vivência religiosa através dos retiros espirituais. Num contexto em que as práticas religiosas e os modelos de devoção não eram transmitidos a partir do próprio lar, do meio familiar, os exercícios espirituais ministrados e orientados pelos jesuítas das Congregações Marianas em seus retiros forneceram um método, uma forma ordenada de devoção, que, embora realizada conforme o livre-arbítrio individual, forneceu as etapas necessárias para que cada um desenvolvesse a sua espiritualidade. Isto é verificado nos próprios depoimentos de alguns dos elementos do grupo católico, como no de Mário Goulart Reis (1940, p. 31):

Foi no Ginásio Anchieta que fiz quase todos os estudos secundários, preparei-me para a primeira comunhão, fiz o primeiro retiro e onde fui crismado. Foi nas Congregações Marianas *Nossa Senhora da Glória e Mater Salvatoris*, em Porto Alegre, que encontrei abrigo, estímulo e defesa contra os perigos que assaltam a juventude. Foram sempre os padres jesuítas que me nortearam a vida, dando-me quase todos os anos os “Exercícios espirituais”..

E no de Francisco Machado Carrion que relaciona a ausência de religiosidade no seu meio familiar e a sua adesão, e a de Arthur Morsh, ao catolicismo a partir do ingresso no Ginásio Anchieta: “Só me tornei católico em Porto Alegre, no ginásio. Meu pai queria me colocar em ginásio católico. Eu dizia que jamais iria para colégio de padre. [...] Minha mãe eu converti ao catolicismo depois da morte do meu pai Conseguiu morrer santamente. Fui comungar aos 14 anos, pela primeira vez. O Morsh também.”⁴⁵

Estes depoimentos comprovam que os membros deste grupo inseriram em suas vidas as práticas religiosas católicas a partir do ingresso no ginásio e, sobretudo, das atividades das

⁴⁵CARRION, F. M. *A Ação Integralista Brasileira*. Entrevista concedida à Hélió Casses Trindade. (Mimeo), 1969, p.16.

Congregações Marianas dos Jesuítas. No entanto, os exercícios espirituais, pela sua própria origem, baseado na experiência pessoal do fundador da Companhia de Jesus Inácio de Loyola- apresentam-se como um roteiro complexo para ser realizado por indivíduos leigos. Neste sentido, exercícios como o exame de consciência, a meditação e a contemplação, descritos por Loyola, e pouco modificados até então, deveriam ser conduzidos por sacerdotes, lideranças jesuítas, uma vez que constituem “uma série de matérias, diretrizes e sugestões para o orientador ajudar outras pessoas por meio daqueles exercícios. Sob este aspecto, os exercícios constituem mais um manual do professor que um livro de textos para estudantes” (O’MALLEY, 2004, p. 64)

Desta constatação compreende-se a proeminência que a figura do diretor, do orientador espiritual das Congregações Marianas teve sobre os membros do grupo católico, pois uma “uma das feições mais inovadoras dos exercícios foi o papel da pessoa que orientava outra a engajar-se neles.” (O’MALLEY, 2004, p. 78). Jovens até então sem orientação religiosa tiveram com o diretor espiritual o aconselhamento necessário para conduzir suas vidas segundo os preceitos católicos, pois “A função da pessoa (**do Diretor espiritual**) era triplicado. Ela agia algumas vezes como professor – sobre algum ponto da doutrina ou acerca de assuntos práticos, como rezar. Comprometia-se numa conversão devota, ouvindo o outro atentamente e, depois dando-lhe conselho espiritual, prestando especial atenção aos meios de comodação e devoção” (O’MALLEY, 2004, p. 206, grifos nossos).

Ao que tudo indica os diretores espirituais das Congregações Marianas originadas no Ginásio Anchieta adaptaram a duração dos exercícios espirituais e acrescentaram outras práticas para viabilizar a participação efetiva de congregados marianos de várias faixas etárias e diversos trajetos profissionais. Por exemplo, o roteiro dos exercícios de Loyola prevê duração de uma a três semanas, período inviável seja para os ginásianos (a exceção do período de férias escolares), e para os acadêmicos e formados. Entretanto, em meados de 1916, registram-se alguns retiros destinados aos leigos orientados pelo Pe. Werner, como confirma Arthur Rabuske em livro dedicado a este jesuíta:

Nota-se aqui que o padre Werner, quando ainda não se tinham casos de retiro, dava assim mesmo os exercícios espirituais fechados ou abertos. Nestes, destinados a ginásianos, dava-se isso acertadamente dentro do horário escolar do Anchieta. Os fechados, feitos com adultos, sobretudo acadêmicos, na chácara de São Leopoldo, eram obviamente mais eficientes em seus frutos espirituais, pois chegaram a despertar, como consta, verdadeiras vocações apostólicas no mundo leigo. (RABUSKE, 1999, p. 209)

Décadas adiante era constante a realização de retiros com duração de três dias no sítio Manresa dos Jesuítas, no bairro da Glória, em Porto Alegre, como demonstra as impressões de Gaspar Dilermando Ochôa (1940, p. 7-8), diretor da Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul, em relação ao seu primeiro retiro, realizado em 1939:

Impressões

Gaspar Dilermando Ochôa

Meu primeiro retiro fechado data de meados de 1939.

Durante três dias permaneci ausente do mundo, mas bem perto de mim mesmo.

Jamais poderei esquecer os temores e as alegrias que me assaltaram por aquela época.

Na noitinha em que subi, com alguns amigos, aquela montanha do arrebalde da glória em busca da vila Manresa, tinha o coração oprimido e cheio de incertezas.

Creio que a impressão que me empolgava, ao deixar meu lar, para experimentar, pela primeira vez, aquele piedoso exercício espiritual, deveria ser dolorosa.

Era semelhante a do doente que, junto a mesa de operação, vê alinharem-no os escalpéias.

Deliberadamente abandonara meus hábitos e meus afetos, para meditar durante durante três dias longe da vida diária.

Entretanto, isso agora me parecia penoso.

Cada curva da sinuosa estrada, que conduz a casa de retiros, mais a mais me separava da cidade rumorosa onde ficavam meus interesses, minhas relações e, sobretudo meus entes mais queridos.

Pelas vidraças dos autos viam-se nos longes escurecidos dos morros, labaredas esparsas dos fogões, quase ao ar livre, do casario pobre.

A noite estendia-se por toda parte.

Quando, num arranco final, com motor engrenado em primeira, atingimos o alto da estrada, o negrume envolvente já nos isolara completamente da natureza

Transpusemos o grande portão de ferro que dá acesso à propriedade dos jesuítas, onde está situada a Casa de Retiros

Num olhar retrospectivo descortinei no fundo do vale o pontilhado das luzes da capital, como furos na espessura da treva daquela noite tépica.

Os combustores elétricos gotejavam pingos acessos, aos milhares, numa desordem aparente.

Ouvia-se nitidamente o fôlego da grande cidade.

Era um ronco ritmo, marulhoso, como ondas distantes. Um ruído complexo, resultante da integração dos múltiplos sons de vida urbana.

Sentindo que o mundo ficara ficará lá em baixo, à margem do grande estuário, maior era minha ansiedade.

Receava mais ainda aquele isolamento, voluntário embora

Mas cousa estranha, dali há instantes, já no interior do grande prédio, erguido especialmente para o salutar exercício instituído por Santo Inácio, surpreendi-me repentinamente revigorado.

Desde os primeiros momentos invadiu-me o peito inexplicável sensação de bem estar.

Muito cooperou para isso, com certeza, a cordialidade de recepção, aquecida pela palavra bondosa e amiga de nosso diretor espiritual.

Tranquilizei-me. Um quarto de hora mais tarde, sentia-me tão integrado naquele ambiente de vontades polarizadas para o bem, que espontaneamente, reuni-me ao grupo que, na frente do edifício, recebia com demonstrações de afeição aos retardatários.

Naquela noite, as 9 horas, ouvimos a primeira meditação, na sala de conferências.

Cada palavra do nosso Diretor espiritual era uma centelha na noite das minhas incertezas e opressões anteriores.

Quando nos recolhemos, após a oração da noite na capeia, eu me sentia diferente.

Jamais hei de esquecer aquela agradável impressão de conformidade comigo mesmo, aquela plethora de energia interior que me empolgaram e dominaram o espírito, desde as primeiras meditações.

Reconheci que tantos anos de vida anterior, diluídos no oceano das preocupações diárias, impostas pelos deveres sociais, não valem talvez algumas horas de verdadeiro recolhimento dessa beatificante sensação de reconciliação com as verdades eternas.

Aqueles três dias dedicados ao encontro de nós mesmo com Deus, passaram tão céleres como si fossem segundos de sonhos venturosos.

Quando na clara manha de Novembro o automóvel deslizava na serpentina do “Morro da Glória”, em demanda da cidade, eu sentia que o desnível não era somente no chão, mas também nas almas.

Lá, mais em baixo, estava a vida com todas as suas atrações e perigos, alegrias e dores, à nossa espera. Íamos trocar o ar sadio da montanha, onde nossos corações fortaleceram-se em Cristo, pela atmosfera comprimida dos nossos círculos de trabalho e atividades sociais.

E, agora em cada curva da estrada, eu estava mais próximo da cidade, mas não me sentia atraído por ela. Cada vez maior, porém, era meu desejo de que o senhor me desse a graça de retornar à Casa de Retiro, em tempo breve.

Essa aspiração foi atendida.

Aos retiros os diretores espirituais acrescentaram outras práticas religiosas interligadas. Conferências de temas religiosos, meditações, pensões para os jovens do interior do Estado, e especialmente o aconselhamento. Este último era ministrado não apenas nos retiros espirituais, mas também nas pensões dos jesuítas, no Ginásio Anchieta e nas próprias residências destes jesuítas. Deste modo, o aconselhamento foi constante durante todas as fases da vida dos membros do grupo católico e, através dos encaminhamentos dado a eles pelas lideranças jesuítas adquiriu “proeminência no catolicismo, como um relacionamento formal e contínuo entre duas pessoas envolvidas” (O’MALLEY, 2004, p. 79). O depoimento de Laudelino Teixeira de Medeiros é ilustrativo da orientação pessoal, religiosa e intelectual dada pelos diretores espirituais:

Os congregados que desejassem procuravam o Padre Werner dentro de um horário estabelecido, mas ele estava sempre á disposição. Eu o consultava assiduamente, periodicamente, e essa convivência me foi muito útil, não apenas do ponto de vista espiritual, mas também intelectual. Padre Werner era um homem com a cabeça bem feita, muito boa à cabeça, e, inclusive, sobre esses assuntos a gente podia ser aconselhado por ele⁴⁶.

A prática dos retiros em que o leigo orientado pelo diretor espiritual distancia-se da sua vida mundana, e das suas condições materiais de existência, para exercer a meditação, a revisão da sua vida em sociedade, buscando “à volta a uma vida sem pecado ou, provavelmente com mais freqüência, à volta a uma vida mais devota” (O’MALLEY, 2004, p. 67), produziu uma forma de espiritualidade baseada na ascese inaciana. Esta ascese foi tão marcante na formação espiritual dos membros do grupo católico que as tinham como fator determinante para a resolução das questões sociais, como revela o trecho abaixo de um escrito de Ernani Maria Fiori (1940a, p.50):

Confessamos, lealmente, que, nos problemas sociais contemporâneos, em nenhum sociólogo encontramos rumos mais claros e mais definidos do que nas meditações fundamentais dos retiros inacianos. Procurando situar a posição do homem, dentro do universo, para solucionar problemas individuais, a ascese inaciana fornece os elementos que podem resolver, decisivamente, as grandes questões sociais de nossos dias.

⁴⁶ MEDEIROS, Laudelino Teixeira. **Geração Católica** Depoimento concedido a Fernando Trindade, 1980.

Portanto, estas práticas religiosas, mesmo que delineadas sumariamente aqui, demonstram como os membros do grupo em pauta adquiriram uma identidade religiosa a partir das atividades nas Congregações Marianas. Decisivo para isto, como frisado acima, foi o papel dos diretores espirituais dos jesuítas, e entre todos que atuaram nas Congregações Marianas originadas no Ginásio Anchieta destacou-se, sobretudo, a trajetória do Pe. Werner, como se analisa abaixo.

4.3.2. A centralidade da C.M.M Mater Salvatoris sob a direção do Pe. Werner e o impulso da “neo-escolástica” no Rio Grande do Sul.

A CCMM *Matter Salvatoris*, fundada em 1911, pelo padre jesuíta Estevão Muser, não foi à primeira, nem a única congregação originada nos Ginásios dos Jesuítas. Anterior a ela existiu a CCMM *Imaculada Conceição*, no Ginásio Nossa da Conceição, a *Mater Ter Admirabilis*, criada pelo padre Aloísio Schuler S.J, em 1894, que, apesar de originalmente ter sido conectada a Capela do Senhor dos Passos, funcionou, na prática, no Ginásio Anchieta, e a CCMM *Nossa Senhora da Gloria*, fundada em 1909, pelo então aluno Adroaldo Mesquita da Costa, dedicada aos ginasianos. Todas estas congregações, em maior ou menor grau, reproduziram as práticas religiosas dos inicianos, e assim, numa reflexão retrospectiva, poderiam ter adquirido a centralidade que a *Mater Salvatoris* teve na formação do grupo católico. Que fator diferiu significativamente a *Matter Salvatoris* destas outras congregações?

A resposta a esta questão constantemente é atribuída à atuação do Pe. Werner Von Und Zur Mühlen, S.J. No entanto, os escritos sobre este jesuíta, ou mesmo sobre o grupo católico formado por ele, embora forneçam todas as indicações possíveis, não isolam os fatores os quais expliquem, de modo consistente, o diferencial de sua atuação em relação aos outros diretores jesuítas. Dito de outro modo, quais foram os elementos verificados na atuação do Pe. Werner que expliquem e justifiquem esta maior ênfase e centralidade da *Matter Salvatoris* sob sua direção? Centralidade que é verificada, inclusive, no ingresso dos membros do grupo católico nesta congregação no período em que Werner a coordenou, como demonstra o quadro abaixo:

**Quadro 16: Década de Ingresso
na C. C.M.M “Mater Salvatoris”**

Período	Nº
1917-1920	15
1921-1930	17

1931-1940	17
S/d	21
Total	70

Neste sentido, além da atuação do Pe. Werner, que se analisa adiante, a própria estrutura desta congregação fornece elementos para diferenciá-la das outras. Se anteriormente a CCMM *Matter Ter Admirabilis* que originou a *Matter Salvatoris*, agregava não apenas os estudantes, mas os senhores “de outras classes sociais ou profissionais” (RABUSKE, 1999, p. 251), a *Matter Salvatoris*, até 1924, destinou apenas aos acadêmicos das Faculdades livres de Direito, Engenharia e Medicina. Logo, dado este público específico as atividades desta congregação não poderiam se circunscrever apenas à orientação religiosa, através dos retiros espirituais.

Como os dados registrados pelo Pe. Rabuske⁴⁷ indicam Pe. Werner partiu desta percepção ao assumir a Congregação Mariana, e recorreu, além do magistério religioso, aos seus próprios recursos intelectuais. Aliás, nesta direção, desde, ao menos, 1919, Werner vinha se notabilizando frente aos congregados marianos através de suas conferências filosóficas que ministrava esporadicamente nas congregações marianas, fato este que o fez ser lembrado para assumir a *Matter Salvatoris* após a morte de Estevão Muser. Por exemplo, em agosto de 1913, ministrou uma conferência sobre disciplina e formação do caráter dos alunos; em 1914 proferiu uma palestra no festival das congregações marianas sobre “Santo Agostinho”, e no ano de 1919, pronunciou a conferência que o marcou como liderança intelectual sobre o “livre-arbitrio”. Além destas eventuais conferências ministrou um curso de Filosofia desde, ao menos, 1915, no Ginásio Anchieta.

A ênfase da sua atuação na formação intelectual e filosófica dos congregados, claro que, sem descuidar do aspecto espiritual, pode ser verificado numa de suas primeiras iniciativas como diretor da *Matter Salvatoris*, em 1923. Juntamente com a diretoria de acadêmicos eleita (Mário Bernd, prefeito; Armando Câmara, 1º assistente; Gastão Bernd, Secretário) e com a que nomeiou (Leônidas Machado, tesoureiro; Alberto Pasqualini, bibliotecário), mais os consultores (Henrique Fischer, Osório Meirelles, Antônio Bottini,

⁴⁷ Neste item utilizaram-se, sobremaneira, os registros divulgados pelo Pe. Rabuske na obra dedicada ao Pe. Werner. Ver: RABUSKE, Arthur. Padre Werner. **A serviço da inteligência gaúcha. (1923-1939)**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1999.

Moises Vellinho, Luís Faria e Flávio Rondelli), decidiu-se importar livros da Europa para vendê-los aos congregados.

Importante neste sentido foi também o círculo de Filosofia mantido na congregação. Nele Werner incentivava discussões de temas filosóficos, a exemplo do debate travado entre Liberato Soares Pinheiro e Alberto Pasqualini sobre a questão da imortalidade da alma. Enquanto o primeiro defendia a espiritualidade da alma, o segundo levantada o contraponto material. Eloy José da Rocha destacou em depoimento, que quando frequentou a *Matter Salvatoris*, no momento em que esta englobava acadêmicos e formados, depois de 1925, houve uma sessão em que o Pe. Werner propôs uma discussão sobre o livre arbítrio, que era uma de suas preocupações intelectuais. Neste debate Mário ou Celso Bernd defendeu o livre arbítrio, e Alberto Pasqualini o determinismo. A defesa deste último foi tão brilhante, conforme lembrou Eloy da Rocha, que Pe. Werner terminou com as discussões filosóficas nas sessões das congregações marianas⁴⁸. Portanto, Pe. Werner, assim como o método escolar dos jesuítas, adotava a emulação como instrumento de formação intelectual.

Em 1924, um ano antes da criação da secção de formados da congregação, Werner também incentivou a criação de um impresso católico, o qual foi nomeado como “Ação Católica”. Este folheto que era distribuído por um grupo católico da *Matter Salvatoris* na saída das Igrejas, teve existência efêmera, mas o incentivo de Pe. Werner⁴⁹ para que os congregados marianos escrevessem e publicassem suas ideias foi constante em sua atuação, como comprova a conferência⁵⁰ realizada pelo ex. congregado *Matter Salvatoris* Valério Alberton, reproduzido por Arthur Rabuske

Padre Werner estudou, numa das visitas a seu quarto-consultório, minhas aptidões e me estimulou a ler, estudar, escrever. Pediu-me, certa vez, para publicar uma série de artigos num dos diários da capital. É claro que reagi quase violentamente, desculpando-me por ser uma tarefa acima de minhas forças, e que nunca tinha feito coisa semelhante. Mas foi tão gentil e tão persuasivo, pedindo-me ao menos que tentasse, que lhe prometi escrever. E, para me animar e facilitar meu trabalho, e para começar mais suavemente, me deu longos artigos duma revista francesa, sobre a crença dos sábios do século 19: era só traduzi-lo e resumir, prometendo-me ele corrigir os artigos, como de fato o fez. Os artigos foram publicados no Jornal da Manhã, numa série bem longa. Ainda hoje, em 1974, guardo um ou outro desses trabalhos. (ALBERTON, Valério Apud RABUSKE, Arthur, 1999, p. 273)

⁴⁸ Conforme ROCHA, Eloy José. Depoimento concedido à Fernando Trindade, 20 de janeiro de 1981.

⁴⁹ O próprio Pe. Werner escreveu na imprensa laica debatendo, em períodos distintos, com dois eminentes líderes espíritas. Em 1925 escreveu alguns artigos no Jornal Correio do Povo contrapondo-se ao Líder espírita Egydio Hervé. Já de 1931 a 1932, no contexto do processo constituinte, travou um embate no jornal da Manhã, com o Kardecista Paulo Heck, que, naquele momento era uma das lideranças da Liga- Pró Estado Leigo.

⁵⁰ Intitulada “O padre Werner como diretor de Congregação Mariana (Alguns aspectos de minha vivência pessoal com o Pe. Werner Von Und Zur Mühlen).

Portanto, pode-se considerar que Pe. Werner buscava formar um “apostolado da pena” e assim, “sob este prisma, mesmo que não falemos de outros, a *Mater Salvatoris* dirigida pelo Pe. Werner, se tornou uma verdadeira escola prática de formação literária e jornalística” (RABUSKE, 1999, p. 272, *Grifos meus*). Como se cita no capítulo dedicado ao movimento católico organizado pelo laicato laico da *Mater Salvatoris* esta influência se verifica na intenção deste grupo formar, embora não tenha se concretizado, centros literários nas faculdades em que estudavam.

A partir de 1925, como citado anteriormente, agregou-se ao grupo de acadêmicos os formados. No entanto, a ênfase na dimensão intelectual não se reduziu, pelo contrário. Neste sentido, Pe. Werner reafirmava a Escola filosófica a qual representava como demonstra abaixo o trecho de sua lição na aula inaugural do seu curso de Filosofia intitulado “A essência e a Finalidade da Filosofia”:

Na introdução do diálogo Protágoras, narra Platão que, certa vez, um jovem amigo de G entrou em casa desde muito antes de romper da alva, perturbando o sossego dos moradores e tirando o mestre do sono, só para anunciar-lhe que o filósofo Protágoras havia chegado de Atenas e para pedir-lhe que o apresentasse ao afamado sábio. Desse entusiasmo do jovem ateniense pela filosofia lembre-me ao pensar no interesse que pela mesma filosofia devem nutrir aqueles que, após os afazeres diários, na hora em que os outros descansam, ainda se reúnem aqui para ouvir lições de filosofia. Embora o interesse filosófico de meus distintos ouvintes se assemelhe ao interesse daquele discípulo de Sócrates, imensa é a diferença entre o insigne mestre que professava em Atenas e a humilde pessoa que vos dispusestes a escutar. Essa diferença, porém, é toda a nosso favor. O discípulo de G ouvia a doutrina de G e a doutrina de Protágoras, vós não ouvireis a minha, dado que não tenho competência para professar doutrina própria, mas a doutrina da Escola que represento, ainda que muito imperfeitamente. E a doutrina de uma Escola, mormente quando esta é velha de muitos séculos e, apesar disso, moderna na sua adaptação ao estado presente da ciência, abonada por nomes tão ilustres como a nossa, vale sempre muito mais que a doutrina de uma única pessoa. A raiz principal do nosso sistema é a filosofia de Aristóteles, de 300 anos mais velha que o cristianismo. Elaborada, corrigida, desenvolvida pelos pensadores dos séculos seguintes, é chamada hoje em dia de “neo-escolástica.[...]” (MÜHLEN, 1930 *apud* DE BONI, 2003: 15-16)

Werner instrumentalizava-se, assim, os acadêmicos e os profissionais liberais da *Mater Salvatoris*, a partir dos pressupostos da neo-escolástica, a contrapor-se as doutrinas as quais tomavam para si a autoridade científica, em detrimento do pensamento metafísico. O trecho abaixo, selecionado deste mesmo texto acima, embora extenso, situa como Pe. Werner desenvolvia esta questão e como, dentro dos pressupostos científicos, enquadrava a Escola que representava:

[...] Uma forte corrente intelectual nega redondamente a possibilidade da filosofia que acabamos de caracterizar, porque, como dizem, aqueles problemas não podem

ser resolvidos pela observação experimental, e, fora da observação experimental, não há salvação. Esse ataque é tantas vezes repetido e vem abonado por nomes tão ilustres nas ciências naturais que peço licença para analisa-los mais detidamente. Tal análise implica, senão me engano, a total aniquilação desse dogma moderno. E bastará, em seguida, uma breve reflexão para reivindicar o direito da existência da filosofia metafísica. Vede-se a minha argumentação procede: Tendo que falar da matemática, que, antes de entrar na discussão, deixar aqui a minha profissão de fé a respeito deste ciência. Todos os corpos se movem no tempo e no espaço e as inúmeras relações que daí resultam só pela matemática podem ser medidas e determinadas. O sábio que introduz, inicialmente, a matemática no ramo da ciência que cultiva, presta à sua ciência o serviço que Fulton prestou à navegação, instalando a máquina a vapor no bojo do navio e franqueando-lhe, desta sorte, o caminho pela imensidão dos oceanos. Dito isto, vejamos a primeira dificuldade na qual se põe o positivismo, negando a possibilidade da nossa filosofia. O positivismo diz: a ciência rejeita tudo o que não é fiscalizado pela observação e pela experiência. Por outra parte, afirma que a matemática é a primeira e a mais necessária das ciências. Mas onde estão, na matemática, observação e experiência? Ela é raciocínio puro! Os processos da matemática, à parte, naturalmente, como aliás em todos os ramos da filosofia, de certos dados sensíveis, excluem toda a experimentação. A matemática é a metafísica em números [...] Demonstrando o caráter científico da filosofia, dou ainda um passo adiante, afirmando que a filosofia, em particular a metafísica, é a única ciência absoluta. Absoluto é aquilo que, no seu conceito, bem como na realizada, não depende de nenhuma outra coisa e que tem a sua razão de ser em si mesmo. Ora, todas as ciências dependem de certos conceitos e princípios primitivos, tais como os conceitos de substância, igualdade, verdade, os princípios de identidade, de não-contradição, de causalidade. O conhecimento destes princípios, por sua vez, não depende de nenhuma outra ciência, são princípios primeiros. A ciência que os estuda, é, pois, uma ciência, como tal, absoluta. Ora, esta ciência é precisamente a metafísica. Se os nossos oponentes fazem da metafísica um conceito diferente, a culpa não é nossa. Como a própria matemática não pode dar nenhum passo sem os princípios da metafísica, será mister que, numa boa classificação das ciências, a metafísica ocupe o primeiro lugar. (MÜHLEN, 1930 *apud* DE BONI, 2003, p. 17-18, 25)

Com o mesmo objetivo descrito acima de introduzir e fundamentar os argumentos do grupo que formava nos temas mais candentes da filosofia escolástica Pe. Werner também escreveu “Apontamentos da lógica” (1922), e “Apontamentos de Psicologia” (1923). Os assuntos sustentados nestas obras, e nas anteriores, foram difundidos também em espaços fora da Congregação Mariana, como nas solenidades de formatura ginasiais e/ ou universitárias. Nesta direção, destaca-se o discurso proferido pelo Pe. Werner na formatura da turma de engenharia, a sua alocução na solenidade dos doutorandos em Direito, ambos em 1932, e seu discurso de paraninfo para os formando do Ginásio Anchieta, em 1934. (RABUSKE, 1999)

Também se dedicou a produção de textos ligado às questões da Igreja Católica e as práticas religiosas, como “Breve método de meditar” (1937), “Via-Sacra” (1939-1949), “Explicação do Santo Sacrifício à missa”, e a tradução do livro do Pe. Constantino Kempf, S.J. “A Santidade da Igreja no século XIX”, de 1932 a 1939. Em relação a temas mais pontuais do contexto político e religioso da época deixou alguns escritos como “Os problemas nacionais e o ensino religioso” (1933) e o “Respeito à vida nascitura” (1933).

Portanto, comparado aos outros líderes católicos no mesmo período, como Alceu Amoroso Lima, Pe. Werner não se consagrou através da militância católica escrita. Assim, o papel do Pe. Werner foi introduzir o argumento filosófico e cristianizar a juventude das congregações marianas que

Neta duma era de positivismo filosófico, a juventude estudiosa clamava, por alguém que lhe saciasse a fome inata do espírito humano pela metafísica: foi o Padre Werner que lhe abriu os tesouros imortais da filosofia perene. Filha de uma era eivada de materialismo, a juventude necessitava de um guia, que lhe ajudasse a reivindicar os direitos inauferíveis das verdades transcendentais da espiritualidade: foi o Padre Werner que a conduziu a fonte inextinguível da filosofia espiritualista e sã. Rodeado pelos castelos de ar e os escombros caóticos do anarquismo da nossa era, a juventude precisava de um arrimo, de uma autoridade, de um fundamento capaz de sustentar o edifício espiritual da vida sincera, séria e verdadeiramente humana: foi Padre Werner que lhe descobriu o subsolo granítico dos princípios eternos de toda ciência, de toda a cultura, de toda atitude humanamente sólida e imperecedora. A vocação especial do Padre Werner foi de servir como núcleo de cristalização para as aspirações de sã filosofia da juventude acadêmica nova de Porto Alegre. (RAMBO, 1940, p. 15).

Deste modo, mesmo que Padre Werner tenha publicado poucos livros, sumas para a juventude, sua ação concentrou-se na formação intelectual e espiritual dos jovens nos seminários livres da congregação e nas orientações individuais dos congregados. Como Werner não foi um grande orador, “fez com que seu zelo, suas ideias, seus ideais se divulgassem pela boca de seus congregados, mais moços, mais ardentes, mais inteirados da realidade da vida no grande público” (Rambo, 1940, p. 16). De fato, Werner formou “um exército católico de combate” especialmente pela atuação dos mais jovens no espaço social rio-grandense, como Francisco Machado Carrion, Vitor de Britto Velho, Carlos de Britto Velho e Ernani Maria Fiori, uma vez que atuou como assistente eclesiástico em quase todas as associações desse grupo de católicos até seu falecimento, em 1939, a exemplo de sua atuação no Centro Católico de Acadêmicos e na revista *Idade Nova*.

5. A RECEPÇÃO DA TRADIÇÃO TOMISTA PELO APOSTOLADO LAICO DOS JESUÍTAS NO RGS

Assim como a maioria dos círculos católicos do século XX a maior influência intelectual do grupo da Congregação Mariana *Matter Salvatoris* formado pelo Pe. Werne foi, dentro da Neo-escolástica, o neotomismo⁵¹. Isso se deve a fatores interrelacionados como a promulgação da encíclica *Aeternis Patris* de Leão XIII, em 1879, que estabeleceu um diálogo com a modernidade através da renovação do tomismo, e internamente, ao fato do grupo ter realizado sua formação filosófica entre os catedráticos jesuítas, com o Pe. Werner, como analisado em capítulo anterior.

A relação da Ordem dos Jesuítas com a doutrina de São Tomás de Aquino⁵² remonta às suas origens. Quando a Companhia de Jesus foi aprovada, pelo Papa Paulo III, em 1540, a Igreja, após canonizar São Tomás de Aquino, estava reconhecendo o valor de sua obra (anteriormente censurada em Paris, em 1277, pela condenação da filosofia de Aristóteles) e, em 1567, no contexto da Contra-reforma e do Concílio de Trento, o tomismo tornou-se instrumento doutrinário da Igreja de combate e refutação ao protestantismo⁵³. Logo, foi dentro desse espírito do anti-protestantismo e das resoluções tridentinas que os Jesuítas basearam suas atividades missionárias e educativas as quais o tomismo teve espaço mais que privilegiado, inclusive sendo a base teórica do plano de estudos da Ordem – o *Ratio Studiorum* (1599).

Com o advento da modernidade novamente o sistema filosófico de São Tomás de Aquino aparece como alternativa ao racionalismo e cientificismo originados a partir da renascença. Assim, “A filosofia de São Tomás, se difere do que ela foi do tradicionalismo para ser uma figura de armadura intelectual própria a opor o pensamento moderno e a reação contra o individualismo. (MAYEUR, 1972, p. 8). A busca por conciliar a fé e a razão, dentro da corrente de retorno à Idade Média através da influência de São Tomás de Aquino e de sua

⁵¹ Conforme o dicionário Oxford de filosofia foi com a encíclica *Aeterni Patris* do Papa Leão XIII que o movimento Neotomista teve seu ponto de partida, uma vez que tal encíclica confirmava o estatuto de São Thomas de Aquino como guardião da teologia católica. Dentre os filósofos mais representativos dessa tradição Simon Blackburn cita Jacques Maritain e Étienne Gilson. Ver: BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

⁵² Tomás de Aquino (1224-74) nasceu em Nápoles. Filho de nobres entrou para a Ordem dos Dominicanos em 1244, e completou seus estudos em Paris. Por influência de Alberto Magno, seu mestre, conheceu a obra de Aristóteles. A partir de então buscou demonstrar que a que a filosofia de Aristóteles é compatível com o cristianismo, estabelecendo, assim, novas fontes para a filosofia cristã.

⁵³ Para mais detalhes consultar: MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia. Dos pré-Socráticos a Wittgenstein**. 12 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

interpretação de Aristóteles, aparece em autores como Jacques Maritain, Cardeal Mercier, Étienne Gilson, A.D.Sertiilang, Garrigou- Lagrange, dentre outros.

Estas reinterpretações do tomismo tiveram como centros de irradiação o Instituto Superior de Filosofia da Escola de Loivana, o Instituto católico de Paris, o Instituto Católico da Universidade de Milão, e o de Friburgo, dentro outros. No entanto, embora a encíclica de Leão XIII restabeleça a filosofia tradicional, em especial o tomismo, frente aos erros da modernidade, “não excluía a possibilidade de outras vias” e assim, “a Neo-escolástica diversifica-se tanto em tendências, como em diversos interesses filosóficos; e, no entanto, procura por toda parte manter uma unidade” (FERRATER-MORA, 2001, p. 2065).

Se a Neo-escolástica diversificou-se em interesses e tendências dependendo dos centros europeus os quais se desenvolveu, embora mantendo sua unidade, o mesmo aconteceu, com outras proporções, significados e distinções, em contextos periféricos, fora da Europa, com uma de suas vertentes, o neo-tomismo. Fernando Arruda Campos (1998) em seu estudo sobre o *Tomismo no Brasil* ressalta a condição periférica e distinta do desenvolvimento de uma filosofia tomista estruturada e orgânica no País:

“Enquanto, na Europa, os pensadores tomistas possuem uma filosofia bem estruturada e orgânica, fruto de um alto nível de reflexão, em nossa pátria, salvo raríssimas exceções, o tomismo é fruto de elucubrações parciais, nas quais, vezes freqüentes, denota-se uma tentativa de sincretismo, onde as teses tomistas são almagamadas com ideias de outros sistemas filosóficos, quando não uma simples profissão de fé filosófica, nem sempre fruto de uma profunda reflexão” (CAMPOS, 1998, p. 16).

Frente a essa realidade Campos (1998) dimensiona o alcance e a intensidade da influência do tomismo entre os filósofos brasileiros. Segundo este autor num plano mais central estaria àqueles poucos que atingiram um nível de pensamento bastante estruturado da obra de São Tomás de Aquino os quais procuraram refletir, de modo tradicional ou progressista, a filosofia moderna e contemporânea. Num nível mais afastado situa aqueles que procuraram harmonizar algumas teses tomistas com outras ideias, oriundas de outros sistemas filosóficos e de outras doutrinas, com o objetivo de elaborar uma filosofia própria, que resultou, na maioria das vezes, num pensamento eclético. Noutro plano mais distante estariam aqueles que, embora buscando elaborar um pensamento próprio, conservaram a influência tomista em temas essenciais; e por fim, aqueles que encontraram em algumas teses tomistas fundamentos para seu pensamento; e aqueles que, sem assumir uma atitude refletiva, fizeram do tomismo profissão de fé.

Campos (1998) destacou como autênticos representantes do tomismo no Brasil, em suas devidas diferenças, os filósofos Maurício Teixeira Penido, Leonardo Van Acker e o jesuíta Henrique Cláudio de Vaz Lima. O primeiro, na classificação de Campos, representaria, devido a sua postura conservadora em relação ao pensamento moderno, o tomismo tradicional. Já o segundo, Van Acker, embora mais ligado à escola de Louvain, estabeleceu uma abertura entre o tomismo tradicional com a filosofia moderna e contemporânea. O Padre Henrique de Lima Vaz, segundo Campos, representaria o tomismo de Joseph Maréchal, de tendência restauradora, objetivando um pensamento próprio, uma filosofia da História.

Num panorama geral do tomismo no Brasil entre os leigos em várias regiões do país Campos (1998) comenta que Alceu Amoroso Lima - maior liderança leiga do movimento católico-não foi um filósofo tomista no sentido estrito do termo, mas apenas um pensador influenciado pela interpretação do tomismo de Jacques Maritain. Assim, “sua maior contribuição para o tomismo no Brasil, foi, assim, ao que parece, sua profícua e eficaz ação, no sentido de introduzir entre nós o pensamento metafísico clássico, tal como se revela na obra de Jacques Maritain.” (CAMPOS, 1998, p. 102). Já Gustavo Corção - também uma figura emblemática do Centro Dom vital e da revista A Ordem - é classificado como pertencente à corrente tradicionalista do tomismo, embora, na concepção de Campos (1998), represente mais alguém que tomou o tomismo como profissão de fé, do que um pensador com uma reflexão profunda dos postulados de São Tomás. Portanto, de modo geral, dentre os leigos, o paulista Leonardo Van Acker pode ser considerado aquele que aprofundou a cultura filosófica no Brasil, representando, por um lado, a tradição tomista da Escola de Loivana, do Cardeal Mercier, onde estudou, e por outro, o diálogo com a filosofia moderna e contemporânea.

Embora Campos (1998), neste mesmo estudo supracitado, tenha indicado brevemente a orientação de alguns dos pensadores “tomistas riograndenses” como a de Aldo Obino – jornalista, professor e membro do grupo católico das congregações marianas - classificada como de “atitude progressista em face do pensamento do Angélico, na linha de Mercier e da escola de Loivana, numa abertura para o pensamento moderno e contemporâneo” (CAMPOS, 1998, p. 2002); e a de Armando Câmara – um dos líderes do movimento católico- enquadrada como um repensamento da filosofia tomista, na “linha de Maréchal e de Blondel” (CAMPOS, 1998, p. 209), nosso objetivo em relação ao grupo leigo

de católicos formados pelos jesuítas no Rio Grande do Sul não é definir, nem classificá-los quanto ao sistema filosófico que apresentaram, nem quanto ao diálogo que estabeleceram do tomismo com a filosofia moderna e contemporânea, nem determinar a originalidade em seu pensamento.

De fato, o grupo católico advindo das Congregações Marianas dos jesuítas teve como sua maior influência os postulados de São Tomás de Aquino e as discussões propostas por aqueles que reinterpretraram seu sistema de pensamento. Isso se deve, além da posição favorável da Igreja em relação ao neo-tomismo, a formação que receberam entre os jesuítas, uma vez que esta era a escola que representavam. No entanto, pode-se dizer que na ausência de Centros de estudos, Institutos Universitários de Filosofia, boa parte da leitura de São Tomás ou das reinterpretações do tomismo ocorreram de forma autodidata porque nenhum dos membros do grupo foi para a Europa se filiar a uma das tradições em *voga* à época ou para ter uma formação filosófica mais sistematizada. Mesmo assim, conforme o quadro abaixo é possível perceber uma homogeneidade em termos dos autores citados em seus artigos, o que sugere certa coerência de influências, de leituras, no pensamento católico divulgado pelo grupo.

Quadro 17: Autores citados (1930-1950)

Autor	N.º de Cit.
Jacques Maritain	20
Tómas de Aquino	17
Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde)	11
Aristóteles	9
Henri Bergson	9
Maurice Blondel	9
Leonel Franca S.J	9
Nicolas Berdiaeff	7
Ignácio de Loyola	6
Désiré J. Mercier (Cardeal)	6
Santo Agostinho	6
William James	5
Gilbert Keith Chesterton	4
Jacques Bénigne Bossuet	4

Emanuel Malynski e Leon de Poncins	4
Francisco Suárez S.J.	4
La Tour –du- Pin	3
Joseph Marechal S.J.	3
Paul Charles Joseph Bourget	3
Oswaldo Spengler	3
Ferdinand Brunetière	2
Thomas Carlyle	2
Elie Blanc	2
Frédéric Le Play	2
Molina	2
Etienne Gilson	2

Fonte: Elaboração própria a partir dos artigos publicados nas revistas *Idade Nova* e *Estudos* de 1934 a 1950.

Observação I: Na análise dos 78 artigos contou-se, não cada vez que o autor foi citado, mas sim sua citação em cada texto. Ou seja, um autor classificado com 2 citações significa que foi citado em dois artigos, independente de quantas vezes em cada artigo.

Observação II: Para fins melhor compreensão só considerou-se autores com mais de uma referência, assim como se excluiu aqueles os quais não faziam parte do corpus teórico dos católicos, aqueles os quais foram apenas citados para os autores criticarem seus argumentos.

Este quadro sistematizado a partir da análise de 78 artigos (30 da revista *Idade Nova*, e 48 publicados na *Estudos*) fornece, mesmo a partir de poucos dados⁵⁴, elementos para compreender o corpus teórico, filosófico e religioso que influenciou os membros do grupo católico em suas reflexões. Embora não estejam entre os autores citados, importar destacar que, as encíclicas do Papa Pio XI e de Leão XIII foram constantemente referidas. Outros autores foram citados apenas uma vez em artigos de temas específicos como Paul Bureau, Charles Maurras, Etienne Gilson, Tagle, Luís Molina S.J, Cajetan, René Lavolleé, Louis Lachance, Charles du Bos, Cardeal Pierre de Bérulle, François Charmot S.J, Robert Garric, Contardo Ozanam, Leonardo Van Acker, dentre outros.

De forma periférica, mas sempre onipresente, são referenciados os autores da Companhia de Jesus, em especial, seu fundador Inácio de Loyola. Todavia, a exceção das

⁵⁴ Dado o caráter mais geral e diversificado das revistas consultadas, embora se tenha consultado 34 volumes da revista *Estudos* e 57 da *Idade Nova*, apenas encontrou-se 78 artigos os quais os autores referiam-se diretamente aos filósofos, pensadores com os quais estavam dialogando. Cabe destacar também que naquela época não existia um sistema de normatização técnica de artigos literários, científicos, tal como as regras da ABNT, por exemplo, o que dificultou a análise, dado o caráter livre das citações de autores nos artigos consultados.

referências a obra *A crise do mundo moderno* de Leonel Franca S.J, todas as outras referentes a autores jesuítas, como Francisco Suárez S.J e Inácio de Loyola S.J, remontam a textos de consagração à Companhia de Jesus e seus métodos, o que demonstra que a influência desta Ordem foi além da introdução dos postulados de São Tomás, estendendo-se ao modo que os membros do grupo católico vivenciavam o catolicismo.

Em relação aos autores mais citados destaca-se, sobretudo, a influência dos pensadores tomistas. Neste sentido, os membros do grupo católico em questão referem-se desde a fonte original do tomismo, ou seja, Aristóteles e São Tomás; até aqueles que renovaram seus postulados, como Jacques Maritain, Henri Bergson, Cardeal Mercier, dentre outros. Além disso, referência importante, dada sua posição de líder do movimento católico no período, foi Alceu Amoroso Lima. No entanto, sem desconsiderar a influência de Amoroso Lima como líder do movimento, em termos de reflexão católica, destacou-se por ter introduzido, através de suas publicações, as ideias de Jacques Maritain entre os membros do grupo católico riograndense.

Por outro lado, foram citados autores que tem ligação com a renovação tomista, em especial uma das suas características - a valorização da cristandade medieval-embora não sejam considerados referências intelectuais importantes desta tradição de pensamento. Mais que do que apenas valorizar o medieval católico, esta tradição, conforme Henrique Vaz de Lima (1999), representa o gênero nomeado como “literatura de crise de inspiração cristã”⁵⁵. Neste sentido, na análise dos artigos das revistas, destacaram-se as ideias de Nicolas Berdiaeff. Além disso, também se encontram referências nos escritos dos membros do grupo católico àqueles autores que buscaram legitimar “cientificamente” a espiritualidade católica, como William James e Maurice Blondel, em suas devidas proporções e diferenças.

Dado esse panorama de referências – filosóficas, intelectuais, religiosas - cuja análise dos artigos das revistas possibilitou delimitar, este capítulo apresenta-se as ideias mais gerais dos autores mais citados - dentro da corrente de re-interpretação do tomismo, da de valorização do período medieval - nos artigos dos membros deste grupo católico. Assim

⁵⁵ Segundo Henrique Vaz de Lima (1999: 9-10) esse gênero literário de inspiração cristã foi representada, no século XIX, pelo tradicionalismo, em especial pelas ideias de L. Veuillott que influenciou a Syllabus de Pio IX. No século XX foi substituída por um catolicismo de cunho liberal, tal como aquele de Charles de Montembert, repercutindo, inclusive no pontificado de Leão XIII. Em meados do século XX tal tradição se revela nas ideias daqueles pensadores que defendem o personalismo e o humanismo cristão, que tem em Jacques Maritain, F. Charmot, Cardeal Mercier, E. Gilson, J. Marechal e Maurice Blondel, seus representantes. Conforme VAZ DE LIMA, Henrique C. Leonel Franca e o mundo moderno: Uma filosofia cristã da cultura. In: FRANCA, Leonel. *A crise do mundo moderno*. 5 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 7-31.

sendo, dentre todos os autores citados e as diversas correntes filosóficas e doutrinárias representadas sobressaíram-se as ideias de Jacques Maritain, Nicolas Berdiaff⁵⁶ e Maurice Blondel, como se analisa abaixo.

5.1. A “LITERATURA DE CRISE” DA MODERNIDADE E A VALORIZAÇÃO DA CRISTANDADE MEDIEVAL.

Os estudos sobre o pensamento católico no Brasil destacam, especialmente sobre os intelectuais católicos da revista *A Ordem*, por um lado, a influência do ideário conservador, daqueles pensadores que se posicionavam contra os desdobramentos da Revolução Francesa, como Joseph de Maistre, Charles Maurras, Louis de Bonald, dentre outros (RODRIGUES, 2005; DIAS, 1998), e por outro, a influência do neotomismo traduzido para linguagem leiga por Jacques Maritain (RODRIGUES, 2005; VILLAÇA, 1975; COSTA, 2006).

Conforme Cândido Moreira Rodrigues (2005) as ideias de Edmund Burke, Louis-Ambroise De Bonald, de Joseph de Maistre e de Juan Donoso Cortés influenciaram os escritos dos intelectuais católicos da revista *A Ordem*, constituindo-se as matrizes político-ideológicas da publicação. Deste modo, assim como ocorreu em outros contextos, como na ditadura de Franco, de Salazar; tais críticas a nova ordem política liberal fundada após a Revolução Francesa fundamentaram a relação dessa intelectualidade, e, por conseqüência, da Igreja católica com o Estado Novo de Getúlio Vargas.

A conseqüência mais direta e concreta da difusão destas ideias encontram-se nas diretrizes estabelecidas pelo Papa Pio IX, registradas nas encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus* (1864) a quais listam os principais erros modernos, dentre eles a liberdade de religião, de pensamento e a supressão da relação entre Igreja e Estado. Neste sentido, importa ressaltar que o desenvolvimento da ideologia conservadora presente nas colocações daqueles escritores considerados contra-revolucionários e incorporada na doutrina da Igreja referem-se, de modo geral, a conjuntura imediata do afastamento da Igreja e do poder Papal da condução da vida política e social dos Estados nacionais. Isto explica, de certo modo, a influência dessas ideias

⁵⁶ Em depoimento prestado a Fernando Trindade, sobre a polêmica entre o Pe. Fritzen e o escritor Érico Veríssimo, o professor Francisco Casado Gomes relatou que nessa época o escritor Érico lhe perguntou quais autores os católicos liam, e ele confirmou que as maiores influências do grupo foram Jacques Maritain e Nicolas Berdiaeff. Francisco Machado Carrion, um dos líderes do grupo católico, também confirmou, em depoimento, “Seguíamos o Maritain e o Tristão, o Berdiaeff que líamos muito A nova Idade Média. In: CARRION, F. M. *A Ação Integralista Brasileira*. Entrevista concedida à Hélgio Casses Trindade. (Mimeo), 1969, p.17.

na gênese do *Centro Dom Vital* e da revista *A Ordem* no início da década de 1920, sendo gradualmente substituídas pela reflexão tomista na década de 1930, sob a liderança de Alceu Amoroso Lima.

Essas questões são importantes para compreender a recepção dessa tradição do pensamento católico conservador e/ ou contra-revolucionário pelo apostolado laico dos jesuítas no Rio Grande do Sul, uma vez que a revista *Idade Nova*, uma das primeiras iniciativas desse grupo, foi fundada apenas em 1934, portanto noutra conjuntura. Mesmo assim, embora a influência do tomismo de Jacques Maritain e de Henri Bergson seja mais significativa encontram-se referências de escritores desta tradição que os influenciaram, embora não sejam aqueles mais representativos e largamente conhecidos.

Dentre os poucos autores citados que, de certa forma enquadram-se nessa tradição de pensamento, em seus devidos contextos e particularidades, destacaram-se, nos escritos dos membros do grupo, tanto na revista *Idade Nova*, quanto na *Estudos*, Jacques Bossuet, Leon de Poncins e especialmente o escritor russo Nicolas Berdiaeff. Jacques Bénigne Bossuet (1627-1704), pensador e Bispo católico, de trajetória anterior a Revolução Francesa, teve suas ideias tradicionais e autoritárias lembradas em alguns artigos da revista *Idade Nova*, e da revista *Estudos*, seja a título de exemplo, ou base da argumentação. Possivelmente este pensador tenha sido citado, por um lado, pelo seu engajamento fervoroso contra o protestantismo, o que tem relação com as atividades dos jesuítas, e por outro, por sua defesa da Monarquia Constitucional e da autoridade eclesiástica, além do fato de ter se notabilizado como um grande orador sacro e historicista da Igreja Católica. Encontram-se referências a ele em escritos tais como “O espírito inaciano e os tempos modernos” de Ernani Maria Fiori, “Fundamentos filosóficos da Ação Católica” de Vitor de Britto Velho, e “A História” de Francisco Machado Carrion.

De forma periférica aparecem referências a Leon de Poncins e Emmanuel Malynski. Leon de Poncins (1897- 1976) teve sua trajetória marcada pelo seu engajamento antisemita e antimacônico. Dentro da corrente contra-revolucionária, sua obra, de forma geral, pautou-se por atribuir as grandes mudanças, os sistemas políticos liberais ou comunistas e as revoluções da modernidade a complôs de associações secretas, em sua maioria de origem judaicomacônica. Juntamente com Emmanuel Malynski, publicou “A guerra Oculta”, que sintetiza suas ideias e foi traduzida para vários países. Logo, este livro em co-autoria com Malynski, foi referenciado em vários artigos de um dos membros do grupo católico, Francisco Machado

Carrion, que os citou em “O sentido da obra inaciana”, “Naturalismo e História” e “Ação Católica e reforma social”.

Entretanto, durante a década de 1930 a meados da de 1940 a grande referência do grupo, além do neotomismo como se trata adiante, foi o escritor russo Nicolas Berdiaeff (1874-1948). A princípio a referência pelo grupo católico a um escritor que foi revolucionário e marxista soa demasiadamente estranho. No entanto, ao analisar sua trajetória compreende-se em que ponto influenciou o grupo.

O pensador russo Nicolas Berdiaeff, como muitos dos nobres do seu tempo, aderiu à causa revolucionária quando estudante da Universidade de Kiev, o que levou a sua expulsão da Universidade em 1898. A partir de então se fixou em São Petersburgo e tornou-se cristão ortodoxo. Devido as suas críticas à Igreja ortodoxa Russa chegou a ser acusado de blasfêmia. Após a vitória dos bolcheviques na Revolução Russa de 1917, os quais até então apoiava, passou a lecionar Filosofia na Universidade de Moscou. No entanto, insatisfeito com a implantação do regime socialista soviético, passou a criticar o caráter autoritário do regime e as privações das liberdades dos cidadãos russos. Devido a isso teve que se exilar, inicialmente em Berlim, e após na França, onde ficou até sua morte em 1948.

No seu exílio em Páris escreveu a maioria de suas obras que, de modo geral, refletem sua experiência pessoal na Rússia. Dentre seus livros citamos *Une Nouvelle Moyen Age* (1927), *Le Christianisme et la Lutte des Classes* (1932), *Les Sources et le Sens du Communisme Russe* (1938), *La Destination de l'Homme* (1935), *Cinq Méditations sur l'Existence* (1936), *Dialectique Existencielle du Divin et de l'Humain* (1947). Portanto, sua contribuição para o grupo católico e para a filosofia se deu em dois planos. Num primeiro, sua crítica ao regime socialista russo e a valorização do período medieval na Europa, especialmente seu aspecto religioso, veio a fundamentar o anticomunismo do grupo católico, e, segundo, através da sua defesa dos direitos individuais introduziu reflexões acerca do personalismo e do existencialismo, posteriormente desenvolvidos na reflexão católica e filosófica.

O caráter contra-revolucionário de sua obra, no caso, contra a revolução de 1917 e suas conseqüências, foi constantemente referenciado em vários artigos do grupo católico, tais como “Visões de uma época” de Antônio Bottini, “Naturalismo e História” de Francisco Machado Carrion, “Os Mitos do nosso tempo” de Aldo Obino e “O comunismo e a crise da

civilização” de Armando Câmara. Dada sua influência entre o grupo católico analisou-se suas principais ideias, especialmente as desenvolvidas na obra *Une Nouvelle Moyen Age*, para demonstrar mais detalhadamente de que modo marcou o ideário católico no Rio Grande do Sul, como desenvolve-se abaixo.

5.1.1. Nicolas Berdiaeff e a nova cristandade medieval

Nicolas Berdiaeff, como comentado acima, escreveu a maior parte de suas obras após exilar-se da Rússia. A partir deste momento, além de dedicar a sua produção intelectual, também fundou a Academia de Filosofia Religiosa durante sua estada em Berlim, e em Páris, dirigiu a revista russa “La Voie”, a qual buscou familiarizar o meio intelectual francês com a literatura e a filosofia produzidas na Rússia. No entanto, o nome de Berdiaeff tanto nos domínios intelectuais franceses, quanto nos latino-americanos não é representativo no movimento reacionário católico, tal como foram às ideias de Joseph de Maistre, Charles Maurras e Louis de Bonald, entre outros. A questão que se coloca é porque foi tão citado entre o grupo católico riograndense, em especial sua obra *Une Nouvelle Moyen Age*, publicada na França em 1927, durante a década de 1930 a 1940.

O contexto o qual escreveu tanto a primeira parte – *La fin de la renaissance e Le nouveau Moyen Age* - em 1919, logo após o desfecho da Primeira Guerra Mundial, quanto às outras partes – *Réflexions sur la révolutien russe e la démocratie, le socialisme et la théocratie* - em 1923, portanto seis anos após a Revolução Russa, sugerem algumas pistas, tanto para compreender os seus argumentos, assim como o interesse que esta obra despertou entre o grupo católico em questão.

Seus argumentos pontuam-se por uma avaliação retrospectiva e negativa da história moderna, partindo do momento em que se encontrava. A ideia chave de suas reflexões pode-se ser definido por seu próprio ponto de partida, em que diz que o “Nosso tempo é um tempo de decadência espiritual” (BERDIAEFF, 1927, p. 9, *tradução nossa*). Assim, diante dos efeitos da Primeira Guerra, da implantação do regime socialista na Rússia, do desenvolvimento ulterior das ideias positivistas, racionalistas, o homem europeu “Segue um caminho terrível, ele não sabe mais aonde é o centro de sua vida” (BERDIAEFF, 1927, p. 13, *tradução nossa*).

Berdiaeff (1927) situa a causa dos males modernos no período do Renascimento, o qual, segundo o autor, definiu-se pela volta do paganismo. No entanto, reitera que, “[...] o renascimento não foi, como a Reforma dirigido contra o catolicismo” (p. 27, *tradução nossa*), mas gerou uma nova cultura, na qual:

[...] As forças humanas foram negligenciadas e seu jogo impiedoso criou uma nova cultura, fundando uma nova história. É dito de toda cultura de cada época mundial que, dentro das escolas, define a história dos tempos modernos, foi à experiência da liberdade humana. O homem novo desejou ser autor e ordenador da vida, indiferente às sanções divinas. O homem é afastado do centro religioso o qual foi submisso toda sua vida durante a Idade Média, ele decidiu andar por uma via livre e independente. (BERDIAEFF, 1927, p. 12; *tradução nossa*)

Esta nova cultura, concomitantemente com “a revolta e o protesto inerente a Reforma engendraram esta evolução da história moderna que se traduz no século das luzes, a racionalização, a revolução e seus últimos efeitos: o positivismo, o socialismo e o anarquismo” (BERDIAEFF, 1927, p. 31; *tradução nossa*). Tal argumento é retificado em sua reflexão sobre o positivismo de Comte, em suas palavras:

O positivismo de August Comte provem de dois princípios opostos que, dos dois lados, advém do espírito do renascimento: o racionalismo das luzes e a reação espiritual contra a revolução francesa. August Comte era um católico pervertido, um católico ao contrário. E sem dúvida há nele muitos elementos medievais, ele se produz como um retorno a hierarquia medieval, a organização e a autoridade; de novo vêem a submeter o conhecimento e a vida humana a um centro espiritual e coloca fim a anarquia intelectual da história moderna(...) Mas os princípios medievais e religiosos de August Comte, bem que dentro de uma forma pervertida, não prevaleceu no desenvolvimento ulterior do positivismo, pode-se mesmo dizer que eles são estranhos ao positivismo. (BERDIAEFF, 1927: 57; *tradução livre*)

Portanto, Berdiaeff (1927) preocupava-se com os efeitos gerados pela Reforma, pela Revolução Francesa, pelas luzes na vida espiritual do homem. Neste sentido, pondera que “O Renascimento foi o ponto de partida da história dos tempos modernos. Mas a reforma e as luzes, e a revolução francesa, e o positivismo do século dezanove, e o socialismo e o anarquismo, tudo aquilo da decomposição do renascimento, dado a descoberta das contradições intrínsecas do humanismo e o empobrecimento progressivo dos impulsos criativos do homem” (BERDIAEFF, 1927, p. 35; *tradução nossa*). Frente a essa conjuntura que propõe um retorno a cristandade medieval que, em suas palavras, “salvaguardou, conservou os impulsos criativos do homem. A ascese medieval era uma extraordinária escola para o homem.” (BERDIAEFF, 1927, p. 27; *tradução nossa*). Tal nova idade média surgiria com o fim da história moderna, conseqüente do fim do capitalismo, como descreve Berdiaeff (1927, p. 151; *tradução nossa*):

A nova idade média triunfará do atomismo da história moderna. Este atomismo é vencido pelo comunismo, verdadeiramente pela Igreja e pelo espírito ecumênico. A nova idade média, como a antiga, é hierárquica dentro da sua estrutura (...) O homem não é dentro do universo um átomo preciso partido de um mecanismo indiferente, mas um membro vivo de uma hierarquia orgânica, ele pertence organicamente a conjuntos reais. A idéia mesmo de personalidade é ligada à hierarquia.

Fenômenos como os nacionalismos surgidos pós Primeira Guerra Mundial são, sob a ótica de Berdiaeff (1927, p. 130; *tradução nossa*), decorrentes dos erros modernos, em especial da “reforma e do particularismo protestante”. As tendências socialistas, por sua vez, caracterizavam a época e “impregnam não somente a vida política e econômica, mas toda a cultura contemporânea, toda moral contemporânea, elas representam certo sentimento da vida. O socialismo não é apenas a outra face do individualismo, o resultado da decomposição, da desagregação individualista.” (BERDIAEFF, 1927, p. 62; *tradução nossa*). Assim, todos estes movimentos deveriam, segundo o autor, ser superados pelo retorno do elemento espiritual na vida dos homens, com a implantação da hierarquia proveniente da Idade Média.

Os elementos medievais os quais Berdiaeff (1927) pontua e propõe referem-se exatamente aqueles da cristandade medieval tal como existiram historicamente. Neste sentido, não dialoga com a cristandade proposta por Jacques Maritain, que foi construída por analogia à medieval, não como um retorno, como se analisa adiante. Assim como, ao contrário de Maritain que chegou, em sua trajetória, a aceitar o sistema democrático, Berdiaeff vê a democracia e o socialismo como formas perniciosas de poder político.

Isto é verificado na sua reflexão sobre a revolução russa. Nela estabelece um diálogo com as *considerations sur la france* de Joseph de Maistre, comparando a revolução russa à francesa. Argumenta que a revolução russa apresentou elementos piores que a francesa, e deste modo, conclui que “A revolução russa foi um grande mal, toda revolução, de resto, é um calamidade” (BERDIAEFF, 1927, p. 201, *tradução nossa*). Esta afirmação demarca, conforme o autor, os contrastes entre ambas as revoluções, uma vez que considerava a russa satânica, e a francesa providencial em certos aspectos, em especial para a reação católica, como ilustra sua reflexão sobre Joseph de Maistre:

Joseph de Maistre não foi um homem do antigo regime, do regime de antes da revolução. Ele compreendeu a grandeza singular de uma revolução, avistou seu caráter fatal. Ele foi um grande pensador da reação, no início do século dezenove, o chefe da escola teocrática- um monarquista- ele estimava que eram os revolucionários, os jacobinos, que tratando pelo bem da França quiseram desmembrar e desejaram que sua nação fosse perdida. (BERDIAEFF, 1927, p. 202; *tradução nossa*)

Maistre considerava os nobres e os membros da alta hierarquia católica emigrados da França anti-nacionais e antipatriotas, uma vez que não lideraram a contra-revolução, a qual restabeleceria a aliança da Igreja com o Estado. Levando em conta as considerações de Maistre Berdiaeff (1927, p. 205; *tradução nossa*) reflete sobre as possibilidades abertas, naquele momento, em 1923, para o renascimento católico na Rússia, como descreve abaixo:

Joseph de Maistre foi ele mesmo resultado positivo da revolução. Os movimentos católico e romântico do início do século dezenove não poderiam efetuar-se sem a continuação da revolução. Eles são uma conquista positiva da revolução, do mesmo veremos nós, na Rússia, uma concepção mais profunda da religião e um renascimento espiritual como resultados positivos da revolução. Uma nova época para o cristianismo vai se abrir, a Igreja será emitida do império do Estado. Os julgamentos de Joseph de Maistre, reacionários, sobre a revolução são empregos de alto detalhamento. Mas a emigração provocada pela revolução russa não é mais aquela da revolução francesa. Ela tem muito a sofrer. Ela é composta de elementos mais diversos, ela engloba um milhão de culturas elevadas, e ela pode ter uma grande importância positiva na ordem cultural, se ela chegar a vencer ela mesma a mentalidade específica dos emigrantes. Entre os emigrantes russos há uma juventude disposta ao heroísmo, capazes de abnegação. Os objetivos da emigração russa são, antes de tudo, do domínio espiritual, e não ao ponto do domínio político. Mas a emigração russa não descobriu ainda as ideias que deveriam lhe inspirar.

Portanto, Berdiaeff argumentava a partir da sua própria condição de emigrado e acreditava que o renascimento católico russo se daria pela via espiritual. Possivelmente o contexto com qual vislumbrava a nova idade média tenha despertado o interesse por sua obra, por parte do grupo católico riograndense, dado que a experiência socialista real da URSS era objeto de críticas e objeções. Além disso, a crítica a renascença - em especial, a reforma protestante, o racionalismo e o positivismo, e a situação do homem moderno-a valorização do medievo e a ênfase no aspecto espiritual do renascimento católico, pautados por Berdiaeff, foram temas recorrentes entre os católicos em geral, e entre o grupo do sul do Brasil em particular.

5.1.2. O existencialismo e o personalismo em Nicolai Berdiaeff

Quase dez anos após a publicação de *Une Nouvelle Moyen Age* na França, Berdiaeff publicou a obra *Cinq Meditations sur l'existence: solitude, société et communauté*⁵⁷, em 1936, aonde desenvolveu algumas questões sobre o existencialismo e o personalismo, em constante debate com Henri Bérgrson e Jacques Maritain, inserindo, assim, suas reflexões na corrente neotomista, tal qual fundamentou a doutrina da Igreja Católica no século XX, o que justifica

⁵⁷ Encontramos este livro na biblioteca setorial de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Consta como aquisição de Armando Câmara em data indefinida.

pontuar alguns de seus argumentos, pois suas obras foram referidas em vários artigos do grupo católico riograndense.

Berdiaeff advoga em função de uma espécie de *filosofia existencialista cristã*, como forma de conhecimento legítimo frente as correntes científicistas, materialistas, etc, desenvolvidas e publicizadas à época. Nesta direção, demonstra que a Ciência não deve ser vista como o único caminho do conhecimento, uma vez que “Com o seu caráter de universalidade, mas de universalidade abstrata, a Ciência é apenas o modo de conhecimento próprio ao mundo objetivo e socializado onde a comunicação apenas se realiza dentro de condições de desunião” (BERDIAEFF, 1936, p. 86; *tradução nossa*). Este valor universal da ciência moderna, como recorda Berdiaeff (1936), em outros tempos esteve no domínio do cristianismo, da religião, uma vez que as verdades científicas não eram ainda socializadas e nem se constituíam convicções reais, e de modo geral tendiam a escandalizar os espíritos. Situação que se apresentava, na década de 1930, quando publicou estes escritos, noutra patamar, uma vez que a reflexão científica determinava o desenvolvimento das formas de conhecimento.

A partir desta constatação o pensador católico desenvolveu sua primeira meditação sobre a existência intitulada: *A trágica situação da Filosofia*. Esta situação refere-se exatamente a posição que a reflexão filosófica encontrava-se: entre a Ciência e a religião. Deste modo, para aqueles defensores da evolução social via o progresso científico, como August Comte, a Filosofia representaria apenas um estado- o metafísico- a ser ultrapassado pelo desenvolvimento científico, ou seja, uma etapa atrasada da evolução das sociedades modernas. Sendo assim, a Filosofia deixou de ser o destino final do conhecimento. Para Berdiaeff (1936) essas ideias constituíam-se como obstáculos para a reflexão filosófica, além de um entrave à revelação religiosa.

No entanto, essa imbricação entre filosofia e religião não se traduzia em problema para Nicolas Berdiaeff (1936) uma vez que considera ambas como formas de conhecimento. No entanto, admite que entre a Filosofia e a Teologia existam relações complexas porque a teologia introduziu o dogma religioso limitando a liberdade do pensamento filosófico. No entanto, tal situação não se aplica ao cristianismo, uma vez que “Apenas o cristianismo, penetrando mais intimamente ao coração do pensamento e do conhecimento, libera o homem da autoridade interior da Igreja, das limitações impostas pela Teologia” (BERDIAEFF, 1936, p. 16; *tradução nossa*)

Mesmo assim Berdiaeff (1936) concluiu que tanto a Filosofia, quanto a Ciência podem favorecer a religião, porque trabalham com elementos extra-religiosos, sem relação com a revelação, de natureza social, manifestando as formas sociais de saber. A Filosofia contribui, nesse sentido, para a reflexão religiosa, dado que se interessa por tudo que envolve a “experiência da existência humana em toda sua plenitude” (BERDIAEFF, 1936, p. 17; *tradução nossa*).

Entretanto, pondera Berdiaeff que não são todos os filósofos que compartilhavam dessa constatação. Segundo ele, naquela época, existiam dois tipos de filósofos que se distinguiam por valorizar o ser ou a liberdade, a existência subjetiva à objetiva, etc. No primeiro grupo, aquele dos que privilegiava a existência subjetiva sobre o mundo objetivo, tenderam a desenvolver suas ideias com base no dualismo, no voluntarismo, no personalismo, na filosofia do espírito. Já aqueles que optaram por defender o primado do mundo objetivo sobre a existência subjetiva, pautaram suas reflexões de acordo com o monismo, o intelectualismo, o impersonalismo, a cosmologia e o naturalismo.

Portanto, em linhas gerais, Berdiaeff, embora a partir de critérios obscuros, filia-se ao primeiro grupo, uma vez que defende que o homem como existência concreta, a pessoa, é o problema fundamental do conhecimento. E isso envolve todos os aspectos do ser, inclusive a sua religiosidade. Nesta direção se situa contra o objetivismo do pensamento científico, ao colocar em primeiro plano a subjetividade, mas “convém não confundir a personalidade do conhecimento com o egocentrismo da reclusão sem saída, sufocante, a loucura de si, o pecado original; a personalidade ao contrário é a via para Deus, pois é a sua imagem e semelhança” (BERDIAEFF, 1936, p. 34; *tradução nossa*).

Ao desenvolver seu argumento, Berdiaeff, dialoga com o existencialismo alemão, de Kant, Jasper, e Heidegger, e crítica todos aqueles que argumentam que todas as esferas da vida devem ser racionalizadas e socializadas, pois considera uma atitude anticristã. A filosofia personalista, para ele, deve ser ação, com objetivo de melhorar a existência, sua prática, além de servir de meio de ultrapassar as fronteiras da individualidade, porque “a pessoa não é como o indivíduo, um fenômeno natural, ela não é dada pela ordem da natureza, no mundo objetivado. [...] Ela pertence à ordem do espírito, ela se revela no destino da existência” (BERDIAEFF, 1936, p. 175; *tradução nossa*).

Portanto, a pessoa é uma categoria espiritual, feita a imagem e semelhança de Deus, e o indivíduo uma categoria objetiva, da ordem natural. Neste sentido a realidade não pode ser analisada como um todo, como, a grosso modo, aqueles classificados como monistas advogavam. Conforme Berdiaeff:

Com o personalismo não é compatível nenhuma espécie de monismo. A idéia mesma de personalidade implica um dualismo. A doutrina monista do ser universal não tem nada a ver com a doutrina da pessoa. O personalismo é raro dentro da filosofia; o pensamento racionalista tende sempre ao monismo” (BERDIAEFF, 1936, p. 174; *tradução nossa*).

Assim sendo, Berdiaeff se colocava contra a universalidade e o particularismo, pois se relacionam com a pretensão racionalista de objetivação do pensamento. Logo, todas as meditações que apresenta, após aquela da situação trágica da filosofia, relacionam-se com as implicações para o ser, para a existência do personalismo, do avanço do pensamento racional, cientificista. Tal relação se expressa em reflexões como: *o sujeito e a objetivação; eu, a solidão e a sociedade, o mal dos tempos: a mudança e a eternidade*, e por fim, sua meditação sobre *a pessoa, a sociedade e a comunhão*.

Portanto, sinteticamente, na década de 1930, as colocações de Berdiaeff seguem aquelas desenvolvidas, na mesma época, por aqueles pensadores os quais renovaram a reflexão tomista, como Jacques Maritain e Henri Bergson. Berdiaeff aproximou-se deste último ao questionar e afirmar a validade da metafísica como forma de conhecimento científico legítimo. Em relação à Maritain a questão da valorização da categoria de pessoa, e não de indivíduo, desenvolvida por Berdiaeff, corresponde às preocupações sistemáticas de todos aqueles que, de algum modo, foram influenciados pelas reinterpretações do tomismo durante o século XX. Assim, as reflexões acerca do existencialismo e do personalismo de Nicolas Berdiaeff as quais se descreveu sumariamente aqui têm relação com o renascimento intelectual católico do século XX, que influenciou uma série de movimentos católicos, tanto na Europa, quanto na América Latina e no Brasil, como se analisa abaixo.

5.2. OS INTÉRPRETES DO TOMISMO E A NOVA CRISTANDADE

O neotomismo, como frisado anteriormente, após a encíclica *Aeternis Patris*, tornou-se a matriz filosófica e teológica que fundamentou a reflexão católica a partir do século XIX. Assim como a dialética de Aristóteles servira como fonte de todas as formas de conhecimento desde o final da Idade Média frente às descobertas científicas, como as de

Galileu Galileu e Copérnico, as reinterpretações do tomismo serviram como contraponto ao racionalismo, ao ceticismo, ao cientificismo. Mais que isso, o neotomismo buscou demarcar o lugar e o papel dos fundamentos religiosos no Mundo Moderno, através das ideias daqueles pensadores, filósofos que, em suas obras, propuseram racionalizar a fé.

Em sua análise sobre a revista “A Ordem” Cândido Moreira Rodrigues (2005) coloca as ideias de tais filósofos católicos - como Henri-Louis Bérghson e Jacques Maritain, dentre outros-como as matrizes teórico-filosóficas da revista do *Centro Dom Vital*. Pondera, no entanto, assim como Antônio Paim (1986) e Antônio Villaça (1975) que o chamado “surto tomista” no Brasil, em especial a influência do pensamento de Jacques Maritain, relacionou-se com a dimensão cultural do movimento católico impressa por Alceu Amoroso Lima desde que assumiu a liderança do Centro Dom Vital, após a morte de Jackson de Figueiredo, em 1928.

Logo, Alceu Amoroso Lima e Jacques Maritain são as referências mais citadas nas revistas do grupo católico formado pelos jesuítas no Rio Grande do Sul. Por outro lado, intérpretes e divulgadores do tomismo como Cardeal Mercier (Désiré-Félicien-François-Josep Mercier) e Gilbert Keith Chesterton foram autores recorrentes. De modo intermediário, as ideias de Henri Bergson são lembradas pelo grupo católico em questão, em especial nos escritos de Aldo Obino e Padre Werner – o mentor intelectual e religioso do grupo.

Cardeal Mercier (1851-1926) é citado em artigos como “A dúvida cartesiana” de Vitor de Britto Velho, “Temas essenciais do Neo-tomismo” de Aldo Obino, “Neo-tomismo e Sociologia Contemporânea” de Armando Dias de Azevedo, “A realidade da pessoa jurídica” de Rui Cirne Lima, dentre outros. A referência constante ao Cardeal Mercier deve-se, sem sombra de dúvidas, a sua atuação fundamental no renascimento escolástico tomista no século XIX. Formado intelectualmente e teologicamente num período em que o estudo sistemático do tomismo restringia-se a círculos católicos específicos, como o dos jesuítas e dos dominicanos, sem espaço nos Seminários maiores, Mercier procurou, sob a influência do jesuíta Salvador Tongiorgi, e das obras do jesuíta alemão J. Kleutgen, desenvolver o tomismo entre o meio universitário e eclesiástico. Assim, quando Leão XIII promulgou a encíclica *Aeterni Patris*, a qual incentiva a difusão do tomismo, em 1879, Mercier, que já havia fundado o Instituto Superior de Filosofia da Universidade de Louvaina, na Bélgica, cria o Instituto de Filosofia Medieval, nesta mesma Universidade, em 1889. Portanto, o Cardeal Mercier foi um dos principais expoentes tanto na difusão do tomismo, a exemplo da sua obra

“Cours de Philosophia” a qual tratou em cada uma dos seus quatro volumes de lógica, psicologia, criterologia geral e metafísica geral (ontologia), quanto pelo seu acolhimento institucional, e seu desenvolvimento na Escola de Loivana, o que justifica sua influência entre o grupo católico riograndense.

Assim como Cardeal Mercier, o escritor, poeta e filósofo inglês Gilbert Keith Chesterton (1874-1936) notabilizou-se, dentre suas outras atividades, entre os círculos católicos, pelo seu trabalho biográfico sobre São Tomás de Aquino. É exatamente essa obra que foi citada pelos membros do grupo católico, a exemplo dos artigos “Naturalismo e História” de Francisco Machado Carrion; “O espírito inaciano e os tempos modernos” de Ernani Maria Fiori; e “O comunismo e a crise da civilização” de Armando Câmara. Desde sua conversão do anglicanismo ao catolicismo, em 1922, Chesterton aproximou-se da doutrina da Igreja, sendo, inclusive, próximo ao Papa XI, o que notabilizou-o no meio católico, em especial pelo seu interesse nas biografias de São Tomás e São Francisco de Assis, o que explica a recepção de sua obra pelo grupo católico.

As ideias Henri Bergson (1859-1941), por sua vez, estiveram presentes nos escritos do movimento católico brasileiro, e especificadamente entre os do grupo riograndense, por terem retomado a metafísica, num contexto em que dominava as concepções racionalistas, científicas presentes em formulações como aquelas apresentadas pelo “positivismo” e pelo “neokantismo”. Frente a esses postulados racionalistas modernos os quais argumentavam que os pressupostos metafísicos não podiam ser verificados por meio de experimentação, e encontrados na vivência concreta, e, deste modo, fora do domínio da ciência, Bergson elaborou conceitos os quais tenta demonstrar que nem tudo é quantificável, a exemplo da duração temporal que representa, em seu sistema, o tempo vivido, experimentado e percebido pela consciência de cada um, de forma intuitiva. Ou seja, sinteticamente, postula que as experiências não podem ser apreendidas cientificamente e quantitativamente, uma vez que são metafísicas.

Embora Jacques de Maritain, maior influência do grupo católico, tenha rompido com as ideias de Bergson, pelas suas limitações em termos dos postulados tomistas, como expressou na obra *La philosophie bergsonienne*, de 1911, a referência às ideias de Bergson aparecem em artigos do grupo católico rio-grandense como “O espiritualismo e a psicologia experimental” de Armando Dias de Azevedo; “O panorama da Filosofia escolástica” do Padre Werner Von Und Zur Muehlen; “Neotomismo e a ideia do nada na Filosofia

Contemporânea”, a “Filosofia da religião” e “Mitos do nosso tempo” de Aldo Obino; “O irracionalismo e a filosofia da vida” de José Mariante Obino; dentre outros. Possivelmente, esta influência sobre o grupo católico rio-grandense tenha se dado, primeiro pela associação, em certo momento de sua trajetória, àqueles filósofos que divulgaram o tomismo entre os círculos católicos, e até pela sua aproximação com o catolicismo no final de sua vida, e segundo, pelo seu esforço de justificar, de forma supostamente científica, perante as teorias racionalistas em voga à época, a existência do espírito, do mesmo modo, embora em outros termos, Maurice Blondel, William James, dentre outros, influenciaram as ideias do grupo riograndense, como demonstra-se adiante.

Entretanto, como frisado anteriormente, a influência mais sentida entre os membros do apostolado leigo dos jesuítas no Rio Grande do Sul foi, sem sombras de dúvidas, o filósofo francês Jacques Maritain. Todavia, esta influência não representa um fenômeno isolado, dado que sua interpretação do tomismo, especialmente no período entre - guerras, da década de 1920 à de 1937, aproximou as elites sul-americanas do espaço da Igreja, pois seu quadro conceitual e espiritual permitiu pensar o mundo moderno e contemporâneo a partir da escolástica tradicional (COMPAGNON, 2003).

Nos círculos católicos brasileiros, por exemplo, como citado anteriormente, as ideias de Jacques Maritain, dentre outros, foram reproduzidas principalmente por Alceu Amoroso Lima, e em menor grau pelo padre Jesuíta Leonel Franca. Este último notabilizou-se pelo exercício do magistério - professor colégio Anchieta de Nova Friburgo e do Santo Inácio do Rio de Janeiro-e pela sua atuação na fundação e na manutenção da Pontifícia Universidade Católica. No entanto, também se destacou com sua produção intelectual, em especial a obra “A crise do mundo moderno”, como comenta pe. Henrique Vaz de Lima:

Leonel Franca não foi um pensador original. Sua obra reflete com fidelidade as grandes teses e a articulação conceptual da síntese escolástica, que começara a formar-se sob a inspiração de Leão XIII, mas iria alcançar seu pleno amadurecimento nas décadas de 20 a 30 do século XX. Dentro do universo da neo-escolástica, Leonel Franca soube harmonizar com mestria a rigidez doutrinal do tomismo romano, dentro do qual se formara, e a abertura à cultura e à filosofia moderna do tomismo franco-belga, cuja produção acompanhava atentamente. A maior parte da obra de Franca tem caráter apologético, mas ele soube passar além das limitações do gênero, abrindo generosamente, em erudição e riqueza temática, o horizonte intelectual das suas polémicas. (VAZ, 1999, p. 9)

Alceu Amoroso Lima, por sua vez, desde 1925 foi marcadamente influenciado pelo pensamento de Jacques Maritain. Além disso, dada sua posição de líder do Centro Dom Vital,

e a vasta produção intelectual, influenciou toda uma geração de católicos que converteram e atuaram publicamente na década de 1930. Sobre a influência que Maritain exerceu em suas ideias Amoroso Lima comenta em suas memórias improvisadas:

Fui desde então marcado por esse rejuvenescimento de uma filosofia circularista ou fixista, como quiser, em que o pensamento de São Tomás de Aquino era apresentado com uma inteligência surpreendente. Fui sendo levado aos poucos a abandonar o espiritualismo indefinido de Bergson, na base do evolucionismo, em favor do espiritualismo definido que já começava a se descobrir em outros autores como Bernanos e Chesterton. Mas foi, sobretudo depois que começou a se atenuar no meu espírito a força do pensamento tradicionalista de Jackson de Figueiredo que me voltei especialmente para Maritain. A partir daí, já inteiramente voltado para a Igreja militando em suas fileiras, é que sua influência cresceu em mim.[...] Entre 1930 e 1934, passei a me interessar particularmente pelos estudos de economia e sociologia, época que me preparei para os meus dois concursos na Faculdade de Direito. Foi precisamente por essa ocasião que retornei a leitura da obra de Maritain, que me revelava a democracia cristã, a democracia social, com o seu humanismo integral [...] A partir desse período, todos os livros que publiquei, como *O Problema da Burguesia*, *Preparação à sociologia*, *Esboço de Introdução à economia moderna*, estavam impregnados das novas ideias sociais e políticas de Jacques Maritain. (LIMA, 2000, p. 230-231)

Logo, foram exatamente estes livros de Alceu Amoroso Lima influenciados pelas ideias sociais e políticas de Jacques Maritain que foram constantemente citados pelos membros do grupo católico do sul do Brasil. Todavia, como se trata adiante, Amoroso Lima não constituiu a única fonte disponível do pensamento de Maritain, uma vez que, muitas vezes, os elementos deste grupo recorriam à fonte original. Nesse sentido, encontram referências diretas a Maritain em artigos de temas variados dos membros do grupo católicos tais como “O beluário e o monstro. Do desespero de Spengler à ingenuidade de Gandhi” de Ernani Maria Fiori; “Que filosofia segue? Volta da Filosofia Tomista” de Armando Kraemer; “Naturalismo e História”, “A História” e “Neotomismo e a política contemporânea” de Francisco Machado Carrion; “O espírito inaciano e os tempos modernos” de Ernani Maria Fiori; “A dúvida cartesiana”, “Neotomismo e estética” e “fundamentos filosóficos da Ação Católica” de Vitor de Britto Velho; “Mitos de nosso tempo” e “Temas essenciais do neotomismo” de Aldo Obino; “O comunismo e a crise da civilização” de Armando Câmara; “Neotomismo e a Sociologia contemporânea” de Armando Dias de Azevedo; dentre outros.

A diversidade de temáticas as quais as ideias de Jacques Maritain são mobilizadas nos artigos do grupo católico riograndense justifica-se porque sua própria produção intelectual abarcou variados domínios, tanto intelectuais, quanto políticos. No entanto, se num primeiro momento sua reflexão incorporou-se às diretrizes da Igreja Católica ligadas à encíclica *Aeternis Patris* e serviu de fundamentação para contrapor e em alguns pontos conciliar o

racionalismo e o cientificismo advindos desde a renascença com o pensamento católico, noutra suas ideias foram vistas com desconfiança, tanto pela hierarquia eclesiástica, quanto pela elite católica leiga sul-americana. Esta desconfiança refere-se aos seus escritos no campo da filosofia política, especialmente aqueles em que buscou conciliar o cristianismo com o pluralismo democrático.

Deste modo, para melhor compreensão de quais ideias de Jacques Maritain foram recepcionadas e difundidas e quais reflexões propostas pelo autor não surtiram efeito entre os membros do grupo em questão optou-se por expor a trajetória de Jacques Maritain, mesmo que sucintamente, e após demonstrar quais foram seus argumentos mais significativos para este grupo, como desenvolve - se abaixo.

5.2.1. Jacques Maritain: Da Filosofia tomista à reflexão sobre a democracia

Jacques Aimé Henri Maritain (1882-1973) foi um filósofo francês cuja obra e trajetória pessoal influenciou os variados domínios sociais, políticos, religiosos e culturais no século XX. Sua reflexão intelectual abrange temas metafísicos, religiosos, estéticos, epistemológicos, morais e políticos. Sua trajetória foi marcada pelo renascimento católico francês, pela sua renovação do tomismo, e por sua atividade panfletária sobre a Guerra e a ocupação da França.

Vindo de uma família de tradição republicana (era neto de Jules Favre)⁵⁸ ligada ao protestantismo liberal, inicialmente, enquanto universitário, nutria convicções socialistas. Nesta época, durante sua formação filosófica iniciada no Lycéu Henri IV e finalizada na Sorbonne (Universidade de Paris), em 1905, freqüentou os cursos de Émile Durkheim, Lucien Lévy-Bruhl, e especialmente os de Henri Bérghson no Collège de France, convidado pelo escritor Charles Peguy.

A influência exercida por Henri Bérghson e sua filosofia foi importante para a formação do jovem Jacques Maritain e de sua noiva Raissa, porque, entre os anos de 1902-03, insatisfeitos com o clima materialista e laico da Sorbonne, cogitaram suicidar-se, conforme

⁵⁸ Jacques Maritain nasceu em 18 de novembro de 1882, em Paris. Filho de um advogado, Paul Maritain, e de Geneviève Favre, filha do parlamentar e membro da academia francesa, Jules Favre. Seu avô, o Sr. Favre convertera-se ao protestantismo ao casar-se em segunda núpcias com uma protestante, religião seguida por sua família desde então.

seu depoimento: “Fui instruído, durante a infância no protestantismo liberal. Em seguida, conheci os diversos aspectos do pensamento laico. A filosofia cientificista e fenomenista de meus professores da Sorbonne acabara por me desesperar da razão” (MARITAIN, 1941, p. 101 Apud SAMPAIO, 1997, p. 14).

No entanto, Maritain começou a romper com a perspectiva bergsoniana após ter se convertido ao catolicismo juntamente com sua esposa, em 1906, por influência do poeta recém convertido Léon Bloy. Ao constatar que a filosofia de Bergson não se conciliava com a crença religiosa, durante sua estada de estudos na Alemanha, deu-se a ruptura com o pensamento bergsoniano expresso na sua primeira publicação *La philosophie bergsonienne*, de 1911, como citado anteriormente.

Em 1910, através do padre dominicano Humbert Clérissac, conhece e lê, juntamente com sua esposa, a Suma Teológica de São Tomás de Aquino, o que supre seus anseios intelectuais. Assim, leva sua reinterpreção do tomismo para suas atividades docentes, inicialmente no curso de Filosofia do colégio dos Stalinistas, e após receber o título de Doutor *Honoris Causa* das Universidades Romanas, para a cadeira de História da Filosofia no Instituto Católico de Paris, aonde fica de 1914 à 1939. Portanto, após seu rompimento com Bergson e sua conversão todas as suas obras foram marcadamente influenciadas pela reflexão tomista.

Entre sua conversão e a posterior notoriedade que adquiriu como intelectual católico dois fatos foram importantes. Por um lado, seu envolvimento com a *Action Française*, e, por outro, sua participação como incentivador dos círculos tomistas. Seu envolvimento com a *Action Française* ocorreu, após a Primeira Guerra Mundial, quando interessou-se pelos temas sociais. Para alcançar esse objetivo teve como guia intelectual outro Padre dominicano: Reginald Garrigou-Lagrange. Este pertencia à *Action Française*, assim como o padre Clérissac, aquele que havia lhe introduzido ao estudo de São Tomás de Aquino. Por influência de ambos Maritain aderiu a este movimento.

A *Action Française* foi um movimento liderado pelo monarquista conservador Charles Maurras. Segundo Nolte (1966, p. 167) “a história da Ação Francesa começa com o caso Dreyfus”. Este refere-se à defesa do oficial judeu acusado injustamente de espionagem em favor da Alemanha pelos intelectuais no famoso “*J'accuse*”, o que produziu um conflito ideológico marcante para os desdobramentos direita - esquerda. De um lado, os intelectuais

que assinaram o *J'Accuse*⁵⁹; e de outro, os movimentos nacionalistas, anti-semitas que se organizaram em torno do processo militar (Ligas dos Patriotas e da Pátria Francesa), cujos desdobramentos desembocaram na AF. Desta forma, a contra-revolução foi defendida teórica e militantemente por católicos reacionários e pelos intelectuais da AF, cuja ideologia terá uma forte influência entre os católicos na Europa e na América Latina, com sua posição nacionalista, monarquista e antiliberal até sua condenação pelo Vaticano em 1926.

A participação de Jacques Maritain na AF ocorreu através de algumas contribuições nas publicações ligadas ao movimento. Assim que a AF foi condenada pela Santa Fé, Maritain rompeu com Maurras e assumiu uma postura de crítica às diretrizes do movimento e, em especial, às ideias de seu líder. Dentre muitos dos intelectuais ligados ao catolicismo que participaram da AF, poucos mantiveram seu trânsito com a hierarquia eclesiástica da Igreja Católica, como Jacques Maritain. Isso se deve, dentre outras questões, ao fato de Maritain, logo que afastou-se do movimento, em 1927, ter publicado a obra "*Primaute du spirituel*", a qual, ao privilegiar e valorizar a elevação espiritual do homem e da sociedade, confrontou a centralidade da política sobre as questões espirituais, como defendia Maurras.

Nesta mesma época, a partir de 1920, Maritain incentivou e participou dos Círculos de estudos tomistas. Essas reuniões chegaram a ocorrer com frequência em sua residência e de Raissa, em Meudon, e agregavam pensadores tomistas como: o padre Garrigou, Charles Joumet, Dalbiez, van der Meer, O'Sullivan, dentre outros. Conforme Compagnon (2003, p. 45, *tradução nossa*) esses círculos de estudos, realizados na residência dos Maritains, foi "o centro nevrálgico do renascimento tomista francês durante todo o entre-guerras, ao mesmo tempo que um lugar importante de sociabilidade intelectual".

Neste período Maritain publicou *Art et scolastique* (1920), *Éléments de Philosophie* (1920) e especialmente *Antimoderne* (1922). Nesta obra, buscou contrapor o tomismo ao mundo moderno, mas sem propor a volta à cristandade medieval. Nesse sentido "seu projeto é anti-moderno ou ultra-moderno na medida que não nega, mas pretende superar, através do tomismo, os erros da filosofia moderna" (POZZEBON:1996, p. 19). Como sintetiza Pozzebon (1996, p. 13):

⁵⁹ Para mais detalhes sobre os grupos envolvidos ver: CHARLE, Christophe. Champ littéraire et champ du pouvoir: Les écrivains et l'affaire Dreyfus. **Annales, économies, sociétés, civilisations**. Volume 32, numéro 2, 1977.

Maritain influenciou os meios acadêmicos e filosóficos como divulgador de um tomismo renovado e atualizado, que não ignorava nem desconsiderava as contribuições da ciência ou de pensadores contemporâneos, como, por exemplo, Bergson, Freud, Blondel, Alfred Schmitt ou ainda a fenomenologia e o existencialismo.

Portanto, Maritain fez parte, assim como toda uma geração de intelectuais convertidos na França, da renovação religiosa e intelectual do catolicismo e da expansão dos movimentos de ação católica dentro e fora da Igreja. Dentro deste contexto os cursos de Bérgrson no College de France, os círculos tomistas, as palestras, conferências realizadas nas dependências da *Action Française*, cada qual com sua especificidade, funcionaram como meios socialmente diferenciados de conversão (GUGELOT, 1998).

Na década de 1930, diante do avanço do pensamento totalitário na Europa, Maritain, buscou, dentro da tradição tomista, analisar a relação entre a política e a religião, especialmente nas obras *Du regime temporel et de la liberté* (1933) e *Humanisme integral* (1936). Inicialmente, entretanto, publicou *Religion et culture*, em 1930. Seguindo as questões desenvolvidas nas obras anteriores, nas quais destacava a primazia do espiritual sobre a vida política, apresenta o ideal de uma civilização supracultural, na qual a Igreja orientaria a ordem temporal de povos politicamente, religiosamente e culturalmente heterogêneos. Já nas obras *Du regime temporel e de la liberté* e o *Humanisme integral* Maritain buscou dar outras respostas a esta questão.

A obra *Humanisme Integral* resulta de uma compilação de quatro conferências que Jacques Maritain realizou na Universidade de Santander, na Espanha, em 1934, junto com os artigos que publicou no jornal *L'esprit* de Emmanuel Mounier. Nesta obra buscou não sobrepor uma ordem à outra, mas argumenta em torno de um modelo de sociedade política na qual o poder temporal e o espiritual têm papéis distintos, mas atuam mutuamente para a edificação de um “Estado leigo cristianamente constituído”.

Maritain construiu este modelo como alternativa aos regimes totalitários em expansão na Europa. Com esse objetivo demonstra que nem os regimes totalitários nem as democracias burguesas conseguiram realizar o bem comum, como seu ideal histórico de nova cristandade propõe. No entanto, como desenvolveremos adiante, o que importa destacar é que, no modelo de nova cristandade, Maritain “reconhece o valor do pluralismo das estruturas políticas, econômicas e culturais, produto da modernidade e percebe como consequência o valor da democracia dentro do seu projeto de nova cristandade.” (BONANATE & PAPINI,

2008, p. 13, *tradução nossa*). Esta sua visão pluralista, tolerante, leiga dessa nova ordem social e política dividiu a hierarquia eclesiástica e o laicato, como comenta Pozzebon (1996, p. 15):

A alternativa política oferecida pelo humanismo integral foi bem acolhida por amplos setores do clero e do laicato, igualmente vasta foi a recusa por outros setores católicos, clérigos e leigos que viram em sua obra uma espécie de simpatia para com o comunismo.

Ainda na década de 1930 do século passado quando já era um escritor conhecido na América Latina, esteve na Argentina e no Brasil. Nesta viagem, percebe-se, conforme Compagnon (2003), um clima intelectual polarizado entre os grupos que o liam: de um lado um grupo católico nacionalista, integrista que o condenavam por suas ideias democráticas e por sua posição de neutralidade frente à Guerra da Espanha, e por outro, aqueles que o valorizavam por sua atualização do tomismo.

Com a ofensiva alemã na Segunda Guerra Mundial, Jacques Maritain afastou-se da França, especialmente depois de sua ocupação. Inicialmente, a convite de Étienne Gilson foi para o Canadá, onde ministrou cursos e conferências no Instituto de Estudos Medievais (Toronto). Quando a Alemanha derrotou a França em 1940, exilou-se nos EUA, aonde foi professor visitante da Universidade de Columbia (1941-1942), na Faculdade de Princeton, e participou da criação da Universidade Livre França em Nova Iorque.

Durante seu exílio em Nova Iorque participou de movimentos de resistência ao Nazismo alemão, como sua atuação pela libertação dos judeus de Vichy-França e pela resistência francesa. Nesta última, escreveu anonimamente na sessão francesa do jornal “A voz da América”. Dando seqüência aos artigos escritos nesse periódico publicou o livro *Cristianismo e democracia*, em 1942. Esta sua atividade panfletária sobre a guerra e a ocupação francesa levou-o a sua nomeação pelo general De Gaulle a presidir a delegação francesa na segunda Conferência geral da Unesco, assim como sua posição de Embaixador da França no Vaticano, que exerceu de 1945 a 1948. Em 1948, notabilizou-se como um dos mentores da Declaração dos Direitos Humanos promulgada pela ONU.

De 1940 a 1960 ainda publicou, seguindo sua reflexão sobre a democracia e o cristianismo, *Princípios de uma política humanista* (1944), *O Homem e o Estado* (1955) e *Reflexão sobre a América* (1958). Após a morte de Raissa, em 1960, Maritain foi viver junto com a Ordem dos Pequenos Irmãos de Jesus, em Toulouse, França, aonde faleceu em 1973.

Neste período, cabe destacar sua publicação *O camponês da Garona* (1966), na qual criticou as definições do Concílio do Vaticano II, no qual havia participado enquanto representante dos intelectuais católicos.

Portanto, a trajetória de Jacques Maritain, em especial sua inflexão em relação à defesa da democracia, dá subsídios para analisar quais aspectos de seu pensamento foram privilegiados pelo grupo católico fomentado pelos jesuítas no Rio Grande do Sul. Nas publicações deste grupo – a revista *Idade Nova* e a revista *Estudos* – como frisado anteriormente, Jacques Maritain foi constantemente citado. A questão que se coloca é a que Maritain referiam-se? O Maritain da fase nacionalista, ligado à *Action Française*, como pressupõe Compagnon (2003); ou o do *Antimoderno*, que atualizou o tomismo e buscou dialogar com a modernidade; ou o Maritain que vislumbrava uma democracia de inspiração cristã. Além disso, que aspectos da obra de Maritain foram mais significativos para o grupo em questão. Como se analisa abaixo.

5.2.1.1. A recepção das ideias de Jacques Maritain pela intelectualidade leiga católica Riograndense.

Em relação à recepção das ideias de Jacques Maritain na América Latina Olivier Compagnon (2003) sustenta que as elites católicas sul-americanas fizeram uma leitura desatualizada e descontextualizada da sua obra. Para este autor isto esteve relacionado às poucas traduções da sua obra publicadas à época ou ao descompasso da importação de seus livros pelo mercado editorial, o que explica, de certo modo, que suas ideias acerca da democracia, juntamente com os pressupostos de democracia personalista de Emanuel Mounier, refletissem nos círculos católicos latino-americanos, e, em especial nos brasileiros, apenas a partir dos anos 1960, através de movimentos como os de Juventude Católica, dos da Democracia Cristã, e até entre os grupos da Teologia da Libertação.

Portanto, segundo Compagnon (2003) as elites intelectuais católicas latino-americanas, de 1920 a 1950, associavam as ideias de Maritain àquelas de quando fez parte da *Action Française*, de natureza tradicionalistas, nacionalistas. Embora pondere, em relação ao seu argumento mais geral, que a recepção sistemática da obra de Maritain se deu, de forma mais coerente, por aqueles pequenos grupos católicos pertencentes à elite econômica e cultural, com fluência em francês e acesso às obras originais, não explorou, entre essa elite letrada, quais temas foram privilegiados em suas reflexões, e as especificidades de cada grupo entre si. Neste sentido, por exemplo, Áureo Busseto (2002) em seu estudo sobre a Democracia

Cristã no Brasil reitera que em certas Ordens religiosas, como a dos Vicentinos, a dos Jesuítas e seus Congregados Marianos, e em círculos católicos específicos, “os membros nutriam antiga aversão aos militantes da ACB e as propostas de Jacques Maritain” (BUSSETO, 2002, p. 57).

Levando em conta essas questões que analisamos a recepção da obra de Jacques Maritain entre o grupo católico formado pelos jesuítas no Rio Grande do Sul. Em relação ao descompasso entre a publicação original e a leitura pelo grupo, como argumenta Compagnon (2003), seja na língua original ou na tradução, não se apresentou como um problema para análise, nem como uma variável que explicaria, a princípio, o porquê que certas ideias deste autor não se incorporaram, de modo mais ou menos sincrônico, ao discurso daqueles que o liam, uma vez que entre o ano de publicação da obra e a sua citação por alguns membros desse grupo encontra-se pouca diferença temporal. Por exemplo, Ernani Maria Fiori cita a obra “*Du regime temporel et de liberte*” num artigo escrito em 1935⁶⁰, logo apenas dois anos após sua primeira edição⁶¹.

Ao ler os variados artigos desse grupo em ambas as revistas, de 1934 à 1945, percebe-se, em cada um deles, quando não citado diretamente, a onipresença das ideias de Jacques Maritain. No entanto, a influência que exerceu se deu exatamente pela sua reinterpretação do tomismo, e de formas diferentes. Por exemplo, Vitor de Britto Velho (1942, p. 23) ao analisar a relação do neotomismo e a estética coloca que “Dentre os modernos que trataram com certa extensão o problema, parecem-nos que Maritain era o que se mantinha mais fielmente na linha formal do pensamento tomista.” Já Aldo Obino (1941d, p. 40-42), em sua análise sobre os temas essenciais do neotomismo, contesta o caráter progressista da filosofia de Jacques Maritain, uma vez que, em suas palavras,

O tomismo é perenemente tradicionalista. Ele é também fundamentalmente progressista. O progresso consiste na incorporação de toda a verdade descoberta mesma por seus inimigos, a não ser que se julgue desrazoavelmente que fora do tomismo não possamos atingir a verdade ou que o tomismo é a verdade pura.[...] Maritain, Tonquedec, Grabmann e sua corrente rígida querem continuar o modus do pensamento medieval que não se debatia com essa questão que desequilibrou o pensamento moderno.

⁶⁰ FIORI, Ernani Maria. O beluário e o monstro. Do desespero de Spengler à ingenuidade de Gandhi. **Idade Nova. Órgão do Centro Católico de Acadêmicos**. Porto Alegre, n. 7, ano I, janeiro de 1935.

⁶¹ Além disso, encontram-se livros de Jacques Maritain em sua primeira edição nas coleções privadas dos membros do grupo que foram doadas à biblioteca da UFRGS.

A despeito deste debate mais interno em relação ao tomismo de Jacques Maritain, não há dúvida que tenha sido esse aspecto da sua obra que influenciou o discurso dos membros do movimento católico no Rio Grande do Sul, como sintetiza Vitor de Britto Velho, que fez parte desse grupo:

Jacques Maritain estalou-se no nosso pensamento e em nossas vidas, até se tornar um dos ingredientes constitutivos de nossa substancia intelectual e moral. [...] Qual o sinal que distingue este pensador tomista? Precisamente este: o de ser tomista [...] Outro sinal distintivo do filósofo foi a universalidade do seu interesse especulativo. Sua obra, que consta de várias dezenas de volumes, aborda, sempre de maneira grave e meditada, os mais diversos temas de metafísica, de lógica, de teoria do conhecimento, de epistemologia das ciências, de filosofia da arte, de filosofia da historia, de filosofia social e política⁶².

Essa maior influência tem relação com a formação intelectual que receberam dos jesuítas alemães. Logo, esta era a escola que os jesuítas representavam, inclusive muitos deles introduziram as obras de Maritain entre o laicato leigo, como ilustra o depoimento de Ernani Fiori sobre Padre Werner, no qual diz que foi com ele que “*conheceu a polêmica de ser Maritain ou antimaritain*”⁶³. Posição que o jesuíta Antônio P.C. Fernandes S.J. também se atribuía em relação à introdução das obras de Maritain entre o laicato leigo de Recife, até condenar os postulados de Maritain descritos no livro *O Humanismo Integral*⁶⁴. Segundo este jesuíta, nesta obra Maritain injuriou a Companhia de Jesus, ao condenar as ideias do jesuíta Molina, e da teologia molinista, acerca de seus postulados em relação ao cristianismo na modernidade.

Ao tomar conhecimento da polêmica gerada por sua obra, em especial entre os círculos da Companhia de Jesus no Brasil, Jacques Maritain, em 1937, em carta amplamente divulgada e posteriormente republicada em forma de *Post Scriptum* no livro *O Humanismo Integral* traduzido por Afrânio Coutinho, em 1965, assim se manifestou:

Os esforços tentado pelo Pe. Fernandes, para ressuscitar a discussão “de auxíliis” e me incompatibilizar com a Companhia de Jesus (no seio do qual tenho diversos amigos que me são muito caros) e com a Teologia (da qual, em todo caso, apesar de leigo, e apesar de não partidário do “golpe de força”, conheço os rudimentos) não me parecem, uso dizer, muito eficazes. Ele assegura que no *Humanismo Integral* cá numa heresia ao afirmar que “por si só” o homem não pode senão o mal e o erro, e cita um texto do Concílio do Vaticano que eu mesmo citei em outro trabalho (“*Refléxions sur l’intelligence*”, pág. 96) e onde digo que Deus pode ser conhecido

⁶² VELHO, Vitor de Britto. A presença de Jacques Maritain. Especial para o jornal **Correio do Povo**. Cópia localizada no acervo Fernando Trindade, s/d.

⁶³ Conforme FIORI, Ernani Maria. Entrevista concebida a Fernando Trindade. 23 de julho de 1983.

⁶⁴ Acharnos seu livrinho intitulado Jacques Maritain. As sombras de sua obra, publicado em 1941, como dedicado a Armando Câmara, líder do movimento católico no RGS, que na década de 1980 doou para a Biblioteca da UFRGS.

com certeza, por meio das coisas criadas, à luz da razão. Não compreendeu que a expressão “por si só” significa “sem o socorro de Deus” (tanto na ordem de natureza e da razão como na ordem da graça e da fé). E talvez acusará de heresia ao próprio Senhor que disse: *Sine Me Nihil potestis facere*”, “sem mim nada podeis fazer (João, XV, 5) ou a Seqüência da Missa de Pentecostes que põe em nossa boca as palavras: “*Sine tuo numine, nihil est in homine, nihil est innoxium* (MARITAIN, 1965, p. 245)

Este debate de sua obra refletida na Companhia de Jesus também ecoou entre o grupo católico e os jesuítas no Rio Grande do Sul, como comenta Vitor de Britto Velho:

Porque Maritain foi grande provocou tantas reações e tão diversas. Recordo as amenas e agudas palestras, na associação de Professores católicos de Porto Alegre, na rua Marechal Floriano, do inolvidável jesuíta Roberto Sabóia de Medeiros, quando ele se entretinha em mostrar a quase superficialidade filosófica de Maritain; no entanto, Gilson o considerava seu mestre. Recordo também o exaustivo e mal sucedido esforço do Padre Júlio Meinvielle para por em dúvida a ortodoxia de sua doutrina; no entanto, Paulo VI o considerava seu mestre⁶⁵.

Mesmo com estas questões internas entre os jesuítas em relação à recepção do livro *O Humanismo Integral* isto não se refletiu com a mesma intensidade entre alguns membros deste grupo. Por exemplo, Armando Câmara, considerado um dos líderes leigos mais influentes entre esse grupo, cita a obra *O Humanismo Integral* de Maritain em 1944⁶⁶, logo oito anos após a sua primeira publicação, e Ernani Maria Fiori, que naquele momento ainda mantinha relações estreitas com o grupo, considera o humanismo proposto por Maritain como uma das influências mais marcantes daquela época⁶⁷.

A valorização e a expansão da categoria de pessoa nesse novo humanismo proposto por Maritain, cuja realização se daria pelo desenvolvimento espiritual e temporal de cada indivíduo, marcou as colocações sobre a democracia entre este grupo católico, como se verifica na argumentação de Armando Câmara ([1963] 1999, p. 219):

Na ideologia que embasa este humanismo político, estão os fundamentos da dignidade da pessoa e da transcendência política da democracia. A dignidade da pessoa não é apenas um estatuto ontológico. Valemos, não só pela posse de determinada perfeição de ser, mas pela livre e responsável construção de uma existência conforme a natureza desse ser. A democracia também não é, somente, um sistema de convívio criador da igualdade de oportunidades, da igualdade dos direitos de todos perante a lei e assegurador da livre iniciativa. Democracia não é, apenas, o regime em que os homens se contam para não se baterem, tradução de uma aritmética política inspirada no tabu das virtudes pacificadoras de uma cifra,

⁶⁵ VELHO, Vitor de Britto. A presença de Jacques Maritain. Especial para o jornal *Correio do Povo*. Cópia localizada no acervo Fernando Trindade, s/d.

⁶⁶ Conforme conferência pronunciada em 29/11/1944. Publicada no ano de 1945 na Revista *Estudos*, in: CÂMARA, Armando. O comunismo e a crise da civilização (conferência). *Estudos*. N. 3. Ano XI. Janeiro de 1945. Incluída na obra organizada por BONI, Luis Alberto de. (org). **Armando Câmara. Obras escolhidas**. Porto Alegre: EDIPUCRS; 1999.

⁶⁷ Conforme FIORI, Ernani Maria. Entrevista concebida a Fernando Trindade. 23 de julho de 1983.

de um número simbólico da vontade da maioria. Antes de ser uma forma de governo ou um regime político, a democracia é um centro axiológico de gravidade da dinâmica do convívio, das forças que integram a dimensão social da pessoa. Ela é o estilo de projeção finalizada dos dinamismos da sociedade, em direção aos fins integrais do homens. Em torno desse centro, não há, pois, nem esquerdas, nem direitas – existem tão só dinamismos sociais desfinalizados que levam a sociedade a descambar nos comportamentos infra-humanos das chamadas esquerdas ou no angelismo das denominadas direitas. A democracia é, assim, o desenho da autêntica cidade humana, projetada no plano do bem comum, definido como o conjunto das situações sociais e pessoais de vida que asseguram a realização dos fins humanos.

Portanto, a concepção de democracia derivada do humanismo integral proposto por Maritain o qual Armando Câmara se utiliza, e o grupo católico de forma geral⁶⁸, é análogo à ideia da construção de uma cidade onde a comunidade política seja cristã a serviço dos fins “supratemporais” da pessoa. No caso específico do movimento católico no Rio Grande do Sul, esta democracia é vista e utilizada como meio de contrapor os regimes laicos, tal como o comunismo. Assim essa cristanização da democracia é condição necessária para sua realização, como finaliza Armando Câmara ([1963] 1999, p. 188):

A democracia contemporânea, em sua luta pela liberdade do homem, só subsistirá tomando consciência de que sua índole e origem evangélicas, vitalizando seu ideal libertário e fraterno ao contato dessas verdades ético-sociais, das quais ela deve ser esplêndido corolário político, econômico e jurídico.

Após a década de 1940 a referência a Jacques Maritain entre esse grupo católico reduziu-se completamente em seus escritos, a exceção das publicações do professor de filosofia Ernani Maria Fiori⁶⁹. O próprio pensamento de Jacques Maritain refletido na esfera do discurso e da práxis política, que levou vários grupos a fundarem Partidos Democratas Cristãos, como se verificou nas resoluções da Reunião de Montevideu em 1947, não teve impacto entre o grupo católico do Rio Grande do Sul, como se analisa adiante.

Possivelmente, dado o caráter anticomunista do movimento católico no Rio Grande do Sul, da década de 1930 à de 1950, os contextos os quais o conceito de democracia em Jacques Maritain respondia não foram compreendidos, uma vez que na sua luta contra os regimes totalitários, especialmente no livro *Democracia e Cristianismo*, chegou a considerar as ideias socialistas, desde que assentadas numa base cristã. Além disso, a esquerda democrata-cristã que se formava no período, ao dialogar com o marxismo, desagradava o

⁶⁸ Sobre a valorização da noção de pessoa de Maritain entre esse grupo católico ver: PEREIRA, Leda Coelho Ribeiro. Neotomismo e Jacques Maritain. In: A influência de Emmanuel Mounier na Escola de Serviço Social da PUCRS. **Cadernos EdiPucrs**; Porto Alegre, EDIPUCRS, 1992.

⁶⁹ O professor Ernani Maria Fiori afastou-se deste grupo ideologicamente, aproximando-se do socialismo personalista defendido por Emmanuel Mounier e da esquerda católica brasileira na década de 1960. Ver em especial TRINDADE, Fernando. Ernani Maria Fiori e a reforma universitária dos anos 60. In: **Revista Filosofia política**. Porto Alegre: LPM, 1987.

núcleo conservador desse grupo católico. Portanto, a influência significativa e a recepção do pensamento de Maritain se deram pela sua reinterpretação do tomismo, e pelo seu projeto de Nova Cristandade, como desenvolvido na obra “O humanismo integral”⁷⁰, não pela evolução do seu conceito de democracia.

5.3.1.1.1. A leitura de Maritain: Do antimoderno ao projeto de nova cristandade.

Dado o padrão de recepção da obra de Jacques Maritain pelo grupo católico riograndense, como descrito acima, neste item, analisou-se os principais argumentos deste autor sustentados especialmente nas obras *Antimoderno* (1922) e *Humanismo Integral* (1936). Objetiva-se, nesse sentido, fornecer elementos para a compreensão da ação dos membros do grupo riograndense no fomento do movimento católico na década de 1930, como se desenvolve no próximo capítulo.

Nas primeiras páginas do livro *Antimoderno* Maritain define que a base de sua argumentação é ultramoderna, uma vez que considerava “A filosofia moderna é muito útil ao pensamento por seus próprios erros, cuja refutação força a aprofundar a verdade, a processar os sentidos, a colocar às claras seus aspectos novos” (MARITAIN, 1922, p. 12, *tradução nossa*). Portanto, considera a análise e o estudo dos sistemas de pensamento moderno úteis para o aprofundamento da filosofia de orientação cristã, desde que esta mantenha sua liberdade e imaterialidade, não sendo assimilada pelas teorias “cientificistas”. No entanto, esta liberdade, conforme Maritain, não é

[...]o livre-arbítrio, que concerne a vontade e se define pela ausência da necessidade, é a ausência de violência e coação. Esta liberdade existe quando a ação ou a operação de uma coisa não provem de um princípio extrínseco que desperta-se em alguma força, mas de um princípio mesmo por aquela coisa que é dito, ao sentido pleno da palavra, da natureza desta coisa, a natureza da inteligência é a aptidão para conhecer o ser. (MARITAIN, 1922, p. 99, *Tradução nossa*)

⁷⁰ Como comenta Ernani Maria Fiori: *Houve uma pessoa, então, um pensador que exerceu uma influência decisiva – um francês famoso, que todos vocês conhecem: Jacques Maritain. Como é que ele entrou no grupo? Jacques Maritain não entrou no grupo através dos Graus do Saber, que é talvez sua grande obra, mas através do Humanismo Integral. Alguns já tinham lido obras anteriores, como Primazia do Espiritual, Três Reformadores, e outras. Mas foi principalmente pela via ideológica – política e ideológica- que Maritain entrou no grupo. Eram todos católicos que procuravam uma nova visão de sociedade, e Maritain, que na época – na década de 1930- era progressista, e cujo livro, Humanismo Integral, fora logo traduzido para o português, surgiu como alguém que poderia guiar-nos nessa direção. Através desse viés político, ele entra também no setor da filosofia e passa a influenciar, fortemente, o nosso tomismo, não só ele, mas também ele, o velho Maritain, e isso, até o fim da Segunda Guerra Mundial. Depois, como houve um distanciamento ideológico – o Maritain velho, não mais correspondendo ao velho Maritain – nós nos separamos ideologicamente (alguns ao menos) do Maritain envelhecendo, quando, aliás, ele também começava a perder seu prestígio no campo da filosofia.* In: FIORI, Ernani Maria. A Filosofia no Rio Grande do Sul. In: **Textos escolhidos. V.1: Metafísica e História.** Porto Alegre, LPM, 1987, p. 289-290.

Basicamente, segundo Maritain, as ciências que deixaram de considerar Deus e a filosofia “são viciadas e alteradas” (MARITAIN, 1922, p. 52). Já a filosofia escolástica, pelo contrário, apresentava outra configuração, pois ela:

[...] se reconhece ao controle da teologia, não apenas de seus princípios, mas de suas conclusões. E dentro de sua necessidade própria, efetua com seus princípios e seus critérios da razão natural, tem por característica fundamental ser a filosofia do ser. E porque, por toda coisa criada, obedecer a Deus e ao seu próprio fim natural, é a liberdade, a filosofia tomista ou filosofia cristã que dá a verdadeira liberdade de espírito. (MARITAIN, 1922 p. 98, *Tradução nossa*)

Esta filosofia do ser – como a autor classificava a filosofia tomista e cristã- deve ser analisada a luz da razão, dado que

Alguma influência exterior não vem a alterar a ciência fiel a Deus, porque a teologia, a qual ela é subordinada pelo efeito de uma hierarquia e uma organização claramente reconhecida, definida, delimitada, e acessível de todas as partes ao exame da razão, não que não toque ao direito dos seus princípios, e nem do fato dos resultados certos, mas a protege contra a instrução das falsas hipóteses. (MARITAIN, 1922, p.52, *Tradução nossa*)

No seu esforço de racionalizar a fé, através da imposição da legitimidade da filosofia tomista, Maritain defendia que a escolástica devia se adaptar aos sistemas modernos. Não apenas adaptar-se, a escolástica deveria compreender a Filosofia moderna, conforme seu argumento:

Diz-se, por vezes, que os escolásticos cristalizados dentro do seu sistema, não podem compreender um outro pensamento que não o seu. Deve-se dizer, ao contrário, que os seus são um estado para compreender a fundo a filosofia moderna, da compreensão dos muitos meios que definem os modernos” (MARITAIN, 1922, p. 157, *Tradução nossa*)

Desta constatação Maritain apresenta o aspecto mais importante de seu pensamento, ou seja, a defesa do renascimento tomista, frente às teorias científicistas, racionalistas, em voga à época. Com este objetivo escreve:

Convém que este renascimento ultrapasse os quadros estritamente pedagógicos, que ela não produz somente de manuais, mas também dos trabalhos originais cuja as qualidades de fabricação intelectual, se eu posso dizer, e de precisão científica, cuja a perfeição técnica e o fim não lhe cedem em nada as obras dos modernos.” (MARITAIN, 1922, p.153, *tradução nossa*)

Portanto, uma das contribuições mais importantes de Maritain a partir da obra *Antimoderno* foi considerar a Filosofia Tomista como uma forma cientificamente e racionalmente legítima de conhecimento. Assim como, ao tirá-la estritamente do domínio da teologia, sem, no entanto, desvincula-la da doutrina da Igreja, tornou-a interessante e

compreensível para os grupos leigos. Nesse sentido, segundo Maritain (1922, p. 154, *tradução nossa*):

Não convém também que este renascimento da filosofia tomista não seja exclusivamente ordenada aos estudos teológicos, mas que ela de seu plano dentro de sua própria ordem, unindo os interesses propriamente metafísicos e filosóficos toda a importância que eles merecem? Também somente ela aparecerá não simplesmente como uma filosofia de seminário, mas como aquilo que ela verdadeiramente é: filosofia natural do espírito humano e a filosofia da Igreja, ou seja, filosofia universal, dado que a universalidade de tudo que é humano e antes de toda a razão, nasce dentro da Igreja.

Se na obra *Antimoderno* Maritain propôs um diálogo da filosofia tomista e cristã com os sistemas de pensamento moderno, no livro *Humanismo integral* ampliou seu horizonte e advogou em torno de um modelo de ordem social baseada numa nova cristandade. Este modelo de *Nova Cristandade*, como descrito na obra *Humanismo Integral*, de 1936, construiu-se, sobretudo, frente à crise do capitalismo, gerado com a queda da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, a expansão dos regimes totalitários na Europa (fascismo, nazismo, stalinismo), as democracias liberais do Entre - Guerras (que ele chama de burguesas), etc. Dado esse contexto, seu modelo de ordem social objetivou, de modo geral, estabelecer um diálogo da Igreja com a civilização moderna, inclusive com o liberalismo (no caso a democracia) e, em certos aspectos com o comunismo. Como descreve Bonanate & Papini (2008, p. 14, *tradução nossa*):

A nova cristandade maritainiana é somente por analogia comparável à medieval; realiza-se na autonomia do temporal em respeito ao espiritual, numa sociedade composta de crentes e de não crentes, cristã, não tanto nas instituições, estão decididos a viver heroicamente com o intuito de favorecer uma refração dos valores evangélicos na ordem cultural e personalista e comunitária, em que o respeito pela pessoa seja sagrado e inviolável e em que se garanta os direitos individuais e as aspirações da comunidade na liberdade, na justiça e nas relações interpessoais.

Esta cristandade ou modelo de humanismo integral define-se, para Maritain, como um novo regime de civilização e/ou de cultura, o qual se difere, sobremaneira ao “humanismo socialista”, uma vez que

Há no humanismo socialista um grande impulso para a verdade que não seriam negligenciados sem graves danos, e que muito importam à dignidade humana; acreditamos que o erro fundamental de uma filosofia ateuista, ou ao menos as originais deficiências, prejudicam esse impulso, e deformam e desumanizam igualmente as diversas concepções morais e sociais elaboradas por este humanismo; de sorte que haveria grande ilusão em acreditar que, justapondo simplesmente a idéia de Deus ou as crenças religiosas ao humanismo socialista se faria uma síntese viável e fundada em verdade. Não é uma recomposição geral que se requer. Mas acreditamos também que o que chamamos de humanismo integral é capaz de salvar e promover, em uma síntese fundamentalmente diferente, todas as

verdades afirmadas ou pressentidas pelo humanismo socialista, unindo-as de maneira orgânica [...] (MARITAIN, 1965, p. 70)

Portanto, para a proposta de Maritain para se realizar, e se diferenciar dos regimes existentes no pós-guerra, deveria ordenar-se de modo pluralista, através de novas estruturas sociais, de novo regime econômico e social que sucedesse o capitalismo, e do progresso espiritual das pessoas. Nesse sentido, por exemplo, no plano econômico, o sistema capitalista de produção deveria ser substituído por um regime futuro em que prevalecesse “a concepção comunitário-personalista da vida social” (MARITAIN, 1936, p. 171). Ou seja, propõe uma nova sociedade democrática, em cuja base deve haver uma nova organização econômica comunitária centrada “na valorização e humanização do trabalho” (BONANATE & PAPINI; 2008, p. 18, *tradução nossa*). No plano religioso a comunidade política conferiria um estatuto diferenciado a cada espécie de crença. No entanto, a concepção cristã prevaleceria, uma vez que a ação de seus líderes deve ordenar a sociedade e o governo. Portanto, não abandona a ideia do cristianismo como ideologia religiosa dominante, mas convivendo com outras crenças distintas das suas. Já no plano político previa a formação de organizações políticas múltiplas, tal como associações livres que substituiriam os partidos políticos, autônomas ao Estado, mas, no entanto, reitera que

Não tem por ofício a sociedade política conduzir a pessoa humana à sua perfeição espiritual e à sua plena liberdade de autonomia. Entretanto, a sociedade política é essencialmente destinada, em razão do próprio fim terrestre que especifica ao desenvolvimento de condições que levem de tal sorte a multidão a um grau de vida material, intelectual e moral conveniente ao bem e a paz do todo. (MARITAIN, 1964, p. 106-107).

Esse bem comum tem por característica o personalismo. Nesse sentido o personalismo e o comunitarismo - que garantiriam a realização das liberdades individuais - nessa estrutura pluralista da nova cristandade proposta por Jacques Maritain consistiam em respostas aos totalitarismos e ao liberalismo individualista. (POZZEBON, 1996). A democracia também se enquadra nessa perspectiva, mesmo que ainda que não seja tratada diretamente como um regime político representativo que garantiria o sufrágio universal, como Maritain considera em suas obras posteriores, pois era apresentada pelo autor como tendo apenas um sentido ético e afetivo adjacente. Trata-se do resgate proposto por Maritain da democracia enquanto uma ideia de *dignidade da pessoa*, aquele regime capaz de realizar as aspirações e garantir a dignidade das pessoas. Nesse sentido, Maritain toma o conceito de democracia, além de personalista (porque garante a dignidade das pessoas), como algo positivo e universalmente válido.

Estas propostas de Jacques Maritain, esboçadas acima, consistiam no ideal histórico concreto da nova cristandade. Mesmo que a tome como análoga à cristandade medieval, difere-se substantivamente no papel atribuído à ordem temporal e espiritual na ordenação política e social da cidade. Se, durante a cristandade medieval, o devir histórico era baseado na ideia de sacro-império, a nova cristandade apresenta uma visão não sacral do temporal. Ou seja, independente de serem cristãos ou não, católicos ou não, as pessoas seriam livres e autônomas em suas atividades sociais, políticas, religiosas e intelectuais, desde que atuassem em prol do bem comum cristaneamente construídos. Portanto, a ordem temporal e espiritual apresentam papéis distintos, mas atuam conjuntamente. Isto se verifica, inclusive, conforme Maritain, nas concepções de liberdade dominantes em cada civilização ou regime de cultura, como discorre abaixo:

Deste novo humanismo, receberiam, sem dúvida, os problemas especulativos que comanda todo grande período de cultura, certa renovação. Não dissemos que a cada era de civilização corresponde certa concepção típica da graça e da liberdade? No que diz respeito a este problema da graça e da liberdade parece bem definitivamente determinada à era da teologia humanística, mitigada ou absoluta. E então, assim como domina a Idade Média a Teologia agostiana, na da graça e da liberdade, e as de Calvino e de Molina os tempos modernos, pensamos que a Teologia de São Tomás dominará uma nova cristandade. (MARITAIN, 1965, p. 60)

Assim sendo, o tomismo de São Tomás de Aquino, assim como foram às ideias de Agostinho na cristandade medieval, consistiria na matriz cultural – filosófica, bem como seus pressupostos acerca da liberdade, da ordem temporal e espiritual definiriam a constituição desta nova cristandade. Destaca-se ainda, que na sua obra posterior *Cristianismo e Democracia*, de 1942, Maritain advoga em torno da constituição de uma elite católica apta a conduzir os rumos da ordem temporal, entretanto, nos escritos do *Humanismo Integral* não chega a aprofundar essa questão. Apenas sugere diretrizes destinadas aos movimentos de Ação Católica, em especial a distinção da ação do católico na ordem temporal e na espiritual. Nesta direção, Maritain pondera, em relação aos periódicos publicados por católicos, que deveriam ou ser destinados apenas à reflexão da doutrina, da filosofia subjacente ao catolicismo, ou serem “especificamente temporais e católicos de inspiração”, nos quais os católicos

Tomariam suas posições concretas e determinadas sobre as questões desta ordem, e que adotariam não somente uma filosofia política e social, mas uma linha concreta política e social bem caracterizada – não somente em função dos interesses religiosos ou do bem da civilização, mas em função do bem temporal e terrestre da cidade e da civilização. Por isso mesmo é manifesto que não comprometam a Igreja – mesmo se, como é desejável, recolham da maneira mais explícita e mais ousada sua inspiração na sabedoria cristã – e não dependem de outra iniciativa que daquela

de pessoas particulares ou dos grupos que os fundaram. (MARITAIN, 1965, p. 242).

Portanto, ambos os livros de Jacques Maritain que mais influenciaram o grupo católico riograndense têm em comum o resgate da filosofia de São Tomás como fundamento da reflexão e da ação católica. Além disso, ao retirá-la estritamente do domínio dos estudos teológicos, Maritain permitiu que toda uma geração de leigos repensasse sua realidade-intelectual, social e política-a partir de seus postulados. Todavia, enquanto os argumentos expostos no livro *Antimoderno* conferiram prestígio intelectual e religioso aos católicos leigos que os seguiam, os do livro *Humanismo Integral* permitiram tomar o tomismo com um instrumento político para a ação católica destes grupos leigos.

5.4. VERDADE RELIGIOSA, CONHECIMENTO E AÇÃO: OS FILÓSOFOS PRAGMÁTICOS ANTINTELECTUALISTAS.

Se na década de 1930 e início da de 1940 dominaram as reinterpretações do tomismo, como aquelas expressas nas obras de Jacques Maritain, de Henri Bergson e do Cardeal Mercier, nos escritos dos membros do grupo católico riograndense, paralelamente, encontra-se um esforço de legitimar, em termos filosóficos, a verdade religiosa ou, em outros termos, a espiritualidade católica. Para tanto, utilizaram-se daqueles filósofos considerados, em algum momento, como antiintelectualistas e pragmáticos, como Maurice Blondel, William James e Henri Bérgrson, este último mencionou anteriormente.

William James (1842-1910) notabilizou-se, no meio acadêmico, por seus trabalhos pioneiros de psicologia experimental. Vindo de uma família rica nova yorquina, filho de um teólogo e irmão do romancista Henri James, formou-se em Medicina em Harvard, em 1868, embora nunca tenha exercido a profissão, dada suas diversas aptidões intelectuais. Ainda durante o curso universitário estudou teologia, realizou uma expedição científica ao Amazonas e publicou obras literárias. Depois de formado, trabalhou em Harvard como instrutor de Fisiologia e anatomia (1873), professor assistente de psicologia (1876), professor titular de Filosofia, no qual se tornou titular em 1885, passando a categoria de professor emérito em 1907. Destaca-se que, nos anos que passou em Harvard, freqüentou o clube metafísico, fundado em 1872, que foi um centro importante do pensamento americano, em especial para a evolução da escola do pragmatismo filosófico.

Sua principal obra foi *Princípios de Psicologia*, publicada em 1890, a qual “faz justiça ao estudo científico e laboratorial da psicologia experimental, e á importância de uma sólida fenomenologia da experiência” (BLACKBURN, 1998, p. 210). Em suas obras posteriores, como *Variedades da experiência religiosa* (1902), *Pragmatismo* (1907) e *O significado da Verdade* (1909), de forma geral, vê as ideias como instrumentos e planos de ação, e assim, se existe um resultado prático do postulado, possivelmente ele será verdadeiro. Ou seja, por exemplo, se a experiência religiosa é útil para determinados fins, é verdadeira na medida em que alcança bons resultados. Conforme Blackburn (1997, p. 210) “Parte do problema é que, apesar de James ser em muitos aspectos um humanista e um empirista, queria também preservar o lugar da crença religiosa, que deveria ser mantida caso funcionasse, apesar do fato de o que ele entendia aqui por funcionar não ser a possibilidade de corroborar ou integrar tal crença com o resto de nossa visão de mundo, mas antes a obtenção de benefícios emocionais”.

Exatamente é este aspecto o qual fundamentou o argumento do grupo católico riograndense. A influência dos postulados “científicos”, em especial a questão da verdade religiosa e da espiritualidade católica, de William James encontra-se nos artigos dos membros do grupo católico tais como: “Transcendência e espiritualidade do Psiquismo Humano” de Armando Câmara; “A filosofia da religião” de Aldo Obino; “O espiritualismo e a psicologia experimental” de Armando Dias de Azevedo, etc.

Maurice Blondel, por sua vez, assim como William James, destacou-se pelo diálogo que estabeleceu com os aspectos religiosos da experiência humana. A referência a suas ideias encontram-se nos mesmos artigos os quais William James é citado, mas lembrado também no de Ruy Cirne Lima, intitulado “A pessoa jurídica no Direito público”. Embora Blondel seja pouco conhecido nos meios filosóficos e acadêmicos latino-americanos (ANTONELLI, 2006), na década de 1940 suas ideias foram amplamente divulgadas pelo Jesuíta Pe. Sabóia de Medeiros no Brasil⁷¹.

⁷¹ Ernani Maria Fiori confirma a atuação do Pe. Sabóia de Medeiros como divulgador de Maurice Blondel entre os membros do grupo gaúcho, como revela trecho de sua conferência: *Ocorreu, também, que, na metade da década de 1930, vem ao Rio Grande do Sul um jesuíta famoso, que morreu moço, Sabóia de Medeiros, uma grande inteligência, e que deu um curso, aqui em Porto Alegre, sobre Blondel. Então Blondel, que era um conviva do professor Câmara, passou a ser mais conhecido; e vários discípulos do professor Câmara, ou seus colegas mais jovens, passaram, também a dialogar com Blondel. Eu não fui muito seduzido por esse diálogo, mas houve quem se deixasse seduzir e com bom proveito. A presença de Blondel, aqui no sul, vale a pena assinalar. Suponho até, não tenho bem certeza, mas suponho que, num dos nossos maiores professores de Direito, com pensamento de fundo filosófico, mas que não passou para a Filosofia (ficou sempre no direito,*

A pouca representatividade da obra de Maurice Blondel, tanto nos círculos católicos, quanto nos meios filosóficos, tem relação com sua trajetória e as polêmicas as quais refletiu em sua obra. Nascido em Dijon, em 1861, advindo de uma família de tradição católica, Blondel oscilou entre a carreira acadêmica e o sacerdócio. Optou pela primeira quando, com apenas 20 anos, entrou para a *École Normale Supérieure* de Paris, aonde iniciou sua tese intitulada *Acção (Action)*. Após defender sua tese na Sorbonne, em 1893, teve a cátedra que lhe seria concedida em Lille negada pelo Ministério da Instrução Pública de Paris, só sendo conquistada por ele dois anos depois como mestre de conferências e na Universidade Aix-En-Provence, quando assumiu como professor de Filosofia, em 1897. Sua tese teve grande repercussão e uma série de críticas, tanto entre os positivistas, quanto entre os grupos católicos, uma vez que “A partir do universo acadêmico a obra blondeliana foi quase instintivamente relacionada à grande tradição do pensamento católico francês; vista; portanto, com desconfiança, e mais ainda com presunção, pela cultura leiga, quase como se fosse obviamente portadora de um déficit de rigor nacional.” (ANTONELLI, 2006, p. 29-30).

Embora Blondel tenha buscado rebater as críticas através da escrita de obras como “*Carta sobre as exigências do pensamento contemporâneo na matéria da apologia e sobre o método da filosofia no estudo do problema religioso*” (1896) e “*História e dogma*” (1903) suas ideias foram relevantes para a afirmação de uma Nova Teologia que influenciou nas deliberações do Concílio do Vaticano II, em especial aquelas desenvolvidas no período em que perdera a visão, publicadas entre 1934 e 1937, representadas pelas obras *La Pensée*, *L’action*, ambas em dois volumes, e *L’esprit Chrétien*.

De modo geral as ideias de Blondel representaram um encontro entre o pensamento moderno e o cristianismo, o que justifica a inclusão dos postulados de Blondel nas deliberações do Concílio do Vaticano II. Em relação à repercussão e o significado das críticas ao pensamento blondeliano, em especial nos meios eclesiais, Mário Antonelli (2006, p.12-13) pondera que:

[...] A crítica é convincente, sobretudo quando denuncia os pressupostos daquele lugar-comum; de um lado, Blondel certamente não pretendeu substituir a organização do pensamento de Tomás enquanto elemento estruturante da teologia, de outro lado, deve-se contestar que a renovação da teologia aconteça simplesmente

como um grande jurista) – o professor Rui Cirne Lima-, no pensamento dele, também, Blondel esteve presente. Isso, em grande parte, como eu dizia, através de Sabóia de Medeiros e do professor Câmara. FIORI, Ernani Maria. A Filosofia no Rio Grande do Sul. In: **Textos escolhidos. V.1: Metafísica e História**. Porto Alegre, LPM, 1987, p. 290-291. .

substituindo-se a *ancilla* filosófica deixando inalterada a própria figura da teologia. A serenidade desse esclarecimento conduz a uma hipótese que não tem nada de infundada: a de que o pensamento de Blondel efetivamente incidiu na filosofia contemporânea, uma vez que favoreceu o aperfeiçoamento da filosofia tomista no século XX e representou um apelo considerável a rever a organização estrutural da teologia. [...] Ele também reorientou o pensamento contemporâneo para o caráter decisivo que o *naturale desiderium videndi Deum* tem na estrutura tomista.

Portanto, o pensamento de Blondel veio a justificar a fé cristã, embora sua recepção, tanto nos círculos filosóficos, quanto nos teológicos, tenha sido pautada por polêmicas, incoerências e críticas. Dentro de sua filosofia, conceitos como ação, imanência e transcendência são cruciais para compreender seu sistema de pensamento, e no que interessa especificadamente neste trabalho, são importantes para assimilar de que forma as ideias de Blondel influenciaram os argumentos do grupo católico riograndense. Logo, foi em torno desses três conceitos que os membros do grupo católico em questão expressaram-se. Dado essa constatação, apresenta-se abaixo, sinteticamente, como Blondel articulou tais conceitos.

5.4.1. Imanência, transcendência e ação em Maurice Blondel

Sinteticamente, a primeira tese sobre a ação de Blondel, defendida em 1893, postulava, em linhas gerais, que a ordem imanente da ação humana era insuficiente e por isso, necessitava da ordem transcendente, sobrenatural, para que a ação do homem fosse realizada plenamente. Para tanto, dado que a ordem sobrenatural não é percebível, tangível, para ser compreendido intelectualmente, deve-se busca-la na própria experiência da ação religiosa do homem. (GIBELLINI, 2002).

No entanto, Blondel não sobrepõem uma ordem à outra, uma vez que “não existe uma ideia pertencente à primeira ordem que, por sua própria natureza, não seja imanente ao homem: tudo aquilo que pensamos entra no âmbito da lógica que é própria da nossa razão” (ROVIGHI, 2004, p. 199). Portanto, ao aceitar a tese do sobrenatural Blondel, sem desconsiderar a imanência, tomou posição contra o que chamou de falso intelectualismo (determinismo, subjetivismo e imamentismo) e ao pragmatismo.

Dada à série de críticas que recebeu, tanto por parte dos filósofos, quanto dos teólogos, como citado acima, publicou, em 1896, “*Carta sobre as exigências do pensamento contemporâneo na matéria da apologia e sobre o método da filosofia no estudo do problema religioso*”, na qual demonstra que, para estabelecer uma conexão entre o pensamento moderno e o catolicismo, como já havia sugerido na obra anterior, os métodos existentes

naquela época eram insuficientes, e apresenta seu método da imanência, como comenta Ferrater-Mora (2000, p.324):

A filosofia de Blondel, que manifesta sua conformidade com a ortodoxia católica, afirma que a aceitação da visão de Deus é conseqüência necessária dessa maneira, a contemplação de Deus e se satisfaz a vontade que a ação implica, como também se revela a verdade de uma pessoa divina que penetra no interior da pessoa humana. Cumpre-se assim o método da imanência que Blondel defendeu na filosofia e na apologética, um método que levou sua doutrina a ser considerada muito próxima do modernismo, mas que Blondel julga o único procedimento eficaz para que a transcendência seja efetivamente dada e não se transforme em resultado abstrato de um intelectualismo puramente esquematizante. Na ação corre essa peculiar transcendência na imanência que apenas para um ponto de vista intelectualista aparece como um círculo virtuoso. Com efeito, o sobrenatural emerge na imanência e na ação, mas estas são possíveis pela inserção do sobrenatural em nós, pela atração que o infinito exerce sobre o finito. Segundo Blondel, no homem não pode entrar nada que já não esteja nele, mas ao mesmo tempo o que entra no homem não é produzido por este como uma imaginação ou uma simples especulação.

O método da imanência, a grosso modo, consiste em verificar, além dos vestígios, atos, as condições em que o sobrenatural se apresenta na ação do homem. No entanto, “o método da imanência pretende afirmar apenas a presença hipotética do sobrenatural, e não sua presença de fato, nem sua forma histórica, ou na ação atual. O sobrenatural continua a ser transcendente, mas o novo método o considera em sua imanência” (GIBELLINI, 2002, p. 162).

Nas suas obras posteriores, em especial na obra que retoma sua tese da ação, como *La Pensée, L'action, e L'esprit Chrétien*, Blondel, mesmo no contexto da crise do modernismo, na década de 1930, retoma sua filosofia da ação. Enquanto uma filosofia da opção religiosa e por isso

[...] o problema da ação não pode admitir nenhum postulado moral determinado, nenhum dado intelectual determinado que lhe sirva de ponto de partida. E por este motivo, diz Blondel, não é uma questão particular, por mais importante que seja, mas a questão aquela sem a qual não pode haver nenhuma outra. O que denominamos o pensamento será sempre algo que se encontra no caminho da ação. Com isto, o pensamento não é negado, nem diminuído, mas englobado e justificado na sua verdadeira existência. De certa maneira, o pensamento é o que resulta quando a ação se desenvolve: a ideia permanece no interior da ação, a qual consegue assim superar e unificar a teoria e a prática. Somente uma filosofia da ação poderá, por conseguinte, efetuar uma “crítica da vida” e erigir uma “ciência da prática”. (FERRATER-MORA, 2000, p.323)

Portanto, o pensamento de Blondel estabeleceu as relações entre o natural e o sobrenatural, o conhecimento e a ação. No entanto, sua “filosofia da ação não é um esquema fundado em puras ideias abstratas. Mas não é tampouco um pragmatismo que faça da verdade uma função de utilidade. A filosofia blondeliana representa a síntese de todas as contradições

entre o pensamento e a vida, entre a ideia e a realidade em que se debatem o pensamento moderno” (FERRATER-MORA, 2000, p. 323). Destaca-se que, em 1912, foi publicado o artigo imanência no *Dictionneur Apologétique de la foi catholique*, pelo padre jesuíta Auguste Valensin, e assim o método blondeliano adquirira direito de cidadania na teologia católica, o que repercutiu também no Concílio do Vaticano II.

5.5. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PENSAMENTO CATÓLICO ANTERIOR AO CONCÍLIO DO VATICANO II

Nicolai Berdiaeff, Jacques Maritain e Maurice Blondel, assim como a maioria dos autores citados⁷² pelos membros do grupo católico em questão, tiveram, em seus sistemas de pensamento, em comum, a despeito de suas diferenças, singularidades e originalidades, o paradigma medieval como ideal histórico a ser atingindo pela civilização. Deste modo, seus escritos podem ser enquadrados, como assinalou Henrique de Lima Vaz (1999), como uma “literatura da crise” da modernidade de inspiração cristã, mas, sobretudo, inserem-se num processo mais amplo relativo ao projeto ultramontano da igreja católica romanizada. Conforme Ivan Manoel (2004, p. 131) nas encíclicas de Pio IX e de Leão XIII, em especial na *Rerum Novarum* e na *Aeterni Patris*, sobressai-se:

O olhar saudoso e melancólico em direção ao medievo, romanticamente idealizado, a restauração do tomismo, a recordação saudosa das corporações de ofício, a rejeição às tendências políticas modernas construíram o texto da reação ultramontana, cuja busca de paralisação do movimento histórico e a reconstrução da Unidade e do Absoluto, a dissolução das partes na centralização do Todo levaram às atividades políticas da Igreja nos séculos XIX e XX.

O projeto ultramontano da Igreja Católica, cujas encíclicas papais endossavam, respondeu a um contexto histórico específico, marcado pela implantação do sistema capitalista que rompeu com as relações feudais de produção, pela secularização do poder político e dos Estados nacionais e pelo surgimento, a partir da renascença, de sistemas de pensamento como o “racionalismo”, o “positivismo”, o “liberalismo”, o “materialismo dialético” e o “socialismo”. Contexto o qual tais autores também buscaram refletir, cada qual com suas especificidades, mantendo os postulados tomistas como fonte originária de suas colocações. Portanto, neste sentido, enquanto Berdiaeff valorizava o medievo e insistia no aspecto espiritual do renascimento católico, Maritain buscou conciliar o “racionalismo” e o ‘cientificismo” com o pensamento católico e propôs um novo modelo de cristandade,

⁷² Dentre os autores brasileiros, nesse sentido, destacam-se Alceu Amoroso Lima e Padre Leonel Franca.

diferenciado, mas criado por analogia ao medieval, e Blondel, por sua vez, renovou, a partir de seu método supostamente “científico”, a Teologia cristã.

Portanto, a referência a estes autores, dentre outros, pelos membros do grupo católico riograndense formados pelos jesuítas teve relação com o desenvolvimento do pensamento católico da década de 1930 a de 1950. Além disso, de modo geral, estes autores impulsionaram, em algumas de suas produções intelectuais, a renovação da tradição de pensamento que os jesuítas representavam, ou seja, a neoescolástica. Logo, foi dentro desta escola de pensamento difundida pelos jesuítas de língua alemã que os membros do grupo católico em pauta obtiveram sua formação filosófica e religiosa. Resta saber como mobilizaram esses temas no movimento católico, como se analisa adiante.

PARTE III: RELIGIÃO, POLÍTICA E CULTURA: O MOVIMENTO CATÓLICO E OS ESPAÇOS SOCIAIS DE ATUAÇÃO NO RGS.

Nesta parte demonstra-se como o movimento católico no Rio Grande do Sul articulou-se a partir do grupo das Congregações Marianas dos jesuítas antes de vincular-se a hierarquia eclesiástica. Com este objetivo analisa-se suas características, seu desenvolvimento e os temas mobilizados. Após, apresenta-se os espaços sociais em que a atuação dos membros do movimento católico foi representativa, como a participação nos processos constituintes, e, sobretudo, no domínio da Universidade Pública.

6. O TOMISMO MILITANTE: O MOVIMENTO CATÓLICO SOB A LIDERANÇA DO APOSTOLADO LAICO DOS JESUÍTAS NO RGS.

Neste capítulo analisa-se o movimento católico no Rio Grande do Sul. Buscou-se compreender, em especial, a participação dos congregados marianos em seu desenvolvimento. Quais especificidades o movimento apresentou? Quais temas foram mobilizados para o debate público e religioso? Para dar conta dessas questões a análise centrou-se sob três aspectos, ou seja, a trajetória do movimento sob a liderança e organização do apostolado laico dos jesuítas, a metodologia utilizada e os temas mobilizados por esse grupo. Demonstra-se que a organização, a metodologia e os temas mobilizados foram similares as práticas, aos instrumentos e aos debates oriundos das Congregações Marianas as quais os membros do grupo fizeram parte. Portanto, o movimento católico, neste primeiro momento, o qual esteve desvinculado da hierarquia eclesiástica, pode ser considerado como um desdobramento do catolicismo devoto e militante das congregações Marianas, especialmente da *Matter Salvatoris*.

6.1. O MOVIMENTO CATÓLICO SOB A ORGANIZAÇÃO DO APOSTOLADO LAICO DOS JESUÍTAS

Pe. Arthur Morsh SJ, que em sua juventude, antes de ingressar na Companhia de Jesus, fez parte do apostolado laico dos jesuítas, assim se manifestou sobre o movimento católico daquela época “fundamos centros de juventude católica em todas paradas do Rio Grande do Sul, depois pegou, daí surgiu toda a ação católica no Rio Grande do Sul, essa história ninguém sabe”. Além disso, enfatizou o padre: “quem fundou a ação católica no Rio Grande do Sul foram os congregados marianos, Padre Werner foi o primeiro assistente sem

ter a nomeação do Arcebispo, realmente uma loucura”⁷³. A par dessas colocações do Pe. Morsh buscou-se analisar qual foi o papel do grupo das Congregações Marianas – que nomeamos como apostolado laico dos jesuítas- no desenvolvimento do movimento católico do Rio Grande do Sul.

Com este objetivo demonstra-se a relação significativa entre a Congregação Mariana de acadêmicos *Matter Salvatoris* e a fundação e o funcionamento do Centro Católico de Acadêmicos, assim como a articulação das atividades do C.C.A com a fundação dos Centros de Juventude católica no Rio Grande do Sul, e como esses empreendimentos incorporaram-se na Ação Católica dirigida pela Arquidiocese. Além disso, destaca-se a forma como os membros do grupo católico orientavam sua conduta e o movimento. Nesta direção, argumenta-se que o modo que se identificavam e a metodologia que seguiam, em muitos aspectos, foram similares aos métodos das Congregações Marianas, como se analisa abaixo.

6.1.1. Os Congregados Marianos *Matter Salvatoris* e o Centro Católico de Acadêmicos

O Centro Católico de Acadêmicos (CCA) representou a matriz do movimento católico no Rio Grande do Sul. A partir dele que se compreende como a reação católica desenvolveu-se neste Estado. Entretanto, sua origem remonta ao grupo da Congregação Mariana *Mater Salvatoris*. Acadêmicos das Faculdades isoladas de Medicina, Direito e Engenharia que frequentavam a *Mater Salvatoris*, orientados pelo Padre Werner, buscaram, num primeiro momento, sensibilizar o meio universitário através da criação do CCA. Francisco Machado Carrion, um dos líderes do grupo, contextualiza os fatores que levaram a criação do C.C.A:

Já no Anchieta fundamos uma academia literária, eu era presidente da congregação. Já tinha feito um movimento meio cultural. Havia a revolução de 1930 preparada, e nós nos metemos naquele movimento político todo, quer dizer, como guris, rapazes do ginásio, mas achávamos que em nós estava o destino da pátria. Quando saímos levávamos a missão de mudar alguma coisa. Nosso primeiro objetivo foi combater a penetração americana como todo mundo começa. Íamos planejar até quebrar todas as vitrines da Força e Luz. Entramos na Faculdade em 1930. Logo, derivamos para uma conquista da Universidade. O (Waldemar) Ripoll era presidente dos estudantes e convocou os bichos todos para o encontro. Junto com um professor da Medicina protestaram contra o ensino religioso. Aí eu me levantei e disse que quem estivesse contra, abandonasse a sala. A sala ficou vazia. Reunimos um grupo e fomos para a pensão do Amaro Castelo Branco, advogado e redigimos um compromisso de fundarmos um centro para combatermos o esquerdismo. Esquecemos os americanos. Resolvemos duas coisas, tudo em 1930: conquistar a

⁷³ MORSH, Pe. Arthur. Entrevista concedida a Helgio Trindade. 13 de novembro de 2000.

universidade, as cátedras do futuro e transformar a faculdade agnóstica e positivista em faculdade católica.⁷⁴”

Concretamente o CCA surgiu em 1931, como coligação católica, conforme discurso de Carrion pronunciado por ocasião da Concentração de Juventude Católica, de 1935, transcrito abaixo:

[...] Realizada a 30 de abril uma sessão preparatória, em que 11 acadêmicos assinávamos um compromisso encimado pelo título Coligação Católica, a 6 de Maio de 1931 fundava-se o Centro Católico de Acadêmicos. Manifesta-se, nesse programa inicial, a intenção de conquista da Universidade para Cristo e, indo mais além, arrastar a massa popular para o divino crucificado. Aprovada seus estatutos a 31 de Maio, iniciava o C.C.A. sua atividade. Havia desejo de luta e esperanças no futuro; divisávamos um extenso campo de conquistas. Não se formara, ainda, uma unidade completa de pensamento; várias opiniões surgiam de como agiria o centro no futuro, que viria ele a ser. Era um despertar mais decidido da mocidade, mas ainda sem rumos bem claros. Comprovam-no, o compromisso de 30 de abril comparado com os estatutos posteriores e o estudo das atas de suas sessões, em que, ao lado de questões puramente de ação católica, cogitávamos, também de relevantes problemas sociais e políticos. Desenvolvendo seu programa de ação, liam-se em plenário artigos e conferências dos membros do Centro e nas Faculdades vencíamos em prélios difíceis, e quase sempre arriscados, nossos contrários, garantindo a vitória de nossas chapas no preenchimento dos cargos de direção da classe e orientando as campanhas por vezes incendiadas em que a mocidade acadêmica se via, quase que periodicamente, envolvida. Fomos, com a graça de Deus, sempre vitoriosos, sem perder uma única batalha. (CARRION, 1935, p. 3-4)

Não se encontrou dados significativos para os dois primeiros anos, mas no ano de 1933 o CCA já registrava cerca de 40 sócios efetivos e alguns honorários como: Pe. Werner Von Und Zur Mühlen, Armando Câmara, Adroaldo Mesquita da Costa, Valério Alberton, Mário Bernd, Eloy José da Rocha, Armando Dias de Azevedo, Mario Reis, Arthur da Rocha Morsh. Os sócios acadêmicos faziam parte, simultaneamente ao CCA, da CCMM *Mater Salvatoris*, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 18: Relação de Congregados Marianos *Mater Salvatoris* e dos sócios efetivos do Centro Católico de Acadêmicos (Março de 1933)

Nome	Congregado Mariano “Mater Salvatoris”?	Acadêmico de ?
Jacob Kroeff Wiltgen	-----	Medicina
Victor Alves Pacheco	Sim	Agronomia
Paulo de Barros Ferlini	Sim	Engenharia
Nabuco Espíndola	Sim	Direito
Álvaro Magalhães	Sim	Engenharia

⁷⁴ CARRION, F. M. A **Ação Integralista Brasileira**. Entrevista concedida à Héliço Casses Trindade, 1969, pag. 1.

Francisco Machado Carrion	Sim	Direito
Humberto Della Mea	Sim	Engenharia
Theobaldo Neumann	Sim	Direito
Edmundo Casado Marques	Sim	Engenharia
Antônio	-----	Medicina
Felipe Carrion	Sim	Direito
Gustavo Pereira Filho	Sim	Medicina
Otto BÉlgio Trindade	Sim	Direito
Arthur Fischer	Sim	Direito
Mário Feola	-----	Direito
Biase Faraco	Sim	Medicina
Íris Potthoff	-----	Direito
Telmo C. da Rosa	Sim	Direito
Emílio Perrone	-----	Medicina
Ernani Fiori	Sim	Direito
Carlos de Britto Velho	Sim	Medicina
Dorival Schmitt	-----	Direito
Xenofonte Lopes	-----	Direito
Vitor de Britto Velho	Sim	Medicina
Alcino Trindade	Sim	Engenharia
Eduardo Gonçalves Netto	Sim	Engenharia
Franz Muller	Sim	Medicina
Margarida	-----	Medicina
Laudelino Medeiros	Sim/Não	Ciências Econômicas
Ildenfonso Costa	-----	Medicina
Walter Loureiro	Sim	Medicina
Frederico Morsh	Sim	Direito
Homero Menezes	Sim	Medicina
Belmonte Marroni	Não	Medicina
Francisco Alvarez Pereira	Sim	Medicina
Mário Antonio Bocchese	Não	Medicina
Ademar Ferlini Sporleder	Sim	Medicina
José Barbosa	-----	Direito
Moíses	-----	Direito
Clóvis Gayer Costa	Sim	Direito

Fonte: Elaborado partir da Lista CCA e das memórias das congregações Marianas

Como as Congregações Marianas eram instituições religiosas masculinas as mulheres, como Íris Potthoff, não chegaram a participar. Outros, como Belmonti Marroni e

Mário Antônio Bocchese, por exemplo, foram cooptados no próprio espaço universitário. A cooptação dava-se de modo similar ao processo das CCMMs, ou seja, primeiro os membros do grupo sugeriam e divulgavam as candidaturas, para então, em conjunto, efetivá-las, como foi o caso de Belmonti Marroni. De outro modo, Laudelino Teixeira de Medeiros, expressão de vulto deste grupo, embora não figure nas listas da Congregação Mariana em questão, participou ativamente, como confirma seu depoimento:

Eu já era da Congregação Mariana no ginásio em Santa Maria, mas quando me transferi para Porto Alegre, eu vim residir na Independência, 482, aonde havia certa pensão para estudantes, organizada e patrocinada pela congregação Mariana. Inclusive conhecida como pensão do Padre Werner, e o Padre Werner ficava brabo, dizia que não tinha pensão é a casa “Mater Salvatoris”. De fato, continuei minha vida de congregado na Congregação e lá eu pude conviver com congregados de várias áreas, e esse convívio, inclusive, foi muito salutar para mim, porque eu tinha feito um curso secundário que foi razoavelmente bom, porque o ginásio de Santa Maria era um dos melhores da época, apesar de ser dos irmãos Maristas e era ensino médio. Tanto que meu primeiro contato com a Universidade foi através da Congregação Mariana, eu tive toda a influência dessas boas cabeças que estavam por lá e, sobretudo da orientação pessoal de Padre Werner⁷⁵

Portanto, o fato mais significativo da relação entre Congregação Mariana e o CCA foi a presença do Pe. Werner Von Und Zur Muhlen, diretor da *Mater Salvatoris*, como assistente eclesiástico e presidente de honra perpétuo do CCA⁷⁶. Coube ao Pe. Werner fazer a mediação entre os membros desse grupo e o Arcebispo Dom João Becker e, especialmente, orientar a conduta dos centristas. Nesta direção, conforme relatos posteriores, Pe. Werner, como bom jesuíta, primava pela disciplina hierárquica, e assim, além de dissuadir os membros do grupo de realizarem ações violentas⁷⁷, dissolvia os atritos existentes entre esse grupo e o Arcebispo (ISAIA, 1998).

Se num primeiro momento, como frisou Carrion, o objetivo dos membros do CCA era influir no espaço universitário, depois do Congresso Universitário Católico, que organizaram em 1932, os objetivos ampliaram-se. Além de buscarem influir nas cátedras universitárias, e no processo constituinte através da Liga Eleitoral Católica, como se analisa adiante, um dos objetivos desse grupo do CCA passou a ser a organização da mocidade católica. Com este objetivo escolheram, como patrono do CCA, o militante católico leigo

⁷⁵ MEDEIROS, Laudelino Teixeira. **Geração Católica** Depoimento concedido a Fernando Trindade, 1980.

⁷⁶ A carta do Pe. Werner de agradecimento ao convite é elucidativa da consideração que tinha por este grupo e pelo movimento em gestação. Ver: MUEHLEN, Werner Von Und Zur. Ao Centro católico de Acadêmicos. Idade Nova. Órgão da juventude católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, n. 6, ano III, p. 2, dez, 1936.

⁷⁷ Cf. CARRION, Francisco Machado. **A Liga Eleitoral Católica**. Depoimento. Simpósio sobre a Revolução de 1930, Porto Alegre: ERUS, 1983.

italiano Píer Giorgio Frassati (1901-1925)⁷⁸. Esta escolha representa que, similar a Frassati, visavam agregar e formar militantes leigos comprometidos com a questão social, mas sem descuidar da espiritualidade, devotos de sociedades, congregações religiosas.

O próprio núcleo central do grupo – Francisco Machado Carrion, Ernani Fiori, Arthur Morsh, Vitor de Britto Velho, Valério Alberton, Paulo Ferlini, Gustavo Ferlini – representavam, em maior ou menor grau, o tipo de leigo que visavam formar, pois, além de serem congregados marianos, naquele momento, articulavam a questão social através das atividades dos Círculos Operários. Este grupo, com estas características, apresentava-se como um grupo de renovação do catolicismo, como ilustra o depoimento de uma de suas lideranças:

Éramos obrigados a escrever um artigo por mês. Nós dominávamos a imprensa. Tínhamos uma revista. O artigo de fundo era escrito por mim. Era um verdadeiro regime militar de leigos da Ação Católica. No fundo fazíamos política sem ser. A revista era a Idade Nova. Padres, todo mundo lia. E a cruzinha de ferro que usávamos como sinal de nossa tendência. Os padres usavam debaixo da batina porque era proibido. Há no catolicismo essa renovação, nós éramos uma renovação para a época. Combatíamos o capitalismo, combatíamos o comunismo⁷⁹.”

Mais que renovação os centristas buscavam instituir a Ação Católica no Estado, através da formação dos núcleos de juventude. Este objetivo aparece no estatuto do CCA elaborado em 1934, no qual os membros do centro afirmam a intenção de instituir um programa de Ação Católica. Para tanto, estabeleceram, em 1935, o Conselho diretor da Juventude Católica, a Secretaria Geral, a de expansão, a de propaganda, a de cultura, a de finanças, e o departamento de retiros. Além de um círculo de Estudos Sociais coordenado pelo então centrista Ernani Maria Fiori. Assim sendo, mesmo sendo uma iniciativa de caráter espontâneo, não articulado com a hierarquia eclesiástica, visavam construir uma movimento de Ação Católica, como sintetiza o escrito de Ernani Carvalho (1935, p. 7), à época seminarista da Arquidiocese,

É com muito ânimo que vemos o mais genuíno e acabado espírito de catolicismo, partido do Centro Católico de Acadêmicos, marcando o início duma nova época no pensamento moral de nossa nacionalidade. E nem pode ser de outra forma, que nós, os moços seminaristas, que vivemos alimentados por um ideal tão nitidamente demarcado, emprestemos todo o nosso entusiasmo e corações juvenis a essa

⁷⁸ Píer Giorgio Frassati foi um militante leigo católico que participou de vários grupos católicos de juventude, como o Apostolado da Oração e a Sociedade Vicente de Paula. Além disso, lutou contra o fascismo italiano, defendeu a Democracia Cristã e a questão social, tendo sido filiado ao Partido Popular Italiano de Luigi Sturzo. A escolha do seu perfil para representar o militante católico da Juventude riograndense foi elucidada no artigo de MORSH, Arthur. Frassati. **Idade Nova. Órgão da juventude católica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n.10, ano I, p.10, abril, 1935.

⁷⁹ CARRION, F. M. **A Ação Integralista Brasileira**. Entrevista concedida à Héglio Casses Trindade. (Mimeo), 1969, pag.4.

arrancada de espiritualidade. Enquanto em pleno meio do ano dedicávamos nossa vida de oração e estudo, no seminário, veio-nos a bater, sorridente a Idade Nova e a Vida. Ecos de uma geração que surge, ambas trazem no seu cabeçalho o mesmo significado de vigor e de força. A mocidade católica, a única que pulsa por algum ideal e que por isso não foge a luta, compreendeu todo o valor da sua idade. O ardor e a força dos 20 anos só o temos uma vez na vida. Não trepidou em pô-los a serviço da ação por Cristo- a Ação Católica. Eles, com efeito os moços, - o contingente principal da ação católica- fazem a sua profissão de fé e de atividade com o aparecer da Juventude católica. Sem o hábito talar do sacerdote, eles transformam a vida leiga em sacrifício e luta por Cristo. Verdadeiros apóstolos da Igreja Católica.

Portanto, pode-se considerar que o CCA foi à organização de articulação da juventude católica no Estado. Mais que isso, forneceu os quadros para a Ação Católica Oficial da Arquidiocese, como se analisa adiante. Esta organização de leigos caracterizava-se como um movimento de homens marcados, como se demonstra abaixo.

6.1.1.1. A organização do movimento católico no CCA: Um “movimento de homens marcados”.

Assim como a identidade de Congregado Mariano e a devoção à Maria era revelada através de fitas que usavam na lapela do paletó, os membros do movimento católico ostentavam uma insígnia em formato de cruz como símbolo de pertencimento ao movimento católico, como ilustra o discurso de Arthur Morsh (1934, p. 3) na ocasião da entrega dos distintivos, em 1934:

O distintivo é um sinal cuja finalidade é caracterizar a que agremiação pertence a pessoa que o leva. Somos portadores de um distintivo, que é a exteriorização do ideal que norteia nosso movimento: a Cruz. Nossa vida deve ser um símbolo vivo da agremiação a que pertencemos. Necessário é que o jovem que traz consigo nosso distintivo, tenha consciência nítida da responsabilidade que lhe impõem aquela cruz que ele coloca em seu peito. O mundo aprecia a cruz, quando objeto de luxo, composto de metal precioso e de reluzentes diamantes. Si, porém, a cruz simples que ostentamos, causa estranheza até a certos católicos, não poderia deixar de a causar e muito mais aos inimigos da cruz, aos inimigos de Cristo, que não podem compreender o significado sublime de nosso distintivo, porque nunca compreenderam a grandeza da redenção humana, realizada por um Deus entendido no madeiro tosco de uma cruz.[...]

Os membros do movimento católico, inclusive os sócios honorários do C.C.A, em sua maioria, já professavam publicamente a religião católica, por serem congregados marianos, mas até então não encontravam-se num movimento católico organizado em torno de ideais comuns. O distintivo, neste sentido, foi um modo de externalizar e oficializar o movimento católico e também de criarem laços de identificação e de amizade entre si, como confirma a continuação do discurso de Morsh (1934, p. 3):

[...] A insígnia é um meio de se reconhecerem os que comungam os mesmos ideais; e é também um meio de fazer surgir, entre eles, as mais belas amizades. As amizades fortes e indestrutíveis, devem se formar de preferência entre os membros de uma mesma associação e, principalmente, da nossa, pois as nossas forças, conjugadas sob o mesmo ideal, pela amizade serão de uma poderosa eficácia. Não desprezamos tais meios aparentemente que auxiliam a concessão de nossos ideais moços de recristianização da sociedade moderna. Que o nosso distintivo expresse a união sólida e imperecível que deve existir em nossa associação. Nosso distintivo é uma força pois, na sua verdadeira acepção, força é toda potência capaz de operar um efeito. Iniciará um combate eficaz e constante contra o respeito humano, fonte de tantas deserções do catolicismo por parte de jovens sem vontade e sem caráter, que não são capazes de enfrentar, de cabeça erguida, o riso sardônico de indivíduos irônicos e indistintos. Levantará vontades, de modo a transformar tímidos em católicos de fato e não de fita, como muitos há por aí. Mostrará aos que não são dos nossos que sabemos viver de acordo com os imperativos heróicos de nossa fé. É uma proclamação singela, mas desassombrosa da nossa fé. [...]

Embora possivelmente outros movimentos católicos nesse período tenham ostentado símbolos que identificassem seus membros, não se encontrou referências significativas. A escolha da Cruz, e não de outro símbolo, significa que eram marcados por Cristo, como ilustra o final de seu discurso:

[...] Nossos atos, nossas palavras, nossas atitudes serão julgados segundo a medida que exprime a insígnia que ostentamos. E a medida que expressa é a nobre imolação de nossos instintos na cruz de nossos sacrifícios cotidianos. Somos homens marcados. A marca é de Cristo. Que ela nunca se obscureça por um proceder menos digno. Que ela anuncie, sobre nossos peitos ardorosos, o fim desta época de indiferentismo, de ignorância e de desmoralização. Que o nosso distintivo proclame o início da “Idade Nova”, em que todos os ramos da atividade humana estarão impregnados do nosso espírito católico, *ad majorem Dei Glori*.

O contexto riograndense é uma variável interessante para compreender porque os membros do movimento católico necessitavam de símbolos que os marcassem como parte do movimento católico. Isto deve ao ambiente sócio-cultural do Rio Grande do Sul que se mostrava hostil à prática pública da religião por parte do público masculino. O domínio da prática religiosa, até as manifestações públicas dos congregados marianos na década de 1920, restringia-se as mulheres. A inclusão dos homens na publicização da fé católica deveu-se aos esforços de sensibilização realizados pelos padres dos educandários católicos, em especial pelos jesuítas, como argumenta Isaia (1998: 120):

Se o homem sentia-se desencorajado a testemunhar publicamente sua adesão a religião, havia todo um incentivo social a encarar-se as manifestações da religiosidade feminina como indícios da virtude doméstica que a ornava. Assim o elemento feminino era encorajado a defender, através do público acatamento às normas religiosas, os princípios com que a expectativa social sujeitava-a, tentando estende-los a toda a sociedade. Quando feita a Revolução de 1930, começou-se a discutir a confecção de uma nova Constituição, o elemento feminino era visto como um público alvo ideal para instrumentalizar-se, através das associações religiosas, para lutar pelas aspirações católicas. Entende-se assim o grande esforço encetado

pelos colégios católicos a fim de formar uma geração masculina comprometida com os valores do catolicismo.

Se o ambiente sócio-cultural do Rio-Grande do Sul mostrava-se adverso a prática religiosa entre os homens, o universitário e o político representavam espaços anticlericais, fechados as manifestações de fé. Inclusive, no espaço universitário o fato de algum professor professar sua fé, freqüentar a Igreja, causava surpresa até mesmo para os membros do grupo católico⁸⁰. Já no plano político, dada à hegemonia do Partido Republicano Riograndense (PRR) de orientação “positivista”, e a orientação laica do Estado brasileiro, as práticas do catolicismo não consistiam em assunto público.

Logo, num primeiro momento, foram para estes espaços que o movimento católico dirigiu-se. Nestes, como se analisa adiante, o grupo católico representava uma minoria, e, provavelmente, por isso, necessitaram articular-se em torno de símbolos, identidades comuns, as quais externariam os ideais os quais representavam. Além disso, a articulação do grupo em torno de uma identidade comum permitiu a expansão do movimento de juventude católica, ainda não especializado, mas já articulado como um ramo de ação católica, como ilustra o discurso de Francisco Machado Carrion:

[...] Quem já foi moço e se deixou arrastar por um ideal, sente, sem dúvida, ser esta juventude esse fluido vital que remoçará e indicará a salvação de uma sociedade cansada e sem esperança. [...] Somos um movimento de ação católica.[...] Sabida, porém, a influencia que o meio exerce sobre o individuo, declaramos guerra de morte aos erros da organização econômica- social reinante em nossa pátria. Rebelamo-nos contra o espírito liberal-burguês, já carcomido por seus próprios desmandos e desmoralizado por suas inseqüências, e reagiremos contra o estado totalitário moderno, que, esquecendo o verdadeiro conceito de vida, faz de si a finalidade da existência humana.[...] (CARRION, 1934, pág. 13)

Portanto, o movimento católico articulou-se de modo a fazer-se presente em vários espaços sociais, através da ostentação de um símbolo comum. Esse ato simbólico, similar aquele oriundo das Congregações Marianas dos Jesuítas, permitiu que esse grupo se organizasse enquanto um movimento, cujo objetivo consistia em conquistar os espaços sociais laicos para “Cristo”.

6.1.2. O Movimento de Juventude Católica organizada pelo CCA.

⁸⁰ Conforme depoimento de Valério Alberton para Arthur Isaia. Ver ISAIA, Arthur. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

Os membros do CCA, tanto os acadêmicos, quanto os honorários, como Francisco Machado Carrion, Valério Alberton, Laudelino Medeiros, Mário Reis, Gustavo Pereira Filho, Armando Dias de Azevedo, Arthur Fischer, Ernani Fiori, dentre outros, revezavam-se em viagens pelo interior do Estado ministrando palestras sobre a Ação Católica para os grupos jovens buscando os articular em torno da Federação de Juventude Católica. O relatório publicado na revista *Idade Nova*, em 1934, portanto, no primeiro ano destas atividades, expõe a dinâmica e as perspectivas abertas, naquele momento, para a ampliação do movimento católico:

O Centro católico de acadêmicos inscreveu em seu programa a fundação, em 1935, da federação de juventude católica, que será a expressão de todas as forças católicas jovens do Rio Grande do Sul. Para isso será realizado em setembro do próximo ano (1936) um congresso ao qual serão lançadas as bases dum programa social católico e preparados os estatutos da federação. É um programa de organização, ao menos em seus traços essenciais, nos moldes dos já existentes na França, Bélgica, Alemanha, Itália, Uruguai, etc. Este movimento será, por conseguinte o prolongamento de um que é de caráter mundial. São os jovens que se levantam, porque é aos jovens que compete esse movimento, segundo a palavra de sua santidade Papa Pio XI. Mas como seria impossível realizar um programa de tal natureza, sem prévia organização, o centro católico de acadêmicos, com a simpatia das autoridades eclesiásticas e da intelectualidade católica, começou a fundar no Estado centros católicos de juventude, que representarão, quando estiver completamente organizada a federação da juventude católica, um dos departamentos da mesma. Porto Alegre, São Leopoldo, Passo Fundo, Carazinho e Bagé foram as primeiras cidades que se iniciou esta nova fase. Em Pelotas e Santa Maria o movimento está se desenvolvendo. (CENTRO CATÓLICO DE ACADEMICOS, 1934, p. 11)

Este impulso deveu-se muito a atuação de Valério Alberton, naquela época engenheiro da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Aliando sua atividade profissional com o engajamento na Federação de Juventude Católica Alberton, de 1933 a 1938, “organizou muitos desses centros em cidades servidas pelas vias férreas do Estado” (ISAIA, 1998, p. 129). Destaca-se, também, conforme os relatórios do movimento de juventude católica publicados na revista *Idade Nova*, a articulação de Luiz Abs da Cruz e Mário Goulart Reis junto aos círculos operários para a formação de centros de juventude em Santa Maria. Além disso, a Juventude católica feminina, através de lideranças como a de Cruzaltina do Valle, expandiu-se significadamente, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 19: Centros de Juventude católica filiados ao C.C.A (1930-1940).

CJC (Patrono)	Colégio/ Paróquia	Gênero	Ano fund.	Cidade	Diretores(as)/ Assistentes eclesiásticos
Garcia Moreno	Ginásio Nossa Senhora do Rosário	Masculino	1934	Porto Alegre	Arno Tchiedel Jaime Moreno

		Masculino	1935	Barra do	Afonso Wagner
Santa Terezinha do Menino Deus		Feminino	1935	Ribeiro Camaquã	
			1935	São Gabriel	
	Colégio Santíssima Trindade	Feminino	1935	Cruz Alta	Fund. Cruzaltina do Vale Ivone Kern
	Ginásio Redentor	Masculino	1935	Cruz Alta	
	Paróquia do Menino Deus	Feminino	1935	Porto Alegre	Mariana Montojas
Maria Tamisier	Círculo operário	Feminino	1935	Santa Maria	Maria Barnewitz Assistente: Pe. Brentano
		Masculino	1935	Taquara	Fund. Valério Alberton José Kieling Assistente: Pe. João Froener
	Ginásio Estadual	Masculino	1935	Santa Maria	Mário T. Coelho Assistente: Pe. Rômulo Zanchi
Margarida Sant clair		Feminino	1935	Guafba	Helenita Pinto Assistente: Estanislau Scherer
Aldo Marozzi	Ginásio Gonzaga	Masculino	1935	Pelotas	Pinto Herwanger Assistente: Pe. Pedro Lenz S.J.
Sagrada Família Pio XI			1936		
	Paróquia Nossa Senhora do Rosário	Masculino	1936	Porto Alegre	João Seadi
Nossa Senhora da Saúde	Paróquia de Teresópolis	Feminino	1936	Porto Alegre	
Frederico Ozanam	Paróquia São Pedro-Núcleo paroquial da Floresta	Masculino	1936	Porto Alegre	Paulo Gubert, Piratino Alves Assistente eclesiástico Diocesano: Emílio Lotermann
Duque de Caxias	Colégio Militar	Masculino	1936	Porto Alegre	Israel Barcellos Filho
Vasco Fochesato	Colégio São Francisco	Masculino	1936	Vacaria	Felix Babisan Assistente: Pe. Pacífico
Padre Souza Gomes	Diocese de Caxias do Sul	Masculino	1936	Caxias do Sul	Marcelo Bidart da Silva Galeno Lacerda Angelito Aiquel Assistente: Padre Gollo
Maggy	Colégio Sagrado Coração de Jesus	Feminino	1937	Santo Ângelo	Daici Amaral
	Paróquia Pão dos Pobres	Feminino	1937	Porto Alegre	Sueli A. de Lima Assistente: Cônego Afonso Neis
Miguel Couto		Masculino	1937	Passo Fundo	Guilherme Mareuli
Jorge Frassatti	Centro Paroquial da Glória (Léo Dupont)	Masculino	1937	Porto Alegre	Carlos Haesbaert Filho
Dom Vital		Masculino	1937	Porto Alegre	Paulo de Barros Ferlini Moises dos Santos Ferlini Gustavo Pereiro Filho Francisco Machado Carrion Carlos de Britto Velho Ernani Fiori Laudelino Medeiros Assistente: Pe. Werner Von Zur Muehlen S.J.
	Instituto comercial Santo Antônio	Masculino	1937	Garibaldi	Clovis Tartaroti Nelson Merlen

Fonte: Elaborado a partir dos informes da Revista Idade Nova de 1934 à 1940.

Embora Francisco Carrion⁸¹ cite que existiram cerca de 70 centros de juventude pelo Estado pelos informes da federação de juventude católica publicados na revista Idade Nova levantou-se cerca de 50 centros fundados entre 1934 a 1940. Em termos de abrangência

⁸¹ CARRION, F. M. **A Ação Integralista Brasileira**. Entrevista concedida à Héglio Casses Trindade. (Mimeo), 1969.

geográfica pode-se considerar que, embora na grande Porto Alegre e em Santa Maria tenham se concentrado os Centros, tiveram certa representatividade em várias regiões do Rio Grande do Sul, pois também foram criados centros em Garibaldi, Santo Ângelo, Caxias do Sul, Pelotas, Vacaria, Taquara, Cruz Alta, São Gabriel, Camaquã, Rio Grande, Lajeado, Santana do Livramento, etc.

Todavia, ainda que alguns centros originaram-se em Paróquias, Dioceses, a maioria deles funcionou em Ginásios. Dentre eles destacou-se, entre outros, o Centro Garcia Moreno, do Ginásio Nossa Senhora do Rosário, e o Jackson de Figueiredo, do Anchieta. As lideranças destes centros de juventude dos ginásios, e mesmo das paróquias, Dioceses, quando universitários, incorporavam-se ao movimento católico, tanto no CCA, quando na Ação Católica da Arquidiocese, como foi o caso de, por exemplo, Marcelo Bidart da Silva, Galeno Velinho de Lacerda, Rui Rodrigo Azambuja, Malomar Edelveiss, Arno Tchiedel, entre outros. Portanto, a expansão da juventude católica agregou quadros novos para o CCA.

Consta que, em 1937, o grupo do CCA, fundou um Centro Dom Vital, que teria como assistente o Padre Werner. Na única informação encontrada, subentende-se que seria um centro de formados, pois em 1937, seus integrantes, como Paulo de Barros Ferlini, Moises dos Santos Ferlini, Gustavo Pereira Filho, Francisco Machado Carrion, Carlos de Britto Velho, Ernani Fiori, Laudelino Medeiros já não eram mais acadêmicos. Possivelmente, este centro foi efêmero, dado que Pe. Werner faleceu em 1939.

Além do 1º Congresso Universitário de 1932, que definiu as bases para a construção da Federação de Juventude Católica, realizou-se, ainda, em 1935, a primeira Concentração de Juventude Católica, e a segunda em 1936. De modo geral, as atividades dos centristas eram pautadas pelo auxílio aos círculos operários, por proferir conferências de temas de interesse do movimento e pela realização de trabalhos culturais, além de ministrar aulas de religião e assistir as populações carentes. Especificadamente, conforme determinações das concentrações de juventude, deviam os centristas da juventude católica orientar sua ação na moralização dos costumes, no cuidado com a boa imprensa, na defesa da moralidade teatral e cinematográfica, além da busca de recristianização dos espaços sociais, e o combate ao comunismo.

Muitas destas atividades, como a comunhão diária, os retiros, as aulas de religião, têm relação com o tipo de militante católico que visavam formar. Como já citado, tinham em

Pier Giorgio Frassati o modelo de leigo a ser seguido, ou seja, preocupado com as questões sociais, mas extremamente devoto a associações religiosas. Portanto, a formação espiritual era um dos elementos mais valorizados, como se analisa abaixo.

6.2.1. Formação da Juventude: Vida espiritual, renúncia, disciplina e cooptação.

O movimento católico articulado pelos congregados marianos baseava-se em três pilares: vida espiritual, renúncia e disciplina. Seu plano de ação, pautado por esses princípios, visava a “preparação de um elite cristã de apóstolos leigos que venham a ser as vigas mestras, os esteios ou os dirigentes de todos os departamentos da A.C.”⁸². Portanto, de modo geral, o movimento católico articulado a partir do C.C.A teve por objetivo, como já demonstrou-se em item anterior, preparar os quadros que desenvolveriam a Ação Católica oficial no Estado, conforme o documento elaborado por Mário Goulart Reis, o qual reitera que

O Centro Católico de Acadêmicos (C.C.A) organizador de vários centros de juventude católica no Estado do Rio Grande do Sul, tanto masculinos quanto femininos, não deseja, nem quer, que a agitação que promoveu da mocidade sadia e cristã, se afaste um só milímetro do movimento vigoroso e salvador da ação católica pura, oficial, preconizada e exigida insistentemente por sua santidade, o Papa Pio XI.

A formação religiosa, moral, familiar, social, física e intelectual, nesse sentido, adquiriu relativa importância para aqueles pertencentes ao movimento e/ou para aqueles candidatos a integrá-lo. A “formação das consciências” do movimento de Ação Católica oficial era pautada pelas diretrizes publicizadas por Mons. Luís Civardi, no manuscrito “Apóstolos no próprio meio”⁸³, assim sistematizado por Mário Goulart Reis, nas Diretrizes do C.C.A (1933): 1) Cooperação na vida religiosa; 2) Difusão da cultura cristã; 3) Cristianização da família; 4) Defesa dos direitos e da liberdade da família; 5) Cooperação no campo escolar; 6) Boa imprensa; 7) Moralização dos costumes; 8) Solução Cristã da questão social; 9) Inspiração cristã de toda a vida social.

Estas diretrizes eram objetivadas através da recomendação de uma série de práticas religiosas, morais e sociais que incluíam desde missa e comunhão diárias, retiros fechados anuais, leitura de biografias de apóstolos leigos modernos, círculos de estudos, cultivo dos deveres sociais, frequência a sociedades especiais, promoção de sociedades esportivas, cursos

⁸² REIS, Mário Goulart. Diretrizes do C.C.A. 1933 (Mimeo).

⁸³ CIVARDI, Mons. Luís. **Apóstolos no próprio meio**. Tradução de Rui da Costa Duarte. Brochura, 1945.

de preparação para a vida matrimonial, obras de caridade; até a moralização do cinema, da imprensa e das modas. Conforme quadro abaixo:

QUADRO 20: Escopo da organização da Ação Católica

FORMAÇÃO INTEGRAL DO APOSTOLOGO LEIGO	1..FORMAÇÃO RELIGIOSA E MORAL	a) Missa e comunhão diárias
		b) Terço e visitas ao S.S. diárias
		c) Leitura espiritual e meditação diárias
		d) Exame particular- atos positivos de amor de Deus- Diário
		e) Retiros fechados anuais
		f) Estudo da liturgia da Igreja
		g) Leitura de biografia de apóstolos leigos modernos
	2..FORMAÇÃO INTELECTUAL	a) Círculos de estudos especiais com leituras comentadas, relatórios, discussões, etc.
		b) Conferências, discursos - feitos por quem tem gosto, sob compromisso
		c) Artigos – dos que tem jeito- sob compromisso
	3. FORMAÇÃO SOCIAL	a) Cultivo dos deveres sociais
		b) Frequentar sociedades especiais
		c) Cultivar sociabilidades
	4. FORMAÇÃO FÍSICA	a) Estimular e orientar os que frequentam sociedades esportivas
		b) Aconselhar os que não frequentam
		c) Orientar os jovens a frequentar em grupos completos as sociedades esportivas
		d) Promover sociedades próprias para as J.C
		e) Traçar os limites de formação física para a juventude católica, masculina e feminina
	5.FORMAÇÃO FAMILIAR	a) Conferências sobre o matrimônio
		b) Exercícios espirituais preparatórios para a vida matrimonial
		c) Cursos semanais de preparação para a vida matrimonial
		d) Livros e opúsculos especiais
		e) Normas para a escolha de um noivo ou

		uma noiva
INICIAÇÃO APOSTOLICA	1. APOSTOLADO INDIVIDUAL	a) Palestras e discussões ordenadas
		b) Cartas particulares
		c) Obséquios ou atenção várias
		d) Presentes de livros, imagens, orações, etc.
		e) Visitas a enfermos, obras de caridade
		f) Bom exemplo dado em toda parte e sempre.
	2. APOSTOLADO ORGANIZADO	a) Conquista de uma alma de Escol
		b) Conquista de uma família notável
		c) Conquista de colegas de boa vontade
		d) Cristianização da escola
		e) Conquista dos operários
		f) A introdução da imagem do S. coração em todas as casas da paróquia ou do bairro
		g) Moralização do cinema, imprensa, modas, etc.
		h) Cristianização da Nação pela organização da A.C., etc
DEFESA DO JOVEM APOSTOLO		a) Leituras, etc.
		b) Cinema
		c) Baile
		d) Praias, etc.
		a) Programas das seções ordinárias
		b) Programa para o ano
c) Livros e opúsculos recomendados para a juventude católica		

Fonte: Elaborado a partir das diretrizes do C.C.A (Anexo)

Como a juventude católica era considerada um seminário de ação católica foi dado extensiva ênfase, no documento supracitado, a questão da formação do “jovem apóstolo”. Para este público foi sugerido a leitura de biografias, sobretudo daqueles considerados apóstolos leigos modernos, como Ozanam, L. Harnel, Irmãos Vrou, C. Ferrini, Alberto de Mun, Vico Necchi, Marta Noillat, Frassati, Naguy, Giosué Borsi, Jackson de Figueiredo, Zélia Pedreira de Abreu Magalhães, Elisabeth Leseur, Pierre Poyet, Paul Bertrand, Eva Lavolieiro, Felício Santos, Luiz Veullot, etc. A par dessas biografias tão diversas acreditava-

se instrumentalizar os jovens com vários exemplos de trajetórias de católicos militantes os quais deveriam ser lembrados e seguidos.

Ainda em relação à formação intelectual – que juntamente com a espiritual foram as mais valorizadas nas diretrizes do movimento - sugeria-se a realização de círculos de estudos. A preocupação estrita com a formação intelectual do grupo decorria da percepção deles de que “A cultura geral dos jovens católicos não deve ser inferior às dos outros, mas, pelo contrário, muito mais para que se imponham no meio em que atuam.⁸⁴” Assim, os círculos de estudos deveriam se estruturar de modo que os dirigentes da Juventude católica incentivassem, além dos estudos particulares, reflexões relacionadas com a obra do apostolado integral, sejam temas religiosos, apologéticos, dogmáticos, históricos, filosóficos, sociológicos, políticos, econômicos e pedagógicos, adaptados ao nível intelectual dos membros da juventude católica.

Além dos estudos, os membros do movimento – os centristas- eram estimulados a falar em público, a trabalharem a oratória, assim como escreverem constantemente em periódicos religiosos ou laicos. Sugeria-se, neste sentido, que aqueles pouco afeitos a expressar-se em público ou à prática da escrita deveriam compromissar-se de falar nos círculos operários ou escrever regularmente em jornais e revistas de natureza diversas. Portanto, a formação de uma elite intelectual apta a publicizar os ideais católicos em vários domínios sociais consistiu no principal objetivo do movimento.

Objetivo o qual remonta a própria formação intelectual que os dirigentes do movimento receberam dos jesuítas alemães em suas Congregações Marianas. Como se analisou anteriormente círculos de estudos, disciplina intelectual, retiros espirituais e ênfase nos debates públicos e manifestações escritas faziam parte da rotina dos Congregados Marianos. Além disso, o modo de cooptação sugerido pelo movimento, em vários aspectos, foi similar àqueles implantados pelos jesuítas. Como ilustra o método sugerido pelas diretrizes do movimento:

Deixa-se o adversário expor as suas dificuldades sem o interromper, a não ser para obrigá-lo a esclarecer seu ponto de vista. Depois, propõem a responder, mas com a condição de não ser interrompido enquanto se fizer a exposição do nosso ponto de vista. Aceita a condição faz-se a exposição mais completa possível da doutrina da Igreja referente ao assunto e em seguida respondem-se as objeções feitas ou que se possam ainda fazer. Feito isso, permite-se ao adversário que se manifeste, mas só sobre a questão debatida.” [...] “Se o adversário permanecer obcecado no erro dele,

⁸⁴ REIS, Mário Goulart. Diretrizes do C.C.A. 1933 (Mimeo).

apenas dos nossos argumentos, toda a discussão será inútil. Devemos então encerrar a discussão com uma palavra amigável e amável que nos permita voltar em outra ocasião, por exemplo, Amigo, você é pessoa muito boa para permanecer no erro, por isso tenho esperança de que um dia Nosso Senhor lhe faça ver a verdade e você se converterá⁸⁵.

Em relação a cooptação de novos membros para o movimento destaca-se a predileção, segundo o documento, pela conquista de “almas de escol”, ou seja, de intelectuais reconhecidos no meio cultural e político riograndense, e/ ou de famílias com grande notoriedade. Para tanto, para a conquista para o movimento católico de um iminente intelectual agiam da seguinte forma: 1) Um membro ou um grupo encarregava-se de rezar nessa intenção, e de conseguir orações e sacrifícios (de asilos, conventos) no nome do intelectual, mesmo que fosse para um ou dois meses determinados; 2) Após realizava-se um convite para uma sessão especial na qual se diria quanto a JC se empenha pela sua conversão integral; 3) Depois, certos católicos intelectuais o procuravam em certo mês-sendo que cada pessoa deveria procurá-lo em semanas diferentes, previamente indicadas; 4) Até que o convidavam para que falasse em festividades em que houvesse ocasião de fazer profissão de fé católica; 5) Assim, em qualquer manifestação pública de fé católica que houvesse, se correspondiam através de manifestações de alegria, ofícios, cartas, telegramas; 6) Pedia-se ao intelectual, por meio de comissões especiais, que escrevesse em jornais, revistas, sobre um assunto escolhido que de qualquer modo tivesse relação com a Igreja. Obtido isto, pedia-se outro artigo; 7) Logo após, algum centrista escreveria sobre as ideias cristãs externadas pelo intelectual visado. Desta forma ele, publicamente, iria sendo reconhecido como intelectual cristão.

Portanto, ao cooptarem intelectuais de orientação laica para o movimento buscavam, além da ampliação do movimento, reconhecimento e legitimidade num espaço social e político adverso as práticas religiosas. Como o movimento católico originou-se do grupo das congregações marianas, e os membros do movimento continuavam participando das CMMs, pode-se considerá-los, de certo modo, como movimentos católicos complementares um ao outro. Deste modo, a conversão de Antônio Borges de Medeiros - eminente líder republicano de orientação “positivista”-que se tornou congregado mariano na década de 1950, e a de Dario de Bittencourt- que em sua trajetória seguiu a orientação “positivista” e militou na Ação Integralista Brasileira - que, na mesma década, aproximou-se do catolicismo e dos Congregados Marianos, podem-se ser consideradas decorrentes desse esforço coletivo dos

⁸⁵ Ibidem.

membros do movimento católico em cooptar para o catolicismo figuras intelectuais e políticas representativas do cenário riograndense. O depoimento de Dario de Bittencourt (1940, p. 6-7) é ilustrativo deste processo:

Meses depois da morte de meu pai, fui internado no Ginásio Nossa Senhora da Conceição, dos Padres Jesuítas, situado na vizinha cidade de São Leopoldo, assim me conservando em 1911 e 1912 – os dois últimos anos da existência desse famoso instituto de ensino secundário, em cuja capelinha modesta, numa radiosa e distante manha de domingo, fiz minha primeira comunhão; dado o fechamento do colégio, transferi-me para o Ginásio Anchieta, não menos famoso educandário, cujas aulas freqüentei entre 1913-1937. Como me ficassem ainda para traz alguns exames preparatórios, entre 1918-1919 cursei as aulas do Ginásio Nossa Senhora do Rosário, secção do caríssimo Irmão Weibert, e que, então, estavam instalados no casarão do antigo Seminário, com entrada pela rua do Espírito Santo. Enquanto cursei as aulas dos Padres Jesuítas ou daquele Irmão Marista- grande amigo da mocidade gaúcha- freqüentei sempre a Igreja e seus Santos Sacramentos, a principio com grande assiduidade e, mais tarde, com menores ou maiores intervalos. Em princípios de 1920 prestei exames vestibulares e logo ingressei na Faculdade de Direito. Desde então, sem uma ou qualquer razão plausível, a pouco a pouco fui me afastando da Igreja e é assim que, durante vinte anos, dela estive separado assim como de seus Santos Sacramentos. DEUS, no entretanto, compadeceu-se da sua humilde criatura e é assim que, por intermédio do Sr. Prof. Armando Câmara, em 1939, ofereceu um ensejo a que – qual a ovelha tresmalhada que retorna ao redil- eu regressa-se ao seio da Igreja: fui, então convidado a compartilhar de um de seus Retiros fechados realizados no ano passado. [...]"

Entretanto, para que o movimento se ampliasse seus membros deveriam ser exemplos de vida espiritual, renúncia e disciplina. Assim, uma série de atividades em comum, ou individuais, eram estimuladas, como retiros espirituais, leitura conjunta dos dogmas da Igreja, a sociabilidade católica, a assistência aos círculos operários, profissão regular da fé, controle, pelos diretores espirituais, ou sacerdotes, dos livros e filmes disponíveis, etc. Portanto, esta conduta baseada na renúncia, na disciplina e na vida espiritual definia o sujeito que os católicos visavam formar, ou seja, um sujeito integralmente dedicado ao catolicismo, da sua vida privada até nas suas atividades públicas, profissionais, como ilustra as palavras de Francisco Machado Carrion (1934, p. 13):

[...] Agora nosso trabalho é principalmente de preparação; não nos impressione os números, mas a qualidade, pois não deve ser esquecido que somos os responsáveis por nosso movimento, devendo bem penetrar-nos dos três princípios que constituem todo o segredo de nossa vitória e firmeza de nossa orientação: vida espiritual, renuncia e disciplina”

Esses princípios assemelham-se aqueles inculcados pela formação jesuítica que receberam. Neste sentido, em muitos escritos dos membros do grupo católico, percebe-se a valorização das práticas dos inicianos, como, por exemplo, os retiros espirituais, que revelam sua ascese, sua a espiritualidade, sua obediência à hierarquia e sua disciplina. Como ilustra o

discurso de Ernani Maria Fiori sobre a Companhia de Jesus, publicado à época na revista *Estudos*:

Confessamos, lealmente, que, nos problemas sociais contemporâneos, em nenhum sociólogo encontramos rumos mais claros e mais definidos do que nas meditações fundamentais dos retiros inacianos. Procurando situar a posição do homem, dentro do universo, para solucionar problemas individuais, a ascese inaciana fornece os elementos que podem resolver, decisivamente, as grandes questões sociais de nossos dias [...] O santo dos nossos dias é o do tipo inaciano, forrado de espiritualidade, mas adaptado ao ativismo da época. Esse o ideal aventureiro e cavalheiresco da Ação Católica, renunciada já na gloriosa tradição apostólica das Congregações Marianas, filhas diletas da Companhia de Jesus, e herdeiras do mais lídimo espírito inaciano. [...] A ascese do apóstolo moderno é a de Inácio. Na encíclica ‘Mens Nostra’, de Pio XI, lemos: o retiro de Santo Inácio cria o espírito apostólico e prepara um exército de leigos zelosos, para as múltiplas tarefas da Ação Católica.” Mas o nosso vago esboço dessa ascese ficaria irreconhecível se lhe faltasse um dos elementos essenciais: a obediência à legítima autoridade eclesiástica (FIORI, 1940a, p. 50-53).

Logo, este foi o modelo que inspirou as diretrizes do movimento católico. Juntamente a estas diretrizes buscavam nos princípios da Ação Católica italiana os fundamentos para tal movimento. Resta saber quais temas fundamentaram o movimento e mobilizaram seus membros ao debate público, como se analisa abaixo.

6.1.3. Temas mobilizados: Da crise do mundo moderno à crítica ao individualismo liberal e ao comunismo.

Em capítulo anterior analisou-se e demonstrou-se as ideias dos autores que influenciaram intelectualmente os membros do grupo que articulou o movimento católico. Estas ideias e autores encontram-se presentes nos temas os quais mobilizaram para o debate público. Deste modo, os membros do movimento não apresentaram reflexões originais, mas reproduziram os debates, os temas, as reflexões que pautavam o discurso católico no período anterior ao Concílio do Vaticano II.

Assim como alguns autores representantes do pensamento católico à época, como Jacques Maritain e Nicolas Berdiaeff, as reflexões que pautavam o debate proposto pelos membros do movimento católico giravam em torno da valorização da cristandade medieval, sua estrutura e seus aspectos sociais e religiosos, e na crítica as características do mundo moderno. Em relação à valorização da idade média, encontram-se reflexões que enaltecem o espírito cooperativo do medievo, como abaixo:

A média idade foi o período em que mais perfeitamente se realizou o ideal de disciplina entre os homens. Vivendo sobre a proteção da Igreja, submissos a ela, eram felizes. Considerai somente o que foram as corporações de ofício. Mestres e aprendizes a concorrerem para o bem comum. Não existia, então, a trápica dissociação entre capital e trabalho, a competição desumana que leva multidões `miséria para fazer a riqueza de uns poucos. Era o regime de amparo mutuo, realizando o- um por todos e todos por um.(BRITTO VELHO, C, 1936, p. 9-10).

Ou então aquelas que buscaram teorias as quais fundamentassem o retorno do corporativismo do medievo, a exemplo das ideias de La Tour Du Pin, as quais poderiam ser aproveitadas, na concepção dos membros do movimento católico, para o repensamento das estruturas modernas, conforme as palavras de Armando Dias de Azevedo (1940b, p.71):

Seja licito, de passagem, lembrar que o regime corporativo que La Tour du Pin e os demais mestres da doutrina social católica preconizam não é uma cópia do regime medieval, mas dele aproveita o princípio, adaptando-o às condições atuais.

Berdiaeff, Maritain e todos aqueles autores identificados com o gênero de “literatura de crise” de inspiração cristã, em suas devidas proporções e diferenças, construíram seus modelos de pensamento em contraposição as estruturas implantadas com a Renascença e com a Reforma Protestante. Esses modelos de pensamento refletiram-se nas colocações do grupo católico riograndense e fundamentaram o movimento católico como ilustram algumas de suas reflexões:

(...) Da erudição Renascentista, vai nascer os germe da destruição, que comprometeu nosso mundo moderno. O iluminismo, como acentua Berdiaeff, nega o homem espiritual, que não pode deixar de ser criador, afirmando o homem material, “escravo da necessidade. (CARRION, 1940a: pág. 16)

Mais graves, no entanto, foram as conseqüências no campo da religião e da moral. A rebeldia luterana, com o postulado do livre exame, trouxe, em grande escala, não só para os intelectuais, como para a massa, para o povo, o germe da fragmentação, da dissolução dos costumes, da desobediência a toda autoridade extra-individual”(BRITTO VELHO, C, 1936, p. 9-10)

“ O orbe moderno foi envolvido pelas labaredas da Revolução da Renascença, em si aparentemente tão natural, mas que realmente desintegrou a existência com o seu desarvorado espírito de independência e de liberdade, que gerou o ciclo sucessivo e trágico das revoluções religiosas, filosóficas, científicas, sociais e políticas” (OBINO, 1941c, p. 81)

Portanto, as reflexões dos membros do grupo católico estavam inseridas, ou reproduziam, os modelos de pensamento e as questões as quais alimentavam o debate católico no período. Entretanto, na maioria dos artigos publicados pelos membros do grupo católico o tema recorrente foram às críticas as teorias científicas modernas, como se pode verificar em alguns trechos de seus textos:

Na Filosofia fato análogo. A unidade medieval, em que a filosofia e a teologia se davam as mãos, partindo do pressuposto evidente que verdades não se contradizem e que, portanto, estabelecida a veracidade de revelação, a filosofia não pode contradizê-la, seguiu-se a anarquia da época moderna, com um Descartes pretendendo, a partir da dúvida universal, reconstruir por si, individualmente toda a filosofia; com um Kant, procurando dar, num esforço titânico, novas bases ao conhecimento; enfim, com esta veracidade enorme de Filosofia, tão numerosos quanto os pensadores que se propuseram decifrar o enigma do cosmo (BRITTO VELHO, C, 1936: p. 9).

O método indutivo, isto é, o que parte da observação e de que foram corifeus nos tempos modernos o positivista Comte e o católico Le Play, foi o que guiou São Thomas de Aquino, que já concebia a possibilidade duma disciplina aplicada a descobrir, pelo método da observação, as leis dos fatos morais e sociais. (AZEVEDO, 1942b: p. 5)

E, como nos diz Taine, a teoria do contrato social, conduz ou à Anarquia ou ao despotismo, passando a liberdade a ser apenas um conceito sem valor e sem sentido. A teoria do organicismo natural, segundo os princípios naturalistas, conquanto oposta a anterior, seja com Kant, Comte, ou Spencer, cairia no erro, não menos grave, se integralmente aplicada, da negação absoluta do direito e da liberdade individual, com a supressão de todos os organismo sociais. A teoria do contrato social oscila, em sua aplicação prática, entre a anarquia e o despotismo; a concepção evolucionista conduz ao determinismo social (CARRION, 1942a, p. 16).

Falso é o determinismo materialista, que elimina do homem o elemento espiritual: o racionalismo reduzindo-o a uma simples razão natural: o determinismo psicológico, suprimindo o livre- arbítrio (CARRION, 1942a, p. 16).

O racionalismo enciclopedista, pai da revolução francesa, foi assim uma absolutização da inteligência e da vontade do homem, força para as quais- era lógico- foi pedida uma liberdade absoluta. Nasceu então, esse sonho da liberdade absoluta para o homem, ideal que ainda hoje, transforma o mundo moderno. Mas a revolução francesa foi um mar de dores. (...)E os descreram do poder divino da inteligência e da vontade do homem. E do fundo dessa desilusão nasceram o positivismo, o determinismo e o romantismo. (MEDEIROS, M, 1942, p. 54)

O século do agnosticismo, da renúncia verbal à metafísica foi, na realidade, o período mais prática e clandestinamente filosófico. Decretando o exílio da metafísica, o século de Comte transferiu à ciência, a tarefa de explicação profunda e total da realidade. Confundiu, num só, dois tipos de conhecimento, cuja diferenciação era uma conquista secular. Criou o cientificismo, que procurava, na ciência experimental e positiva, a solução de todos os problemas da vida.” (AZEVEDO, 1945, p. 7)

Nestes trechos percebe-se, mesmo que sutilmente, vários argumentos que os difere e/ou os aproximam. Carlos de Britto Velho e Armando Dias de Azevedo, na linha de Berdiaeff, dentre outros, criticavam a desvinculação da teologia da Filosofia e o argumento daqueles que viam a ciência como único meio para conhecer a realidade. Ou seja, refletiam sobre a condição moderna da Filosofia, que deixou de ser o meio universal do conhecimento. Em outro texto, Armando Dias de Azevedo, assim como Francisco Machado Carrion, aproximou-se do modelo proposto por Jacques Maritain, ao destacarem os erros das teorias modernas, buscando legitimar a verdade a qual eles defendiam, ou seja, a religiosa. Além

disso, percebe-se todo um esforço em desfazer os aspectos originais das teorias modernas, como seu método, trazendo tais inovações para o repertório católico.

Portanto, essas reflexões reforçam o caráter iminente intelectual deste movimento católico. Possivelmente, por isso, como analisaremos adiante, o espaço primordial da atuação dos membros deste grupo foi o universitário, em especial a Faculdade de Filosofia. Destaca-se, também, em relação aos temas mobilizados, o papel proeminente que atribuíam ao modelo de pensamento dos membros da Companhia de Jesus, uma vez que consideravam que foram “Os jesuítas que procuraram realizar um equilíbrio entre a herança da idade média e o espírito da época moderna” (FIORI, 1940a, p. 49) e que frente “A falsa civilização e a cultura moderna à desarvorada ciência atual, o labor jesuítico contrapõem a vida plena e a sabedoria integral.” (OBINO, 1940c, p. 3).

De outra forma, entre a década de 1930 a de 1940, período o qual privilegiamos na análise dos artigos das revistas *Idade Nova* e *Estudos*, não foram apenas a crítica a modernidade e os princípios dos regimes comunistas e socialistas combatidos pelo grupo católico. De modo geral, consideravam tanto o modo de produção socialista, quanto o capitalista perniciosos para a construção de uma sociedade cristã. Como escreveu Laudelino Teixeira de Medeiros, baseado nas colocações de Alceu Amoroso Lima (Tristão De Athayde): “Ambos (capitalismo e socialismo) nascem no mesmo fenômeno psicológico que a ambos precedem e que alimenta a raízes dos dois: naturalismo puro - e ambos terminam no mesmo fenômeno social: o economismo puro”(MEDEIROS, 1936a, p. 10). Percepção que foi compartilhada por Ernani Maria Fiori como demonstra este trecho de seu texto: “Individualismo liberal e totalitarismo classista ou nacionalista são verso e reverso da mesma medalha: é o mesmo anti-personalismo da cidade terrestre dos nossos dias” (FIORI, 1940a, p. 50).

Estas posições do grupo católico tornam-se compreensíveis quando se analisa parte do texto editorial⁸⁶ publicado no primeiro ano da Revista *Idade Nova* transcrito abaixo:

Somos dessa geração que está disposta à completa luta pela verdade, porque vê, em uma noite completa de ideias, no seio da massa, trabalhada pela demagogia de pretensos reformistas exaltados, perpetuarem-se a injustiça social, com a impassibilidade criminosa de uma classe que tem por horizonte os limites materiais de seu egoísmo. O mal não é de agora, vem de muito longe. Foi com a panacéia do Estado Liberal, originário da Filosofia naturalista do século XVIII, que trouxe para a economia e para a política as teorias unilaterais da Reforma, que se iniciou com o

⁸⁶ CONSTRUINDO (Editorial). *Idade Nova*. Porto Alegre, n. 5 ano 1, nov, 1934.

Estado totalitário, representante legítimo do Estado pagão, também unilateral e portador do mesmo erro, que se pretende perpetuar essa situação de angústia social. Nós, porém, que estamos com a verdade, que sabemos terem sido as classes sociais criadas, não para se constituírem em estado de luta, mas, sim, para viverem em colaboração recíproca, nós que entendemos dever o verdadeiro sistema político-econômico repousar sobre uma ordem de coisas personalísticas mas não individualística, orgânica mas não coletivista, uma ordem de solidariedade, na qual o espírito predomine sobre a matéria, não nos podemos conformar com o que existe em nossa Pátria, queremos modificar o regime social vigente.

Deste modo, posicionavam-se contra a filosofia naturalista a qual fundamentou o Estado liberal, e que, de certo modo, também foi à base do Estado Socialista⁸⁷. Ou seja, manifestavam contra a concepção científica e materialista do mundo que substituiu, a partir da metade do século XIX, a visão espiritualista da ordem social. Portanto, de um lado, rejeitavam os postulados liberais vigentes, em especial o individualismo, e por outro, o materialismo histórico dos Estados Socialistas, comunistas. Além disso, consideravam os Estados Totalitários de orientação materialista, pagões. O escrito de José Martins Costa, membro do grupo católico, embora direcionado para a discussão no campo do Direito, ilustra como essas questões eram colocadas pelos católicos:

Por toda a parte, dentro das próprias democracias, coexistem e colidem as duas concepções: a espiritualista, atribuindo valor ético ao Direito, relacionado à concepção dualista do universo, ao seu fim transcendente, dirigido para a divina perfeição-e a agnóstica, monista e utilitária, fonte de todas as desordens e amoralidades do individualismo liberal e do estatismo totalitário. Certo é, como observa Luiz Sturzzo, que, logo que as democracias se empenharam nesta luta de morte com as potências do Eixo, compreendeu-se que só a concepção cristã do Direito seria capaz de vencer de forma brutal o inimigo, graças aos valores espirituais de que é depositário o christianismo (COSTA, 1945, p. 89).

Em relação ao materialismo histórico de Karl Marx, cujos princípios inspiraram os regimes socialistas e comunistas, a crítica dos membros do grupo católico residia, de modo geral, ao fato de que, a organização do trabalho do homem proposta por Marx não se pautava por questões transcendentais, pelo contrário. Por exemplo, Armando Câmara, um dos líderes do movimento, recorre às ponderações de Jacques Maritain para questionar “[...] porque as soluções sociais comunistas relativas à organização do trabalho do homem sobre a terra, à comunidade temporal, não podem ser dissociadas do ateísmo, que é uma metafísica, e concluiu que “Todo o ateísmo de Marx, observa Berdiaeff, nada mais é que a projeção, na ordem social, da tese fuerbachiana de que o homem não foi criado a imagem e semelhança de

⁸⁷ Conforme Francisco Machado Carrion, foi por esse mesmo motivo, que os integrantes do movimento católico, a exceção de Ernani Maria Fiorii, que não entraram, num primeiro momento, para a Ação Integralista Brasileira, pois “a doutrina integralista tinha a mesma raiz hegeliana da doutrina marxista, que eram dois grupos que aparentemente se digladiavam por motivos outros que não doutrinários, no fim era o mesmo materialismo político e filosófico.” In: CARRION, F. M. **A Ação Integralista Brasileira**. Entrevista concedida à Héliço Casses Trindade. (Mimeo), 1969, pág. 9.

Deus; Deus é que teria sido engendrado a imagem e semelhança do homem.” (CÂMARA, 1945a, p.3). Portanto, questionavam, e de certo modo, ironizavam o materialismo da teoria marxiana. O trecho abaixo, escrito por Francisco Machado Carrion, ilustra e sintetiza, de modo claro, a forma que esse grupo posicionou-se em relação as teses do materialismo histórico:

A concepção materialista da História pretende que tudo, inclusive o homem, se constitua de um só princípio, a matéria; uma rigorosa necessidade regerá as atividades humanas, ficando sem o menor significado o princípio de liberdade do homem. Para esta teoria, o conhecimento histórico não apresenta, numa conseqüência necessária de seus postulados, o menor interesse, pois tudo se realiza de um modo fatal, pouco influenciando o conhecimento do passado como orientação para o futuro. O erro fundamental está na defesa do materialismo, com a negação dos valores morais, que, para esta escola, apenas se diferenciam dos valores materiais em grau e não em essência. (CARRION, 1944, p. 131).

Todavia, embora se colocassem contra o materialismo histórico, a princípio pode-se considerar que sua preocupação com a questão social, em especial com a situação das classes trabalhadoras os aproximava dos postulados socialistas, comunistas. No entanto, essas preocupações relacionavam-se com a doutrina social da Igreja, e a defesa do justo salário, como bem descreve Eloy José da Rocha (1944, p. 48):

Dentre as afirmações da doutrina social católica, cito tão somente duas. A primeira, do grande Papa Leão XIII: “o que é vergonhoso e desumano é usar dos homens como de vis instrumentos de lucro, e não os estimular senão na proporção do vigor de seus braços”. Mas entre os deveres principais do patrão, é preciso pôr em primeiro plano o de dar a cada um o salário que lhe convém. Seguramente, para fixar a justa medida do salário, há numerosos pontos de vista que considerar. De maneira geral, lembrem-se o rico e o patrão que explorar a pobreza e a miséria e especular com a indigência são coisas igualmente reprovadas pelas leis divinas e humanas.

A doutrina social da Igreja ou o catolicismo social, embora partissem das mesmas constatações que o marxismo sobre a realidade operária, apresentava outras soluções. Enquanto o marxismo e os regimes que de suas interpretações derivaram postulavam a luta de classes como o único meio de equacionar a desigualdade social, o catolicismo social, inspirado na encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, propunha modelos colaborativos de relações trabalhistas, entre os operários e os patrões, os quais gerariam justiça social. O catolicismo social era visto, entre os membros do grupo católico, como a doutrina capaz de concorrer com aquela que embasava o comunismo, e como meio de reformar o capitalismo, ou seja, recristianizá-lo, como esclarece, em relação ao comunismo, o trecho abaixo extraído do artigo *Desordem Social*, de Laudelino Teixeira de Medeiros (1936b, p. 9):

O catolicismo social está se formando entre nós. E de todas as correntes é a que mais força em breve possuíra. O comunismo, seu adversário ferrenho, se pode concorrer na prova de esforço, terá de se confessar vencido no campo das ideias, no campo da verdade: a evidência é superior a todo sectarismo.

Portanto, este movimento católico, seguindo a mesma posição da Igreja, definiu-se, em relação ao temas que seus membros mobilizaram, por seu anticomunismo. Na esfera intelectual isto pode ser verificado nas cátedras universitárias monopolizadas pelos membros do grupo, em especial aquelas dedicadas à legislação trabalhista – área ainda incipiente à época-e aquelas de natureza econômica e social, como se analisa adiante. No meio político tais preocupações manifestaram-se, num primeiro momento, em relação a alguns dos postulados da Liga Eleitoral Católica de 1933 como revela as considerações que Mário Goulart Reis fez em carta a Adroaldo Mesquita da Costa:

Quem não vê, meu bom amigo, que o mundo marcha para uma organização socialista e por isso mesmo devemos ter as nossas vistas especialmente voltadas para a cristianização dos grupos econômicos? Quer me parecer, salvo melhor juízo, que devemos estender as nossas reivindicações aos seguintes pontos: 1) Reconhecimento dos sindicatos profissionais católicos; 2) Combate sistemático e intenso ao comunismo [...]. É exato que a organização sindical católica é o maior combate ao comunismo, porém ela exige tempo e a situação anormalíssima do mundo é tal, que a proliferação das ideias comunistas é intensíssima. Daí a necessidade premente, segundo meu fraco entender, de se exigir, de se exigir dos candidatos aos votos dos católicos, o compromisso formal de também combaterem o comunismo.^{88,}

Embora a referência segue sendo, para este período, os círculos operários, que, de uma forma ou de outra, a maioria dos membros do grupo católico, em algum momento, participou, o depoimento de Eloy José da Rocha faz referência à atuação dos membros deste grupo na organização de sindicatos e de suas ideias em termos de legislação trabalhista, como abaixo:

O professor Francisco Machado Carrion aludiu à Ação Católica, ao Círculo Operário e ao Padre Brentano. Com estes cooperamos, no apoio à organização de sindicatos de trabalhadores. Um dos sindicatos promoveu a fundação de uma cooperativa de consumo, que instalou uma padaria na Avenida João Pessoa, o que gerou sério problema para panificadores. Ocorreu na interventoria do então Coronel Ernesto Dornelles, que prestigiou a fundação. Salientaram-se naquela iniciativa Mário Reis, Daniel Faraco, Francisco Machado Carrion, Ernani Fiori e Arthur Fischer. De mim, servi como assessor em matéria pertinente à legislação. A esse tempo, servidores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul reclamaram reajuste de vencimentos. Quando inexistia legislação sobre salário-família, aquele mesmo grupo católico submeteu ao Governador a proposição de que, ao invés do aumento indiscriminado de salário, se instituisse um salário – família, pagando-se assim mais aos que tivessem famílias^{89,}

⁸⁸ REIS, Mário Goulart. **Carta** [para] COSTA, Adroaldo Mesquita. Santa Maria, 06/12/1932

⁸⁹ ROCHA, Eloy José da. **A Liga Eleitoral Católica**. Depoimento. Simpósio sobre a Revolução de 1930, Porto Alegre: ERUS, 1983, p. 693.

As próprias teses aprovadas no 1º Congresso Universitário Católico já sinalizavam a preocupação com a organização sindical dos trabalhadores, sem, no entanto, naquele momento, apresentarem uma preocupação explícita com a ameaça comunista. Propunham meios os quais visavam modificar a forma de organização do trabalho vigente no capitalismo liberal, conforme Arthur Isaia sistematiza abaixo:

Ao lado da defesa da organização corporativa, o congresso de estudantes universitários posicionou-se por uma maior intervenção estatal como meio de coibir a superexploração dos operários. O Estado deveria ser chamado a um controle efetivo dos preços das mercadorias e à fixação de cotas de produção, com o fim de evitar o espetáculo da superprodução que ameaçava o mundo capitalista. Perseguiu-se a vigência do justo salário e do justo preço em moldes totalmente tomistas. Por outro lado, os estudantes manifestaram-se pela adoção de uma legislação trabalhista que incluísse o dever da assistência patronal ao operário desempregado. Este não poderia ser despedido aleatoriamente, devendo os motivos de demissão serem fixados pela legislação (ISAIA, 1998, p.128).

Logo, pode-se considerar que advogavam em torno de um reformismo social, pautado pela doutrina da Igreja, cujas bases assentavam-se na volta das corporações de ofícios do medievo e na defesa, garantida pelo Estado, através de legislação específica, dos direitos trabalhistas. O final do discurso elaborado pelas lideranças da LEC – Francisco Machado Carrion, Ernani Fiori e Artur Fischer - e lido por Adroaldo Mesquita na Assembleia Nacional Constituinte definem a posição do grupo, tanto em relação ao Estado liberal e ao comunista, como em relação à questão social:

Enfim, sob a égide da doutrina cristã, única capaz de fazer a felicidade do operário sem ofender a dignidade do patrão, queremos a Nação constituída politicamente tão afastada do Estado Liberal como do Estado absoluto, socialista, totalitário, os dois sistemas que nos conduziriam, fatalmente, a anarquia e ao despotismo [...]⁹⁰

Entretanto, mesmo que, nesta época, os membros do grupo já esboçassem posições anticomunistas, nas suas práticas políticas tais posições não se reproduziram claramente nas eleições para a Constituinte de 1933, apenas na LEC de 1945 o movimento apresentou-se marcadamente anticomunista. Este fato relaciona-se com o contexto histórico, dado que, na década de 1930, no Entre-Guerras as posições da Igreja Católica ainda apresentavam-se difusas, fato que se alterou pós II Guerra Mundial, especialmente durante o período de Guerra Fria, quando a Igreja Católica apresenta-se como uma instituição marcadamente

⁹⁰ Reproduzido em CARRION, Francisco Machado. **A Liga Eleitoral Católica**. Depoimento. Simpósio sobre a Revolução de 1930, Porto Alegre: ERUS, 1983, p. 680.

anticomunista⁹¹. Esta mudança percebe-se nos próprios discursos dos membros do grupo católico, como no de Armando Câmara (1945b, p.3), naquela década presidente da junta regional da LEC:

Eis porque a Igreja reage contra todas as forças deformadoras do conceito cristão de homem e transviadoras de seu divino itinerário. Eis porque a Igreja reage contra o comunismo, que paganiza o homem e lhe atribui uma destinação limitada ao plano da pura imanência. A Igreja não lhe diz um sim, porque o comunismo é um não feroz em face da vida. A Igreja vê no comunismo uma expressão cruenta da agonia cultural materialista; o estado final de um secular processo de degradação espiritual e social. E constitui a tentativa, última e desesperada, de um sistema materialista de valores, em total exaustão, de fixar-se ainda, na vida, e de impor-se à realidade. Daí sua violência: ele está condenado a parecer com a cultura que o gerou; tem dias contados para lutar contra a realidade e contra a vida, que o repudiam e negam. Ele perecerá porque a natureza e a história não suportam os seres e as situações anti-naturais e anti-humanas, não permitem a sobrevivência de monstros.

Inclusive, este grupo só associou-se a uma organização voltada ao combate comunista no meio cultural e político riograndense apenas em 1935, portanto, após as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, de 1933. Trata-se da Ação Brasileira de Renovação Social, cujas características se esboça adiante quando se analisa a o envolvimento do grupo na Ação Católica no Estado. Assim como a revista *Idade Nova*, publicada pelo grupo católico, posicionou-se, claramente, como periódico anticomunista a partir de 1944. Por exemplo, uma edição de 1945 foi dedicada a análise e a crítica do avanço comunista na China⁹², outra, neste mesmo ano, traz na capa os seguintes dizeres “O comunismo longe de ser um remédio é uma enfermidade”⁹³.

Portanto, pode-se considerar que até o momento que os membros do grupo ainda assumiam posições intelectuais e políticas análogas, ainda meados da década de 1940, os temas que mobilizaram em suas publicações giraram em torno à crítica do naturalismo e do materialismo inerentes as teorias que sustentavam o Estado liberal e o Comunista. Após, alguns elementos de proa desse grupo, juntamente com uma geração mais nova, radicalizaram suas posições, especialmente em termos de temas políticos, o que se refletiu na organização da Liga Eleitoral Católica de 1945.

6.1.4. Os cruzados do século XX: O grupo do CCA e a Juventude na Ação Católica Oficial da Arquidiocese

⁹¹ Sobre isso ver RODEGHERO, Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**, vol.22 n.44, São Paulo, 2002.

⁹² IDADE NOVA. Porto Alegre, n. 2, ano XII, agos, 1945.

⁹³ CAPA. Idade Nova. Porto Alegre, n. 3, ano XII, out, 1945.

Os membros do movimento de Juventude Católica e os do C.C.A assumira posições dirigentes na Ação Católica da Arquidiocese de Dom João Becker definitivamente, apenas em 1938. Esta vinculação tardia a Ação Católica liderada por Dom João Becker deve-se a alguns fatores. A questão mais sensível na relação deste grupo com o Arcebispo, conforme expressam em uma série de depoimentos⁹⁴, foi à posição tomada por Dom João Becker na Liga Eleitoral Católica de 1933. Embora, este contexto seja analisado com mais detalhes adiante, refere-se ao apoio dado pelo Arcebispo aos candidatos do Partido Republicano Liberal (PRL), do interventor federal Flores da Cunha, comprometendo assim o caráter apartidário da LEC.

Esta relação de Dom João Becker com Flores da Cunha desgostou profundamente o grupo de leigos do CCA e gerou situações constrangedoras. Por exemplo, na abertura do Primeiro Congresso Católico Universitário, em 1933, quando “formada a mesa que presidiria os trabalhos e ocupando Flores da Cunha o lugar de honra na mesma, o presidente do Congresso, Francisco Machado Carrion, solicitou que o governador cedesse a sua cadeira ao presidente de honra do congresso, Dr. Frederico Dahne, presidente da ação católica do RGS.” (ISAIA, 1998, p.126-127). Dom João Becker não compareceu as sessões restantes deste Congresso e recebeu a seguinte mensagem dos membros do movimento de juventude católica: “na sua ausência, iríamos considerar na representação da autoridade religiosa um humilde padre capuchinho.”⁹⁵

Além disso, a busca pelos membros desse grupo de terem uma atuação mais incisiva junto ao operariado desagradava a Arquidiocese que preferia atuar entre as elites em seu projeto de recristianização social. Tal postura de Dom João Becker foi criticada, inclusive, pelo Padre Brentano, dos círculos operários, como escreve Arthur Isaia (1998, p. 129):

O referido sacerdote, quando convidado por D. João Becker para organizar os Círculos Operários na Arquidiocese queixava-se de não ter recebido o apoio necessário. A Arquidiocese estava por demais vinculada a uma elite para valorizar condignamente uma atuação frente ao movimento operário numa ótica *burguesa*.

As atitudes assumidas pelos membros desse grupo católico frente à questão social geraram situações controversas para o Arcebispo. Por um lado, o Arcebispo necessitava do apoio dos jovens do CCA que vinham arregimentando novos grupos para o movimento

⁹⁴ Em especial os de CARRION, Francisco Machado, de COSTA, Adroaldo Mesquita e de ROCHA, Eloy José da In: **A Liga Eleitoral Católica**. Depoimentos. Simpósio sobre a Revolução de 1930, Porto Alegre: ERUS.

⁹⁵ CARRION, Francisco Machado. **A Liga Eleitoral Católica**. Depoimento. Simpósio sobre a Revolução de 1930, Porto Alegre: ERUS, 1983, p. 679.

católico, e por outro, temia sua influência, e por isso passou a impedir que os seminaristas da Arquidiocese frequentassem as reuniões do movimento católico. Como bem coloca Arthur Isaia (1998, p.129):

O grupo de estudantes católicos cedo provocou desconfianças tanto do laicato como do próprio clero de D. João Becker. Era comum o grupo ser taxado de comunista por defender uma ampliação institucional que incorporasse direitos mínimos para a classe trabalhadora. Quando os integrantes do CCA passaram a vanguarda da ação político-partidária, seus posicionamentos provocaram mal-estar em alguns setores, que temiam sua tendência, absorvida como esquerdizante. Alguns padres, por outro lado, mesmo em um contexto de valorização da atuação do leigo como o que marcou o surgimento da Ação Católica, achavam que os estudantes inseriram-se demais em assuntos tradicionalmente resolvidos nos círculos clericais.

O fato é que este grupo gozou de certa autonomia em relação à liderança de Dom João Becker até meados de 1936, quando começaram a ingressar na Ação Católica da Arquidiocese. Pode-se considerar, inclusive, que os membros do grupo já consideravam suas atividades de ação católica, pois, enquanto congregados Marianos do Ginásio Anchieta, publicava, por incentivo do Pe. Werner, um panfleto intitulado Ação católica, e em suas manifestações posteriores, sejam orais ou escritas, este termo sempre esteve presente. Além de que, como demonstrado anteriormente, consideravam o movimento de juventude católica, que organizaram no CCA, Ação Católica.

No entanto, Ação Católica, instituída pelo Papa Pio XI, refere-se à participação dos leigos no “apostolado hierárquico”, ou seja, a incorporação dos leigos às paróquias, Dioceses, Arquidioceses, sob a coordenação direta da hierarquia eclesiástica. Tanto que a promulgação dos estatutos, decretos concílio plenário e as resoluções provinciais cabiam aos Bispos. Portanto, até 1936, quando o grupo em questão começou a ingressar nas fileiras da Ação Católica Arquidiocesana suas práticas não podem ser consideradas Ação Católica oficial.

Mesmo as jornadas cívicas promovidas pelas paróquias e pela arquidiocese, como as que ocorreram em 1932, que se iniciavam nas Paróquias, como a São Geraldo, e terminavam na Cúria Metropolitana, com os discursos daqueles considerados dirigentes da Ação Católica como Dr. Salomão Pires de Abrahão, presidente da junta municipal, e o Cônego Benjamin Carvalho de Aragão, não eram, ainda, atividades de Ação Católica efetivas. Neste tipo de ação católica os membros do CCA foram considerados delegados colaboradores, juntamente com seus sócios honorários Dr. Frederico Dahne, Dr. Armando Câmara, Capitão Reynaldo Câmara e Dr. Valério Alberton. Apenas o nome de Ernani Maria Fiori figurava como 1º

secretário. Portanto, naquele momento não assumiram posições dirigentes junto à Arquidiocese (CORREIO DO POVO, 5/06/1932).

No mesmo ano em que Dom Leme fundou a Ação Católica Brasileira, em 1935, a Arquidiocese de Dom João Becker lançou a Ação Brasileira de Renovação Social. Esta organização visava conter o avanço comunista no Estado. Criada num período em que a crise econômica da década de 1930 ainda refletia-se em alguns setores industriais, especialmente aqueles dependentes da agropecuária, e nos quais as ideias marxistas começavam a reproduzir-se entre o operariado, em detrimento da doutrina anarco-sindicalista, e, no mesmo ano do surgimento da Aliança Nacional Libertadora, liderada por Luís Carlos Prestes, buscou “conter o plano bolchevista que, já em 1930, denunciava, dramaticamente, o Arcebispo como produto da *fantasia de Lúcifer*” (ISAIA, 1998, p. 135).

Como bem coloca Arthur Isaia (1998) esta organização com fim específico não pode ser considerada Ação Católica, dado que, enquanto esta tinha um caráter mais geral, a recristianização de todos os setores sociais, aquela visava o combate ao comunismo. De todo modo, apesar do relacionamento anterior conflituoso entre a Arquidiocese e os membros do laicato católico do CCA, na Ação Brasileira de Renovação Social atuaram conjuntamente como um grupo de pressão de combate à expansão comunista no Estado, embora o nome de Dom João Becker não conste na comissão central da ABRS.

Os signatários do programa da ABRS⁹⁶ em sua maioria, como Armando Câmara, José Luiz Martins Costa, Adroaldo Mesquita da Costa, Eloy José da Rocha, Francisco Machado Carrion, Rui Cirne Lima, dentre outros, pertenciam à área jurídica. Além de que, naquele momento, em 1935, Adroaldo Mesquita da Costa, Camilo Martins Costa, Roque Degrazia e Décio Martins Costa eram Deputados Constituintes da Assembleia do RGS. Estas vinculações dos signatários do programa da ABRS com esta área, de certo modo, explicam o porquê que as ações e as soluções apontadas pelo grupo para resolver a questão social e a ameaça comunista davam-se no âmbito jurídico, como ilustra o terceiro item do manifesto: “A

⁹⁶ A comissão Central da ABRS foi composta por: Armando Câmara, José Luiz Martins Costa, Roque Degrazia, Adroaldo Mesquita da Costa, Felix Contreiras Rodrigues, Amadeu de Oliveira Freitas, Décio Martins Costa, José Pereira Coelho de Souza, Augusto Meyer, Armênio Macário Ribeiro, Carlos de Britto Velho, Francisco Machado Carrion, Adalberto Câmara, Álvaro Magalhães, Rui Cirne Lima, Luiz Abs da Cruz, Ernani Fiori, Arí de Abreu Lima, Vitor de Britto Velho, Elias Cirne Lima, Ivo Correa Meyer, Raul Moreira, Waldemar Romero, Eloy José da Rocha, Frederico Falk, Armando Dias de Azevedo, Dámaso Rocha. Conforme: AÇÃO BRASILEIRA DE RENOVAÇÃO SOCIAL. Manifesto ao Rio Grande e ao Brasil. **Idade Nova**. Órgão da Juventude católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, n. 6, ano I, jul/agos, 1935.

ação Brasileira de Ação Social lutará, a fim de reparar, por processos legais, as injustiças que viciam a atual ordem social e econômica⁹⁷”. Deste modo:

O programa do movimento estipulava que a luta pela reparação dos males sociais que atingiam o Estado deveria partir da pressão feita no sentido de concretizar as soluções previstas na Constituição Federal de 1934 e na legislação do Trabalho de Vargas. Portanto, a direção da luta era dada, antes de mais nada, pela doutrina social da Igreja. A nível imediato, a ABRS orientava-se pelos preceitos legais como medidas cabíveis para reparar as injustiças sociais e enfrentar a propaganda comunista (ISAIA, 1998, p. 137).

Estas constatações estão implícitas no quarto item de seu manifesto, no qual “Inicialmente a Ação Brasileira de Renovação Social pugnará pela concretização das soluções razoáveis e oportunas que a Constituição Federal e a legislação do Trabalho oferecem à questão social, e pela remoção das situações de mal-estar coletivo, criadas pelo conflito entre o capital e o trabalho, e explorada pela propaganda comunista.”. Portanto, embora no sexto item do manifesto deixem claro que a organização não se envolveria em pleitos eleitorais, contavam com a atuação de seus membros nas Assembleias Constituintes.

A partir do envolvimento deste grupo com a ABRS, que durou pouco tempo, percebe-se, nos artigos da revista *Idade Nova*, uma preocupação explícita com as qualificações da Ação Católica Oficial. Nesta direção, a título de ilustração, destacamos o texto de Mário Goulart Reis-sócio honorário do CCA-intitulado “A ação Católica: Tentativa de uma síntese”, de dezembro de 1935; e o de Pe. Candido Santini, S.J. “Porque Ação Católica Oficial?”, divulgado no mês de maio de 1936⁹⁸. Ambos apresentam sumariamente os princípios da Ação Católica Oficial e demonstram o tipo de relacionamento deve ser construído entre os leigos e as lideranças eclesiais. Enquanto o Pe. Santini S.J. expõe os modos que os leigos podem cooperar com a hierarquia eclesial, no texto de Mário Goulart Reis, a hierarquia eclesial aparece como órgão auxiliar aos movimentos de Ação Católica oficial. Isto se deve a concepção dos membros desse grupo de que, dependendo da situação, agiam *com ou acima da hierarquia*.

Todo este esforço do núcleo principal do CCA e dos grupos que arregimentaram para as fileiras da Juventude católica foi reconhecido, quando, em 1938, praticamente, todas

⁹⁷ Cf. AÇÃO BRASILEIRA DE RENOVAÇÃO SOCIAL. Manifesto ao Rio Grande e ao Brasil. **Idade Nova**. Órgão da Juventude católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, n. 6, ano I, jul/agos, 1935.

⁹⁸ REIS, Mário. A Ação Católica. Tentativa de uma síntese. **Idade Nova**. Novembro- Dezembro, 1935; e SANTINI S.J., Candido. Porque Ação Católica Oficial? **Idade Nova**. Maio, 1936.

suas lideranças integram os quadros oficiais da Ação católica da Arquidiocese, como demonstra o quadro a seguir:

QUADRO 21: Ação Católica da Arquidiocese – Juntas e diretoria (1938)

JUNTAS	DIRETORIA E CONSELHEIROS
JUNTA ARQUIDIOCESANA DA AÇÃO CATÓLICA	<u>Presidente:</u> Francisco Machado Carrion <u>Secretario:</u> Armando Dias de Azevedo <u>Tesoureiro:</u> Leonardo Wilkoszynsky <u>Conselheiros:</u> Adroaldo Mesquita da Costa, Eloy José da Rocha, Coronel Antenor Granja de Abreu, Armando Câmara, Ari de Abreu Lima, Rinaldo Câmara, Álvaro Magalhães, Damaso Rocha, Ernani Fiori, Paulo de Barros Ferlini, Carlos de Britto Velho, Raul Moreira e Belmonte de Macedo.
DIRETORIA DOS HOMENS DE AÇÃO CATÓLICA	<u>Presidente:</u> Antônio Bottini <u>Secretario:</u> Antônio Zago <u>1 tesoureiro:</u> Leopoldo Soares Machado <u>2 secretario:</u> Vitor de Britto Velho
DIRETORIA DA LIGA FEMININA	<u>Presidente:</u> Palmira Chaves Franco <u>Secretaria:</u> Íris Potthoff <u>1 tesoureira:</u> Beleta de Abreu <u>2 tesoureira:</u> Marieta Silva
DIRETORIA DA JUVENTUDE CATÓLICA BRASILEIRA	<u>Presidente:</u> Gustavo Pereira Filho <u>Secretario:</u> Liberato S.V da Cunha <u>Tesoureiro:</u> Rui Rodrigo Azambuja <u>Delegado da JEC:</u> Malomar Edlweiss <u>Delegado JOC:</u> Tassilo Spalding <u>Delegado dos aspirantes e benjamins:</u> Mario Ilha Filho <u>Conselheiros:</u> Laudelino Teixeira de Medeiros, Moises Rodrigues, Henrique de Moraes, Hélio Martins Gravina, Osvaldo Gomes, Carlos Haesbrert Filho, Sólon Sastre, Hugo Vier, Ilme Ferlauto, Aldo Pedroso e Astrogildo Fernandes.

DIRETORIA DA JUVENTUDE CATÓLICA FEMININA	<u>Presidente:</u> Cruzaltina do Vale <u>Vice-presidente:</u> Ruth Anicet <u>Secretaria:</u> Mary Coimbra <u>Tesoureira:</u> Leonor Alencastro <u>Delegada da JEC:</u> Aura Sirangelo <u>Delegadas das aspirantes:</u> Belquis Simch <u>Delegada das Benjamins:</u> Nanci Anicet <u>Conselheiras:</u> Hilda Costa Fiori, Sueli Abreu Lima, Alba Pedroso, Dora Lopes, Belba Selistre.
--	---

Fonte: Idade Nova, novembro-dezembro de 1938

Nomes como o de Cruzaltina do Vale, Francisco Machado Carrion, Gustavo Pereira Filho, Armando Dias de Azevedo, Antônio Bottini figuram em posições de destaque. De modo geral, esta diretoria e juntas eleitas em 1938 agregam a maioria daqueles que desenvolveram o movimento católico no sul do Brasil, seja os membros do CCA e seus sócios honorários e aqueles que participaram e desenvolveram a juventude católica no Estado.

Destaca-se que, neste momento, já aparecem elementos do modelo francês e belga de Juventude Católica, como a Juventude católica operária (JOC), a Juventude estudantil católica (JEC), etc, buscando substituir, assim, o modelo italiano⁹⁹. Conforme Garcia- Ruiz (1990, p. 6-7, *tradução livre*) a Ação Católica especializada, de origem francesa após a Segunda Guerra Mundial adaptou-se melhor na relação do movimento católico com os novos tempos, uma vez que

A perspectiva que domina é dupla: de uma parte ela trata de organizar intensivamente os pequenos grupos para formar os quadros militantes, a infraestrutura indispensável à restauração e a renovação da sociedade a partir dos princípios cristãos. Estes grupos devem satisfazer uma concepção de ação especializada dentro de diferentes setores da sociedade – operários, estudantes, universitários, profissionais, independentes, etc - e devem ser a arma de ação extensiva da Igreja.

No entanto, de modo geral, ainda vigorava a Ação Católica não especializada, dado que os dividiam em quatro organizações conforme a idade, gênero e estado civil. Ou seja, os homens maiores de 30 anos e casados eram considerados homens de Ação Católica, as mulheres casadas e com mais de 30 anos pertenciam a Liga Feminina, os moços ou moças de 14 a 30 anos à Juventude Católica Brasileira ou à Juventude Feminina Católica.

⁹⁹ Na América Latina a restauração católica através da Instituição da Ação Católica de modelo Italiano ocorreu de forma sucessiva após 1º Guerra: 1929 em Cuba, 1930 na Argentina, 1933 na Colômbia, 1934 no Brasil e Uruguai, 1935 no Peru e Costa Rica, 1938 na Bolívia e no Paraguai. Após, o modelo francês preponderou.

Todavia, a ação desse grupo, neste momento, afastou-se da questão operária, mesmo com a criação da JOC. Isto esteve relacionado ao hiato intelectual perceptível entre os membros do grupo católico e o operariado, dado que este não absorvia as alocuções extremamente filosóficas daqueles. Além disso, as soluções apresentadas pelos católicos para a questão social, desde a ABRS, na prática, não passaram do “paternalismo assistencial, do embate ideológico visando à neutralização das ideias anticatólicas e do recurso legal para a reparação dos males sociais.” (ISAIA, 1998, p. 141). Neste momento, como comprova o discurso abaixo de posse de Francisco Machado Carrion, a Ação Católica destinava-se a recristianização do meio cultural:

Senhores

A diretoria que ora foi empossada procurará, com a graça de Deus, o melhor desempenho possível de seu mandato. Será a pedra angular do edifício que devemos construir, a organização dos homens de ação católica e da liga feminina de ação católica, será sua pedra angular aquela trilogia que tornou realidade a juventude católica riograndense: vida espiritual, disciplina e renúncia. Procuraremos desenvolver uma ação coordenada e metódica em todos os setores sociais. E, por compreendermos que é no campo da inteligência que se trava, em nossos dias, a grande luta pela posse das consciências, colocaremos, uma vez organizados os homens e senhoras da ação católica como ponto fundamental de nosso programa de ação o apostolado cultural. Dedicaremos o melhor de nossas forças a “O Diário”, tribuna do pensamento católico e mensageiro da verdade. A associação dos professores católicos que está realizando o mais notável programa cultural de que teve conhecimento nosso meio, terá todo nosso apoio. Dentro de breve criaremos um departamento especializado, para orientar, estimular a atividade cultural da ação católica. A par disso, incentivaremos, ainda, todo o grandioso trabalho que já se faz nos diversos setores de nosso movimento e lançaremos novos empreendimentos que as circunstâncias aconselharem, sempre com método e prudência, para que, iniciando-se cousa nova, não se vá dar morte a antiga. Aos que estão em campo opostos ao nosso, procuraremos orientar para a verdade, com caridade cristã, pois seguimos o princípio evangélico de odiar o erro, mas não os que erram. Se, alguém, porém pensa poder deter nossa marcha, estará muito enganado, pois nossos pendões são de guerra e não sabemos voltar um passo atrás, já tendo dando provas de que cumprimos o prometido (CARRION, 1938: p. 13).

Esta mudança de perspectiva delineava-se, ao menos, desde o final de 1934, com a criação da Associação dos Professores Católicos (APC). Fundada sob a liderança de Armando Câmara, incentivada por Everardo Backhauser em visita a Porto Alegre, e tendo como assistente eclesiástico Luiz Gonzaga Jaegger, S.J, destinava-se a agregar um núcleo expressivo de professores católicos “capaz de reproduzir seu projeto de recristianização social” (ISAIA, 1998, p. 132). Um dos indicadores desta mudança de perspectiva é que na APC, ao invés de realizarem-se *Semanas Sociais*¹⁰⁰, como aquelas desenvolvidas na França, a

¹⁰⁰ De 1966 a 1971 membros deste grupo, naquele momento, vinculados a Congregação Mariana de formados, juntamente com uma geração mais nova, sob a orientação de Ruy Cirne Lima, criaram as “Semanas Sociais do RGS” no Instituto Social Cristão de Reforma das Estruturas (ISCRE), atualmente Instituto de Desenvolvimento

partir de 1904, pelos católicos laicos Marius Gonin e Adéodat Boissard¹⁰¹, fundaram-se *Semanas de Cultura*. Nestas ocorriam palestras - posteriormente publicadas na revista *Estudos-concertos*, reuniões que mobilizavam toda a intelectualidade católica regional, e expressões nacionais, como o Pe. Sabóia de Medeiros.

Na década de 1940 a Ação Católica oficial, da Arquidiocese, de dois em dois anos realizava a mobilização da juventude católica. Em 1942, juntamente com a segunda mobilização, realizou-se a 1ª Semana de Estudos da Ação Católica de Porto Alegre¹⁰². Nesta, percebe-se, claramente, que os temas tratados passaram da questão cultural para um debate mais profundo dos aspectos religiosos da Ação Católica. Além disso, a estrutura dirigente da AC teve seus quadros alterados e renovados, com Dr. Alvorino Mércio Xavier como presidente dos homens de Ação Católica, Rui Rodrigo Azambuja, como acadêmico e presidente da Juventude Católica Brasileira, Íris Potthoff como presidente da Liga Feminina e Sueli de Abreu Lima, como presidente da Juventude Católica.

Na Juventude Universitária Católica, assim como na AC de modo geral, houve uma renovação dos quadros. Aqueles ginásianos que participaram da juventude católica organizada pelo CCA, passaram então a coordenar a JUC, como José Mariano Becker, Rui Rodrigo Azambuja, os irmãos Galeno e Flávio Velinho de Lacerda. Neste momento, o próprio assistente eclesiástico da JUC representava uma renovação, pois era o Pe. Alberto Frederico Etges, que na década de 1950, foi Reitor da Pontifícia Universidade Católica, após o reitorado de Armando Câmara, e ordenado Bispo em 1959.

Em 1943 o quadro modificou-se. Os antigos sócios honorários e o núcleo anterior atuante do CCA voltaram a assumir a junta e o conselho da Ação Católica Oficial¹⁰³. Sob a presidência de Armando Câmara foram nomeados por Dom João Becker como secretário Dr. Rui Cirne Lima, e Ernani Maria Fiori, Gustavo Pereira Filho, Mário Goulart Reis, Alvorino Mércio Xavier, La Hire Guerra, Adroaldo Mesquita da Costa, Armando Dias de Azevedo,

Cultural (IDC). Este Instituto, fundado em 1962, foi uma tentativa, conforme Pe. Morsh, de retomar os empreendimentos incentivados pelo Pe. Werner na década de 1930. Conforme MORSH, Pe. Arthur. Entrevista concedida a Helgio Trindade. 13 de novembro de 2000 e o site <http://www.idc.org.br> visitado em 11/10/2007.

¹⁰¹ Sobre as semanas sociais da França e a questão social, em geral, no catolicismo ver: .FORGARTY, Michael Patrick. **História e ideologia de la democracia cristiana em la Europa occidental: 1820-1953**. Madri: Tecnos, 1964.

¹⁰² Cf. UMA JUVENTUDE FORTE PELA EUCARISTIA, operante pela união com a Igreja e às Ordens do Papa – Para o Apostolado dos novos tempos. **Idade Nova**. Porto Alegre, n. 1-2, ano 1-2, ano IX, p. 6, jul/ agos, 1942.

¹⁰³ Cf. JUNTA E CONSELHO DA AÇÃO CATÓLICA. **Idade Nova**, n. 1, ano IX, Março, 1943 E LACERDA, Galeno Vellinho de. Entrevista concedida à autora, 2007.

Antônio Bottini, Carlos Heitor de Azevedo, Francisco Machado Carrion, Eloy José da Rocha, Carlos de Britto Velho, Laudelino Medeiros; como conselheiros. Estes elementos, naquela época, conferiam prestígio à Ação Católica, pois eram juristas, desembargadores, professores universitários, dentre outras posições, que desfrutavam de prestígio social. Todavia, como se analisa adiante, neste período, a atuação dos membros deste grupo nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1945, ultrapassou as diretrizes da Ação Católica e da LEC, uma vez que, em sua maioria, ingressaram nos Partidos Políticos e alguns concorreram ao pleito eleitoral.

Portanto, estas evidências demonstram que o movimento católico no RGS foi impulsionado pela atuação do grupo das congregações marianas. Neste sentido, além de fornecer seus quadros para a Ação Católica Oficial da Arquidiocese, formou um tipo de militante devoto, mas, ao mesmo tempo, preocupado com as questões do seu tempo, como as de natureza social. Assim como pontuaram os temas os quais foram mobilizados pelo movimento católico. Especificadamente, em relação ao grupo do CCA, objetivaram ter uma atuação mais expressiva na sociedade riograndense, em especial no espaço universitário, e na melhora das condições de vida do operariado através da ação legislativa de seus membros constituintes, como se desenvolve nos próximos capítulos.

7..O APOSTOLADO LAICO DOS JESUÍTAS E A ORDEM POLÍTICA

Neste capítulo demonstram-se os espaços sociais os quais os ideais católicos foram representativos através da ação do apostolado laico dos jesuítas. Como visto, o movimento católico buscou influir em espaços sociais específicos, como o político e o universitário. Com este objetivo descreve-se, num primeiro momento, o envolvimento político dos membros do movimento católico, em especial nas eleições para as Assembleias Nacionais Constituintes de 1934 e 1945. Argumenta-se, neste sentido, que o contexto político e religioso regional de quando os membros do grupo inseriram-se no debate político afetou seus investimentos políticos posteriores. Como se desenvolve abaixo.

7.1. A LIGA ELEITORAL CATÓLICA E AS ELEIÇÕES PARA AS ASSEMBLEIAS CONSTITUINTES.

A Liga eleitoral católica (LEC) foi fundada em 1932, por Dom Sebastião Leme e Alceu Amoroso Lima, no Rio de Janeiro, como uma organização subordinada à Ação Católica e controlada pela hierarquia clerical. Embora a *intelligentza* leiga católica pressionasse pela organização de um partido político calcado no modelo de Democracia Cristã, como o do Partido Popular da Itália, as lideranças eclesiásticas, no Brasil, preferiram adotar uma solução de compromisso com o poder temporal através de uma organização apartidária que os possibilitassem agir indiretamente, mas de forma eficaz, na política.

Esta ação indireta consistiu na orientação e no esclarecimento dos católicos no processo eleitoral, desde o alistamento daqueles aptos a votar até a escolha dos candidatos. De forma geral, seu objetivo foi mobilizar o eleitorado católico em torno das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte de 1934 e na de 1945, para a Câmara Federal e as assembleias estaduais, daqueles candidatos comprometidos com a doutrina social da Igreja. Estes candidatos tiveram que se comprometer na defesa dos postulados católicos na nova Carta Constitucional, como a promulgação da Constituição em nome de Deus, a indissolubilidade do matrimônio e da validade civil do casamento religioso, a adoção da instrução religiosa obrigatória nas escolas públicas, tanto primárias, quanto secundárias, a concessão de assistência religiosa oficial às forças armadas, prisões e hospitais, liberdade de sindicalização e mesmas garantias estatais para os sindicatos católicos, legislação do trabalho inspirada nos preceitos de justiça da doutrina social da Igreja, etc.

Como bem coloca Dermi Azevedo (2004, p. 112) a instauração da LEC, e de outras organizações similares, se deu num momento em que a “Igreja optou por atuar, com toda visibilidade possível, na arena política”. Assim, após a fase da reforma católica, da reorganização eclesiástica, a Igreja, no Brasil, buscou influir politicamente, através da LEC. Embora não fosse um partido político, no sentido estrito do termo, a LEC influenciou na dinâmica política, pois “analisava os candidatos a postos eleitorais, a partir de alguns princípios ou exigências que julgava indispensáveis para os interesses da Igreja (indissolubilidade do matrimônio, ensino religioso nas escolas...) e recomendava ou vetava esses candidatos. Isso provocou muitas reações na sociedade, com críticas à ingerência da Igreja na vida partidária” (SOUZA, 2004, p. 84).

Esta ingerência na vida partidária, dependendo do contexto regional, gerou conflitos tanto na relação com a hierarquia eclesiástica, como na própria dinâmica política. Por exemplo, enquanto no Ceará a LEC funcionou quase como um Partido Político sob a coordenação do então jovem Padre Hélder Câmara, aproximando-se, inclusive, da Ação Integralista Brasileira¹⁰⁴, no Rio Grande do Sul, as decisões tomadas pela hierarquia eclesiástica dividiram o grupo católico, como se analisa adiante.

7.1.1. A Constituinte Nacional de 1934 e a participação dos Congregados Marianos

A presença dos membros das congregações marianas dos jesuítas na construção da nova ordem política ocorreu no momento em que o Rio Grande do Sul passou de *protagonista a coadjuvante* (CASTRO, 1980) na política nacional. Se por um lado à superação do bipartidarismo no Estado através da articulação dos republicanos (PRR) e federalistas (PL) na Frente Única Gaúcha (FUG) apoiando a Aliança Liberal foi fundamental para o processo revolucionário e a condução de Getúlio Vargas e da *geração de 1907*¹⁰⁵ ao poder nacional, por outro, Vargas, como presidente do governo provisório, não articulou as reivindicações das oligarquias estaduais, inclusive as do Rio Grande do Sul, em torno da constitucionalização do País, e optou pela solução autoritária e centralizadora, nomeando interventores nos Estados. Isto deflagrou a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, encadeada pelos setores

¹⁰⁴ Conforme Dom Helder. Pastor da libertação em terras de muita pobreza. Entrevista especial com José Oscar Beozzo. In: <http://www.ihu.unisinos.br>. Visitada em 12/01/ 2011.

¹⁰⁵ *Geração de 1907* foi a denominação dada por Joseph Love à segunda geração de líderes políticos Rio - grandenses, dentre eles Getulio Vargas, João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, Lindolfo Collor, etc. Ver: LOVE, Joseph. **O regionalismo Gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975; e GRIJÓ, Luís Alberto. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada geração de 1907**. Dissertação de Mestrado. PPG Ciência Política. UFRGS. 1998.

oligárquicos alijados do poder, assim como pelos membros dos Partidos que haviam apoiado Vargas em 1930, como foi o caso da FUG (PRR, PL) no Rio Grande do Sul.

Como o governo provisório conteve a guerra civil submetendo as lideranças políticas oposicionistas ao exílio, conseqüentemente, o poder político foi esvaziado. No Rio Grande do Sul as posições políticas existentes foram redefinidas e os Partidos reunidos na FUG articularam-se como oposição ao poder central e ao seu braço no Estado, o interventor, Flores da Cunha. O fato de Flores da Cunha não ter lutado ao lado dos paulistas pela constitucionalização do país como fizeram seus correligionários da FUG, e, no último momento, ter apoiado Vargas através das tropas provisórias do Estado, acirrou o rompimento com a FUG e despertou desconfiança sobre as suas posições políticas em vários setores da sociedade. Dada essa situação Flores da Cunha funda uma nova agremiação política, influenciado por Oswaldo Aranha, o Partido Republicano Liberal (PRL) para organizar as forças que ainda eram leais ao governo central e aquelas que estavam dispersas nesse espectro ideológico (NOLL, 1980).

Portanto, com a criação do PRL resolveu-se, por um lado o problema da descontinuidade política deflagrada com a ruptura das antigas lideranças partidárias gaúchas com o governo Vargas e Flores da Cunha após a guerra civil, e por outro, agregou-se novos atores políticos compromissados com o governo provisório. Desse modo, mesmo que a relação de Flores da Cunha comece a mudar a partir de 1935 em relação à Vargas, de 1932 a 1934 o quadro político estava bipolarizado entre as reivindicações da FUG pela autonomia estadual e a defesa da centralização política pelo PRL, sob a dominância política e eleitoral deste último.

Foi diante dessa articulação partidária que os católicos ingressam na política no RGS a partir do momento em que Vargas encampa a proposta de Constitucionalização do país esvaziando “seu conteúdo oposicionista” e colocando-a como uma “intenção legítima de toda nação, defendida e encaminhada por aqueles que estão no poder” (CASTRO, 2007, p. 17). Deste modo, mesmo que o processo constituinte apareça esvaziado de conteúdo político, as disputas e os embates partidários no Rio Grande do Sul vão refletir-se nos vários projetos de nação em disputa na Constituinte.

Dado este contexto regional, mesmo que a LEC tenha sido um instrumento da restauração católica orientada nacionalmente, esse processo no Rio Grande do Sul apresentou

aspectos peculiares os quais devem ser destacados. De um lado, a relação anterior não conflitante entre a Igreja e o governo republicano *positivista* de Júlio de Castilhos, e o de Borges de Medeiros, inclusive proporcionando a formação intelectual do laicato católico, como já se analisou, teve como conseqüência a organização de um movimento anticlerical contra a ampliação da influência católica na sociedade. Por outro, esta ligação inicial do grupo católico com o PRR, e depois com a FUG, vai se refletir nas articulações e opções do movimento católico na Liga Eleitoral Católica (LEC). Assim, quando Dom João Becker demonstrou uma afinidade com o projeto nacionalista e centralizador de Getúlio Vargas e apoiou, através da LEC, Flores da Cunha e o PRL, o grupo católico acabou se dividindo politicamente. Questões estas que se analisa abaixo.

7.1.1.1. O contexto religioso e político do Rio Grande do Sul

A Constituição Estadual de 1891, elaborada, quase na sua integridade, por Júlio de Castilhos, teve com uma de suas prerrogativas a abstenção do Estado em relação à escola secundária. Desse modo, o ensino primário teria um caráter neutro, laico, promovido pelo Estado, e o secundário ideológico, agenciado pelas iniciativas privadas. Isto se explica, porque, na Ditadura científica imposta por Castilhos, o Estado promoveria a reforma social, e não o sistema educacional que formaria o cidadão republicano, como preconizava August Comte (RODRIGUES, 1982).

Dada esta situação a Igreja foi beneficiada. Se antes, ainda durante o período imperial, a Igreja, sob a liderança inicialmente do Bispo Dom Feliciano Prates e depois de Dom Sebastião Dias de Laranjeira, contava com poucas instituições educacionais, com o advento da República proliferam-se escolas mantidas por diversas Ordens religiosas. Sobressaiu-se, nesse sentido, a estratégia de Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, desde os primórdios da República, de atrair padres católicos, de várias Ordens e Congregações religiosas¹⁰⁶, impossibilitados de atuar em seus países de origem.

Este empreendimento de Ponce de Leão, também levado a cabo no episcopado de Dom João Becker, transformou o perfil do catolicismo no sul do país. Por um lado substituiu-se um clero despreparado para as odes religiosas numa região militarizada e de população

¹⁰⁶ Jesuítas (1848), Irmãs do Sagrado Coração (1856), Franciscanas da Caridade (1872), Palotinos (1886), Irmãs de Santa Catarina (1856), Capuchinhos (1896), Carlistas (1896), Irmãos de São José de Moutiers (1898), Maristas (1900), Salesianos (1901), Lassalistas (1907), Claretinos (1907), Filhos de Nossa Senhora do Horto (1908), Irmãs de Santa Teresinha do Jesus (1910), etc.

pouca avessa a aceitar a hierarquia por padres reformadores, de alta qualificação intelectual, dispostos a erradicar o projeto de cristianização social, e por outro, aproximou a Igreja dos imigrantes de origem europeia. Com efeito, a Igreja através de suas várias Ordens advindas da Europa expandiu sua atuação e buscou formar seu laicato nas regiões de imigração alemã, italiana e polonesa, o que ficou conhecido como *catolicismo de Imigração* (ROCHE, 1969; BONI, 1980). Desse modo, através do crescimento populacional e do desenvolvimento econômico das colônias a Igreja tinha mais poder de barganha junto ao Estado. Logo, não foi à toa que a Constituição do Estado, de 1891, consagrou a liberdade de culto e de ensino, portanto, sendo benéfica para a Igreja católica, porque o novo governo republicano precisava da Igreja como doutrinadora das populações coloniais.

No entanto, em outros aspectos o governo republicano, tanto o de Júlio de Castilhos, quanto do seu sucessor Borges de Medeiros, afinou-se com a Igreja no RGS. Um deles, destacado por Isaia (1998), é que o projeto de regeneração social desejado pelos republicanos teve pontos de intersecção com os postulados da Igreja, como: o anti-liberalismo, o moralismo e o conservadorismo. É em torno desses pontos em comum que muitos católicos inseriram-se na política defendendo o projeto republicano. Também, sobrevêm nesse processo, que, de todas as Ordens presentes no Estado no período, os empreendimentos educacionais dos Jesuítas tiveram um papel de destaque, inclusive na própria formação intelectual da elite republicana.

Se a Constituição Castilhista de 1891 foi extremamente benéfica para a Igreja em relação a sua rede escolar e a formação de seu laicato, ela também foi para as outras religiões presentes no Estado. Nesse sentido, proliferaram-se escolas de outras confissões religiosas e agnósticas. Deste modo, embora a Igreja católica tenha se desenvolvido e ampliado seu espaço de atuação de forma quase hegemônica no período da república velha, ela teve que conviver com uma diversidade de cultos, uma vez que perdera sua oficialidade.

Neste espaço de concorrência aberto com o dispositivo da liberdade religiosa da Constituição Republicana, antigos inimigos contestam a hegemonia da Igreja, como os espíritas e os maçons. O espiritismo logo após a promulgação da República criou diversos periódicos para divulgar suas ideias como *A Evolução*, da cidade de Rio Grande (1892), a *Voz espírita* (1894) e *Eco da Verdade* (1895), ambas com circulação na capital do Estado. Em relação aos embates dos espíritas com os católicos, anteriormente a campanha da Constituinte de 1934, dois episódios foram marcantes.

O primeiro refere-se a um problema político com relação aos candidatos ao pleito municipal em 1928 na cidade de Montenegro. Getúlio Vargas, naquele momento, governador do Estado, e Borges de Medeiros, líder do PRR, como os candidatos a prefeito e vice-prefeito não chegavam a um consenso, indicaram um candidato de fora do município, o professor da Faculdade de Engenharia e destacado líder espírita Egydio Hervé. Essa indicação poderia trazer problemas para a Igreja no seu relacionamento com o Estado uma vez que a Carta Pastoral Coletiva de 1915 condenava todos os católicos que elessem candidatos contrários a Igreja católica. Frente a isso Dom João Becker teceu um acordo com Vargas e com Borges de Medeiros que, se Hervé não interferisse em qualquer matéria ou manifestação religiosa, Becker tornava sem efeito a cláusula que tornava pecaminoso o voto nele. Outro fato foi o embate de Paulo Hecker, líder espírita, editor do mais importante periódico espírita do Estado, o *Jornal Espírita*, com o mentor intelectual dos católicos Pe. Werner entre os anos de 1931 e 1932 no jornal da Manhã (GERTZ, 2007).

Por outro a Maçonaria, com o advento da República, defrontou-se com o catolicismo de uma forma diferenciada daquela vivenciada durante o período imperial. No império, enquanto o catolicismo tinha pouca repercussão social, o anticlericalismo teve destacada influência na sociedade gaúcha através da proliferação de Lojas Maçônicas no Estado e de seus representantes no Parlamento. Nesse período os maçons se posicionavam contra as prerrogativas da Igreja junto ao Estado, como o monopólio sobre a vida e a morte dos indivíduos. Combates estes que se acirraram ainda mais com a presença dos Jesuítas no Estado, a partir de 1870, e assim, os maçons combatiam a presença jesuítica como sendo a maior expressão da Igreja Católica ultramontana (COLUSSI, 1998).

Se durante o império os maçons, em sua maioria tinham preferência pelo Partido Liberal, a partir da propaganda republicana muitos deles ligaram-se ao PRR e ao projeto republicano anticlerical. Mesmo assim, essa imbricação com o projeto *positivista* dos republicanos do PRR não fortaleceu a Maçonaria em relação à expansão da Igreja Católica, uma vez que:

A consolidação da República de modelo positivista, na sua origem materialista e calcada na ideia da ordem e do progresso, acabou por ser uma das responsáveis pelo fortalecimento do catolicismo no RGS. Aparentemente era um contra-senso conciliar materialismo e progresso científico, concepções inerentes ao positivismo, com o espírito conservador do catolicismo, porém, o que tornou possível um relacionamento entre a república positivista e o catolicismo gaúcho foi o conservadorismo e o autoritarismo presentes em ambos os projetos, o positivista e o católico (COLUSSI, 1998, p. 441)

Todavia, como muitos dos republicanos identificados como positivistas foram maçons, e as ideias positivistas assentaram bem no anticlericalismo das instituições maçônicas, ambos os projetos acabaram sendo considerados sinônimos. De todo modo, como os investimentos educacionais dos maçons foram cada vez mais reduzidos, e a rede escolar católica expandindo-se, a Maçonaria não se traduzia mais num inimigo iminente para a Igreja. Portanto, “positivismo, maçonaria, espiritismo e outros *ismos* mais ou menos burocratizados nos anos 20 apresentavam um número relativamente pequeno e estável de militantes, de forma que não se constituíam mais numa preocupação central, nem cotidiana do catolicismo gaúcho” (GERTZ, 2007, p. 76).

Contudo, em relação às atividades dos protestantes no Estado a situação mostrou-se contrária. Com exceção das atividades dos Luteranos que estavam circunscritas as regiões de colonização alemã, o alvo da Igreja católica foram às diversas confissões protestantes de origem Anglo- Saxã. Nesta direção René Gertz (2007) identifica, além dos Adventistas, dos Batistas e do Exército da Salvação, como a principal confissão de enfrentamento da Igreja: os Metodistas. Um dos fatores que explicam essa oposição foi à expansão das escolas metodistas e a aceitação social delas, como a Associação Cristã de Moços, O Colégio Cruzeiro do Sul, o Colégio Americano e o Porto Alegre College. Para os Católicos isto representava, de forma geral, o *perigo ianque*.

7.1.1.1.1. A Liga Pró - Estado Laico contra as reivindicações católicas.

Frente a uma possível hegemonia da Igreja Católica através da inclusão das reivindicações católicas na Carta Constitucional de 1934 é que todas as minorias religiosas se solidarizaram e se juntaram na defesa da liberdade de consciência. Este movimento teve sua origem, ainda durante o governo de Arthur Bernardes, em 1925, no encaminhamento para a reforma Constitucional no Congresso das emendas católicas do deputado Plínio Marques. A reação à afirmação do catolicismo como a religião da maioria dos brasileiros e a inclusão do ensino facultativo nas escolas públicas foi a Fundação do Comitê Pró-Liberdade de Consciência com Juntas em vários Estados do Brasil.

No Rio Grande do Sul esse movimento foi liderado pelos Maçons Carlos Frederico de Mesquita e Átila Salvaterra, o metodista Frank Long, os espíritas Egydio Hervé e Paulo Hecker, o positivista Alcides Maia e os políticos Getúlio Vargas, Flores da Cunha, Lindolfo Collor e Sinval Saldanha. Se, naquele momento os católicos foram derrotados porque suas

emendas não foram aprovadas, após a Guerra civil de 1932, num contexto diferente daquele da republica velha, eles voltaram a militar em torno das suas reivindicações. É nesse novo contexto que as minorias religiosas juntaram-se novamente pela liberdade de consciência através da Liga Pró Estado Laico.

A Liga Pró - Estado Laico, embora um movimento nacional, no Rio Grande do Sul teve peculiaridades próprias. Foi instalada no Congresso que ocorreu nos dias 6,7 e 8 de janeiro de 1932, no Teatro São Pedro, em Porto Alegre. Nele constavam representantes na sua maioria da metade sul do Estado (CORREIO DO POVO, 06/01/1932). Isto está relacionado ao fato que a maior parte dos seus integrantes eram maçons e foi exatamente nessas regiões que a maçonaria havia se expandido a partir da segunda metade do século XIX (COLUSSI, 1998). Num primeiro momento como a maioria das lideranças políticas não tinham se definido quanto à questão religiosa, a estratégia foi obter o posicionamento oficial delas em relação a esses assuntos. A primeira iniciativa foi mandar telegramas para Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Maurício de Cardoso, João Batista Lusardo e Lindolfo Collor, ou seja, para todos aqueles republicanos que lutaram contra as emendas Plínio Marques. Como abaixo:

O justo motivo desse pedido da patriótica liga sul rio-grandense assim se justifica - na última campanha de 3 de outubro, os cidadãos de todos os credos liberais do Rio Grande do Sul, e que se bateram em boa fé pelo ideal comum da pátria, julgavam que do programa político do Brasil novo havia de constar sempre, inviolável e sagrado, o principio que institui a completa separação da Igreja do Estado, preconizada por Júlio de Castilhos e Gaspar Silveira Martins, paladinos imortais da mais ampla liberdade de consciência. E que os liberais que lutaram bravamente em 1930, as ordens dos beneméritos líderes do movimento revolucionário, sentiram-se decepcionados, depois, diante do decreto de 30 de abril que, instituindo o ensino religioso nas escolas publicas do País, vinha de dar o primeiro golpe no regime de laicismo republicano e de igualdade de todos os credos perante a lei, em que sempre tinham vivido durante quatro décadas (CORREIO DO POVO, 10/03/1932).

Esse documento foi assinado pelo presidente da Liga, o Maçom Carlos Frederico Mesquita e pelo secretário o Reverendo Eduardo Menna Barreto como reação ao breve decreto do governo provisório que instituiu o ensino religioso facultativo nas escolas públicas. Esse clima de desconfiança em relação às lideranças republicanas e especialmente Getulio Vargas marcaram o primeiro congresso e desse modo, os congressistas tinham como meta incitar Vargas “a abandonar as atitudes até agora assumidas e tendentes a facilitarem a intromissão do Romanismo na instrução, o que só pode agitar e agravar ainda mais a situação geral do país” (CORREIO DO POVO, 08/01/1932).

Destaca-se que a Liga Pró Estado Laico não seguia uma orientação político-partidária definida, pois mesmo contando dentre seus líderes com Othelo Rosa e Joaquim Luís Osório evocavam nos seus discursos Júlio de Castilhos e Gaspar Silveira Martins, exatamente tradições políticas distintas, como representantes das instituições liberais consagradas na Constituição de 1891. Também mandaram telegramas para líderes políticos tanto do PRR, quanto do PL, o que demonstrava que estavam alinhados com a FUG de uma forma geral, uma vez que recorriam tanto ao PL, como ao PRR. De todo modo, no Congresso regional da Liga Pró Estado - Laico realizado em Caxias do Sul, em maio de 1932, foram definidas suas teses:

1. O congresso dirigirá ao governo provisório da Republica solene apelo no sentido da manutenção da plena liberdade espiritual assegurada pela Constituição de 1891, com a completa separação da Igreja e do Estado.
2. O congresso mantém - se fiel ao principio da escola publica leiga fazendo sincero voto pela existência do ensino religioso no Brasil, mas exclusivamente nos templos, nas escolas das confissões religiosas e nos lares.
3. O Congresso condena como atentatória a liberdade de consciência, a colocação de imagens ou símbolos religiosos nas repartições públicas da União, do Estado, ou do município.
4. O Congresso formula o seu voto pela obrigatoriedade do casamento civil facultada aos nubentes a cerimônia religiosa de acordo com os ritos da sua religião e seu credo.
5. O Congresso formula o seu voto para que a Constituição brasileira seja promulgada em nome da Nação que é constituída de elementos de religiões diferentes (CORREIO DO POVO, 25/05/1932).

Teses estas que haviam sido defendidas em vários momentos por Alberto de Britto (A Igreja o Estado e suas relações dentro do genuíno regime republicano), Clotário Soares Pinto (O decreto de 30 de abril), João C. de Freitas (Liberdade de consciência), João Henrique (A Igreja e o Estado), Augusto Meirelles de Carvalho (O ensino Leigo e a organização republicana do Rio Grande do Sul), Paulo Hecker (Símbolos religioso nas repartições públicas do País) Waldemar Rippoll (A Igreja e o Estado), Agnello Cavalcanti (O direito do operariado á liberdade de consciência), e por Othelo Frota (A assistência espiritual nos quartéis).

Em seguida os católicos, através de Adroaldo Mesquita da Costa – Congregado Mariano e membro honorário das instituições criadas pelo apostolado laico dos jesuítas - reagiram às teses da Liga Pró-Estado laico. Para Adroaldo os membros da Liga, especialmente Othelo Rosa, estavam equivocados sobre as pretensões católicas na próxima Constituinte. Segundo ele:

Os católicos não pretendem a união da Igreja com o Estado e jamais, foi isso objeto de suas cogitações, neste instante da vida nacional e nem tão pouco advogaram eles a ingerência do poder temporal naquilo que é da exclusiva competência do espiritual e vice-versa. Os católicos não querem a união da Igreja com o Estado, no Brasil; os católicos não querem que a Igreja Católica seja a religião oficial do Estado, os católicos não querem o ensino de religião obrigatório nas escolas, os católicos não querem que o Estado só reconheça validade ao casamento católico, ou seja, ao sacramento do matrimônio. Afinal de contas, o que querem os católicos? Nada mais que isso: 1) Ensino religioso facultativo nas escolas públicas; 2) Efeitos civis para o casamento religioso; 3) Assistência religiosa ao exercito e à Marinha (COSTA, CORREIO DO POVO, 13/06/1932).

De fato, a oficialidade não era buscada pela Igreja, mas sim a influência nas novas instituições. E isso ficava claro nos próprios escritos no período dos católicos os quais afirmavam que “os dirigentes do catolicismo no Brasil não cogitam absolutamente de limitar a liberdade de consciência ou de culto, e o que querem para si, querem-no em completa igualdade das outras religiões (MARX, CORREIO DO POVO, 01/02/1931)”. É claro que isto esteve relacionado com a convicção que o catolicismo não seria prejudicado uma vez que era a crença da maioria da população, conforme escreveu Armando Dias de Azevedo – membro honorário do apostolado leigo dos jesuítas- sobre o casamento religioso:

Um das mais oportunas reivindicações que a consciência católica brasileira sugeriu logo após a vitória da revolução de 1930 foi a do reconhecimento civil do casamento celebrado perante as várias confissões religiosas. Observa-se bem que os católicos brasileiros não pediram a abolição pura e simples do casamento civil, nem que tal reconhecimento visasse apenas o casamento católico. Não os católicos pedem uma medida extremamente liberal para todas as confissões religiosas. Se os legisladores do novo regime implantado pela revolução vitoriosa de outubro de 1930 atenderem aos justos reclamos da consciência católica nacional, da religião que é a da maioria do povo brasileiro, terão feito uma obra do mais acentuado patriotismo e que não ferirá nenhuma minoria religiosa, quer seja protestante, judaica, ou mesmo descrente (AZEVEDO, CORREIO DO POVO, 12/01/1932).

Contudo, o que os católicos não aceitavam era o laicismo das instituições, especialmente a escola laica. Ernani Maria Fiori – Congregado Mariano e membro do Centro Católico de Acadêmicos- posicionou-se sobre isso em relação às teses do Congresso Pró - Estado Leigo:

Esta última reforma de ensino ainda vem eivada de preconceitos laicistas, de que ainda não pôde se desfazer completamente a mentalidade de nossos legisladores, educados no século passado. (...) A neutralidade laicista julgou encontrar a fórmula ideal no desprezo á autoridade divina, querendo assentar a sua moral em duas bases falsas e instáveis: o homem e a ciência. Mesmo na hipótese de que um homem pudesse ter a autoridade de se impor um dever, o que é absurdo, pois um dever supõe que um superior que ordena e um súdito que obedece, a moral não poderiam subsistir, porque a autoridade que impõe pode, também, abrogar um dever, e a moral seria, então, um reflexo da inconstância humana. Reconhecendo o seu grande erro, o laicismo procura na ciência a autoridade que não encontrou na pessoa humana. A lei que, em 1891, implantou o laicismo no Brasil, agora felizmente

extinta, deve ser chamada, como foi na Bélgica: “Lei de malheur (FIORI, CORREIO DO POVO, 06/02/1932)

O segundo e o terceiro Congressos Pró-Estado Leigo ocorreram em Montenegro, ambos em março de 1933. Naquele momento mudou o perfil dos seus membros com a adesão das Uniões Coloniais Riograndenses, e com a ausência de antigos líderes como Othelo Rosa, e Waldemar Rippol, que foi assassinado em 1932. Em relação as suas bandeiras de luta só foi enfatizada a tese do ensino laico, através dos pronunciamentos da Senhorita Lacy Renner (O ensino religioso nas escolas publicas), do Professor Armando Lima (Os causadores da infelicidade no Brasil) e do jornalista Agnello Cavalcanti (Os males do ensino sob a direção do romantismo). Portanto, enfatizaram a oposição na reivindicação católica mais imperativa e afastaram-se da bandeira da liberdade religiosa contra a oficialização da Igreja e Estado.

Apenas no terceiro Congresso os integrantes da Liga Pró Estado-Leigo definiram sua ação contra as reivindicações católicas que poderiam ser aprovadas pelos candidatos apoiados pela Liga Eleitoral Católica. Por sugestão do acadêmico Ernesto Barbosa a Liga decidiu apresentar chapa própria para as eleições constituintes e apoio a todos aqueles candidatos que combatessem as ambições clericalistas (NOLL, 1982). A chapa da Liga foi composta por Manuel Serafim Gomes de Freitas, Fernando de Souza do Ó, Eduardo Menna Barreto Jayme, Lucydio Ramos, Alcides Chagas Carvalho, Agnello Cavalcanti de Albuquerque, Ângelo Plastina, Almirante Américo Silvado, Almirante Arthur Thompson, Athalício Pittan.

A maioria dos candidatos recomendados era da Frente Única (FUG). Especificadamente o Partido Libertador foi o preferido, porque não incluiu as reivindicações da LEC, e assim recomendaram Alberto Pasqualini (PL), Euclides Minuano de Moura (PL), e João Gonçalves Vianna (PL). Do PRR recomendaram Joaquim Luiz Osório que foi membro da Liga Pró Estado-Leigo, e o único do Partido Republicano Liberal foi João Simplício Alves de Carvalho que também foi recomendado pela LEC (CORREIO DO POVO, 24/03/1933).

No entanto, a estratégia de Flores da Cunha para assegurar a vitória do PRL acabou refletindo-se nos candidatos da Liga, uma vez que Alberto Pasqualini teve seus direitos políticos cassados, juntamente com Ariosto Pinto, Nicolau Vergueiro e Arnaldo Faria. Um dia antes das eleições, o jornalista e candidato da chapa da Liga Pró Estado Leigo Agnello Cavalcanti, um socialista de vanguarda na sua própria definição, fez um último apelo, como abaixo:

A religião nada tem haver com o Estado, nem com suas leis, nem com os seus interesses políticos ou administrativos. É bastante que este lhe de liberdade para viver, garantia para os seus cultos, segurança para a propaganda de suas ideias, qualquer que seja a seita que procure expandi-las. Para que o ensino religioso nas escolas públicas, se todos os templos ali estão abertos, para quem se quiser abeberar na doutrina que escolher? Para que símbolos religiosos no Júri e nas repartições públicas, se ali ninguém vai julgar ou trabalhar segundo o credo de Jesus ou de Buda, mas de acordo com a sua consciência, as provas que tiver e os deveres que lhe são impostos pela lei? Para que a assistência religiosa nos quartéis, se o soldado pode recebê-la fora dali, nos seus momentos de licença ou de folga, sem prejudicar o seu serviço, nem provocar discórdia e indisciplinas dentro das casernas? Para que o reconhecimento do casamento religioso, se todos são livres de casar na Igreja que lhes convier independente do matrimônio civil, que nenhum embaraço ou prejuízo pode criar àquele? Para que proclamar oficialmente que no Brasil, a maioria é de católicos, quando isso não está provado e, se o estivesse, nada obrigaria o Estado em relação à ortodoxia romana? Para que tudo isso? Certamente para satisfazer os caprichos, as ambições e os propósitos de predomínio da Clero Romano, contra os votos, a vontade e os protestos de milhões de brasileiros, adeptos de todas as demais confissões semeadas de um a outro extremo do território nacional. Não tememos os votos inconscientes das sacristias, nem o partidatismo jesuítico dos que se bandearam para elas à procura de posições. Somos um exercito, somos uma força, somos uma consciência ativa que não cede senão diante da liberdade e da razão (CAVALCANTE, CORREIO DO POVO, 02/05/1933)

A liga Pró - Estado Leigo no Rio Grande do Sul não teve sucesso com suas teses na constituinte de 1934. Uma explicação para tal fato foi não ter se alinhado às lideranças regionais e nacionais. Inclusive em nenhum congresso as autoridades do Estado, como Flores da Cunha, compareceram. É claro que isso está relacionado ao fato que, tanto o projeto político levado a cabo nacionalmente por Vargas, quanto à reprodução dele no Sul, através de Flores da Cunha, estava em sintonia com o conservadorismo-autoritário do Catolicismo.

7.1.1.1.2. A Liga Eleitoral Católica e o espectro partidário do Rio Grande do Sul.

A Liga eleitoral Católica foi organizada em quatro juntas. A nacional elaborava as diretrizes superiores e divulgava as orientações da LEC. As estaduais tornavam público às decisões em relação aos partidos e candidatos apoiados pela LEC, e as regionais e locais, arregimentavam os votos dos católicos com auxílio dos Padres e demais lideranças eclesiais (DIAS, 1995).

Nesta direção que inicialmente a junta estadual do Rio Grande do Sul da LEC buscou arregimentar os eleitores, inclusive, lutou pelo direito de voto dos clérigos regulares pertencentes a ordens monásticas, congregações ou comunidades, e a possibilidade dos religiosos professos realizarem o alistamento eleitoral de forma que seus hábitos monásticos fossem respeitados, como o uso do veu nas fotografias apresentadas (CORREIO DO POVO, 02/03/ 1933). Esse processo de alistamento foi intenso, e contou, sobretudo, com os esforços

dos congregados marianos ligados aos jesuítas, especialmente nas Dioceses de Santa Maria e Pelotas, além Arquidiocese de Porto Alegre¹⁰⁷.

No entanto, quando a LEC do RGS articulou-se em relação aos candidatos e aos partidos no novo contexto político, após a Revolução Constitucionalista de 1932, acabou tencionando as relações entre a Arquidiocese e a ação católica leiga no decurso da atuação da LEC, ultrapassando seu caráter a - partidário.

Isto se refletiu a partir do Congresso do Partido Libertador, realizado em Rivera, no dia 16 de abril de 1932, quando as forças oposicionistas do Estado foram recompostas. Nesse congresso os membros do PL definiram as diretrizes para a constituinte, como a manutenção da FUG, e a escolha dos candidatos, assim como a plataforma programática. Em relação às reivindicações religiosas o programa do PL postulou a liberdade de opção na questão do divórcio, o que gerou pontos de atrito com os católicos e confusão entre os próprios partidários sobre a matéria, conforme demonstra o depoimento de Armando Fay de Azevedo (CORREIO DO POVO, 28/04/1933):

Quanto a chamada questão religiosa, está se fazendo uma confusão quanto ao Partido libertador. O meu Partido não deliberou nada, na recente Assembléia extraordinária de Rivera, que se importasse em hostilidade às reivindicações religiosas. Alias não se compreenderia que o Partido Libertador, cuja maioria de adeptos é católica, fosse tomar uma atitude que pudesse afetar-lhes a consciência.

Embora o PL tivesse membros ligados ao laicato católico atuante deixou seus candidatos livres a posicionarem-se sobre as demandas religiosas, segundo relata Anor Butler Maciel (CORREIO DO POVO, 28/04/1933):

O Partido Libertador adotava o principio da separação da Igreja com o Estado. Este espírito foi o mesmo que inspirou o PL no recente Congresso de Rivera, segundo fidedignas informações de pessoas que dele participaram. Estabeleceu-se ali que tal principio seria mantido na nova Constituição. E só. Não entendeu o Partido que as quatro reivindicações religiosas ferem o principio da separação da Igreja do Estado, nem consagrou tais reivindicações nos seus estatutos partidários. O PL não tem, pois, como coletividade, opinião assente sobre as reivindicações religiosas. Assim os seus deputados podem votar a favor ou contra essas reivindicações, conforme o seu modo pessoal de entender se ferem elas ou não o princípio que o P.L assentou-isto é, a separação da Igreja do Estado. Não há incompatibilidade entre o catolicismo e o partido libertador, sendo mesmo a maioria do partido composta de católicos. Os católicos podem, isso sim, é examinar se os candidatos libertadores são ou não, pessoalmente, favoráveis às pretensões católicas. Do que pessoalmente conhecemos dos debates de Rivera, sabemos que o sr. Oscar Fontoura se manifestou contra o divórcio. E o sr. Edgar Schneider é favorável a todas as

¹⁰⁷ Cf CARRION, Francisco Machado. A Liga Eleitoral Católica. Depoimento. Simpósio sobre a Revolução de 1930, Porto Alegre: ERUS, 1983.

pretensões religiosas, as quais, como foram formuladas pela LEC, entende que não ferem o princípio da separação da Igreja com o Estado.

Anor Butler Maciel, naquele momento, além de partidário do Partido Libertador, era militante da Ação católica junto à Diocese de Porto Alegre, e deste modo, participava da organização da Liga Eleitoral Católica. Nesse sentido, a posição assumida segue a orientação extrapartidária da LEC, a qual deveria indicar os candidatos que fossem favoráveis às demandas católicas, e não os Partidos que as incluíssem em seus programas. Porém, a questão partidária prevaleceu, uma vez que nenhum candidato do Partido Libertador foi indicado pela junta regional e estadual da LEC.

O PRR, embora tenha demorado a definir seu programa em função do exílio do seu líder Borges de Medeiros, quando o fez postulou que as reivindicações religiosas não eram incompatíveis com o Estado Laico. Tanto que a LEC publicou no Correio do Povo os itens do programa do PRR que interessavam aos católicos, como abaixo:

I - e) Os cemitérios públicos terão caráter secular e serão administrados pelas municipalidades, sendo facultativo a todos os cultos religiosos a prática de seus ritos em relação aos respectivos crentes, abolidos quaisquer privilégios funerários. d) As comunidades religiosas poderão manter cemitérios particulares, sujeitos, porém, á inspeção da autoridade municipal.

II - A família monogâmica, constituída pelo casamento indissolúvel, fundado na igualdade de ambos os sexos. IV - Casamento regulado pela lei civil. Todavia o casamento celebrado perante o Ministro de qualquer confissão religiosa, cujo rito não contrarie a ordem publica ou os bons costumes, produzirá os mesmos efeitos que o casamento civil, desde que, na habilidade dos nubentes, na verificação dos impedimentos, e no processo, sejam observadas as disposições da lei comum, e uma vez que, devidamente ratificada pelos cônjuges, seja o casamento inscrito no registro civil. a) Do ensino religioso facultativo nas escolas públicas, contando que haja perfeita comunhão de crenças entre quem o ministre e os pais ou tutores dos alunos. b) Da assistência religiosa facultativa as classes armadas, prisões e hospitais públicos. XXVII - As comunidades religiosas, as institutos de ensino, as corporações científicas ou de artes e ofícios, as cooperativas, os sindicatos e outras associações de ordem econômica, com suficientes garantias de estabilidade, poderão, por lei especial, ser declaradas instituições de Direito público II- O sufrágio universal igual, direto e exercível por todos os cidadãos maiores de 21 anos, sem distinção de sexo e extensivo aos religiosos de ordens monásticas. (CORREIO DO POVO, 25/04/1933)

Dentre os candidatos do PRR apoiados pela LEC destacou-se o congregado Mariano Adroaldo Mesquita da Costa. Profundamente identificado com a intelectualidade católica, especialmente com o grupo do Centro Católico de Acadêmicos, a eleição para a Constituinte foi sua primeira experiência política, conforme seu próprio depoimento:

Nunca fui político, na acepção comum do termo e peço a Deus que me conceda a graça de jamais sel-o. Pertença a uma família cujo chefe foi companheiro dedicado,

corregionário ardoroso e amigo do peito de Julio de Castilhos, na propaganda do regime republicano, sou eu o único de seus membros, que até a presente data, não se havia filiado a nenhuma das correntes partidárias que se debatem na terra gaúcha, pois que todos os demais, sem exceção de um só, militaram sempre nas fileiras do Partido Republicano, sob a chefia sucessiva de Julio de Castilhos e Borges de Medeiros (COSTA, CORREIO DO POVO, 30/04/1933).

E foi em torno da sua candidatura que a maioria dos jovens da ação católica, os congregados marianos do Centro Católico de Acadêmicos, participou da organização da LEC. No Congresso Universitário Riograndense, realizado em 1933, estes católicos definiram as teses que queriam ver incorporadas na nova ordem constitucional. As teses apresentadas foram: a “Família Cristã” do Prof. Mário Bernd, o “Sindicato Cristão” do acadêmico Ernani Maria Fiori, o “Estado Cristão” do Acadêmico Luiz Abis da Cruz. Teses estas que se referiam as reivindicações católicas, como a proibição do divórcio, o ensino facultativo religioso nas escolas públicas e os sindicatos livres de orientação católica. E na defesa dessas teses a juventude católica elaborou o programa da Liga eleitoral católica no Rio Grande sul, nas palavras de Carrion:¹⁰⁸

Com 18 membros apenas, fizemos o 1º Congresso de caráter nacional das ações católicas para definir uma mensagem que mandamos para a constituinte. Praticamente, o Adroaldo Mesquita da Costa leu-a no discurso dele, constou dos anais e foi aceita pela constituinte de 1934. Lançamos um manifesto que foi incorporado aos partidos, para terem liberdade de ação.

Com a fundação do Partido Republicano Liberal, em 15 de novembro de 1932, o Arcebispo Dom João Becker alinhou-se ao novo partido de Flores da Cunha, e a juventude católica militou em prol da Frente Única, de Adroaldo Mesquita da Costa. Esta opção de D. João Becker ocorreu porque o Partido Republicano Liberal foi o primeiro a incorporar publicamente as reivindicações católicas, mas, no entanto, apresentou elementos mais abrangentes às emendas católicas:

O PRL prescindia do positivismo, que servia de fonte inspiradora para o castilhismo, abrindo-se não apenas a antigos próceres do PL, como cortejando a Igreja. Se bem que a orientação comtista não tenha impedido as boas relações entre os governos castilhistas e a arquidiocese de Porto Alegre, a refutação do positivismo favor de uma explícita valorização da religião revelada, pelo PRL, evidenciava, inequivocamente, uma situação nova. Se em relação aos governos do PRR a prática política de coexistência e apoio à Igreja não tinha embasamento em um substrato doutrinário que referendasse os princípios católicos, o novo partido mostrava-se plenamente identificado com os interesses do catolicismo, habilitando-se ao consórcio da arquidiocese de Porto Alegre (ISAIA, 1998, p. 102).

¹⁰⁸ Cf. CARRION, F. M. A Ação Integralista Brasileira. Entrevista concedida à Hélio Casses Trindade. (Mimeo), 1969, p. 11.

Essa ligação do Governo provisório com a Arquidiocese através do PRL não agradou o grupo dos congregados marianos do CCA que acusaram Dom João Becker de ter se vendido a Flores da Cunha, inclusive promoveram um desagravo público a ambos. Fato que também se refletiu entre os católicos ligados ao PRR, como descreveu A.L Dupont (CORREIO DO POVO, 24/04/1933):

Corre mundo, há dias, divulgado pelos órgãos da imprensa governista, um aviso da Liga Eleitoral Católica de Porto Alegre, recomendando apoio aos candidatos apresentados pela chapa do Partido Republicano Liberal, que já incluiu no seu programa oficial os postulados católicos e garantiu a defesa dos mesmos na futura Constituinte. Não nos consta, e temol-o sob os olhos, que o programa do Partido Republicano Liberal consigne, em matéria religiosa, algum item oficializando as verdadeiras aspirações dos católicos brasileiros, como também não consta a quem quer que seja ter o Partido do governo ou este assumido quaisquer compromisso no sentido de garantir a defesa dos mesmo postulados na futura Constituinte. O programa do Partido Republicano Liberal não oficializa o ensino e o casamento religioso, não estabelece a assistência eclesiástica nos quartéis, não incorpora a Igreja ao Estado, não altera o texto da Constituição dentro da formula preconizada pelos pioneiros da cruzada religiosa no Brasil. Mas, admitindo que o Programa do PRL consignasse os itens correspondentes ás aspirações do mundo católico, ainda assim a sua conduta não poderia passar sem uma observação, por isso que fora ela assumida antes da divulgação dos pontos de vista dos demais partidos, em tal assunto, e muito anterior a divulgação dos nomes dos candidatos desses partidos entre os quais se poderão contar elementos intima e estritamente vinculados á Igreja.

Todavia, a despeito das reações do laicato católico, a opção pelo PRL da Arquidiocese prevaleceu. Desse modo, os candidatos indicados pela LEC do PRL foram Frederico Dahne, Heitor Annes Dias, Frederico João Wolfenbuttell, João Simplício Alves de Carvalho, Augusto Simões Lopes, Renato Barbosa, João Ascanio Moura Tubino, Demetrio Mércio Xavier, Pedro Vergara, Vitor Russomano, João Fanfas Ribas; e do PRR Adroaldo Mesquita da Costa, Joaquim Maurício Cardoso, Oswaldo Fernandes Vergara, Sérgio Ulrich de Oliveira, Ariosto Pinto, Arnaldo Faria e Nicolau Araújo Vergueiro (CORREIO DO POVO, 24/04/1933).

Dentre estes a Liga eleitoral católica sugeriu uma lista mista de dezesseis candidatos indicados em ordem de preferência: Adroaldo Mesquita da Costa, Frederico Dahne, Joaquim Maurício Cardoso, Heitor Annes Dias, Frederico João Wolfenbuttell, João Simplício Alves de Carvalho, Augusto Simões Lopes, Oswaldo Fernandes Vergara, Renato Barbosa, João Ascanio de Moura Tubino, Demetrio Mercio Xavier, Pedro Vergara, Victor Russomano, Sergio Ulrich de Oliveira, Arnaldo Faria, Nicolau Araújo Vergueiro.

Esses foram os candidatos que se comprometeram, seja através do conteúdo programático dos Partidos, ou por convicções pessoais, a defender as reivindicações católicas na Constituinte. Embora a questão partidária tenha prevalecido na indicação desses candidatos, Adroaldo Mesquita da Costa (PRR), Heitor Annes Dias (PRL), Frederico Dahne (PRL), João Wolfenbuttel (PRL), Renato Barbosa (PRL), e Demétrio Mercio Xavier (PRL), foram sugeridos pela Diocese de Pelotas por serem os representantes do catolicismo no Estado. Portanto, mesmo sendo indicados por serem católicos praticantes, preponderou a ligação firmada entre a Arquidiocese e o PRL (CORREIO DO POVO, 30/ 04/1933).

Isto demonstrou, por um lado, que a LEC não estava no Rio Grande do Sul à margem e acima dos partidos, e que esta opção pelo PRL demonstrava uma relação mais clara entre o catolicismo e a política daquela vivenciada quando o PRR era hegemônico politicamente. A consequência da partidarização da LEC foi à renúncia da Junta estadual, após as eleições de 3 de maio para a Constituinte Nacional, conforme ofício enviado a Dom João Becker:

Vimos respeitosamente, por meio desta, depor nas mãos de V. Ex. Revma. os nossos cargos da junta estadual da LEC, nos quais nos investiu a bondade de V. ex.. Não incomodáramos V. Ex. com os motivos que determinaram nossa renúncia, se não pudesse ser ela mal interpretada, nesta hora de fraquezas e deserções. Foi grande a nossa surpresa, quando, ontem abrindo o jornal a Federação, ali encontramos a transcrição de um telegrama, dirigido à junta regional de Santa Maria, em que a junta Estadual dando sua orientação, em face do pleito de 3 de maio, se limita a declarar que recomenda ao eleitorado a chapa do Partido Republicano Liberal. Que nós a quase totalidade dos atuais membros da Junta Estadual, não tivéssemos tido notícia, senão por aquele jornal, de um comunicado que traduz, em circunstâncias delicadíssimas, a orientação da LEC, já é para admirar. Mas o que mais merece reparo é que, no aludido telegrama, o Sr. Secretario geral tenha modificado a orientação que ao eleitorado da LEC deu a Junta Estadual, pela vontade unânime de seus membros e com a aprovação de V.Ex., no manifesto do dia 17. Desprezado o manifesto que, a custo, ainda podia salvar a palavra de católicos de boa vontade, empenhada na imprensa, nos comícios, no púlpito e em toda parte, arrastando 70.000 eleitores à inscrição na LEC, não temos outro recurso senão o da renúncia dos nossos postos na Junta Estadual, para que, de um lado, não sirvamos de obstáculos às diretrizes tomadas pela LEC e, de outro lado, não possam duvidar da sinceridade da nossa atitude os que creram em nós. Afastados assim da Junta Estadual da LEC, por imposição dos compromissos publicamente assumidos, continuamos, entretanto, a ser de V. Ex. os menores servos e servidores em nosso Senhor Jesus Cristo (CORREIO DO POVO, 11/06/1933)

Deste modo, nas eleições para a constituinte estadual, que ocorreram em 1935, a LEC já estava desarticulada, e assim, a eleição para a Assembleia nacional pode ser considerada, além de pioneira, um evento emblemático nas relações entre o catolicismo e a política no Rio Grande do Sul.

7.1.1.2.1. A representação política dos candidatos apoiados pela LEC na Assembleia Nacional Constituinte.

O resultado eleitoral da Constituinte sob a vigência da legislação eleitoral de 1932, formulada por Francisco Assis Brasil, confirmou a supremacia do Partido de Flores da Cunha e de Getúlio Vargas e da representação católica, conforme quadro abaixo:

Quadro 22: Votação geral no Estado para a Assembleia Constituinte Nacional de 1934.

Candidatos		1º TURNO			2º TURNO		
PARTIDO	REPUBLICANO	Sob leg	Sem leg	soma	Sob leg	Sem leg	soma
LIBERAL							
		105	25	130	132.056	6.226	138.282
		29	11	40	132.056	6.196	138.252
	João Simplício Alves de Carvalho	5	9	14	132.056	6.151	138.207
	Renato Barbosa	3	1	4	132.056	6.096	138.152
	Augusto Simões Lopes	67.329	146	67.475	132.056	6.090	138.146
	Demétrio Mercio Xavier	43	31	74	132.056	6.082	138.138
	Vitor Russomano	3	54	57	132.056	6.073	138.129
	João Ascanio de Moura Tubino	3	5	8	132.056	6.044	138.100
	Pedro Vergara	2	2	4	132.056	5.810	137.866
	Frederico Dahne	339	522	861	132.056	5.308	137.364
	João Fanfa Ribas	1	2	3	132.056	1.159	133.215
	Carlos Maximiliano dos Santos	64.086	69	64.155	132.056	692	132.748
	Argemiro Dornelles	9	33	42	132.056	536	132.592
	Gaspar Saldanha	26	4	30	132.056	499	132.555
	Raul Jobim Bittencourt	2	53	55	132.056	467	132.523
	Adalberto Corrêa	67	1	68	132.056	295	132.351
FRENTE ÚNICA							
	Joaquim Mauricio Cardoso	20.155	1308	21.463	37.430	8.334	45.764
	Sergio Ulrich de Oliveira	34	6	40	37.430	8.138	45.568
	Adroaldo Mesquita da Costa	366	5.550	5.916	37.430	8.030	45.460
	Oswaldo Vergara	0	9	9	37.430	7.914	45.334
	Joaquim Osório	92	10	102	37.430	3.731	41.161
	João Gonçalves Vianna Filho	10	9	19	37.430	3.551	40.981
	Euclides Minuano de Moura	7	0	7	37.430	3.134	40.564
	Bruno de Mendonça Lima	220	85	305	37.430	3.113	40.443

Oscar Carneiro da Fontoura	11	7	18	37.430	2.975	40.405
Edgar Luiz Schneider	9	13	22	37.430	2.924	40.354
Camilo Teixeira Mercio	105	49	154	37.430	2.929	40.359
Joaquim Francisco de Assis Brasil	16.423	1583	17.006	37.430	2.760	40.190
LIGA PRÓ-ESTADO LEIGO						
Manuel Gomes de Freitas	082	336	1.418	1.115	625	1.740
Fernando Souza do Ó	18	159	177	1.115	581	1.696
Eduardo Menna Barreto Jayme	1	31	32	1.115	568	1.683
Lucidio Ramos	0	0	0	1.115	542	1.657
Agnello C. de Albuquerque	0	0	0	1.115	535	1.650
Alcides F. das C. Carvalho	0	0	0	1.115	533	1.648
Arthur Thompson	2	4	6	1.115	524	1.630
CANDIDATO AVULSO						
José Pereira da Silva	0	0	0	0	4	4

Fonte: Correio do Povo, 6 de Julho de 1933.

Embora essa lista de candidatos eleitos esteja em ordem decrescente de votação geral, os primeiros eleitos foram àqueles que atingiram o coeficiente eleitoral (votos válidos: 180.723/ n. de cadeiras: 16= 11.295) e também foram colocados em primeiro lugar nas células, como: Augusto Simões Lopes (PRL), Carlos Maximiliano Pereira dos Santos (PRL), Joaquim Maurício Cardoso (PRR-FUG), Joaquim Francisco de Assis Brasil (PL - FUG). As próximas cadeiras foram alocadas pela divisão do número de votos de cada partido pelo coeficiente eleitoral que resultou no coeficiente partidário. Assim, O PRL conseguiu 11 cadeiras (132.056/11.295), mas como duas já haviam sido preenchidas por aqueles que atingiram o coeficiente eleitoral, alocou essas vagas com os 9 mais votados, sob legenda e sem legenda, que, por ordem de votos obtidos, foram: Heitor Annes Dias, Frederico João Wollfenbuttel, João Símplicio Alves de Carvalho, Renato Barbosa, Demétrio Mércio Xavier, Vitor Russomano, João Ascânio de Moura Tubino, Pedro Vergara, Frederico Dahne.

A Frente única atingiu uma votação de 37.430 o que dividido pelo coeficiente eleitoral resultou em três cadeiras. Dessas três, duas já estavam ocupadas por aqueles que atingiram o coeficiente eleitoral e encabeçaram as listas, ou seja, Joaquim Maurício Cardoso e Joaquim Francisco Assis Brasil, e dessa forma restou uma cadeira que foi ocupada por Sérgio Ulrich Oliveira, o mais votado. As duas vagas restantes foram ocupadas, no segundo turno, por aqueles que foram os mais votados na ordem de votação geral, excluídos os já eleitos, e assim elegeram-se João Fanfas Ribas (PRL) e Argelino Dornelles (PRL).

Portanto, todos os candidatos indicados pela LEC do PRL elegeram-se. O que não ocorreu em relação ao PRR que apenas Joaquim Maurício Cardoso e Sergio Ulrich de Oliveira obtiveram votação para compor a Assembleia Nacional Constituinte. No entanto, como Adroaldo Mesquita da Costa ficou na primeira suplência da Frente única, acabou ficando com a vaga de Assis Brasil que assumira a Embaixada brasileira em Buenos Aires. Assim a opção pelo PRL acabou prejudicando os resultados eleitorais obtidos por Adroaldo Mesquita da Costa. No entanto, tanto a máquina eleitoral montada por Flores da Cunha para eleger o PRL, quanto o apoio dado pela Arquidiocese à situação política no Estado, trouxeram benefícios para ambas as instituições em relação à política nacional possibilitando que os gaúchos defendessem a inclusão das emendas católicas na Constituição Nacional.

Dentre os candidatos apoiados pela LEC eleitos ou que assumiram as cadeiras da Assembleia Nacional Constituinte em 1933 Adroaldo Mesquita da Costa foi o representante do grupo católico advindo das Congregações Marianas. Tanto que incorporou ao seu discurso, pronunciado na sessão do dia 16 de abril de 1934, as aspirações da mocidade Sul-Rio-Grandense como o próprio os denominou. O manifesto do grupo católico do CCA, assinado por Francisco Machado Carrion, Ernani Maria Fiori e Arthur Fischer, cuja defesa se deu pela ação parlamentar de Adroaldo Mesquita da Costa é reproduzido na íntegra abaixo:

“Exmos. Srs. Membros da Assembléia Nacional Constituinte
Nesta hora em que os destinos da Pátria estão colocados nas mãos dessa Magna Assembléia, os acadêmicos do sul, reunidos no primeiro congresso universitário do Rio Grande do Sul, celebrado a pouco nesta capital, vêm fazer ouvir suas vozes aos legítimos representantes do povo brasileiro, em prol de suas reivindicações propugnadas pela consciência católica nacional. Nesta hora de incertezas, em que a nacionalidade é agitada aos ventos de ideias contraditórias, pregando as mais disparatas soluções aos problemas que nos angustiam, a mocidade vibrante dos pampas quer fazer soprar o minuano sadio e impetuoso de uma nova ordem social – a ordem social cristã. Queremos que a Constituição, que deve ser bem brasileira, comece com aquêlê nome que está gravado, em letras indeléveis, em todos os corações brasileiros- Deus a fonte de toda a sabedoria e de todo o poder. Queremos que a nossa sociedade repouse sobre a sua verdadeira base: a família, a síntese de todas as grandezas e de todas as misérias da Pátria. Queremos pois, como a mais alta expressão da cultura cristã, a família monogâmica, constituída pelo laço sagrado e indissolúvel do matrimônio cristão, que a lei civil deve reconhecer para todos os efeitos. Queremos assegurado à família o direito natural de educar aqueles a que ela deu a vida, e à igreja, o direito divino de velar pela formação daqueles que ela, pelas águas lustrais do batismo, incorporou no seu grêmio. Queremos que a infância e a juventude recebam na escola o ensino religioso, único capaz de moldar os grandes caracteres, conservando os pais irreligiosos a faculdade de arrancarem seus filhos de tão benéfica influência. Queremos que a justa liberdade do professor em sua cátedra encontre um limite intransponível nos interesses da Nação brasileira, que acima de tudo é católica. Queremos assistência religiosa às classes armadas, para que o homem brasileiro, vestindo a farda de soldado, se não dispa de suas convicções religiosas e para que a caserna lhe não sufoque os ideais que lhe foram inspirados no lar e na escola. Queremos a economia nacional solidamente

construída, em conformidade com os princípios de Leão XIII na encíclica “*Rerum novarum*”, e de Pio XI, no “*Quadragesimo anno*”, repudiando a luta de classe e estabelecendo a paz e a cooperação entre trabalho e o capital. Queremos, para isso, a profissão organizada em corporações, que conciliem o seu reconhecimento oficial com a autonomia, necessária à existência. Queremos que a corporação de ofício seja a união eficaz e protetora de todos os sindicatos do mesmo ramo de produção, e que tais sindicatos sejam únicos em cada categoria profissional, obrigatórios para todos os que a ela pertencerem com assistência religiosa para os que a exigem, e, enfim, sob a égide da doutrina social cristã, única capaz de fazer a felicidade do operário, sem ofender a dignidade do patrão. Queremos a Nação constituída politicamente tão afastada do Estado Liberal como do Estado absoluto, socialista ou totalitário, os dois extremos que nos conduziriam fatalmente à anarquia e ao despotismo. Queremos que as duas sociedades perfeitas, a sobre-natural, isto é a Igreja, e a natural, quer dizer, o Estado, coexistindo uma ao lado da outra, estabeleçam uma colaboração íntima e harmônica, por meio de uma concordata, nos assuntos de interesse comum, ficando cada uma independente em sua esfera privativa de ação, não importando isso diminuição de liberdade dos outros cultos existentes dentro do Estado. Queremos, em uma palavra, a sociedade e o Estado brasileiros impregnados daqueles princípios eternos do evangelho que vivificaram vinte séculos de civilização e que só serão capazes de dar ao Brasil o futuro grandioso que a Providência lhe destinou. Eis, Srs. Constituintes, o que queremos.¹⁰⁹”

Portanto, foi em torno desses eixos programáticos que Adroaldo Mesquita da Costa pautou sua ação parlamentar, como revelam os temas de seus discursos nas constituintes, tanto na de 1934, quanto na estadual de 1935, que versavam sobre o ensino religioso facultativo, a gratuidade do casamento e proibição do divórcio, a Igreja e o Estado, etc.. Embora a Constituição elaborada em 1934 tenha vigorado oficialmente apenas por um ano, incorporou em seu texto alguns dos postulados católicos, como sua promulgação em nome de Deus, o ensino religioso facultativo (Art. 153), a gratuidade do casamento e sua natureza indissolúvel (Art. 144), sindicatos e associações profissionais reconhecidos de conformidade com a lei (Art. 120). Logo, foi em torno de alguns desses eixos aprovados, mas que não vigoraram na Constituição de 1937, que os católicos, novamente, inseriram no processo constituinte de 1945, como se analisa adiante.

7.2. AS ELEIÇÕES DE 1945: DA DECEPÇÃO COM A LEC ÀS SUAS PRÓPRIAS CANDIDATURAS.

Com a renúncia de Getúlio Vargas iniciou-se o processo de redemocratização do país a partir de 1945. Instaurado o novo código eleitoral (Agamedon), e com nova recomposição partidária, marcaram-se, para o final daquele ano, as eleições para a composição do poder executivo e para a formação da Assembleia Nacional Constituinte. Diante dessa nova organização partidária novamente a hierarquia católica organizou a Liga

¹⁰⁹ COSTA, Adroaldo Mesquita. As nobres aspirações da mocidade Sul-Rio-Grandense. In: **Discursos Parlamentares**. Rio de Janeiro, 1948. p.53-56

Eleitoral Católica (LEC). Entretanto, além da defesa das prerrogativas católicas conquistadas na Constituinte nacional anterior, em 1934, a LEC de 1945 apresentou um elemento não tão novo, mas que naquele momento adquiriu centralidade no discurso católico: o anticomunismo.

A Igreja Católica, neste período, passava por uma crise institucional. De um lado, desde a década de 1930, cada vez mais perdia seu espaço para outras confissões e/ou doutrinas como o protestantismo, o espiritismo e as práticas religiosas populares. Por outro, a recomposição do Estado brasileiro, com o fim da ditadura de Vargas, ameaçava sua influência política anterior. Essas questões as quais a Igreja católica enfrentava na década de 1940 referem-se ao processo de declínio do seu modelo de neocrisandade, como argumenta Scott Mainwaring (2004, p. 53):

“Por volta de 1945, a Igreja brasileira havia realizado muitos objetivos, mas ao preço de evitar mudanças mais profundas na sua eclesiologia e na sua orientação política. Numa sociedade que se modernizava com rapidez, os esforços da Igreja para combater a secularização eram atávicos. A Igreja da neocrisandade modernizou as estruturas institucionais, aprofundou sua influência e trocou sua aliança primordial com os proprietários rurais por uma aliança com a burguesia urbana e com a classe média, mas sem modificar realmente seu conteúdo. O sucesso do modelo da neocrisandade dependia de sua capacidade de combater a secularização, de usar o Estado para exercer influência sobre a sociedade e manter um monopólio religioso. No período pós-guerra, ele não se mostrou capaz de satisfazer essas condições. A sociedade brasileira modificava-se rapidamente e nenhuma ação da Igreja poderia evitar que isso ocorresse. Qualquer instituição que resistisse a tendências irreversíveis condenava-se a um declínio, como começou a perceber um grande número de líderes católicos. Por volta de 1945, o antimodernismo se tornara insustentável para uma instituição que tinha a pretensão de ser universal e que se preocupava especialmente em influenciar o Estado e as elites. Ao pôr-se à secularização, a Igreja abandonava-se à sorte ao lado de grupos de importância decrescente.”

Ao não acompanhar a modernização pela qual passava o Estado brasileiro e nem modernizar de fato suas próprias estruturas institucionais a Igreja católica perdia seu monopólio religioso. Pode-se considerar que o principal fator reside em não ter, até então, se voltado e mudado sua estrutura para atender e agregar as massas populares. Mesmo que a partir da década de 1950, num contexto em que os protestos populares cresciam, e a sociedade democratizava-se, certos setores da Igreja sensibilizaram-se com as questões sociais mais candentes do Estado brasileiro, na década de 1940, a Igreja ainda mantinha-se sob sua visão tradicionalista e elitista.

A própria opção da hierarquia católica ao combate a expansão do movimento comunista, e a esquerda em geral, reflete certa aversão, dos setores mais tradicionais da

hierarquia eclesiástica, as mudanças sociais em curso. Desde, ao menos 1937, esta escolha dos Bispos católicos expressava por meio de documentos e cartas pastorais. Portanto, a ação dos Bispos na condução da LEC, em especial no combate ao comunismo, adquiriu centralidade no movimento de Ação Católica.

Esta centralidade da hierarquia eclesiástica na condução da LEC visando combater à esquerda, em especial ao Partido Comunista no seu breve período de legalidade, de certo modo, distanciou os leigos que até então tinham tido um papel proeminente no movimento católico. E isto no Rio Grande do Sul representou senão uma ruptura com o movimento católico da arquidiocese, uma nova forma de participação dos leigos na política.

Isto se refere à opção dos congregados marianos, especificadamente aqueles que impulsionaram o movimento católico no RGS e organizaram a LEC de 1932, de influírem na dinâmica social brasileira através da política partidária. Como se analisa adiante, esta escolha teve relação com o desfecho da LEC de 1932, na qual Dom João Becker aliou-se ao PRL do então interventor Flores da Cunha. Anteriormente, porém, demonstra-se qual foi à atuação da LEC no contexto político e ideológico do Rio Grande do Sul.

7.2.1. A LEC, o grupo católico e a redemocratização de 1945: O contexto ideológico e político do RGS.

Com a redemocratização de 1945 novamente a junta estadual da LEC foi organizada. No entanto, diferentemente do ambiente das eleições constituintes de 1933, no qual se defrontaram com a Liga-Pró Estado leigo, representada por maçons e outros líderes de outras confissões religiosas, e que tiveram que contornar seus candidatos preferenciais e os postulados católicos no sistema partidário, no contexto de 1945 apresentavam o catolicismo como substrato ideológico necessário para que os Partidos pudessem combater e vencer a ameaça comunista. Nesta direção, a LEC recomendava a participação dos membros do grupo católico em todos aqueles Partidos Políticos que não se apresentavam como representantes do trabalhismo, do esquerdismo e do comunismo.

O quadro partidário pós- 1945 possuía, neste sentido, opções variadas para os membros do grupo católico. De um lado os Partidos ligados à antiga máquina administrativa, política e burocrática do Estado Novo, como o Partido Social Democrático (PSD) que reunia os antigos interventores estaduais e as forças políticas tradicionais ligadas a Vargas, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) apoiado na estrutura sindical do Pós-30, que reunia, em

seus quadros, as lideranças urbanas e sindicais. De outro lado, os opositores de Vargas agregaram-se em torno da União Democrática Nacional (UDN), e o Partido Liberal (PL), de tendência parlamentarista, retomou seu espaço político. Durante a década de 1940 agregam-se, ao cenário partidário, o Partido de Representação Popular (PRP), formado por lideranças integralistas, e o Partido Social Progressista (PSP), de tendência urbana e populista.

Todavia, frente a esse quadro partidário o qual os católicos inseriram-se, as preocupações daqueles que organizavam a LEC era com a expansão do Partido Comunista, desde 1945 na legalidade. Mais que isso, a influência das ideias comunistas no movimento operário e sindical do Estado do Rio Grande do Sul, já era sentida, desde, ao menos 1935, a partir da Aliança Nacional Libertadora, em centros urbanos como Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Escritores comunistas, como Dyonélio Machado, José Gonçalves Thomaz, Lilá Ripoll, dentre outros, publicizavam suas ideias em periódicos como A Tribuna Gaúcha, fundada em 1946. Neste mesmo ano foram fundadas várias células do PCB no Estado, como a Tenente Cleto Campelo, no bairro Mont'Serrat de Porto Alegre¹¹⁰.

O Partido Comunista Brasileiro, em 1945, lançou sua campanha Pró-Constituinte. Esta campanha, e a possibilidade dos militantes do PCB ingressarem esfera política pelo processo eleitoral não agradou o grupo católico da LEC. Uma das questões, dentre outras, as quais criticavam foi à vinculação de Luís Carlos Prestes, liderança máxima do PCB, a Getúlio, inclusive a campanha queremista em alguns comícios, como demonstra o trecho abaixo de um artigo de Alaor Terra:

“A finalidade da campanha pró-constituinte é bem outra. Dificultar a redemocratização do Brasil, criar uma divergência, se bem que não considerável, pequena mesmo, entre o povo sobre um fato fundamental e de transcendência como uma eleição. Turvado o ambiente, pescarão os comunistas e querermistas. Neste período é um dos primeiros golpes do comunismo, e não será, certamente o último. A democracia brasileira ou ressurgirá a 2 de dezembro, ou ficará sepultada sob uma bandeira que se encontra descrita num artigo da revolução russa. (TERRA, 1945, p. 5)

A junta municipal da LEC, e aqueles os quais participaram de sua organização, não eram mais aqueles membros do grupo católico que fundaram o CCA e participaram ativamente da LEC de 1932, mas sim o grupo advindo da Juventude católica dos anos 1930, como Alaor Terra e Galeno Velinho de Lacerda. Este último era o secretário da junta

¹¹⁰ Estes dados se encontram em MARÇAL. João Batista. **Comunistas gaúchos. A vida de 31 militantes da classe operária**. Porto Alegre: Editora Tche, 1986.

municipal da LEC em Porto Alegre, e assim manifestava em relação ao contexto o qual os candidatos apoiados pela LEC deveriam combater:

Jamais esteve o país tão ameaçado como na hora presente, em que a força totalitária, internacional e materialista, do comunismo, pretende tomar conta do poder, para implantar entre nós o regime da escravidão e da tirania, o regime do Estado todo poderoso, do Estado capitalista, senhor absoluto da vida, da família, do trabalho, da propriedade e da honra dos cidadãos. O homem escravo, o homem máquina, a mulher de todos, a criança sem pai e sem mãe – eis o sinistro cortejo de miséria do Estado comunista – todos a trabalhar e a produzir para uma corja de exploradores, os do Partido, donos do poder. (LACERDA, 1945, p. 7)

Percebe-se no material¹¹¹ consultado sobre a LEC neste período que foi feita pouca divulgação dos candidatos os quais apoiava e da relação estabelecida com os Partidos. Isto comprova-se no trecho abaixo da entrevista de Galeno Velinho de Lacerda conclamando, a menos de dois meses das eleições constituintes, o alistamento na Liga:

Está fundada, pois, a dois meses quase, a Liga Eleitoral Católica que visa arregimentar o maior número possível de católicos e homens bem intencionados, bons brasileiros, bons patriotas. Não terá importância o fato de muitos já estarem alistados ou pertencerem a este ou aquele partido político. A Liga não impede que seu elementos exerçam atividade política (LACERDA, 1945, p.7).

Portanto, a questão partidária não definiu as atividades e a organização da LEC, mas sim o combate a expansão do comunismo, independente do Partido Político que os membros do grupo católico filiassem-se. O discurso de Armando Câmara, naquele período presidente da LEC no Rio Grande do Sul, é ilustrativo que o objetivo da LEC ia além das reivindicações católicas:

No atual momento político temos interesses comuns com todos os Partidos nacionais, orientados no sentido da salvação do Brasil e de sua cultura cristã. A eles tudo nos deveria unir, deles nada nos deveria separar! Conosco, com os milhões de católicos brasileiros eles devem atuar como forças de salvação nacional, como energias preservadoras da ordem, da democracia, do patrimônio cristão, das liberdades da pessoa humana, como impulsos criadores da justiça social! Nos quadros da Liga Eleitoral Católica, não temos outra ambição que a de consagrar às superiores ambições políticas, dos Partidos que se deixarem inspirar pelas vitais reivindicações da Igreja, relativas a estabilidade da família, à cristianização da escola e da caserna, à modelagem cristã da nova ordem social. Essas reivindicações não são apenas nossas: são as reivindicações do Brasil! Nossos tradicionais Partidos Políticos constituem correntes de opinião de aspirações sociais geradas dentro do clima de uma civilização cristã. Eles devem traduzir essa cultura! A incorporação aos seus programas da substância dessa civilização, dos sistemas de valores que presidiu nossa formação histórica e moral, possibilitar-lhes-à considerável ampliação dos seus quadros de eleitores, emprestando à sua política maior eficiência ideológica, maior consistência doutrinária” Esses partidos constituem feixes de

¹¹¹ Consultou-se especialmente o Jornal Correio do Povo para este período, no Acervo Hipólito da Costa, e percebe-se, ao contrário do processo Constituinte anterior, a exceção de Documentos e Cartas Pastorais de Dom João Becker, pouco material de divulgação dos candidatos apoiados pela LEC, assim como de suas diretrizes.

receitas políticas, jurídicas e econômicas aplicáveis a nossa realidade social. Eles não representam, como o comunismo, a tradução social de uma unitária e sistemática filosofia da vida. Eles carecem desse amplo fulcro ideológico. Só o cristianismo é apto para suprir-lhes essa vital carência na luta contra o comunismo (CÂMARA, 1945b, p. 3-4).

Logo, os organizadores da LEC usavam a suposta maioria católica do povo brasileiro como fator de barganha com os Partidos Políticos. Além disso, postulavam a incorporação da doutrina católica nos Partidos Políticos como a única, ou a mais efetiva, possibilidade de combate ao comunismo, como Armando Câmara finaliza em seu discurso:

[...] Nossos Partidos democráticos dificilmente poderão competir com o comunismo totalitário, nessa luta pela conquista do povo, sem a adoção da filosofia cristã da vida que gerou o Brasil! E se a essa incorporação doutrinária dos seus Programas associarem a inserção nos seus quadros de representantes parlamentares, de homens públicos dignos de confiança do mundo católico, então, os interesses do Brasil, livre e democrático, estarão assegurados, pois milhões de cristãos terão plena liberdade para apóia-los com seus votos. E não será mais possível a vitória eleitoral do comunismo. E salvaremos, assim, o Brasil (CÂMARA, 1945b, p.4).

Todavia, embora a LEC tenha pautado sua ação pelo clima de combate ao comunismo, assim como fora no plano nacional, e em alguns setores da hierarquia católica, a inserção política dos membros do grupo católico, especialmente aqueles advindos das congregações marianas e que expandiram o movimento católico no Estado a partir do CCA, não se pautou apenas por esse objetivo, como se analisa adiante.

7.2.2. A representação política dos Congregados Marianos de 1945 em diante

A participação dos congregados marianos na LEC de 1945 se deu em dois níveis, como militantes partidários e, em alguns casos, como candidatos a deputados federais constituintes. De modo geral, as principais agremiações partidárias daquele período, como o PL, o PSD, UDN, e até mesmo, o PTB, foram consideradas. Destaca-se que as relações dos membros deste grupo, a partir de 1945, com a esfera política não foram homogêneas. Para alguns, a Constituinte Federal de 1945, significou o início de longa carreira política. Já outros, com experiência política anterior, a partir dela começaram a afastar-se do meio político. Houve ainda aqueles que se lançaram candidatos, tanto em 1945, como posteriormente, mas não obtiveram sucesso.

Quando se começa a analisar esse período várias questões são levantadas. Porque um grupo tão coeso, e de certo modo numeroso, se juntar-mos com a juventude católica, que, mesmo que não fizessem política partidária, sua ação teve reflexos no espaço político do

Estado, não criaram um Partido Político de orientação católica? Porque não optaram por apenas um Partido Político? Porque a Partido Democrata Cristão não foi fundado por este grupo, mas sim por uma geração mais nova também advinda do Ginásio Anchieta?

A resposta a estas questões encontra-se em seus próprios depoimentos. Francisco Machado Carrion pondera, neste sentido, que, inicialmente, ele e Armando Câmara, em reunião com Rui Cirne Lima, aprovavam a ideia da criação de um Partido Político, mas o grupo em conjunto não aprovou¹¹². Assim, a primeira ação do grupo foi redigir um manifesto e apresentar ao Arcebispo, com a condição de que, se Dom João Becker aprovasse seus itens, o grupo colaboraria com a organização da LEC. Dada à aprovação do Arcebispo buscaram, assim como na LEC de 1933, a aprovação dos itens do manifesto entre os Partidos Políticos. Como descreve Carrion:

Firmamos, entre nós, um pacto de honra, que, fosse qual fosse o Partido a que cada um de nós viesse a se filiar, estaríamos sempre juntos e solidários na defesa daqueles princípios objeto do nosso manifesto. Com essa posição, tínhamos como grande objetivo renovar a cultura rio-grandense, profundamente impregnada pelo positivismo¹¹³.”

Portanto, os membros do grupo optaram por filiarem-se aos Partidos Políticos, para incorporar os itens do seu manifesto nos programas partidários. Este manifesto foi assinado por Ernani Maria Fiori, Francisco Machado Carrion, Carlos de Britto Velho, Daniel Faraco, Arthur Fischer, Galeno Velinho de Lacerda, Camilo Martins Costa, Angelito Aiquel, Laudelino Medeiros, Carlos Guilherme Luce, Felipe Machado Carrion e Ernani Cardoso. Dentre os itens católicos como a proibição do divórcio, a ensino religioso facultativo, a assistência religiosa às forças armadas, a legislação trabalhista baseada na doutrina social da Igreja, dentre outros, incorporou-se, no manifesto de 1945, uma preocupação implícita com a questão da distribuição da propriedade privada, como se encontra no trecho abaixo do manifesto:

Constitui direito inerente à própria natureza do homem a apropriação individual dos bens necessários à subsistência. A propriedade de outros bens, no entanto, pode ser justificada por motivo de conveniência social. O regime de propriedade não é imutável, ficando sua limitação entregue à sabedoria dos homens e às decisões dos povos. [...] O remédio contra esse mal, responsável pela crise econômica e pela deformação do regime democrático, consiste não na abolição da propriedade privada, o que implicaria grave ameaça ao exercício das liberdades fundamentais, mas sim em maior distribuição da propriedade, de modo que maior número possível

¹¹² Cf. CARRION, F. M. **A Ação Integralista Brasileira**. Entrevista concedida à Héliog Casses Trindade. (Mimeo), 1969.

¹¹³ CARRION, Francisco Machado. **A Liga Eleitoral Católica**. Depoimento. Simpósio sobre a Revolução de 1930, Porto Alegre: ERUS, 1983, p. 684.

de pessoas tenham a sua parte em terras e meios de produção. São medidas que favorecem a distribuição no domínio da propriedade agrária: a colonização por nacionais das terras devolutas; redistribuição das terras para incrementar essa colonização por meio de várias medidas legais, inclusive, quando necessária, a desapropriação; o desenvolvimento do cooperativismo agrícola; organização de fazendas coletivas, orientadas, quando necessário, ou administradas pelo Poder Público, medida de sua capacidade e eficiência, receberão a propriedade de glebas para indenização ao longo prazo¹¹⁴.

Estas ideias buscaram incorporar aos programas dos Partidos os quais se filiaram. Embora, a princípio a questão da distribuição da propriedade privada pareça aproximá-los de um pensamento mais a esquerda, na prática isto não confirma. Inclusive, optaram por não participar do Movimento Democrático Popular (MDP), de Alberto Pasqualini, por considerarem um movimento de esquerda¹¹⁵. Além disso, como se demonstrou anteriormente, o clima ideológico no período, em especial na LEC, era de combate ao comunismo.

A opção em integrarem os Partidos existentes, como revela os depoimentos de Eloy José da Rocha e Daniel Faraco, que, naquele pleito foram eleitos constituintes, não foi uma escolha estrita dos membros do grupo. A hierarquia eclesiástica teve seu papel na arregimentação dos membros do grupo para a política partidária, como descreve Eloy José da Rocha:

[...] Resolvemos, por fim, nos filiar cada um ao Partido de sua preferência pessoal. Alguns foram para o Partido Libertador, outros para a UDN, para o PSD, ou para o PTB. Naquele tempo, D. João Becker, gravemente enfermo, não tinha condições pessoais de dar-nos sua autorizada orientação. Coube, em Porto Alegre, entre outros, ao Monsenhor Luís Vítor Sartori, mais tarde Bispo de Santa Maria, desempenhar papel relevante na orientação particular de católicos que ao seu prudente conselho recorreram. Por outro lado, o Bispo de Pelotas, D. Antônio Zattera, veio a Porto Alegre e procurou católicos, seus amigos, que relutavam em aceitar candidatura a mandatos políticos. Assim, Daniel Faraco e eu fomos para a Constituinte de 1946.¹¹⁶

Portanto, o futuro Bispo de Santa Maria Luís Vítor Sartori, que naquele momento era assistente eclesiástico da Juventude Católica, e o Bispo de Pelotas, D. Antônio Zattera, que já havia tido um papel decisivo na LEC de 1933, na impossibilidade de Dom João Becker de conduzir a ação política dos membros do grupo, orientaram-nos a filiar-se aos Partidos Políticos que se organizavam em 1945. Portanto, se na LEC de 1933 a questão do

¹¹⁴ Reproduzido em CARRION, Francisco Machado. **A Liga Eleitoral Católica**. Depoimento. Simpósio sobre a Revolução de 1930, Porto Alegre: ERUS, 1983.

¹¹⁵ CARRION, F. M. **A Ação Integralista Brasileira**. Entrevista concedida à Héglio Casses Trindade. (Mimeo), 1969.

¹¹⁶ ROCHA, Eloy José da. **A Liga Eleitoral Católica**. Depoimento. Simpósio sobre a Revolução de 1930, Porto Alegre: ERUS, 1983, p. 693.

apartidarismo dividiu a hierarquia eclesiástica e os grupo católico, na de 1945, a opção tomada foi pela partidarização da LEC.

Além disso, aqueles que aceitaram concorrer ao pleito para a Constituinte Nacional, conforme seus depoimentos, o fizeram em decorrência das suas habilidades técnicas, jurídicas, intelectuais como ilustra a continuação do depoimento de Eloy José da Rocha, catedrático da Faculdade de Direito da UFRGS, desde 1939, da disciplina de Legislação do Trabalho e Direito Industrial (Direito do Trabalho)¹¹⁷: “Eu mesmo fui levado à Constituinte de 1946 em razão da Igreja. Foi me posta à consideração de que a constituinte iria elaborar uma nova Carta Política e de que poderia cooperar, como estudioso do Direito do Trabalho, na reforma social que se preconizava.”¹¹⁸

Percepção similar teve o congregado mariano Daniel Faraco, à época, técnico em contabilidade e funcionário de carreira do Banco do Brasil, desde 1928. Acreditava que poderia contribuir além da defesa dos postulados católicos, com suas ideias no campo do desenvolvimento econômico, conforme seu depoimento abaixo:

Embora calouro da vida parlamentar, pois era o meu primeiro mandato, cheguei a constituinte para desenvolver e defender, precipuamente três pontos:1) A importância da técnica no Governo; 2) A insuficiência do atual contrato de trabalho, inadequado ao processo de produção moderno; 3) a defesa dos postulados católicos. (FARACO, 1957, p. 21)

Faraco defendia, baseado em sua formação autodidata em economia, que o governo deveria recorrer ao técnico especializado, apartidário, para definir as políticas do Estado. Suas ideias, pautadas na teoria econômica da técnica de governo, era que ao se dispor de técnicos minuciosos especializados em cada área da administração pública o governo teria informações detalhadas de cada setor o que colaboraria para o resultado final, ou seja, para a política a ser implementada. Com base desses argumentos Faraco incentivou a criação do Conselho Nacional de Economia.

Quanto à insuficiência do contrato de trabalho, Faraco, similar às posições de Eloy José da Rocha, e do grupo católico em geral, defendia que as relações trabalhistas deveriam

¹¹⁷ Desde 1931 regeu as disciplinas de Direito Comercial, Direito Civil e Direito Constitucional, Legislação operária e Direito industrial no antigo curso Superior de Administração e Finanças da antiga Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Porto Alegre, embrião da futura Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

¹¹⁸ ROCHA, Eloy José da. **A Liga Eleitoral Católica**. Depoimento. Simpósio sobre a Revolução de 1930, Porto Alegre: ERUS, 1983, p. 693.

ser baseadas no associativismo entre operários e patrões. Nesta direção, assim como postulava a doutrina social da Igreja, defendia que só com o compartilhamento dos lucros, entre os patrões e operários, o processo produtivo seria favorecido, e conseqüentemente, geraria desenvolvimento econômico.

Todavia, a defesa do postulado católico que mais envolveu os três deputados constituintes do Rio Grande do Sul – Adroaldo Mesquita da Costa, Eloy José da Rocha e Daniel Faraco - foi à questão da indissolubilidade do matrimônio. Eloy José da Rocha descreveu, em depoimento, como essa emenda foi tratada na constituinte:

Não estou seguro de que todos os constituintes de 1946, comprometidos com a LEC, tenham correspondido, integralmente, às expectativas dos católicos. No concernente ao ensino religioso, à relação Estado Igreja, às capelanias militares, não me ocorre nada que merece registro. Na votação de emendas sobre o divórcio, foram enviadas á Mesa declarações de voto de quarenta e oito constituintes, pela aprovação das emendas supressivas, em dispositivo do Projeto de Constituição, do principio de indissolubilidade do casamento, sob o fundamento de que se tratava de matéria de legislação ordinária. Três desses declarantes, inclusive um deputado gaúcho, ressaltaram, contudo, que eram contrários ao divórcio. Um constituinte, dizendo que não pedia verificação da votação, porque evidentemente a emenda fora rejeitada, solicitou, dadas as responsabilidades decorrentes do mandato recebido nas eleições de 2 de dezembro, se procedesse à contagem dos votos favoráveis à emenda. Outro declarou que, para evitar perda de tempo, estava redigindo declaração de voto favorável à emenda e concitou a subscreverem-na os colegas que tivessem o mesmo ponto de vista. De acordo com essa sugestão, o primeiro retirou o requerimento da contagem de votos. De outra parte, numerosos constituintes ofereceram declarações de voto pela rejeição daquelas emendas, como foi o caso do nosso grande deputado Adroaldo Mesquita da Costa¹¹⁹.

A opção da Igreja católica, e conseqüentemente, de Adroaldo Mesquita da Costa, Eloy José da Rocha e Daniel Faraco - representantes gaúchos dos católicos riograndenses na Assembleia – quanto à indissolubilidade do matrimônio foi mantida na Carta Constitucional de 1946, sendo o direito ao divórcio instituído no Brasil apenas em 1977. Quanto ao ensino religioso facultativo e a assistência religiosa às forças armadas ficaram condicionados, no primeiro caso a confissão religiosa do aluno, e no segundo, a solicitação das forças Armadas. Adroaldo Mesquita da Costa, em sessão de comemoração de um ano da Constituição de 1946, sintetizou os avanços alcançados na nova Carta Constitucional, como ilustra trecho de seu discurso abaixo:

Inúmeras e profundas foram às inovações introduzidas pela Constituição, em nosso Direito Público. Conservado tudo quanto à experiência havia revelado necessário ou útil ao nosso aperfeiçoamento, no convívio das nações; mantido o que as nossas tradições nos dizem caro à família cristã; aperfeiçoados institutos em cuja criação nos havíamos antecipado a outros povos, não é pouca, entretanto, nem de

¹¹⁹ Idem, p. 693-694.

importância secundária, a matéria nova a que a Constituição de 1946 deu agasalho, quiçá, em alguns pontos, com prioridade às legislações de outros Estados Soberanos. Aí está o Conselho Nacional de Economia; o repouso semanal remunerado, preferentemente aos domingos e, no limite das exigências técnicas das empresas, nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local: participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros das empresas; a naturalização dos estrangeiros; a imigração e tantos outros assuntos palpitantes a exigirem pronta regulamentação em leis especiais, de molde a que a Constituição seja, na verdade, um todo no pleno funcionamento de cada parte, um organismo vivo, onde cada um dos seus artigos revele a existência de uma célula, a compartilhar da de todo o corpo social.¹²⁰

Ambos os deputados constituintes que representavam o grupo católico gaúcho faziam parte dos quadros do PSD, assim como Damaso Rocha, que era congregado mariano e também foi apoiado pelo grupo católico. Todavia, enquanto Adroaldo Mesquita da Costa, anteriormente vinculado ao PRR, assim como os políticos tradicionais do seu antigo Partido e do PRL, ligou-se logicamente ao Partido Social Democrático, que representava as antigas forças políticas locais fiéis a Vargas, Eloy José da Rocha e Daniel Faraco, não possuíam vínculos políticos anteriores, até candidatarem-se pelo PSD. Conforme Daniel Faraco, que foi eleito para na Assembleia Constituinte com 34 anos, a opção pelo PSD se deu pelo perfil social do Partido, como ilustra seu depoimento:

Em 1945, quando apareceram os Partidos, encontrei-me com o PSD. No Rio Grande do Sul, especialmente, compõem o PSD os agricultores, os pequenos comerciantes, enfim, é um partido do homem do interior e da classe média, com o qual me identifico perfeitamente. (FARACO, 1957, p. 23)

Portanto, Faraco e mesmo Eloy José da Rocha, não representavam as forças políticas tradicionais que haviam aliado-se a Vargas em torno máquina burocrático-administrativa do Estado Novo. Isto transparece na opção de Daniel Faraco, junto com parte da bancada gaúcha do PSD, que, nas eleições de 1950, apoiou Cristiano Machado contra Getúlio Vargas, e com a eleição deste último, exerceu extrema oposição no parlamento ao executivo federal. Assim como, ao contrário de Adroaldo Mesquita da Costa, ambos, Daniel Faraco e Eloy José da Rocha, construíram suas carreiras políticas após comporem a Assembleia Constituinte de 1945. O primeiro foi eleito e reeleito sucessivamente de 1946 a 1975, além de presidir Comissão de Economia da Câmara dos Deputados de 1955 a 1963, foi Secretário da Economia no Segundo governo de Ildo Meneghetti, em 1963, e Ministro da Indústria e

¹²⁰ COSTA, Adroaldo Mesquita. No primeiro aniversário da Constituição de 1946. In: **Discursos parlamentares**. Rio de Janeiro, 1948, p. 205-206.

Comércio no Governo Castelo Branco, de 1964 a 1966¹²¹. O segundo, Eloy José da Rocha, foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul de 1946 à 1951, além de, em 1947, ter sido nomeado Secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, cargo que exerceu até 1950¹²². Adroaldo Mesquita da Costa, por sua vez, elegeu-se, após a Constituinte Nacional de 1946 e a Estadual de 1947, apenas para deputado federal em 1950, como demonstra seu depoimento:

Deposto o Presidente da Republica em 1945, Dr. Getúlio Vargas, houve, novamente, uma arregimentação de forças e fui intimado a comparecer à 3º Constituinte, considerada como 2º Estadual. Eu já assinei três Constituintes e todas elas foram rasgadas pela política dos Partidos dominantes. Estava exercendo o ministério da Justiça, no governo do general Eurico Dutra, quando se reuniu o meu Partido em Santa Maria, e o Cel. Peracchi mandou-me um telegrama, dizendo que estava sendo de novo sendo convocado e ia ser incluído na chapa para deputado federal. Respondi-lhe que estava encerrada a minha vida política para efeitos de eleições, e que de modo algum aceitaria concorrer. Dei divulgação pela imprensa da minha recusa. Somente vim a concorrer posteriormente, a um simples mandato como vereador em minha cidade natal, Taquari. E propus, na primeira oportunidade, a gratuidade do exercício de vereança, projeto que consegui ver aprovado e que representou uma grande vitória. No governo do mal. Castelo Branco, assumi a Consultoria Geral da República. Não conhecia antes, o Presidente. Continuei no exercício daquelas funções durante a presidência do meu sobrinho, o general Costa e Silva. Era cargo de livre escolha do Presidente. Também no governo do Dr. Juscelino Kubitschek, fui escolhido para representar o Brasil na ONU.¹²³

Por outro lado, os membros do grupo católico que se candidataram pelos outros Partidos à Constituinte de 1945 não se elegeram. Este foi o caso, por exemplo, de Ernani Maria Fiori, Carlos de Britto Velho e Décio Martins Costa pelo PL, e de José Salgado Martins e Paulo Rache pela UDN. Isto se deve, em parte, a força política do PSD no pós-1945, tanto no contexto nacional, quanto no regional, que deixou pouca margem para os outros Partidos crescerem. Além disso, mesmo tendo em seus quadros Borges de Medeiros e Flores da Cunha, antigas forças políticas reconciliadas, a UDN não tinha peso eleitoral no Estado, e isto se deve ao “fato do liberalismo regional concentrar-se, tradicionalmente, no Partido Libertador, inclusive atraindo intelectuais urbanos, de tradição católica, o que foi um fator decisivo, também, no retardamento da fundação, somente em 1954, do Partido Democrata Cristão” (NOLL & TRINDADE, 2004, p. 81).

¹²¹ Também foi 1º Vice-Presidente da maioria, de 1971 a 1973, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e de Tomada de Contas, em 1974, e diretor do Banco do Brasil de 1975 a 1978. Conforme informações enviadas por Daniel Faraco à autora.

¹²² Também foi Ministro do Supremo Tribunal Federal, indicado, em 1966, pelo Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, de 1969 a 1971, e eleito Vice- Presidente do Supremo Tribunal Federal, de 1971 a 1973, e Presidente deste órgão de 1973 a 1975. Conforme www.stf.gov.br/institucional/presidentes visitada em 14/02/2007

¹²³ COSTA, Adroaldo Mesquita da. **A Liga eleitoral Católica**. Depoimento. Simpósio sobre a Revolução de 1930, Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 676.

De fato, muitos membros do grupo católico optaram pelo PL, embora esta escolha não tenha se refletido na esfera eleitoral. Dos oito que se candidataram entre 1945 e 1950 apenas Carlos de Britto Velho foi eleito em várias legislaturas. O médico Carlos de Britto Velho, da geração do Pe. Werner, e antigo membro do CCA e das Congregações Marianas, cunhado do deputado Damaso Rocha, não foi eleito constituinte em 1945, mas elegeu-se Deputado constituinte da Assembleia Estadual, em 1947¹²⁴, e Federal em 1962 e 1966, quando renunciou ao mandato em protesto ao esvaziamento do Congresso com a instauração do AI-5. Carlos de Britto Velho também foi Secretario de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul no governo de Leonel Brizola, de 1960 a 1961.

Além de Britto Velho, o PL agregou em seus quadros uma série de lideranças católicas, como Ernani Maria Fiori, Armando Dias de Azevedo, Antônio Bottini, Décio Martins Costa, Armando Câmara, Adalberto Tostes, dentre outros. Segundo Francisco Machado Carrion¹²⁵ a entrada de elementos do grupo católico, tanto no PL, quanto no PSD, que foi seu caso, mudou a dinâmica interna desses partidos. Cita que, no PSD, ele e o jurista Brochado da Rocha, elaboraram o programa partidário, ocasião em que foi possível incorporar os itens do manifesto do grupo católico. Esta influência dos membros do grupo na dinâmica interna do PSD é perceptível num fato narrado por Carrion. Conforme seu relato¹²⁶, no contexto da campanha queremista no Brasil, movimento que pleiteava a volta de Getúlio Vargas ao executivo, ele, na condição de membro do diretório do PSD, procurou Protásio Vargas, presidente do Partido e irmão de Getúlio, sugerindo uma convenção antiqueremista, que, acabou, mesmo com a recusa do presidente, ocorrendo em Porto Alegre. Nesta convenção lançou-se o nome de Adroaldo Mesquita da Costa para concorrer ao executivo pelo PSD. Para tanto, enviaram um comunicado ao Presidente Dutra para exonerar Mesquita da Costa do Ministério da Justiça. Getúlio Vargas se dispôs a não concorrer caso o Partido indicasse Adroaldo Mesquita da Costa ou João Neves da Fontoura. Todavia, o diretório nacional não escolheu nem Adroaldo, nem João Neves, mas sim Cristiano Machado.

¹²⁴ Na Assembléia Constituinte Estadual de 1947 o deputado Vitor de Britto Velho foi contra a cassação dos mandatos dos Deputados do PCB, quando o Partido foi posto outra vez na ilegalidade. No entanto, mesmo pedindo a nulidade do dispositivo que afastava a bancada do PCB da Assembléia, de nada adiantou, e os deputados do PCB foram afastados. Esse episódio encontra-se em HEINZ, Flávio (Org). **O parlamento em tempos interessantes. Breve perfil da Assembléia legislativa e seus deputados. 1947 a 1982.** Porto Alegre: CORAG, 2005, p.24-26.

¹²⁵ CARRION, F. M. **A Ação Integralista Brasileira.** Entrevista concedida à Héglio Casses Trindade. (Mimeo), 1969, p.11.

¹²⁶ CARRION, Francisco Machado. **A Liga Eleitoral Católica.** Depoimento. Simpósio sobre a Revolução de 1930, Porto Alegre: ERUS, 1983 p. 687.

Na década de 1950 configurou-se um quadro partidário que já vinha desenhando-se desde, ao menos, 1947. Diferentemente do quadro partidário nacional em que a polarização partidária ficava entre PSD-PTB versus UDN, no Rio Grande do Sul com a expansão eleitoral do PTB a partir de 1947, o quadro contornou-se entre PTB e anti-PTB. Embora, a maioria dos membros do grupo católico demonstrasse aversão ao PTB, pois eram filiados ao PL, UDN e PSD, houve alguns poucos, advindos das Congregações marianas que representaram o trabalhismo, a exemplo de José Mariano de Freitas Beck, eleito Deputado Estadual em 1954.

Entretanto, a militância partidária dos elementos do grupo católico, mesmo que alguns poucos tenham se filiado ao PTB, definiu-se pelo anti-petebismo. Tanto que, além de comporem os quadros do PL e do PSD, alguns integraram e candidataram-se pelo Partido de Representação Popular, de extrema direita, formado por ex-integralistas, como foi o caso de Romário Marques Machado e do professor Hugo Di Primio Paz. Logo, foram estes Partidos (PSD, UDN, PL, PRP), juntamente com o PDC, fundado em 1953, e o PSP, que se aliaram em torno da Aliança Democrática Popular (ADP), que elegeu Armando Câmara, uma das lideranças mais importantes do grupo católico, ao Senado.

A ADP marcou, além da eleição de Armando Câmara, como se destaca adiante, a evolução do Partido Democrata Cristão no Estado. Como destacado anteriormente Eloy José da Rocha já havia sido procurado por Cesarino Júnior, do PDC de São Paulo, para fundar o Partido, mas, junto com outros membros do grupo católico, recusou. Na década de 1950 um grupo mais jovem, também advindo do Ginásio Anchieta e das Congregações Marianas iniciou a implantação do Partido, como discorre José Sberb Severino sobre este período inicial:

[...] Monsenhor Arruda Câmara várias vezes tentou fundar com esse nosso grupo que ele considerava um excelente grupo de liderança católica, ele fez várias reuniões aqui, queria fazer aqui o PDC, mas acontece que esse grupo não ia, porque uns eram do PSD, Doutor Adroaldo Mesquita da Costa, pertenciam ao PSD, outros Fiori, o Britto Velho eram do Partido Libertador e assim tinham se espalhado por todos os Partidos. Então aqui no Rio Grande do Sul a idéia de sair de um Partido para ir fundar outro Partido não colava. Isso foi, no entanto, no início da década de 1950, e em 1951 eu concluí o meu curso lá na Faculdade de Direito e como estudante eu tinha participado do Centro Adroaldo Mesquita da Costa, como tu falaste na Universidade, e fui para a Ação Católica, fui para a presidência da JUC e o estatuto da Ação Católica não permitia que as suas lideranças participassem dos Partidos Políticos, então eu fiquei a margem de tudo isso. Várias vezes eu fui alistado para entrar no PTB e não fui, eu fiquei fora. Quando eu me formei em 1952 FUI secretário da Faculdade de Direito da PUC, e daí eu comecei a pensar puxa a gente tá aqui trabalhando com as leis, e para muita coisa devia participar da feitura das leis participando do processo político e isso começou a amadurecer a idéia. Se o PDC tinha fracassado na questão da constituição, e vi que precisávamos fazer o

Partido e tinha um jornalista que tinha trabalhado aqui, ele começou a trocar ideias (...) Então comecei a pensar na idéia, falei com os dois colegas, o Cid Furtado, o Julio de Rose, depois o Fernando Gay da Fonseca, tinha o outro companheiro nosso aqui da Previdência do Sul Jorge Casado de Azevedo que era mais velho um pouquinho e formamos o primeiro nucleuzinho de cinco, com a idéia de formar aqui o Partido Democrata Cristão. Para isto precisamos entrar em contato com o pessoal da direção nacional do Partido que tinha vindo aqui era o Monsenhor Arruda Câmara que eu não conhecia na época, pessoalmente não tinha relações com ele, mas então eu pensei o seguinte conversando com os meus companheiros, de redigir uma carta dirigida ao diretório Nacional, porque em São Paulo o grupo católico de Ação católica tinha entrado no PDC, o Franco Montoro, O Plínio de Arruda, Paulo de Tarso que eram do grupo católico, e então eu redigi a carta nos oferecendo para a direção nacional para iniciarmos aqui. Antes de mandar a carta que foi um amigo nosso que levou, nós procuramos toda essa liderança com a qual o Monsenhor Arruda Câmara havia contatado aqui para fundar o Partido e eu disse olha não quero convidar vocês, nós queremos só o seguinte: Se o senhor Arruda Câmara perguntar quem nós somos, dêem informação, eu inclusive levei isso a Dom Vicente Scherer e daí eu tinha sido presidente da JUC, o Julio de Rose tinha sido presidente da juventude masculina católica, então era um grupo e o Dom Vicente disse não quero nada vinculado com a Igreja, se dirigirem aos senhores vocês falam somos nós, aí escrevi a carta e todos nós cinco assinamos, eu, o Fernando Fonseca, o Julio de Rose, o Cid Furtado, o Jorge Casado. Mês se passaram e nada, não teve resposta, até que um dia eu estava de manha na Faculdade de Direito e tinha sobre a minha mesa uma carta do Monsenhor Arruda dizendo que tinha recebido nossa carta, foi se informar, e ele tinha levado ao conhecimento do diretório nacional, a idéia tinha sido aprovada, mandaram a credencial para que nós organizássemos o Partido no Rio Grande do Sul, isso em 1953. Aí nós lançamos o manifesto.¹²⁷

Portanto, o grupo idealizador do PDC no RGS- Fernando Gay da Fonseca, José Sperb Sanseverino, Edmundo Casado Marques, Fernando Costa Gama, Cid Furtado, Julio de Rose, Jorge Azevedo - representavam uma ramificação mais jovem da intelectualidade católica advinda das Congregações Marianas e da Ação Católica. Segundo depoimento de Fernando Gay da Fonseca, Pe. Arthur Morsh, que foi da geração de Pe. Werner e membro ativo do CCA quando estudante, e o Pe. Brentano, dos círculos operários, incentivaram essa geração mais nova a criarem um Partido na linha da Democracia Cristã¹²⁸: Além disso, como não contaram em seus quadros com os antigos membros do grupo católico recrutaram lideranças católicas que não tinha vínculos com as congregações marianas, mas que, representavam, de certo modo, a Igreja Católica, como José Alexandre Zacchia¹²⁹.

Dado esse primeiro empecilho na formação de seus quadros o PDC só foi organizado e fundado em 1953. Desse modo, surgiu no contexto da crise da democracia populista e da ascensão do PTB. Na sua primeira eleição em 1954 não elegeu nenhum

¹²⁷ SANSEVERINO, José Sperb. Entrevista concedida à autora, 2008.

¹²⁸ FONSECA, Fernando Gay da. Entrevista concedida à Helgio Trindade, 2001.

¹²⁹ José Alexandre Zacchia era professor do Colégio Anchieta, e embora não fizesse parte do grupo das Congregações Marianas e da Ação Católica, era uma liderança católica de bairro, do movimento paroquial. Conforme SANSEVERINO, José Sperb. **Entrevista cedida à autora**, 2008 e FONSECA, Fernando Gay. **Entrevista cedida a Hélgio Trindade**, 2001.

candidato, mas em 1955 o PDC conquistou duas cadeiras no Legislativo gaúcho, uma com José Alexandre Zacchia e outra com Mário Mondino. No entanto, naquele momento, o PDC assumiu uma posição de neutralidade em relação às candidaturas ao governo do Estado que representavam à coligação do Trabalhismo (PTB, PRP, PSP) cujo candidato vencedor foi Leonel Brizola, contra a frente democrática (PSD, UDN, PL - PSB) de Walter Peracchi Barcellos.

Contudo, sua posição de neutralidade durou pouco, porque nas eleições para a prefeitura de Porto Alegre, em 1959, o PDC lançou junto com o PL a candidatura vitoriosa de Loureiro da Silva, dissidente do PTB, contra o candidato do PTB Wilson Vargas. Nesse momento o PDC gaúcho apareceu entre os três Partidos mais importantes da Capital, ao conquistar três cadeiras na Câmara Municipal. Conforme depoimento de José Sperb Sanseverino (2004, p. 137):

Na eleição municipal de 1959, o partido começou a alcançar uma projeção maior. O Dr. Loureiro da Silva aceitou ser candidato pela legenda do Partido Democrata Cristão com o apoio do Partido Libertador. Com esse candidato, pela sua projeção e pelo nome que já deixara gravado na história de Porto Alegre, foi-nos possível conquistar a Prefeitura de Porto Alegre e eleger na bancada do PDC três vereadores, o Leônidas Xausa, o Milton Krauser e eu. Aí então começamos a influenciar decididamente à vida política da cidade.

Porém, foi no pleito para governador, em 1962, que definiram sua posição como oposição ao PTB, ao coligar-se com o PSD, o PL, a UDN, e o PRP na Frente Democrática Popular em torno da candidatura Ildo Meneghetti (PSD), eleito. Portanto, o PDC definiu-se, no Rio Grande do Sul, por oposição ao PTB e ao reformismo. No entanto, isso também foi decorrente do espectro político - ideológico do Rio Grande do Sul e porque o PDC, enquanto mantinha-se numa posição neutra, não se aproveitou da ligação que estabeleceu com Loureiro da Silva e seu vice Fernando Ferrari nas eleições de 1958 mantendo-os no PDC. Deste modo, Ferrari acabou levando seu *reformismo trabalhista* para o MTR, o qual criou seu próprio espaço e empurrou:

Novamente o PDC ao encontro dos Partidos conservadores tradicionais do Estado, os quais se une para formar a ADP, em 1962. Portanto, diferentemente do que ocorre com o PDC paulista, onde um grupo (mais jovem) acaba assumindo uma posição francamente reformista, no Rio Grande do Sul esse espaço já estava, por assim dizer, ocupado (CÁNEPA, 2005, p. 382).

Um dos fatores que demonstra que o PDC gaúcho não teve ligação com as propostas reformistas foi que ele cresceu eleitoralmente agregando os votos do PSD, PL, UDN e PRP, não tendo assimilado os do PTB, que possivelmente foram para o MTR. Dessa forma,

conforme demonstrou Cánepa (2005) houve certa continuidade de sua posição ideológica uma vez que, com a instituição do bipartidarismo, 10 membros do PDC ingressaram na ARENA, e apenas três no MDB.

Entretanto, todos os membros do grupo católico, independente de sua filiação partidária, agregaram-se em torno da candidatura de Armando Câmara, antigo presidente da Liga Eleitoral Católica, ao Senado, pela Ação Democrática Popular (PSD, PL, UDN, PDC), em 1954. O caráter apartidário e anticomunista de sua candidatura transparecem num discurso¹³⁰ dirigido ao Movimento Universitário Pró Candidatura do Professor Armando Câmara, cujo trecho reproduz-se abaixo:

[...] O Movimento Universitário Pró candidatura do professor Armando Câmara é um toque a reunir em torno dessa bandeira de combate à incidia, à traição, à cega submissão partidária, mercê das quais se escancaram aos comandos de Moscou todos os portões do baluarte da Pátria. Especialmente aos católicos, seja de que Partido forem, impõem-se uma desapaixionada tomada de consciência antes do exercício do voto. Armando Pereira da Câmara é o candidato preferencial da Liga Eleitoral Católica-primus inter pares; nem poderia deixar de o ser, já que sua marcante personalidade se acrisolam os mais nobres atributos do caráter e do espírito. Á sua larga percepção de jurista-filósofo não escapa a integralidade dos dados que condicionam a solução dos problemas sociais e a evolução do direito positivo, segundo a concepção cristã do universo. E essa visão global da vida, Armando Câmara, com fervor patriótico, põe a serviço do Brasil autentico; do Brasil Cristão, esculpido pelas mãos dos Nóbrega e dos Anchieta, do Brasil que, tendo libertado o braço servil, não padece de preconceitos raciais e oferece aos povos o mais edificante exemplo da fraternidade humana; do Brasil que defendo, com heróica intransigência, a família legítima contra o materialismo pagão, avassalador e dissolvente, do Brasil que assegura ao proletariado, nos preceitos imperativos de um dos mais avançados códigos de trabalho do mundo, os inauferíveis direitos que lhe assistem como homem, como pessoa, consoante a doutrina social pregada pela Igreja Católica.

Portanto, a questão partidária não teve peso na campanha de Armando Câmara, o que agregou o grupo católico e os universitários em torno de seu nome, além de sua liderança pessoal reconhecida pelos meios intelectuais, foi sua posição extrema de combate ao comunismo, o que refletia a posição da LEC. Isto se verifica em seu próprio discurso de candidatura, em que descreve a crise político-moral da época, sua natureza e as condições que considerava ideal para superá-la. O trecho selecionado abaixo sintetiza sua posição:

[...] Constitui uma confusão funesta, um erro de conseqüências imprevisíveis, afirmar-se, como enfaticamente se afirma, que o mundo contemporâneo se situa nas pontas de um dilema: capitalismo ou comunismo. Podemos e devemos optar por uma terceira atitude, única, integral e justa: a ordem social cristã. Se há um dilema

¹³⁰ Embora este discurso não esteja assinado, alguns dados nos levam a crer que a autoria seja do professor Rui Cirne Lima. Primeiro porque se apresenta como um professor ligado à Armando Câmara, segundo que frisa que não possui filiação partidária, e terceiro, porque o discurso é dirigido aos universitários, da década de 1950, logo o grupo que o professor Cirne Lima exerceu uma influência intelectual marcante neste período.

diante de nós, ele só poderá formular-se nestes termos: ordem social cristã ou ordem social pagã. Essa crise, que conturba todas as camadas de nosso ser, não é um problema cuja solução constitua monopólio do comunismo. Não estamos condenados, para a obtenção do pão material, à renúncia aos valores do espírito e à morte da inanição moral. Se o cristianismo, como já observamos, não julga salvar o homem salvando-lhe, apenas, a alma para o céu e condenando-lhe o corpo ao inferno de uma vida temporal de misérias e sofrimentos injustos, no entanto, para ele, o trágico da vida não consiste em morrer sem pão, mas em viver sem Deus. A questão social pode e deve ser interpretada à luz de uma mais justa orientação doutrinária. Essa interpretação no-la dá a Igreja, que lhe atende todas as faces e lhe considera todos os fatores.”(CÂMARA, 1999 [1954], p. 185-186).

Armando Câmara elegeu-se senador, em 1954, derrotando João Goulart, do PTB. No entanto, após um ano de exercício de seu mandato, renunciou, em 27 de abril de 1956, após o General Lott ter conduzido ao poder Juscelino Kubitschek e João Goulart, porque não se submetia a ficar num congresso nacional de um governo que não considerava legítimo, ainda mais do PTB e apoiado pelo PCB, conforme sua fala deixa subentendido na sessão em que renunciou. Como ilustra o trecho abaixo:

Renunciando, meus nobres colegas, não atendo, pois, a um toque de retirada, dentro de uma batalha; obedeço antes, a uma clarinada que me convoca para outras formas de luta pela restauração do regime democrático, pela intangibilidade de ordem constitucional, e, sobretudo, pelo resguardo das estruturas seculares da civilização católica do país, ameaçadas pela suprema ameaça que pode pesar sobre um povo livre e evangelizado-pela técnica insidiosa e escravizante do imperialismo comunista. – É esta ameaça, meus colegas, que confere em minha opinião ao drama político-militar que sofremos desde 11 de novembro, toda sua tensão desesperante e dantesca. Um governo, definido como oriundo da decisão das urnas, e que foi, amplamente, constituído pela força das armas, assiste, entre complacente e cúmplice, à livre-expansão, em nossa vida pública, das forças da revolução mundial, que são as maiores forças que a história já registra de esmagamento das liberdades democráticas e de corrupção da dignidade da pessoa humana [...]” (CÂMARA, 1999 [1956], p. 211-212).

Fernando Trindade (1981) coloca que a renúncia de Armando Câmara foi um fato que delimitou a influência desse grupo católico advindo das congregações marianas nos meios políticos e intelectuais. Com efeito, após sua renúncia, percebe-se que o grupo não se envolveu conjuntamente em nenhuma questão de natureza pública. Entretanto, alguns daqueles que começaram sua carreira política neste período, como Eloy José da Rocha, Daniel Faraco, Carlos de Britto Velho, até, ao menos, mantiveram-se na política partidária até o período da Ditadura Militar, embora com posições políticas e partidárias distintas. O quadro abaixo sintetiza o envolvimento político partidário do grupo das Congregações Marianas:

Quadro 23: Congregados Marianos: Candidatos e eleitos a partir das eleições de 1945

Nome	Cargo	Ano	Partido	Situação
Ernani Maria Fiori	Deputado Federal	1945	PL	Não eleito (Suplente Raul

				Pilla)
Francisco Machado Carrion	Deputado Estadual	1947	PSD	Não eleito
	Deputado Federal	1950	PSD	Não eleito
Eloi José da Rocha	Deputado Federal	1945	PSD	Eleito
	Deputado Estadual	1950	PSD	Não eleito
Armando Dias de Azevedo	Deputado Estadual	1950	PL	Não eleito
Carlos de Britto Velho	Deputado Federal	1945	PL	Não eleito
	Deputado Estadual	1947	PL	Eleito
	Suplente de Senador	1950	PL	Não eleito
	Senador	1958	PL	Não eleito
	Deputado Federal	1962	PL	Eleito
	Deputado Federal	1966	ARENA	Eleito
Antônio Bottini	Deputado Estadual	1947	PL	Não eleito
	Deputado Federal	1950	PL	Não eleito
Adroaldo Mesquita da Costa	Deputado Federal	1945	PSD	Eleito
	Deputado Federal	1950	PSD	Eleito
Décio Martins Costa	Deputado Federal	1945	PL	Não eleito
	Governador do Estado	1947	PL	Não eleito
	Senador da República	1950	PL	Não eleito
José Mariano de Freitas Beck	Deputado estadual	1950	PTB	Não eleito
	Deputado estadual	1954	PTB	Eleito
	Deputado estadual	1958	PTB	Não eleito
	Senador	1962	PTB	Não eleito
Armando Pereira da Câmara	Senador	1954	PL	Eleito
Adalberto Tostes	Deputado Estadual	1947	PL	Não eleito
	Deputado Federal	1950	PL	Não eleito
Arthur Fischer	Deputado Federal	1950	PSD	Não eleito
Bruno de Mendonça Lima	Deputado Federal	1945	UDN	Não eleito
	Deputado estadual	1947	ED/PSB	Não eleito
	Governador do Estado	1950	PSB	Não eleito
Romário Marques Machado	Deputado Estadual	1950	PRP	Não eleito
	Deputado Estadual	1954	PRP	Não eleito
José Salgado Martins	Deputado Federal	1945	UDN	Não eleito
	Deputado Estadual	1950	UDN	Não eleito
	Suplente de Senador	1954	UDN	Não eleito
	Deputado Federal	1970	ARENA	Não eleito
Daniel Agostinho Faraco	Deputado Federal	1945	PSD	Eleito
	Deputado Federal	1950	PSD	Eleito
	Deputado Federal	1954	PSD	Eleito
	Deputado Federal	1958	PSD	Eleito

	Deputado Federal	1962	PSD	Eleito
	Deputado Federal	1966	ARENA	Eleito
	Deputado Federal	1970	ARENA	Eleito
	Deputado Federal	1974	ARENA	Não eleito
Nery Gil da Luz	Deputado Estadual	1954	PDC	Não eleito
Nicanor da Luz	Deputado Estadual	1947	PSD	Eleito
Otto Belgio Trindade	Deputado Estadual	1947	PSD	Não eleito
Roberto Bier da Silva	Deputado Federal	1974	ARENA	Não eleito
Telmo Thompson Flores	Deputado Federal	1978	ARENA	Não eleito
Tito Montenegro Barbosa	Deputado Federal	1970	ARENA	Não eleito
Hugo Di Primio Paz	Deputado Estadual	1947	PRP	Não eleito
Edmundo Casado Marques	Deputado Federal	1954	PDC	Não eleito
Elpídio Fialho	Deputado Estadual	1954	PSD	Não eleito
	Prefeitura municipal de Marau	1962	PSD	Não eleito
Mário Azambuja	Deputado Estadual	1950	PSD	Não eleito
Francisco Assis de Oliveira	Deputado Estadual	1947	PL	Não eleito
	Deputado Estadual	1950	PL	Não eleito
	Deputado Estadual	1954	PL	Não eleito
Albino Lenz	Deputado Estadual	1950	PSD	Não eleito
Joaquim da Rocha Difini	Deputado Estadual	1954	PDC	Não eleito
Oscar Carneiro da Fontoura	Deputado Estadual	1947	PSD	Eleito
Paulo Rache	Deputado Federal	1945	UDN	Não eleito
	Deputado Federal	1950	UDN	Não eleito
Jorge Braga Pinheiro	Deputado Estadual	1950	PTB	Não eleito
Anor Butler Maciel	Deputado Federal	1950	PRP	Não eleito
Pedro Azevedo Pereira	Deputado Estadual	1958	PL	Não eleito
Raymundo João Cauduro	Deputado Federal	1950	PSD	Não eleito
Theobaldo Neumann	Deputado Estadual	1950	PTB	Não eleito
	Deputado Estadual	1954	PTB	Eleito
Damaso Rocha	Deputado Federal	1945	PSD	Eleito
José Truda Palazzo	Deputado Estadual	1950	PL	Não eleito

Fonte: Elaborado a partir de dados do Nupergs

Portanto, o envolvimento político-partidário dos congregados Marianos pós-1945 não ocorreu de modo coeso, organizado enquanto um movimento. A representação política dos católicos se deu em torno de algumas de suas lideranças, como Adroaldo Mesquita da Costa, Eloy José da Rocha, Daniel Faraco e Armando Câmara. Na esfera municipal alguns congregados marianos destacaram-se como Nicanor da Luz, prefeito de Vacaria na década de

1950, Mário Davi Rossi Meneghetti, prefeito de Pelotas, e especialmente Ildo Rossi Meneghetti, prefeito de Porto Alegre em 1948, e de 1969 a 1975.

Assim como, embora, constituísse um grupo relativamente grande a opção por dividir-se entre os Partidos que aceitassem algumas de suas prerrogativas católicas, não resultou em uma representação eleitoral e política significativa. Fato que também retardou a Democracia Cristã no Estado e influenciou a formação dos quadros do PDC. Além disso, se em relação as reivindicações católicas os membros do grupo eleitos atuaram de forma coesa, o transcorrer de suas carreiras políticas não pontuaram por similitudes, mas sim por convicções pessoais e partidárias. Portanto, a construção da Ordem política, através da elaboração das Cartas Constitucionais, seja a de 34 ou a de 45, e em menor grau a Estadual de 1947, foram os eventos, além da influência na Universidade Pública como se demonstra no próximo capítulo, que mobilizaram os membros grupo católico para a vida pública.

8. O APOSTOLADO LAICO, A CONQUISTA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E A REPRODUÇÃO DO “PARADIGMA CONSERVADOR”.

A constituição da Universidade como um espaço legítimo de produção de conhecimento decorre de um processo histórico de autonomização em relação às outras ordens sociais, como a política e a religiosa (BOURDIEU, 1984). Deste modo, como os primeiros projetos universitários no Brasil surgiram no contexto do pós-1930, essencialmente marcado pelos movimentos liberais e autoritários, a Universidade Brasileira, embora uma instituição tardia e temporã no Brasil em contraste com as dos países de colonização ibérica que com a independência foram nacionalizadas e expandidas por todo território (CUNHA, 1980; HOLANDA, 1936), se construiu como projeto institucional de elites culturais e políticas relacionadas ao governo ou como reação ao poder central.

Nesta perspectiva que Antônio Cunha (1980) classificou os três projetos fundadores da Universidade no Brasil como: o liberal-elitista da USP, o liberal-igualitarista da UDF, e o nacional-autoritário do grupo católico na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. O primeiro tem sua origem na derrota dos paulistas na Revolução Constitucionalista de 1932, e se traduz na estratégia da formação de elites políticas e culturais na Universidade de São Paulo, criada em 1934, para retomar o poder da oligarquia paulista nos destinos da nação. O segundo foi à criação da Universidade do Distrito Federal em 1935, fruto do projeto de reforma educacional de Anísio Teixeira o qual contemplou todos os níveis de ensino no Rio de Janeiro quando fora Diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal na administração do prefeito Pedro Ernesto. E o terceiro projeto foi aquele do grupo católico concretizado em 1939 com a destituição da UDF e a criação da Universidade do Brasil pelo Ministro Gustavo Capanema sob o controle católico doutrinário e ideológico do grupo do *Centro Dom Vital*.

No entanto o projeto autoritário dos católicos nacionalmente teve variações regionais em relação à Universidade. Embora o contexto da aliança da Igreja com o governo autoritário de Vargas através das reformas educacionais empreendidas por Gustavo Capanema tenha contemplado as reivindicações católicas, especialmente em relação à inclusão do ensino religioso nas escolas oficiais, a influência dos católicos na Universidade Pública perdurou até criarem sua própria - a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - em 1941. O

caminho trilhado na esfera do ensino superior pelos católicos no Rio de Janeiro foi desenvolvido nos trabalhos pioneiros de Tânia Salem (1982) e Simon Schwartzman (2000).

A Universidade do Rio Grande do Sul, ao contrário de outras universidades brasileiras não foi “criada a partir de arranjos regionais intra-elites e da ação de seus representantes junto Ministério de Educação e ao Congresso” (TRINDADE, H. 2006, p. 83). Sem entrar em detalhes, de modo geral, a Universidade de Porto Alegre foi instituída pela junção de duas Faculdades (Direito e Medicina) com a Universidade Técnica. Estas instituições de ensino superior no Rio Grande do Sul foram criadas a partir de iniciativas de grupos profissionais, sem interferência do Estado, como previa a legislação federal republicana da época (CUNHA, 1980) e no RS, a Constituição de 1891 que preconizava a liberdade de ensino e profissional¹³¹.

A primeira instituição criada foi a Escola Livre de Farmácia e Química Industrial de Porto Alegre, idealizada e fundada por um grupo de farmacêuticos liderados por Alfredo Leal, em 1892. Em 1897 foi criado o curso de Partos, e assim, um ano após, os dois cursos juntam-se dando origem a Escola Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, sendo a primeira escola de medicina não oficial fundada no Brasil. Sua instituição ocorreu no contexto do exercício profissional não regulamentado pelo governo, o que, como demonstram os trabalhos de Costa Franco (1978) e de Beatriz Weber (1999), fez com que médicos e professores ligados ao Partido Republicano Riograndense (PRR) tomassem posições divergentes da orientação constitucional vigente do governo. Frente a essa situação, em busca do reconhecimento profissional pelo Estado, a Escola Livre de Medicina buscou sua equiparação às escolas federais, sendo reconhecida em 1900. Logo, em relação às outras escolas, sobretudo a de Engenharia, a Faculdade de Medicina foi a mais afastada do governo. Além

¹³¹ Um dos aspectos mais ressaltados da prática dos republicanos-positivistas foi à liberdade de culto e a profissional, referenciadas na Constituição estadual em 1891. Por esta legislação ficou estabelecido que “Não são admitidos no Serviço do Estado os privilégios de diplomas escolásticos ou acadêmicos, quaisquer que sejam, sendo livre no seu território o exercício de todas as profissões, de ordem moral, intelectual e industrial” (Tambara, 1998:176). A liberdade profissional vai ter grande repercussão na Faculdade de Medicina, após a manifestação de Júlio de Castilhos na inauguração da Escola de Medicina e Farmácia de Porto Alegre. Sobre isso ver especialmente: WEBER, Beatriz. **As artes de Curar: medicina, religião, magia e positivismo na república rio-grandense- 1882-1928**. Santa Maria: UFSM; Bauru, Edusc, 1999; e KUMMER, Lizete O. **A medicina Social e a liberdade profissional: Os médicos gaúchos na primeira república**. Dissertação de Mestrado no PPG história/ UFRGS, Porto Alegre, 2002. Em relação à defesa das Instituições livres sem a interferência do Estado e a eliminação dos privilégios do diploma no legislativo federal ver especialmente: TAMBARA, Elomar. **Positivismo e educação no Rio Grande do Sul**. In: Graebin, Cleusa; Leal, Elisabete (Orgs). **Revisitando o Positivismo**. La Salle, Canoas, 1998.

que ela foi à primeira instituição a ser federalizada, em 1931, o que dificultou a sua incorporação a Universidade estadual.

A Escola Livre de Engenharia teve um percurso oposto à de Medicina, uma vez que seus objetivos estavam em sintonia com a Carta Constitucional Estadual e com os preceitos do PRR. Foi idealizada e estruturada, em 1896, por um grupo de engenheiros militares, professores da Escola Militar de Porto Alegre, como: João Simplício Alves de Carvalho, João Vespúcio de Abreu e Silva, Juvenal Octaviano Muller e Lino Carneiro da Fontoura, juntamente com os engenheiros civis: Gregório Paiva Meira e Álvaro Nunes Pereira, todos ligados às concepções *positivistas* de ensino. Desta maneira, a Escola de Engenharia pode ser considerada, ao incorporar, além da formação superior e secundária, o ensino primário profissionalizante, uma escola de preparação de quadros técnicos para o governo, porque seus fins práticos estavam em consonância com os ideais da sociedade agropecuária gaúcha e com o processo de urbanização do Rio Grande do Sul (DINIZ, 1992).

Portanto, a Universidade Técnica, foi uma das instituições mais importantes na modernização tecnológica do Estado, assim como no desenvolvimento científico, embora não tenha sido seu objetivo imediato. Porém, é na Faculdade Livre de Direito, fundada em 1900, nove anos após o golpe republicano, que a relação entre o grupo dirigente do Partido Republicano e a formação da “elite” política e cultural gaúcha se concretiza. Primeiramente pelos magistrados convidados por Borges de Medeiros que estudara na Faculdade de Direito de Recife, e que terão um papel decisivo, sob a liderança de Manuel André da Rocha, na fundação da instituição e na formação de seu corpo docente. É a partir dessa Faculdade que se constituíra uma elite social no Rio Grande do Sul que atuará na política, no judiciário, na Universidade, nas letras e até mesmo na economia, conforme discorre Engelmann (2004, p. 79):

A característica comum do grupo dos 24 juristas *fundadores* e dos 30 que ingressaram como professores entre 1903 e 1926, era a múltipla inserção social, na política, no jornalismo, na literatura e na vida intelectual regional. Reproduziam o padrão de inserção social e política apresentados pelos bacharéis ao longo do período imperial. Da mesma forma, neste grupo de *fundadores* não se pode caracterizar *escolas de pensamento* nítidas, havendo o predomínio dos *positivistas* no sentido de sua inserção no mundo político, então hegemônico pelo Partido Republicano Rio Grandense.

Deste modo, os antigos centros formadores das elites republicanas em Recife e São Paulo perdem sua importância anterior, embora tenham formado uma gama de homens que tiveram papel destacado na política riograndense e brasileira (como Júlio de Castilhos e Assis

Brasil), mas as gerações seguintes (de Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Mem de Sá, entre outros) foram egressas da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. Portanto, a relação entre os professores e os alunos egressos da Faculdade de Direito com a política – partidária consistiu numa estratégia de formação e composição dos quadros dirigentes do PRR¹³², sendo este um dos fatores favoráveis à situação hegemônica desse Partido até a década de 1930 (ENGELMANN, 2004, GRIJÓ, 2005).

É a partir desse panorama que foi projetada à criação da Universidade do Rio Grande do Sul, em 1934. No entanto, ao juntar instituições com tradições distintas de ensino superior, com a finalidade de estruturar a universidade com todos os órgãos previstos em lei, como a Faculdade de Filosofia e a de Economia, sem ter sido um projeto universitário definido pelas elites gaúchas, a Universidade demorou a funcionar. O que teve como consequência que o relacionamento com o governo do Estado foi conflituoso, como mostrou com detalhes o estudo de Diniz e Soares (1992), havendo, deste modo, certa disputa pelo controle do ensino superior, especialmente pelo grupo católico.

A estratégia de conquista da Universidade do Rio Grande do Sul por parte dos Católicos dirigiu-se para a Faculdade de Direito e, sobretudo, para nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que antecedeu a Faculdade de Filosofia. Deste modo, demonstrase, neste capítulo, que a conquista das cátedras universitárias pelo grupo católico das congregações marianas, embora a princípio pareça não ter relação com o movimento católico, fez parte do projeto de restauração católica, que consistia, sinteticamente, em recuperar os espaços sociais relevantes, em especial, o universitário para o catolicismo.

8.1. O MOVIMENTO CATÓLICO, AS LUTAS INTRABUROCRÁTICAS E AS CÁTEDRAS UNIVERSITÁRIAS CONQUISTADAS.

Como visto, desde a fundação do Centro Católico de Acadêmicos o grupo ligado as Congregações Marianas dos jesuítas buscou influir no espaço universitário. Segundo Fernando Trindade (1982) o interesse deste grupo em conquistar as cátedras das Faculdades foi uma reação ao domínio daqueles denominados de “positivistas” no espaço universitário.

¹³² Por exemplo, Engelmann (2004: 80) listou uma série de professores da Faculdade de Direito que entre 1901 até 1926 foram parlamentares pelo PRR, como Antônio Loureiro Chaves, Arthur Pinto da Rocha, Carlos Thompson Flores, José A. de Almeida Martins Costa, Plínio Casado, Timotheo Pereira da Rosa, Arlindo da Costa Córrea Leite, Fernando Antunes, Francisco de Souza Ribeiro Dantas Filho, Ildefonso Soares Pinto, Joaquim Maurício Cardoso, Victor de Azevedo Bastian, entre outros. Ver ENGELMANN, Fabiano. **Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do Direito no Rio Grande do Sul.** Tese de doutorado, PPG Ciência Política UFRGS, Porto Alegre, 2004.

Embora alguns depoimentos, como o de Francisco Machado Carrion e de Eloy José da Rocha, sugeriram isto, de fato, o embate ideológico dava-se em outros termos. Como bem coloca Odaci Coradini (2007), aqueles os quais poderiam ser classificados como “positivistas” na Universidade representariam certo militarismo, sem nenhuma conotação ideológica, de um grupo ex-professores da Escola Militar de Porto Alegre. Mais que isso, embora, nos estudos sobre este período “o positivismo seja uma categoria onipresente, de caráter alusivo [...] dependendo das circunstâncias, pode ser classificável como positivismo tudo que não seja católico ou liberal” (CORADINI, 2007, p. 436).

Deste modo, como se demonstra adiante, a conquista do espaço universitário pelo grupo católico refere-se a lutas intraburocráticas para a aquisição de cargos baseadas em armas ideológicas e redes de relações pessoais, e assim, a principal disputa na criação da Universidade se deu entre os católicos e aqueles que defendiam o ensino laico. (CORADINI, 2007). Entretanto, conforme Nelson Boeira (2007), se não se pode pontuar a influência de docentes “positivistas” na Universidade, as ideias positivistas objetivadas na estrutura do ensino superior no Estado foram sentidas e combatidas por vários grupos, dentre eles o católico. Por exemplo, os resquícios da Lei Rivadavia, de orientação positivista, como a liberdade profissional, foram vivenciadas pelos membros do grupo católico, como foi o caso da turma que se formou na Faculdade Livre de Direito em 1917, de Armando Dias de Azevedo, Adroaldo Mesquita da Costa e Camilo Martins Costa, conforme relato do primeiro reproduzido abaixo:

Vou contar o que empolgou a Faculdade de Direito em 1917, quando eu era um bacharelado e em que, pondo de lado a modéstia que seria incabível, fui *pars magna*, lado a lado com Rafael Tibúrcio de Azevedo Neto, Adroaldo Mesquita da Costa e Camilo Martins Costa e que, há tempos, narrei pormenorizadamente pela imprensa. A chamada lei Rivadávia (decreto n. 8.659, de 5 de abril de 1911), que substituiu inopidamente o excelente código de ensino Eptácio Pessoa (decreto n. 3.890, de 1 de janeiro de 1901), na vigência do qual nossa Faculdade fora reconhecida pelo decreto n.4.875, de 6 de julho de 1903, viera anarquizar o ensino no Brasil, para realizar em todo o país o que já existia no Rio Grande do Sul- a irrestrita liberdade de ensino, sem fiscalização alguma do poder público, consectário da plena liberdade profissional que na errônea interpretação do pensamento de Augusto Comte impingiria aqui. Veio, então, a lei Maximiliano (decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915), que, apesar de seus defeitos, visou coibir aqueles males e que, embora seu autor saísse das fileiras do partido situacionista gaúcho, veio irritar sobremaneira o oficialismo dominante em nosso Estado, que negava obediência àquele diploma legal, a pretexto de se tratar de simples decreto, esquecendo que todas as chamadas leis de ensino no regime republicano, inclusive a Rivadávia, nada mais eram do que decretos do poder executivo. Agitou-se a classe de acadêmicos de Direito, pois estávamos ameaçados de ficar bacharéis só no nosso Estado, verdadeiros servos da gleba, que não poderíamos fazer carreira jurídica em nenhum outro Estado da Federação, nem advogar ante o Supremo Tribunal Federal. Foi, então, que esgotados os meios

suasórios junto ao venerando diretor da Faculdade, aliás, magistrado eminente e impoluto, homem de alta cultura jurídica e humanística, digno de todo o respeito, mas renitente em seguir a orientação oficial que fazia da liberdade sem peias de ensino e de profissão um *noli me tangere*, ponto dogmático de doutrina política, fomos procurar quase todos os professores, e, evidentemente, em primeiro lugar, a Plínio Casado, o amigo da mocidade acadêmica, o paladino das grandes causas. Imediatamente mostrou-se solidário conosco e prometeu assinar o pedido de convocação da Congregação para deliberar a respeito do pedido de reconhecimento da Faculdade, primeiro passo exigido pela nova lei que já durava dois anos, apesar de julgar o diretor que ela, dentro em breve, seria derribada pelo Congresso, o que nunca, alias, aconteceu. Conquistamos o apoio de vários outros professores, chegou o momento de formular o pedido de convocação. Plínio ditou-o a Adroaldo e este datilografou. Pediam aos professores que fosse convocada a Congregação para – hábil redação de Plínio- abrindo debate sobre o decreto n. 11.530, se resolvesse o reconhecimento, ou não, da Faculdade. Por deferência ao diretor, não tomavam partido, desde logo, por escrito, mas já de antemão, tínhamos vitória assegurada. À hora de assinar, Plínio Casado lembrou seria melhor fosse outro o primeiro signatário, por motivos políticos, já que era franco-atirador e recentemente, entrara em lutas contra o governo do Estado. Ponderamos-lhes Adroaldo e eu que ele era o naturalmente indicado, como amigo da classe e causa (...) Cedeu, então, exclamando: É a minha sina ser sempre o carneiro do batalhão...Convocada a congregação para a tarde de 1 de junho de 1917, aí estávamos em peso, no nosso tradicional jardim da Faculdade, nós, sócios do Centro dos Acadêmicos de Direito, torcendo pela vitória de nossa justa reivindicação. Ao abrir a sessão, foi dada a palavra ao professor Plínio Casado, que, com a sua insuperável habilidade, defendeu a necessidade de não se obedecer á lei vigente embora duvidosa sua legalidade, a fim de não prejudicar os estudantes de nossa faculdade. Os demais professores, unanimemente, o apoiaram, e o diretor aproveitando a deixa de Plínio, concordou, dizendo que o fazia para evitar o prejuízo dos alunos. Aliás,, fora sempre o argumento que usáramos em nossa persistente campanha. A sessão durou algumas horas, pois já cogitou a congregação de providencias práticas. Nós, que ignorávamos o que se passava, estávamos, embora confiantes, um tanto apreensivos, receando alguma divergência entre os professores. Ao descer, Plínio, de volta, as escadarias da Casa, corri ao seu encontro para indagar o resultado, respondendo-me ele: “Tudo bem. Vais ser pedido o reconhecimento”. À minha pergunta sobre a atitude do diretor, respondeu textualmente: ‘Aderiu imediatamente’. [...]. Voltando aos colegas, comuniquei-lhes o resultado, prorrompendo todos em aplausos ao nosso grande advogado. Estávamos vitoriosos. Aliás, não havia vencedores nem vencidos. Vitoriosa fora a Faculdade.¹³³”

Embora a questão da liberdade profissional tenha afetado mais a Faculdade de Medicina¹³⁴, como se destaca adiante, os membros do grupo católico durante sua formação acadêmica seja na Faculdade de Direito, Medicina e até mesmo na de Engenharia, sentiram os efeitos desse tipo de orientação de ensino. Contra essa estrutura de ensino que se posicionam quando da organização da Universidade de Porto Alegre, como revela trecho de um texto de Vitor Britto Velho, publicado na Revista Idade Nova, em 1934:

¹³³ AZEVEDO, Armando Dias de. *Apud* Caderno de Sábado, p. 11-12, **Correio do Povo**, Porto Alegre, 24/10/1970 In: TILL, Rodrigues. História da Faculdade de Direito de Porto Alegre. 1900/2000. I Tomo, Martins Livreiro, Porto Alegre, 2000.

¹³⁴ Sobre esse tema ver especialmente GRIJÓ, Luiz Alberto. Positivismo, ensino superior e exercício profissional no Rio Grande do Sul dos incios da República. In: TRINDADE, Helgio (Org). **O Positivismo. Teoria e Prática**. 3 Ed., Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

Está em preparação a Universidade de Porto Alegre. Uma comissão de professores foi encarregado disto. Será a reunião de varias faculdades, sem orientação, sem estrutura. Aquele organismo, aquela unidade de orientação de que tanto se fala e que são considerados, e com razão, como os característicos da verdadeira universidade, tudo foi desprezado e posto de parte. [...] De que vemos nós tiramos a conclusão de que tudo nos poderão dar, menos uma universidade. Teremos um conjunto de casas de estudo, sem laço orgânico nenhum. Pouco mais do que havia antes, só um nome a mais. E um rótulo novo que carregaremos. Diante disso tudo podemos tirar outra conclusão, e esta importante e necessária. E a conclusão é que precisamos trabalhar muito, lutar muito. Precisamos dar a universidade a orientação que ela precisa ter. Lembro com isto um movimento que devia ter sido, há muito iniciado, para que agora houvesse uma harmonia de vistas e uma força orientadora. Mas nada foi feito, nada daquilo que se precisava –se fazer. Estamos numa época de atitudes definidas, dos exemplos frisantes, das arganizações orientadas e, com maior razão, nós católicos não podemos permanecer na atitude fria e indiferente de homens sem ideal, sem conceito de vida, sem meios de defesa. É necessário que nos defendamos energicamente, progredindo no nosso movimento, na fecundidade de nossa ação.[...] Mãos a obras, pois. (BRITTO VELHO, 1934a, p. 5)

Os membros da geração do CCA, logo a de Britto Velho, naquele momento, entre 1931 e 1934, ainda estavam concluindo seus estudos universitários nas tradicionais escolas de Direito, Engenharia e Medicina¹³⁵, mas os sócios honorários do Centro, como Armando Câmara, Eloy José da Rocha, Armando Dias de Azevedo, Mário Bernd, Adroaldo Mesquita da Costa, e Ary de Abreu Lima, na década de 1930, começavam a conquistar, em alguns casos sem provimento de concurso, cátedras expressivas nas Faculdades isoladas de Direito, Medicina e engenharia. Este foi o caso, por exemplo, da contratação, sem provimento de concurso, pela Faculdade de Direito, em 1933, de Armando Dias de Azevedo, que já havia regido a cadeira de Direito Comercial na Escola de Comércio, para a Cátedra de Direito Civil, de Adroaldo Mesquita da Costa, que também ministrava aulas na Escola de Comércio, para a disciplina de Direito Civil do 4º ano, de Eloy José da Rocha, para a Cátedra de Direito Industrial e Legislação do Trabalho, e de Rui Cirne Lima, que já regia como professor contratado, a cátedra de Direito Administrativo. (TILL, 2000). Dentre as contratações sem concurso promovidas pela Faculdade de Direito um caso emblemático para o grupo católico foi aquela de Armando Câmara.

Armando Pereira da Câmara, uma das lideranças do movimento católico, que regia a disciplina de “Introdução à Ciência do Direito” desde 7 de agosto de 1931, foi indicado para assumir a cátedra desta disciplina em 1934, mas não foi aprovado pela Congregação da Faculdade de Direito, porque não tinha dez anos de exercício docente, sendo então o aluno

¹³⁵ Por exemplo, Ernani Maria Fiori e Francisco Machado Carrion formaram-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1935, Vitor de Britto Velho formou-se em Medicina em 1937, Laudelino Medeiros terminou seu curso superior de Administração e Finanças na Faculdade de Ciências Econômicas e Políticas em 1936, e o de Ciências Jurídicas e Sociais em 1941.

Alberto Pasqualini contratado para reger a disciplina. A contratação de Pasqualini, antigo Congregado Mariano, e que já havia desfrutado de prestígio entre os jesuítas, tendo sido inclusive professor do Ginásio Anchieta até ser desvinculado desta instituição por defender posições distintas da Igreja¹³⁶, foi amplamente contestada pelo grupo católico na Universidade. Assim, em 1935, Armando Câmara reassume essa cátedra por nomeação de Flores da Cunha, interventor federal no Estado.

Portanto, por um lado, a conquista das cátedras universitárias pelo grupo católico mais velho foi favorecida pela relação com o governo do Estado, que já havia sido construída nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1934, quando a LEC, apoiou o PRL, de Flores da Cunha, embora esta relação não tenha se refletido entre o núcleo central do CCA. Mesmo assim, neste período, inclusive, o ingresso e o domínio dos membros do grupo do CCA no Colégio Universitário que permitiu que adquirissem títulos para o futuro ingresso na docência da Faculdade de Filosofia, foi facilitada pelo governo do Estado, conforme depoimento de Francisco Machado Carrion¹³⁷. E por outro lado, agregavam-se em torno de um embate ideológico comum, ou seja, imprimir a orientação filosófica da Igreja Católica nas cátedras universitárias, afastando assim orientações distintas daquelas que defendiam. Isto fica evidente no repúdio a nomeação de Alberto Pasqualini para a Faculdade de Direito, que “apesar de Pasqualini ter sido católico, na medida em que incorporou outras filosofias sociais e particularmente, jurídicas, divergindo assim, do grupo de origem, como não pode mais ser classificado como católico, passa a sê-lo pela categoria oposta, ou seja, como positivista” (CORADINI, 2007, p. 437).

Todavia, se neste primeiro momento a conquista de cátedras universitárias relevantes especialmente na Faculdade de Direito foi facilitada pelas relações com Flores da Cunha no processo de organização da Universidade a situação mostrou-se adversa. Deste modo, a conquista da Universidade Pública, em especial a Faculdade de Filosofia, pelo grupo católico pautou-se por disputas intraburocráticas e rede de relações pessoais, como se desenvolve adiante.

8.2.1. A fundação da Universidade do Rio Grande do Sul e as cátedras da Faculdade de Filosofia

¹³⁶ Conforme MAGALHÃES, Álvaro. Depoimento concedido à Fernando Trindade, 1981

¹³⁷ CARRION, Francisco Machado. Depoimento concedido à Fernando Trindade, 1981.

Com a criação da Universidade do Rio Grande do Sul em 1934 pelo decreto estadual nº 5.758, estabelecida pela junção das faculdades e escolas existentes o grupo católico através de seus representantes formados que já haviam conquistado algumas cátedras nas faculdades e/ou exerciam a docência no colégio universitário vão direcionar-se para a conquista e organização da futura Faculdade de Filosofia, que completou a organização Universitária.

Em 1934, representantes do grupo católico mandaram um memorial ao interventor Federal Flores da Cunha reivindicando que a nova instituição universitária, a Faculdade de Filosofia tivesse a orientação dos ginásios existentes, ou seja, espiritualista e cristã, cujo trecho reproduz-se abaixo¹³⁸:

[...] a) Testemunhas da crise moral que empolga o mundo, originária de uma concepção naturalista e pagã da vida, e cômicos das responsabilidades que lhes cabem de reagir, no âmbito de suas influências, afim de revigorar nos espíritos os princípios de uma cultura espiritualista e cristã, cogitam, há quase um ano, organizar, de acordo com a lei do ensino superior, uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras; b) Devendo esta, segundo a lei, dar formação filosófica às novas gerações, afigurou-se-lhes como órgão adequado à realização de seus ideais de irradiação cultural, pois das doutrinas sobre os grandes problemas metafísicos, sempre dependeram a vida dos povos, o pensamento e a ação do homem; c) O trabalho de organização da Faculdade de Educação, Ciências e Letras estava quase ultimado, estando já elaborado os estatutos que a deviam reger, os programas de suas disciplinas, a seriação destas, o quadro de seu corpo docente, quando o Governo resolveu criar, na futura Universidade, uma Faculdade de Educação; d) Devendo ser a população escolar da futura Faculdade constituída, na sua maioria, de ex-alunos dos Ginásios religiosos, onde dominam diretrizes ideológicas marcadamente espiritualista e cristãs, seria moralmente funesta a ruptura desta orientação, por um ensino acadêmico que lhe fosse franca ou veladamente contrário; e) Além disso, competindo à citada Faculdade formar os futuros professores para os mesmos ginásios, é natural que ela dê aos seus estudos uma orientação que se concilie com a dos referidos Institutos de ensino secundário; f) Dadas as relações de Estado e a Igreja, estabelecidas em nova Carta Magna que se reconhece a necessidade do fator religioso na escola primária, secundária e normal, parece-lhes estar na lógica dos princípios políticos vigentes uma cooperação dos poderes espiritual e temporal na esfera da cultura superior, dada a incomparável transcendência desta, sob o ponto de vista da influência social que exerce; g) De outro lado, por motivos múltiplos, não seria conveniente a concorrência, nesta capital, de duas Faculdades com objetivo identico; h) Pelos argumentos aduzidos, parece justo que o Estado aproveite a cooperação dos representantes da cultura católica na organização definitiva da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, de modo que fiquem resguardados, integralmente, os interesses morais a que fazem referência os itens ulteriores; i) Sobre o modo prático de realizar esta cooperação, V. Ex. poderia ouvir o ilustre Sr. Arcebispo D. João Becker. Nos termos expostos, os infra-escritos pedem ao esclarecido espírito de V. Ex., as medidas que venham consagrar os anseios da Cultura católica do Estado. (DINIZ, 1979, p. 12).

¹³⁸ Assinaram o documento Raul Moreira, Frederico Dahne, Elyseu Paglioli, Ary de Abreu Lima, Normélia Rosa, Ruy Cirne Lima, Mário Bernd, Álvaro Magalhães, Adalberto Pereira da Câmara, Ivo Correia Meyer e Armando Câmara.

Os católicos acreditavam que Flores da Cunha, aliado político da Igreja Católica na LEC de 1934, fosse aprovar as reivindicações católicas de controle do ensino do Rio Grande do Sul em todos os seus níveis, e por em prática a união da Igreja com o Estado. No entanto, não foram apenas os católicos que tentaram aprovar projetos universitários no contexto da década de 1930, e do processo constituinte de 1934. Anteriormente, os estudantes, em torno da Federação Acadêmica, reivindicavam, através de um memorial dirigido ao governo estadual, à criação da Universidade do Rio Grande do Sul, com autonomia didática e administrativa, gratuita e reproduzindo os modernos métodos de ensino. Esses estudantes, liderados por Waldemar Ripoll, encaminharam esse memorial para o governo, mas a Universidade tão desejada só viria a implantar-se em 1934, longe de ser a instituição que idealizaram:

Viram-na criada pelo Governo quatro anos mais tarde, com autonomia didática e administrativa somente no papel, sem representação estudantil no Conselho direcional, conservando a vitaliciedade de Cátedra, que eles condenavam, sem ampliação e aperfeiçoamento do quadro docente que pregavam, sem equipamento para ensinar de acordo com as conquistas contemporâneas da Ciência e sem mudança nos métodos de ensino. (SOARES & DINIZ, 1992, p. 35).

Para a defesa de seu projeto universitário, membros da Federação acadêmica, como os doutorandos Ripoll e Paulo Whestphalem e os professores Vieira Pires, Raymundo Vianna e Rodolfo Simch, criaram o Partido Universitário enquanto um grupo de pressão pela reforma do ensino superior no Rio Grande do Sul. No entanto, com o assassinato de Ripoll, esse movimento não teve continuidade. Não se pode esquecer que durante esse período, no pós 1930, o projeto católico na Universidade estava concretizando-se, com a conquista das cátedras das faculdades pelos membros honorários do CCA.

Os católicos reivindicando a Faculdade de Filosofia também não obtiveram êxito, porque Flores da Cunha não respondeu ao memorial, e a comissão que estava organizando a Universidade, e a nova Faculdade, dificultou a entrada dos católicos, num primeiro momento, ao decretar que os cargos de docentes, vagos ou a vagar, e os títulos de livres docentes seriam obtidos por concurso de prova de títulos. Nesta comissão o único do grupo católico foi Ary de Abreu Lima. Quando este assumiu a Reitoria, após André da Rocha e Aurélio de Lima Py terem renunciado a esse cargo, em 1939, nada pode fazer, uma vez que as regras estabelecidas de contratação de professores estavam sendo cumpridas.

Com a morte de Abreu Lima assumiu Edgar Schneider, em 1942. Com Schneider, mesmo não sendo representante do grupo católico, o antigo regulamento é modificado pelo Conselho Universitário, pelo decreto nº 548 de 6 de junho de 1942, e assim, sendo possível à

contratação de professores sem concurso. Deste modo, o Reitor escolheu os novos professores em sua maioria do grupo católico, porém, introduziu uma nova linha ideológica: os metodistas. Nesse sentido, os metodistas podiam competir com os católicos porque muitos de seus representantes tinham formação intelectual nos Estados Unidos sendo importantes para a renovação pedagógica e filosófica da nova faculdade (TRINDADE, F, 1982). Portanto, com a provação de todos os cursos, em 1943, a instituição passou a denominar-se Faculdade de Filosofia, dirigida num primeiro momento pelo Conselho Universitário orientado pelo reitor Schneider.

Com a possibilidade de contratar professores das Faculdades existentes, no curso de Filosofia o grupo católico fora beneficiado, mas também os metodistas, como Oscar Machado, o pastor Derly Chaves e José Gomes de Campos. As boas relações que o Reitor tinha na política podem ter facilitado à implantação da nova faculdade, mas, neste momento, o Secretário de Educação era o Dr. Coelho de Souza¹³⁹, primo-irmão de Armando Câmara, e aliado do grupo católico na Ação Brasileira de Renovação Social, de tal modo que a inclusão dos católicos na preferência do Reitor pode ter sido influenciada ou imposta pelo Secretário de Educação.

Todavia, a formação do quadro docente da Faculdade defrontou-se com legislação proibitiva das cumulações, a qual não permitia que funcionários públicos, como os professores da universidade, viessem a assumir cursos na nova Faculdade. A solução encontrada fora categorizar os professores indicados como comissionados, ou seja, remunerados por aula ministrada. Neste contexto inicialmente no curso de Filosofia, sobre o qual existem os estudos de Fernando Trindade (1982) e Regner (1993), por ser mais fácil contratar os professores da Universidade, houve certa abertura ideológica, com a incorporação dos metodistas. O grupo católico ficou com a metade das cadeiras da Faculdade, os metodistas como Oscar Machado juntamente com o Reitor Edgar Schneider, garantiram o equilíbrio na orientação do curso. Do grupo católico e do CCA constam os nomes do catedrático de psiquiatria da Faculdade de Medicina Décio de Souza, de Álvaro Magalhães, que viera da Faculdade de Engenharia e do Colégio Universitário¹⁴⁰ aonde havia sido diretor.

¹³⁹ Embora tenha se mantido numa posição de independência em relação ao grupo católico Dr. Coelho de Souza era católico, ex-aluno do Ginásio Anchieta e de Pe. Werner, além de ter participado das Congregações Marianas. Conforme SOUZA, Coelho de. Depoimento concedido a Fernando Trindade, 1981.

¹⁴⁰ O colégio universitário só teve esse papel porque, durante o governo de Flores da Cunha, Magalhães foi convidado, em 1935, para dirigir o colégio por Othelo Rosa, secretário de educação no período, e Darcy Azambuja, que, naquele momento, além de catedrático da Faculdade de Direito, era secretário de Estado.

Num primeiro momento, no quadro de vinte e nove indicações de docentes para os cursos da área de humanas, encontramos apenas 1/3 de nomes formados nas Congregações Marianas¹⁴¹. Isso não quer dizer que a influência foi pequena, mas revela que a concentração foi em determinados cursos e tipos de conhecimentos.

Contudo, nessa lista inicial do quadro docente, de 1943, figuraram alguns nomes de pessoais com trajetória política e intelectual reconhecidos na sociedade riograndense que nem assumiram definitivamente as cátedras, como o historiador e ex – deputado constituinte Moisés Vellinho, o secretário de Educação José P. Coelho de Souza e o próprio reitor Edgar Schneider. O primeiro foi designado para a cátedra de literatura brasileira, não permanecendo mais de um semestre, sendo substituído por Guilhermino César, em 1944. O segundo Coelho de Souza, que havia sido, antes de assumir a Secretaria da Educação, Deputado estadual entre 1935 a 1937, no final do primeiro semestre foi substituído por Álvaro de Magalhães na cátedra de História da Educação. E o Reitor, Edgar Schneider, que dispunha de alguma notoriedade política, foi substituído na cátedra de Sociologia por Laudelino Medeiros. Desta forma, esses nomes que figuraram no quadro de docentes e não assumiram efetivamente fizeram parte da estratégia de implantação da nova faculdade, uma vez que esses “intelectuais e políticos estariam conferindo seu prestígio à Universidade, facilitando os trâmites em torno de sua finalização” (RODRIGUES, 2002, p. 115).

O curso de Geografia e História contou com o professor de Botânica do Colégio Anchieta Pe. Jesuíta Balduino Rambo para as cadeiras relacionadas à Antropologia e Etnografia, e os jovens que lecionavam no pré-jurídico do Colégio Universitário e na Escola de Comércio, Francisco Machado Carrion e Laudelino Medeiros, ambos que, posteriormente foram professores da Faculdade de Economia. No entanto, Medeiros não chegou a lecionar a cadeira de História do Brasil, desde o princípio ela foi ministrada por Dante de Laytano, escritor e antigo Congregado Mariano, e Francisco Machado Carrion ingressou no corpo docente, apenas em 1944, através de prova de títulos, substituindo Francisco Juruena. De todo modo, o curso de Geografia e História manteve certa heterogeneidade ideológica, porque

Embora, Othelo Rosa fosse identificado como *positivista* convidou Álvaro Magalhães para organizar o colégio universitário com liberdade para compor o corpo docente. Conforme Rodrigues (2002), esse fato não é paradoxal, porque o Estado dependia dos católicos em relação aos assuntos educacionais. Além disso, o grupo católico possuía um canal de comunicação com o governo Flores da Cunha, através de Darcy Azambuja. A despeito de sua formação militar, Azambuja posicionou-se várias vezes a favor dos católicos, além de ter frequentado os cursos da Congregação “*Mater Salvatoris*”, compôs o corpo docente da Faculdade de Educação, Ciências e Letras da Faculdade Católica e publicou artigos na revista “Estudos” da APC.

¹⁴¹Cf. CONGREGAÇÃO Mariana “Auxilium Christianorum”. **Relação de seus Congregados**. Dezembro de 1950 (Mimeo).

ainda que tivesse no seu quadro docente pessoas de orientação católica, do grupo católico aguerrido do CCA que assumiram em definitivo as cadeiras só consta o nome de Francisco Machado Carrion.

Porém, o curso de pedagogia constituiu seu quadro docente em sua maioria por representantes do grupo católico, e exceção de Edgar Schneider, Pery Pinto Diniz, Ernesto Pellanda e Carlos Schmitt. Isso pode ser explicado porque desde a APC os integrantes do grupo preparavam professores através de seus cursos culturais para a formação intelectual das futuras gerações, além que a “proximidade dos católicos à secretária da educação acabou fazendo prevalecer à ênfase na formação de professores” na nova faculdade (RODRIGUES, 2002, p. 73).

Desta forma, a formação do quadro docente, neste primeiro momento foi composta de três estratégias: 1) Certa abertura ideológica, incluindo em seu corpo docente católicos, metodistas e protestantes, a exemplo da designação da cátedra de Botânica para o professor Alemão Alarich Rudolf Schultz (TRINDADE, F, 1982); 2) Doação de prestígio de intelectuais e políticos necessários ao processo de implementação da Faculdade (RODRIGUES, 2002); 3) Pelo aproveitamento dos professores das Faculdades existentes e do Colégio Universitário como comissionados (DINIZ & SOARES, 1992).

Portanto, os professores católicos foram designados para disciplinas da área de Ciências Humanas, como Filosofia, Psicologia, História, e Educação, conhecimentos que estavam de acordo com a formação humanística que tiveram. Na secção de ciências também estiveram presentes, a exemplo de Luiz Pilla, assim como no curso de letras com René Ledoux e Jorge Paleikat, porém não foram hegemônicos. No entanto, foi no reitorado de Armando Câmara que a orientação ideológica e pedagógica da nova faculdade foi definida, com a hegemonia no quadro docente do grupo católico.

8.2.2. A consolidação do projeto católico: O reitorado de Armando Câmara

Armando Câmara foi indicado pelo Interventor Federal Samuel Figueiredo da Silva à Reitoria da URGS, em 1945, após a renúncia de Antônio Saint Pastous de Freitas. Quando assumiu teve dois problemas a enfrentar. O primeiro foi organizar a localização das unidades de ensino das novas faculdades, como a de Filosofia e a de Ciências Econômicas, e o segundo foi à composição da congregação da Faculdade de Filosofia. Para garantir que se formasse um espírito universitário conforme a concepção cristã de Universidade nomeou como diretores

das novas instituições que completaram a estrutura universitária Álvaro Magalhães para a direção da Faculdade de Filosofia e Laudelino Medeiros para a direção da Faculdade de Ciências Econômicas, ambos do grupo católico. Em relação à Faculdade de Filosofia, conforme analisou Mara Rodrigues (2002, p. 79), embora Álvaro Magalhães não tenha medido esforços para desenvolver a faculdade, a estrutura administrativa na sua gestão não teve condições materiais de se burocratizar, inclusive não constituiu a congregação, assim como um Conselho Técnico Administrativo (CTA).

No entanto, o que favoreceu Armando Câmara para compor o quadro docente da Faculdade de Filosofia foi Eloy José da Rocha ter assumido a Secretaria da Educação no governo de Walter Jobim, em 1947. O governador Walter Jobim, embora não tenha sido congregado Mariano, neste período, apresentava afinidades com a doutrina da Igreja Católica, tendo inclusive proferido discurso por ocasião V Congresso Eucarístico Nacional, realizado em Porto Alegre, no ano de 1948¹⁴². Desta maneira, a partir do decreto estadual nº 1500 de 1947 foi estabelecido à organização geral da Faculdade de Filosofia com 45 cátedras distribuídas pelos onze cursos em funcionamento, prevendo a contratação de professores assistentes, adjuntos e colaboradores em caráter extranumerários.

Assim, além de aproveitar os catedráticos das outras unidades universitárias como comissionados, foi possível incorporar docentes como professores assistentes, e nesta situação favorável o Reitor preencheu as cátedras vagas com pessoas que tivessem a sua orientação doutrinária. Neste sentido, o quadro docente do curso de Filosofia, que antes tivera certa abertura ideológica, tornou-se um ensino quase confessional (TRINDADE, F, 1982).

O curso de Didática começou a funcionar em 1945, quando os alunos dos cursos implantados em 1943 obtiveram o bacharelado, estando aptos para ingressarem na licenciatura através do curso de didática de duração de um ano. O curso de Pedagogia modificou-se na gestão de Álvaro Magalhães. Ele trouxe do Instituto de educação Graciema Pacheco para lecionar didática, ainda que ela lecionasse Psicologia e fosse formada no curso de Filosofia. Salvador Petrucci veio da Faculdade de Medicina em 1945 quando foi nomeado assistente da cátedra de Antropologia. Embora identificado a uma orientação *positivista*, ele foi um dos signatários da moção em favor do Padre Fritzen, S.J na polêmica com Érico

¹⁴² JOBIM, Valter. Discurso. In: V Congresso Eucarístico Nacional. Coletânea. Porto Alegre, 1948 (Publicação oficial da Comissão central organizadora.)

Veríssimo¹⁴³, e deste modo é possível que tenha se aproximado do grupo católico. Os outros professores são os metodistas, como José Gomes dos Santos e Oscar Machado, docentes desde o início da Faculdade. Portanto, a área da educação teve alguma abertura para diversas orientações pedagógicas.

O curso de Geografia e História no reitorado de Armando Câmara desenvolveu-se sob a hegemonia do grupo católico. No entanto, a nomeação de Dorival da Silva Schmitt, assistente da cátedra de antropologia, do grupo do CCA, como professor da disciplina de História da América gerou protesto público dos alunos com ameaça de greve. Os alunos do Centro acadêmico Franklin D. Roosevelt reivindicavam que a Universidade já havia formado quadros especializados que poderiam ser indicados para a cadeira de História da América, mas mesmo assim Armando Câmara nomeou uma pessoa formada em Direito, com experiência docente em etnografia na Faculdade Católica para lecionar História da América. Os alunos questionavam como tal professor poderia passar do Direito, para Etnografia e por fim assumir História da América, porque para tanto, além de ser autodidata, deveria ter uma cultura enciclopédica. De todo modo, Armando Câmara manteve a indicação, e os alunos viram frustrados suas pretensões de ingressar no magistério superior.

Os estudantes continuavam protestando contra as indicações do Reitor, a exemplo da nomeação de Alberto Cibils para a cadeira de Sociologia Educacional, e, em janeiro de 1949, Armando Câmara renunciou. Porém o motivo não foi à pressão dos alunos para a realização de concursos para compor a congregação como também não foi o relacionamento com o governo em relação à anexação do Instituto de Artes. O que estava em jogo nesse momento foi à questão da gratificação e remuneração dos diretores dos institutos, das faculdades, e da Reitoria, que exerciam a docência em duas cátedras, uma nos cursos da Universidade e outra cátedra na Faculdade de Filosofia e mais cargo de direção¹⁴⁴. Essas questões foram levadas ao

¹⁴³ Sobre essa polêmica ver especialmente TRINDADE, Fernando. A polêmica entre Érico Veríssimo e o Pe. Leonardo Fritzen S.J. Porto Alegre. U&FRGS. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, 11/12. 1984 e MONTEIRO, Lorena Madruga. **O resto não é silêncio: a polémica de Érico Veríssimo com o Pe. Leonardo Fritzen SJ e a bipolarização do “campo” intelectual no Porto Alegre nos anos 40**. I Seminário Nacional de Sociologia e Política. Universidade Federal do Paraná. 2009.

¹⁴⁴ Os diretores dos institutos universitários que estavam no exercício de duas cátedras queriam que fossem pagos os valores correspondentes às duas cátedras, que, pela legislação vigente seria Cr\$ 8.400.000 por cátedra, e assim duas seria o equivalente à Cr\$16.800.000, e só recebiam Cr\$ 4.500.000 por cada cátedra, e, portanto Cr\$ 9.000.000 pelas duas. Além disso, queriam a gratificação de Cr\$ 2.500.000 pelo exercício de cargo de direção. Conforme publicado no Diário de Notícias: **Sem governo a Universidade. Aceita a renúncia do Reitor Armando Câmara: A verdadeiras causas do inédito episódio**. Diário de Notícias, Porto Alegre, 14 de janeiro, 1949.

governo por Armando Câmara, mas como os trabalhos legislativos estavam por encerrar o governador nada pode fazer, e frente a esse fato Armando Câmara pede exoneração da Reitoria, juntamente com os diretores das faculdades.

Anteriormente ao pedido da exoneração, o reitor Armando Câmara baixou várias portarias internas de abertura de cátedras na Faculdade de Filosofia, por tempo indeterminado, indicando pessoas que já estavam exercendo as cadeiras durante seu reitorado. A partir disso, Alexandre Martins da Rosa, escolhido por lista tríplice pelo governador, assumiu a Reitoria, e Gaspar Dilermando Ochoa, a direção da Faculdade de Filosofia. O que importa neste momento é que a estratégia de Armando Câmara configurou o corpo docente da Faculdade, professores os quais serão efetivados na década de 1950.

Portanto, a maioria das cátedras ficou no controle do grupo católico, como a do próprio Armando Câmara, a de Álvaro Magalhães, a de Baduino Rambo, a de Francisco Machado Carrion, a de Luiz Pilla, a de Laudelino Medeiros, a de Othelo Laurent e a de Romeu Mucillo. Os professores assistentes e adjuntos, como Ernani Maria Fiori, Vitor de Britto Velho, Dorival Schmitt também foram efetivados como professores fundadores. Portanto, a estratégia de composição do quadro docente empreendida por Armando Câmara, de certa forma foi bem sucessiva.

De todo modo, até a federalização da Universidade, em 1950, o relacionamento com a Secretária da Educação Estadual manteve-se coeso através dos representantes católicos que sucessivamente controlaram a pasta, como Eloy José da Rocha, Adroaldo Mesquita da Costa, José Mariano Beck, Carlos de Britto Velho, Zilah Totta. Após a federalização, completou-se a organização da Faculdade de Filosofia com a criação do curso de Jornalismo, em 1952, e o de Ciências Sociais em 1959. Desta forma, até a reforma universitária de 1968, a congregação manteve-se com os catedráticos fundadores, mais os assistentes contratados conforme a necessidade de quadros qualificados com o crescimento da demanda de alunos pelos cursos da Faculdade. Assim, a conquista da Faculdade de Filosofia traduziu-se numa das esferas de domínio do grupo católico no espaço social riograndense, só modificando-se a partir da década 1960, quando o grupo desagrega-se ideologicamente e politicamente.

8.2.3. AS CÁTEDRAS DE FILOSOFIA, AS ÁREAS DISCIPLINARES INCIPIENTES E A REPRODUÇÃO DO “PARADIGMA CONSERVADOR”.

Fernando Trindade (1982) considerou que relação do catolicismo com as instituições universitárias no Rio Grande do Sul constituiu uma reação à dominação dos “positivistas” na esfera universitária. No entanto, aqueles que os católicos classificavam como “positivistas” estavam mais identificados com as teorias científicistas, materialistas e todas aquelas que não convergissem com os ideais metafísicos humanistas cristãos. (GRIJÓ, 2005; ISAIA, 1998). De fato, a maioria dos católicos direcionou-se para o quadro docente da Faculdade de Direito, como: Adroaldo Mesquita da Costa, Armando Dias de Azevedo, Armando Câmara, Eloy José da Rocha, Elpídio Ferreira Paes e Ruy Cirne Lima.

Intelectualmente neste período “as concepções materialistas eram a tônica filosófica - doutrinária do Direito e das Ciências Sociais na Faculdade de Direito de Porto Alegre”, seja por via dos professores advindos da Escola de Direito de Recife, seja por meio daqueles que vieram da de São Paulo, independente das distinções de orientação dessas escolas¹⁴⁵. Nesse sentido, a nomeação sem concurso de Armando Câmara foi emblemática, tanto para a cadeira de “Introdução a Ciência do Direito” que lecionava interinamente desde 1931, quanto para a de “Filosofia do Direito” ambas em 1935. Com efeito, a entrada de Câmara modificou o clima intelectual da Faculdade, uma vez que “a percepção científicista, naturalista e pragmática anterior é substituída por concepções especulativas sobre a justiça, o valor e as finalidades últimas do Direito” (GRIJÓ, 2005, p. 351). Entretanto, a ênfase no Direito público não é descaracterizada na Faculdade, porque seu objetivo continuou sendo a formação de lideranças republicanas para a condução dos negócios públicos do Rio Grande. (GRIJÓ, 2005, p. 353-354) Portanto, a papel do humanismo católico na Faculdade de Direito foi ter atualizado os referenciais filosóficos das concepções dominantes.

Por outro lado, a Faculdade de Medicina em relação ao domínio “positivista” apresentou uma especificidade em relação às outras escolas, que foi a luta contra a liberdade profissional que acabou dividindo suas lideranças universitárias na sua afinidade com a política do PRR, embora as teorias “científicistas”, como nomeavam os católicos, tenham sido desenvolvidas. Todavia, do grupo católico militante da universidade, daqueles ligados ao CCA, e às Congregações Marianas, poucos foram os que assumiram a docência na Faculdade de

¹⁴⁵A escola de Recife teve uma orientação mais doutrinária e a de São Paulo mais político partidária ver especialmente ADORNO, S. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988 e BEVILAQUA, Clovis. **Historia da Faculdade de Direito de Recife**. Brasília, INL/ Conselho Federal de Cultura, 1977.

Medicina, apenas encontramos os nomes de Mário Bern, Heitor Cirne Lima, Raul Moreira e Waldemar Job.

No pólo oposto encontrava-se a Universidade Técnica que foi a instituição pioneira na formação de técnicos para o Estado, assim como nos avanços científicos do período. Inclusive, em sua concepção de ensino, a pesquisa esteve presente nos onze institutos de formação tecnológica tendo vindo professores estrangeiros para algumas de suas escolas. Com essa configuração a qual o *positivismo* está relacionado com a origem e o destino prático da Universidade, o grupo católico marcou presença no corpo docente, como Álvaro Magalhães, Ary de Abreu Lima, Paulo Ferlini, José Carlos de Moraes, Ivo Wolff (TRINDADE, F, 1982), mas teve pouca influência nos destinos do conhecimento técnico.

Na recém instaurada Faculdade de Administração e Economia, que começou suas atividades em 1945, os professores da Escola de Comercio foram aproveitados, como os católicos Laudelino Medeiros e Francisco Machado Carrion. Ambos prestaram concursos de títulos, sendo que o primeiro prestou concurso, em 1938, na secção de Economia Política e Sociologia, classificando-se em sexto lugar, sendo contratado, em 1942, por indicação do Conselho Técnico da escola para reger a secção de “Sociologia e Psicologia” e “Lógica e Ética” até 1946, quando iniciou as atividades dos cursos da nova Faculdade, na qual foi designado catedrático de Sociologia. Machado Carrion também ingressou primeiramente na Escola de Comércio, em 1938, através de concurso para a secção de “História do comércio, indústria e agricultura” tendo entrado em primeiro lugar. Assim, como Medeiros, também permaneceu na nova Universidade até se aposentar, ministrando “História das doutrinas econômicas¹⁴⁶”. Entretanto, a influência que os membros do grupo tiveram na Faculdade de Filosofia, não se reproduziu da mesma forma na nova Faculdade de Economia. Uma das explicações é que essa Faculdade utilizou-se dos recursos provenientes da Escola de Comércio num primeiro momento, e outro fato é que a área de Economia e Finanças, naquela época, não se configurava como ensino próprio de elites, como também não formava futuros docentes do magistério.

Portanto, ao contrário da Faculdade de Filosofia, as escolas mais tradicionais tiveram influência de docentes católicos de uma forma mais pontual, não tão integrada como

¹⁴⁶ Conforme as informações sobre o itinerário na UFRGS de Francisco Machado Carrion e Laudelino Medeiros localizadas por Mara Rodrigues em sua dissertação de Mestrado. Ver: RODRIGUES, Mara. **A institucionalização da formação superior em História: O curso de Geografia e História da UPA/URGS-1943 a 1950**. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado. PPGH/UFRGS, 2002.

um projeto de conquista ideológica. No entanto, a que chegou mais próxima da influência que os católicos passaram a ter na Faculdade de Filosofia, em suas devidas proporções, foi a Faculdade de Direito. Isso se explica porque o grupo católico objetivava também conduzir os negócios do Estado, e realmente os membros do grupo católico que ingressaram no corpo docente da Faculdade de Direito, em sua maioria, foram homens públicos, como Adroaldo Mesquita da Costa, Armando Câmara, Eloy José da Rocha.

De todo modo, as estratégias dos católicos, orientadas originalmente pelo Padre Werner, seguiram a tendência dos Jesuítas de influir na formação de elites e, no caso da UFRGS, de controlar o ensino e a formação dos universitários a permanecerem fieis a sua formação católica, através das Congregações e do controle das cátedras de caráter humanístico ou cursos profissionais relevantes. Como vimos, no Rio Grande do Sul, o empreendimento começou pelas cátedras de Filosofia na Faculdade de Direito, consolidou-se na Faculdade de Filosofia, e se expandiu, independente se na Universidade Pública ou na Católica, para áreas disciplinares incipientes, tais como a Sociologia e o Serviço Social¹⁴⁷, por exemplo.

Dada esta constatação analisam-se adiante as peculiaridades das cátedras de “Filosofia do Direito” sob o comando de Armando Câmara, da cátedra de “Filosofia” de Ernani Maria Fiori na Faculdade de Filosofia, e da de “sociologia”, uma área disciplinar incipiente à época, sob a orientação de Laudelino Teixeira Medeiros.

8.3.1. Armando Câmara e a cátedra de “Filosofia do Direito”

Como visto, Armando Câmara, desde, ao menos 1934, era catedrático da disciplina de “Introdução à ciência do Direito”. Ligada a esta cátedra existia a disciplina de “Filosofia do Direito” que ministrou interinamente de 1935 até 1952. Com a federação da Universidade, em 1952, passou a ser catedrático, na Faculdade de Direito, apenas desta última disciplina.

Embora tenha se consagrado no magistério de outras disciplinas na Faculdade de Filosofia, como História da Filosofia, Filosofia Geral, Introdução à Filosofia, Psicologia, seu nome é constantemente referenciado por sua atuação docente na cátedra de “Filosofia do Direito”. Inclusive, neste sentido, como comprova alguns escritos e livros de ex-alunos, de

¹⁴⁷ O Primeiro curso de Serviço Social, criado na PUCRS, por exemplo, foi organizado e desenvolvido sob a hegemonia do grupo católico, sob a liderança de Mário Goulart Reis.

seus assistentes, manteve as discussões provenientes desta área do Direito mesmo depois de ter se aposentado compulsoriamente da Universidade, seja em cursos de extensão, a exemplo daquele que ministrou até 1973, ou em encontros com alunos, como os realizados em sua residência, o Solar dos Câmara¹⁴⁸.

Armando Câmara, filho do general Alfredo Câmara, neto de dois Viscondes, o de Pelotas José Antônio Correa da Câmara, e o de São Leopoldo, José Feliciano Fernandes Pinheiro, foi, como se demonstrou anteriormente, sem sombra de dúvida, figura importante entre o apostolado formado pelos jesuítas. Se Pe. Werner foi o mentor espiritual e intelectual deste grupo que assumiu as cátedras da Faculdade de Filosofia, Armando Câmara foi o líder da ação pública do grupo. Foi presidente de honra de todas as instituições que agregaram os jovens católicos, como o CCA, além de idealizador da APC e da ABRS. Assim, com a morte de Padre Werner, a condução do projeto de conquista da Universidade foi liderada por Armando Câmara (MONTEIRO, 2006).

Entretanto, além da sua influência no movimento católico e na organização da Universidade, durante seu reitorado, como destacado anteriormente, exerceu influência intelectual no desenvolvimento dos estudos jurídicos no Rio Grande do Sul. Formado em 1925 em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, Câmara agregou ao conhecimento jurídico a formação filosófica apreendida através da influência de Pe. Werner na Congregação Mariana, e, embora pouco destacado neste estudo até então, do seu relacionamento com o capuchinho francês Frei Pacífico de Bellevaux. Como ilustra o depoimento de Luíz Osvaldo Leite¹⁴⁹:

Frei Pacífico foi professor de Armando Câmara e este me contava eu saia daqui, tomava o bonde Partenon, que se deslocava pela Avenida Bento Gonçalves, descia na esquina da rua Luiz de Camões e subia até o local onde se situava a Igreja Santo Antônio, na qual ficava a sede do convento dos capuchinhos. O professor Câmara também participava de cursos. É importante registrar, que, naquela época, não havia faculdades de Filosofia, então ele assistia aulas do Frei Pacífico, que era um neotomista francês e que exerceu essa influência no Rio Grande do Sul.

Portanto, Armando Câmara em seus cursos na Faculdade de Direito apresentou um contraponto as visões jurídicas dominantes na faculdade, como a concepção naturalista e pragmática, por exemplo. Entretanto, Câmara não registrou suas aulas, suas ideias, seus

¹⁴⁸ Cf. MENDONÇA, Jacy de Souza. **Diálogos no Solar dos Câmara**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999; e OBINO, Aldo. **O filósofo do Solar Câmara**. s/ed, s/d, p. 5.

¹⁴⁹ LEITE, Luiz Osvaldo. **Depoimento sobre Armando Câmara**. In: DIVISÃO DE BIBLIOTECA E MEMÓRIA PARLAMENTAR. Armando Câmara: Edição comemorativa aos 110 anos do nascimento (1898-2008). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2008, p. 43.

argumentos jurídicos em tratados, livros de Direito. Isto se deve ao perfil do grupo católico, que, embora seus membros se manifestassem com desenvoltura em atos públicos, e publicassem alguns escritos em periódicos locais, não realizaram muitas publicações. A caracterização feita por Osvaldo Leite é ilustrativa deste perfil:

Armando Câmara fez parte de uma elite gaúcha que denomino de socrática. Eles escreveram pouco. Diria que os pensadores gaúchos, até 1970, escreveram de forma escassa. [...] Vou dar minha interpretação disso. O professor Câmara era um homem de consciência muito delicada, era perfeccionista, não escrevia porque geralmente não considerava que estivessem bons os seus textos. Sabe-se, que, às vezes, quando tinha que escrever, fazia-o lentamente e levava um tempo imenso redigindo. Ele não era homem da escrita, era homem da palavra. Isso aconteceu em consequência do treinamento intensivo que era as aulas, pois o professor estava sempre falando. Diria que a ocupação no magistério o tornou cada vez mais apto a expor seu pensamento, e essa prática diária foi-lhe impondo dificuldade de escrever¹⁵⁰.

Deste modo, quem registrou seus cursos, suas aulas, foram seus alunos, seus assistentes, através de técnicas de taquigrafia ou estenografia que permitiam transcrevê-las e transformá-las em textos (LEITE, 2008). O comentário final de Luiz Osvaldo Leite revela a importância, à época, da utilização destes recursos:

Conhecemos o termo *sebenta*. Que eram as *sebentas*? Eram estes textos que os alunos taquigrafavam ou estenografavam, não somente das aulas do professor Armando Câmara, mas também das aulas de outros professores e, após a transcrição, por meio de datilografia, mimeogravavam. E esse material tipo apostilha era vendido. Os diretórios acadêmicos vendiam estes textos que os alunos adquiriam com sofreguidão. No caso do professor Câmara, que era tipo como docente de difícil interpretação, se o aluno obtivesse um texto transcrito a partir de suas aulas, consequentemente estudava com maior facilidade¹⁵¹.

Neste sentido que se compreendem o registro de seus textos publicados posteriormente, como aqueles agregados por Luis Alberto de Boni no livro *Armando Câmara: Obras escolhidas*, da coleção *pensadores gaúchos*, e o curso de filosofia do Direito do professor Armando Câmara publicado por Jacy de Souza Mendonça. Exatamente são estes registros, em especial o curso de filosofia do direito, de Armando Câmara, publicado por Jacy de Mendonça, e o texto *a Gênese do conceito de justiça* publicado por Luis Alberto de Boni, que se utilizou para apreender as ideias de Armando Câmara no campo jurídico, como analisa abaixo.

8.3.1.1. A Filosofia jurídica de Armando Câmara.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 47.

¹⁵¹ Ibidem, p. 48.

José Salgado Martins em texto dedicado a filosofia jurídica de Armando Câmara coloca que Câmara buscava elaborar uma *Teoria da Justiça*, fundamentada mais no campo da experiência metafísica, da ontologia jurídica, do que nas explicações contratualistas, naturalistas acerca da gênese do Direito. Neste sentido, para Armando Câmara, somente a partir da experiência da justiça compreenderia-se o Direito, e não o contrário, como, inclusive, São Tomás colocava.

Logo, a categoria de experiência, não apenas a jurídica, é um dos elementos chave da filosofia do Direito de Armando Câmara. Para ele a base do conceito de justiça encontra-se nas experiências, na natureza do ser humano, como esclarece Martins (1974, p. 22):

Foi a vivência existencial do valor-justiça que modelou os valores jurídicos e os revelou à razão para a sua formulação conceitual. Encontra-se aí a divergência com a concepção culturalista do Direito. Esta parte do fato histórico-cultural Câmara se situa antes da experiência cultural, isto é, nas experiências humanas que a precedem e a fundam. A gênese psicológica do conceito de justiça mostra como se constituiu em valor que qualifica a experiência como jurídica.

A justiça é, antes de qualquer coisa, conforme Armando Câmara, um valor, e, embora seja possível encontrar, a partir de uma análise histórica, noções de justiça, mesmo que de forma inacabada, nas manifestações primitivas da consciência dos homens, apenas na experiência humana e em sua psicologia ela revela sua plenitude, pois, encontra-se no ser humano. Armando Câmara ([1969/1970] 1999, p. 67) define que experiências são estas, que não surgem do Direito,

Estas experiências são experiências que podem ser colhidas até no mundo das realidades físicas, e também no plano da biologia; e no de experiências humanas que se assemelham a comportamentos zoopsicológicos. Estas experiências envolvem a totalidade dos seres. As leis físicas e mecânicas são expressões de ordem no ser. As leis biológicas são expressão de um ser ordenado. Também as leis que regulam os comportamentos humanos, que se assemelham a comportamentos zoopsicológicos, expressam a ordem no ser, são expressões de um ser ordenado. E está idéia, a idéia de ordem, é a idéia fonte, para a constituição de um ordenamento jurídico.

Câmara refere-se a três ordens, que implicadas, geram o conceito de justiça. A universal (cósmica), a humana (interior), e a de coexistência (social), dado que “a justiça, [...], é uma derivação necessária desta convergência das pressões de uma ordem cósmica, de uma ordem interior, e de uma ordem social, dada que levam o homem a realizar uma ordem humana, com liberdade” (CÂMARA, ([1969/1970] 1999, p. 71). A primeira ordem desenvolve-se sob o impulso da causalidade, do determinismo, no plano das necessidades

universais, a segunda, é aquela imposta ao homem, seja de natureza social, biológica, ética, psicológica, do que o homem deve ser, e a terceira é a forma como os homens se organizam.

Da imbricação destas três ordens, como descrito acima, deriva-se o convívio institucional, que é a fonte normativa do conceito de justiça. Os homens associam-se com a finalidade do bem comum, estabelecendo, assim, um convívio normativo, ou seja, baseado em normas. Estas normas apresentam-se como as melhores formas de colaboração, que são interpretadas e aplicadas pelas autoridades. Desta forma, “havendo apreendido as normas, devemos fazer um esforço indutivo, para vermos o valor que se oculta nessas normas e nelas se expressam. Este valor é a justiça.” (CÂMARA, ([1969/1970] 1999, p. 74).

Entretanto, como destaca Câmara, o homem é um ser polarizado que apresenta múltiplos valores, e por isso “quando o homem vai fixar normas, não às vai fixar tendo em vista apenas o convívio. Vai, igualmente, fixar normas que, possibilitando o convívio, perfeccionem o indivíduos. Estarão presentes sempre, no homem, as polarizações religiosa, ética, estética, etc” (([1969/1970] 1999, p. 75). Todas estas normas, de modo geral, visam a conservação do grupo que as fixou.

Portanto, Câmara ao colocar a justiça como valor a situa dentro da experiência humana, e mais que isso, como uma posição do ser. Assim como demonstra que a ideia, a necessidade de ordem precede ou pressupõe o conceito de valor, ou seja, a justiça. Deste modo, a essência do fenômeno jurídico encontra-se em seu valor, como Armando Câmara define em seu argumento:

O Direito é, como tem sido repetidamente afirmado no Brasil e no exterior, uma realidade tridimensional: é fato, é norma e é valor. Vale dizer, porém, que é impossível uma apreensão de sua essência apreciando-o apenas como norma ou como fato e que a apreensão do valor é o momento fundamental nesse esforço definidor. Se nos resignarmos a apanhá-lo como fato (social ou histórico) ou como norma que regula o fato, teremos uma forma cadavérica em nossas mãos, um corpo sem alma, um fenômeno sem ser que nele se expresse. Norma e fato são inexpressivos se os desligarmos do valor. (CÂMARA apud MENDONÇA, 1999, p. 71).

Ao colocar o Direito como uma posição do ser Câmara descreve seu modo de apreensão. Para isto situa seu estudo a partir dos critérios da Gnosiologia. Este ramo da filosofia considera o conhecimento enquanto conhecimento, questionando sua possibilidade, sua origem, seu valor, suas formas e critérios. Comenta Jacy de Mendonça (1999, p. 15) acerca do método utilizado por Câmara:

A descoberta da idéia de ser, levou-o a aprofundar-se na Ontologia. Para ele, tudo começa e acaba na Ontologia. Não se concebe uma Gnosiologia senão a partir de um ser que pensa e um ser que é pensado, e o que se estabelece entre o sujeito e o objeto no ato do conhecimento é uma relação, que é mínimo ôntico, portanto ser, como sustentava Aristóteles. Não se concebe uma axiologia senão a partir da Ontologia, pois o valor só pode ser pensado como uma perspectiva do ser. A própria Antropologia e a filosofia moral são necessariamente fundamentadas na Ontologia, pois o homem é um ser, cujo dinamismo está condicionado a sua natureza, da qual emergem os princípios e as regras que devem orientar sua ação.

Deste modo, sua filosofia do Direito distancia-se do jusnaturalismo, do dogmatismo, do relativismo jurídico, do empirismo, do racionalismo, do intelectualismo e do positivismo jurídico. Para ele o Direito possuiu uma posição teleológica, ou seja, constitui um sistema de meios a serviço de determinados fins, como ilustra seu escrito:

O que se busca é sempre a maior conformidade do comportamento humano, do estilo social da vida humana, com os fins da natureza humana. Quanto a liberdade se movimenta buscando realizar uma possibilidade na realidade existente, ela o faz sob uma visão de conformidade ao dinamismo do ser com seus fins. No momento em que o Direito se aventura na tarefa de conformar a conduta humana com os fins humanos, enquanto convívio, está realizando um determinado valor-justiça.” (CÂMARA apud MENDONÇA, 1999, p. 70)

Portanto, esse quadro brevemente delineado explora os conceitos e as ideias chaves para compreender o pensamento jurídico de Armando Câmara. Os alunos da Faculdade de Direito naquela época eram introduzidos a estas ideias no primeiro ano do curso, na disciplina de “Introdução à Ciência do Direito” e no último ano as aprofundavam na cadeira de “Filosofia do Direito”. O papel do catedrático Armando Câmara, neste sentido, foi fundamentar gerações de juristas a partir de noções metafísicas, das finalidades últimas do Direito.

8.2.1.2. O catedrático e seus assistentes

Armando Câmara aposentou-se, por idade, em 1973. Entretanto, durante o exercício de suas cátedras, seja na Faculdade de Direito ou na de Filosofia, agregou, em torno de suas atividades docentes ex-alunos inicialmente como assistentes de ensino, e/ ou, após seu afastamento, como professores titulares das disciplinas que desenvolveu. Este foi o caso, por exemplo, de Jacy de Souza Mendonça, Pe. Urbano Thiesen, de Luís Osvaldo Leite e de José Sperb Sanseverino, dentre outros.

Todos com os quais trabalhou têm em comum ou o fato de terem adquirido formação intelectual entre os jesuítas do Ginásio Anchieta ou terem sido alunos de Armando

Câmara tanto na Faculdade federal, quanto na Pontifícia Universidade Católica. A formação do Pe. Urbano Thiesen, de Luís Osvaldo Leite e de José Sperb Sanseverino enquadram-se neste primeiro aspecto. Jacy de Souza Mendonça, por sua vez, apresenta outro padrão de cooptação.

Pe. Urbano Thiesen, nascido em 1909, estudou no Seminário de São Leopoldo e formou-se em Filosofia e Teologia no seminário de Pareci Novo, sendo ordenado em 1939 sacerdote jesuíta. Logo de sua ordenação foi trabalhar no Ginásio Anchieta substituindo o Pe. Alberto Fuger, que foi se dedicar ao magistério no Ginásio Catarinense. A partir da década de 1940 Pe. Thiesen aproximou de Armando Câmara e do grupo católico, embora tenha sido designado para trabalhar em São Leopoldo, no Seminário Central e no Colégio Máximo Cristo Rei. Foi neste período que aceitou o convite de Armando Câmara para ser seu assistente na disciplina de “História da Filosofia” na Faculdade de Filosofia. Nesta permaneceu até meados da década de 1960, só tendo se afastado para realizar seu doutoramento em Roma, e na Alemanha, em períodos distintos. Sua contribuição aos estudos filosóficos no Rio Grande do Sul, foi além do seu magistério, pois, como comenta Osvaldo Leite abaixo, a criação da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS) deve-se a sua iniciativa:

Este religioso, tendo a experiência da Faculdade de Filosofia de Porto Alegre, se fez o seguinte questionamento: Porque não reconhecemos os estudos dos nossos seminaristas? Os cursos de seminário que concretamente eram ministrados em São Leopoldo não eram inferiores aos cursos da Universidade de Porto Alegre. Consequentemente, ele passou a trabalhar no sentido em que fossem reconhecidos os cursos seminarísticos. E, em 1953, ele obteve o reconhecimento do curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia Cristo Rei, que foi a primeira instituição superior oficial em São Leopoldo [...] Essa Faculdade deu origem à atual Unisinos, e esse foi o primeiro curso a que outros foram se agregando. A seguir veio o Curso de Letras, depois o curso de Pedagogia, e assim ia crescendo. Num primeiro momento, os cursos em São Leopoldo eram somente para seminaristas, em 1958 foram abertos para os estudantes em geral e foram se desenvolvendo rapidamente. A amizade entre o Pe. Thiesen e o professor Câmara se solidificou a ponto de o professor passar a ministrar aulas em São Leopoldo, tendo prestigiado a criação da Faculdade de Economia e da Faculdade de Direito naquela cidade, nas quais lecionou¹⁵².

O professor Luis Osvaldo Leite adquiriu sua formação secundária no Ginásio Anchieta, foi seminarista em Pareci Novo, tendo se formado em Letras, com ênfase em Latim, grego e oratória, e Filosofia em São Leopoldo, curso que também frequentou na

¹⁵² LEITE, Luiz Osvaldo. **Depoimento sobre Armando Câmara**. In: DIVISÃO DE BIBLIOTECA E MEMÓRIA PARLAMENTAR. Armando Câmara: Edição comemorativa aos 110 anos do nascimento (1898-2008). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2008, p. 45.

UFRGS. No fim de sua formação passou a exercer a docência no Ginásio Anchieta. Na década de 1960 com o afastamento do Pe. Urbano Thiesen, que se dedicava, àquela época, as atividades da Faculdade de São Leopoldo, foi indicado para ser assistente de Armando Câmara na cadeira de “História da Filosofia”. O próprio comenta esta experiência:

Ao lecionar, na condição de assistente do professor Armando Câmara, foi o momento em que comecei a conhecê-lo melhor. Desde menino, já ouvia falar a respeito do professor e, de alguma maneira, tinha-o como um distante mito, um homem quase inacessível para conversar com algum jovem. Aquele foi um período inesquecível em minha vida, que considero como um momento privilegiado. Como assistente, tive muito contato com ele, fosse para combinar os programas da disciplina, fosse para discutir as avaliações, etc¹⁵³.

Os assistentes da Faculdade de Direito apresentavam um outro padrão de formação universitária. Não adquiriram formação filosófica a partir do Seminário de São Leopoldo ou de Pareci Novo, como os da disciplina de “História da Filosofia”. Jacy de Souza Mendonça e José Sperb Sanseverino têm em comum, além da formação jurídica e de terem sido alunos de Armando Câmara, o contato mais intenso com o grupo católico.

Jacy de Souza Mendonça, por exemplo, apesar de nutrir admiração pela liderança católica de Armando Câmara, desde 1945, quando, por influência do Irmão Marista Fidêncio, assistiu ao comício da Ação Católica realizado na cidade de Rio Grande, na qual Armando Câmara, juntamente com Adroaldo Mesquita da Costa, discursaram, até então não o conhecia. Após, quando ingressou no curso de Direito da PUC, em 1949, foi aluno de Câmara, que naquela época, além de reitor da Universidade Católica, ministrava as disciplinas de ‘Introdução à ciência do Direito’, no primeiro ano do curso, e “Metafísica” na Faculdade de Filosofia. Neste período, conforme seu relato¹⁵⁴, incentivado pela sua disciplina da Faculdade de Direito prestou vestibular para a Faculdade de Filosofia para acompanhar suas aulas de “Gnosiologia” e “Psicologia”. Entretanto, nesta época o contato restringiu-se a sala de aula.

Quando se empregou como datilógrafo no escritório de advocacia de Dorival Silva Schmid, professor de história da Universidade do Rio Grande do Sul, e amigo íntimo de Armando Câmara, passou a freqüentar os serões no Solar dos Câmaras. Nestes Armando Câmara, os irmãos Britto Velho, Ruy Cirne Lima, Eloy José da Rocha, dentre outros,

¹⁵³ Ibidem, p. 45-46.

¹⁵⁴ As referências relativas ao professor Jacy de Souza Mendonça foram tiradas de seu texto “Meu encontro com Armando Câmara” localizada no site http://www.valorjustica.com.br/artigo2.htm#_edn1, visitado em 21 de setembro de 2010, que se encontra também no livro do autor “Diálogos no Solar dos Câmaras”.

debatiam temas filosóficos. A partir de então Jacy passou a ser mais próximo de Câmara, inclusive conseguindo que ele fosse paraninfo da sua turma de Direito, num momento em que, por adversidades ocorridas, Câmara encontrava-se afastado da PUC. Entretanto o convite para ser seu assistente só ocorreu em 1959, quando se matriculou no curso de Filosofia na Universidade Federal, como descreve abaixo:

Passados os primeiros minutos, fui reconhecido e não pude fugir de tornar-me, a partir daquele instante, o alvo de quase todas as perguntas didáticas do dia. Terminada a aula, recebi o convite inesperado de ir visitá-lo no Solar, ao anoitecer do mesmo dia. Lá recebi a estonteante surpresa: o convite para assumir o cargo de assistente de Filosofia do Direito. Apesar da surpresa, que dificultava a organização das ideias, apesar do profundo desejo de aceitar o fantástico convite, e apesar da clara consciência de que não poderia sequer parecer indelicado com ele, usei todos os argumentos possíveis e imagináveis para justificar minha dolorosa recusa: desde os mais simples e formais, como o fato de não ser formado pela Universidade Federal e sim pela Faculdade de Direito da Universidade Católica, até o tiro que me parecia mortal: eu *realmente* não estava preparado para a função e ele sabia muito bem isso. Tudo inútil. Da procedência escolar, como eu já esperava, nem tomou conhecimento; quanto à falta de preparo, contava com que eu rapidamente chegaria a um estágio satisfatório e, além disso, comprometia-se a não exigir de mim qualquer trabalho docente até o final daquele ano. Mesmo assim resisti e saí do Solar, tarde da noite, deixando na soleira daquela porta, que tantas vezes cruzaria nos dez anos subsequentes, o último desagradável e repetido *não*. Prometi, isso sim, dedicar todo o meu tempo disponível, a partir daquele momento, ao estudo da Filosofia do Direito, para, mais tarde, quando preenchesse as condições mínimas, encontrar-me em condições de eventualmente aproveitar outra oportunidade. [...] Na semana seguinte, retornei ao mesmo banco da Faculdade de Filosofia, durante a aula dele, com o firme propósito de permanecer o mais oculto possível, pois tinha graves preocupações, decorrentes do diálogo da semana anterior no solar. Não me livreí, porém, do destino de parceiro do diálogo didático, agora como monopolizador involuntário... Pior do que isso foi, ao final da aula, a última frase a mim dirigida. Funcionou como um petardo ensurdecedor e inesquecível: - *Doutor Mendonça, o senhor está convidado a ser meu assistente de Filosofia do Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul!* [...]. Não consegui responder. Apenas balbuciei: - *Professor, minhas condições pessoais em nada mudaram desde a última vez em que conversamos sobre esse assunto... - Por elas respondo eu!* - foi a resposta fatal, que me deixou sem qualquer saída. A partir daí, tive muito apoio não só de minha mulher, como também de grandes amigos, como o Cid Furtado, que tinha sido convidado e recusara a função, o Werther Faria, que colocou à minha disposição a extraordinária biblioteca de pensador profundo, curioso e culto e ainda me presenteou com várias obras, mas muito especialmente o Lenine Nequete, que viera a conhecer ao chegar em Canoas e cujas extraordinárias qualidades de homem e pensador passei em seguida a admirar. [...]. Cancelei, então, pela segunda vez, e agora em definitivo, a matrícula no Curso de Filosofia. Fechei-me em casa, de onde praticamente só saía para cumprir as funções de Promotor Público em Canoas, assistir às aulas de Filosofia do Direito ministradas por ele e visitar meus pais. Enfrentei uma gastrite terrível, de fundo sabidamente emocional e por isso temporariamente incurável. Li tudo o que era possível ler sobre a matéria: os livros que tinha em minha biblioteca, os poucos disponíveis nas livrarias de Porto Alegre, assim como os que o Nequete, o Werther e o próprio Prof. Câmara me emprestaram. Foi um dos anos mais tensos e intensos de minha vida. Mas ele cumpriu rigorosamente, como era de seu estilo, o compromisso que assumira: só exigiu de mim atividade docente no início do ano seguinte. A partir daí, até o final do ano de 1968, coube-me orientar os alunos da

quinta série da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sobre os fundamentos gnosiológicos do problema conceitual do Direito¹⁵⁵.

Portanto, Jacy de Mendonça assume como assistente de Armando Câmara após um contato mais intenso com o círculo católico do catedrático. O mesmo pode-se considerar da indicação de José Sperb Sanseverino, sem, é claro, desmerecer a capacidade intelectual dos assistentes recrutados por Armando Câmara. Como visto, Sanseverino foi profundamente ligado ao movimento católico no RGS, participando, inclusive, da Juventude e da Ação Católica. Próximo dos círculos dos intelectuais católicos, em especial do professor Ruy Cirne Lima, Sanseverino realizou sua formação secundário no Ginásio Anchieta, e universitária na Faculdade de Direito da UFRGS. Da sua proximidade com Cirne Lima que surgiu sua indicação para ser assistente de Armando Câmara, como comprova seu depoimento:

Por circuntância toda singular, coube-me a hora de ser seu sucessor na disciplina de Filosofia do Direito – nunca havia sonhado com isso. Em 1968, quando o professor completou 70 anos, por força do dispositivo constitucional, teve que se afastar do magistério. Seu assistente à época, o professor Jacy de Mendonça, fora convidado para desenvolver suas atividades em São Paulo, de modo que, no início de 1969, não havia professor de Filosofia do Direito no quadro dos docentes da Faculdade de Direito da Universidade Federal. O diretor, professor Ruy Cirne Lima, telefonou-me e me comunicou que, diante da impossibilidade de suprir a deficiência, eu havia sido designado pela congregação para assumir essas funções¹⁵⁶.

Deste modo, desta breve descrição de seus assistentes pode-se inferir que Câmara recrutava seus assistentes de modo distinto para as duas Faculdades. Na de Filosofia valorizava a formação filosófica dos seus assistentes adquirida nos Seminários coordenados pelos jesuítas, e na de Direito, além da formação jurídica, pela proximidade com o círculo e o movimento católico e pela filiação religiosa. De todo modo, através de seus assistentes, cada qual com sua liberdade na condução das disciplinas, manteve este tipo de reflexão nas Universidades Riograndenses, seja a pública ou a católica. Nesta última, por exemplo, Galeno Velinho de Lacerda exerceu a docência de “Filosofia do Direito”, e na pública, Ernani Maria Fiori destacou-se como catedrático da disciplina de “Metafísica”. Portanto, a influência da reflexão filosófica proposta por Armando Câmara foi representativa das áreas disciplinares preferenciais dos membros do grupo católico, e dentre eles, Ernani Maria Fiori, considerado por alguns, discípulo de Câmara, destacou-se, como se analisa abaixo.

¹⁵⁵ In SOUZA, Jacy de Mendonça. Encontro com Armando Câmara. Publicado in http://www.valorjustica.com.br/artigo2.htm#_edn1

¹⁵⁶ SANSEVERINO, José Sperb. **Depoimento sobre Armando Câmara**. In: DIVISÃO DE BIBLIOTECA E MEMÓRIA PARLAMENTAR. Armando Câmara: Edição comemorativa aos 110 anos do nascimento (1898-2008). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2008, p. 28.

8.2.2. Ernani Maria Fiori e a Faculdade de Filosofia.

Como analisado em item anterior Armando Câmara, antes de renunciar a reitoria da Universidade do Estado, baixou uma série de portarias as quais configuraram interinamente o corpo docente da Faculdade de Filosofia, como demonstra o quadro abaixo. Ernani Maria Fiori, que antes, atuava como assistente de Armando Câmara em algumas disciplinas passou a reger a cátedra de Filosofia¹⁵⁷. Esta sua atuação docente desmenbrava-se na condução de várias cadeiras como “História da Filosofia”, e especialmente, a de “Metafísica”.

QUADRO 24: Professores nomeados catedráticos interinos para Faculdade de Filosofia.

Nome	Cátedra
Álvaro Magalhães	História e Filosofia
Francisco Machado Carrion	História Moderna e Contemporânea
Ernesto de Freitas Xavier	Botânica
Ernani Maria Fiori	Filosofia
Luis da Faria	Geometria
Guilhermino César da Silva	Literatura Brasileira
Leonardo Trochtop	Língua e Literatura Alemã
Antônio Rodrigues	Complementos de Matemática e Didática especial de Matemática
Salvador Petrucci	Estatística Educacional e Fundamentos biológicos da educação
Oscar Machado	Psicologia educacional
René Ledoux	Língua e Literatura Francesa e didáticas especiais das línguas neo-latinas
Álvaro Difini	Química Orgânica
José Rafael Azambuja Júnior	Mineralogia e Petrografia
Laudelino Medeiros	Sociologia
José Gomes de Campos	Administração escolar e educação comparada
Carlos de Carvalho Smith	Mecânica racional, Mecânica Celeste e Física Matemática
Dante de Laytano	História do Brasil
Atahaupa Cibils	Química geral e inorgânica
Ari Nunes Tieböhl	Análise matemática e superior
Padre Balduino Ramos	Antropologia e Etnografia
Othelo Laurent	História da Antiguidade e da Idade Média

¹⁵⁷ No curso de Filosofia da Faculdade de Educação, Ciências e Letras dos irmãos Maristas ministrava, desde, 1940, como assistente de Eloy José da Rocha, a disciplina de História da Filosofia. Nesta Faculdade lecionou também Introdução à Filosofia, Ontologia e Sociologia. Conforme FIORI, Hilda Costa. Dados Biográficos. In: FIORI, Ernani Maria. **Textos escolhidos. V.1: Metafísica e História**. Porto Alegre, LPM, 1987, p. 298-306.

Vitor de Britto Velho	Psicologia
Silvio de Ramos da Silva	Língua e Literatura Inglesa
Romeu Mucillo	Biologia Geral
José Lodeiro	Língua e Literatura espanhola
Gaspar Dilermundo Ochoa	Geologia e Paleontologia
Graciema Pacheco	Didática Geral e especial
João Henrique	Língua Portuguesa
Jorge Godofredo Felizardo	Zoologia
Ubaldo Moura	Literatura Portuguesa
Mário da Silva Brasil	Física Geral e experimental
Luis Pilla	Físico-química e Química Superior
Lourenço Mário Prunes	Geografia Humana
Elpídio Paes	Língua e Literatura Latina
Dorival da Silva Schmitt	História da América

Fonte: Diário de Notícias (14/01/1949)

Entretanto, assim como Armando Câmara, Fiori “não escreveu muito e publicou menos ainda. Além do mais, a escassa produção escrita disponível provém, em sua maioria, da transcrição lacunar e precária de gravações de aulas e conferências, na forma de cópias mimeografadas, mal conservadas e raramente revistas pelo autor, que, aliás, ignorava a existência de muitas delas.” (ARANTES & ARANTES, 1991, p. 1). Deste modo, sua produção dispersa, a exceção de seus artigos publicados na revista *Idade Nova* e na *Estudo*, que destacamos na análise do pensamento católico e nos temas mobilizados pelo movimento católico, encontra-se na Obra “Ernani Maria Fiori: Textos escolhidos” dividida em dois volumes.

Esta compilação póstuma de textos permitiu delinear sua posição dentro das correntes filosóficas, na década de 1940 a 1950, quando, ainda encontrava-se diretamente conectado ao grupo católico formado pelos jesuítas, assim como sua defesa da democratização do ensino filosófico, e da Universidade, quando, através do seu envolvimento no movimento pela reforma universitária, afastou-se e posicionou-se contrário aos catedráticos católicos.

Em relação ao primeiro ponto – seu pensamento filosófico reproduzido na Faculdade de Filosofia na década de 1950 - textos como “A filosofia atual” (1956), “A participação da filosofia na sabedoria cristã” (1945), possibilitaram, mesmo que sumariamente, delimitar sua posição filosófica antes da década de 1960, quando apresentou uma postura mais aberta as

diferentes vertentes filosóficas. O segundo ponto – seu envolvimento na luta pela democratização da universidade e seu afastamento do grupo católico- permite demarcar o fim da influência do grupo católico na Universidade, pois, com a reforma universitária de 1968, e a supressão das cátedras universitárias, aqueles que ainda encontravam-se no meio universitário tiveram que adequar-se nos espaços institucionais disponíveis.

8.2.2.1. A Filosofia de Ernani Maria Fiori da década 1940 a 1950.

A conferência “Da participação da Filosofia na sabedoria cristã” foi realizada por ocasião da aula inaugural do curso de Filosofia na PUCRS, no ano de 1945. Dada à natureza do evento pode-se considerar que esse foi um dos temas recorrentes dos cursos de Filosofia que Ernani Maria Fiori ministrou, tanto na Faculdade católica, quanto na pública na década de 1940.

Em sua argumentação recorre, para legimar sua posição, aos modos variados que diferentes autores, como Jacques Maritain, Henri Bergson, William James, São Tomás, Santo Agostinho, Maurice Blondel e Étienne Gilson, trataram esta questão. Deste modo, os autores considerados e suas próprias convicções expressas demonstram a íntima conexão da reflexão filosófica de Fiori, na década de 1940, com o pensamento católico anterior ao II Concílio do Vaticano. Nesta direção, dentre todas as questões tratadas, prepondera aquela circunscrita aos debates intelectuais católicos do período, ou seja, a legitimidade da filosofia cristã como conhecimento universal frente às teorias científicas modernas e o papel desta reflexão de natureza religiosa no desenvolvimento da Filosofia.

Fiori busca responder a esta questão, não a partir do conceito de Ciência Moderna, mas através da ideia de saber dos antigos gregos, da *episteme* do conhecimento de Platão, e da Suma Teológica de São Tomás. A define, então, como a “contemplação das causas mais altas e dos primeiros princípios (FIORI [1945] 1984, p. 54), e assim podem ser considerados sábios aqueles que se dedicam ao estudo dos princípios e dos fins de cada coisa. No entanto, no plano da natureza encontra-se mais duas sabedorias, como argumenta Fiori ([1945] 1987, p. 54-55):

Em clima cristão, a sabedoria desabrochou na plenitude de seus dons, abrindo-se humildemente, para as fortes claridades sobrenaturais, que, do alto, se projetam dentro das angustiantes fronteiras do tempo e da natureza. Sabedoria integral, que reflete na ordem lógica e moral a inteireza da ordem ontológica, com seus dois planos, distintos, inconfundíveis, mas não separados: a natureza e o sobrenatural.

Duas sabedorias, pois, integrando-se na unidade da sabedoria cristã. Sabedoria uma, que sobe das profundezas do homem, num esforço só da inteligência, que “busca gemendo” o princípio e o fim de todas as coisas: sabedoria natural, sabedoria filosófica. A outra, sabedoria sagrada, vem do alto, baixa do céu sobre o coração e o pensamento dos homens de boa vontade.

Deste modo, no plano científico, para Fiori, além da produção de saber seguro, estável, metódico, universal, inclui-se a reflexão teológica, uma vez que, como já pontuou São Tomás de Aquino a “doutrina sagrada é ciência”. Para justificar esta afirmação Fiori argumentou que existem dois gêneros de ciência: uma que se originou dos princípios racionais do intelectual, e outro que provém de uma ciência superior. Portanto, “é ciência a doutrina sagrada, pois deriva de princípios conhecidos à luz dessa ciência superior, a saber, de Deus e dos Santos” (FIORI, [1945] 1987, p. 55).

Dentro desta ciência superior encontra-se a metafísica, uma vez que “o tecido conceitual da metafísica e da teologia é o mesmo, as duas situam os seus sistemas no mais alto grau de abstração; na classificação tríplex de Aristóteles, acima da abstração física e da matemática.” (FIORI, [1945] 1987, p. 68). Assim, a teologia e a filosofia são sabedorias com pretensões semelhantes, o que não ocorre com as ciências modernas que não tem possibilidade de extravassar sua própria ordem, mas, entretanto, como argumenta Fiori ([1945] 1987, p. 68):

Uma lei científica não é menos ou mais cristã. Muitas vezes, porém, uma teoria científica parece suspeita à sabedoria cristã. É que as teorias científicas, à medida que se alargam e se universalizam, tendem a perder sua estrita natureza científica, para ingressarem no campo das interpretações filosóficas, o que não é difícil de acontecer, dada a proximidade que há entre ciências naturais e filosofia da natureza.

Nestes casos a ciência passa a ser objeto da reflexão filosófica, constituindo-se o objeto da filosofia da ciência. E esta, a Filosofia, originou-se e desenvolveu-se, como demonstra Fiori, em contextos históricos e culturais de orientação cristã. Desta análise histórica conclui que:

O cristianismo não pode ser elemento constitutivo da essência do saber filosófico puramente racional. Mas deflui da essência da filosofia a inclinação desta para realizar-se dentro das condições que só se encontram integradas num estado existencial cristão. Não é essencial, mas é próprio da filosofia ser cristã, porque só num estado existencial cristão é que pode realizar plenamente sua missão racional. (FIORI, [1945] 1987, p. 83)

Em 1956, novamente, Ernani Maria Fiori profere outra aula inaugural, desta vez para o curso de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nesta ocasião sua

reflexão distanciou-se da relação entre teologia e filosofia, e objetivou apresentar um breve esboço do quadro filosófico daquela década.

Fiori, com este objetivo, de início já situa de que filosofia está tratando, ou seja, a filosofia pós-hegeliana. Embora não pretendemos nos ater nas especificidades do texto, a reflexão pautou-se pela perspectiva do ser e a sua conexão com o problema do conhecer, e como isto influenciou o pensamento de outros autores, como Marx e Kierkegaard. Conforme Fiori, as ponderações de Hegel serviram para Marx elaborar sua filosofia da Ação, colocando o pensamento como a práxis que revoluciona a história. Para o pensamento de Kierkegaard a contribuição de Hegel contribuiu para elaborar uma filosofia da vida na qual “a verdade não está na objetividade da ideia, mas sim na subjetividade do existir” (FIORI, [1956] 1987, p. 93).

A estes autores Fiori associa Maurice Blondel e Henri Bergson. Em relação ao primeiro Fiori aproxima sua filosofia da ação da de Marx, no momento em que Blondel considera a ação como pensamento. Por outro lado, à filosofia da vida de Kierkegaard associa o conceito inacabado de “intuição” de Bergson e os postulados do idealismo e da fenomenologia de Husserl à Heidegger. Portanto, Como sintetiza Fiori ([1956]1987 p. 96): “A verdade, pois, não é mais o que se é, mas o que se faz. Entretanto, dentro desse mesmo ar, vão surgindo reações que se assinalam ainda como filosofia da vida, mas já abrem para a filosofia do ser”.

Todavia, embora Fiori apresente certa abertura nas posições filosóficas discutidas, distanciando-se, assim, do debate circuncrito à filosofia de orientação católica, no final de sua palestra retoma a tradição de que foi formado, como se reproduz abaixo:

A posição que estamos assumindo remonta fundo numa tradição filosófica que tem em Santo Agostinho a sua fonte de sempre renovada inspiração. Santo Agostinho, um momento da filosofia que se integrou na filosofia perene, só em parte, e que, em grande parte, ficou perdido; e que, hoje, mais do eu nunca, está sendo recuperado. Sem dúvida, Santo Agostinho é, de todos os filósofos atuais, o mais atual. [...] Sem mesmo recorrermos à “iluminação de Deus”, também podemos repensar assim o pensamento de Santo Agostinho e, na mesma linha, retomar, numa reinterpretação, o intelecto agente de São Tomás – luz que se projeta sobre o real e que o torna translúcido e inteligível. Luz que é de luz do próprio ser, enquanto inteligência, que, ao apreender os seres, já se apreende nessa experiência fundamental de ser, que é Ser, auto-revelação, autopresença e, por conseguinte, espírito. Por isto, senhores, não vemos razão para opor à filosofia do ser a filosofia do espírito. O *ser enquanto ser* não é nem objeto de uma lógica, como queria Hegel, nem de uma fenomenologia, como quer o existencialismo, mas é realmente objeto de uma ontologia; a nossa posição, indiferentemente, é de filosofia do ser e de filosofia do espírito. (FIORI, [1956] 1987, p. 107-108).

Portanto, estas duas conferências apresentam alguns elementos que ajudam a compreender o pensamento de Ernani Maria Fiori, assim apreender as referências intelectuais as quais reproduziu nas cátedras de filosofia sob sua orientação, tanto na Faculdade católica, quanto na pública. Se na década de quarenta sua reflexão se dê, quase integralmente, com base nos argumentos dos autores ligados a tradição católica, como Jacques Maritain, Henri Bérgrson, William James, São Tomás, Santo Agostinho, Maurice Blondel, dentre outros, na de cinquenta apresenta um postura conectada aos debates atuais, discutindo, juntamente com aqueles autores os quais foi formado, filósofos sem relação com a tradição católica, como Marx, Hegel, assim como aqueles ligados ao existencialismo e a fenomenologia.

8.2.2.2. Ernani Maria Fiori, a democratização da universidade e o afastamento do grupo católico.

Os primeiros anos da década de 1960 no Brasil caracterizaram-se por uma série de instabilidades políticas, sociais e econômicas. Estagnação econômica, esgotamento do “pacto populista”, crescimento urbano, expansão eleitoral de um partido de origem popular, o PTB, são alguns elementos deste contexto. A questão da Universidade no Brasil foi colocada, neste processo, como uma das reformas essenciais para reduzir as desigualdes sociais, através da sua democratização.

A Igreja Católica, no período, não apresentou uma posição uniforme sobre a questão universitária. Entre a hierarquia da Igreja e entre seus leigos mais influentes era possível identificar três correntes ou posições diferenciadas. Uma foi aquela descrita como dos “Integristas”, cujas expressões mais conhecidas foram Plínio de Arruda Correia e o Bispo Proença Sigaud. Outra foi a dos “conservadores”, representada pelo Bispo Jayme Câmara e o Arcebispo Vicente Scherer de Porto Alegre, e houve uma posição mais à esquerda, de um grupo minoritário da Juventude Universitária Católica junto a certos elementos da hierarquia eclesiástica que defendiam a criação de uma frente única entre católicos e comunistas na Universidade.

Portanto, o movimento católico universitário na década de 1960 é representado por este grupo que se aliou com os membros do Partido Comunista pela democratização da Universidade. Assim, diferentemente de outros tempos, a JUC foi apoiada e atuou conjuntamente com os membros do PC. Esta frente única, como ficou conhecida, e que esteve

na base do surgimento da Ação Popular (AP), teve sua origem na eleição de Aldo Arantes como presidente da União Nacional dos estudantes¹⁵⁸.

A partir da Carta do Paraná e das atividades do Centro Popular de Cultura e da UNE volante difundiu-se entre os estudantes brasileiros a reivindicação de 1/3 de participação discente nos órgãos colegiados das Universidades, públicas e privadas. Como as Universidades demoraram a definir-se sobre esta reivindicação foi deflagrada a greve do 1/3, que, no Rio Grande do Sul começou em 31 de maio de 1962.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que interessa especificadamente aqui para compreender a posição de Ernani Maria Fiori e dos demais membros do grupo católico, instituiu uma comissão para estudar a reforma dos estatutos da Universidade e posicionar-se sobre a necessidade de sua reformulação, composta, em sua maioria, pelos membros do grupo católico, catedráticos da UFRGS, como Galeno Vellino de Lacerda, Luiz Pilla e Luiz Leisegneur de Farias. Esta comissão demorou em deliberar sobre a matéria e assim a greve do 1/3 prosseguiu.

Na Faculdade de Filosofia, as posições entre os docentes divergiam. Conforme coloca Fernando Trindade¹⁵⁹, juntamente com Fiori do grupo católico foi a favor da participação estudantil na Universidade apenas Vitor de Britto Velho. Outros professores com pouca ou nenhuma relação com o movimento católico também se manifestaram favoráveis como José Truda Palazzo, Francisco Juruena, Mozart Soares, Luis Carlos Pinheiro Machado. Entre o grupo católico, além de Galeno Vellino de Lacerda, Laudelino Teixeira de Medeiros e Álvaro Magalhães posicionam-se contra.

A questão univertária, conforme Trindade, não residia em embates ideológicos entre os membros do grupo católico, mas sim em diferentes concepções de Universidade. Por exemplo, cita que, para Laudelino Medeiros, a Universidade configurava numa comunidade pedagógica, não política, e assim a participação estudantil nos seus rumos tiraria seu sentido ontológico. Desta contatação Trindade analisa o conceito de universidade que Fiori apresentava, em especial na conferência realizada em 22 de junho de 1962, intitulada “Aspectos da Reforma Universitária”.

¹⁵⁸ Sobre a Frente única no Rio Grande do Sul ver especialmente MACHADO, Dulphe Pinheiro. **A “Frente única” no movimento estudantil gaúcho: Católicos e comunistas.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política), UFRGS, 2010.

¹⁵⁹ TRINDADE, Fernando. “In Memoriam” de Ernani Maria Fiori. s/d (mimeo)

Conforme Trindade o papel de Fiori, nesta conferência, foi proporcionar uma base filosófica às reivindicações estudantis. Esta fundamentação, baseada em convicções pessoais de Fiori, considerava a Universidade como uma comunidade do espírito e da cultura, e assim, a participação estudantil figurava como um elemento importante de sua renovação. Portanto, a democratização da Universidade consistia numa evolução natural da instituição. Como analisa Trindade:

O movimento da reflexão de Fiori na década de 1960, não é um caminho que vai do presente em direção ao passado, nutrindo-se da seiva da excelência da tradição. É evidente que ele não cortou totalmente este beber das fontes do passado, ora o encontrando em São Tomás, ora em Santo Agostinho. Porém, o que aparece como novidade da sua conferência, é a sua eleição do “socialismo personalizante” como paradigma da experiência de seu pensar. Este socialismo, idealizado por Mounier, não se realizou historicamente, nem nas experiências dos países dos países comunistas pró-soviéticos e nem nos chamados socialismos ocidentais.¹⁶⁰

Embora Fiori dialogue com o personalismo de Mounier a partir deste texto não é possível afirmar que tenha rompido com a tradição de pensamento que foi formado, e assumido uma reflexão ligada à esquerda católica, pois, em obras posteriores, retomou, em graus variados, suas influências neotomistas. Entretanto, ao colocar que da “Universidade reformada brotaria a nova consciência nacional” no texto de sua conferência que foi difundido em todo Brasil através da UNE, assumiu um papel importante na organização da cultura, e do movimento estudantil no Brasil (ARANTES & ARANTES, 1991, p. 6).

Papel que também desempenhou como uma das lideranças da Ação Popular (AP) no Estado, e na direção do Instituto de Cultura Popular do Rio Grande do Sul (ICPRS), criado em 1963. Nestas iniciativas da esquerda católica atuou conjuntamente com expressões mais jovens da AP na Universidade, como seu próprio filho Paulo Tomás Fiori, Hélió Trindade e Ernildo Stein¹⁶¹.

Durante o primeiro ano da Ditadura Militar, ainda em 1964, foi criado, dentro da Universidade, a Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS), a qual visava afastar aqueles professores considerados subversivos. A especificidade desta Comissão foi que os professores considerados contrários à ordem vigente eram interrogados por seus pares, seus colegas de docência. No caso específico de Fiori, um daqueles que o investigou foi o

¹⁶⁰ TRINDADE, Fernando. “In Memoriam” de Ernani Maria Fiori. s/d, p. 19 (mimeo)

¹⁶¹ Estas informações encontram-se em MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS: Afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil- Militar (1964 e 1969)**. Dissertação (Mestrado em História), PUCRS, 2009.

catedrático de Sociologia Laudelino Teixeira de Medeiros, seu antigo companheiro do C.C.A e do movimento católico.

Ernani Maria Fiori¹⁶² figurou na primeira lista de expurgos, na qual 18 docentes foram afastados sumariamente da Universidade. No total, foram 34 professores demitidos ou aposentados, de 1964 a 1969, entre eles, Ernani Maria Fiori, como citado anteriormente, acusado, após ter sido conferido a palestra “A Universidade Hoje” no Centro Acadêmico Franklin Roosevelt, de ser um comunista da ala católica de notável atividade no meio universitário, inclusive na orientação de todas as atividades extremistas das organizações estudantis¹⁶³, o catedrático de ciência política Leônidas Xausa e o catedrático de psicologia Vitor de Britto Velho, após terem apaziguado os ânimos de cerca de 700 alunos que invadiram a Faculdade de Filosofia reivindicando a representação estudantil na Universidade.

Após seu afastamento da UFRGS Ernani Fiori seguiu para a UNB por convite do Reitor Severino Vaz, aonde, pouco antes da intervenção militar na Universidade, em 1965, foi demitido. Perante estes acontecimentos Fiori, juntamente com sua família, exilou-se no Chile, e, à convite do Monsenhor Larrain, dedicou-se a coordenação da reforma universitária da Universidade Católica de Santiago. (KRONBAER, 2002). No Chile, além de suas atividades na reforma das estruturas da citada Universidade, criou um Centro de Estudos da Realidade Nacional, e um Instituto interdisciplinar de Ciências Políticas (ARANTES & ARANTES, 1991). Foi neste período do seu exílio, em 1967, que Paulo Freire aproximou-se de Fiori, e este prefaciou uma das suas obras mais importantes “A pedagogia do oprimido”.

Portanto, a partir do seu exílio, Fiori circulou pela América Latina, pelos Estados Unidos, pronunciando palestras acerca das reformas universitárias empreendidas, da necessidade da inclusão das classes populares no ensino superior. O próprio reflete sobre as mudanças de suas influências e posições intelectuais, como abaixo:

Renunciávamos, assim, de uma maneira total, à filosofia tomista? Eu diria: sim e não: Se alguém hoje me perguntasse: Você é tomista? Responderia: Há um transfundo em mim que vem do tomismo, fui beneficiado por ele, aprendi a pensar com ele, mas o ultrapassei; eu não estou mais na lógica, estou na dialética, e isso já muito antes da leitura de certos textos de Hegel e de Marx. Mas, de outro lado, nós

¹⁶² O afastamento de Ernani Maria Fiori foi lamentado, inclusive, por Alceu Amoroso Lima em artigo publicado no Jornal do Brasil, reproduzido no Jornal Correio do Povo a pedido do escritor Érico Veríssimo. Conf. FIORI, Hilda Costa. Dados biográfico. In: FIORI, Ernani Maria. **Textos escolhidos. v. I: Metafísica e História**. Porto Alegre, LPM, 1987, p. 303.

¹⁶³ Conforme consta na ficha de Ernani Maria Fiori elaborada pelo CEIS localizada no fundo Laudelino Texeira de Medeiros no Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul (CEDOC/ UCS).

não éramos realmente marxistas, apenas utilizamos certas análises do marxismo para que a realidade se tornasse mais translúcida à nossa reflexão, que, embora tivesse as influências que estou citando, era uma reflexão na qual se assumia uma posição – e isto é importante eu dizer- uma posição também ideológica. (FIORI, [1984] 1987, p. 293)

Logo, embora Fiori até ao menos a década de 1950 tenha atuado conjuntamente com grupo católico, inclusive, muitas vezes, numa posição de liderança, a partir da década da 1960 afastou-se, tanto das orientações intelectuais e filosóficas daquele grupo, quanto de suas práticas. Enquanto alguns, como Laudelino Medeiros, que se analisa adiante, permaneceram em suas cátedras reproduzindo e conservando a reflexão católica na Universidade, e reforçando a concepção de Universidade elitista, Fiori, por situações adversas, nem sempre planejadas, buscou, naquele contexto, a partir do repensamento das estruturas universitárias, propor sua democratização. Nesse sentido, seu nome figura, entre aqueles que buscaram reformar e revolucionar a educação no Brasil, em especial a partir do exílio, como o próprio Paulo Freire, Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes, dentre outros.

8.2.3. Laudelino Teixeira de Medeiros e o desenvolvimento da Cátedra de Sociologia.

Laudelino Teixeira de Medeiros, embora integrando o apostolado laico dos jesuítas no Rio Grande do Sul, teve uma formação diferente do grupo, que vinha do Colégio Anchieta diretamente para os tradicionais cursos de Direito, Medicina e Engenharia. Nascido em Dom Pedrito, em 1914, não estudou no Ginásio Anchieta, mas sim no Ginásio Municipal de Santa Maria. Nesta escola integrou o grupo da congregação mariana *Mater Divinae Gratiae*. Portanto, apesar do caráter de curso técnico deste Ginásio mantido pelos Irmãos Maristas, teve uma formação intelectual e religiosa similar aos melhores colégios católicos. Em 1933, então com 19 anos, Laudelino transferiu-se para a capital do Estado, a fim de prosseguir seus estudos, e incorporou-se ao grupo católico de Porto Alegre.

Medeiros teve uma formação universitária diferente da maioria dos membros do grupo católico dos jesuítas. Foi acadêmico de Administração e Finanças da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Porto Alegre. Formou-se nesta instituição em 1936. Após isso, de 1937 a 1938, foi professor contratado para a disciplina de Técnica Comercial e Processo de Propaganda na mesma Faculdade. Portanto, formou-se em Ciências Econômicas, em 1936, um curso que não estava dentro das profissões de prestígio social do período, mas foi essa titulação que lhe deu as condições de trabalho e, conseqüentemente, suporte

financeiro para se estabelecer na capital e dar cabo do curso de Direito, este sim mais ligado à formação da elite católica.

O seu discurso como orador da turma de 1936, intitulado *Rumos de pensamento à juventude*, revela seu engajamento no grupo dos jovens católicos, bem como mostra suas disposições teóricas e práticas com a ampliação de seus conhecimentos em economia que adquirira na Escola e o uso que fez desses conhecimentos. Além das formalizações típicas desse tipo de documento, Medeiros (1937) fez uma crítica à modernização, principalmente econômica, ou seja, ao utilitarismo econômico e ao individualismo. No entanto, não é uma crítica em termos do efeito social dessas práticas e teorizações, mas focaliza-se na perda da vida espiritual. Para tanto, ele utiliza-se de alguns autores, como Thomas de Aquino e Alceu Amoroso Lima, para definir, a partir deste último, que o processo moderno consistiu “numa sacralidade decrescente e economismo ascendente” (MEDEIROS, 1937, p. 10).

Assim, a crítica específica de Medeiros (op. cit, p. 12) dirigia-se ao fato que “a Economia passou a ser uma ciência natural, sem relação alguma com a ética”, e, desse modo, a moral fora excluída da atividade humana, ao exemplo da dominância no mundo social da ideia de lucro, na qual “o homem passou a existir para a produção e não a produção para o homem” (p. 13). Diante desta situação, Medeiros (op. cit, p. 14) sugeria que exista uma reação que busca o renascimento *de uma filosofia integral da vida*. Para ele, a reforma da economia começará em seus princípios, porque:

Passará de Ciência natural que pretendeu ser, ao verdadeiro conceito de ciência moral. A economia é um ramo das Ciências Sociais e o seu fundamento é o homem e não a natureza. E, portanto, deverão seus princípios ser coordenados pelas leis da ética. De economia de produção, que estava sendo, passará a economia de consumo. Isto é, o fim de toda atividade econômica não será o de produzir cada vez mais para conseguir maior lucro; mas, produzir com o fim de satisfazer o consumo, orientando-se pelo bem comum e pelo bem moral.

Portanto, esta é a finalidade da economia cristã, ou seja, é uma redefinição do saber econômico, baseada em preceitos morais de autores como Amoroso Lima, Tomás de Aquino e Salvador Minguijón, todos fora do universo do conhecimento econômico, elaborada para fins práticos, como demonstra o final do discurso:

E quando amanhecer o dia do fim desta noite de séculos, teremos tido a glória de haver levantado debaixo deste céu e por cima do solo da América a maior civilização espiritual, de beleza, de ciência e de fé, que o historiador de todos os povos haverá de chamar a grande IDADE NOVA. (MEDEIROS, op. cit., p. 19)

Em 1937, Medeiros entrou na Faculdade de Direito, no momento em que seus colegas do movimento católico já haviam se formado. Em 1941, formou-se, então, neste curso. Contudo, naquele momento, ele estava com 27 anos, mas fazia parte da nova *geração católica*, sendo formado pela geração anterior que já havia conquistado as cátedras das faculdades existentes.

8.2.3.1. A (in)definição da Sociologia: a docência nas primeiras iniciativas escolares.

Sua trajetória como docente na Universidade começou em 1938, ainda estudante de Direito, quando assumiu o curso de Sociologia no Colégio Universitário. Os cursos complementares, chamados de pré-médico, pré-jurídico e pré-técnico, realizados no Colégio, eram destinados aos candidatos ao ingresso nos cursos de Engenharia, de Medicina e de Direito. O ensino de Sociologia no Rio Grande do Sul esteve presente nesses cursos preparatórios de 1931 até 1942, já que seu conhecimento era um dos requisitos para o exame de admissão da Universidade. No Brasil, a Sociologia nos cursos preparatórios, bem como seu ensino nas Escolas Normais foram os primeiros esforços de institucionalização da área, especialmente favorecida pela reforma educacional de 1931.

No momento que Medeiros assumiu a docência de Sociologia no Colégio Universitário, começava a vigorar a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1937, a qual excluiu o ensino de Sociologia obrigatório das escolas secundárias. Dessa forma, até 1942, com sua extinção definitiva, a matéria era ministrada no Rio Grande do Sul apenas neste Colégio e na Escola Normal. Depois, passou a constar apenas no currículo desta última e, a partir de 1943, na cátedra de Sociologia da Universidade.

A cadeira de Sociologia do Colégio Universitário, no ano de 1942, funcionava em condições precárias. Medeiros contava com 307 alunos distribuídos nas diversas sessões, possuía como material de ensino um mapa sobre a distribuição das raças, além de mapas demográficos e tabelas de dados estatísticos construídos pelos próprios alunos¹⁶⁴. Ele preparava os futuros ingressantes da Universidade a partir dos manuais de Sociologia listados no programa fixo, como o de Amaral Fontoura e os de Amoroso Lima. Sabe-se que a proliferação de manuais de Sociologia católica na década de 1930 fez parte da estratégia da

¹⁶⁴ Resposta ao questionário formulado à Cadeira de Sociologia, de 10 de junho de 1942, encontrado no acervo do CEDOC/ UCS, em Caxias do Sul.

elite católica de redefinir a Sociologia científica nos termos dos dogmas cristãos, uma vez que,

Afirmando a ilegitimidade da Sociologia e retirando-a do domínio do positivismo, Amoroso Lima acaba de identificar um campo de possibilidades para uma nova definição da disciplina. Em verdade ele acena com a possibilidade de compatibilidade entre os pressupostos cristãos e a reflexão racional acerca da vida social inspirado em autores como Le Play e Jacques Maritain. (MEUCCI, 2000, p. 40)

Ao analisar seus cadernos de aula do Colégio Universitário, além da Sociologia de orientação católica, trabalhou com orientações diversas da Sociologia. Por exemplo, no curso pré-médico contrastava o conceito de Fato Social, de Durkheim, com a interpretação de Amoroso Lima e de Valdour. Nesta direção, no curso pré-médico, em sua aula sobre a definição da Sociologia, utilizou-se da concepção de Osborn e Neumeyer (1936, p. 366), para quem ela é “é o estudo dos processos e produtos da vida humana associativa, manifestados nas relações interativas dentro dos grupos sociais”, juntamente com o código de Doutrina Moral Cristã de Malinas, de 1927, da União Nacional de Estudos Sociais, o qual definiu como objeto da sociologia todas as “manifestações da vida social, tais como são e tais como deveriam ser” e sua finalidade consiste em “determinar as leis que presidem a sua evolução e de estabelecer as regras práticas a que convém submeter às relações sociais para harmonizá-las com o destino humano”. Desta maneira, ao misturar preceitos morais, filosóficos, e supostamente *científicos*, ampliava o campo da sociologia na defesa do que considerava seu fim prático: o progresso social. Portanto, apesar do currículo da Sociologia no Colégio Universitário ser fixo, as obras representativas da Sociologia católica foram dominantes nas aulas de Laudelino Medeiros.

Quando o Colégio Universitário foi incorporado ao Colégio Júlio de Castilhos, Medeiros passou a lecionar nele História do Brasil e Problemas Brasileiros, por dois anos. Encontramos apenas uma sugestão de atividades para comemorar a Semana da Pátria no curso de Problemas Brasileiros do Colégio Júlio de Castilhos. A atividade referia-se a apresentação de uma obra dos seguintes autores: Alberto Torres, Felix Contreiras Rodrigues, Alceu Amoroso Lima, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e Ovídio da Cunha. De todo modo, esse primeiro momento de sua docência preparava os futuros engenheiros e médicos com um conhecimento sociológico eclético, meio indefinido em seus objetivos, prevalecendo as grandes interpretações do Brasil, assim como os temas da sociologia cristã.

8.2.3.2. A Sociologia na Universidade: seu desenvolvimento na Cátedra da Faculdade de Economia e Administração.

A Sociologia inicialmente foi incluída na secção de *Psicologia e Lógica* da Escola de Comércio. Esta escola foi fundada em 1909 e incorporada, em 1934, à Universidade de Porto Alegre como Escola Superior de Comércio. Posteriormente, foi transformada, pelo Decreto-Lei n. 789, em Faculdade de Economia e Administração. Como citado anteriormente, Medeiros prestou concurso para a Escola de Comércio em 1938, sendo efetivado em 1942.

A Faculdade de Economia e Administração, em 1945, incorporou na estrutura acadêmica existente da antiga Escola Superior de Comércio dois novos cursos: Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais. E assim, no curso de Ciências Econômicas, Medeiros ministrou sucessivamente duas disciplinas do último ano: Estudo Comparado dos Sistemas Econômicos, de 1946 a 1961, e Princípios de Sociologia Aplicados à Economia, de 1954 a 1960. Anteriormente, porém, exerceu a docência na disciplina de Sociologia Geral e Sociologia Econômica, de 1942-1953, no curso de Administração e Finanças.

Encontram-se muitas súmulas da disciplina de Sociologia Geral, dispersas nos acervos pesquisados, mas a do ano de 1947 pode ser considerada a mais completa entre as consultadas. Nela aparece uma preocupação com a pesquisa científica, uma vez que incluiu a discussão de técnicas de pesquisa e demografia especialmente centradas no caso do Brasil e do Rio Grande do Sul. Já na disciplina de Sociologia Econômica, do Curso de Administração e Finanças, a temática abordada foi ampliada especialmente a partir de 1951. Medeiros incluiu uma discussão sobre sociedade e multidão, no contexto da administração federal *populista* de Vargas. Interessante que Medeiros não opôs sociedade às massas, como a Sociologia sistematizada por católicos compreendia essa dinâmica (FONTOURA, 1943), mas sim à multidão. Assim como, nesses programas, aparece mais claramente uma preocupação de Medeiros com a reprodução de métodos de pesquisa social, acabando por definir sua orientação teórica: Le Play e Jacques Valdur. Ambos não estavam ligados aos sistemas universitários modernos, o que demonstra que a tradição da leitura da realidade social nem sempre foi construída no ambiente acadêmico, muito menos foi desenvolvida nos moldes *cientificistas*, mas foram tradições que se desenvolveram em torno de grupos que criaram certas instituições e, desse modo, deram continuidade a certas linhas de pensamento, que posteriormente defrontam-se, desaparecem ou são *reatualizadas* no processo de institucionalização da Sociologia como disciplina acadêmica (LEPENIES, 1996).

Portanto, Medeiros *reatualizou* essas orientações ligadas ao catolicismo francês, ambas das enquetes sociais, especialmente sobre os operários. No entanto, mesmo que os historiadores da Sociologia considerem a escola de Le Play como precursora da Sociologia empírica, conforme Karady (1976), não há nenhuma continuidade histórica entre os empreendimentos de Le Play e as práticas científicas posteriores. Destaca-se que a “Escola sintética e geográfica de Le Play” estava dentro do conteúdo sociológico sistematizado por Sorokin (1928). Logo, foi este o manual amplamente utilizado por Medeiros na maioria dos cursos de Sociologia e classificado por Levine (1997) como de tradição pluralista. Portanto, embora outras orientações ainda estivessem obscuras nos cursos ministrados por Medeiros, o fato social de Durkheim, a classificação da Sociologia entre as ciências de Comte, o método de Le Play e o de Valdour prevaleceram em seus cursos.

A partir de 1946, Medeiros assumiu disciplinas do Curso de Ciências Econômicas, especialmente a de Estudo Comparado dos Sistemas Econômicos (1946-1961) e a de Princípios de Sociologia Aplicados à Economia (1954-1960). Os primeiros anos reproduzidos nos programas⁸ desta última disciplina são muitos similares àqueles das disciplinas do curso de Administração e Finanças, só diferindo-se a partir de 1957. Um dos fatores explicativos dessa mudança foi a criação do Centro de Pesquisas Econômicas (CEPE), em 1953.

O IEPE foi criado quando a Universidade estava sendo federalizada, com o objetivo de: 1) realizar pesquisas na área de economia nacional e regional; 2) proporcionar o aperfeiçoamento dos economistas e dos professores; 3) exercitar os alunos na investigação científica, complementando o ensino do FCE; e 4) cooperar com a administração pública e entidades privadas. Foi nesse contexto, na Divisão de Pesquisas do IEPE, que se criou a Secção de Estudos Sociais, coordenada por Medeiros, a qual agregou alunos, colaboradores, assistentes e pesquisadores no intuito de realizar científicas.

Nesta disciplina, alguns temas novos foram incluídos a partir dos programas de 1957, como a planificação regional, e de 1960, como o padrão de vida familiar. É claro que esses temas estão relacionados com as pesquisas desenvolvidas no IEPE, especialmente nos anos de 1960, pois, juntando os dados das sucessivas pesquisas sobre o padrão de vida do operariado (1954, 1960, 1970, 1983), foi possível posteriormente construir índices de preço ao consumidor (MASSINA 2003).

A disciplina de Estudos Comparados dos Sistemas Econômicos foi a primeira cadeira assumida por Laudelino Medeiros no curso de Ciências Econômicas, criada pelo Decreto estadual n. 1757, de 29 de outubro de 1946. Como o seu nome indica, o objetivo da disciplina consistiu no estudo dos sistemas econômicos presentes no mundo pós-guerra. A contribuição da Sociologia nesse sentido, numa disciplina estritamente econômica, foi relacionar uma série de aspectos do mundo social com os sistemas econômicos, como: a cultura, as instituições, as comunidades. Portanto, ao analisar as súmulas, o papel da Sociologia e de seu catedrático foi incluir a discussão dos princípios não econômicos na constituição dos sistemas econômicos. Essa imbricação da Sociologia na Economia, ou socialização da Economia, foi descrita por Medeiros em 1952, no artigo intitulado “A Sociologia Econômica e a formação dos economistas”, no qual demonstra que:

A economia, ao elaborar a teoria econômica, não pode ignorar a realidade propriamente social, sobre a qual, ou na qual, existem os fatos econômicos. Em primeiro lugar, as instituições econômicas – pontos de partida ou de amarra das relações econômicas – são instituições sociais e muitas vezes organizações societárias: a empresa, o mercado, o costume regulador, a divisão profissional do trabalho etc. É necessário, pois, que a Sociologia informe sobre a natureza e a resistência desses materiais. De outro lado, os fatos econômicos não se comportam da mesma maneira em todos os meios sociais indiscutivelmente. E, por fim, a ordem econômica, o sistema econômico, não é senão um aspecto da polimórfica realidade social. E a ordem econômica, encarada do ponto de vista teleológico, existe para a organização social; para que, sendo boa (a ordem econômica), também sob este aspecto a ordem social propicie o bem comum. É claro que uma boa ordem social deve assegurar uma boa ordem jurídica, uma boa ordem política, uma boa ordem social-recreativa e social-religiosa, uma boa ordem educacional e, também, uma boa ordem econômica. Portanto, é ainda uma vez manifesta a contribuição da Sociologia à Economia, quando se elabora a teoria econômica, ao fornecer conclusões, supostos sociais e princípios. (MEDEIROS, 1952, p. 700-701)

A importância da análise dos princípios sociais no estudo de sistemas econômicos e na formação de especialista em Economia é reiterada por Medeiros (op. cit, p. 701):

Mais evidentes se tornam as relações da Sociologia com a Economia ao se examinar a política e a técnica econômica. A política econômica é o conhecimento dos meios necessários e eficazes para que seja conduzido um sistema econômico, admitidos os conhecimentos oferecidos pela teoria e doutrinas econômicas. A elaboração desse conhecimento da política não pode deixar de lado os ensinamentos da sociologia sobre a natureza e o mecanismo da vida social, sobre os objetivos gerais da sociedade, aos quais se deve ajustar o objetivo particular econômico. E o mesmo ocorre com a técnica econômica. Esta já não é a elaboração de um conhecimento, mas um fazer. E a maneira de realizar isso, diante das situações concretas individualizadas, a política econômica adotada. E então é indispensável o conhecimento da realidade com a qual se está trabalhando – a sociedade –, para o que é necessário recorrer à sociologia.

Medeiros escreveu esse artigo em 1952, um ano após a profissão de economista ser reconhecida. Na análise das súmulas e provas da disciplina, anteriormente a 1954, e após, até

1960, a relação da realidade social com a econômica ainda é representativa nos pontos trabalhados, mas a partir de 1960 a teoria econômica prepondera. Isso é representativo do processo de institucionalização e profissionalização do economista, que, especialmente a partir da década de 1960, proliferaram-se programas de pós-graduação da disciplina no Brasil. No entanto, no Rio Grande do Sul, a expansão do ensino com a criação da pós-graduação ocorreu juntamente com a Sociologia, no curso de mestrado em Economia e Sociologia Rural, de 1963. Essa vinculação da Economia com a Sociologia Rural, objetivada na criação do primeiro curso de pós-graduação dessa área de pesquisas foi decorrente das atividades de pesquisa e intercâmbios acadêmicos desenvolvidos no IEPE.

Desde o final da década de 1950, o IEPE recebeu apoio da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford para seu desenvolvimento institucional, assim como da Fundação Getúlio Vargas (FVG), do Conselho Nacional de Economia, e do Instituto Roberto Simonsen. Com esses recursos financeiros, a Instituição pôde, além de desenvolver pesquisas, aperfeiçoar o seu pessoal técnico através da formação qualificada de seus pesquisadores e alunos, tanto no Brasil quanto no exterior. Uma das iniciativas nesse sentido foi o intercâmbio acadêmico firmado entre a secção de estudos rurais do IEPE com a Universidade de Wisconsin (EUA), iniciado em 1961, que resultou na realização do curso de aperfeiçoamento em Economia Rural, realizado em 1962, uma espécie de embrião do mestrado em Economia e Sociologia Rural.

O curso de mestrado em Economia e Sociologia Rural foi criado em 1963 e desmembrado, em 1965, como Economia Rural e Sociologia Rural. Desse modo, o estudo da Economia *pura* propriamente dita surgiu posteriormente em 1971, com a criação de um curso de pós-graduação específico de Ciências Econômicas. Portanto, o desenvolvimento da Sociologia Rural foi favorecido pelos empreendimentos da secção de estudos rurais do IEPE, especialmente pela cooperação internacional de formação e recomposição dos quadros docentes. Por ter sido uma área precursora, foi hegemônica, inclusive, quando surgiu o curso de Ciências Sociais (1959) e o Centro de Estudos Sociais (1961), muitos dos especialistas do IEPE, formados ou não no exterior, foram aproveitados no corpo docente da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, especialmente pelo apoio de Laudelino Medeiros, que ainda dispunha de alguma influência na Universidade.

Na década de 1970, Medeiros pediu aposentadoria dos cursos de Ciências Econômicas e Ciências Sociais¹⁶⁵.⁹ No entanto, desde a criação do Centro de Estudos Sociais, em 1963, na Faculdade de Filosofia, ele já estava afastado da Faculdade de Ciências Econômicas, especialmente com a extinção da seção de estudos sociais do IEPE, mas manteve-se até a década de 1980 no curso de pós-graduação em Sociologia Rural. De todo modo, após a reforma universitária de 1968, Medeiros ficou numa situação indefinida nos novos departamentos de ensino, porque não era mais o catedrático, tendo que disputar espaços de atuação com outros professores, com formação distinta, o que, de certa forma, explica seu pedido de afastamento da Universidade. Todavia, a particularidade da cátedra de Sociologia no Rio Grande do Sul é o fato dela ter surgido na Faculdade de Ciências Econômicas e não na Faculdade de Direito, como foi o padrão na Sociologia de Cátedra latino-americana (AZEVEDO, 1956).

8.2.3.3. A Cátedra de Sociologia na Faculdade de Filosofia e sua inserção na formação de professores.

Na condição de catedrático de Sociologia da Faculdade de Economia e Administração, Medeiros assumiu a Sociologia na Faculdade de Filosofia. Primeiramente, foi designado para reger a cadeira de História do Brasil, já que naquele momento a Sociologia estava ao encargo do reitor Edgar Schneider. Em 1944, com a nomeação de Dante de Laytano para essa disciplina, Medeiros assumiu a Sociologia.

As disciplinas ao encargo do catedrático foram Sociologia e Fundamentos Sociológicos da Educação. A primeira era ministrada, conforme o currículo nacional padrão da Universidade do Brasil, no segundo ano de Filosofia e no primeiro ano do curso de Pedagogia. A segunda disciplina constava no currículo do segundo ano do curso de Pedagogia e no primeiro e único ano do curso de Didática. Portanto, nesse primeiro momento, a Sociologia da Faculdade de Filosofia teve como objetivo a formação de professores.

Quando assumiu a disciplina de Sociologia do curso de Filosofia, em 1944, reproduziu em suas primeiras aulas a sociologia sistematizada por Amoroso Lima, no seu manual *Preparação à Sociologia*. A Sociologia proposta por Amoroso Lima, e seguida nos primeiros cursos de Medeiros, defende uma Sociologia finalista e integral. Nessa perspectiva,

¹⁶⁵ Conforme Medeiros [Ofício], 21 de agosto de 1972, Porto Alegre [para] Reitor UFRGS Ivo Wolff, Porto Alegre. Correspondência consultada no acervo do IHGRS.

a Sociologia aparece como a “ciência que tem por objetivo os fatos sociais e por fim o progresso coletivo” (ATHAYDE, 1932, p. 83). Assim, esta sociologia com pretensão científica estaria a serviço de fins práticos e, por isso, finalista, que seria a recristianização da sociedade.

A partir dos programas da disciplina de Fundamentos Sociológicos da Educação ministrada no curso de Pedagogia, Didática e Filosofia, pode-se analisar que tipo de sociologia Medeiros defendia como legítima nesse primeiro momento na Faculdade. As aulas ministradas versavam sobre os seguintes pontos da sociologia educacional: a escola, a comunidade, a família, as classes sociais, as profissões, as elites, o papel do Estado, a Igreja, a tradição, o progresso social, as doutrinas políticas, o crime, o alcoolismo etc. Para dar conta desses pontos, a relação bibliográfica não era muito extensa, mas a predileção foi por representantes de uma Sociologia cristã, ou Pedagogia cristã, como as obras de Lúcio José dos Santos, de Alceu Amoroso Lima, Jacques Maritain, Etienne Gilson e Pio XI.

Com efeito, a disciplina de Fundamentos Sociológicos da Educação era, tendo em vista a clientela a que se destinava – futuros professores da rede secundária de ensino – o curso ideal para a propagação dos ideais católicos. As atividades de pesquisa, nessa disciplina e na disciplina de Sociologia do curso de Pedagogia, foram realizações de inquéritos pelos alunos sobre o nível cultural da empregada doméstica, ou a cultura na camada social das domésticas, ou análises históricas sobre uma determinada rua de residência urbana de Porto Alegre.¹⁰ Portanto, a prática de pesquisa consistiu numa espécie de figuração, não sendo o objetivo real desses cursos, que foi a formação intelectual dos futuros professores, especialmente para a rede católica de ensino.

Em outra perspectiva, discorria-se sobre a Sociologia na América Latina e no Brasil. Nesse sentido, apenas para citar os manuais brasileiros de Sociologia, indica-se três interpretações distintas da Sociologia no Brasil, como a de Gilberto Freyre, a de Donald Pierson, e a de Guerreiro Ramos. De fato, Medeiros não se posicionou em relação ao debate dos anos de 1950 entre a Sociologia considerada científica e, deste modo, universal, defendida pelo grupo da USP e da ELSP, representados por Florestan Fernandes e Fernando Azevedo, e a possibilidade de uma Sociologia nacional, a qual preconizava Guerreiro Ramos. De todo modo, sua interpretação da Sociologia no Brasil estava distante da dicotomia entre tradição ensaística versus cientificista, porque a questão nem se colocava nesses termos para ele, que

se preocupava em determinar os precursores dos estudos sociais no Brasil, como Gilberto Freyre e Oliveira Vianna.

A ênfase nos estudos sociais foi predominante nos conteúdos de suas aulas na Faculdade de Filosofia, desde a década de 1940. Logo, Alberto Torres, Thales de Azevedo, Almir de Andrade e Oliveira Vianna foram referências importantes. Além dos estudos sociais, os programas mantiveram uma matriz básica de temas e orientação. A matriz foi a Sociologia de orientação moral e as temáticas discutidas estavam dentro do universo do grupo católico desse período, como as questões que envolviam o divórcio, a família, o perigo da modernidade e o anticomunismo.

No entanto, há dois pontos essenciais nos programas. O primeiro é o que trata da demografia e o outro, da sociologia rural. Foram exatamente esses temas que orientaram as preocupações teóricas e práticas de Medeiros, que se traduzem no processo de urbanização no Rio Grande do Sul, na questão das vilas e malocas em Porto Alegre, no problema das migrações internas no estado e na educação em áreas rurais neste estado. Portanto, apesar de ele ter sido mais o catedrático que ministrava aulas, ou seja, o docente, do que um pesquisador no sentido estrito do termo, apresentaria um tipo de Sociologia em suas primeiras pesquisas que pode revelar uma espécie de tradição sociológica, que marcaria o surgimento do curso de Ciências Sociais na UFRGS, criado apenas em 1959.

Dessa forma, as análises demográficas e populacionais estiveram presentes tanto nas disciplinas da Faculdade de Ciências Econômicas como na de Filosofia. Nas suas provas, pedia que os alunos dissertassem sobre as causas do surgimento das vilas e malocas como um fato social habitacional e as causas do crescimento da população, assim como sobre a complexidade social de certas regiões e cidades. É importante destacar que suas preocupações em relação às questões demográficas foram anteriores ao *boom* dos estudos demográficos na América Latina, especialmente na década de 1970, quando a explosão demográfica era considerada um entrave ao desenvolvimento social e econômico, especialmente nos governos autoritários.

No entanto, ainda que seu interesse temático fosse anterior, Medeiros seguiu o desenvolvimento desse campo de estudos com a pesquisa sobre as migrações internas e, posteriormente, quando assumiu a disciplina de Sociologia do Desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural. Portanto, é o aspecto populacional a característica

das aulas e das preocupações científicas de Medeiros, e essa é sua ligação com desenvolvimento das Ciências Sociais em outros centros brasileiros, como o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), através de sua Comissão de População e Desenvolvimento.

8.2.3.4. Considerações sobre o estatuto da Sociologia sob a orientação de Laudelino Medeiros.

A Sociologia que Laudelino Medeiros apresentou em sua trajetória docente foi reproduzida de formas distintas. Por um lado, em relação ao público a que se destinava e, por outro, levando em consideração o contexto político e social do mundo e do Brasil. Dessa maneira, em todos os cursos houve, inicialmente, um esforço de definir o que era a Sociologia e sua classificação no campo das ciências. Nesse sentido, seguiu a tendência do ensino da Sociologia no Brasil, reproduzido nos manuais de conteúdos sociológicos sistematizados, surgidos após 1930, quando a Sociologia foi incluída nos cursos secundários e normais (MEUCCI, 2000).

Com efeito, se pudéssemos eleger um autor privilegiado nas aulas de Medeiros, este seria Alceu Amoroso Lima. Mesmo nas aulas do curso de Economia e no de Administração, onde a Sociologia de Laudelino teve outro enfoque, as questões levantadas nos manuais de Amoroso e aquelas que, de um modo geral, fizeram parte do universo católico do período, como autoridade e hierarquia, individualismo e despersonalismo, moral do trabalho, a propriedade privada, a classe média etc., estiveram presentes. Juntam-se a estas os outros temas trabalhados nos cursos de Pedagogia, Didática e Filosofia, como: o divórcio, o alcoolismo, o crime etc. Portanto, sua definição da Sociologia seguiu a orientação cristã, especialmente nos cursos de formação de professores, uma vez que preparavam os quadros para a rede secundária de ensino, especialmente para a católica.

Por outro lado, ao contrário da maioria dos sistematizadores do conteúdo sociológico identificados com essa corrente de definição cristã da Sociologia, Medeiros preocupou-se com os métodos de investigação. Dessa forma, nos cursos da Faculdade de Economia, Medeiros privilegiou os temas que constituíam seu interesse de pesquisa, como os problemas populacionais urbanos e, noutro extremo, as comunidades rurais. Nos cursos da Faculdade de Filosofia, o catedrático preocupou-se na formação intelectual e cultural dos futuros professores, por meio de uma Sociologia orientada moralmente para o diagnóstico dos

problemas sociais, especialmente na comunidade escolar, e conseqüentemente para o progresso social da humanidade.

CONCLUSÃO

Como compreender o surgimento e a reprodução de grupos que difundiram a doutrina e o pensamento da Igreja Católica num espaço social adverso às práticas religiosas? Como explicar a formação intelectual e filosófica destes grupos num ambiente cultural marcado pela ausência de espaços acadêmicos? Como entender o desenvolvimento do movimento católico e os espaços sociais que sua atuação foi representativa durante o século XX no Rio Grande do Sul? Como situar e justificar a influência católica na origem e expansão da Universidade pública na capital deste Estado?

Estas foram algumas das questões que esta pesquisa buscou responder. Entretanto, as análises tradicionais sobre os grupos e o pensamento católico no Brasil não forneciam os meios necessários para apreender a problemática mais geral ligada a estas indagações. Os estudos sobre os grupos católicos, por um lado, restringem-se aos intelectuais mais representativos do Centro *Dom Vital*, a saber, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima. Os aspectos analisados, em relação a estes intelectuais católicos, referem-se, além de suas trajetórias, ao sentido de suas obras. Por outro lado, os estudos que tratam do pensamento católico, como “Ideias católicas no Brasil: direções do pensamento católico no Brasil do século XX” de Odilão Moura, e mesmo “o pensamento Católico” de Antônio Villaça, esboçam certa história das ideias relacionadas ao meio cultural brasileiro, mas desconectadas daqueles que as reproduziram - nas. Dito de outro modo, da mesma forma daquelas obras dedicadas a História da Filosofia no Brasil, estas análises não explicam como estas ideias católicas foram apreendidas e difundidas pelos grupos católicos.

Entretanto, embora apenas recentemente considerado na bibliografia disponível, alguns estudos forneceram algumas pistas para compreender o surgimento de grupos católicos conectados com as estruturas do catolicismo romanizado no Brasil. Estas análises têm destacado o papel que certas Ordens Religiosas tiveram na escolarização das “elites” durante o século XX no Brasil. Dentre estas Ordens religiosas europeias destacou-se a Companhia de Jesus restaurada. De modo geral, como se demonstrou nesta pesquisa, as diversas missões que se instalaram no Brasil em fins do período imperial dedicaram-se a formar escolarmente os grupos melhores situados na estrutura social durante o período republicano.

Nas diversas localidades que os jesuítas se estabeleceram instalaram Ginásios de ensino secundário que logo conseguiram equiparação federal, sendo atrativos para os grupos de “elites” que almeçavam o ingresso no ensino superior. Além disso, seu método de estudos – a *Ratio Studiorum* – adaptado às diretrizes curriculares nacionais produziu uma uniformização escolar, cujos traços mais marcantes dizem respeito à disciplina, a formação científica e o incentivo às atividades escritas. Todavia, a atuação dos jesuítas, entretanto, ultrapassou o terreno escolar propriamente dito. Através das Congregações Marianas originadas em seus Ginásios católicos produziram um laicato devoto e militante.

Através das atividades promovidas nas congregações marianas que se compreende a formação e a configuração do laicato católico no Rio Grande do Sul. Os retiros espirituais, as conferências de temas religiosos, e, especialmente o aconselhamento dos diretores espirituais das Congregações Marianas inculcaram, dentre os membros do grupo católico, formas de exercer e vivenciar sua religiosidade. Como a maioria deste grupo converteu-se ao catolicismo quando estudante do Ginásio Anchieta dos Jesuítas os diretores das congregações marianas proporcionaram entre estes agentes uma identificação religiosa comum, cujas práticas compartilhavam entre si.

Contudo, este tipo de vivência da religião católica não explica a singularidade deste grupo católico riograndense, uma vez que isto também se reproduziu, com menor ou maior intensidade, nas outras regiões em que os jesuítas instalaram suas Congregações Marianas. A especificidade das Congregações Marianas originadas no Ginásio Anchieta em Porto Alegre foi serem dirigidas por escolásticos jesuítas alemães. Estes, sobretudo, o Pe. Werner Von Und Zur Muehlen, agregaram às práticas religiosas das Congregações Marianas a formação filosófica. Assim, Pe. Werner instrumentalizou intelectualmente acadêmicos e profissionais liberais das Congregações Marianas a partir dos pressupostos neoescolásticos. Portanto, num contexto social carente de instituições culturais, de formação filosófica, Pe. Werner difundiu o pensamento neoescolástico e produziu entre os membros do grupo uma identidade intelectual comum.

Esta identidade intelectual comum é verificada nos autores que citavam nos seus artigos publicados na revista *Idade Nova* e na *Estudos*. Dentro da neoescolástica a influência intelectual predominante entre os membros do grupo católico foi o neotomismo. Assim, reproduziram em seus textos, tanto aquela literatura de crise da modernidade e de valorização da cristandade medieval, quanto às reinterpretações do tomismo e o ideal de uma nova

crisandade. Este quadro de referências que reproduziram e difundiram no sul do Brasil teve relação, além da posição favorável da Igreja em relação ao neotomismo, a formação que receberam entre os jesuítas, uma vez que esta era a escola que representavam.

Autores como Nicolai Berdiaeff, Henri Bergson, Jacques Maritain, William James e Maurice Blondel foram referências importantes. O primeiro, Berdiaeff, pela valorização do medievo e a ênfase no aspecto espiritual do renascimento católico. O segundo, Maritain, pelo resgate da filosofia de São Tomás como fundamento da reflexão e da ação católica. Bergson, por sua vez, por ter ter postulado que as experiências, inclusive a religiosa, não podem ser apreendidas cientificamente, pois são metafísicas, e Wiliam James e Maurice Blondel pelo diálogo que estabeleceram entre os aspectos religiosos da experiência humana. Portanto, como se demonstrou nesta pesquisa, estas ideias serviram como forma de legitimar a religiosidade no campo intelectual, e para se opor as teorias racionalistas, científicas e naturalistas da época.

Essas ideias repercutiram, inclusive, no incipiente movimento católico que este grupo organizou no Rio Grande do Sul. Dentro de um contexto favorável, em que a Ação Católica de leigos era incentivada até pelo Papa Pio XI, os membros do grupo católico impulsionaram a criação de Centros de Juventude por todo o Estado, e imprimiram, dentro do movimento, práticas devocionais similares àquelas as quais foram socializados religiosamente nas Congregações Marianas. Neste sentido, o movimento pode ser considerado como um um desdobramento do catolicismo devoto e militante das Congregações Marianas, especialmente da *Matter Salvatoris*.

Esta relação do Movimento com a Congregação Mariana *Mater Salvatoris* verifica-se, inclusive, no fato de não contar com assistência da hierarquia eclesiástica, como era recomendado nestes tipos de agremiações, mas sim considerar o diretor da CCMM *Mater Salvatoris*, Pe. Werner, como a autoridade religiosa do Movimento. Esta desvinculação com a hierarquia eclesiástica, no caso, com o Arcebispo Dom João Becker, manteve-se, ao menos, até 1938, quando o grupo fundador, juntamente com os membros da juventude católica, agregaram-se a Ação Católica Oficial da Arquidiocese, assumindo, na maioria dos casos, posições de liderança.

Como se demonstrou, através de fontes diversas, o Movimento católico visava, conforme as determinações do 1º Congresso Universitário Católico, realizado em 1932,

sensibilizar o meio universitário para o catolicismo, buscando conquistar cátedras representativas na nova Universidade que se organizava, influir no processo político, através da Liga Eleitoral Católica nas eleições constituintes de 1933, e organizar a mocidade católica. Em relação a este último ponto articularam Centros de Juventude Católica, masculinos e femininos, em todo Estado, constituindo-se, assim, a Federação de Juventude Católica.

Nestes ambientes que buscaram influir significativamente manifestavam-se, de modo geral, contra a concepção científica e naturalista do mundo que substituiu a visão espiritualista da ordem social. Assim, na Universidade suas posições centravam-se na crítica do racionalismo, do cientificismo, e no esforço de desfazer os aspectos originais das teorias modernas, como seu método, trazendo estas inovações para o repertório católico. No plano político, posicionavam-se contra a filosofia naturalista que fundamentou tanto os regimes capitalistas, quanto os comunistas. Nesse sentido, individualismo liberal, materialismo eram combatidos porque possuíam as mesmas bases teóricas.

Uma das questões candentes neste período foi à operária. O contraponto dos católicos em geral, e do grupo riograndense em particular, em relação, tanto a organização do trabalho no sistema capitalista, quanto no comunista, era os postulados do catolicismo social, inspirado na encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, os quais argumentavam em torno das bases colaborativas das relações sociais para equacionar a desigualdade social. Para o grupo católico esta era a doutrina capaz de concorrer com a que fundamentava o comunismo, e um meio de reformar o capitalismo. Na esfera intelectual isto pode ser verificado na opção dos membros do grupo riograndense em reger as cátedras dedicadas à legislação trabalhista e aquelas de natureza econômica e social, e no plano político, pela defesa dos postulados defendidos pela LEC referentes à organização de sindicatos católicos. Entretanto, não conseguiram de forma efetiva influir entre o operariado, dado que este não absorvia as conferências extremamente intelectuais dos membros do grupo católico. Portanto, estes aspectos reforçam o caráter iminentemente intelectual deste movimento católico.

Dentre os espaços sociais em que atuaram a Universidade foi aonde se consagraram como catedráticos. Entretanto, alguns desenvolveram carreiras políticas. A eleição de Adroaldo Mesquita da Costa pelo PRR para a Constituinte de 1934, como se demonstrou, foi o evento que agregou o grupo católico na LEC, mas que desarticulou suas relações com o Arcebispo Dom João Becker, que apoiou o PRL. Já na Constituinte Nacional de 1945 a despeito das atividades da LEC os membros do grupo católico ingressaram na vida partidária.

De forma geral, as relações dos membros deste grupo com a ordem política não foram homogêneas. Para alguns, a constituinte de 1945 significou o início da carreira política, para outros seu afastamento do meio político, e houve ainda aqueles que não foram eleitos nos pleitos que disputaram.

Situação oposta verificou-se na conquista das cátedras representativas da Universidade pública, em especial aquelas da Faculdade de Direito, e, sobretudo da Faculdade de Filosofia que se organizava na década de 1940. A despeito das considerações às quais colocam que este grupo buscou influir na Universidade como reação ao domínio daqueles identificados como “positivistas” na instituição de ensino, demonstrou-se que a conquista do espaço universitário refletiu mais lutas intra-burocráticas para aquisição de cargos através de armas ideológicas e redes de relações pessoais. Entretanto, se as influências de docentes “positivistas” na universidade é uma alusão, as ideias positivistas objetivadas na estrutura do ensino superior foram combatidas pelos membros do grupo católico.

O que importa destacar é que nas diversas cátedras que os membros do grupo católico assumiram imprimiram a identidade intelectual, filosófica a que foram formados pelos jesuítas alemães. Por exemplo, Armando Câmara - que se consagrou como catedrático de Filosofia do Direito - fundamentou gerações de juristas a partir de concepções metafísicas das finalidades últimas do Direito. O catedrático de Filosofia, Ernani Maria Fiori, por sua vez, embora apresentasse um pensamento mais aberto, também reproduziu a tradição de pensamento católico a qual foi formado, ou seja, o neotomismo.

Portanto, esta pesquisa retomou uma etapa importante da dinâmica social, cultural e histórica do Rio Grande do Sul. A partir de uma variedade de fontes, e meios distintos de análise, foi possível compreender os elementos homogeneizadores deste grupo e as peculiaridades de sua ação coletiva. Ao buscarmos os fatores que aproximavam este grupo, seja no seu perfil social, na formação recebida, no *cópus* teórico que divulgavam, e nas suas ações, possibilitou que compussemos um quadro interpretativo a partir de categorias como identificação religiosa e intelectual. Deste modo, estas categorias deram inteligibilidade para questões que eram resolvidas, até então, de forma descritiva.

Acredita-se que esta análise, embora não tenha esgotado o tema, possa ser útil para compreender historicamente a formação e a atuação de grupos específicos em espaços sociais adversos, como também possa agregar conhecimento, dentro da História da Igreja Católica no

Brasil, e particularmente no Rio Grande do Sul, aos estudos sobre os movimentos de leigos no período de restauração católica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigos de jornais e revistas¹⁶⁶

3º CONGRESSO PRÓ- ESTADO LEIGO. **Correio do Povo**. 21 de março de 1933.

A PEDIDOS: MANIFESTO DA LIGA ELEITORAL CATÓLICA DA DIOCESE DE SANTA MARIA. **Correio do Povo**, 24 de março de 1933.

A PEDIDOS: PROGRAMA DO PARTIDO REPUBLICANO RIO-GRANDENSE. **Correio do Povo**. 25 de abril de 1933.

AÇÃO BRASILEIRA DE RENOVAÇÃO SOCIAL. Manifesto ao Rio Grande e ao Brasil. **Idade Nova. Órgão da Juventude católica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 6, ano I, jul/agos, 1935.

ACÇÃO CATHOLICA, **Correio do Povo**, 5 de junho de 1932.

AZEVEDO, Armando Dias de. A escola sociológica de Le Play. **Estudos. Órgão da Associação de professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 5, ano I, p. 48-51, jun/jul, 1941a.

AZEVEDO, Armando Dias de. A personalidade do Papa Pio XII. **Estudos: Órgão da associação dos professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 6, ano II, p. 37-51, jul/agos, 1942a.

AZEVEDO, Armando Dias de. Casamento religioso e casamento civil. **Correio do Povo**. 12 de Janeiro de 1932.

AZEVEDO, Armando Dias de. Esboço das principais teorias sociológicas contemporâneas. **Estudos: Órgão da associação dos professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 8, ano III, p. 43-55, jan/fev, 1943.

AZEVEDO, Armando Dias de. Neo-tomismo e Sociologia Contemporânea. **Estudos: Órgão da Associação dos professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 3, ano II, p. 3-14, jan/fev, 1942b.

AZEVEDO, Armando Dias de. Padre Werner. **Estudos. Órgão da Associação dos professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 2, ano I, p. 30-31, ago/set, 1940a.

¹⁶⁶ As revistas consultadas – Idade Nova e Estudos - encontram-se em locais distintos. Os exemplares da Idade Nova utilizados encontram-se no acervo Fernando Trindade no ILEA/ UFRGS e alguns exemplares no acervo da Cúria Metropolitana. Já todos exemplares da revista Estudos encontram-se na Biblioteca Central da PUCRS. Os artigos de jornais foram, em sua maioria, além de recortes encontrados no acervo de Fernando Trindade, localizados no Museu Hipólito da Costa, Porto Alegre, RGS.

AZEVEDO, Armando Dias de. Paul Bourget (fragmento inédito). **Estudos: Órgão da Associação de Professores Católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: n.1, ano II, p. 65-71, out, 1941b.

AZEVEDO, Armando Dias. La Tour – du- Pin e o regime corporativo. **Estudos. Órgão da Associação dos professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 2, ano I, p. 66-77, ago/set, 1940b.

AZEVEDO, Armando Fay de. Declarações de Armando Fay de Azevedo `a “A Noite”. **Correio do Povo**. 28 de abril de 1933.

BITTENCOURT, Dario de. Após vinte anos de afastamento – retornei ao seio da Santa Madre Igreja Católica. **Estudos. Órgão da Associação dos professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 2, ano I, p. 6-7, ago/set, 1940.

BOTTINI, Antônio. Visões da época. **Idade Nova. Órgão da juventude católica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 4-5, ano VII, p. 3-5, out/nov/dez, 1940.

BRITTO VELHO, Carlos de. A agonia de uma época. (Discurso pronunciado na Concentração da Juventude Católica realizada em 1 e 2 de Outubro). **Idade Nova. Órgão da Juventude Católica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 4, ano II, p. 7-8, out, 1935.

BRITTO VELHO, Carlos de. Alguns ideais educativos. **Estudos**. Porto Alegre, n. 4, ano IV, p. 71-79, out/dez, 1944.

BRITTO VELHO, Carlos de. Corrupção do mundo e a sua salvação. **Idade Nova. Órgão da juventude católica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 5, ano III, p. 9-10, novembro de 1936.

BRITTO VELHO, Vitor de Britto Velho. Neotomismo e estética. **Estudos. Estudos: Órgão da Associação dos professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 3, ano II, p. 23-34, jan/fev, 1942.

BRITTO VELHO, Vitor de. A dúvida cartesiana. **Idade Nova. Órgão do Centro Católico de Acadêmicos**. Porto Alegre, n.3, ano I, p. 9-10, setembro de 1934b.

BRITTO VELHO, Vitor de. A presença de Jacques Maritain. **Correio do Povo**, s/d.

BRITTO VELHO, Vitor de. Fundamentos filosóficos da Ação Católica. **Estudos**. Porto Alegre, n.4 e 5, ano III, p. 43-59, jul/out, 1943.

BRITTO VELHO, Vitor. Renovação espiritual. (Discurso pronunciado na sessão solene do CCA, no dia 7 de setembro). **Idade Nova. Órgão da Juventude Católica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 13, ano I, p. 7-8, set, 1935.

BRITTO, VELHO, Vitor de. Algo que nos dão. **Idade Nova. Órgão dos Centro Católico de Acadêmicos**. Porto Alegre n. 1 ano 1, p.5, jul, 1934a.

CÂMARA, Armando. As reivindicações católicas (Discurso do prof. Armando Câmara, na Concentração do dia 15 de Agosto). **Idade Nova**. Porto Alegre, n. 2, ano XII, p.3-5, set, 1945b.

CÂMARA, Armando. Coerência. **Estudos: Órgão da Associação dos professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n.4, ano II, p. 2-4, mar/abr, 1942.

CÂMARA, Armando. Gênese do pensamento Filosófico. **Estudos**. Porto Alegre, n.3, ano IV, p. 6-20, jul/set, 1944.

CÂMARA, Armando. O comunismo e a crise da civilização. **Idade Nova**. Porto Alegre, n. 3, ano XI, p. 10-19, jan, 1945a.

CÂMARA, Armando. O espiritualismo e a psicologia experimental. **Estudos**. Porto Alegre, n. 3, p. 5-19, jul/dez, 1945c.

CÂMARA, Armando. Transcendência e espiritualidade do Psiquismo Humano. **Estudos. Órgão da Associação dos professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 2, ano I, p. 11-15, ago/set, 1940.

CANDIDATOS À CONSTITUINTE PRÓ- ESTADO LEIGO. **Correio do Povo**. 24 de março de 1933.

CAPA. **Idade Nova**. Porto Alegre, n. 3, ano XII, out, 1945.

CARRION, Felipe Machado. O Divórcio. **Idade Nova**. Porto Alegre, n. 2-3-4, ano X, p. 11, ago/set/out, 1943.

CARRION, Francisco Machado. A inquisição. **Idade Nova. Órgão da juventude católica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 1, ano VIII, p. 3-4, jul, 1941.

CARRION, Francisco Machado. Ação Católica e a reforma Social. **Estudos**. Porto Alegre, n. 6, ano III, p. 53-61, nov/dez, 1943a.

CARRION, Francisco Machado. Discurso. **Idade Nova. Órgão do Centro Católico de Acadêmicos**. Porto Alegre, n. 4, ano I, p. 12-13, nov, 1934.

CARRION, Francisco Machado. Discurso. **Idade Nova**. Porto Alegre, n. 12, ano IV, p. 13, nov/dez, 1938.

CARRION, Francisco Machado. Evolução de uma idéia. Discurso pronunciado na Concentração da juventude católica realizada em 1 e 2 de outubro. **Idade Nova. Órgão da juventude católica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n 4, ano II, p. 3-4, outubro de 1935.

CARRION, Francisco Machado. Inquisição. **Estudos**. Porto Alegre, n.3, ano III, p. 133-136, mai/jun, 1943b.

CARRION, Francisco Machado. Naturalismo e História. **Estudos. Órgão da Associação dos professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 1, vol 1, ano I, p. 57-60, jun, 1940a.

CARRION, Francisco Machado. Neotomismo e a política contemporânea. **Estudos: Órgão da Associação dos professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 3, ano II, p. 15-22, jan/fev, 1942.

CARRION, Francisco Machado. O sentido da Obra Inaciana. **Idade Nova. Órgão da Juventude católica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 1-2-3, ano VII, p. 16, jul/ago/set, 1940b.

CARVALHO, Ernani. Juntos na luta. **Idade Nova. Órgão do Centro Católico de Acadêmicos**. Porto Alegre, n. 7, ano I, p. 10, jan, 1935.

CAVALCANTI, Agnello. Manifesto de um candidato da Liga Pró Estado –Leigo. **Correio do Povo**. 2 de maio de 1933.

CENTRO CATÓLICO DE ACADÊMICOS. Fundação da Federação de Juventude Católica. **Idade Nova. Órgão do Centro Católico de Acadêmicos**. Porto Alegre, n. 1, ano I, p. 11, jul, 1934.

CONGRESSO REGIONAL PRÓ-ESTADO LEIGO- OS TRABALHOS REALIZADOS EM CAXIAS.. **Correio do Povo**. 25 de maio de 1932.

CONSTRUINDO (Editorial). **Idade Nova**. Porto Alegre, n. 5 ano 1, nov, 1934.

COSTA, Adroaldo Mesquita da. A Liga Riograndense Pró Estado - Leigo e os Católicos. (Editorial - colaboração). **Correio do Povo**, 13 de junho de 1932.

COSTA, Adroaldo Mesquita. Ao Rio Grande do Sul: Manifesto do Dr. Adroaldo Mesquita da Costa: Candidato do PRR ao eleitorado Rio Grandense. **Correio do Povo**, 30 de abril de 1933.

COSTA, José Luiz Martins. A perenidade do Direito Natural e a insuficiência do tecnicismo jurídico. **Estudos**. Porto Alegre, n. 1, p. 77-93, jan/mar, 1945.

DINIZ DA SILVA, Pery Pinto. Influências ideológicas e culturais na formação da Universidade. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 3 de abril de 1979.

DUPONT, A.L. A pedidos: atitude facciosa. **Correio do povo**. 24 de abril de 1933.

FARACO, Biase Agostinho. História de um movimento. **Idade Nova. Órgão da juventude católica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 1-2, ano II, p.12, jul/ago, 1935.

FARACO, Daniel. A inflação. **Idade Nova**. Porto Alegre, n. 1, ano XI, p. 10, set, 1944a.

FARACO, Daniel. Entrevista, In: Daniel Faraco. Congressista por excelência. **Revista Visão**, Florianópolis, 1957.

FARACO, Daniel. Um lugar vago na História. **Idade Nova**. Porto Alegre. N. 8-9, ano X, p.20, jul, 1944b.

FIORI, Ernani Maria. A contribuição do Português à formação nacional. **Estudos. Órgão da Associação de professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 5, ano I, p. 24-38, jun/jul, 1941a.

FIORI, Ernani Maria. A crise do mundo moderno (resenha). **Estudos. Órgão da Associação de professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 4, ano I, p. 69-70, jan/fev, 1941b.

FIORI, Ernani Maria. A Universidade e a usina. **Idade Nova. Órgão do Centro Católico de Acadêmicos**. Porto Alegre, n. 2, ano I, p. 5-6, ago, 1934.

FIORI, Ernani Maria. Escola sem Religião. **Correio do Povo**. 6 de fevereiro de 1932.

FIORI, Ernani Maria. O beluário e o monstro. Do desespero de Spengler à ingenuidade de Gandhi. **Idade Nova. Órgão do Centro Católico de Acadêmicos**. Porto Alegre, n. 7, ano I, janeiro de 1935.

FIORI, Ernani Maria. O espírito inaciano e os tempos modernos (título conferência promovida pela A.S.IA em homenagem a Companhia de Jesus). **Estudos. Órgão da Associação dos professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 3, ano I, p. 45-54, nov/dez, 1940a.

IDADE NOVA, Porto Alegre, n. 1, ano XII, ago, 1945.

JUNTA E CONSELHO DA AÇÃO CATÓLICA. **Idade Nova**, Porto Alegre, n. 1, ano IX, Março, 1943.

KRAEMER, Armando. Que filosofia segue? Volta da Filosofia Tomista. **Idade Nova. Órgão da Juventude católica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 1-2-3, ano VII, p. 19-26, jul/ago/set de 1940.

LACERDA, Galeno Vellinho de. Entrevista com Galeno Vellinho de Lacerda sobre a Lec de 1945. **Idade Nova**. Porto Alegre, n. 3, ano XII, p. 7, out, 1945.

LACERDA, Galeno Vellinho. Os divorcistas e a fábula. **Idade Nova**. Porto Alegre, n. 1, ano XI, p. 3, set, 1944.

LIMA, Ruy Cirne. A pessoa jurídica no Direito público. **Estudos**. Porto Alegre, n. 4, ano IV, p. 81-98, out/dez, 1944.

LIMA, Ruy Cirne. Dois problemas de Direito administrativo. **Estudos**. Porto Alegre, n. 5, ano II, p. 46-52, mai/jun, 1942.

LIMA, Ruy Cirne. O conceito de administração. **Estudos. Órgão da Associação dos professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 3, ano I, p. 36-44, nov/dez, 1940.

LIMA, Ruy Cirne. O conceito de utilidade pública. **Estudos. Órgão da Associação de professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 4, ano I, p. 23-26, jan/fev, 1941.

LIMA, Ruy Cirne. Realidade da pessoa jurídica. **Estudos**. Porto Alegre, n.4 e 5, ano III, p. 110-120, jul/out, 1943.

MACIEL, Arthur Butler. Os católicos e o Partido Libertador. **Correio do Povo**. 28 de abril de 1933.

MANIFESTO DA LIGA ELEITORAL CATÓLICA DA DIOCESE DE SANTA MARIA. **Correio do Povo**. 24 de abril de 1933.

MARTINS, José Salgado. **A Filosofia jurídica de Armando Câmara**. Estudos. Porto Alegre, Abril/ junho, 1974, p. 21-25.

MARX, Nicolau. Carta Aberta. **Correio do Povo**. 1 de fevereiro de 1931.

MEDEIROS, Laudelino Teixeira de. A vocação apostólica das novas gerações. **Idade Nova. Órgão da juventude católica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 8-9, ano VI, p. 3-4, abr/mai, 1940.

MEDEIROS, Laudelino Teixeira de. Comunismo (traços). **Idade Nova. Órgão da juventude católica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 1, ano III, p. 7, julho de 1936, 1936a .

MEDEIROS, Laudelino Teixeira de. Desordem Social. **Idade Nova. Órgão da juventude católica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 2, ano III, p. 9-10, agosto, 1936b.

MEDEIROS, Laudelino Teixeira de. Findar a civilização. **Idade Nova. Órgão da juventude católica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 3-4, ano III, p. 31, set/out, 1936c.

MEDEIROS, Mário. Pelo humanismo integral. **Estudos: Órgão da Associação dos professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n.4, ano II, p. 51-61, mar/abr, 1942.

MORSH, Arthur. Frassati. **Idade Nova. Órgão da juventude católica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n.10, ano I, p.10, abril, 1935.

MORSH, Arthur. Nosso distintivo. **Idade Nova. Órgão do Centro Católico de Acadêmicos**. Porto Alegre, n.1, ano I, p.3, jul, 1934.

MUEHLEN, Werner Von Und Zur. Ao Centro católico de Acadêmicos. **Idade Nova. Órgão da juventude católica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 6, ano III, p. 2, dez, 1936.

MUEHLEN, Werner Von Und Zur. Panorama da Filosofia escolástica. **Estudos**. Porto Alegre, n.3, ano III, p. 27-40, mai/jun, 1943.

O 1º Congresso Pró-Estado Leigo. **Correio do Povo**, 6 de janeiro de 1932.

O PRIMEIRO CONGRESSO DA LIGA PRÓ- ESTADO LEIGO. **Correio do Povo**. 7 de janeiro de 1932.

O PRIMEIRO CONGRESSO DA LIGA PRÓ- ESTADO LEIGO. **Correio do Povo**. 7 de Janeiro de 1932.

O PRIMEIRO CONGRESSO DA LIGA PRÓ-ESTADO LEIGO. **Correio do Povo**. 8 de Janeiro de 1932.

OBINO, Aldo. A Filosofia da religião. **Estudos. Órgão da Associação dos professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 3, ano I, p. 72-83, nov/dez, 1940a.

OBINO, Aldo. A restauração da Filosofia na Inglaterra Contemporânea. **Estudos. Órgão da Associação de professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 5, ano I, p. 72-77, jun/jul, 1941a.

OBINO, Aldo. A revolução renascentista. **Estudos. Órgão da Associação dos professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 1, vol 1, ano I, p. 61-68, jun, 1940b.

OBINO, Aldo. A Rússia e a Filosofia. **Estudos. Órgão da Associação de professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 6, ano I, p. 30-50, ago, 1941b.

OBINO, Aldo. Mitos do nosso tempo. **Idade Nova**. Porto Alegre, n. 10, ano IX, p. 12, jun, 1943.

OBINO, Aldo. Neotomismo e a idéia do nada na Filosofia Contemporânea. **Estudos: Órgão da Associação dos professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n.4, ano II, p. 33-41, mar/abr, 1942.

OBINO, Aldo. O transe do mundo (A 30ª Carta Pastoral de D. João Becker – A situação mundial- diretivas religiosas e sociais). **Estudos: Órgão da Associação de Professores Católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: n.1, ano II, p. 81-83, out, 1941c.

OBINO, Aldo. Os Jesuítas bandeirantes da alma nacional. **Idade Nova. Órgão da juventude católica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n.. 1-2-3, ano VII, p. 17-18, ago/set, 1940c.

OBINO, Aldo. Temas essenciais do Neo-tomismo. **Estudos. Órgão da Associação de professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 4, ano I, p. 41-45, jan/fev, 1941d.

OBINO, José Mariante. A escola penal católica. **Estudos. Órgão da Associação dos professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 3, ano I, p. 55-62, nov/dez, 1940.

OBINO, José Mariante. O irracionalismo e a filosofia da vida. **Estudos: Órgão da Associação de Professores Católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: n.1, ano II, p. 39-49, out, 1941.

OCHÔA, Gaspar Dillermundo. Impressões. **Estudos. Órgão da Associação dos professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 2, ano I, p. 7-8, ago/set, 1940.

OS TRABALHOS DA JUSTIÇA ELEITORAL.. **Correio do Povo**. 2 de março de 1933.

PELA LIBERDADE DE CULTO: APELO DA LIGA PRÓ- ESTADO LEIGO. **Correio do Povo**, 10 de Março de 1932.

PINHEIRO, Bispo Hermeto José. O Bispo de Pelotas e as eleições. **Correio do Povo**. 30 de abril de 1933.

PIRES, Nicolau. Secção Livre: A Liga Eleitoral Católica - Renúncia dos membros da Junta Estadual. **Correio do Povo**. 11 de junho de 1933.

REIS, Mário Goulart, A Ação Católica e a feição da Idade Nova no Brasil (1). **Idade Nova. Órgão da juventude católica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 1-2-3, ano VII, p. 5-10, jul/ago/set, 1940.

REIS, Mário Goulart. A espiritualidade Inaciana e a Ação Católica. **Estudos. Órgão da Associação dos professores católicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 3, ano I, p. 26-35, nov/dez, 1940.

REIS, Mário. A Ação Católica. Tentativa de uma síntese. **Idade Nova. Órgão da juventude católica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 8, ano II, p. 10-12, nov/ dez, 1935.

ROCHA, Eloy José da. Sugestões sobre novo conceito da relação de trabalho (Discurso de paraninfo-Direito). **Estudos**. Porto Alegre, n. 2, ano IV, p. 39-52, abr/jun, 1944.

RODRIGUES, Félix Contreiras. Da subjetividade ou objetividade do conceito de valor em economia política. **Estudos**. Porto Alegre, n.4 e 5, ano III, p. 60-77, jul/out, 1943.

SANTINI S.J., Candido. Porque Ação Católica Oficial? Idade Nova. **Órgão da juventude católica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 9, ano II, p. 10, mai, 1936.

SCHILING, Arno. Cristianismo e Democracia. Idade Nova. **Órgão da juventude católica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 9, ano IX, p. 13-15, maio, 1943.

SCHILING, Arno. Medida que se impõe. **Idade Nova**. Porto Alegre, n. 3, ano XI, p. 6, jan, 1945.

SEM GOVERNO A UNIVERSIDADE. Aceita a renúncia do Reitor Armando Câmara: A verdadeiras causas do inédito episódio. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 14 de janeiro, 1949.

SILVA, Marcelo Bidart da. A Igreja e o matrimônio. **Idade Nova. Órgão da juventude católica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 1-2, ano IX, p. 13-15, jul, 1941.

TERRA, Alaor. Campanha Pró- Constituinte. **Idade Nova**. Porto Alegre, n. 3, ano XII, p. 5, out, 1945

UMA JUVENTUDE FORTE PELA EUCARISTIA, operante pela união com a Igreja e às Ordens do Papa – Para o Apostolado dos novos tempos. **Idade Nova**. Porto Alegre, n. 1-2, ano 1-2, ano IX, p. 6, jul/ agos, 1942.

Entrevistas e depoimentos

CARRION, Francisco Machado. A Ação Integralista Brasileira. Entrevista concedida à Héglio Casses Trindade. (Mimeo), 1969, 20 p.

CARRION, Francisco Machado. A Liga Eleitoral Católica. Depoimento. Simpósio sobre a Revolução de 1930, Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 677-690.

CARRION, Francisco Machado. Depoimento concedido à Fernando Trindade, 1981

COSTA, Adroaldo Mesquita da. A Liga eleitoral Católica. Depoimento. Simpósio sobre a Revolução de 1930, Porto Alegre: ERUS, 1983. p.669-676.

FARACO, Daniel. Entrevista concedida à autora, 2008.

FIORI, Ernani Maria. Entrevista concebida a Fernando Trindade, 1983.

FONSECA, Fernando Gay da. Entrevista concedida à Helgio Trindade, 2001.

GOMES, Francisco Casado. A polêmica entre Pe. Leonardo Fritzen SJ, e o escritor Érico Veríssimo. Depoimento concedido à Fernando Trindade, 1980.

LACERDA, Galeno Vellinho de. Entrevista concedida à autora, julho de 2008.

LEITE, Luiz Osvaldo. Depoimento sobre Armando Câmara. In: DIVISÃO DE BIBLIOTECA E MEMÓRIA PARLAMENTAR. **Armando Câmara: Edição comemorativa aos 110 anos do nascimento (1898-2008)**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2008. p. 37-51.

MAGALHÃES, Álvaro. Depoimento concedido à Fernando. Trindade, 1981

MEDEIROS, Laudelino Teixeira. Geração Católica Depoimento concedido a Fernando Trindade, 1980.

MORSH, Pe. Arthur. Entrevista concedida a Helgio Trindade, 2000.

PEREIRA FILHO, Pe. Gustavo Henrique. Entrevista concedida à José Wille. **Programa Televisivo Memória paranaense. A história de nosso Estado Contada pelas personalidades que fizeram parte**. Novembro de 2008. Transcrição Alice Laux.

ROCHA, Eloy José da. **A Liga Eleitoral Católica**. Depoimento. Simpósio sobre a Revolução de 1930, Porto Alegre: ERUS, 1983, p. 690-696.

ROCHA, Eloy José. Depoimento concedido à Fernando Trindade, 1981

SANSEVERINO, José Sperb. Depoimento sobre Armando Câmara. In: DIVISÃO DE BIBLIOTECA E MEMÓRIA PARLAMENTAR. **Armando Câmara: Edição**

comemorativa aos 110 anos do nascimento (1898-2008). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2008b, p. 28.

SANSEVERINO, José Sperb. Entrevista concedida à autora, junho de 2008a.

SANSEVERINO, José Sperb. Entrevista. *In:* AXT, Gunter (Org.) **Histórias de vida. Representações do judiciário.** Volume V. Memorial do Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul; Porto Alegre, 2004.

SOUZA, Coelho de. Depoimento concedido a Fernando Trindade, 1981.

Outras fontes

ÁLBUM DA CONGREGAÇÃO MARIANA DE FORMADOS “AUXILIUM CHRISTIANORUM” (Mimeo). 1937.

CONGREGAÇÃO MARIANA “AUXILIUM CHRISTIANORUM”. Relação de seus Congregados. 2º Ano, junho de 1938- maio de 1939, (Mimeo), 1939.

CONGREGAÇÃO MARIANA “AUXILIUM CHRISTIANORUM”. Relação de seus Congregados. Dezembro de 1950. (Mimeo), 1950.

CONGREGAÇÃO MARIANA DE FORMADOS “AUXILUM CHRISTIANORUM”. Ata da 1º reunião (Mimeo). 1937.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL CONGREGAÇÃO MARIANA DOS FORMADOS “AUXILIUM CHRISTIANORUM”. Mimeo, s/d.

MEMÓRIAS DA CONGREGAÇÃO DOS ACADÊMICOS “MATER SALVATORIS”. Porto Alegre, Typ Selbach & Cia, 2 p, 1917.

MEMÓRIAS DA CONGREGAÇÃO DOS ACADÊMICOS “MATER SALVATORIS”. Porto Alegre, Typ Selbach & Cia, 2 p, 1924.

MEMÓRIAS DA CONGREGAÇÃO DOS ACADÊMICOS “MATER SALVATORIS”. Porto Alegre, Typ Selbach & Cia, 2 p, 1926.

MEMÓRIAS DA CONGREGAÇÃO DOS ACADÊMICOS “MATER SALVATORIS”. Porto Alegre, Typ Selbach & Cia., 2 p, 1932.

MEMÓRIAS DA CONGREGAÇÃO DOS ACADÊMICOS “MATER SALVATORIS”. Porto Alegre, Typ Selbach & Cia, 2 p, 1933.

MEMÓRIAS DA CONGREGAÇÃO DOS ACADÊMICOS “MATER SALVATORIS”. Porto Alegre, Typ Selbach & Cia, 2 p, 1935.

O ECHO, Revista Ilustrada para a mocidade brasileira. Gymnasio Anchieta. Porto Alegre, Tipographia do Centro, Ano XVI, N. 1, fev, 1929.

O ECHO, Revista Ilustrada para a mocidade brasileira. Gymnasio Anchieta. Porto Alegre, Tipographia do Centro, Ano XVI, N. 2, mar, 1929.

O ECHO, Revista Ilustrada para a mocidade brasileira. Gymnasio Anchieta. Porto Alegre, Tipographia do Centro, Ano XVI, N. 3, abril, 1929.

O ECHO, Revista Ilustrada para a mocidade brasileira. Gymnasio Anchieta. Porto Alegre, Tipographia do Centro, Ano XVI, N. 4, mai, 1929.

O ECHO, Revista Ilustrada para a mocidade brasileira. Gymnasio Anchieta. Porto Alegre, Tipographia do Centro, Ano XVI, N. 5, jun, 1929.

O ECHO, Revista Ilustrada para a mocidade brasileira. Gymnasio Anchieta. Porto Alegre, Tipographia do Centro, Ano XVI, N. 6, jul, 1929.

O ECHO, Revista Ilustrada para a mocidade brasileira. Gymnasio Anchieta. Porto Alegre, Tipographia do Centro, Ano XVI, N. 7, agos, 1929.

O ECHO, Revista Ilustrada para a mocidade brasileira. Gymnasio Anchieta. Porto Alegre, Tipographia do Centro, Ano XVI, N. 8, agos, 1929.

O ECHO, Revista Ilustrada para a mocidade brasileira. Gymnasio Anchieta. Porto Alegre, Tipographia do Centro, Ano XVI, N. 9, set, 1929.

O ECHO, Revista Ilustrada para a mocidade brasileira. Gymnasio Anchieta. Porto Alegre, Tipographia do Centro, Ano XVI, N. 10, set, 1929.

O ECHO, Revista Ilustrada para a mocidade brasileira. Gymnasio Anchieta. Porto Alegre, Tipographia do Centro, Ano XVI, N. 11, out, 1929.

O ECHO, Revista Ilustrada para a mocidade brasileira. Gymnasio Anchieta. Porto Alegre, Tipographia do Centro, Ano XVI, N. 12, nov, 1929.

O ECHO, Revista Ilustrada para a mocidade brasileira. Gymnasio Anchieta. Porto Alegre, Tipographia do Centro, Ano XVII, N. 1, fev, 1930.

O ECHO, Revista Ilustrada para a mocidade brasileira. Gymnasio Anchieta. Porto Alegre, Tipographia do Centro, Ano XVII, N. 2, mar, 1930.

O ECHO, Revista Ilustrada para a mocidade brasileira. Gymnasio Anchieta. Porto Alegre, Tipographia do Centro, Ano XVII, N. 3, abr, 1930.

O ECHO, Revista Ilustrada para a mocidade brasileira. Gymnasio Anchieta. Porto Alegre, Tipographia do Centro, Ano XVII, N. 4, mai, 1930.

O ECHO, Revista Ilustrada para a mocidade brasileira. Gymnasio Anchieta. Porto Alegre, Tipographia do Centro, Ano XVII, N. 5, mai, 1930.

O ECHO, Revista Ilustrada para a mocidade brasileira. Gymnasio Anchieta. Porto Alegre, Tipographia do Centro, Ano XVII, N. 6, jun, 1930.

O ECHO, Revista Ilustrada para a mocidade brasileira. Gymnasio Anchieta. Porto Alegre, Tipographia do Centro, Ano XVII, N. 7, jul, 1930.

O ECHO, Revista Ilustrada para a mocidade brasileira. Gymnasio Anchieta. Porto Alegre, Tipographia do Centro, Ano XVII, N. 8, ago, 1930.

O ECHO, Revista Ilustrada para a mocidade brasileira. Gymnasio Anchieta. Porto Alegre, Tipographia do Centro, Ano XVII, N. 9, set, 1930.

O ECHO, Revista Ilustrada para a mocidade brasileira. Gymnasio Anchieta. Porto Alegre, Tipographia do Centro, Ano XVII, N. 10, set, 1930.

O ECHO, Revista Ilustrada para a mocidade brasileira. Gymnasio Anchieta. Porto Alegre, Tipographia do Centro, Ano XVII, N. 11, out, 1930.

REIS, Mário Goulart Reis. A espiritualidade inaciana e a Ação Católica. Discurso. 26/10/1940 (Mimeo).

REIS, Mário Goulart. **Carta** [para] COSTA, Adroaldo Mesquita. Santa Maria, 06/12/1932.

REIS, Mário Goulart. Diretivas do C.C.A. Porto Alegre, 1933. (Mimeo)

RELATORIO DO GYMNASIO ANCHIETA. Gráficas da CITA Editoras, Porto Alegre, 1948.

RELATORIO DO GYMNASIO ANCHIETA. Typographia do Centro, Porto Alegre, 1921.

RELATORIO DO GYMNASIO ANCHIETA. Typographia do Centro, Porto Alegre, 1935.

RELATORIO DO GYMNASIO ANCHIETA. Typographia do Centro, Porto Alegre, 1936.

RELATORIO DO GYMNASIO ANCHIETA. Typographia do Centro, Porto Alegre, 1942.

SÓCIOS EFETIVOS DO “CENTRO CATÓLICO DE ACADÊMICOS”. 30 DE Março de 1933 (Mimeo), 1933.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. **Educação e modernidade no Brasil**. In: FÓRUM NACIONAL AS BASES DO DESENVOLVIMENTO MODERNO, São Paulo: Nobel, 1993.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio. (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, V.1, 2001.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

AMARAL, Giane. O ensino secundário laico e católico no Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XX: apontamentos sobre os Ginásios Pelotense e Gonzaga. **História da Educação (UFPel)**, Pelotas: n. 12, p. 119-139, 2008.

ANTONELLI, Mario. **Maurice Blondel**. Coll. Teólogos do século XX. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. ARANTES, Paulo Eduardo. Apresentação. FIORI, Ernani Maria. **Textos escolhidos**. Porto Alegre: LPM. v. II.: Educação e política. 1991, p. 1-16.

ATHAYDE, Tristão. **Preparação à Sociologia**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Centro D. Vital, 1932.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos avançados**. São Paulo: v. 18, n. 52, pp. 109-120, 2004.

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. Rio de Janeiro/ Brasília: UFRJ e UNB, 1996.

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. Brasília, 4. ed: UnB, 1963.

AZEVEDO, Pe. Ferdinand. **A missão portuguesa da Companhia de Jesus no nordeste (1911 a 1936)**. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches- FASA, 1986.

AZZI, Riolando. **A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Santário, 2008.

BARRETO FILHO. Introdução à correspondência de Jackson de Figueiredo. In: FIGUEIREDO, Jackson. **Correspondência**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1946. p 7-47.

BARROS, Fernanda. **Lyceu de Goyas: Elitização endossada pelas oligarquias goianas 1906-1937**. Dissertação (Mestrado em Educação), UFUB, 2006.

BENCOSTA, Marcus Levy. **Igreja e poder em São Paulo: Dom João Batista Côrrea Nery e a romanização do catolicismo brasileiro (1908-1920)**. 1999. Tese (doutorado em História), FFLCH, USP.

BERDIAEFF, Nicolas. **Cinq méditations sur l'existence: solitude, société et communauté**. Paris : F. Aubier, 1936.

BERDIAEFF, Nicolas. **Une nouveau moyen age: réflexions sur les destinées de la Russie et L'Europe**. Paris: Les petits-fils de Plon et Nourrit, 1927.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: TRINDADE, Helgio (Org). **O Positivismo. Teoria e Prática**. 3º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 391-418.

BONANATE, Luigi. PAPINI, Roberto. **Democracia internacional. Una introducción al pensamiento político de Jacques Maritain**. Buenos Aires: Club de lectores, 2008.

BONI, Luis Alberto de. (org). **Armando Câmara. Obras escolhidas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

BOUILLARD, Henri. **Blondel et le christianisme**. Paris: Éditions du Seuil, 1961.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da Arte. Gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Cia das Letras, 1996a

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996b

BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. Paris, Minuit, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **La distinction**. Critique sociale du jugement. Paris: Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **La noblesse d'état. Grands écoles et esprit de corp**. Paris: Les éditions de Minuit, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Pontos de referência, 1983. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 48-73.

BOURDIEU, Pierre. Uma interpretação da Teoria da religião de Max Weber. In: **Economia das trocas simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004, pp 79-230.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO. **Anais do IV centenário da Companhia de Jesus**. Rio de Janeiro: Serviço de documentação, 1946. 464 p.

BRUNNER, José Joaquín. **El caso de la sociologia en Chile**. Santiago de Chile: FLACSO, 1988.

BUSETTO, Áureo. **A Democracia Cristã no Brasil: Princípios e práticas**. São Paulo: UNESP, 2002.

CALÓGERAS, João Pandiá. **Os Jesuítas e o ensino**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911, IV. 65 p.

CÂMARA, Armando. A realidade brasileira. **Estudos**, out-dez, p 10-17, 1963. In: BONI, Luis Alberto. **Armando Câmara**. Obras escolhidas. Porto Alegre: EDPUCRS, 1999.

CAMPOS, Fernando Arruda. **Tomismo no Brasil**. São Paulo: Paulus, 1998.

CÁNEPA, Mercedes Loguércio. **Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CARVALHO, José Murilo. A História intelectual no Brasil: A retórica como chave de leitura. **TOPOI. Revista de História**, Rio de Janeiro: V.1, 2006.

CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CASTRO, Maria, Helena. O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante. In: GOMES, Ângela Maria de Castro. (Org.). **Regionalismo e Centralização Política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 9-116.

CASTRO, Maria. Helena. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: Ângela Maria de Castro Gomes. (Et al.). **O Brasil republicano**, v. 10: Sociedade e política. 9º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CESAR, Guilhermino. **História da literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)**. 3 ed. Porto Alegre: Instituto estadual do livro: Corag, 2006.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 2, 1990, p. 177-229.

COLUSSI, Eliane. **Plantando Ramas de Acácia. A Maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX**. Tese (doutorado em História), PUCRS, 1998.

COMPAGNON, Olivier. **Jacques Maritain et l'Amérique du Sud. Le modèle malgré lui**. Paris: Presses universitaires du septentrion, 2003.

CORADINI, Odaci. As missões de “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). **Estudos Históricos**, v. 32, p. 125-144, 2003.

CORADINI, Odaci. Regionalismo, positivismo e comunitarismo orgânico nos confrontos de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul. In: TRINDADE, Helgio (Org). **O Positivismo. Teoria e prática**. 3 ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007, p. 419-444.

COSTA, Adroaldo Mesquita. No primeiro aniversário da Constituição de 1946. In: **Discursos parlamentares**. Rio de Janeiro, 1948, p. 205-206.

COSTA, Adroaldo Mesquita. **Discursos Parlamentares**. Rio de Janeiro, 1948.

COSTA, Marcelo. **Caminhos cruzados: notas para uma cartografia da intelectualidade católica brasileira contemporânea**. Caxambu: 30º encontro da ANPOCS, 2006.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã: o ensino superior da Colônia à era de Vargas**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 1978.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DE BONI, Luís Alberto. 1980. O catolicismo de imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, J. **RS: Imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 234-255.

DE BONI, Luís Alberto.(Org). **Padre Werner Von Und Zur Mühlen: Textos escolhidos**. 1 ed. Porto Alegre: EDPUCRS, 2003.

DIAS, Romualdo. **Imagens da Ordem. A doutrina católica sobre a autoridade no Brasil. 1922- 1933**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

DINIZ DA SILVA, Pery Pinto. **Origem e evolução da Universidade do Rio Grande do Sul**. In: Fundamentos da Cultura Rio-Grandense. 4 série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da URGs, 1960.

DINIZ, Pery Pinto. SOARES, Mozart Pereira. **Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 1934-1964**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. 2 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENGELMANN, Fabiano. **Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do Direito no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Ciência política), UFRGS, Porto Alegre, 2004.

FARIA, Luiz Leseigneur. **Fala o paranympho**. Relatório do Gymnasio Anchieta (Departamento masculino do externato do Gymnasio do Estado). Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1935. p. 54-59.

FERNANDES, Pe. António Fernandes S.J. **Jacques Maritain. As Sombras de sua obra**. Pernambuco: Separata de Fronteiras, 1937.

FERRATER-MORA, José. **Dicionário de Filosofia**. Tomo 3(K-P), Volume 3, São Paulo: Edições Loyola, 2001.

FILHO, Arthur Ferreira. **Nomes tutelares do ensino rio-grandense**. 2 ed. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, Secretaria de Educação e Cultura, 1977.

FIORI, Ernani Maria. **Textos escolhidos**. Porto Alegre: LPM. v. I.: Metafísica e História, 1987.

FIORI, Ernani Maria. A Filosofia no Rio Grande do Sul. In: **Textos escolhidos. V.1: Metafísica e História**. Porto Alegre, LPM, 1987, p. 286-297.

FIORI, Ernani Maria. **Textos escolhidos. v. II.: Educação e política**. Porto Alegre: LPM.. 1991.

FIORI, Hilda Costa. Dados Biográficos. In: FIORI, Ernani Maria. **Textos escolhidos. V.1: Metafísica e História.** Porto Alegre, LPM, 1987, p. 298-306.

FRANCO, Sérgio Costa. **O meio rio – grandense e o Nascimento da Faculdade de Medicina.** Suplemento Especial do Caderno de Sábado do Jornal Correio do Povo (22 de julho de 1978), 1978. Disponível em <<http://www.famed.ufrgs.br/historia/omeio.htm>> acesso em 10 de janeiro de 2006.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Dicionário político do Rio Grande do Sul. (1821-1937).** Porto Alegre: Suliani letra & vida, 2010.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia histórico.** 4 ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

GARCIA-RUIZ, Jésus. Du mouvent universitaire Catholique à la theologie de la libération. **Archives des Sciences sociales des religions**, Année 1990, volume 71, Número 1.

GARCIA-RUIZ, Jésus. LÖWY, Michael. Les sources françaises du christianisme de la libération au Brésil. **Archives des sciences sociales des religions.** Année 1997, volme 97, Numéro 1.

GERTZ, René. Elite intelectual, religião e religiosidade no Rio Grande do Sul do entre guerras. In: RAMBO, Arthur Blásio (Org). **Pe. Balduino Rambo. A pluralidade na unidade: Memória, religião, ciência e cultura.** São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2007.

GIBELLINI, Rosino. **Teologia do século XX.** São Paulo: Edições Loyola, 2. edição, 2002.

GOULART, Jorge Salis. **A formação do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Martins Livreiro; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1978.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Ensino jurídico e política partidária no Brasil: A Faculdade de Direito de Porto Alegre.** Tese (Doutorado em História): UFF/ RJ, 2005.

GUGELOT, Frédéric. **La conversion des intellectuels au catholicisme en France, 1885-1935.** Paris, CNRS Éditions, 1998

GUILLERMOU, Alain. **Los jesuítas.** Barcelona: Oikos-Tau, 1970.

GUILLERMOU, Alain. **Santo Inácio de Loyola e a Companhia de Jesus.** (*Tradução de Maria da Glória Pereira Pinto Alcure*). Rio de Janeiro: Editora Agir, 1973.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido: A religião em movimento.** São Paulo: Vozes, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** José Olympio, Rio de Janeiro, 1936.

ISAIA, Arthur. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9- 43, 2001.

JULLIARD, Jacques. Naissance et mort de l'intellectuel catholique. **Mil neuf cent**. Année 1995, volume 13, Numéro 1. p. 5-13.

KARADY, Vitor. Durkheim, les sciences sociales et l'université: bilan d'un semi-échec. **Revue Française de Sociologie**, Paris, v.17, n. 2, p. 267-311, 1976.

KRONBAER, Luiz Gilberto. **Da idéia de pessoa à proposta educativa. O pensamento filosófico e pedagógico de Ernani Maria Fiori**. Tese (Doutorado em Educação), UFRGS, 2002.

KÜNH, Fábio. “Um corpo, ainda que particular”: Irmandades leigas e Ordens terceiras no Rio Grande do Sul colonial. **História Unisinos**. Vol. 14. n.2- maio-agosto de 2010.

LACOUTURE, Jean. **Os Jesuítas: A conquista**. Lisboa: Referênci Editorial Estampa, 1993a.

LACOUTURE, Jean. **Os Jesuítas: O regresso**. Lisboa: Referênci Editorial Estampa, 1993b.

LASSBERG, SJ. Max Von. **Reminiscências**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

LEITE, Luiz Osvaldo. A década Anchieta. In: TRINDADE, Héli; LEITE, Luiz Osvaldo (Orgs): **Leônidas Xausa**. Editora UFRGS, Porto Alegre, 2004.

LEITE, Luiz Osvaldo. **Jesuítas cientistas no sul do Brasil**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2005.

LEONARDI, Paula. **Puríssimo Coração: Um colégio de Elite em Rio Claro**. Campinas: Dissertação (Mestrado em Educação), Unicamp, 2002, 220 p.

LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. São Paulo: EDUSP, 1996.

LEVINE, Donald. **Visões da tradição sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LIMA, Alceu Amoroso. **Memórias improvisadas: diálogos com Medeiros Lima**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

LIMA, Alceu Amoroso. **Preparação à sociologia**. Rio de Janeiro: Agir, 1932.

LIMA, MEDEIROS. Prefácio. In: LIMA, Alceu Amoroso. **Memórias improvisadas**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

LOCHER, Gustavo. **A Companhia de Jesus: Centenário de sua restauração 1814-1914**. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1914.

LUTTERBECK, SJ. Pe. Jorge. **Jesuítas no Sul do Brasil**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de pesquisas. Publicações avulsas, n.3, 1977.

MAIA, Pe. Pedro Américo. **História das Congregações Marianas no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. 4. Ed, Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações [tradução: Cláudio Marcondes], In Marialice M. Foracchi (org), **Karl Mannheim: Sociologia**, São Paulo: Ática, pp. 67-95, 1982.

MANOEL, Ivan Aparecido. A criação de paróquias e Dioceses no Brasil no contexto das reformas ultramontanas e da Ação Católica. In: SOUZA, Luiz de. OTTO, Claríssia. (Orgs). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008.

MANOEL, Ivan Aparecido. **A Igreja e a educação feminina (1859-1910): Uma fase do conservadorismo**. São Paulo, EDUNESP, 1996.

MANOEL, Ivan Aparecido. **O pêndulo da História, tempo e eternidade no Pensamento Católico (1800-1960)**. Maringá: Eduem, 2004.

MARÇAL, João Batista. **Comunistas gaúchos. A vida de 31 militantes da classe operária**. Porto Alegre: Editora Tche, 1986.

MARITAIN, Jacques. **Cristianismo y Democracia**. Buenos Aires, Biblioteca Nueva, 1944.

MARITAIN, Jacques. **O Homem e o Estado**. Agir, Rio de Janeiro, 1952.

MARITAIN, Jacques. **Antimoderne**. Paris: Revue des jeunes, 1922.

MARITAIN, Jacques. **Humanisme integral: Problèmes temporels et spirituels d'une nouvelle chrétienne**. Paris: Fernand Aubier, 1936.

MARITAIN, Jacques. **Humanismo integral: uma visão nova da ordem cristã**. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1965.

MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora UFRGS, Instituto Estadual do Livro, 1978.

MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS: Afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil- Militar (1964 e 1969)**. Dissertação (Mestrado em História), PUCRS, 2009.

MASSINA, R. **IEPE 1953-2003: 50 anos de estudos e pesquisas**. Porto Alegre: IEPE; Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, 2003.

MAYEUR, Jean-Marie. Catholicisme intransigent, catholicisme social, démocratie Chrétienne. **Annales. Histoire, Sciences sociales**, Année 1972, volume 27, Numéro 2.

MAYNWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MEDEIROS, Laudelino. **A vocação apostólica das novas gerações**. In: ARQUIVOS da Primeira Mobilização da Juventude Católica. Porto Alegre: Tip. do Centro, 1940.

MEDEIROS, Laudelino. As ciências sociais na avaliação de projetos. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Porto Alegre, v. 5, p. 163-177, 1977.

MEDEIROS, Laudelino. **Discurso do orador da turma Dr. Laudelino Medeiros**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

MEDEIROS, Laudelino. **Educação na área rural de Santa Cruz do Sul**. Porto Alegre: INEP, 1962. 56p.

MEDEIROS, Laudelino. **O processo de urbanização do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1958. 64p.

MEDEIROS, Laudelino. **População e desenvolvimento**. Porto Alegre: IEPE, 1967. 20p. (mimeo.).

MEDEIROS, Laudelino. **Rumos de pensamento à juventude**. Porto Alegre, 1936. 19p. (mimeo.).

MEDEIROS, Laudelino. Sociologia econômica e a formação do economista. **Revista do CEUCE (Centro dos estudantes de Economia)**, Porto Alegre, ago. 1952.

MEDEIROS, Laudelino. Sociologia rural latino-americana: suas possibilidades, necessidades e oportunidades. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, n. 19, 1954.

MEDEIROS, Laudelino. **Vilas e malocas: ensaio de sociologia urbana**. Porto Alegre: Imprensa Universitária, 1951. 92p.

MEDONÇA, Jacy de Souza. **Diálogos no Solar dos Câmaras**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

MEDONÇA, Jacy de Souza. **O curso de Filosofia Jurídica do professor Armando Câmara**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1999.

MEUCCI, Simone. **A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2000.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1988.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICELI, Sérgio. Por uma sociologia das ciências sociais. In: MICELI, Sérgio. (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 2001. v. 1.

MONTEIRO, Lorena. **A estratégia dos católicos de conquista da Sociologia na UFRGS**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), UFRGS, 2006.

MORAES, Sibeli de. **O episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour (1878-1921)**. 2003. Dissertação (Mestrado História), UFMT, 2003.

MOURA, Sérgio Lobo de. A Igreja na 1. República. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. (Et al). **História Geral da Civilização brasileira. O Brasil republicano**, V9: Sociedade e Instituições (1889-1930). 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

NOLL, Maria Izabel. O processo político partidário - 1928/1937. In: TRINDADE, Hélgio. (Org.). **Revolução de 1930 - partidos e imprensa partidária**. 1 ed. Porto Alegre: L&PM, 1980, v. 1, p. 12-198.

NOLL, Maria Izabel. TRINDADE, Helgio. **Estatísticas eleitorais do Rio Grande do Sul (1823-2002)**. Porto Alegre: Editora UFRGS/ Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2004.

NOLTE, Ernest. Action Française. T.1: **Le Fascisme dans son époque**, Paris: Ed. Julliard, 1966.

O' NEILL, Charles. **Diccionario histórico de la compañía de Jesús**. Roma: Inst. Historicum, S.I. [u.a.] 2001

O'MALLEY, John W. **Os primeiros jesuítas**. São Leopoldo: Editora Unisinos: Florianópolis: Edusc, 2004.

OLIVEIRA, Marcos Marques. As origens da educação no Brasil da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. **Ensaio: avaliação políticas públicas em Educação**. [online]. 2004, vol.12, n.45, pp. 945-958.

PAIM, Antônio. **História das ideias filosóficas no Brasil**. São Paulo: Grijalvo, 1967.

PAIM, Antônio. **O estudo do pensamento filosófico brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Convívio, 1986.

PASSERON, Jean- Claude. Biographie, flux, itineraires, trajetoires. **Revue Française de Sociologia**, XXXI, 1999.

PEZAT, Paulo. Leituras e interpretações de Auguste Comte. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (Coord). **República Velha**. (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, v.3 t.2 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul), 2007.

PIANTA, Dante. **Personalidades rio-grandenses**. Volume I. Porto Alegre. 1962.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Positivismo. Um projeto político alternativo**. Porto Alegre: L&PM, 1986

POZZEBON, Paulo Godoy. **Fundamentos do pensamento democrático de Jacques Maritain**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). UNICAMP, 1996.

RABUSKE, Arthur. **Padre Werner. A serviço da inteligência gaúcha. 1923-1939**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999.

RABUSKE, Arthur. RAMBO, Arthur. (Editores). **Pe. J.E. Rick, SJ. Cientista, colonizador, apóstolo social, professor.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

RABUSKE, Arthur. Reeditando o Vade-mécum filosófico. In: LOCHER, Gustavo. **Vade-Mécum filosófico.** 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.p. 9-22.

RABUSKE, Arthur. S.J. A contribuição teuta à Igreja Católica no Rio Grande do Sul. In: **Estudos Leopoldenses,** São Leopoldo: Unisinos, nº 28, 1974.

RAMBO, Arthur Bláusio. Apresentação. In: LASSBERG, SJ. Max Von. **Reminiscências.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002, p. 7-16.

RAMBO, Arthur Bláusio. Os católicos e a Revolução Federalista. In: A. RAMBO; L.O. FELIX (orgs.), **Revolução Federalista e os Teuto-Brasileiros.** São Leopoldo/Porto Alegre, Ed. Unisinos/Editora da Universidade UFRGS, 1995, p. 39-56.

RAMBO, Arthur Bláusio. Restauração católica no sul do Brasil. **História, Questões e Debates,** 36:279-304, 2002.

RAMBO, Balduino, SJ. João Rick (Biografia escrita por Pe. Balduino Rambo, SJ- Tradução por Arthur Rambo). In: RABUSKE, A. RAMBO, A. (Editores). **Pe. J.E. Rick, SJ. Cientista, colonizador, apóstolo social, professor.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004. p. 11-74.

RAMBO, Balduino. Um apóstolo da inteligência: O Padre Werner. **Estudos,** N. 1, V. 1, p. 14-20, 1940.

REGNER, Ana Carolina Krebs Pereira. IFCH: Origens e trajetórias. Da criação da Faculdade de Filosofia á década da Reforma Universitária. IN: LIEDKE, Enno Dagoberto (Org). **50 anos da Faculdade de Filosofia:** publicação comemorativa/Organização: comissão 50 anos-Porto Alegre: UFRGS, 1993.

RICK, S.J, Pe. João Evangelista. Memórias especiais (Coletânea e tradução por Pe. Arthur Rabuske, SJ). In: RABUSKE, Pe. A. RAMBO, Arthur. Pe. **J. E. Rick, SJ. Cientista, colonizador, apóstolo social, professor.** São Leopoldo: Unisinos, 2004.

ROCHE, Jean. **Colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

RODRIGUES, Cândido Moreira. **A Ordem: Uma revista de intelectuais católicos. 1934-1945.** Belo Horizonte: Autêntica/ Fapesp, 2005.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. **A institucionalização da formação superior em História: o curso de Geografia e História da UPA/URGS- 1943 a 1950.** Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em História). UFRGS, 2002.

RODRIGUES, Ricardo Vélez. Castilhismo, positivismo e patrimonialismo. In: **Curso de Introdução ao pensamento político brasileiro.** Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

ROMANELLI, Otaiza de. **História da educação no Brasil.** 19 ed. Vozes, Petrópolis, 1997.

ROVIGHI, Sofia Vanni. **História da Filosofia Contemporânea. Do século XIX à neoescolástica.** São Paulo: Edições Loyola, 3. edição, 2004.

RUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul: época imperial. (1822-1889).** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SALEM, Tânia. Do Centro D. Vital á Universidade Católica. In: SCHWARTZMAN, S (Org). **Universidade e instituições científicas no Rio de Janeiro.** Brasília, CNPq, 1982.

SALLES, Christiane. **Espaços de sociabilidade e relações de poder na Igreja Católica brasileira: O Centro Dom Vital através das trajetórias de Jackson de Figueiredo e de Gustavo Corção.** ANAIS DO 34º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu, 2010.

SAMPAIO, Laura Fraga de Almeida. **A intuição na Filosofia de Jacques Maritain.** Edições Loyola, São Paulo, 1998.

SCHUPP, Ambrósio. **Missões dos jesuítas alemães no Rio Grande do Sul.** São Leopoldo: Unisinos, 2004 [1912]

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena, COSTA, Vanda. **Tempos de Capanema.** 2 ed. Edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000.

SEIDL, Ernesto. **A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, RS. Tese (Doutorado em Ciência Política), UFRGS, 2003.

SEIDL, Ernesto. Escola, religião e comunidade: elementos para compreensão do “catolicismo imigrante”. **Pensamento Plural**, n. 2, p. 77-104, 2008;

SERBIN, Kenneth. **Padres, celibato e conflito social: Uma história da Igreja Católica no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SERBIN; Kenneth. Os Seminários: Crise, experiências e síntese. In: SANCHIS, Pierre (org.). **Catolicismo: modernidade e tradição.** São Paulo, Loyola, 1992, p. 91-152.

SERPA, Élio Cantalício. Igreja e poder na primeira república. In: SOUZA, Luiz de; OTTO, Claríssia. (Orgs.). **Faces do catolicismo.** Florianópolis: Insular, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da educação brasileira.** 17º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

SOUZA, Luiz Alberto. As várias faces da Igreja Católica. **Estudos Avançados.** São Paulo: vol.18 n.52, Sept./Dez, p. 77-95, 2004.

SPALDING, Walter. **Construtores do Rio Grande do Sul.** III Volume. Porto Alegre: Edição Sulina, 1973.

TAMBARA, Elomar. Positivismo e educação no Rio Grande do Sul. In: GRAEBIN, Cleusa; Leal, Elisabete (Orgs). **Revisitando o Positivismo.** Canoas:La Salle, 1998.

TAVARES, Mauro Dillmann. **Irmandades, Igreja e devoção no Sul do Império do Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

TILL, Rodrigues. **História da Faculdade de Direito de Porto Alegre. 1900/2000**. I Tomo, Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

TILLY, Charles. Contentions repertoires in Great Britain, 1758-1834. **Social Science History**, v.17, n.2, 1993.

TRINDADE, Fernando. Ernani Maria Fiori e a reforma universitária dos anos 60. **Revista Filosofia política**. Porto Alegre: LPM, 1987.

TRINDADE, Fernando. **“In Memoriam” de Ernani Maria Fiori**. s/d (mimeo)

TRINDADE, Fernando. Uma contribuição à história da Faculdade de Filosofia da UFRGS. **Revista do IFCH/UFRGS**, Porto Alegre, n. 10, p. 39-53, 1982.

TRINDADE, Héliogio. Ciências Sociais no Brasil em perspectiva: fundação, consolidação e institucionalização. In: TRINDADE, H. (Org). **As Ciências Sociais na América Latina em perspectiva comparada (1930-2005)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

TRINDADE, Héliogio. **O Integralismo. O fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

ULLMANN, Reinholdo Aloysio. BOHNEN, Aloysio (Coord). **A atividade dos Jesuítas de São Leopoldo. (1844-1989)**. São Leopoldo: Unisinos, 1989.

VAZ DE LIMA, Henrique C. Leonel Franca e o mundo moderno: Uma filosofia cristã da cultura. In: FRANCA, Leonel. **A crise do mundo moderno**. 5 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 7-31.

VILLAÇA, Antônio Carlos. **O Pensamento Católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1977.

VILLALTA, Luiz Carlos. A educação na colônia e os jesuítas: discutindo alguns mitos. In: PRADO, Maria Lígia; VIDAL, Diana (org). **A margem dos 500 anos: Reflexões irreverentes**. São Paulo: Edusp, 2002, p. 171-184.

VILLAS-BÔAS, Pedro. **Notas de bibliografia Sul- Rio-Grandense**. Porto Alegre: A Nação-SEC, 1974.

WEBER, Beatriz. **As artes de Curar: medicina, religião, magia e positivismo na republica rio-grandense- 1882-1928**. Santa Maria: UFSM; Bauru, Edusc, 1999

WERNET, Augustin. A Igreja Paulista no século XIX: A reforma de Dom Antônio Joaquim Mello (1851-1861). São Paulo: Ática, 1987.

WRIGHT, James. **Os jesuítas: Missões, mitos e histórias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980**. Campinas: Autores associados; Brasília: Editora Plano, 2004.

Bibliografia complementar

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ARAÚJO, José Carlos Souza. **Igreja Católica no Brasil. Um estudo de mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas, 1986;

AZZI, Riolando. **O episcopado no Brasil frente ao catolicismo popular**. Petrópolis: Vozes, 1977;.

BARRÉ, Jean-Luc. **Jacques et Raïssa Maritain: Les Mendiants du ciel. Biographies croisées**. Paris: Éditions Stock, 1995.

BEIRED, José Luis. **Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina: 1914-1945**. São Paulo: Loyola, 1999.

BEVILAQUA, Clovis. **Historia da Faculdade de Direito de Recife**. Brasília: INL/ Conselho Federal de Cultura, 1977.

BRESCIANI, SJ, Carlos. **Companhia de Jesus. 450 anos a serviço do povo brasileiro**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

CHARLE, Christophe. Champ littéraire et champ du pouvoir: Les écrivains et l'affaire Dreyfus. **Annales, economies, sociétés, civilisations**. Volume 32, número 2, 1977.

CHARLE, Christophe. **Naissance des intellectuels**. Paris: Minuit, 1990.

COMBLIM, José. Para uma tipologia do catolicismo no Brasil. **Revista Eclesiástica brasileira**. Petrópolis: Vozes, V.28, fac.1, p 46-73, 1978.

CORADINI, Odaci (Org). **Estudos de grupos dirigentes no Brasil. Algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

CORSETTI, Berenice. Modernidade e modernização no Rio Grande do Sul: A expansão da escola pública (1889-1930). **Educação Unisinos**, vol. 5, N.9, jul/dez, 2004, p. 39-59.

COSTA, João Cruz. **A filosofia no Brasil**. Porto Alegre: Liv. Da Globo, 1945.

BELLEVAUX, Frei Pacífico. **Criteriologia: Uma teoria do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

DALLABRIDA, Norberto. A força da tradição: Ex-alunos do Colégio Catarinense em destaque e em rede. In: **História da Educação. Revista da Associação Sul-Rio-Grandense de História da Educação**. Pelotas, Volume 12, Número 26, Set/ Dez, 2008. pp 141-164.

DOSSE, François. **Le marché des idées. Histoire des intellectuels, histoire intellectuelle.** Paris: La découverte, 2003.

FAUSTINO, João. CLEMENTE, Elvo. **História da PUCRS.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

FAUSTO, Boris **O pensamento nacionalista autoritário.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GRIJÓ, Luís Alberto. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada geração de 1907.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política). UFRGS, 1998.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Positivismo, ensino superior e exercício profissional no Rio Grande do Sul dos inícios da República. In: TRINDADE, Helgio (Org). **O Positivismo. Teoria e Prática.** 3 Ed., Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

HEINZ, Flávio (Org). **O parlamento em tempos interessantes. Breve perfil da Assembléia legislativa e seus deputados. 1947 a 1982.** Porto Alegre: CORAG, 2005.

HUBERT, Bernard. FLOCAT, Yves (Dir). **Jacques Maritain et ses contemporains.** Paris: CIREP, 1991.

KUMMER, Lizete O. **A medicina Social e a liberdade profissional: Os médicos gaúchos na primeira república.** Dissertação (Mestrado em História), UFRGS, Porto Alegre, 2002.

LOCHER, Gustavo. **Vade- Mécum filosófico.** 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

MACHADO, Dulphe Pinheiro. **A “Frente única” no movimento estudantil gaúcho: Católicos e comunistas.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política), UFRGS, 2010.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia. Dos pré-Socráticos a Wittgenstein.** 12 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MONTEIRO, Lorena Madruga. **O resto não é silêncio: a polemica de Érico Veríssimo com o Pe. Leonardo Fritzen SJ e a bipolarização do “campo” intelectual no Porto Alegre nos anos 40.** I SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA. Universidade Federal do Paraná, 2009.

MOREIRA, Jonas. **Entre a Paróquia e a Corte. Uma análise da elite política do Rio Grande do Sul. (1868-1889).** Dissertação (Mestrado em História), UFRGS, 2007.

OLIVEIRA, Pedro A. **Religião e dominação de classes: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1985.

PAIM, Antônio. **História das ideias filosóficas no Brasil.** São Paulo: Grijalbo, 1967.

PEREIRA, Leda Coelho Ribeiro. Neotomismo e Jacques Maritain. In: A influência de Emmanuel Mounier na Escola de Serviço Social da PUCRS. **Cadernos EdiPucrs;** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1992.

PEREIRA, Ledir. **O positivismo e o liberalismo como base doutrinária das facções políticas gaúchas na revolução federalista de 1893-1895 e entre maragatos e chimangos de 1923**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), UFRGS, 2006.

PESAVENTO, Sandra. **República Velha Gaúcha. Charqueadas, frigoríficos, criadores**. Porto Alegre: Movimento/ IEL, 1980.

POLOCK, Jonh. **Linguagens do ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003.

SERRY, Hervé. Literatura e catolicismo na França (1880-1914): contribuição a uma sociohistória da crença. **Tempo social**, vol.16, n.1, 2004, p.129-152.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A História Intelectual em questão. In: LOPES, Marcos Antônio (Org). **Grandes nomes da História intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

SIRINELLI, Jean-François, **Intellectuels et passions françaises**. Paris: Fayard, 1990.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: SKINNER, Quentin. **Visions of politics**, Vol 1, Cambridge: University Press, 2002.

TRINDADE, Fernando. A polêmica entre Érico Veríssimo e o Pe. Leonardo Fritzen, SJ. **Revista do IFCH/ UFRGS**, Porto Alegre, n. 11/12, 1984.

TRINDADE, Hélió. **Poder legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul (1891-1937)**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

TUCK, Richard. História do pensamento político. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da História**. Novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

ANEXOS

**Anexo A: Congregação Mariana *Mater Salvatoris*
1917- 1936 (Membros- Ord. Alfabética)**

Aberlardo Granja de Abreu
Accacio Ramos Arruda
Acidino de Araújo e Silva
Adail Ramos de Carvalho
Adalberto Tostes
Adayr Eiras de Araújo
Ademar Ferlini Sporleder
Adolfho Bernd Júnior
Adolfho L Mariante
Adroaldo Mesquita da Costa
Affonso Risi
Alberto Pasqualini
Albino Lenz
Alceu Octacilio de Barbedo
Alcino Trindade
Aldo Caruso M. Donald
Aldo Mariante Obino
Alex Dischinger
Alfredo Costa de Lucena
Alfredo Homeister
Aluizio de Souza Jobim
Aluizio P. Degrazia
Álvaro Cruz
Álvaro de Souza Jobim
Álvaro Difini
Álvaro Magalhães
Álvaro Tavares de Souza
Amadeo Fagundes de Oliveira
Freitas
Amadeo Weinmann
Amélio Casagrande
Américo Áureo Barcelos
Ângelo Caleffi
Ângelo Spolidoro
Anor Butler Maciel
Antônio Alves de Paula Azambuja
Antônio Cantisani
Antônio Casagrande

Antônio de Freitas Valle e Silva
Antônio Fonseca Amorim
Antônio Isaia
Antonio Peyrouton Louzada
Antonio Pinto Bottini
Anuar Aesse
Ariosto Borges Fortes
Arlindo Augusto da Silveira
Armando de Souza Kanters
Armando Dias de Azevedo
Armando Orssi Pereira
Armando Pereira da Câmara
Armando R. de Carvalho
Armando Tavares Monteiro
Arno Conceição Petersen
Arno Schilling
Arsênio Gusmão Filho
Arthur Fischer
Arthur Kliemann
Arthur Oscar Germany
Arthur Porto Pires
Ary de Abreu Lima
Ary Jobim Meirelles
Atalivio S. de Rezende
Balthazar Barbosa
Benjamin B. Lorentz
Biase Agnesino Faraco
Breno Dias de Castro
Caldas J. da Rocha
Camilo Martins Costa
Carlos Bento
Carlos Bordini Nogueira Flores
Carlos de Britto Velho
Carlos de Moraes Vellinho
Carlos João Becker
Carlos Maranghello
Carlos Menna Barreto
Célio Ramos

Celso Bernd
Cezar Todeschini
Coradino L. Duarte
Cyro R. de Araújo Góes
Damaso Rocha
Dante Arone de Laytano
Darcy Candiota Xavier
Darcy Difini
Darcy J. Rocha
Dario Granja Santanna
Décio Bottini
Décio Martins Costa
Dinarte Ribeiro Netto
Djalma Coronel
Duílio Perrone
Eduardo A. Reginato
Eduardo Gama
Eduardo Gonçalves Netto
Eduardo Ruiz Caravantes
Eduardo Sarmiento Leite da Fonseca
Filho
Egberto Guido Becker
Elias José Kanan
Elias R. Saádi
Elisiário C. Branco
Eloy José da Rocha
Elpídio Fialho
Ernani Castro
Ernani Maria Fiori
Ernani Pilla
Ernani Thé Coelho
Ernesto Lassance
Euclides dos Santos Moreira
Eugênio Adams
Eugênio Brito
Eurico da Costa Gama
Eurico França
Fabio de Barros
Felicissimo Difini
Felipe Machado Carrion
Felisberto Lisboa de Azevedo
Fernando Chagas de Carvalho
Fernando Costa Gama
Fernando D. Campos
Fernando de Azevedo Moura
Flávio da Rosa Rondelli
Francisco Alvar Pereira
Francisco da Cunha Rangel
Francisco de Paula Azambuja
Francisco G. da Silva
Francisco Martins
Francisco Muller
Francisco Talaia Moura
Franz Muller
Gabriel Pastor
Gaspar Leite da Fonseca
Gaspar Rogério Sarmiento Leite
Gastão Bernd
Gastão Noronha
Geraldo Bohrer
Gernot Witgen
Gil Conceição
Gomercindo Medeiros
Gustavo Pereira Filho
Hald Aesse
Hebert Schneider
Heitor Bonapace
Heitor de C. Moreira
Heitor Fontoura Simas
Heitor Rocha Faria
Heitor Trindade S.J
Hélio de Primio Beck
Hélio Sporleder
Henrique Fischer
Henrique Weyer
Hércules Prodocimi

Hermíllo Doring
Homero L. Menezes
Humberto Degrazia
Humberto Della Mía
Ibá Jobim Meirelles
Ildo Rossi Meneghetti
Ilo Marinho Flores
Ilo Petry
Innocencio Pires
Jayme Vignolli
João A. Disching
João da Silveira
João Dias Campos
João Didonet Neto
João Frainer Moniz
João Guilherme Valentim
João H. Altmayer
João Jorge Fayet
João Junqueira Rocha
João Lisboa de Azevedo
João M. R. Martins
João Oscar Vargas
João P. de Moraes
João Pereira Machado
João Rechden
João Reis Lessa
João Risi
João Simões da Cunha
Joaquim da Rocha Difini
Jorge Braga Pinheiro
Jorge de Mello Feijó
José Alsina Lemos
José Antônio Brandão
José Brandão
José Brusque
José C. Caggiano
José Caetano de Mello Filho
José Carlos Medaglia

José Carlos Medeiros
José da Fonseca Dutra
José da Rosa Teixeira
José Eboli
José Elias Kalil
José Luís Martins Costa
José Luiz de Carvalho Leite
José Luiz Paranhos de Araújo
José Luiz Tavares Flores Soares
José Mariano da Rocha
José Marques Vianna
José Meurer
José Passos
José Pereira da Silva
José Pilla Filho
José Raphael de Azeredo
José S. Sarmiento Barata
José Tietböhl
José Truda Palazzo
José Velinho
José Vianna Campos
Jovino S. Freitas
Júlio C. da Silveira
Júlio da Rosa Teixeira
Lauro de Moura e Cunha
Laviera M. Laurindo
Leo Breno Adams
Léo Mabilde
Leonidas S. Machado
Lesy Caravantes
Liberato Soares Pinto
Lineu R. Teixeira
Luiz Alencastro
Luiz Carniel
Luiz de Souza Neves
Luiz Felipe Fritz Filho
Luiz Leseigneur de Faria
Luiz Pilla

Luiz Pinto Ciulla
Manuel Borges da Fonseca
Manuel Cardoso Vieira
Manuel Mariano da Rocha
Manuel Parreira
Mariano de Siqueira Rocha
Marino Aguado
Mário Azambuja
Mário Bernd
Mário Cardoso Vieira
Mário Couto
Mario Dani
Mário Davi Rossi Meneghetti
Mario Féola
Mário Goulart Reis
Mário M da Rosa
Mário Pfeiffer
Mário R. Nicola
Mário Sporleder
Maurício Infantini Filho
Maximo Luge
Mercio Azambuja
Miguel Marques Vianna
Miguel Sebastiá
Moysés dos Santos Rodrigues
Nabuco espíndola
Nelson P. Marques
Nestor Moojen
Nestor Rizzo
Newton Prates de Lima
Ney Marques de S. Zielinski
Nicanor da Luz
Nilo Cechella
Octacílio Ribas
Olavo Meira
Olintho Streb
Olympio Troy de Souza
Orlando Biancamano

Orlando S. Vinciguerra
Oscar Carneiro da Fontoura
Oscar Germano Pedreira
Osório de Oliveira Freitas
Osório Jobim Meirelles
Oswaldo Ferlini Sporleder
Othelo Sanches Laurent
Otto Bélgica Trindade
Pascal Pereira e Souza
Paulo de Barros Ferlini
Paulo E. Boos de Oliveira
Paulo Godoy
Paulo Kessler
Paulo Rache
Pe. Arthur Morsch S.J
Pe. Valério Alberton SJ
Pedro Azevedo Pereira
Pedro Fumis
Pedro Garcia
Pedro Lima
Pedro Menezes
Pedro Paulo Silva da Rocha
Percy Wolffenbüttel
Plínio Totta
Poli Marcelino Espírito
Raul Moreira da Silva
Raymundo João Cauduro
René Marino Flores
Rinaldo Pereira da Câmara
Riograndino da Costa e Silva
Rodolfho Dagnino
Rodolfho Fuchs
Romeo A. Bolsson
Romeu Fiorin
Romeu Frasseto
Romeu Mucillo
Romualdo da Costa e Silva
Rubem Mariano da Rocha

Rubens Laurent**Ruy Alencastro****Ruy B. da Silveira****Ruy Cirne Lima****Ruy Honório Bacelar****Ruy P. de Moraes****Ruy Rosario****Sady Mello e Silva****Santo Boréo****Saul Pinto Ciulla****Saverio Leonardo Truda****Saverio Spolidoro****Sergio C. de Curtis****Silvio Ribeiro****Sinval Saldanha Filho****Solon Gonçalves Montenegro****Tácito Kraemer****Talmo Américo dos Santos****Telmo Candiota da Rosa****Telmo Reis Ferreira****Tenente Habs Joesting****Theobaldo Neumann****Tito Lívio Domingues****Ubijara G. S. de Oliveira****Vasco de Mello Feijó****Vespasiano Corrêa****Vicente de Modena****Vitor de Britto Velho****Victor de Faria M.****Victor Simões****Vinício Segala****Vitor Alves Pacheco****Waldemar Pessoa Leal****Waldemar Ramos Lages****Walter Carlos Becker****Walter Diehl****Walter Niederauer Loureiro****Walter Pinto**

**Anexo B: CONGREGAÇÃO MARIANA "AUXILIUM
CHRISTIANORUM"**

1950

Acrilino Reguera de Azevedo
Adalberto Tostes
Adelpho Lupi Pittigliani
Adolfo Frederico Luce
Adroaldo Mesquita da Costa
Alaor Antônio Wiltgen Terra
Alberto Machado da Rosa
Alberto Marino Pinto
Albino Pfeifer
Alcino Trindade
Aldo Mariante Obino
Alfredo Costa de Lucena
Álvaro Magalhães
Amadeo Weinmann
Angelito Asmu Aiquel
Angelo Ricci
Antônio B. J. B Todesco
Antônio Bessil
Antônio Cantisani
Antônio Fonseca Amorim
Antônio Guerra Acauan
Antônio Martins Costa
Antonio Pinto Bottini
Arlindo Augusto da Silveira
Armando Brenner
Armando Dias de Azevedo
Armando Pereira da Câmara
Armindo Cemin Beux
Arno Conceição Petersen
Arno Schilling
Arthur Fischer
Ary Martins Real
Augusto Borges de Medeiros
Balthazar Barbosa
Basílio Fontes
Bento Velloso Rocha
Biase Agnesino Faraco
Bruno de Mendonça Lima
Bruno Ernst Wülher
Bruno Kiefer
Camilo Martins Costa
Carlos Bordini Nogueira Flores
Carlos Correa Oliveira
Carlos de Britto Velho
Carlos Guilherme Luce
César Saldanha Souza
Cícero Pinto
Ciro Pestana
Clarindo Veríssimo
Cláudio Augusto Luce
Cláudio Furtado
Clemens Hugo Kircher
Clodis Prates da Veiga
Clovis Gayer Costa
D. Frei Henrique Trindade (Heitor de Golland)
Daniel Agostinho Faraco
Darcy Difini
Diogo Antônio Pastor
Domingos Soster
Dorival Silva Schmitt
Eduardo Alberto de Farias Carvalho
Eduardo Contreiras Rodrigues
Egberto Guido Becker
Egomar Lund Edelweiss
Elias José Kanan
Eloy José da Rocha
Elpídio Fialho

Ely Fumagalli Horta	Hugo Di Primio Paz
Emílio Lovato	Hugo Hammes
Enio Celiberto Teixeira	Hugo Vier
Ènio Celiberto Teixeira	Hyder Freire Nunes
Ernani Flenk	Hypólito Pacheco de Carvalho
Ernani Maria Fiori	Icléo Faria e Souza
Ernesto Coda	Irajá Dani Ungaretti
Ernesto M. La Porta	Ivo José Mallmann
Eugênio Adams	Jaime de Oliveira Meditsch
Eugênio José Mallmann	João Antunes Loureiro
Felipe Machado Carrion	João Oscar Vargas
Fernando Costa Gama	João Ribas
Fernando Gay da Fonseca	João Ruas Amantino
Fernando Pinto Guerreiro	João Satt
Flávio Antônio Luce	Jorge de Oliveira Meditsch
Flávio Vellinho de Lacerda	Jorge Lopez
Fr. Gustavo Ferreira Filho	José Carlos Pinto Berwanger
Fradique Correa Gomes	José Danton de Oliveira
Francisco Assis de Oliveira	José Luís Martins Costa
Francisco de Paula Casado Gomes	José Luiz de Carvalho Leite
Francisco José Simch Jr.	José Luiz Paranhos de Araújo
Francisco Xavier Pillar	José Luiz Tavares Flores Soares
Franz Müller	José Maria D'Aloia Jamardo
Frederico G. Morsch	José Mariano de Freitas Beck
Gaspar Dillermann Ochoa	José Maury de Oliveira
Gerd Eduardo Secco Eichenberg	José Olímpio de Abreu Lima
Gervat Kroeff Wiltgen	José P.M Assis Brasil
Godofredo Fay de Azevedo	José Salgado Martins
Guido Wolffenbüttel	Júlio Bolívar Pinto de Moraes
Gustavo Brochado Leyraud	La Hire Guerra
Harry Ricardo Schlieper	Laudelino Teixeira de Medeiros
Heitor Cirne Lima	Lauro Brasil Schwengber
Hélio Sporleder	Leo Breno Adams
Hilde Guimarães	Liberato Salzano Vieira da Cunha

Lindolfo Dornelles
Lívio da Fonseca Prates
Luiz Carlos Machado Lisboa
Luiz Carniel
Luiz Duarte Vianna
Luiz Felipe Fritz Filho
Luiz Leseigneur de Faria
Marcelo Bidart da Silva
Marco Antônio Gomes Perrone
Marcos Vinícius de Andrade Pinto
Mário Antônio Bocchese
Mário Azambuja
Mário Bruno Degrazia
Mário Goulart Reis
Mário Thompson Flores
Moreno Loureiro Lima
Moyses Pavão Ma. Vianna
Nery Gil da Luz
Nestor Moojen
Newton Prates de Lima
Ney José de Carvalho Ramos
Nicanor da Luz
Olyntho Lovato
Orlando S. Vinciguerra
Oswaldo Ferlini Sporleder
Othelo Sanches Laurent
Ottmar Haab
Otto Bélgica Trindade
Paulo da Cunha Silva
Paulo de Barros Ferlini
Paulo E. Boos de Oliveira
Paulo Landart Valente
Paulo Paranhos de Araújo
Pe. Alberto Fuger
Pe. Antônio Loebmann. SJ
Pe. Arno Antonitsch
Pe. Felizberto L. de Azevedo. S.J
Pe. Flávio Azambuja, SJ
Pe. José Antônio Kessler
Pe. Malomar L. Edelweiss
Pe. Urbano Thiesen, SJ
Pe. Valério Alberton, SJ

Pedro Ghiarelli
Pedro Lowenterg
Pedro Montenegro Barbosa
Pércio Gaspar Reis
Percy Wolffenbüttel
Plácido Rasia Puccini
Plínio Totta
Radagásio Vieira Taborda
Raphael Theodorico da Silva
Raul Moreira da Silva
Rinaldo Pereira da Câmara
Riograndino da Costa e Silva
Roberto Bier da Silva
Roberto de Oliveira Meditsch
Romário Marques Machado
Romeu Mucillo
Ronny Lindemeyer
Ruben Machado da Rosa
Rubens Laurent
Ruy Cirne Lima
Ruy Pinto da Silva Sieczkowski
Ruy Rodrigo Brasileiro de Azambuja
Santo Boréo
Saul Pinto Ciulla
Sinval Saldanha Filho
Sólon Fernandes Sastre
Sylvio Moreira
Tasso Saldanha Souza
Telmo Candiota da Rosa
Telmo Thompson Flores
Tito Montenegro Barbosa
Vitor de Britto Velho
Vitor Alves Pacheco
Walter Niederauer Loureiro

Anexo C: Lembranças da Congregação Mater Salvatoris

Formula da Consagração

a

Maria Santissima

Santissima Virgem Maria, Mãe de Deus, eu N. N., ainda que indignissimo de ser vosso servo, movido comtudo pela vossa admiravel piedade e pelo desejo de vos servir, vos elejo hoje, em presença do meu Anjo da Guarda e de toda a Côrte celeste, por minha especial Senhora, Advogada e Mãe, e firmemente proponho servir-vos sempre e fazer quanto puder para que dos mais sejais tambem fielmente servida e amada.

Supplico-vos e rogo-vos, oh Mãe piedosissima, pelo Sangue de vosso Filho, por mim derramado, me recebaís por servo perpetuo no numero dos vossos devotos.

Assisti-me em todas as minhas acções e al-cançae-me graça para que sejam tuas, d'aqui para o futuro, os meus pensamentos, palavras e obras que nunca mais offenda os vossos olhos nem os do vosso Divino Filho

Lembraí-vos de mim e não me abandonéis na hora da minha morte. Amen.

300 dias de indulgencia todas as vezes que os congregados rezarem esta formula de consagração.

Nos cum prole pia - Benedictat Virgo Maria

100 dias de indulgencia todas as vezes que, rezando esta scutatoria, beijarem a medalha da Congregação.



CONGREGAÇÃO DOS ACADEMICOS

„Mater Salvatoris“

Porto Alegre



1917

Typ. Selbach & Cia.

Director:
P. Estevam Muser S.J.

Prefeito:
Snr. João Lisboa de Azevedo

Assistentes:
Snr. Eduardo S. Leite da Fonseca Fº
„ Armando Dias de Azevedo

Consultores:
Snr. Fernando de Azevedo Moura, Secretario
„ Lauro Moura e Cunha, Thesoureiro
„ Adroaldo Mesquita da Costa
„ Ary de Abreu Lima
„ Gaspar S. Leite da Fonseca
„ Dr. Jorge de Mello Feijó
„ Mario Goulart Reis
„ Vasco de Mello Feijó
„ Vicente de Modena

Congregados:


Snr. Abelardo Granja de Abreu
„ Acidino de Araujo e Silva
„ Adail Ramos de Carvalho
„ Albino Lenz
„ Alceu Octacilio de Barbedo
„ Alex Dischinger
„ Alfredo Lucena
„ Alvaro Cruz
„ Alvaro Escobar Guimarães
„ Alvaro de Souza Jobim
„ Alvaro P. de Souza
„ Amadeu F. de Ol. Freitas
„ Antonio Bottini
„ Antonio de Freitas Valle e Silva
„ Ariosto Borges Fortes
„ Armando P. Camara
„ Armando Oresi Lepala
„ Armando Tavares Monteiro
„ Arsenio Gusmão Fº
„ Breno Dias de Castro
„ Camillo de Alm. Martins Costa
„ Carlos Menna Barreto
„ Darcy Candida Xavier
„ Decio de Alm. Martins Costa

Snr. Ernani Castro
„ Felisissimo Difini
„ Felisberto Lisboa de Azevedo
„ Fernando Chagas de Carvalho
„ Francisco de Paula Azamouja
„ Francisco Martins
„ Gastão Noronha
„ Heitor Fontoura Simas
„ Ildo Menezetti
„ João Dias Campos
„ João Guilherme Valentim
„ João Jorge Fayet
„ João Junqueira Rocha
„ João Pereira Machado
„ João Ribas
„ Joaquim da Rocha Difini
„ José de Alm. Martins Costa
„ José Brusque
„ José Cactano de Mello Fº
„ José Marques Vianna
„ José S. Sarmiento Barata
„ José Vellinho
„ José Vianna Campos
„ Leonardo Truda
„ Luiz de Souza Neves
„ Manoel Cardoso Vieira
„ Manoel Parreira
„ Mariano de Siqueira Rocha
„ Mario Cardoso Vieira
„ Miguel Marques Vianna
„ Octacilio Ribas
„ Oscar Carneiro da Fontoura
„ Oscar Pedreira
„ Osorio T. de Ol. Freitas
„ Paulo Rache
„ Pedro Garcia
„ Pedro Lima
„ Pedro Paulo Silva da Rocha
„ Raul Moreira da Silva
„ Rinaldo P. Camara
„ Saverio Truda
„ Tito Livio Domingues
„ Waldemar Pessaõ Leal
„ Walter Becker

Congregados ausentes:

Sr. Eduardo Gama **Sr. Conde Germano de Wallwitz**
Sr. Dr. Gabriel Pastor **Sr. Dr. Manoel Mariano da Rocha**
Sr. Heitor Trindado N. S. J.

CONGREGADOS AUSENTES	
<p>Snrs. Amadeu de Oliv. Freitas Armando Orsy Pereira Adalberto Coronei Rev. Sr. Felisberto Lisboa de Azevedo Francisco da Cunha Rangel Sr. Olympio Troy de Souza</p>	<p>Snrs. Rev. Sr. Frei Henrique (Heitor Trindade) Hermillo Doering Iba Jobim Meirelles João Didonet Neto Luiz S. Sarmiento Barata</p>
CANDIDATOS	
<p>Snrs. Arthur Kliemann Amadeu Flôres Pinto João S. de Bem e Canto João Carlos Caggiano</p>	<p>Snrs. João Francisco S. da Cunha Mario Rodrigues Nicola Ruy Poester Peixoto Vicente Marques Santiago</p>



TIPOGRAFIA DO CENTRO-PORTO ALEGRE



DIRECTOR	
P. ^o Werner von und zur Mühlen S. J.	
SECÇÃO DOS FORMADOS	
<p>Drs. Adroaldo Mesquita da Costa Alfredo Lucena Armando D. de Azev., <i>Pref.</i> Ary de Abreu Lima Eduardo Gama Eduardo Sarmiento Leite F. Eurico da Costa Gama Fabio de Barros Felicitissimo Difini Fernando de Azev. Moura Gaspar Rogerio Sarm. Leite Ten. Hans Joesting Ildo Meneghetti João A. Dischinger João Lisboa de Azevedo</p>	<p>Drs. Jorge Braga Pinheiro Jorge de Mello Feijó José Alsina Lemos José Marques Vianna José Pereira da Silva José Sarmiento Barata Manuel Borges da Fonseca Mario Goulart Reis Osorio Jobim Meirelles 1.^o Ten. Rinaldo P. da Camara Saverio de Leonardo Truda Vasco de Mello Feijó Waldemar Pessoa Leal Waldemar Ramos Lages Walter Carlos Becker</p>
CONGREGADOS AUSENTES	
<p>Drs. Adolpho L. Mariante Alvaro de Souza Jobim João Junqueira da Rocha Octacilio Ribas Oscar Germano Pedreira</p>	<p>Drs. 1.^o Ten. Osorio T. de Oliveira Freitas Rodolpho Fuchs Rubem Mariano da Rocha Vicente de Modena</p>

SECÇÃO DOS ACADEMICOS	
<p>Snrs. Adalberto Tostes Alberto Pasqualini Aluizio de Souza Jobim Alvaro Difini Amadeu Weinmann Anor Butler Maciel Antonio Bottini Antonio Peyrouton Louzada Armando Pereira da Camara Armando R. de Carvalho Armando de Souza Kanters Arthur Oscar Germany Ary Jobim Meirelles Atalibio S. de Rezende Carlos Bento Carlos Bordini Flôres Carlos de Moraes Vellinho Cezar Todeschini Coradino L. Duarte Cyro R. de Araujo Góes Dario Granja Sant'Anna Eduardo Ruiz Caravantes Eloy José da Rocha Ernesto Lassance Euclides dos Santos Moreira Eugenio Brito Flavio da Rosa Rondelli Francisco de P. Azambuja Gastão Bernd</p>	<p>Snrs. Gomercindo Medeiros Heitor Rocha Faria Henrique Fischer Herbert Schneider Ilo Marino Flôres João Frainer Moniz José Brandão José Carlos Medaglia José da Fonseca Dutra José Luiz T. Flôres Soares José Meurer José Pilla F. Leonidas S. Machado Liberato Soares Pinto Luiz Leseigneur de Faria Luiz de Souza Neves Mario Bernd, <i>1.^o Prefeito</i> Mario Meneghetti Mauricio Infantini F. Maximo Luge Ney Marques de S. Zielinski Pascal Pereira e Souza Pedro Fumis Pedro Azevedo Pereira Raymundo João Cauduro Ruy Cirne Lima Solon Gonçalv. Montenegro Victor de Faria Masi Walter Schneider</p>

CONGREGADOS AUSENTES
QUE RENOVARAM O ACTO DA CONSGRAÇÃO:


<p>Srs. Armando de S. Kanters Cezar Todeschini Djalma Coronel</p>	<p>Srs. Francisco da C. Rangel Helio de Pr. Beck Mercio Azambuja José A. Brandão</p>
---	--

TRANSFERIDOS DE OUTRAS CONGREGAÇÕES:

<p>Srs. Franklin Alves Gert. Secco Eichenberg</p>	<p>Srs. Gustavo Nonnenberg Vasco Pezzi</p>
---	--

CANDIDATOS:

<p>Srs. Americo Baldino João Manuel Pereira João Herm. Machado</p>	<p>Srs. João R. Pinheiro Sylvio Albuquerque Sylvio Baldino Theodemiro Magalhães</p>
--	---






LEMBRANÇA

da

Congregação

de

Academicos

„Mater Salvatoris“



8 de Dezembro

1926

TYPOGRAPHIA DO CENTRO

DIRECTOR:
P.º Werner von und zur Mühlen, S. J.

PREFEITO:
Snr. Flavio da Rosa Rondelli

ASSISTENTES:
Srs. Henrique E. Fischer e Gastão Bernd

CONSULTORES:
Snr. Anor Buller Maciel
„ Antonio Bollini
„ Balthazar Barbosa (Secretario)
„ José Raphael de Azeredo
„ Tauphick Saádi
„ Victor F. Masi

THE SOUREIRO:
Snr. Eloy José da Rocha




CONGREGADOS:

Nesta lista figuram só os nomes daquelles congregados que compareceram regularmente ás Communhões gerais e ás reuniões semanais.

<p>Srs. Accacio Ramos Arruda Adalberto Tostes Adayr Eiras de Araújo Adolpho Bernd Jr. Aluizio de Souza Jobim Alvaro Magalhães Amadeu de Ol. Freitas Antonio Peyrouton Louzada Arthur Kliemann Ary Lima Atalibio S. de Rezende Celso Bernd Dante Laitano Edmundo Marques Elias Kanan Ernani Pilla Ernani Thé Coelho Euclides dos Santos Moreira Francisco Talala Moura Heitor Bonapace Heitor de C. Moreira Henrique Weyer Hermillo Doring Jayme Vignoli João Fr. Simões da Cunha João Reis Lessa José Assis</p>	<p>Srs. José Dutra José Carlos Medeiros José C. Caggiano José C. Medaglia José Eboll José L. Tav. Flôres Soares José da Rosa Teixeira Julio da Rosa Teixeira Julio C. da Silveira Lesy Caravantes Luiz Fritz. Fo. Luiz Pilla Mario Couto Mario R. Nicola Mauricio Infantini Fo. Ney M. de S. Zielinsky Paulo Godoy Percy Woffenbüttele René Marino Flôres Riograndino da Costa e Silva Rodolpho Dagnino Romualdo da Costa e Silva Ruy H. Bacellar Sady Mello e Silva Saverio Spolidoro Silvio Ribeiro Valerio Alberton</p>
---	--

Walter Pinto



Srs. Dr. Valerio C. Alberton Vespasiano F. Corrêa	Srs. Victor Alves Pacheco Victor de Britto Velho Vinício Segala
---	--

100 congregados

*

**CONGREGADOS ADVENTICIOS
DE OUTRAS CONGREGAÇÕES:**

Srs. Eduardo Reginato José Arias Manuel Fernandes	Srs. Pedro Tavares da Silva Romeo Bolsson Ruy Portinho Moraes Turiddu Michielon
--	---

7 congregados adventicios

*

CANDIDATOS:

Srs. Angelo Caleffi Antonio Xav. Dias Lopes Darcy Azambuja	Srs. Felippe Carrion Francisco A. Pereira Mario Azambuja Nabuco Espindola
---	---

7 candidatos






Lembrança

da

Congregação

de

Academicos

„Mater Salvatoris“



1932

DIRECTOR:
P.^o Werner von und zur Mühlen, S. J.

*

PREFEITO:
Dr. Edmundo Casado Marques.

*

ASSISTENTES:
Srs. Miguel Sebastião e Oswaldo F. Sporleder

*

CONSULTORES:

Sr. Carlos de Britto Velho
„ Egberto Becker
„ Elpidio Fialho
„ Fabio M. de Souza
„ Marino Aguado
„ Paulo Ferlini (zelador da pensão)
„ Theobaldo Neumann
„ Werner Schütt

SECRETARIO:
Sr. Humberto Della Méia

—

Esta relação contém só os nomes daquelles Senhores que frequentaram as reuniões da Congregação em 1932.

—

CONGREGADOS:

Srs. Aldo Caruso M. Donald Aldo Obino Alfonso Risi Dr. Alfredo Hofmeister Dr. Alvaro Magalhães Dr. Amadeu F. Weinmann Amadeu da R. Freitas Amelio Casagrande Americo A. Barcellos Angelo Spolidoro Ant. A. de P. Azambuja Antonio F. Casagrande Arno Petersen Arthur Fischer Arthur Morsch Benjamin B. Lorentz Blase A. Farnco Caldas J. da Rocha Carlos Maranghello Celio Ramos Dr. Damaso Rocha Dr. Darcy Difini Dr. Darcy J. da Rocha Dinarte Ribeiro Netto Eduardo M. Gonç. Netto Dr. Elias Kanan Cap. Elisário C. Branco Dr. Eloy da Rocha Ernani Flori Ernani Pilla Eugenio Adams Eurico França Fernando D. Campos Francisco Carrion Geraldo Böhler Gernot Wiltgen Gustavo Pereira F. ^o Hald Resse Helleo P. Hoffmann Hercules Prosdociimi Homero L. Menezes	Srs. Dr. Innocentio Pires Jayme T. Coimbra João B. Risi João da Silveira Dr. João Fr. S. da Cunha José Fr. P. de Moraes José Mariano da Rocha José M. R. Martins José L. Paranhos Araujo Dr. José Passos José Tietböhl Jovino S. Freitas Julio C. da Silveira Dr. Laviera M. Laurindo Léo Mabilde Dr. Leonidas S. Machado Luiz Ciulla Dr. Luiz Fritz Luiz Pilla Mario Dani Mario C. Féola Mario Sporleder Miguel Sebastião Nestor Rizzo Nilo Cecchella Olavo Meira Orlando Biancamano Orlando S. Vinciguerra Otto Trindade Paulo Kessler Paulo S. B. de Oliveira Pedro Menezes Dr. Poli M. Espirito Raymundo F. Zanin Romeo Mucillo Ruy B. da Silveira Dr. Saul P. Ciulla Sergio C. de Curis Talmu Am. dos Santos Telmo R. Ferreira Ubirajara G. S. de Oliveira
--	--

Srs. z Pilla, E. rino Aguado, M. rio Azambuja, M. rio Dani, M. rio C. Féola, D. Mario Sporleder, E. guel Sebastião, M. yyses S. Rodrigues, D. bucio Espindola, D. stor Rizzo, E. lo Cechella, M. avo Meira, M. ando S. Vinciguerra, M. swaldo Sporleder, D. thelo S. Laurent, D. to Trindade, D. r. Paulo Ferlini, E. tulo Kessler, M.	Srs. Paulo S. B. de Oliveira, M. Pedro Menezes, M. Romeo A. Bolsson, M. Ruy T. de Alencastro, M. Ruy B. da Silveira, M. Ruy P. de Moraes, M. Dr. Saul Ciulla, M. Sergio C. de Curtis, M. Talmo Am. dos Santos, P. Telmo C. da Rosa, D. Telmo Reis Ferreira, M. Dr. Valerio Alberton, E. Ubirajara C. S. Oliveira, D. Vespasiano Corrêa, M. Victor Alves Pacheco, E. Victor de Britto Velho, M. Victor Simões, M. Vinício Segala, D. Walter Loureiro, M.
--	--

*

113 Congregados

Da Escola de Direito	28
" Escola de Medicina	60
" Universidade Technica	21
" Escola Superior de Commercio ..	1
Preparatorianos	3



Lembrança

da

Congregação

de

Academicos

„Mater Salvatoris“



1933

<p>DIRECTOR: P.^o Werner von und zur Mühlen, S. J.</p> <p style="text-align: center;">*</p> <p>PREFEITO: Sr. Theobaldo Neumann, D.</p> <p style="text-align: center;">*</p> <p>ASSISTENTES: Srs. Arthur Morsch, M. e João Risi, M.</p> <p style="text-align: center;">*</p> <p>CONSULTORES: Sr. Americo Barcellos, D. " Francisco Carrion, D. " Homero L. Menezes, M. " Romeo Mucillo, M. " Werner Schütt, E.</p> <p style="text-align: center;">*</p> <p>SECRETARIO: Sr. Gustavo Pereira Fo., M.</p>
--

<p>CONGREGADOS:</p> <p>Srs.</p> <p>Affonso Risi, M. Aicino M. Trindade, E. Aldo Caruso Mc. Donald, M. Aldo M. Cbino, D. Aluizio P. Degrazia, D. Dr. Alvaro Magalhães, E. Amadeu F. da R. Freitas, E. Amelio Casagrande, M. Americo T. Culau, E. Angelo Caleffi, M. Angelo Spolidoro, M. Antonio Amorim, D. Ant. A. de P. Azambuja, M. Antonio Cantisan, P. Antonio Casagrande, M. Arno Petersen, D. Arno W. Schmidt, D. Arthur Fischer, D. Arthur Porto Pires, D. Biase Faraco, M. Caldas J. da Rocha, D. Carlos de Britto Velho, M. Carlos Maranghello, E. Cello Ramos, M. Dr. Darcy Difini, D. Dinarte Ribeiro Netto, M. Dullio Perrone, M. Dr. Edmundo Casado, E. Eduardo Gonç. Netto, E. Eduardo A. Reginato, M. Egberto Becker, D. Dr. Elias Kanan, M. Elias R. Saádl, M.</p>	<p>Srs.</p> <p>Dr. Eloy J. da Rocha, D. Elpidio Fialho, M. Ernan Maria Fiori, D. Ernani Pilla, G. Eugenio Adams, M. Felippe Carrion, D. Fernando Dias Campos, M. Francisco Alvar. Pereira, M. Franz Müller, M. Francisco G. da Silva, M. Geraldo Bohrer, M. Gernot Willgen, M. Haid Resse, D. Helio Hoffmann, D. Helio F. Spoleder, E. Hercules Prosdocimi, M. Humberto P. Degrazia, M. Dr. Humberto Della Mèa, E. Jayme Coimbra, P. João da Silveira, M. Dr. João Sim. da Cunha, E. José Mariano da Rocha, M. José M. R. Martins, M. José Fr. P. de Moraes, M. Dr. José L. P. de Araujo, E. José Porphyrio Netto, E. Jovino S. Freitas, M. Julio C. Machado, D. Julio C. da Silveira, M. Dr. Laviera M. Laurindo, M. Léo Mabilde, M. Lulz Ciulla, M. Dr. Luiz Fritz, E.</p>
---	--

<p>Srs. Linneu R. Teixeira, D. Luiz Alencastro, P. Luiz Carniel, M. Dr. Luiz Ciulla, M. Dr. Luiz Fritz, U. T. Mario Pfeiffer, P. Mario M. da Rosa, D. Moysés S. Rodrigues, D. Nabuco Espindola, D. Nelson P. Marques, D. Dr. Nestor Rizzo, U. T. Newton P. de Lima, M. Nito Cechella, M. Olintho Sireb, M. Orlando Vinciguerra, M. Othelo S. Laurent, D. Otto B. Trindade, D. Paschoal Gorrêse, M. Dr. Paulo Ferlini, U. T. Paulo S. B. de Oliveira, M. Piinio Tolla, U. T. Romeo A. Bolsson, M. Romeo Fiorin, M. Romeo Frassetto, M. Rubens S. Laurent, D. Ruy Alencastro, M. Ruy Rosario, P. Ruy B. da Silveira, M. Santo Bornéu, M. Sergio C. de Curtis, M. Sylvio Pires, D. Sylvio L. Chaves, M. Tacilo D. Kraemer, M. Talmo Am. dos Santos, P.</p>	<p>Srs. Tasso V. de Faria, M. Telmo C. da Rosa, D. Dr. Telmo R. Ferreira, M. Dr. Valerio Alberton, U. T. Victor Alves Pacheco, U. T. Victor de Britto Velho, M. Victor Simões, M. Walter Diehl, M. Walter Loureiro, M. Werner Schütt, U. T.</p> <p>ADVENTICIOS: Arlindo Silveira, P. Carlos Torres, P. Daniel Grünwald, M. Decio Bottini, P. Jorge Oliveira, P. Marino B. Ferlini, P. Mauro Cunha, P. Nelson S. Sousa, D. Pythagoras Rabello, D.</p> <p>CANDIDATOS: Antonio Acauan, P. Arthur Ehlers, U. T. Colombo Cosenza, M. Danilo Piazza, U. T. Emilio F. Ferreira, D. Nicanor Luz, D. Pery Riel Corrêa, M.</p> <p>133 Congregados Da Escola de Medicina, 60 " Escola de Direito, 39 " Universidade tecnica, 20 Preparatorianos 15</p>
---	--

Nos cum Prole Pia Benedical Virgo Maria!



Lembrança
da
Congregação
de
Academicos
„Mater Salvatoris“



1935



DIRECTOR:
Werner von und zur Mühlen, S. J.

*

PREFEITO:
Antonio Alves de Paula Azambuja, M.

*

ASSISTENTES:
erio Guido Becker, D. e Francisco Müller, M.

*

SECRETARIO:
Sr. Caldas Rocha, D.

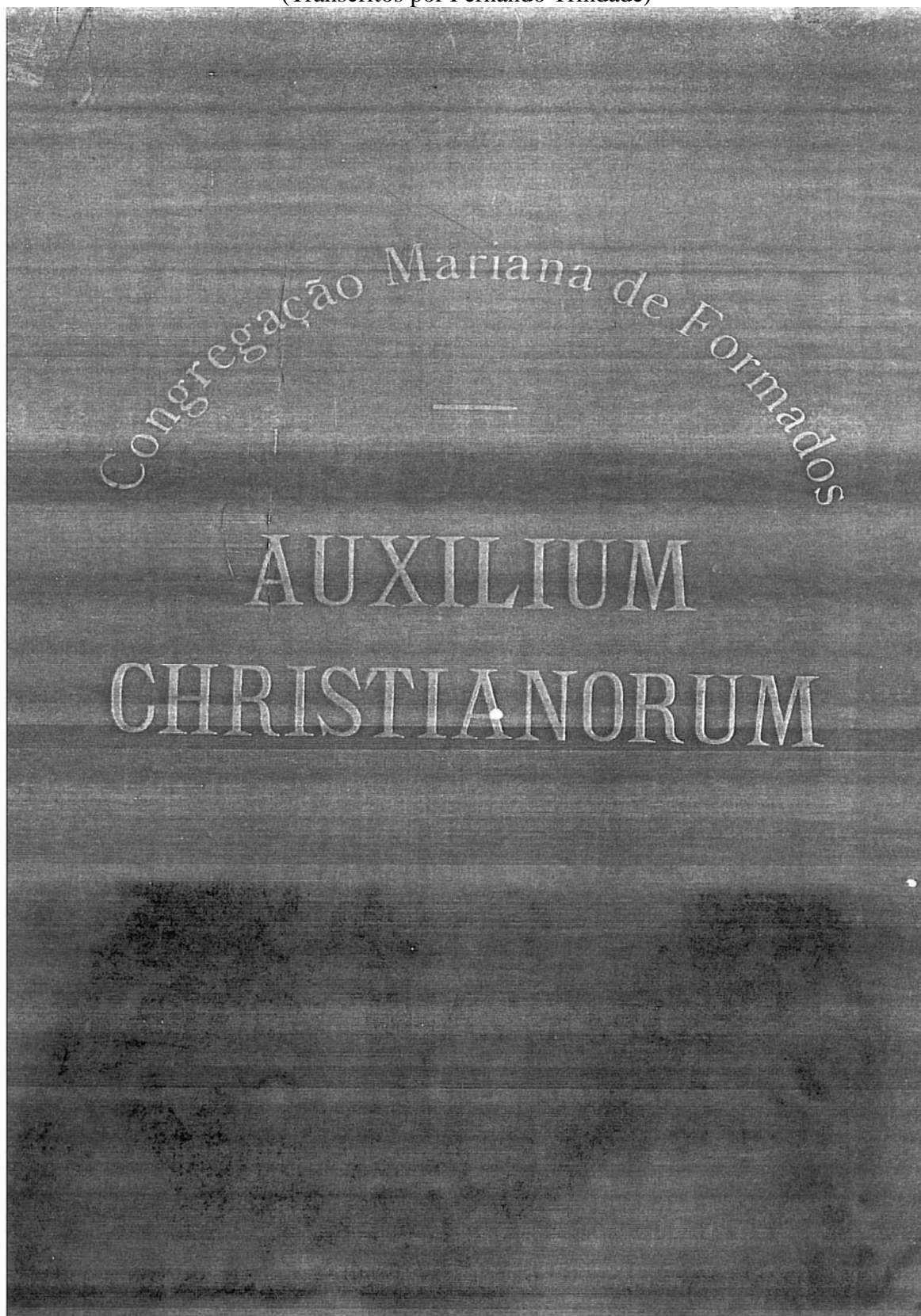
*

CONSULTORES:
Sr. Alcino Trindade, U. T.
Dr. Ernani Fiori, D.
Sr. Marino Aguado, M.
Sr. Homero Menezes, M.
Sr. Romeu Mucillo, M.

CONGREGADOS:

<p>Srs. Ademar F. Sporleder, M. Aldo Mariante Obino, D. Aluizio P. Degrazia, D. Dr. Alvaro Magalhães, U. T. Americo Barcellos, D. Americo T. Culau, U. T. Angelo Caleffi, M. Antonio Amorim, D. Anuar Resse, M. Arno C. Petersen, D. Arno W. Schmidt, D. Dr. Arthur Fischer, D. Dr. Arthur Morsch, M. Arthur Porto Pires, D. Ary Andrezza, P. Ary B. Ferreira, M. Augusto F. de Castro, U. T. Biase Faraco, M. Dr. Carlos de Britto Velho, M. Dr. Carlos João Becker, O. Conrado Pecoits, M. Dacio P. Oliveira, M. Dr. Darcy Difini, D. Dr. Edmundo Marques, U. T. Eduardo Gonçalves, U. T. Dr. Elias Kanan, M. Dr. Eloy José da Rocha, D. Eugenio Adams, M. Felippe Machado Carrion, D. Felix Tognochi, P. Fernando da C. Gama, U. T. Francisco A. Pascual, M.</p>	<p>Srs. Dr. Francisco Carrion, D. Francisco A. Perreira, M. Francisco G. da Silva, M. François Nehmé, D. Frederico Morsch, D. Gernot Willgen, M. Gil Conceição, D. Dr. G. Perelra Filho, M. Dr. Hald Resse, D. Helo P. Hoffmann, D. Helo F. Sporleder, U. T. Helo Vieira, P. Hercules Prosdocimi, M. Humberto P. Degrazia, M. Dr. H. Della Mèa, U. T. Ilo Petry, M. Jayme Coimbra, D. João H. Altmayer M. João Rechden, M. Dr. João S. da Cunha, U. T. João da Silveira, M. João G. Vargas, D. José L. de C. Leite, D. José Elias Kalil, M. Dr. José L. P. de Araujo, U. T. José Mariano da Rocha, M. José Fr. P. de Moraes, M. José Truda Palazzo, P. Dr. Jovino S. Freitas, M. Julio Machado, D. Léo Mabilde, M. Licio Pavanl, P.</p>
---	---

Anexo D: Congregação Mariana de formados *Auxilium Christianorum*- Atas e estatuto
(Transcritos por Fernando Trindade)



Reunião da fundação sob a presidência do R. P.
Alberto Fuser, aos 18 de Agosto de 1937.

Tomaram parte na primeira reunião da "Auxilium Christidarum", reunião de fundação da Lou-
fação Mariana de acadêmicos "Círculo Laboratório", os
seguintes senhores:

- D.º Aldo Obino
- " Alvaro Ota Jathão
- " Amerio Garcello
- " Arthur Fischer
- " Carlos de Brito Velho
- " Darcy Difini
- " Edmundo Marques
- " Eberto Guido Becker
- " Elias Mauau
- " Ely José da Rocha
- " Felizardo Costa Gama
- " Francisco Machado Carrion
- " Gustavo Pereira F.º
- " Helio Hoffmann
- " Humberto Della Mea
- " José L. Paranhos de Araújo
- " Luiz Fritz Filho
- " Luiz Carlos Ferreira Santos
- " Moyses Rodrigues
- " Paulo de Barros Verliani
- " Werner Schütt.
- " Carlos Becker.

© R. P. Alberto Fuser, Reitor do Ginásio Anchieta, diri-
giu a novel sociedade Mariana até Março de 1938.

1937 - 1938.

Em oito de Setembro de 1937, a secção "Auxilium
Christianorum" constituiu-se Confederação Mariana in-
dependente.

Confesados no primeiro quinq (Abril de 1937
e Junho de 1938):

Patron de honra: Director: P. Werner von und zum Brühlau S. J.

Prepito: D.^o Eloy José da Rocha

1.^o Assistente: D.^o Francisco Inês Lado Garrion

2.^o Assistente: D.^o Paulo de Barros Fertini

Secutario: D.^o Imypio Rodrigues . .

Confesados:

Aldr Obius	D. ^o José Otaviana Wagner
Aloaro Maia Thães	" Joãos Freitas
Americo Barcellos	" Heio Matilde
Antonio Alves de Paula Zanibujá	" Luiz Vitz Filho
Antonio Fouceca Aurouim	" Luiz Carlos Ferreira Santos
Auro. Petersen	" Adalberto D. Espindola
Arthur Vischer	" Othello Sanchez Laurent
Arthur Porto Feres	" Paulo Goo de Oliveira
Carlos Becker	" Romeno Amicillo
Carlos de Britto Velho	" Victor Alves Pacheco
Darcy Difini	" Victor de Britto Velho
Eduardo Casado Marques	" Werner Schütt.
Éstevão Guido Becker	
Elino Mauau	
Fernando Costa Gama	
Justarr. Percival V. ^o	
Helio Hoffmann	
Helio Fertini Sporteder	
Humberto Della Mota	
José Luiz Paranhos de Paaujo	
José Antonio Brandão	
	ausentes:
	D. ^o Francisco Soares Pereira
	" João Luis da Cunha
	" Nestor Nizze
	" Orlando Figueira
	" Ruy Barbosa da Sil- veira.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL "CONGREGAÇÃO MARIANA DOS FORMADOS "AUXILIUM CHRISTIANORUM "

Os abaixo nomeados e assinados, como fundadores da CONGREGAÇÃO MARIANA DOS FORMADOS "AUXILIUM CHRISTIANORUM", resolveram constituir-na em sociedade civil, de fins não lucrativos, como efetivamente a constituem por este instrumento e na melhor forma de direito e mediante aprovação dos seguintes estatutos sociais:

Artigo 1º - A CONGREGAÇÃO MARIANA DOS FORMADOS "AUXILIUM CHRISTIANORUM", fundada em 8 de dezembro de 1937, é uma sociedade civil, com sede nesta cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, atualmente à rua Duque de Caxias nº

Artigo 2º - A sociedade tem por objeto a promoção religiosa, - apostólica, social e cultural, sem quaisquer intuídos econômicos ou lucrativos.

Artigo 3º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

Artigo 4º - A sociedade é administrada e representada, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, por uma Diretoria, composta de Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro, Secretário e Assistente Eclesiástico, pela forma estipulada nestes estatutos.

Artigo 5º - Os membros da diretoria exercem o cargo pelo prazo de um ano, permitida a reeleição.

Artigo 6º - Compete aos sócios, em sua penúltima reunião ordinária de cada ano eleger, em escrutínio secreto, com a presença de qualquer número de sócios, o presidente, o vice-presidente, o tesoureiro e o secretário, dentre os sócios;
Parágrafo único : Cabe ao Superior da Companhia de Jesus desta Província, ou quem suas vözes fizer, nomear e destituir o Assistente Eclesiástico, que exercerá o cargo por prazo indeterminado.

Artigo 7º - A representação da sociedade, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, faz-se, sempre, pelo Presidente e por outro membro da Diretoria, no mínimo.

Parágrafo único : Para os atos de aquisição, alienação ou oneração de bens sociais é necessária expressa autorização da Diretoria, pela maioria absoluta de seus membros. A aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis depende, ainda, da aprovação do Superior da Companhia de Jesus desta - Província, ou quem suas vezes fizer.

Artigo 89 - Em seus impedimentos, cada um dos membros é substituído pelo titular do cargo seguinte, na ordem decrescente de indicação, excetuando-se o Assistente Eclesiástico, que terá substituto nomeado pelo Superior da Companhia de Jesus desta - Província, ou quem suas vezes fizer.

Artigo 99 - Em caso de vacância ou impedimento definitivo de mais da metade dos cargos eletivos da diretoria, cabe ao Superior da Companhia de Jesus desta Província, ou quem suas vezes fizer, nomear substituto ou substitutos, que exercerão os cargos até a eleição.

Artigo 109- Para não ficar ^{em} ácella a sociedade, os membros da diretoria exercerão os cargos até que seus substitutos tomem posse.

Artigo 119- O exercício dos cargos da Diretoria é inteiramente - gratuito.

Artigo 129- Compete à Diretoria, além de outras atribuições previstas nestes estatutos :

- a) Distribuir entre seus membros as diversas atribuições compatíveis com os respectivos cargos ;
- b) Balçar regulamentos internos para a sociedade ;
- c) Fixar contribuições dos sócios.

Artigo 139- O patrimônio da sociedade será constituído por legados, doações, auxílios, subvenções, estipêndios e contribuições.

Artigo 149- O patrimônio social, incluindo quaisquer rendimentos, será aplicado inteiramente no país, para a consecução das finalidades da sociedade.

Artigo 15º- Podem associar-se à sociedade pessoas do sexo masculino, que houverem concluído curso superior e que aceitarem os presentes estatutos e demais regras da sociedade.

Parágrafo 1º - Compete à Diretoria aprovar a administração de sócios

Parágrafo 2º - Pode, ainda, a Diretoria, com aprovação dos demais sócios em reunião ordinária, conferir o título de sócio benemérito a qualquer pessoa que tiver prestado assinalados serviços à sociedade.

Artigo 16º - Nem os sócios nem os membros da Diretoria e nem a Companhia de Jesus respondem subsidiariamente pelas obrigações da sociedade.

Artigo 17º - São direitos e deveres dos sócios :

- a) votar e ser votado ;
- b) participar de todas as atividades da sociedade;
- c) cumprir as disposições dos presentes estatutos e as decisões da administração ;
- d) comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias da sociedade;
- e) aceitar os encargos que lhe forem atribuídos ;
- f) pagar as contribuições que forem estabelecidas.

Artigo 18º- É vedada qualquer manifestação de caráter político.

Artigo 19º- A sociedade realiza reuniões ordinárias semanais, em dia e hora fixados pela Diretoria, e, quando conveniente, poderá realizar reuniões extraordinárias.

Artigo 20º- Não há e não haverá distribuição de lucros, bonificações, lucros e vantagens aos membros da Diretoria, aos sócios ou à Companhia de Jesus.

Artigo 21º- A sociedade será dissolvida pela resolução de 2/3 dos sócios ou por ato do Superior da Companhia de Jesus - desta Província, ou quem suas vizes fizer.

Parágrafo único : Em caso de dissolução da sociedade, o seu patrimônio reverterá a favor da sociedade que personificar a Companhia de Jesus desta Província, atualmente a Sociedade Literária Padre Antonio Vieira.

Artigo 22º - Os presentes estatutos são reformáveis, inclusive no tocante à administração, por deliberação da maioria relativa dos sócios, em reunião extraordinária expr. essa-mente convocada, e aprovação do Superior da Companhia de Jesus desta Província, ou quem suas vezes fizer.

Parágrafo 1º - A reunião deverá ser convocada com a antecedência mínima de 7 dias, podendo a convocação ser feita por simples aviso dado na reunião ordinária e afixado na sala de reuniões.

Parágrafo 2º - A reunião realizar-se-á com qualquer número de sócios, deliberando validamente.

Artigo 23º - São sócios fundadores da CONGREGAÇÃO MARIANA DOS FORMADOS "AUXILIUM CHRISTIANORUM" :

Artigo 24º - É a seguinte a atual diretoria da sociedade, com mandato até

Presidente :

Vice-Presidente :

Tesoureiro :

Secretário :

Assistente Eclesiástico :

Anexo E: Ginásios dos Jesuítas – Fotos

Gymnasio Gonzaga, Pelotas. — Este estabelecimento de ensino, fundado ha 34 annos por Padres da Companhia de Jesus, é dirigido desde 1926 pelos Irmãos das Escolas Christãs. Comprehende um curso de *principiantes*, quatro cursos *preliminares* e quatro annos de ensino *secundario e commercial*, com *aula pratica*

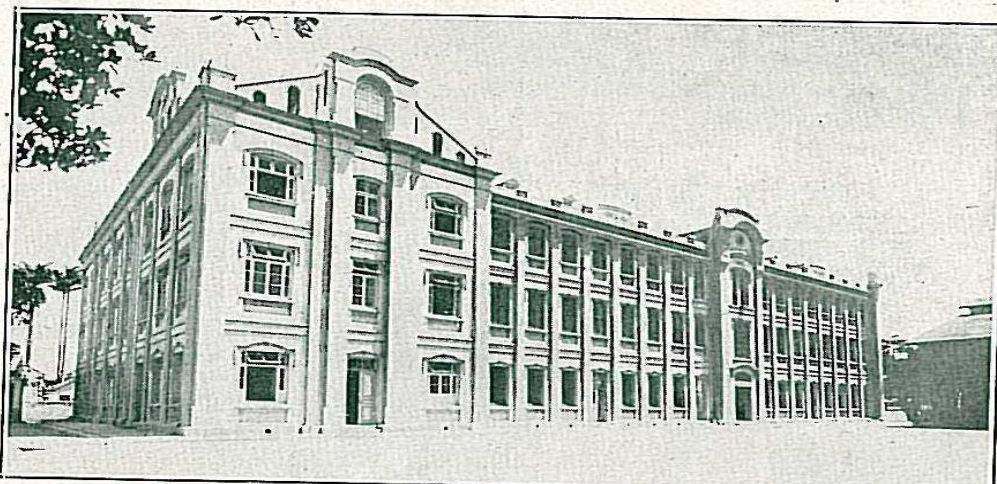


de *commercio e banco-modelo* para os *terceiro e quarto annistas*. Foi *officializa-do* como „*Escola Superior de Commercio*“ por portaria de 23 de outubro de 1928. O Gymnasio admite um numero reduzido de *pensionistas* de 8—13 annos de idade, *meio-pensionistas* e *externos*. A *matricula* do anno de 1928 foi de 542 alumnos, dos *quaes* 80 eram *pensionistas*. O numero de *assignantes* d'O Echo foi de 150.

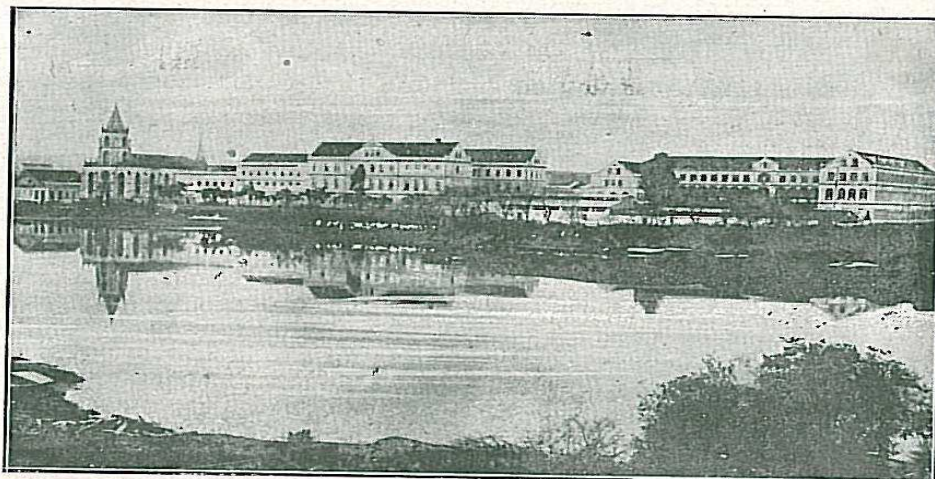
Fonte: O Echo. Porto Alegre, Ano XVI, Abril, n. 3, 1929, p. 107.

Gymnasio Catharinense, Florianopolis. Este collegio, a cargo dos Padres da Companhia de Jesus, situado num dos climas mais salubres do paiz, á beira de uma encantadora bahia, é hoje incontestavelmente um dos estabelecimentos de ensino mais brilhantes do sul do Brasil. Equiparado ao collegio Pedro II em 1918 e gozando a subvenção do governo estadual, é um centro de grande attracção para a mocidade estudiosa desde o Districto Federal até á fronteira do Uruguay.

Entre os seus 370 alumnos internos e externos, na maioria *sympathicos* *barriga-verdes*, reina a mais sincera camaradagem e um pronunciado enthusiasmo pelo Echo com a elevada collocação de 147 exemplares.



Fonte: O Echo. Porto Alegre, Ano XVI, Maio, N.4, 1929, p. 143.



Matriz, Seminário Maior e Menor de S. Leopoldo, Rio Gr. do S. I.

Seminário Provincial, São Leopoldo. Fundado em 1870 por Padres da Companhia de Jesus com o nobre intuito de fornecer professores catholicos para as colonias alemãs, remodelou em 1877 o programma de estudos em favor dos alumnos luso-brasileiros. Equiparado em 1900 ao Gymnasio Nacional (hoje Pedro II) e tornado autonomo em 1910, deixou de ser Gymnasio em fins de 1912 para franquear as suas portas, já como Seminario Provincial das dioceses sulinas do Rio Grande e S. Catharina, em março de 1913, a uma respeitavel turma de seminaristas. Começou a idade aurea para esse estabelecimento, que veio a occupar, no genero, o primeiro logar em toda a America latina. Com effeito, havendo iniciado as suas aulas em 1913 com o effectivo de 144 alumnos, em 1922 a matricula já passava de 300. O edificio, — a parte que fica á direita do espectador, na illustração, — tornara-se acanhado demais. Ahi as boas irmãs franciscanas, separadas apenas por uma rua, cederam generosamente ao Seminario o seu espa-

Fonte: O Echo. Porto Alegre, Ano XVI, n. 6, julho, 1929, p. 214.



Ginásio Santo Inácio em 1903, localizado na Rua São Clemente, Botafogo, Rio de Janeiro.



Ginásio São Luiz- São Paulo/ SP





Fonte: <http://www.saoluis.org/ocolegio/historia/>



O grupo acima mostra-nos alguns Japonezes chegados em setembro de 1929 a S. Paulo, a bordo do navio Japonês Montevideo Maru, rodeando os Padres Del Toro e Kircher S. J. Durante a sua viagem, tiveram catechese no vapor, e ao chegarem às proximidades do Brasil atiraram ao mar todos os ídolos que traziam consigo. Perto do Rio de Janeiro passaram o seguinte radiograma: „Pe. Guido Del Toro — Igreja Sangonzalo — S. Paulo — 66 pessoas desejam Baptismo a Rio de Janeiro 182 pessoas a São Paulo — Faz favor vem Rio de Janeiro dia 8 manhã - Captain e Hizume.“ — Os que apparecem acima, fazem parte do grupo que veio para S. Paulo, e foram photographados em frente a Igreja de S. Gonçalo, tendo obtido licença do Director da Imigração para visitarem aquelle templo. — Já passa acima de mil o numero dos Japonezes convertidos ao catholicismo pelo Padre Del Toro, em São Paulo.

Fonte: O Echo. Porto Alegre, Ano XVII, Março, n. 2, 1930, p. 53.








Anexo F: Ginásio Anchieta de Porto Alegre: Distinções escolares.

Cr \$ 32.000,00





**GALERIA DE HONRA
DA CAMPANHA MISSIONÁRIA
DE 1942**

DISTINGUIDOS COM MEDALHA DE OURO








CARLOS C. LIMA LUÍZ C. A. FORTUNA LUÍZ P. FELIZARDO LUÍZ S. AZEVEDO OSVALDO C. FARIAS SÉRGIO R. BARBEDO WILDEGAR PINTO

DISTINGUIDOS COM MEDALHA DE PRATA



CAMILO M. COSTA JORGE TRUDA LEONIDAS XAUSA LUÍZ F. C. LIMA






DISTINGUIDOS COM MEDALHA DE BRONZE











NICOLAU WAQUIL HONERO KOCH GILBERTO FLECK RAUL LISBOA SÉRGIO M. LAMB CLÁUDIO R. BARCELLOS OSVALDO BECK

DISTINGUIDOS COM CRUZ DO MÉRITO

















JOÃO C. L. COUTINHO OSCAR HOEPEL MANUEL POSTIGA MANUEL PEREIRA LADRÔ NUÑEZ LEO NUÑEZ LUÍZ NUÑEZ EDGAR LAURENT JOSÉ L. COSTA





















AUGUSTO MARTINS JORGE BARATA MANUEL SANCHEZ JOÃO BECKER COSIO LAITANO C. MENEGASSI ALBERTO R. SILVA JOSÉ C. FERNANDES PAULO L. LIVINUS FLÁVIO KESSLER












DIGNOS DE MENÇÃO HONROSA








IVO RIZZO PAULO MASCARELLO HELIO ELY TELMO BINS JOÃO DONADEL LUÍZ C. MATTE RUBENS XAVIER IVAN AZAMBUJA ANTÔNIO NUNES

JAIME JORGE ROBERTO BECK JOSÉ A. FISCHER JORGE MALÉDU ELONY CALDUERO JOSÉ C. BONARRIÇO CARLOS BOTELHO RENÉ PANATIERI ARCÍSIO BARRADAS

PROTÁSIO ALVES NEY SOARES EUGÊNIO ARAÚJO ELVIO MENEGHETTI ILDEFONSO CAMILO CLAUDIO CARLOS JOSÉ R. SOARES OVÍDIO MARTINS ROBERTO LUCE CLÁUDIO M. COSTA

FERNANDO CARRARO JORGE BINS ALFEU FLECK PAULO ENGLERT WALDIR VEIT CLÁUDIO MEDEIROS JOÃO ALB. JOB

Terceiro anno Secundario

O seguinte quadro representa o resultado dos dous primeiros bimestres. Veja Chronica, dia 1.º de Julho.)

No conjuneto das materias

OBTEVE O PRIMEIRO LOGAR

Alberto Pasqualini 503

OBTEVE O SEGUNDO LOGAR

José Pilla F.º 466

Walter Toohey Schneider	421	Leopoldo Lemmertz	328
José Luiz Tavares.F. Soares	399	José Carlos Medaglia	314
Henrique Trindade Heredia	395	Ito Ribeiro Franco	284
Mario D. Meneghetti	395	José Carlos Ferreira	276
Carlos Moraes Vellinho	381	Ney Marq. de Souza Zielinsky	257
Luiz João Mag. Ferraz	368	Mario Teixeira de Carvalho	230
Nino Marsiaj	365	Pascoal Serrano Baldino	224
Ruben Ernesto Arnt	342	Carlos de Lemos Pinto	215
Ennio Marsiaj	338	Arthur Cauduro	188
Armando de Souza Kanters	336	Darcilio de Souza Garcia	165
Alarico A. Peterlongo Ely	331	Herbert Toohey Schneider	
		Jacy Monza	

Religião

Primeiros Logares: Alberto Pasqualini e Walter T. Schneider
M. H. Henrique Tr. Heredia | José Pilla F.º

Portuguez

Primeiros Logares: Alberto Pasqualini e José Pilla Filho
M. H. Armando de Souza Kanters | José Luiz Tavares Flôres Soares

Franceez

Primeiros Logares: Alberto Pasqualini, Walter T. Schneider,
Henrique Tr. Heredia
M. H. José Pilla F.º

Inglez

Primeiros Logares: Henrique Tr. Heredia e Ruben Ernesto Arnt
M. H. Armando de S. Kanters | José Luiz T. Flôres Soares
José Pilla Filho

Primeiro anno Medio (Secção A)

No conjuneto das materias

MERECEU O PREMIO DE EXCELENCIA

Alvaro Magalhães 887

MERECEU O SEGUNDO PREMIO

Leopoldo Ravazzolo 832

DIGNOS DE MENÇÃO HONROSA

<i>Mariano J. da Rocha</i> 812	<i>Lindolpho J. Dornelles</i> 721
<i>Franc. T. de Moura</i> 765	<i>Aristarcho S. Pinho</i> 679
<i>José A. L. de Macêdo</i> 753	<i>Breno Alcaraz Caldas</i> 666

José Victor S. Pinho	661	Eduardo La Porta Baldino	416
Arnaldo da Costa Castro	619	Othon G. Meirelles	412
Ignacio S. Land. de Moura	600	Omar de Carvalho Leite	406
João Norberto Stumpf	569	Harry Edgar Menchen	398
Milton de Lima Schmitt	563	Luiz Carlos A. Daudt	392
Ely Rodrigues da Silva	561	Adão Issler Filho	390
Hugo Petersen	556	José Francisco Sanches	384
Manoel de F. Valle e Silva	549	Luiz H. Rodrigues Ferreira	381
Arinos M. Pinto Kämpffe	543	Raul Santos Rocha	380
Ivo Odoacro Sasso	521	Hermes D. da Fontoura	379
Ernani Pilla	519	José Carlos Evangelista	355
Judré Fraga	485	Cyro Gama	334
Euclides E. Aranha F.º	479	Oswaldo Nieckele	324
Thaddeu Maia de Carvalho	470	Alberto Gonçalves Fortes	284
Kurt Victor Franc. Becker	462	Eurico Amaro da Silveira	249
João Oliveira de Curtis	458	Raul Cauduro	214
Plínio Luiz L. de Figueiredo	456	Alfredo Saldanha Souto	
Menenio Frota Perrone	451	Arthur Orofino La Porta	
Domingos Mainieri	431	Fernando A. Sertorio	
Armando G. da Costa	429	Ignacio Gonzalez F.	
Dagoberto Becker	426	José Gabriel Reis	

Pedro Emilio Martins

Religião

Primeiro Logar: Ely Rodrigues da Silva

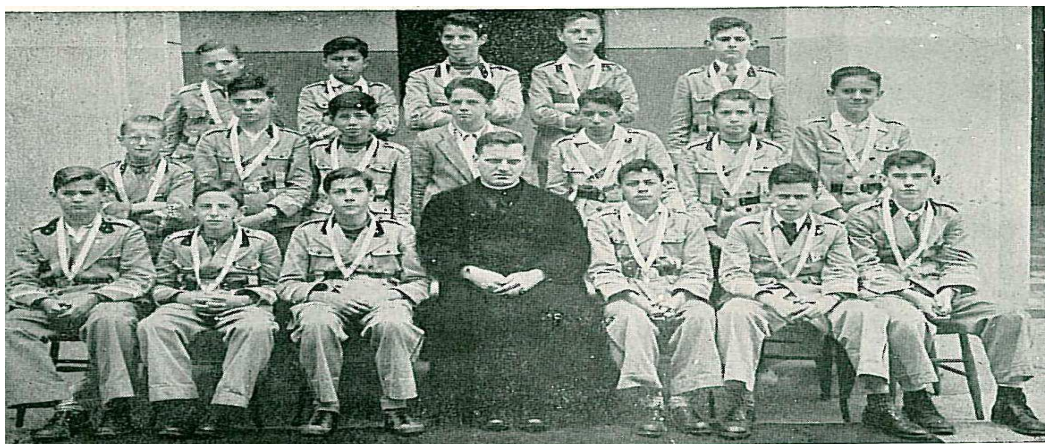
M. H. Alvaro Magalhães	Lindolpho J. Dornelles
Arnaldo da Costa Castro	Leopoldo Ravazzolo
José A. Leal de Macêdo	Francisco T. de Moura

III. Homenagem

Alunos que, desde a equiparação do gymnasio como estabelecimento independente, concluíram o curso gymnasial, merecendo os premios de excellencia e de honra.

Anno	Mereceram o premio de excellencia no conjunto das materias:
1909	Josino de Vasconcellos Chaves
1910	Eduardo Sarmento Leite da Fonseca
1911	Armin Niemeyer
1912	Frederico Bins
1913	Ricardo Augusto Weber
1914	Cicero Vianna Ahrends
1915	Saverio Truda
1916	João Dias Campos Junior
1917	Jorge Braga Pinheiro
1918	Luiz Leseigneur de Faria
1919	Antonio Garcia de Miranda Netto
1920	Francisco José Simch Junior
	Mereceram o 2.º premio:
1909	Thomaz Larangeira Mariante
1910	Carlos Oscar Mostardeiro
1911	João Lisboa de Azevedo
1912	Camillo de Al. Martins Costa
1913	—
1914	Breno Dias de Castro
1915	Vicente de Modena
1916	Alex Dischinger
1917	Decio Olinto
1918	Victorino Soares Pinto
1919	Alfredo d'Amore
1920	Oddone Marsiaj
	Mereceram o premio de honra em bom comportamento e applicação:
1909	Thomaz Larangeira Mariante
1910	Raul Moreira da Silva
1911	Fellisberto Lisboa de Azevedo
1912	José Francisco Agrifoglio
1913	Ricardo Augusto Weber
1914	Cicero Vianna Ahrends
1915	Heitor Trindade
1916	Alex Dischinger
1917	Jorge Braga Pinheiro
1918	Fernando Chagas de Carvalho
1919	José Vicente Lopes dos Santos
1920	Luiz Gabriel Fayet

Fonte: RELATORIO, Ginásio Anchieta. Porto Alegre, 1921, p. 77



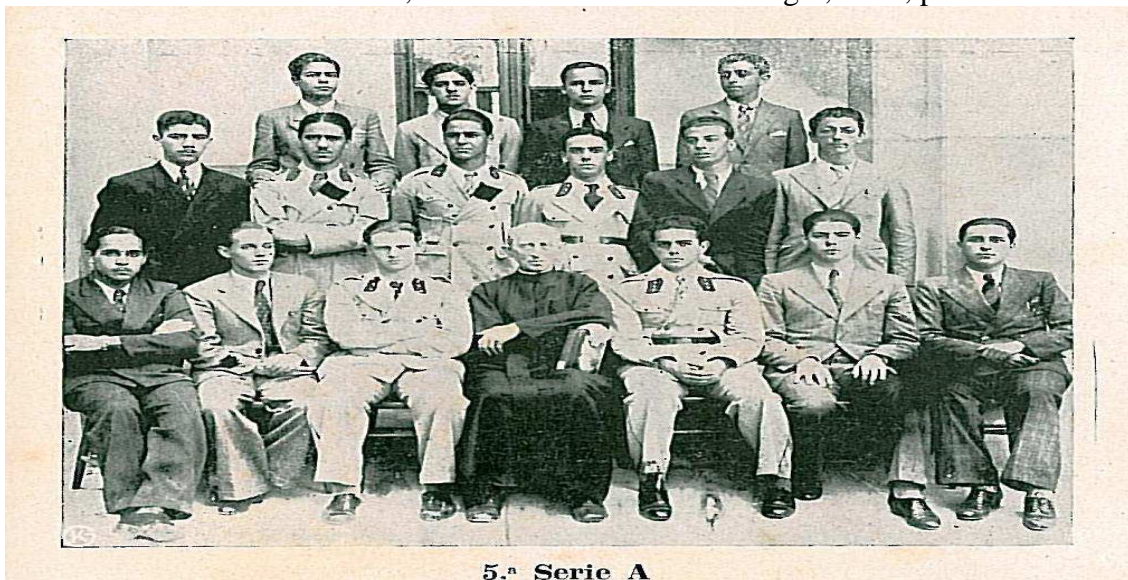
Congregados marianos da 2ª série conquistaram todos os primeiros lugares em junho de 1947

Fonte: RELATORIO, Ginásio Anchieta. Porto Alegre, 1948, p. 48

Anexo G: Padre Werner- Foto e homenagens

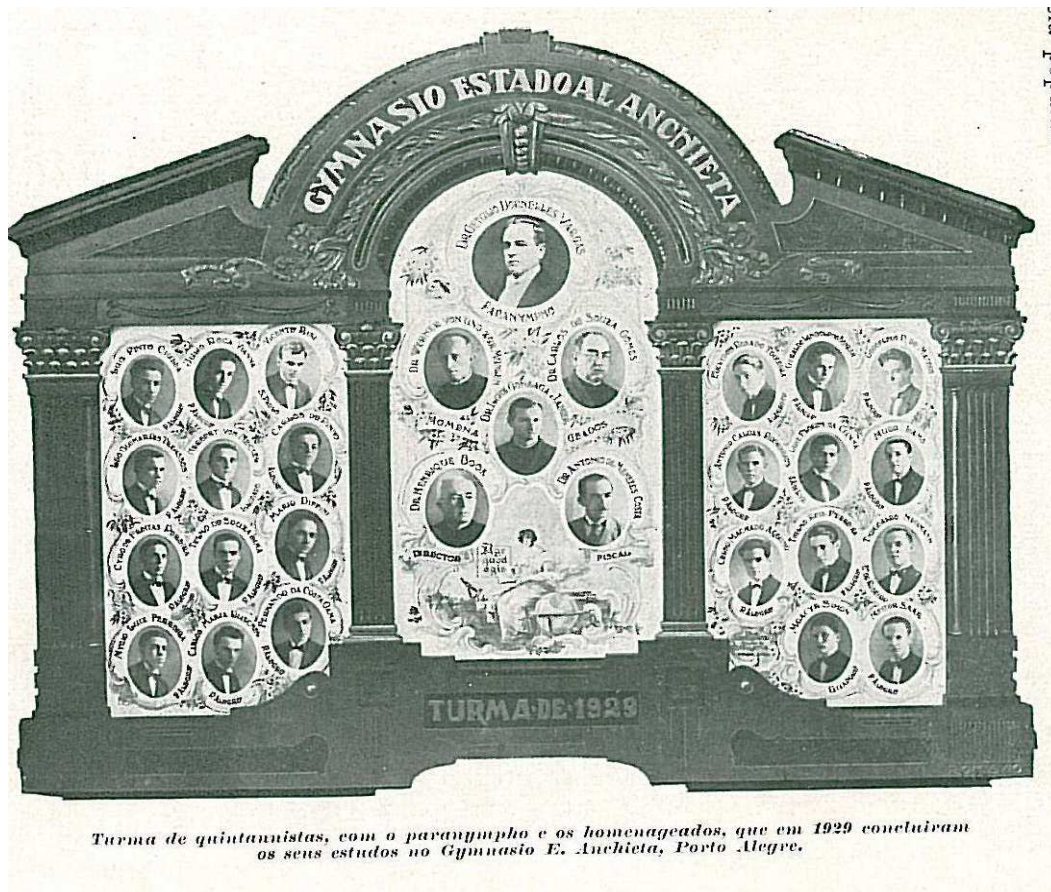


Fonte: RELATORIO, Ginásio Anchieta. Porto Alegre, 1921, p. 1



5.ª Serie A

Fonte: RELATORIO, Ginásio Anchieta. Porto Alegre, 1936, p. 57.



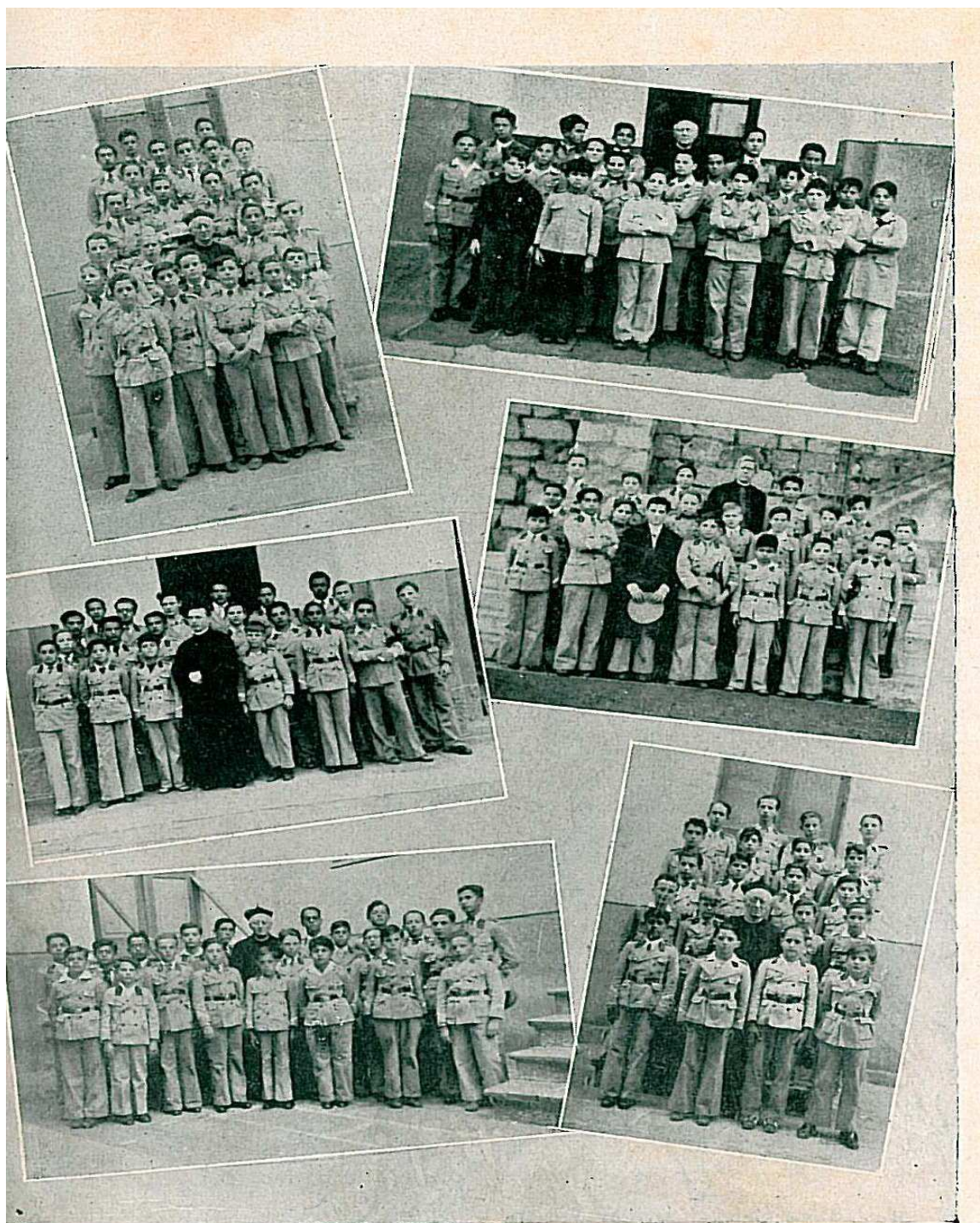
cia popular.

Turma de quintanistas, com o paranympfo e os homenageados, que em 1929 concluíram os seus estudos no Ginásio E. Anchieta, Porto Alegre.

Fonte: RELATORIO, Ginásio Anchieta. Porto Alegre, 1929, p. 1.



Fonte: RELATORIO, Ginásio Anchieta. Porto Alegre, 1936, p. 1.

Anexo H: Retiros espirituais no Ginásio

Seis turmas de Anchieta que sacrificaram tres dias de suas ferias,
passando-os em retiro espiritual fechado

Fonte: RELATORIO, Ginásio Anchieta. Porto Alegre, 1935, p. 49.

Anexo I: Sócios Centro Católico de Acadêmicos (CCA)

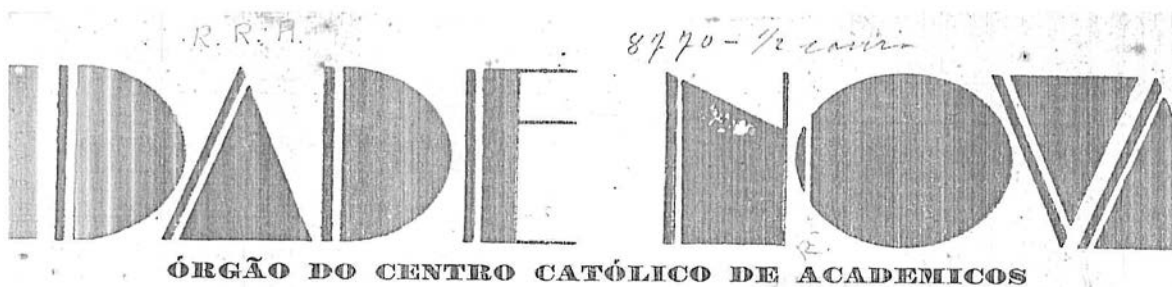
Socios efetivos do „Centro Católico de Acadêmicos.“
 - 30 - Março - 1933 -

- * = Demitido -

Nome	Residencia	Academ.
Gervot Kroeff Wiltgen.	Parais do Triunpho 175	Medicina
* Victor Alves Sábido	José do Patrocínio 613	Agromon
Paulo de Barros Leite	Duque das Carias, 857-T. 6205	Engenh.
Napuco Espindola	Bragança, 380, T. 5663	Direito.
Alvaro Nagelhard	Praca Matriz, 60-T. 7307	Engen.
Francisco Machado Carrão	Pinto Bandeira 463	Direito
Luiz de S. L. -	Praca Octavio Rocha 89	Engenharia
Theobaldollenauer	Christovão Colombo 187	Direito
Edmundo Casado Marques	T. 5886 Jeronymo Coelho 85	Engenh.
Antonio Franco Sampaio de	Duque de Carias 1395	Medicina
Camargo M. Carrion	Pinto Bandeira 463	Direito
José de Albuquerque	Praca Matriz, 382	Engenhe
Alfredo M. Carrion	Par. Protestantas 80	Direito.
* João Carlos Assis	Rachueli 88	Engenharia
Artur R. Ulrich * (foi presidente)	Duque de Carias 1395	Medicina
Gustavo H. Pereira Filho	" " " 783	Direito.
Otto Belgio Spindola	Azeite 1743	"
* Arthur Freche	Dr. Flores 451	Direito
Nancy C. Fleck	Independencia, 482	Medicina
Ricardo Aguiar Araujo	Barros Cassal 413	Direito
* Maria Elis Reis Pothoff.	Duque de Carias, 707	Medicina
Luiz de Albuquerque	Praca Conceição 552	Direito
* Selmo C. da Rosa	Duque de Carias 657	Medicina
* Eraldo Perone	Andradas, 1409	Direito
Luiz Fiori	Thomas-Films, 107	Medicina
Carlos de Brito Telh	Forres	Direito
João L. Schirjitt, por ele	Bragança - 362	" "
* Leopoldo Lopes	Independencia 402	" "
Dr. ...		

Nome	Residência	Academ
Victor de Brito Valle	Thomaz Feres 71-107	Medicina
Alcino Trindade	Independencia 482	Engenharia
Eduardo M. Gonçalves Hoff	Tridentos 208.	Engenharia
Gaug Müller	Independencia 482 São Paulo 4 - Rua Maranhão 22	Medicina
* Margarida Leite (mãe de S. Paulo)	" "	Medicina
Laudelino J. Soares	Independencia 482	E. S. Eco
Raffaello Costa	Bonciçãs, 819	Medicina
Walter C. Loureiros	Independencia 482	Medicina
Frederico F. Moraes	Independencia 482	Direito
2. Comte Lima Mendes	J. Coude de P. M. G.	Medicina
Belmonte Mourão	Teresopolis 28	Medicina
* Francisco Soares Pereira	Independencia 482	Medicina
3. Urbano Antonio Bocchese	Bragança 362	Medicina
1. Ademar Ferlini Sperber	St. Antonio 543	Medicina
* José Gama Barbosa	Independencia 482	Direito
* Augusto Schmidt	Independencia 456.	Medicina
* Manoel Rodrigues	Plantalar Tel. 904	Direito
* Louis Gayer Costa	Jerônimo Coelho 75	Direito
* Wilson Soares	Casto Antônio 58	Medicina
* Amélia Fagundes Hoff	St. Thom Conselho	Direito
Angelina C. Cipri	Alameda Silva 304	Direito

Anexo J: Capa dos dois primeiros números da revista IDADE NOVA



Ano I

Porto Alegre, Julho de 1934. — 37

N.º 1

NOVOS RUMOS

E, "Idade Nova", um toque de reunir e a afirmação de um programa.

Manifestação do espírito sadio de uma mocidade que aspira por uma patria grande e feliz, é nossa revista dirigida não só à mocidade acadêmica, como àquela que, formando em torno da Cruz de Ferro do C. C. A., de todas as partes do Estado, já veio e virá fortificar nossas hostes em busca da Federação da Juventude Católica, para bem do Rio Grande e do Brasil.

Vimos trazer a vida: não no sentido burguez de quem compreende a existencia como uma concurrencia biologica, mas, sim, como a realza do espírito sobre a materia.

Lutaremos, portanto, por uma patria nova, brasileira e católica, reagindo contra a superficial mentalidade moderna e a anarquia espiritual reinante, contra a exploração do pobre pelo rico, como também, contra as exageradas imposições do trabalho ao capital, contra a destruição da tradição brasileira e da unidade nacional, e construindo uma patria alicerçada na verdade católica, a unica que poderá deter o mundo na voragem em que ele se precipita, aquela que alcançou a harmonia e a cooperação entre o trabalho e o capital, a unica garantidora da grandeza futura do Brasil.

Não somos medievais nem modernistas, nem pensamos com os burguezes ou com os comunistas, como também não somos intolerantes, [mas] como católicos, seremos intransigentes.

Somos a manifestação dessa força que, retida até aqui por enganadoras esperanças, irrompe agora para se afirmar e se impôr.

Seremos incompreendidos por muitos e hostilizados por outros. Contra nós se erguerão as vozes dos que desconhecem o sentido da vida e as iras dos que procuram desconhece-lo. Tudo isso esperamos e seria de estranhar que assim não o fosse: já começamos a viver uma Idade

Sumário:

NOSSO DISTINTIVO — Artur Morsch
 UM GRANDE PUBLICISTA — P. Werner S. J.
 O OPERARIO NA IDADE ANTIGA, NA IDADE MEDIA, NA IDADE MODERNA E NA IDADE NOVA — P. Leopoldo Brentano S. J.
 COERENCIA — Contardo Ozanã (Dr. Armando Camara)
 AÇÃO — Carlos de Brito Velho
 CÉLULAS FOTO-ELÉTRICAS — Alcino Trindade
 A MÚSICA E SUA COMPREENSÃO — Franz Müller
 AGUA PARADA — Alcides Maia
 SOTERO COSME — Xenofonte Lopes
 INFERNO — Dr. Mario Bernd
 DEFINIÇÃO DE UM PROGRAMA — Victor de Brito Velho.

Nova, em uma sociedade que, assistindo ao ocaso de uma civilização super-materializada, quer, na tragicidade de uma existencia sem significação, afirmar-se pela negação de sua propria personalidade.

Estamos em um mundo que marcha sem saber para onde; vivemos em uma sociedade que se agita, para turbar o silencio interrogativo que a circunda.

Só as forças espirituais salvarão a humanidade: o grande problema de nossos dias é a reforma interior.

Não nos move á ação o sentimento da luta ou um entusiasmo passageiro, como nos não abate o desanimo de muitos, mas, unicamente, o desejo de vêr nossa patria gravitar em torno do verdadeiro eixo do mundo social, a Roma Eterna, e ser iluminada, na escuridão em que jaz a humanidade, pela luz sempre brilhante da cátedra de Pedro.

Declaramos, enfim, que nosso supremo ideal e o motivo de nossa ação é [Aquele] a quem afirmamos em toda a plenitude de nossa inteligencia e a quem adoramos no recesso mais profundo de nossa consciencia: Deus.

DADIE NOVA

ÓRGÃO DO CENTRO CATÓLICO DE ACADÊMICOS

Ano I

Porto Alegre, agosto de 1934.

N.º 2

EM MARCHA

Queremos, com nossa organização, a realização integral de um programa que responde a todas as interrogações humanas e encontra solução ara todos os problemas sociais.

Estamos na situação privilegiada de poderios declarar que tudo de novo que aparecer no ampo das ideias, exceto o erro, achará um lugar nde se encaixar em nosso plano. Nem poderia er de outra forma: nossa filosofia jamais deiou de encarar as altas finalidades do homem, onduzindo tudo para a consecução normal e loica de seu destino.

Nossa doutrina, que posteriormente comenaremos nestas colunas, constitue um sistema mutavel que assistiu ao nascimento e á queda de nuitas civilizações, sem jamais vacilar em um unico de seus principios.

Mas, para a executarmos, para cumprirmos om o prometido, numa época em que a palavra lada não obriga e a mentira campeia, tres coisas e exigem do centrista: profunda vida espiritual, lisciplina e espirito de renuncia.

Só assim, poderemos, em breve, dizer, semelhantemente ao grande Tertuliano, em se diriginlo aos romanos: "Somos de ontem e já enchenos todo o imperio; vossas cidades, vossas ilhas, vossas fortalezas, vossos municipios, vossas assembleias, os campos, as tribus, as decurias, o paacio imperial, o senado, o forum; não vos deixanos sinão vossos templos!"

Nossa vida espiritual será a medida de nosas realizações e a garantia do cumprimento do dever.

Nossa existencia tem de ser aquilo que nós chamariamos representação ilamo. O que este é no reino vegetal, seremos nós na vida espiritual: uma ascensão para o alto.

Sumário:

Dollfuss — Luiz Abs da Cruz
 von Hindenburg — Franz Müller
 a universidade e a usina — Ernani Fiori
 Estudo critico sobre as curas de Lourdes — Carlos de Brito Velho
 vozes do século — Alvaro Magalhães
 Universo de Minkowski — Americo Toffoli Culau
 as escolas literarias — Xenofonte Lopes
 estudando p'ra poeta — Murilo de Araujo
 Feminismo — Maria Else Iris Potthoff
 A Igreja e a Idade Nova — Jackson Lima

Homenagem a Tristão de Ataíde
 Dever eleitoral dos católicos
 Universidade Católica na Índia

A verdade pregada convence, é o faról que ilumina; a verdade vivida, porém, arrasta, é a chama que queima.

Como incendiarmos aos outros, si não inflamarmos, primeiramente, a nós mesmos?

O maior dos ensinamentos temos em nosso Deus e Mestre, Jesus Cristo: trinta anos de vida retirada, para mostrar como nos devemos preparar, e só três anos de pregação.

"Vinde aqui, á parte, a um lugar deserto e repousai um pouco" (Marc. VI, 31).

Eis o segredo do fracasso de tantas obras, o desanimo de tantos batalhadores, o recuo de tantos guerreiros: a falta do repouso em Deus.

Ressõe sempre a nossos ouvidos e penetre o intimo de nossa consciência que "o Deus das obras jamais deve ser abandonado pelas obras de Deus".

Anexo L: Discurso de apoio à candidatura de Armando Câmara ao Senado
(possivelmente de autoria de Rui Cirne Lima.)

*Discurso pro minha pronunciaçãõ em
Setim de 1954, por occasiãõ do movimento
de candidatura de Armando Câmara ao
Senado*

Convidado para falar nesta colenda Associação de Professores, sôbre o lançamento da candidatura do ilustre Professor Armando Pereira da Câmara à senatoria federal, relutei a princípio em aceitar o honroso convite, por me parecer que a incumbência, posto que sobretudo desvancadora, poderia envolver compromissos de conduta partidária, incompatíveis com meu pensamento acêrca do problema político brasileiro.

Mas, esse escrúpulo, logo se me dissipou ante a explicação que me prestada de que provinha o convite de uma arregimentação apartidária de forças eleitorais. - É movimento Universitário Pro Candidatura do Prof. Armando P. da Câmara - e que a indicação de meu nome, para falar aqui, fôra determinada precisamente pela consideração de não estar eu, como em verdade o não estou, vinculado a qualquer partido político o que afinava com a índole genuinamente super-partidária do movimento.

Rendi-me assim à lógica dessa ^{explicação} a um tempo inflexível e amável tanto mais amável porque, afinal, o ônus da responsabilidade que ela me estava a impôr seria fartamente compensado pela honra e pela íntima alegria, que ora experimento, de externar aqui o meu sentir sôbre a valorosa campanha, já encetada por acadêmicos e professores, em prol da vitória eleitoral do eminente riograndense Prof. Armando Pereira da Câmara.

Essa iniciativa é índice confortador de uma autonomia, de uma forte consciência coletiva já habilitada a optar nos comícios, livre da subordinação partidária incondicional e quase cega, a que até agora se vinha sujeitando no Brasil a massa do eleitorado.

Nos países de alta cultura democrática, como a Inglaterra e Estados Unidos, é notável essa autonomia do eleitorado frente aos partidos. Ali - observa argutamente Oliveira Viana - "logo abaixo das classes prôpriamente políticas e dirigentes enquadradas nas grandes divisões partidárias tradicionais - "conservadores", "liberais" e "trabalhistas", na Inglaterra; "republicanos" e "democráticos" na América - existe uma vasta, uma enorme massa eleitoral, o Povo, enfim o verdadeiro Povo soberano e livre que não tem prôpriamente nenhuma qualificação partidária antecipada. Isto é, não tem prôpriamente partido efetivo

e permanente; vota e elege segundo o seu alvedrio", recolhendo, é certo, as sugestões do momento, mas livre, absolutamente livre, dessa espécie de "fidelidade animal", a que se referia o ^{caustico de André} ~~caustico~~ Taine.

Nos Estados Unidos - como testemunha André Siegfried - o eleito dirige-se ao partido, à sua organização profissional, a seu pessoal especializado, como recorreria, por exemplo, a uma companhia de transportes. Os votantes realizam com os partidos uma espécie de contrato adesão visando a obtenção de seus ideais, porém sem lhes entregar jamais a própria alma.

Certo, essa liberdade de escolha, dentro dos limites legais em que atua, supõe capacidade eleitoral, não apenas jurídica, mas prática e efetiva, o que implica cultura, discernimento e determinação.

Quando inexistem tais condições essenciais ao perfeito funcionamento da democracia, a escolha dos candidatos padecerá forçosamente a feição daquela sujeição apriorística e irrestrita da vontade dos votantes às imposições partidárias, não raro menos inspiradas nos altos interesses do bem comum, que na bastarda preocupação de requisitar os demagogos inescrupulosos e audazes, os incitadores das mais respeitáveis paixões do povo, os falsos e solertes patronos do proletariado incauto, mestres insuperáveis na lãbia de caçar votos.

São tão notórias tais verdades que é quase avançar um truismo a estar a repeti-las aqui. Por isso mesmo, iniciativas sem caráter partidário, como a que ora assistimos, para fazer triunfar a candidatura do laureado Professor Armando Câmara, constituem confortadora e salutar ação contra o regime tradicional "dos eleitores de cabresto", característico da nossa débil e enfermiga democracia.

E tanto mais imperativas e urgentes são as reações desse gênero quanto é certo que o comunismo, embora proscrito da lei, cada vez mais insinua, dentro dos partidos legais, debaixo de mil disfarces, as suas hostes aguerridas e preparadas para, no azado momento, acender o facho da revolução social. É o mesmo velho e traçoeiro estratagemas com que o grego astuto, reduziu a cinzas a inexpugnável Troia !..

Encontra-se o partido comunista, irremissivelmente, fora da leg

lidade; contudo, há quem sustente que nem por essa razão são inolegí-
veis os seus mais notórios adeptos; em alguns casos mesmo os que tem
pregado sem rebuços a revolução social e a tomada do poder pela força.
A sombra dessa hermenêutica farisaica, que mercê de Deus ainda não lg
grou vingar de todo na jurisprudência, aqui e ali se vai processando,
ora por forma larvada e sub-retícia, ora com átrevido desassombro,
nefasta infiltração moscovita nas agremiações legais, não raro sob a
complacência interesseira dos responsáveis pela direção partidária e
pela fiscalização do processo de registro dos candidatos.

Melhor que ninguém conhece o Snr. Luiz Carlos Prestes as fraque-
zas, as misérias, as soléncias desses pretensos democratas, cuja cu-
pidez demagógica vem êle explorando com requintada e diabólica mestria

As instruções de Partido Comunista para as eleições de 1931, de-
nominadas "Curso de Cinco Aulas", constituem impressionante documen-
tação da tática maquiavélica posta em prática pelo chefe vermelho para
conquistar cargos eletivos que lhe facilitem deflagrar a revolução.

"A legalidade - advertem as Instruções - por mais restrita que
seja, é sempre útil e positiva para o trabalho revolucionário,
facilita nosso contato com as massas, diante das massas.

A ação revolucionária exige a combinação do trabalho legal com
o ilegal" (pág. 3)

as
"Por outro lado - acrescentam ainda/diretrizes do líder moscovi-
ta - "Mesmo num regimen reacionário como êste, a conquista de
postos eletivos e o emprêgo de formas parlamentares de lutas
são de utilidade para o movimento revolucionário.

*arruque a tuda
o ligad,*
~~.....~~
É certo que não podemos alimentar ilusões de chegar ao poder
através do voto: O caminho revolucionário é o único que leva a
solução definitiva dos problemas brasileiros. Mas, enquanto n
há soluções imediatas para a derrubada do poder, os comunistas
devem aproveitar tôdas as possibilidades legais para sua atua-
ção, devem combinar a luta revolucionária das massas com uma p
ticipação nas próprias instituições políticas do Estado Feudal
burguês (no Senado e na Câmara, nas Assembléas Legislativas e
Câmaras Municipais). Ao conquistarmos tribunas parlamentares,

nosso objetivo deve ser sempre colocá-las a serviço da revolução" (pág. 8)

.....
 Quanto maior for o nosso prestígio entre as massas mais facilmente podemos conseguir legendas para os nossos candidatos. Isto por que os políticos das classes dominantes querem se eleger a todo o preço. Concluindo alianças eleitorais conosco ou nos cedendo legendas, ôles pretendem obter votos para si e dar certa aparência popular a suas candidaturas. O sistema eleitoral atual serve de base a esta pretensão, porque os votos dados a determinados candidatos são computados também para legenda na qual ôles concorrem; a sobra dos candidatos mais votados podem servir para eleger os candidatos que obtiverem menor votação e não alcançarem o necessário quociente. Além disso, aparecendo sôbre as mesmas legendas que os comunistas, alguns políticos burgueses esperam atrair eleitores do proletariado, das massas camponesas, das camadas mais pobres da população, nas localidades em que o Partido desfruta de grande prestígio entre o Povo (pág. 9 in fine e pág. 10).

Ora, tais ordens de comando, hoje mais que nunca, postas em execução contra a combalida democracia d'êste país, estão a impor a todos os brasileiros que não desejam, que não querem ver a nação subjugada e conspurcada pela ideologia bolchevista, reação pronta e enérgica contra o assalto vermelho aos cargos eletivos, por via da trapaça política, ou da lâdina complacência dos fariseus da democracia.

O Movimento Universitário Pró Candidatura do Professor Armando Câmara é um toque a reunir em tórno dessa bandeira de combate à incúria, à traição, à cega e submissiva partidária, mercê das quais se escancararam aos "comandos" de Moscou todos os portões do baluarte da Pátria.

Especialmente aos católicos, seja de que partido forem, impõe-se uma desapaixorada tomada de consciência antes do exercício do voto.

Armando Pereira da Câmara é candidato preferencial da Liga Eleito

ral Católica - primus inter pares; nem poderia deixar de o ser, já que em sua marcante personalidade se acrisolam os mais nobres atributos do caráter e do espírito.

A sua larga percepção de jurista-filósofo não escapa a integralidade dos dados que condicionam a solução dos problemas sociais e a evolução do direito positivo, segundo a concepção cristã do universo. E essa visão global da vida, Armando Câmara, com fervor patriótico, põe a serviço do Brasil autêntico; do Brasil cristão, esculpido pela mão dos Nóbrega e dos Anchieta; do Brasil que, tendo libertado o braço sorvil, não padece de preconceitos raciais e oferece aos povos o mais edificante exemplo de fraternidade humana; do Brasil que defende, com heroica intransigência, a família legítima contra o materialismo pagão, avassalador e dissolvente; do Brasil que assegura ao proletário, nos preceitos imperativos de um dos mais avançados códigos de trabalho do mundo, os inalienáveis direitos que lhe assistem como homem, como pessoa, consoante a doutrina social pregada pela Igreja Católica.

Não poderá, destarte, o Rio Grande enviar ao senáculo da República embaixador com maiores credenciais para representar ali a fina flôr de sua cultura; a sua formação cristã; as suas tradições serioulas de culto à honra, de respeito à liberdade e de inquebrantável pugnacidade na luta. Em uma palavra: o idealismo, o ímpeto e a bravura, cujas virtudes são a panóplia heráldica e o "panache" do povo gaúcho!

~~Pôrta ilogica, 27 de setembro de 1954~~